

Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Antropologia

**ENTRE PROJETO E CONVIVÊNCIA. SER JOVEM NAS PERIFERIAS
POBRES DO MINDELO, CABO VERDE**

Filipe Daniel Santos Silva Martins

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de

Doutor em Antropologia

Orientador:

Doutor Miguel de Matos Castanheira do Vale de Almeida, Professor Associado com
Agregação do Departamento de Antropologia da Escola de Ciências Sociais e Humanas
do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Fevereiro 2013

Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Antropologia

**ENTRE PROJETO E CONVIVÊNCIA. SER JOVEM NAS PERIFERIAS
POBRES DO MINDELO, CABO VERDE**

Filipe Daniel Santos Silva Martins

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de

Doutor em Antropologia

Júri

Presidente:

Doutor Filipe Marcelo Correia Brito Reis, Professor Auxiliar do Departamento de Antropologia
da Escola de Ciências Sociais e Humanas do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Vogais:

Doutora Elizabeth Pilar Challinor, Investigadora Associada do CRIA/Universidade do Minho
Doutor João Manuel Monteiro de Castro Vasconcelos, Investigador Auxiliar do Instituto de
Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Doutora Marzia Grassi, Investigadora Auxiliar do Instituto de Ciências Sociais da Universidade
de Lisboa

Doutor Lorenzo Ibrahim Bordonaro, Bolsheiro Pós doc do CRIA/ISCTE – Instituto Universitário
de Lisboa

Doutor Miguel de Matos Castanheira do Vale de Almeida, Professor Associado com Agregação
do Departamento de Antropologia da Escola de Ciências Sociais e Humanas do ISCTE –
Instituto Universitário de Lisboa

Fevereiro 2013

Resumo

Em Cabo Verde nas últimas décadas os jovens têm ganho saliência como um grupo e como uma categoria sociais de importância crescente. A sua importância é não apenas demográfica, mas também política, económica e simbólica. Partindo de dados etnográficos recolhidos na cidade do Mindelo, e em particular entre jovens habitantes das suas periferias pobres, esta tese propõe uma análise que coloca a categoria de "jovens" como eixo de compreensão / revelação das estruturas sociais contemporâneas e das contradições da própria modernidade cabo-verdiana. São confrontados os discursos dominantes sobre os jovens com os discursos dos próprios jovens, sobressaindo uma visão paradoxal das oportunidades disponíveis, que parecem crescer ao mesmo tempo que parecem tornar-se cada vez mais escassas. No contexto das transformações recentes na sociedade cabo-verdiana, propõe-se uma interpretação deste paradoxo à luz de uma etnografia que revela as práticas coletivas e as trajetórias biográficas dos jovens e que dá conta dos seus constrangimentos, das suas expectativas face ao futuro e das suas opções de vida. Esta análise permite identificar uma socialidade juvenil constituída na tensão entre a imaginação de projetos futuros e o investimento quotidiano na convivência e na interdependência entre pares e nas redes familiares, sendo esta tensão profundamente dependente – e definidora – da ambiguidade e incerteza associada à condição juvenil contemporânea em Cabo Verde.

Palavras-chave: juventude; Cabo Verde; modernidade; projeto; convivialidade; interdependência.

Abstract

In Cape Verde in recent decades young people have gained salience as a group and as an increasingly important social category. Its importance is not only demographic but also political, economic and symbolic. Based on ethnographic data collected in the city of Mindelo, particularly among young people from its poor and peripheral neighborhoods, this paper proposes an analysis that places the category of "young" as an axis of understanding / revelation of contemporary social structures and the contradictions of Cape Verdean modernity. Dominant discourses about young people are confronted with the discourses of young people, highlighting a paradoxical view of the opportunities available to them that seem to grow and at the same time seem to become increasingly scarce. In the context of recent transformations in Cape Verdean society, I propose an interpretation of this paradox in light of an ethnography that reveals the collective practices and biographical trajectories of young people and gives an account of their constraints, their expectations towards the future and their life choices. This analysis identifies a sociality of youth constituted in the tension between the imagination of future projects and the investment in everyday interaction (*convivência*) and interdependence among peers and family networks, which is deeply dependent on - and defining - the ambiguity and uncertainty associated with the condition of contemporary youth in Cape Verde.

Keywords: youth; Cape Verde; modernity; project; conviviality; interdependence.

À Filipa.

Ao Tiago.

E ao André.

Aos jovens do Mindelo.

Agradecimentos

Ao completar este trabalho, o meu maior desejo é, desde logo, demonstrar a mais profunda gratidão a todos os jovens que pude conhecer no Mindelo e que me permitiram partilhar dos seus quotidianos e “inquirir” as suas vidas com grande confiança e sinceridade. Mas acima de tudo, que me (re)conheceram entre eles e que se tornaram verdadeiramente meus amigos, conferindo a este trabalho um profundo sentido de intimidade e de solidariedade, desse modo reforçando a minha responsabilidade na sua realização. Aos jovens da “Covada” e da “Fontinha” e a todos os outros jovens do Mindelo que conheci, muito obrigado! Este trabalho é para vocês. Eu só posso esperar que se (re)vejam nele.

Estou igualmente grato a “A.” pela forma genuína e generosa com que sempre me acolheu no Mindelo, abrindo-me não só as portas da “Associação União Juvenil”, como também inúmeras outras “portas” na cidade, apoiando-me – tal como o faz com os jovens da cidade – nas minhas “exigências” e “necessidades” e acompanhando-me em agradáveis momentos de conversa e de imaginação. Sem A. este trabalho não teria sido possível (em todos os sentidos).

Agradeço igualmente ao M.F., coordenador do Centro da Juventude de São Vicente, e ao H., presidente da Liga das Associações Juvenis de São Vicente, bem como aos demais técnicos e voluntários destas instituições, a abertura e a simpatia com que acolheram e apoiaram a minha pesquisa. E agradeço ainda aos professores do Instituto Pedagógico de Cabo Verde – Pólo de São Vicente, do Instituto Superior de Educação da Universidade de Cabo Verde, Pólo de São Vicente e do Instituto de Ensino Superior Isidoro da Graça (atual Universidade do Mindelo) a acessibilidade com que me permitiram inquirir, conversar e discutir com os seus alunos. E finalmente agradeço a todos os outros profissionais (professores, psicólogos, técnicos de trabalho social, cientistas sociais), bem como jornalistas, técnicos de ONGs, artistas e líderes juvenis do Mindelo e da cidade da Praia, com quem pude debater e aprender sobre a realidade juvenil cabo-verdiana. Todos estes contributos tornaram a minha pesquisa, não apenas possível, mas também mais sensível à multiplicidade de expressões e tensões que determinam o que significa “ser jovem” atualmente em Cabo Verde.

Às amigas V. e M., que me acompanharam em grande parte do período de pesquisa em Cabo Verde, agradeço não apenas os momentos de alegria e de descontração, mas também as longas conversas explorando os “insondáveis” caminhos da socialidade juvenil cabo-verdiana. À querida amiga e colega Celeste Fortes, assim como ao seu companheiro, José Neves, agradeço de modo especial o carinho, o acolhimento e a partilha das suas vidas, das suas famílias, da sua casa e da sua cidade, e ainda a disponibilidade para o intenso e estimulante debate intelectual. Aos colegas e amigos Lorenzo Bordonaro, Elizabeth Challinor, Lisa Åkesson, Raquel Carvalheira e Joana Lucas, e ainda aos amigos Júlio Santos, Filipe Pinto, Susana Pereira e Gabriela Silva, agradeço o apoio, o debate e o estímulo ao longo de todos estes anos de trabalho. Só partilhando destes olhares, pude construir o meu próprio olhar etnográfico.

Só por partilhar não apenas o olhar, mas a experiência da vida (de) todos os dias – também em Cabo Verde – com a minha esposa, Filipa, é que pude sonhar, imaginar, planear, pensar, aprofundar, questionar, realizar e terminar este trabalho (e tantos outros). Este trabalho também é teu. Obrigado, para sempre. E obrigado aos nossos

filhos, um nascido, outro quase a nascer, que direta ou indiretamente construíram, estimularam, simplificaram e deram sentido a todo este trabalho.

Por fim, desejo expressar uma enorme gratidão ao meu orientador de todo este percurso, o professor Miguel Vale de Almeida, que não só acreditou na pertinência das minhas primeiras ideias, como sempre valorizou e estimulou as minhas segundas ideias, as terceiras e todas as seguintes... Porque sempre deu sentido às minhas questões e incertezas, motivou-me, estimulou-me e responsabilizou-me pelo meu trabalho, ao mesmo tempo que me abriu a novos olhares, conceitos e perguntas que contribuíram de forma estruturante para a minha pesquisa, análise e escrita antropológicas.

Resta, finalmente, agradecer o apoio concedido pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior) que, através da atribuição de uma Bolsa de Doutoramento ao meu projeto (SFRH/BD/29586/2006), viabilizou esta pesquisa e esta tese.



Fotografia de Susana Gomes, Mindelo, Cabo Verde, 2012

... their trajectories form unforeseeable sentences, partly unreadable paths across space. Although they are composed with the vocabularies of established languages (those of television, newspapers, supermarkets, or museum sequences) and although they remain subordinated to the prescribed syntactical forms (temporal modes of schedules, paradigmatic orders of spaces, etc.), the trajectories trace out the ruses of other interests and desires that are neither determined nor captured by the systems in which they develop.

(Michel de Certeau, *The Practice of Everyday Life*)

ÍNDICE

Introdução	15
1. Idade como princípio de organização social.....	21
Construção cultural da idade	21
Idade, geração e estratificação social	30
Sistemas de classes de idade.....	40
Teoria do curso da vida	51
Idade, geração e mudança social	61
2. Juventude em Cabo Verde	71
O contexto nacional e transformações recentes.....	72
O lugar paradoxal da juventude.....	76
Os olhares dos adultos	77
O que dizem os jovens?	92
Juventude, geração e mudança social em Cabo Verde	99
3. Juventude: um lugar social incerto	107
Juventude, sociedade e cultura	109
Juventude como construção cultural.....	113
A história da juventude.....	116
Juventude na Antropologia: entre a adolescência e as culturas juvenis	122
Juventude: relação e poder	128
Juventude num tempo de globalização.....	133
Juventude na África pós-colonial	141
4. Práticas e lugares de socialidade juvenil no Mindelo.....	153
Os primeiros lugares	153

Lugares da juventude em São Vicente	176
União Juvenil – etnografia de um lugar de socialidade juvenil.....	189
Socialidade juvenil: entre o projeto e a convivialidade.....	226
5. Biografias juvenis: entre percursos, recursos e aspirações.....	240
Querer uma carreira profissional mas não estar a estudar.....	245
Querer um emprego estável mas não ter trabalho	262
Desejos certos e futuros incertos: entre a educação, o trabalho e a migração.....	274
Configurações familiares: dependências e reciprocidades	284
Querer ter uma casa própria mas morar em casa dos pais, sem os pais	287
Querer casar e ter filhos mas ter filhos sem casar	302
A família em Cabo Verde... e os jovens	321
6. Ser jovem em Cabo Verde: algumas conclusões.....	330
Adulto é só uma palavra.....	330
Juventude e a experiência da modernidade cabo-verdiana.....	340
Uma antropologia da idade em Cabo Verde.....	347
Bibliografia.....	358
ANEXOS	373

Introdução

Parti para Cabo Verde com o objetivo de estudar “os jovens” cabo-verdianos. Não era para mim um contexto novo; na verdade sentia-o como muito familiar pois já tinha trabalhado neste país como voluntário de uma ONG portuguesa por curtos períodos (cerca de dois meses cada) nos anos de 2002, 2003 e 2004 (especificamente no concelho de Porto Novo, ilha de Santo Antão, mas também com ações pontuais na cidade do Mindelo, na ilha de São Vicente), sempre com jovens, grupos e associações juvenis, como formador e dinamizador de cursos de formação, atividades e estruturas de animação juvenil, associativismo, voluntariado e apoio à juventude. Estes trabalhos no entanto sempre me deixaram um sentimento de superficialidade e de desadequação, e a possibilidade de regressar a Cabo Verde ano após ano confirmava-me a ausência de impactos ao nível do envolvimento dos jovens em atividades associativas e a descontinuidade das iniciativas que haviam sido promovidas. Tal ausência de impacto pareciam-me assim evidenciar um desencontro entre o que era enunciado e projetado pelos jovens e aquilo que realmente era posto em prática após cada “intervenção”.

As minhas dúvidas sobre estes modelos de cooperação e de trabalho com os jovens cresciam a cada ano, a par de uma também crescente descrença sobre a validade e pertinência da própria intervenção. Algo faltava compreender para que se justificasse o desfasamento entre o dito, o desejado, o assumido pelos jovens (e pelos adultos que com eles trabalhavam) e aquilo que eles efetivamente realizavam individual e coletivamente, ao longo do tempo. Partindo do princípio de que não mentiam sistematicamente, algo falta conhecer sobre a vida destes jovens que “justificasse” porquê as suas prioridades e motivações eram aparentemente “invertidas” depois de terminadas os cursos de formação e os desenhos de projetos...

Naturalmente eu sabia que os contextos formativos e de planificação, por mais “participativos” que sejam, constituem-se sempre como espaços abstratos e de certa forma desfasados dos contextos de vida dos “participantes”, o que permite, se não uma fuga à realidade, pelo menos um esquecimento parcial dos constrangimentos sociais que a determinam. Como tal, era justamente aí que eu imaginava que estaria a raiz do “desfasamento” entre o discurso e a prática dos jovens cabo-verdianos, e foi isso que me propus conhecer com maior profundidade: as suas vidas fora da sala de trabalho, os seus

contextos de sociabilidade, os seus constrangimentos, as suas aspirações quotidianas. E este pareceu-me um bom projeto, até porque que na altura quase nenhuns estudos existiam em Cabo Verde sobre a juventude, uma faixa etária demograficamente dominante no país mas sobre a qual muito pouco conhecimento sistematizado e enraizado em pesquisas empíricas havia sido produzido, em particular de natureza etnográfica. E fazia-me ainda mais sentido num contexto em que, pelo contrário, a “crise da juventude” se tornava um tópico central nos discursos quotidianos e a “área” da juventude crescia como lugar de intervenção social, política e policial.

Parti então para Cabo Verde apostado em desenvolver uma análise etnológica sobre a “juventude” cabo-verdiana que, tal como preconizava Malinowski, pudesse introduzir “lei e ordem num mundo que parecia caótico e caprichoso” (1997 [1922]:24), tanto para mim como para toda uma sociedade que se interrogava e assustava face aos seus próprios jovens. Para isso, e seguindo novamente Malinowski, seria então necessário “captar o ponto de vista do nativo, a sua posição perante a vida, compreender a *sua* visão do *seu* mundo (...) o que mais profundamente o preocupa, ou seja, aquilo que o liga à vida” (1997 [1922]:36). Julgo ter sido um pouco desta ambiciosa mas nobre tarefa que consegui realizar, ainda que obviamente de modo parcial, junto de alguns jovens cabo-verdianos e é o resultado desse trabalho que me proponho apresentar nesta tese.

Optei por levar a cabo a minha pesquisa etnográfica na cidade do Mindelo, na ilha de São Vicente, sendo tal escolha o resultado de uma conjugação de fatores que considerei serem potenciadores e facilitadores da pesquisa. Desde logo tomei como prioritário abordar o universo juvenil urbano na medida em que, devido à rápida e crescente urbanização do país nas últimas décadas, tem sido nas maiores cidades que a presença (demográfica, cultural, mediática) da juventude se tem tornado mais expressiva – mesmo que nem sempre pelas melhores razões. Justamente por esse motivo, optei no entanto pela segunda maior cidade do país e não pela primeira – a cidade da Praia, capital de Cabo Verde – visto nesta última dominar uma representação da juventude assente na violência e criminalidade que eu sabia ser obviamente generalista e da qual me queria afastar e não reforçar; por outro lado, e paradoxalmente, era no Mindelo que se registavam os maiores índices de pobreza e desemprego juvenil e eram justamente os percursos e socialidades dos jovens mais vulneráveis socioeconomicamente que me interessavam conhecer. Por fim, mas não menos

importante, era nesta cidade que eu tinha previamente estabelecido uma maior rede contactos em anos anteriores, quer institucionais quer de amizade e, como tal, para mim o Mindelo tornava-se um contexto de mais fácil instalação e com maiores possibilidades de pesquisa.

Realizei a minha pesquisa ao longo de cerca de 9 meses de residência na cidade do Mindelo, sendo este período repartido por diferentes momentos entre outubro de 2007 e dezembro de 2010. As duas primeiras semanas de pesquisa, em outubro de 2007, tiveram como objetivo o estabelecimento de contactos exploratórios com potenciais informantes e instituições dedicadas à juventude, a recolha de documentação relevante e a ainda a identificação de uma associação juvenil que pudesse tornar-se o meu contexto privilegiado de pesquisa. Essa pesquisa teve efetivamente início entre abril e maio de 2008, ao longo de um período de seis semanas que dediquei ao conhecimento e integração na associação juvenil que havia identificado, mas também à aplicação de um inquérito por questionário a uma amostra de jovens da cidade e ainda à realização de grupos de discussão com diversos grupos de jovens e de entrevistas a alguns atores do setor institucional e associativo juvenil local. Meses depois, em outubro de 2008 regressei ao Mindelo para aí residir em permanência por seis meses, até março de 2009. Nesse período dei continuidade e profundidade (com base em observação participante continuada e recolha de relatos biográficos de jovens) à pesquisa etnográfica iniciada na associação e alarguei-a a outros contextos juvenis da cidade e do país, sendo que nesta fase estive acompanhado da minha esposa (Filipa). Após um longo período de “retorno a casa” para sistematização e análise dos dados recolhidos, regressei uma última vez ao Mindelo, entre novembro e dezembro de 2010, por um período de quatro semanas, com intuito de finalizar a pesquisa etnográfica na associação e recolher últimos documentos e testemunhos.

Ao longo deste período de sucessivas presenças e regressos, entre o terreno, os registos e as leituras, entre avanços e recuos, fui ensaiando a construção de um olhar que fosse especificamente dedicado aos “jovens” cabo-verdianos; acima de tudo um olhar que permitisse compreender um pouco melhor o significado de “ser” jovem em Cabo Verde e da forma como estes jovens construíam as suas identidades “juvenis” e imaginavam os seu percursos de vida, em especial num contexto de crescente urbanização, fragilidade socioeconómica e assimetrias materiais e simbólicas.

Para desenvolver esse olhar tive de me socorrer de conceitos e quadros interpretativos especificamente direcionadas para a “juventude”. Ora, na verdade os estudos sobre juventude constituem um campo que na antropologia nunca se afirmou claramente. Todavia, tal como procuro evidenciar no primeiro capítulo deste trabalho, se o enfoque analítico for menos centrado na “juventude” e mais nos “grupos etários” – mais ou menos diferenciados – é possível identificar a importância que estes mantiveram e continuam a manter nas etnografias de diversas correntes antropológicas (e de alguma sociologia) e dessa forma reconhecer os contributos que uma antropologia da idade e das gerações poderá dar ao estudo da juventude, seja no campo da transmissão cultural e da configuração das “fases da vida” e dos “ciclo vitais”, seja no campo da estratificação social e política com base no parentesco e nas relações geracionais, ou ainda no domínio simbólico dos ritos de passagem e da liminaridade.

Foi contudo no seio da sociologia e da psicologia que a juventude ganhou relevo enquanto objeto de análise, em especial a partir do início do século XX, sendo estas áreas científicas, aliás, grandemente responsáveis pela “produção” da própria categoria. De forma quase simultânea e muitas vezes complementar, psicologia e sociologia foram dando conta de uma juventude tanto “desviante” como objeto de socialização, entendida como uma “fase da vida” – muitas vezes coincidente com a adolescência – “em desenvolvimento” (físico, cognitivo, afetivo, moral) e propícia à “tempestade e ao stress”, a tensões e crises identitárias e à contestação face aos modelos sociais “tradicionalis”; ou ainda retratada como um grupo “geracional” propenso tanto à inovação histórica como a marginalidade sociocultural, produtor de rituais, (sub)culturas e estilos de vida próprios, mas ao mesmo tempo procurando “transitar” para a “vida adulta” e conquistar autonomia. No terceiro capítulo da presente tese procurarei justamente dar conta – criticamente – deste quadro conceptual em torno da juventude, explorando também a construção histórica da própria categoria e as abordagens mais recentes à mesma no seio da antropologia e em particular referentes ao contexto africano pós-colonial.

Foi assim entre os contributos de uma “antropologia da idade”, de uma “sociologia da juventude” e de uma antropologia pós-colonial preocupada com a juventude em África, que constituí meu campo de pesquisa – “ser” jovem em Cabo Verde – reforçando deste modo a especificidade mas também a heterogeneidade de uma juventude cabo-verdiana num contexto onde esta, tal como procurarei evidenciar no

segundo capítulo desta tese, tendia a ser representada de forma ambígua e maioritariamente pejorativa, revelando muito menos das práticas e aspirações dos jovens do que sobre os receios e frustrações (de alguns) dos adultos atuais.

Não obstante a pertinência que fui reconhecendo a esta delimitação do meu objeto de estudo, à medida que progredia na pesquisa fui porém acrescentando – ou os próprios jovens impunham – questões também sobre o “tornar-se” ou o “deixar de ser” jovem, questões estas que inevitavelmente me levavam a deslocar e a relativizar o meu foco de pesquisa especificamente “juvenil”, num equilíbrio (sempre instável) entre abertura e encerramento das minhas categorias de observação e de análise (Sarró e Lima 2006). Desta forma, tal como descreverei no quarto capítulo, fui-me progressivamente deparando com os limites dos meus próprios pressupostos de pesquisa, assentes essencialmente em noções desenvolvimentistas e individualistas de “jovem” como “projeto” e “percurso”. Este “revés” analítico foi-me assim permitindo aos poucos convocar novos (e velhos) conceitos – relação, situação, socialidade, poder, tática, aspiração, esperança, interdependência, convivialidade, “communitas” – que se foram revelando mais interessantes e mais úteis para compreender as biografias destes jovens, tal como procurarei demonstrar com detalhe no quinto capítulo, desenvolvido em torno de um conjunto de aparentes contradições entre práticas e aspirações dos jovens em domínios por eles valorizados, tais como a escolarização, o trabalho, a parentalidade ou a conjugalidade.

Foram precisamente estas contradições – que me pareceram estar sempre além e aquém dos “desfasamentos” entre o “querer” e o “fazer”, a “apatia” e o “projeto”, a “dependência” e a “independência”, o “jovem” e o “adulto” – que finalmente me permitiram, tal como tentarei evidenciar nas conclusões da tese, construir um novo olhar sobre estas e outras dicotomias conceptuais presentes na literatura das ciências sociais sobre juventude. Porém, na verdade não se tratará de questionar a “juventude” como um foco de análise pertinente; tratar-se-á antes de a entender cada vez menos como um “fim” analítico – e de intervenção – e cada vez mais como um ponto de partida para a compreensão de outras dimensões das “pessoas”, das socialidades e das sociedades atuais (e nesta caso da sociedade cabo-verdiana). E de compreender, finalmente, que talvez seja precisamente por esta razão que a “juventude” nunca se chegou a “impôr” como campo de análise na antropologia; pois que, mais do que aceitá-la como categoria analítica, a etnografia logra demonstrar como esta – tal como outras categorias

identitárias – se “faz e desfaz” entre muitas outras categorias e em função de cada situação. Porque é justamente dessa forma – relacional, contextual, fragmentada – que os próprios jovens constroem, imaginam e projetam, num mesmo movimento, as suas (ident)idades e as sociedades onde estas ganham sentido...

O que procurarei evidenciar nesta tese será justamente este meu “percurso” etnográfico, reflexivo e interpretativo que, à semelhança do dos jovens que conheci no Mindelo, será inevitavelmente fragmentado e parcial. Será, no entanto, como todos os percursos humanos, um movimento em espiral: mesmo se no final aparentar voltar ao início, creio que esse regresso trará um pouco mais de “luz” (cf. Sarró e Lima 2006) à “densidade” humana que compõe a socialidade juvenil em Cabo Verde...

1. Idade como princípio de organização social

Na antropologia, como na sociologia, a idade, a par do sexo, tem sido realçada como um dos aspectos mais básicos da vida humana e, como tal, um princípio universal de organização social em todas as sociedades humanas (Parsons 1972 [1942], Eisenstadt 2009 [1956], Balandier 1985 [1974], La Fontaine 1978, Baxter e Almagor 1978). E com efeito, no campo da antropologia social e cultural são múltiplas as áreas temáticas estudadas e teorizadas que integram ou assentam em noções de idade, tempo e curso da vida, embora esta presença seja frequentemente implícita (Spencer 1990:xi). Desde logo nas monografias clássicas (em particular da antropologia estrutural-funcionalista britânica mas também da antropologia estruturalista e marxista francesa) sobre estrutura e reprodução social, em que os sistemas de parentesco, casamento e família são centrais, ou nas análises sobre poder e conflito no campo dos sistemas políticos e de sucessão, mas também na antropologia cultural americana, preocupada com a articulação entre cultura e personalidade ao longo do desenvolvimento humano e com a transmissão de padrões de cultura, ou ainda no campo mais transversal dos estudos sobre simbolismo e ritual, em que os ritos de passagem assumem particular destaque. Contudo, não obstante esta riqueza teórica e etnográfica acumulada, têm sido escassos os trabalhos em antropologia em que a idade se assume como o eixo central de análise e de problematização teórica (Keith 1980, Keith e Kertzer 1984, Spencer 1990).

Construção cultural da idade

Em 1984 Jennie Keith e David Kertzer editam uma obra com a qual pretendem trazer à luz os contributos da análise da idade – como categoria e como processo social – para a teoria antropológica em geral. Em *Age and Anthropological Theory* estes autores partem do princípio de que tanto o envelhecimento¹ (*aging*) individual como a idade como princípio de organização social devem ser tidos em conta para revelar padrões de comportamento humano, assim enriquecendo a teoria antropológica geral. A ênfase, defendem os autores na introdução à obra, deve ser colocada no processo de

¹ O termo “envelhecimento”, equivalente a *aging*, em língua inglesa, será, nesta tese, utilizado no sentido de maturação que decorre ao longo de todo o curso da vida individual e não como um processo apenas relativo à velhice.

envelhecimento e na sua relação com o contexto social, cultural e histórico. Desde logo, para a antropologia, a centralidade da idade revela-se na universalidade dos princípios biológicos que regem a vida humana: todos os seres humanos entram no mundo como crianças dependentes, maturam gradualmente e adquirem novas capacidades, culminando esta maturação com a morte. Todas as sociedades têm assim de assumir este imperativo biológico e todos os sistemas culturais têm de o gerir, mas as formas de gestão são muito diversas entre as diferentes culturas.

Para Keith e Kertzer, a idade tem sido encarada na antropologia como uma dimensão mais próxima da biologia e da natureza e, por isso, mais estudada no campo da antropologia biológica, sendo substituída pela análise de aspectos como o parentesco no campo da antropologia social e cultural. Mas, parafraseando Meyer Fortes, os autores relembram que nas comunidades humanas “nada é natureza”, e acrescentam que cada cultura define o que é ou não “natureza” e onde se situa a fronteira entre natureza e cultura (1984:21). É justamente na interface entre biologia e cultura que a idade assume centralidade para o estudo das sociedades humanas e da sua variabilidade. Como afirma Bernardo Bernardi na introdução a uma obra que dedica à análise das sociedades africanas com classes de idade formalmente instituídas:

“The process by which the elements of nature are transformed into elements of culture is very complex. It is fundamentally brought about by choices from among possible alternatives of cultural evaluation. The same element of nature, such as age, may be used, (...) in formal and informal ways” (1985:7).

Bernardi (1985) designa por “antropema” este processo de escolha cultural. São os indivíduos e os grupos os responsáveis por essa escolha, a qual pode ser influenciada pelo ambiente natural e pelo período em que a escolha é feita, ou ainda pela reciprocidade que relaciona indivíduos e grupos entre si. Assim, o valor antropémico de um qualquer elemento indica a avaliação conceptual de um elemento da natureza de forma a este ser utilizado como um princípio de elaboração cultural ou de estruturação social. Para este autor o laço entre as escolhas antropoémicas e os indivíduos, que se vão sucedendo no tempo e expressando sempre novas necessidades, explica a variabilidade pela qual os mesmos elementos naturais são valorizados por todos os povos do mundo segundo diversas formas de organização social e expressão cultural.

Referindo-se à noção de idade, Bernardi (1985) afirma que todos os sistemas de idade em geral são caracterizados por uma dada avaliação cultural da idade. Consequentemente, defende que a distinção entre o critério fisiológico e o cultural é falsa, já que é apenas através da consciência cultural que os indivíduos e grupos a podem medir. A ideia de idade é assim um produto cultural e é por isso que ela pode ter um valor relativo e ser usada para fins sociais.

Também o antropólogo catalão Carles Feixa, num artigo sobre a antropologia da idade (1996), reforça este argumento, mostrando que a aproximação antropológica à idade a considera desde logo como uma construção cultural. Seguindo o seu argumento, pode dizer-se que todas as sociedades “culturalizam” o desenvolvimento fisiológico e mental humano, pois compartilham o curso das biografias em períodos distintos e aos quais atribuem propriedades, o que permite categorizar os indivíduos e pautar os seus comportamentos em cada etapa. Consequentemente o que a antropologia tem revelado é justamente o caráter relativo da elaboração cultural da idade, já que, numa perspetiva transcultural, as fases em que é dividido o ciclo vital não são universais e muito menos o são os conteúdos culturais que são atribuídos a cada fase. Por isso Feixa alerta para o facto da idade como condição natural nem sempre coincidir com a idade como condição social. A idade como produto cultural e como condição social coloca então o problema da gestão cultural do tempo, alertando Keith e Kertzer desde logo para o facto de o tempo cronológico não ser equivalente ao tempo biológico, nem corresponder tão-pouco à construção sociocultural do curso da vida, que pode ir para além do tempo biológico (1984:20).

No ensaio *Age, Generation, and Social Structure*, um dos capítulos da obra editada por Keith e Kertzer (1984), Meyer Fortes apresenta uma abrangente análise das relações entre idade, geração e estrutura social, apontando desde logo para a diferença entre idade cronológica e idade social. Defende o autor que nas sociedades ocidentais a idade é pensada automaticamente em termos cronológicos e calculada com referência a um sistema de datas. Contudo noutras sociedades a idade cronológica é raramente reconhecida. A ideia de que o estatuto, papéis ocupacionais e direitos sociais (*claims on society*) e outros aspetos da vida pessoal e social são regulados por regras associadas à idade cronológica está totalmente ausente nas sociedades pré-letradas (1984:99).

Porém, afirma Fortes, a idade como processo natural observável e experienciável é um fenômeno universal, e a forma como ele é incorporado na estrutura social e

investido de valor e significado cultural é um tópico de central relevância na teoria antropológica. Esta tem perspetivado o processo de envelhecimento como algo incorporado na estrutura social através do ciclo vital individual, concebido tanto por atores como por observadores como tendo início com a conceção e terminando na morte. Contudo, o ciclo vital é sempre investido de valores e significados costumeiros e objeto de controlo social ao longo do seu curso. Ele é composto por fases de maturação ou crescimento ao longo do gradiante da idade cronológica e a evidência transcultural revela que todas as sociedades identificam diferentes fases da maturação, nomeadas, culturalmente definidas e integradas na estrutura social. O reconhecimento cultural de cada fase baseia-se não apenas em sinais biológicos (p.e.: a primeira menstruação) mas também em capacidades individuais atingidas ou esperadas ou ainda em condições imputadas, tais como a pureza ou impureza ritual. Esta incorporação social e valorização cultural das fases de maturação revelam não apenas o reconhecimento mas também a autorização face a determinados predicados sociais. (Fortes 1984)

O que Fortes enfatiza é que as fases de maturação no ciclo de vida individual não são determinadas pela idade cronológica. Esta consiste apenas num aparato cultural independente da subestrutura biológica e da incorporação social das fases de maturação. Nas sociedades ocidentais têm sido os sistemas legais a impor o aparato cultural da idade cronológica como critério de determinação dos direitos e deveres de cidadania ao longo das fases do ciclo de vida individual. Contudo, a associação de uma dada idade com um determinado direito ou obrigação é sempre arbitrária e pode não ter em conta as capacidades físicas ou mentais de cada indivíduo (1984:101; também Baxter e Almagor 1978:6).

As proposições de Fortes e de outros antropólogos demonstram claramente a relatividade social da noção de idade e, por isso, a potencial variabilidade da sua elaboração cultural. Mas o olhar antropológico não se preocupa apenas em atestar a diversidade dos fenómenos humanos. Para além da diversidade, ou mesmo antes dela, a antropologia procura, pela comparação e sistematização transcultural, identificar padrões e regularidades. E se a noção de idade se presta à relatividade da cultura, o processo de envelhecimento por seu lado revela algo da universalidade do que é ser humano. Assim escreve o antropólogo Paul Spencer:

“The physiological manifestation of aging is too obvious and visible to ignore. It is as basic a fact of social existence as the human body itself and similarly it lends itself to symbolic elaboration, providing a basic metaphor in popular belief” (1990:2).

Para Spencer, o envelhecimento coloca o problema biológico universal da perda, que é sentido como uma experiência pessoal por cada humano adulto. A título exemplificativo evoca o trabalho de Malinowski sobre as trocas *kula*, no qual a magia *kula* é associada ao poder secreto dos antepassados para se rejuvenescerem, poder esse que é convocado pelos homens mais velhos através da dissimulação das suas rugas e de outros sinais de velhice e inferiorizando os mais novos através de performances físicas e sexuais (Malinowski 1922, cit. in Spencer 1990:2-3). Para Spencer este caso etnográfico demonstra claramente a capacidade – e poderia acrescentar-se a necessidade – de elaboração simbólica e social dos humanos sobre as manifestações fisiológicas do seu envelhecimento.

Numa linha de análise semelhante, o antropólogo Lawrence Cohen (1994:146) remete para o clássico de James Frazer *The Golden Bough* (1935 [1922]) a origem de uma antropologia cultural do envelhecimento. A teorização de Frazer sobre a magia é para Cohen uma reflexão sobre a construção social da realidade, sobre o que mais tarde viria a ser considerado o “simbólico” na antropologia. E afirma que ao questionar-se sobre a forma como as gerações se reconstituem magicamente, Frazer está essencialmente preocupado com a reprodução simbólica do corpo através do tempo. Segundo este autor pode ler-se em *The Golden Bough* uma tentativa de fundação da cultura pela violência intergeracional, organizada em torno do assassinato do “homem-deus”, personificado frequentemente na figura de um rei que representa todo o coletivo social. Na leitura de Cohen, Frazer mostra que decadência corporal do envelhecimento constitui um potencial degenerativo não apenas para os indivíduos mas para todo o corpo social, pondo em causa a sucessão das gerações e a continuidade da cultura. Seria então importante conter simbolicamente o perigo do envelhecimento:

“Kings and human representatives of the divine are put to death, Frazer argues in his introduction to the third volume of the work, “to arrest the forces of decomposition in nature by retrenching with ruthless hand the first ominous symptoms of decay” (39:v-vi). Sickness and particularly old age are signs of enfeeblement and of death, and are perceived as challenges to the body not only of the individual but of the community and the state. The continuity of the social body is challenged by the potential degeneration of each successive generation. Symbolically, continuity is maintained by preventing the

degeneration of charismatic authority vested in the king or god, through the circulation of charisma in a series of youthful bodies. Generations must replicate themselves: "no amount of care and precaution will prevent the man-god from growing old and feeble" (p. 9). Aging is a challenge not only to individual lives but to the possibility of social meaning, to culture" (Cohen 1994:147).

Estas interpretações de Cohen estão ancoradas numa longa tradição antropológica que vê no ritual o local privilegiado para entender a elaboração cultural da maturação humana, estabelecendo uma relação entre esta e o sagrado. Antes deste autor já Edmund Leach (1992 [1976]:50-2) havia salientado a tendência humana para dimensionar socialmente o contínuo fluir do tempo biológico e segmentar a vida humana numa sequência de estatutos aos quais corresponde uma determinada duração de tempo social. E havia mostrado a relevância das fronteiras entre esses estatutos, frequentemente associadas ao ambíguo e ao sagrado e cuja travessia exige o ritual. Esta abordagem tem no entanto raízes mais antigas, em concreto no clássico trabalho de Arnold van Gennep *Os Ritos de Passagem* de 1909. Logo na introdução à obra o autor afirma que:

"A vida individual, qualquer que seja o tipo de sociedade, consiste em passar sucessivamente de uma idade a outra e de uma ocupação a outra. (...) Toda a alteração na situação de um indivíduo implica aí ações e reações entre o profano e o sagrado, ações e reações que devem ser regulamentadas e vigiadas, a fim de a sociedade geral não sofrer nenhum constrangimento ou dano. É o próprio fato de viver que exige as passagens sucessivas de uma sociedade especial a outra e de uma situação social a outra, de tal modo que a vida individual consiste numa sucessão de etapas, tendo por término e começo conjuntos da mesma natureza, a saber, nascimento, puberdade social, casamento, paternidade, progressão de classe, especialização de ocupação, morte. A cada um desses conjuntos acham-se relacionadas cerimônias cujo objeto é idêntico, fazer passar um indivíduo de uma situação determinada a outra situação determinada" (1978:26-7).

Estas cerimónias, encontradas em todas as sociedades mas segundo as mais variadas formas rituais, são designadas por van Gennep de "ritos de passagem" e todos eles, segundo o autor, apresentam um mesmo esquema pelo qual passam os indivíduos que dele são objeto: ritos preliminares (de separação), seguidos de ritos liminares (de margem) e depois ritos pós-liminares (de agregação) (1978:31; também Leach 1992:111-13). Assim, estes ritos são caracterizados por uma mesma *sequência genérica* de eventos, pela existência de períodos, lugares ou grupos que constituem *margens* durante o ritual, e pelo seu objetivo de promover uma *passagem*, muitas vezes

simbolizada efetivamente por uma passagem material (numa porta ou pórtico) (1978:159).

Para van Gennep os ritos de passagem constituem mecanismos que permitem regular socialmente a alternância entre sagrado e profano que ocorre nos momentos de mudança ou transição ao longo da vida dos indivíduos. van Gennep designa esta alternância de “rotação da noção de sagrado” e defende que ela ocorre em situações de mudança de conceções e de classificações, as quais podem perturbar a vida individual e a vida social. Os ritos de passagem permitiriam então reduzir os efeitos nocivos de tais mudanças.

“Para os grupos, assim como para os indivíduos, viver é continuamente desagregar-se e reconstituir-se, mudar de estado e de forma, morrer e renascer. É agir e depois parar, esperar e repousar, para recomeçar em seguida a agir, porém de modo diferente. E há sempre novos limiares a atravessar...” (1978:158-9).

Seguindo a teorização de van Gennep, Paul Spencer (1990) defende que os ritos de passagem não são apenas promoções de uma fase da vida para outra ou mecanismos para assegurar a conformidade com os estatutos formais. São também realinhamentos na configuração das relações sociais na comunidade na sequência de um determinado evento vital. Os ritos de passagem constituem pontes que unem as descontinuidades entre estatutos ao longo do curso da vida e o hiato de tempo entre uma fase e outra. Mas, ao envolverem toda a comunidade, levam a que todos tomem consciência do processo de envelhecimento e a que todos envelheçam simultaneamente. Assim, para Spencer os ritos de passagem tornam a consciência do envelhecimento algo menos associado à linearidade da idade absoluta e mais estrutural, associado a períodos críticos de transição. Marcam uma percepção social do tempo não na forma de fluxo linear, mas em passos, embebidos no xadrez do desenvolvimento das relações sociais. Se a dificuldade das pessoas em apreender a natureza linear do tempo se deve às suas relações formalizadas, que resistem à mudança, os rituais liminares dos períodos de transição desestabilizam esta percepção estática, revelando o caráter dinâmico e estrutural do tempo social.

Por outro lado, procurando justamente compreender a especificidade cultural do envelhecimento, Spencer recorre à comparação entre o desenvolvimento humano e o desenvolvimento dos primatas não humanos para delimitar as formas rudimentares comuns de comportamento social ao longo do processo de maturação. Socorre-se para

isso do trabalho de Dolhinow (1984, cit. in Spencer 1990:3-4), segundo o qual os primatas humanos e não humanos partilham um padrão que estabelece uma mesma sequência de fases de desenvolvimento social, específica para cada sexo: depois de uma fase de dependência infantil (em que as fêmeas se interessam mais por atividades de cuidado e os machos procuram atividades mais duras e competitivas) as fêmeas atingem rapidamente a maturidade sexual e consequentemente entram no mundo adulto pela via da reprodução. Já os machos juvenis passam por um período prolongado de adolescência, periférica à maioria das atividades do grupo, até adquirirem a força suficiente para contestar o domínio dos machos maduros e entrarem na esfera de dominância dos adultos. Entre os primatas não humanos não existe, para nenhum dos sexos, qualquer apoio material do grupo após o período infantil, pelo que a seleção natural se encarrega de selecionar apenas os mais fortes. Mas se as fêmeas continuam a gerar ou a cuidar novas crias até à morte assegurando assim a sua integração no grupo, os machos, quando envelhecidos, tendem a regressar à marginalidade, assim se expondo a maiores riscos. Como tal, para os machos a dominância física e a dominância social tendem a coincidir.

Segundo Spencer, vários antropólogos sugerem um claro paralelo entre este padrão primata e o desenvolvimento social entre os humanos, e em particular no que respeita às diferenças entre os sexos (Chodorow 1974, Ortner 1974, Rosaldo 1974, cit. in Spencer 1990:4). Assim conclui que, segundo estes, “becoming a woman is seen as natural and ascribed, whereas becoming a man is an achievement” (1990:4). Com efeito, La Fontaine (1985, cit. in Spencer 1990:13) aponta para o facto dos rituais de iniciação marcarem uma transformação de estatuto, da infância puramente associada ao domínio doméstico, a um ser sexual, e frequentemente distinguindo os homens como superiores às mulheres. Segundo esta autora, enquanto o estatuto dos primeiros é associado ao domínio público controlado pelos homens mais velhos e os seus rituais de iniciação são elaborados, o estatuto das mulheres permanece associado ao domínio doméstico, com rituais de iniciação mais raros e simples, marcando essencialmente a puberdade e definindo a progressão em direção ao casamento.

Todavia, Spencer afirma que é em particular entre os machos que o modelo de envelhecimento dos primatas mais se aproxima das sociedades humanas, da experiência humana de maturação e envelhecimento. Nestas sociedades as margens da idade adulta – a adolescência e a velhice – também tendem a ser encaradas como anomalias,

constituídas por aqueles que têm dificuldade em entrar na arena da idade adulta e por aqueles que são postos fora dela. Há no entanto um limite a este paralelismo: entre as sociedades humanas verifica-se um claro aumento das possibilidades de sobrevivência humana pós-maturidade, o que leva à substituição da supremacia física dos jovens pela superioridade moral dos mais velhos. Entre os humanos é assim instituído um regime de dominação dos mais velhos pela demonstração ritualizada de poderes secretos que suplantam o caráter essencialmente físico da dominação entre os primatas não humanos (1990:3-6). Surge então a sociedade como conceito moral, e a idade adulta como recurso cultural de autoridade; triunfam assim as alianças e a diplomacia:

“On the one hand, one has rudimentary families and mating habits observed by primatologists, while on the other hand are the institutionalised counterparts of kinship and marriage observed by anthropologists. In evolutionary terms, this transitions from Nature to Culture has been attributed to cognitive development that led to the emergence of humans as the dominant expanding species faced with the implicit choice of forming networks of alliance or succumbing to their own internecine destructiveness: marrying out or be killed out (Taylor 1889:267; Lévi-Strauss 1949:480-1; Washburn e Lancaster 1968:297-9; Fox 1972:300-1)” (Spencer 1990:6).

Recorrendo a Weber, mas também a Maine, Spencer resume este movimento evolutivo da sociedade humana como uma transição da Natureza para o Estatuto e depois para o Contrato, defendendo que nele a idade assume um caráter central na distribuição do poder nas sociedades. A abordagem ao tema da idade terá assim um caráter eminentemente transacional, pois analisará essencialmente as desigualdades e oportunidades associadas com a idade, nas quais o cálculo e o interesse individual geram tensões e conflitos pelo poder entre jovens e velhos (1990:6-7).

Para Spencer (1990), nos conflitos humanos por poder não é a idade física que está em jogo. A autoridade e o prestígio dos mais velhos são determinados pelo idioma simbólico do conhecimento e da experiência; são eles que dão capacidade de interpretar e dar sentido à existência social, e como tal permitem o controlo da informação e dos recursos. Porém, segundo o autor, a eficácia destes idiomas depende menos do seu conteúdo do que da forma como ele é apresentado, da performance e encenação da experiência. É a performance que confere carisma aos mais velhos, num jogo em que o que é escondido pode ser mais importante do que aquilo que é revelado. Assim, a premissa do conhecimento coloca os mais velhos no centro e os mais novos na periferia,

e o poder é mantido não pela transmissão do conhecimento mas pela sua retenção. É então a performance que impõe descontinuidades no contínuo processo de envelhecimento, marcando fronteiras e estatutos que permitem uma desigual distribuição do poder ao longo do gradiante da idade (La Fontaine 1985, cit. in Spencer 1990: 9).

No que respeita às mulheres, Spencer recorre à argumentação de Sherry Ortner para revelar o papel destas justamente na mediação entre natureza e cultura. Segundo Ortner, são elas que geram e cuidam as crianças, assegurando a sua socialização primária e dessa forma tornando-as seres sociais. Como tal são as mulheres que garantem a perpetuação da cultura. Este papel de reprodução cultural não é meramente abstrato; pelo contrário confere às mulheres autonomia e poder através do estabelecimento de laços informais entre grupos de mulheres que se estendem para além dos limites do domínio doméstico. Desta forma, conclui a antropóloga, não são as mulheres que estão mais próximas da natureza (numa associação clássica na antropologia entre mulheres e natureza oposta à associação entre homens e cultura). A dicotomia natureza / cultura deve então ser vista não em termos de género mas de idade: são as crianças que estão mais próximas da natureza (Ortner 1975, cit. in Spencer 1990: 14).

Com base em investigações transculturais e etnográficas (Gutman 1977; Myerhoof e Simic 1978; Sahrp 1981; Harrel 1981; Brown e Kerns 1985; cit. in Spencer 1990:14) Spencer mostra também que as mulheres tendem a ficar mais autónomas, agressivas e competitivas à medida que envelhecem, o que parece dever-se à diminuição das restrições reprodutivas. Pelo contrário os homens tendem para a passividade, expressividade e dependência. Curiosamente, a autonomia crescente das mulheres à medida que envelhecem resulta muitas vezes no aumento da tensão e conflitos intergeracionais entre mulheres mais velhas e mais novas, à medida que os seus interesses divergem (Foner 1984a, cit. in Spencer 1990:15).

Idade, geração e estratificação social

Ao concluir a introdução ao volume que editam, Keith e Kertzer atestam que os conceitos de poder e conflito estão no centro de qualquer teoria sobre a estratificação por idade e, como tal, importa compreender em que condições a idade se constitui como

um critério importante para a estratificação social (1984:48). Já em 1980 Jennie Keith havia lançado o desafio de constituir uma antropologia da idade que analisasse as dimensões da categorização e da diferenciação por idade, as fronteiras sociais por ela definidas e os seus marcadores, e ainda a forma como a idade promove a constituição de identidades (1980:353). Em suma, Keith apelava à realização de “etnografias da idade”: a cartografia da diferenciação de idade, das suas condições e das suas consequências (1980:361).

É contudo no âmbito da sociologia que estas preocupações mais cedo são desenvolvidas. Neste campo destaca-se o trabalho de Eisenstadt, que publica em 1956 *From Generation to Generation*, uma obra que logo se impõe como referência no campo da análise social da idade. Trabalhando essencialmente sobre dados etnográficos recolhidos por antropólogos, Eisenstadt elabora nesta obra uma detalhada e sistemática análise a um amplo conjunto de sociedades (da antiguidade clássica, “primitivas”, camponesas europeias e industriais modernas) averiguando a pertinência do princípio da idade na estruturação social.

As premissas desta obra são muito próximas daquelas que foram sendo postuladas pela teorização antropológica em torno da idade, e talvez por isso esta seja uma obra que permanece influente na antropologia até à atualidade. Partindo da ideia de que a idade e as diferenças de idades são dos aspectos mais básicos da vida humana e determinantes do próprio destino humano, este autor defende que o processo de maturação humano é culturalmente definido e que esta definição varia de sociedade para sociedade (2009:21). Todavia, apesar dessa diversidade cultural, Eisenstadt afirma que em todas as sociedades a idade é uma das mais importantes bases para a definição cultural e social das características dos seres humanos, para a formação das suas relações e atividades mútuas e para a diferente alocação de papéis sociais. E postula ainda que todas as sociedades diferenciam culturalmente um conjunto de “graus de idade” (*age grades*) que remetem, não para traços ou papéis específicos, mas o que ele qualifica de “tipos humanos”, padrões genéricos e difusos de comportamento que se consideram apropriados para um indivíduo numa determinada fase da vida: “A cultural definition of an age grade or age span is always a broad definition of human potentialities and obligations at a given stage of life” (2009:22).

Para Eisenstadt (2009), é face a estas definições que as pessoas mapeiam os contornos da vida, as suas próprias expectativas e possibilidades, e se colocam a si e aos

outros em posições sociais e culturais, atribuindo a cada um, um dado lugar no âmbito desses contornos. Desta forma, a definição cultural da idade é também um importante elemento da identidade individual, da autoperceção do indivíduo sobre as suas necessidades e expectativas, o seu lugar na sociedade e do próprio sentido da sua vida. Contudo, as qualidades atribuídas às diferentes idades não constituem séries desconexas mas antes uma relação dialética entre a preponderância de umas e o apagamento de outras ao longo da vida. Assim as características de uma dada idade não podem ser compreendidas sem ser em relação com as de outras idades, seja esta relação a de contínuo gradual, seja de oposição e contraste.

Inspirado na sociologia funcionalista de Talcott Parsons e na teoria da vinculação de John Bowlby, Eisenstadt relaciona a estratificação social com base na idade com a necessidade de continuidade dos sistemas sociais. A interação entre indivíduos de diferentes idades é para o autor a condição para a contínua transmissão da herança social. Esta transmissão ganha forma no processo de socialização, através do qual as crianças interagem e vinculam-se aos adultos, de quem são dependentes, e consequentemente aprendem e identificam-se com os modelos sociais que estes representam:

“The crucial importance of attachment and identification in the process of learning (i.e., in the process of transmission of the social heritage and maintenance of social continuity) accentuates the difference between various age stages. The child must necessarily learn his behaviour from a given adult, older than himself, and in this child-adult relationship age differences are necessarily stressed and emphasized as justification and explanation of the demands made by the adult on the child. These demands are always made in terms of adults' social experience, knowledge, understanding, etc., i.e., in terms of his position in the life space as related to (or opposed to) that of the child” (2009:26-27).

Para Eisenstadt (2009) a socialização e a necessidade de transmissão da herança social permitem compreender as principais características da diferenciação social com base na idade: o caráter difuso dos diferentes graus de idade e a complementaridade entre eles. Com efeito, a socialização humana implica necessariamente uma aprendizagem que leve a criança a adquirir diversas disposições sociais genéricas que lhe permitam estender as suas relações a outras pessoas na sociedade para além do círculo de socialização primária. Por outro lado, sendo a função da diferenciação etária a de permitir aos indivíduos a aquisição de novos papéis sociais e consequentemente a

manutenção da continuidade social, a criança tem de ser capaz de se identificar com o papel de adulto e de o incluir nas suas expectativas de vida. Tais expectativas não serão asseguradas se as diferenças etárias forem vistas como totalmente dicotómicas ou não relacionadas, pelo que a complementaridade entre diferentes graus de idade se torna essencial.

Contudo esta complementaridade não implica homogeneização social. Segundo a interpretação funcionalista de Eisenstadt uma das mais importantes funções da estratificação etária é a de permitir que os indivíduos desenvolvam um crescente grau de “integração da personalidade”, adquirindo atitudes de conformidade face à distribuição social da autoridade e ao exercício da cooperação e da responsabilidade. As relações entre diferentes graus de idade são necessariamente definidas em termos de autoridade e o adulto socializante torna-se o primeiro protótipo de autoridade que a criança encontra. Esta assimetria de autoridade, mas também de respeito e de iniciativa, é assim a base da interação entre indivíduos de diferentes graus de idade e consequentemente o garante da continuidade social (2009:28-30).

Segundo Eisenstadt (2009), a importância da estratificação com base na idade é particularmente demonstrada pelo facto de na maioria das sociedades a integração plena (*full membership*) na sociedade ser definida em termos de transição de um grau de idade para outro, e em particular pela aquisição do estatuto pleno de adulto. Esta tende a coincidir com o período de transição entre a família de origem do indivíduo e a família que este gera pela procriação, operando-se assim uma mudança nos papéis de idade: de receptor a transmissor da tradição cultural, de filho a pai. Esta transição ocorre essencialmente pela aquisição da maturidade sexual socialmente legitimada, ou seja, pela obtenção do direito a estabelecer uma família (e não apenas o direito a estabelecer relações sexuais). Segundo o autor, este período é caracterizado por uma interação intensa entre as definições de idade dos dois graus adjacentes, frequentemente dramatizadas e simbolizada nos ritos de passagem (cf. van Gennep 1978). Nestes períodos as características mais básicas das definições de idade ganham saliência e justapõem imagens corporais (sexuais) e dimensões normativas; e é também aqui que a complementaridade dos papéis de idade e de sexo encontra a sua mais clara expressão.

Deste modo, conclui Eisenstadt, as expectativas relativas à idade constituem um dos elos mais importantes entre os sistemas de personalidade dos indivíduos e os sistemas sociais em que estes participam:

“On the one hand, they are among the major criteria by which an individual defines his rights and obligations in relations to others; they also serve to define the types of unites within the social system, to which various tasks and roles are allocated” (2009:32).

Com efeito, o principal enfoque da análise de Eisenstadt (2009) consiste na identificação das condições sociais que tornam a idade um critério decisivo para a alocação de papéis sociais (familiares, de autoridade, económicos ou ocupacionais) e para a determinação de fronteiras entre grupos sociais. Sendo a interação entre indivíduos no seio de grupos heterogéneos em termos etários – tais como a família e outras instituições (igrejas, militar) – um pré-requisito para a continuidade social, como explicar então que em muitas sociedades existam grupos de grande importância social em que a pertença é alocada unicamente a membros de uma mesma idade e as suas fronteiras são definidas especificamente em termos de homogeneidade etária?

Toda a análise produzida por Eisenstadt aponta para que a importância da idade como critério de alocação de papéis e definição de grupos sociais dependa fundamentalmente de dois fatores da organização social e orientação cultural: 1) o grau de complexidade da divisão social do trabalho, sendo que quanto mais simples for esta divisão mais a idade terá importância na alocação de papéis sociais; 2) os principais valores e símbolos culturais de uma sociedade, já que estes podem enfatizar determinadas orientações, qualidades ou atividades que são mais específicas de determinadas idades (Eisenstadt 1972:20).

Desta forma, Eisenstadt (2009) postula que o critério da idade é mais relevante nas sociedades cujos valores de orientação básicos são essencialmente particularistas, difusos e adscritos. Nestas sociedades as unidades familiares e/ou de parentesco são frequentemente a base para a divisão social do trabalho. Aqui as relações entre indivíduos de idades diferentes constituem as formas elementares de interação, sendo as relações no seio de grupos etários homogéneos apenas de importância subsidiária. Estes grupos homogéneos, por seu lado, tendem a surgir em sociedades orientadas por critérios universalistas e com elevado grau de especialização, em que a família ou o parentesco não asseguram por si só – ou são mesmo um bloqueio – à integração plena na sociedade, à obtenção de estatutos sociais, e não constituem a unidade social determinante na divisão do trabalho. Nestas sociedades as solidariedades interetárias tendem a romper-se e é favorecida a emergência de grupos homogéneos em termos de idade que facilitam a aquisição de papéis adscritos e difusos, desta forma intensificando

a solidariedade nos sistemas sociais. Estes grupos tendem a institucionalizar papéis sociais intermédios entre o particularismo das unidades familiares e de parentesco e outras esferas sociais cujos papéis exigem um elevado grau de especificidade e são dependentes do desempenho individual (*achievement*).

Para Eisenstadt o caso mais desenvolvido de divisão social do trabalho é encontrado nas sociedades industriais modernas, onde os principais desenvolvimentos do séc. XIX (criação dos estado-nação, industrialização, migrações intercontinentais) contribuíram para a diminuição da influência da família na esfera social. Como tal, nestas sociedades a pertença social é geralmente baseada no critério universal da cidadania e a família não é determinante para a divisão do trabalho – as ocupações não são transmitidas familiarmente – nem constitui uma unidade política ou ritual. Assim, a participação na família é insuficiente para o desenvolvimento da identidade e maturidade social dos jovens e para a sua participação social. São antes grupos especializados, tais como partidos, grupos religiosos, instituições militares e associações profissionais, que asseguram as principais funções políticas, económicas, sociais e religiosas, às quais os indivíduos aderem independentemente das suas famílias. Entre estes dois pólos desenvolvem-se então os grupos de pares, especialmente entre os jovens, como contextos de desenvolvimento e cristalização de identidade, de autonomia individual e de transição para a participação na sociedade – para a vida adulta (1972:20-21).

A teorização de Eisenstadt é robusta e abrangente, e embora de pendor funcionalista e bastante esquemática, tornou-se influente nas análises posteriores acerca da articulação entre a idade e a organização social e em particular sobre a importância dos grupos de idade para a reprodução e mudança social. Mas na sua abordagem parece deixar de parte um conceito importante, nomeadamente o de geração, curiosamente o mesmo que dá o nome à sua principal obra. Na tradição antropológica este é, contudo, um conceito central e Meyer Fortes, no seu já referido artigo de 1984, amplia a argumentação de Eisenstadt à dimensão geracional da organização social:

“Mediated form earliest infancy by the natal family, the society readily takes on a generational form to the individual, and it is commonly accepted that attitudes deployed in social relations outside the family – such as with peers or authority figures – and towards norms and values of societal origin are laid down in the intrafamilial socialization process” (1984:106)

Na antropologia o conceito de geração é analiticamente distinto do de diferenciação etária. Fortes (1984) aponta para a existência de muitas situações em que as relações baseadas na geração não coincidem ou entram mesmo em conflito com as relações assentes na ordem de nascimento, na idade fisiológica. Em muitas sociedades são frequentes os casos de sobrinhos da mesma idade ou até mais velhos que os seus tios ou ainda casos de filhos e netos do mesmo ascendente com idades semelhantes, o que não significa que pertençam à mesma geração genealógica; sendo que estas aparentes contradições ganham ainda maior complexidade em sociedades com sistemas de parentesco classificatório.

Também Baxter e Almagor, em *Age, Generation and Time* (1978), alertam para estas discrepâncias cognitivas mas frequentes na realidade social entre idade e geração, e distinguem entre geração genealógica, definida pelas relações de parentesco de ascendência e descendência, e geração social, aquela que une indivíduos coevos independentemente da ascendência, com idade fisiológica semelhante e que tendem a partilhar atributos sociais semelhantes, tais como a probabilidade de se tornarem pais ou avós no mesmo período. Assim, um tio e um sobrinho nunca poderão pertencer à mesma geração genealógica, mas poderão fazer parte da mesma geração social.

As gerações são criadas pela combinação das relações conjugais com as relações reprodutivas, que são o centro de cada sistema de parentesco. O conceito de geração e de sequência de gerações é uma função das relações de parentesco e das ligações genealógicas. Para Fortes este facto evidencia que o processo de classificação (*ranking*), reconhecimento e agrupamento de pessoas com base na geração é muito diferente do processo de diferenciação que tem por base diferentes fases de maturação ou as suas idades equivalentes. Na verdade, para o autor, a idade é um fator acidental na estrutura familiar e nas relações entre gerações no grupo doméstico: um pai é sempre um pai e um irmão é sempre um irmão, independentemente da idade (1984:105).

Na realidade, antes da ênfase na idade, os antropólogos haviam desde muito cedo identificado a importância da geração, em especial para a análise dos processos de transmissão e reciprocidade no parentesco e na estrutura social (Whyte, Alber e van der Geest 2008:1). Seja pelo interesse da antropologia social britânica nas regras e estruturas que regulam a descendência, filiação e sucessão, seja pela teorização da antropologia estruturalista francesa acerca da aliança entre grupos baseada na troca de mulheres ao longo das gerações, o conceito de geração genealógica e a sucessão das

gerações têm assumido uma relevância central para pensar a continuidade social (Whyte, Alber e van der Geest 2008)².

Já em 1924 Radcliffe-Brown alertava para a importância estrutural transcultural da relação intergeracional entre o sobrinho uterino e o tio materno, lugar de regras e prescrições, mas também de fluxo de recursos, de cuidados e de sentimentos (Radcliffe-Brown 1986). Mais tarde, refletindo sobre os princípios estruturais expressos pelos padrões de “relações de gozo” (1940), o mesmo autor realça não só a centralidade desta relação como também da relação de proximidade e de igualdade entre avós e netos (em oposição às relações desiguais e respeitosas entre pais e filhos), onde identificava por excelência o lugar da coesão e continuidade social:

“An important clue to the understanding of the subject is the fact that in the flow of social life through time, in which men are born, become mature, and die, the grandchildren replace their grandparents” (1940:201).

Com efeito, na análise das sociedades pré-industriais os antropólogos tiveram frequentemente em atenção a importância das relações entre as gerações genealógicas para a reprodução social. Contudo muitas vezes destacaram-nas enquanto foco de conflito em torno da alocação de recursos essenciais à produção e à reprodução (terra, gado, acesso ao trabalho, controlo de casamentos pelo acesso ao “preço da noiva”). Aqui pode apontar-se o trabalho de Meillassoux (1977), que numa linha de interpretação marxista, procura identificar as “estruturas alimentares do parentesco” das sociedades agrícolas do oeste africano. Segundo o autor, nestas sociedades as gerações mais velhas mantêm o seu poder através de uma dupla subordinação e exploração laboral das mulheres e dos homens mais novos, controlando de forma interdependente o trabalho e os recursos a que accedem ambos, tal como a possibilidade de se estabelecerem novos casamentos, desta forma regulando a autonomização dos homens mais novos. Já Marshall Sahlins (1983 [1974]), preocupado com as modalidades de troca e reciprocidade entre os povos primitivos, vê nas hierarquias do parentesco o modelo primário da ética económica destas sociedades. Para este autor a reciprocidade generalizada (aquele em que uma dádiva não obriga a uma restituição de valor igual ou superior nem de forma imediata no tempo) estabelecida entre as gerações mais velhas e

² Maurice Godelier em *O Enigma da Dádiva* (2000) propõe uma síntese destas duas perspetivas, defendendo que a sociedade humana assenta em dois princípios interdependentes: por um lado o princípio de Mauss e Lévi-Strauss da troca, da aliança, da reciprocidade, o simbólico, e por outro o princípio da retenção e da transmissão, da continuidade, do enraizamento no tempo, no sangue, no solo, o imaginário. Esta abordagem reforça a centralidade da sucessão geracional no parentesco.

as mais novas constitui um modelo amplo de intercâmbio social que é frequentemente estendido a outras relações sociais. A generosidade paterna e a humildade filial nela patentes fundam assim o “paternalismo”, que se torna a matriz fundamental de outras esferas de poder e hierarquia (chefaturas, caciquismo).

Todavia a investigação antropológica clássica, mantendo-se restrita às sociedades pré-industriais, fica aquém de uma teorização geral, ao nível da de Eisenstadt, sobre a relevância da idade para a estrutura e continuidade social. É essa limitação que procura ultrapassar Meyer Fortes no já referido ensaio *Age, Generation, and Social Structure* (1984), ao articular a perspetiva antropológica sobre geração com a teorização de Eisenstadt.

Para Fortes (1984) a sucessão das gerações é a essência do processo reprodutivo, primeiro para a substituição fisiológica de cada geração, mas também e mais importante, para a sua substituição social e cultural pela geração seguinte. Porém, sob a continuidade da sociedade e da cultura assim assegurada reside uma divisão (*a split*): entre pais e filhos do mesmo sexo tende a haver uma relação ambivalente, já que os pais desejam que os seus filhos os substituam mas também os vêm – e são vistos por eles – como rivais, inimigos edipianos. Esta propensão, assim como a da rivalidade entre irmãos do mesmo sexo, parecem a Fortes ser intrínsecas à estrutura familiar humana, leis gerais da vida social humana, que como tal colocam problemas a cada sociedade sobre como disciplinar e orientar para fins sociais construtivos. Além disso, onde existem sistemas classificatórios de parentesco, elas parecem estender-se para fora do núcleo familiar em direção ao parentesco colateral. Com efeito, em sociedades com parentesco classificatório o modelo geracional pode ser estendido de forma a regular as relações sociais de todo o grupo tribal. Tal como havia verificado Evans-Pritchard entre os Nuer (1977) (ver adiante), o modelo familiar pode servir de base para o domínio político-jurídico, tornando-se as relações inter e intrageracionais (como opostas às relações definidas por idade ou nível de maturação) efetivas em assuntos políticos ou jurídicos, tanto como nos assuntos familiares.

Assim, para Fortes (1984), o envelhecimento humano é um processo natural de maturação individual que corre o seu curso na sociedade entre dois pólos da estrutura social. Um dos pólos é o domínio da reprodução social, normalmente centrado em alguma forma de organização familiar. Para o autor, qualquer sistema familiar, mais ou menos restrito, cumpre o seu fim pela sucessão de gerações de pais e filhos. Daqui surge

o cálculo geracional, que constitui a base das relações pessoais e sociais primeiro no domínio familiar, mas que pode ser estendido para domínios mais amplos da vida social. Em contextos sociais estruturalmente organizados em torno deste modelo familiar o desenvolvimento maturacional é relevante mas a idade cronológica não, e por isso não é culturalmente codificada. A sucessão das gerações torna-se a principal medida do tempo.

A família pode, no entanto, ser pensada como existindo em favor da sociedade, já que é a sua performance reprodutiva que permite a existência da sociedade ao longo do tempo. Assim – e este é o segundo pólo da estrutura social – segundo Fortes (1984) cada indivíduo não é apenas um membro de uma família e de uma geração mas também um cidadão, sujeito a regras e constrangimentos e portador de direitos e deveres que representam a força da sociedade como um todo (contra a família), que é de natureza política e jurídica e que funciona com sanções diferentes das normas afetivas e morais da família. Como tal, para Fortes as sociedades podem variar, desde as sociedades ocidentais modernas, em que o domínio político-jurídico é estruturalmente muito distinto do familiar, àquelas em que estes domínios se sobrepõem num maior ou menor grau. Para um ocidental não há qualquer relação entre ser parente e ser cidadão, mas noutras sociedades um estatuto pode depender inteiramente do outro (1984:115). Desta forma, o reconhecimento e consideração da idade cronológica, como oposto à geração, dependem da diferença existente entre os domínios político-jurídico e o familiar na vida social. Como pergunta Fortes:

“Strip the individual of kinship status – that is, let the identity of the person’s parent or child or spouse or sibling be irrelevant to the granting of citizenship, with all its economic and other concomitants – and what remains to serve as a criterion for social classification other than sex, local association, and chronological age?” (1984:115)

Resumindo a argumentação de Fortes, conclui-se que os sistemas de datação e o reconhecimento da idade cronológica deles dependente são irrelevantes se não forem importantes para o reconhecimento de direitos e deveres políticos ou legais, ou seja, para o estatuto de cidadania. Verifica-se assim uma diferença entre sociedades organizadas por geração e sociedades organizadas em torno da idade cronológica: as primeiras têm a sua origem na sequência de gerações na família; nas segundas a especificação por idade é político-juridicamente institucionalizada. As primeiras subsumem as descontinuidades num quadro de sucessão das gerações que reforça a

continuidade. As segundas operam atomisticamente, com o indivíduo como unidade de referência, deixando o problema da continuidade estrutural para a ordem institucional não familiar. Desta forma Fortes acaba por subscrever a tese de Eisenstadt, afirmando que família e Estado estão em pólos opostos no eixo da estruturação social, tendendo muitas vezes a operar em direções opostas e não complementares (1984:109).

Sistemas de classes de idade

Para além desta aparente polaridade esquematizada por Fortes entre sociedades “familiares” e sociedades “estatais”, ou entre “geração” e “individuo” no que toca à importância da idade como organizador social, a antropologia dedicou também bastante atenção ao longo da sua história a um modelo de organização social que se pode considerar intermédio, mas mais “bizarro” e menos frequente (Baxter e Almagor 1978:2), nomeadamente ao instituir grupos ou classes de idades sucessivas como unidades formais com relevância em diversas dimensões sociais (militar, ritual, política, económica). Segundo Baxter e Almagor (1978), este modelo de organização social pode ser encontrado um pouco em todo o mundo mas é no leste africano que tem particular incidência. Tende a surgir em sociedades com sistemas políticos não centralizados e sistemas de parentesco pouco diferenciados, com baixa densidade populacional e frequentemente pastoralistas. Segundo estes autores, o seu aspeto mais marcante é a capacidade de tornar o envelhecimento um processo mais cultural do que físico:

“All age-systems seek to arrest the flow of time by setting men together in units and thereby allocating defined segments of time. (...) In so far as age-systems allocate status to named segments of the population who share the same culturally defined segment of time, and that status is incremented through time, age-systems are a device to make the cruel descent through life to decay appears as if it were an ascent to a superior, because senior, condition” (Baxter e Almagor 1978:24).

De forma a compreender as especificidades destes sistemas de grupos de idade, os mesmos autores sugerem que a análise deve preocupar-se menos com as suas funções societais práticas, e mais com os benefícios rituais que eles conferem aos indivíduos, grupos e sociedades. Todavia essa compreensão implica o estabelecimento de alguns conceitos base a fim de decifrar as complexas categorizações e relações sociais que estes sistemas favorecem. Neste sentido, já em 1929 Radcliffe-Brown procurava

estabelecer uma terminologia adequada na análise deste modelo, diferenciando desde logo entre “grupos de idade” (*age-set*) e “graus de idade” (*age-grade*):

“*Age-set* – A recognised and sometimes organized group consisting of persons (often male persons only) who are of the same age. (...) Once a person enters a given age-set, whether at birth or by initiation, he remains a member of the same set for the remainder of his life. *Age-grade* – This term should be kept for recognised divisions of the life of an individual as he passes from infancy to old age. Thus each person passes successively into one grade after another, and, if he lived long enough, through the whole series – infant, boy, young married man, elder, or whatever it may be” (1929:21, itálico do autor).

Todavia, para Fortes o termo “idade” é ele próprio incorreto pois estas sociedades não tinham conhecimento da idade cronológica no período pré-colonial, sendo os ditos “grupos de idade” organizados antes segundo o critério de geração ou segundo o período de nascimento. Por isso Fortes considera que a terminologia “graus de idade” ou “grupos de idade” pode aqui ser enganadora, já que é etnocêntrica (1984:115).

Numa extensa e sistemática análise às sociedades com sistemas estruturados por idade, o antropólogo italiano Bernardo Bernardi (1985) também aponta desde logo a necessidade de diferenciar entre “classes de idades” (termo aqui equivalente ao de *age-set* de Radcliffe-Brown), que se referem a grupos de pessoas formalmente constituídos com base num critério de proximidade etária, e “graus de idades”, que remetem para categorizações sociais, mais ou menos formais, relativas a diferentes fases etárias ao longo do curso da vida e suas respectivas características, direitos e obrigações sociais. Para este autor os graus de idade informais, como os encontrados nas sociedades ocidentais modernas, têm apenas um valor aproximativo e indicativo: infância, adolescência, juventude... São variáveis de cultura para cultura e mutáveis face a novas situações. Nas sociedades ocidentais os graus de idade só são fixados por lei na maioridade e na idade da reforma; só nestes casos eles são superimpostos, tornando-se institucionalizados. Por seu lado, num sistema de classes de idades, os graus de idade são formalmente instituídos e a cada um corresponde uma posição social, um estatuto com direitos e responsabilidades específicas. Assim, cada classe de idade acede a este estatuto apenas transitoriamente, esperando-se que depois de um período de tempo o abandone e transiste ao seguinte, deixando-o para ser ocupado pela classe anterior.

Bernardi (1985) postula que em todos os sistemas de classes de idades se encontra 1) a instituição formal de classes, 2) a configuração de graus promocionais, 3) a

sucessão das classes nesses graus. Nestes sistemas os graus são institucionalizados, e não informais, e a promoção para um determinado grau não é apenas nominal, implica a legitimação para determinadas ações sociais. Por outro lado, quando os graus de idade são informais pode existir alguma relação entre graus e direitos sociais, mas ela é frágil e não obrigatória (à exceção daquelas importas por lei como na maioridade e na idade da reforma). Além disso o reconhecimento social do estatuto associado a um grau de idade informal é sempre obtido individualmente, ao contrário daquele obtido em sociedades com graus de idade institucionalizados, que são sempre formais, rituais e corporativos. É a classe como tal que é promovida ao grau e consequentemente todos os seus membros obtêm os respetivos direitos.

A institucionalização das classes de idade ocorre pela celebração de ritos de passagem. Estes podem ser baseados, segundo Bernardi, em dois princípios: 1) o reconhecimento público da maturidade fisiológica com a celebração da iniciação pós-pubertária, 2) a determinação da distância geracional entre cada candidato e o seu pai (1985:5). Iniciação e geração são então os dois princípios de recrutamento para as classes de idades. Iniciação (pós—pubertária) implica o reconhecimento público de um facto fisiológico que transforma um adolescente num adulto. Geração refere-se à relação que é formada ao nascimento entre um indivíduo e os seus pais. Ambos os princípios servem para criar grupos sociais similares – as classes de idades – mas gerando sistemas com diferentes características.

O recrutamento para uma classe representa uma promoção social já que associa o indivíduo a um grau de idade e consequentemente com os respetivos direitos. Desta forma o sistema de classes de idades torna-se um sistema de promoção social. Passar pelos mesmos ritos ao mesmo tempo gera proximidade entre os candidatos, tornando-se estes companheiros de idade (*age mates*). O que os une não é a idade fisiológica, mas uma idade relativa determinada pela participação em ritos no mesmo período. Assim a idade relativa torna-se idade social, baseada na pertença a uma mesma classe de idade e expressa no estatuto respetivo ao grau de idade adquirido. Os ritos de passagem constituem então o mecanismo de recrutamento dos membros para uma classe e o fator determinante da sua idade social comum (Bernardi 1985:4-5).

Bernardi defende ainda que a iniciação pode ser considerada um nascimento, já que antes dela o indivíduo não tem qualquer reconhecimento social, não é considerado uma pessoa completa. Depois dela torna-se uma pessoa completa e responsável, torna-

se parte da sociedade e age autonomamente. Nos sistemas de classes de idades que utilizam a iniciação como base do recrutamento, o nascimento social do indivíduo ocorre com a sua entrada para uma primeira classe de idade (classe de iniciação).

A sucessão das classes ao longo dos diferentes graus gera uma estratificação social, representada pelas classes existentes num dado momento e ocupando os vários graus. Contudo a estratificação das classes de idades não é fixa, mas move-se a um ritmo determinado pela formação de novas classes. Esta mobilidade interna permite a todos os membros (geralmente masculinos) de uma sociedade, com o decorrer do tempo, atingir todos os graus de autoridade e de poder (militar, cuidado do gado e da família, poder político, poder religioso (Bernardi 1979:328)). Pode dizer-se que o quadro formado pela totalidade dos graus em cada sistema representa o modelo ideal da estrutura social. Assim, o sistema de classes de idades fornece o quadro da organização social. Para Bernardi, é este fator que distingue os sistemas de classes de idades de qualquer outro sistema de idade ou agregação ocasional baseada na idade: há sociedades onde este sistema é o principal elemento da estrutura social; há outras onde ele é secundário, complementar ou alternativo a outros elementos estruturais, tais como o parentesco ou a estrutura tribal.

Este é o caso dos Nuer, estudados por Evans-Pritchard (1977), uma sociedade do leste africano, no atual sul do Sudão, com uma organização tribal cuja estrutura segmentar se articula e depende de um sistema de parentesco classificatório organizado segmentadamente em clãs, linhagens e sub-linhagens. Nesta sociedade os indivíduos do sexo masculino são também integrados, pela iniciação, em séries de idade constituídas sucessivamente de dez em dez anos, aproximadamente. No entanto, segundo Evans-Pritchard, estas séries não constituem unidades corporativas e não assumem funções políticas ou militares específicas. Entre os Nuer as séries de idade são particularmente importantes na determinação dos comportamentos individuais e permitem organizar a distribuição dos direitos e obrigações dos jovens rapazes no período de transição para o estatuto de adulto. Desta forma elas determinam o estatuto relativo entre os homens – de senioridade, igualdade ou junioridade – o que condiciona as atitudes recíprocas entre eles para além daquelas definidas pelas relações de parentesco.

Entre os Nuer, que não utilizam qualquer sistema cronológico de medição do tempo, os grupos de idade cumprem ainda um importante papel de estruturação do tempo. Os períodos de instituição de uma série de idade ou os intervalos que os

medeiam constituem-se como referências coletivas que permitem aos indivíduos situar acontecimentos num contínuo temporal e reconstruir sequências de eventos (Evans-Pritchard 1977:122-123). Evans-Pritchard designa este como um “tempo estrutural” (1977:121), explicando-o mais tarde numa conferência:

“Os intervalos entre os acontecimentos não se contam, então, em função do conceito de tempo tal qual nós os entendemos, mas em função da distância estrutural, da diferença social entre pessoas (...) Pode dizer-se que, em geral, o tempo entre os Nuer é uma conceptualização da estrutura social, e que os pontos de referência no sistema que o medem são projeções no passado de relações reais entre grupos de pessoas” (Evans-Pritchard 1978: 165).

Bernardi (1985) evoca este conceito para introduzir um outro, o de “idade estrutural”. Ele afirma que as escolhas antropémicas referentes à idade encontradas na etnografia disponível parecem evocar uma distinção entre idade fisiológica e idade estrutural. Para o autor, a idade fisiológica é relativa à medida do desenvolvimento fisiológico de um indivíduo, ou o cálculo do tempo passado entre o seu nascimento e o presente. Por seu lado, a idade estrutural é caracterizada pelo seu impacto institucional, é avaliada pelo grau de integração na vida social e em relação à posição no gradiante de promoção sucessiva na sociedade. Em sociedades onde esta é preponderante a idade de um indivíduo não é medida em relação ao seu desenvolvimento fisiológico, mas em relação às atividades sociais que lhe são consignadas. Pode dizer-se que a idade estrutural mede a capacidade jurídica do indivíduo para realizar certas atividades sociais.

“In every age system, the concept of structural age has its distinguishing connotations. For example, in Western systems, the attainment of the right to vote is an index of the structural age of a person. In age class systems, structural age is reached with the individual's entrance into the class structure and is measured with his progressive advance along the line of social gradation. In societies having age class systems, it is only structural age that is important; physiological age is ignored” (1985:9).

Na sua análise Bernardi (1985) alerta no entanto para o facto dos sistemas de classes de idade não operarem no vazio cultural; eles estão associados estrutural e ritualmente a outros elementos estruturais, tais como as divisões do território, os sistemas de parentesco e as crenças cosmológicas que estão na base dos ritos de passagem. Para o autor, contudo, um dos mais importantes aspetos da idade como

princípio estrutural é a sua eficiência na promoção da unidade: em situações em que outros elementos sociais (território, parentesco) podem produzir divisão, a idade pode produzir unidade entre indivíduos que partilham a mesma classe de idade.

Para Bernardi (1985), idade também implica sucessão: novos indivíduos, ao maturar, substituem os mais velhos. Para o autor, o impulso para a autonomia individual, trazido pela maturação, é uma necessidade tanto física como cultural. Este impulso promocional, intrínseco ao conceito de idade, expressa-se em termos de direitos e poder, já que um jovem em maturação aspira a afirmar-se pessoalmente e constituir uma vida social autónoma, tendo acesso a recursos para se suportar a si e à sua família e podendo participar nas decisões da vida comunitária. Mas este é um processo que não é isento de tensões e conflitos. Ao atingir a autonomia pessoal, os indivíduos dissociam-se dos seus pais e familiares mais velhos e tendem a associar-se com os seus semelhantes. O que promove os conflitos é justamente a procura de novas posições pelos mais novos, a fim de assegurem a sua autonomia social. Para este antropólogo, é aqui que melhor se percebe o papel das classes de idades como fatores de organização social. Eles são concebidos para regular todo o processo pelo qual os indivíduos atingem a autonomia e participam na vida comunal: categorizam os indivíduos, regulam as relações entre classes e as funções atribuídas a cada uma, asseguram a distribuição e rotatividade de todas as formas de poder segundo os diferentes graus de idade e definem ainda as normas para atenuar tensões e resolver conflitos.

Assim, a aplicação do conceito de idade estrutural aos sistemas de classes de idades produz dois efeitos contrastantes: homogeneização e diversificação. Para Bernardi, a ambivalência entre igualdade e desigualdade é um problema fundamental que os sistemas de classes de idades têm de resolver e a manipulação da idade estrutural é o instrumento usado para corrigir e conter os aspetos negativos da diferenciação gerada no sistema. A classificação reduz o efeito diferenciador da idade fisiológica, sendo que no processo de classificação todos adquirem a mesma idade estrutural e consequentemente o mesmo estatuto. Como tal, para a mesma classe de idade, a idade estrutural gera igualdade. Porém, a idade estrutural também gera a senioridade e como tal, entre classes de idade, constitui a base da diferenciação e desigualdade. É desta forma que a sucessão de graus regula a distribuição das funções sociais e portanto do poder entre as classes (1985:169-170).

Bernardi (1985) conclui no entanto que a especificidade dos sistemas de classes de idade não advém apenas da manipulação da idade estrutural. Ela advém em especial do facto destes sistemas serem globais, abrangendo todos os aspetos da vida social: político, militar, sexual, económico, ritual e também cognitivo (interpretação da vida e orientação da ação). O conceito de poder aqui implícito é muito amplo, abrangendo toda a atividade social. Assim, a sucessão das classes de idade pelos graus constitui essencialmente um mecanismo de distribuição, definição e limitação do poder na sociedade de forma global.

Para Fortes (1984) o que caracteriza os sistemas de classes de idade é também o seu caráter regulador de tensões sociais, que para o autor são principalmente intrafamiliares. Desde logo defende que estes sistemas permitem o reforço do valor familiar da fraternidade entre os membros de um mesmo grupo “etário”, assim expandido este valor para a sociedade em geral, quando de facto na família se verifica a rivalidade fraterna. Assim, neste aspetto, os grupos de idade são uma forma de transportar para fora da família a rivalidade interna, onde poderia prejudicar as funções produtiva e reprodutiva da família. Segundo este autor, pelos grupos de idade os indivíduos são sujeitos, como indivíduos e não como membros de uma família, à disciplina da ordem jurídica e política da sociedade. Através deste sistema se mostra que as obrigações para com a sociedade, como cidadão de um sistema político-jurídico, são diferentes, opostas e mais importantes que as obrigações familiares, marcadas pelos sentimentos de confiança mútua e interdependência.

Retomando a tese de Eisenstadt, Fortes reforça que em diferentes sociedades pré-letradas e pré-industriais a determinação da cidadania pode depender da descendência ou então dos grupos de idade e geração. Contudo, realça que nestas sociedades o estatuto de cidadania e o familiar não são totalmente diferenciados. Assim não há necessidade de calcular a idade cronológica para estabelecer e regular a cidadania: os grupos de idade e geração são uma solução a meio caminho (1984:117).

Mas para Fortes (1984), tal como já antevira Eisenstadt, o mais importante é a capacidade dos grupos de idade resolverem e mobilizarem em favor da comunidade as tensões e potenciais conflitos intrínsecos à sucessão das gerações entre pais e filhos: a regra universal nos grupos de idade é que pais e filhos nunca podem pertencer ao mesmo grupo. Assim, a autoridade parental e a subordinação filial, que tendem quase

invariavelmente para o confronto nos limites da família, são, sob a égide da cidadania, recolocadas num legítima e aceite hierarquia.

Para Baxter e Almagor (1978) é a gerontocracia que favorece a estruturação social em grupos de idade, sendo este sistema a plataforma ideal para os mais velhos exercerem poder sobre os mais novos. Esta é a dimensão política dos sistemas de grupos de idade, expressa em particular pela divisão social do exercício militar e do trabalho, tendencialmente cabendo aos mais jovens as tarefas mais árduas. Para Fortes (1984) a gerontocracia aparece como a transposição societal da autoridade geracional dos pais, sendo o seu fator chave o controlo do direito a casar, ou seja, a possibilidade de exercer uma sexualidade procriativa legítima. É este direito que está primariamente em jogo na rivalidade entre gerações sucessivas e, transposto para a ordem político-jurídica, ele regula a sexualidade de forma a esta poder ser exercida apenas no momento socialmente apropriado. Com efeito, os grupos de idade tendem a enfraquecer à medida que os seus membros se casam e assumem as responsabilidades produtivas e reprodutivas da família, na transição da adolescência para a idade adulta.

Baxter e Almagor (1978) realçam também que as lealdades baseadas na idade tendem a diminuir à medida que aumentam as lealdades familiares, já que são as famílias, e não as classes de idade, que detêm os direitos de propriedade e como tal são elas que determinam os casamentos dos jovens e todas as relações sociais constituídas em torno da propriedade. O mesmo afirmam ainda, Keith e Kertzer, quando defendem que os laços familiares são mais fortes do que os etários, não apenas devido aos laços emocionais que unem os familiares, mas também porque as unidades de parentesco são mais eficazes na manutenção do controlo de propriedade, essencial para a continuidade social (1984:47).

O tabu do incesto é congruente com esta hipótese pois, segundo Fortes (1984), o seu fim último é evitar a mistura de gerações, e não a mistura de idades e fases de maturação (também Baxter e Almagor 1978:13). É a assumpção total desta regra que marca a obtenção do estatuto de adulto, e o ciclo completa-se. O grupo de idade retira o jovem da família na fase pubertária e a família reclama-o novamente numa fase em que ele é necessário para o processo produtivo e reprodutivo e ele já está física e socialmente maduro para o assumir. Posteriormente os grupos de idade podem manter o seu significado ritual e simbólico mas, como havia mostrado Evans-Pritchard para os Nuer, eles raramente desempenham funções corporativas legais, administrativas ou

económicas. Contudo, para Fortes os grupos de idade podem não constituir uma organização política por si mas tal não implica que não tenham significado político, já que pela incorporação do indivíduo na ordem social como cidadão, a classe de idade proporciona-lhe um estatuto que permanecerá com ele ao longo de toda a sua vida (1984:118).

Preocupado com uma análise mais ampla e transversal da idade como fator de organização social, o antropólogo Paul Spencer (1990) encara os sistemas de grupos de idade de forma menos esquemática, procurando sair de um quadro de análise marcadamente estrutural-funcionalista. Desde logo constata que análise destes sistemas tem privilegiado isoladamente um dos seus dois pólos: ou se tem focado na unidade horizontal, que remete para a igualdade e solidariedade entre os membros de cada grupos de idades, ou se tem dedicado à subordinação vertical, analisando a estratificação etária e a dominância e carisma dos seniores. Para Spencer, no entanto, estas duas dimensões são complementares e devem ser encaradas de forma dinâmica.

Spencer constata que os sistemas formais de estratificação por idade apresentam semelhanças com os sistemas de parentesco e casamento, já que ambos são elaborações simbólicas enraizadas numa metáfora biológica (cf. Maybury-Lewis 1984). Mas, se estes últimos têm sido amplamente reconhecidos na antropologia como dimensões estruturantes de todo o processo social, o mesmo não tem acontecido com os grupos de idade (1990:11). Há contudo reconhecimento antropológico do cruzamento entre grupos de idade e grupos parentesco, os primeiros contrabalançando as divisões políticas baseadas no parentesco, agindo como uma filiação complementar que une a sociedade mais ampla (Baxter e Almagor 1978, Maybury-Lewis 1984, Fortes 1984, Bernardi 1985, Eisenstadt 2009). Mas para Spencer, esta é uma explicação simplista que não dá conta da variedade e complexidade dos sistemas de grupos de idade. O autor relembra que nestes sistemas os grupos de idade têm com frequência uma abrangência social apenas parcial, uma vez que raramente se estendem às mulheres e normalmente ocorrem apenas nas primeiras fases do desenvolvimento individual (1990:11).

Argumenta Spencer, tal como o fazem outros autores (Baxter e Almagor 1978, Keith e Kertzer 1984, Fortes 1984), que mesmo em sistemas em que a pertença a uma classe de idade permanece ao longo de toda a vida dos indivíduos, como no caso dos Maasai, as responsabilidades individuais face às suas famílias e gado sobrepõem-se às lealdades entre membros da classe de idade, e que estas são, na idade adulta,

essencialmente mobilizadas em favor da proteção dos interesses individuais (1990:12). Se van Gennep havia considerado os rituais de iniciação Maasai como um proeminente exemplo de um rito de passagem que prepara os rapazes para se tornarem *moran* (grau de idade dos guerreiros), defende Spencer que a sua análise não devia ter parado aí. Para este autor o período *moran* não é mais do que uma fase de marginalidade social na vida destes jovens, um extenso período (cerca de uma década) de transição entre a infância e a senioridade:

“The age system, in fact, displays very clearly a social construction of adolescence, holding men in the fullness of their twenties in a heavy ritualized suspension, which is imposed on them by much older men who are playing for time and for wives” (1990:12).

Para este antropólogo a dinâmica interna dos grupos de idade, em particular entre os jovens, revela uma dimensão importante da estratificação etária: a manutenção da “communitas” ao longo do curso da vida. Para o autor, os grupos de pares (e aqui não apenas as classes de idade formais mas também grupos de idade informais) promovem experiências de partilha e apoio mútuo que podem ser descritos pela noção de “communitas”, já que evocam os princípios da igualdade, uniformidade e solidariedade. Nestes casos, contudo, para Spencer o caráter de antiestrutura que Victor Turner (1974 [1969]) identifica não se aplica, uma vez que a estrutura da desigualdade etária permanece e apenas os membros do mesmo grupo etário partilham um espírito de “communitas” entre si.

Spencer (1990) identifica a “communitas” nas danças rituais do *moram* do sistema de classes de idade dos Samburo (variante do sistema Maasai), que descreve como uma inversão ritualizada do envelhecimento, uma performance ritual que expressa uma regressão para fases cada vez mais precoces do desenvolvimento social, até perder totalmente a estrutura e desembocar num forma de brincadeira desinibida. Estas danças evocam, para o autor, a antiestrutura e a camaradagem entre pares típica da infância. Deste modo o antropólogo chama a atenção para a importância da interação desinibida entre os pares na infância para além da família (dimensão não teorizada por Freud) como fonte de aprendizagem tanto da autoridade e da estrutura como da antiautoridade, da “communitas” e antiestrutura. Estes padrões seriam posteriormente reativados ao longo da vida em momentos de oposição à autoridade, em momentos festivos, lúdicos e licenciosos, empreendidos por grupos de idade com o mesmo estatuto.

Spencer evoca a sugestão de que a transição Lévi-Straussina da natureza à cultura se reflete no curso da vida pela transição da desordem da infância para a autoridade significada da velhice (Amoss e Harrel 1981, cit. in Spencer 1990:12-13). Contudo para ele esta transição é antes de mais uma transição da condição de natureza para a de estatuto. A organização hierárquica dos sistemas de idade é baseada em considerações de estatuto, e por isso as crianças são deles excluídas. No entanto, nas suas relações horizontais o aspetto da desordem infantil parece ser continuado ao longo do ciclo vital, reativando a experiência da “communitas” entre pares (de idade) na idade adulta em contextos ritualizados, a despeito das desigualdades experienciadas nas suas vidas privadas.

Keith e Kertzer, analisando criticamente as abordagens que se centram na estratificação etária, reforçam a perspetiva de Spencer de busca um equilíbrio dinâmico entre as forças hierárquicas e as forças igualitárias presentes nos sistemas de classes de idade. Os autores alertam para o facto de que, embora estes modelos enfatizem a dimensão hierárquica das relações etárias, os exemplos etnográficos revelam frequentemente a dimensão igualitária e harmoniosa entre pares, por vezes como força compensadora da tensão e desigualdade que caracteriza a estrutura social, em particular a ancorada no parentesco (1984:37; também Keith 1980:359). E relembram ainda que a pesquisa etnográfica tem demonstrado que a ênfase dada à idade pode variar também consoante a situação, o assunto em conflito e as características de idade dos atores sociais (1984:37; também Keith 1980:354).

Com efeito, segundo Keith e Kertzer (1984), a ênfase nas sociedades com grupos de idade formais tem sido por vezes um obstáculo na análise antropológica da idade, já que categorias e relações sociais baseadas na idade existem mesmo na ausência de grupos constituídos segundo esse critério. Lembram que grupos de idade formais sempre surgiram e desapareceram ao longo da história, sendo por isso mais importante explorar os fatores que favorecem a elaboração cultural da idade (1984:22-23, também Maybury-Lewis 1984:138). Para estes autores a análise antropológica será mais proveitosa se se centrar naquelas sociedades em que a idade têm mais saliência nos domínios privado e informal. E partem de uma constatação: a tendência para normas igualitárias e solidárias entre pares com a mesma idade surge mais frequentemente nos grupos que antecedem ou precedem a maturidade social (jovens e velhos), já que genericamente têm menos acesso a recursos e influência para participar socialmente;

desta forma estabelecem a igualdade e protegem-se do isolamento social. Para estes antropólogos, esta flutuação da relevância dos grupos de idade ao longo da vida realça a importância de analisar os grupos de pares na perspetiva do curso de vida, articulando com as condições socioculturais e históricas:

“The errors of equating age sets and egalitarianism came from failure to place peer ties in a life-course context: ties to agemates have various meanings at various life stages, in various cultural contexts, at various historical moments” (Keith e Kertzer 1984:23).

Teoria do curso da vida

Na introdução à sua obra sobre sistemas de classes de idade Bernardo Bernardi afirma que a identificação de um indivíduo ao longo do tempo só é possível se forem observadas as mudanças por que este passa ao longo da sua maturação. Esta observação torna possível identificar pontos de referência – antes e depois – que fornecem os pólos para definir as fronteiras cronológicas da noção de idade. Assim, a idade implica fluidez e mudança (1985:7). Também para Eisenstadt o problema da transição de um ponto na vida de um indivíduo para outro constitui um elemento básico para qualquer definição cultural de idade. Assim, cada definição de idade tem de lidar com a percepção do tempo, com as mudanças que ocorrem ao longo do tempo, com a transição de um período da vida para outro. E defende ainda que a tentativa de encontrar algum significado nas transições temporais pessoais leva frequentemente à identificação com o ritmo e os ciclos da natureza, da história ou do desenvolvimento da sociedade (1972:17; também van Gennep 1978:161).

A transitoriedade é assim uma das dimensão centrais do desenvolvimento humano, e todas as sociedades procuram mecanismos que a regulem e que a tornem previsível, enfim, que a “culturalizem”, na articulação entre a maturação fisiológica e o meio natural e social em que esta ocorre. Na antropologia Keith e Kertzer lembram que no campo da idade, para além da clássica análise das sociedades com sistemas de classes de idade, uma outra perspetiva foi frequente no início do século XX, nomeadamente a análise do “ciclo vital”. Com efeito, esta abordagem encarava o envelhecimento como um processo de mudança e de transições ao longo da vida, procurando descrever para cada sociedade a sequência de fases da vida culturalmente definidas e as respetivas normas e comportamentos associados a cada uma das etapas do

ciclo (p.e. infância, adultez, velhice...). Porém esta análise constituía muitas vezes apenas um capítulo nas monografias antropológicas, o ciclo vital era encarado como uma unidade isolada e coerente e não era relacionado com outros aspectos da vida social (cf. Fry e Keith 1982, cit. in Keith e Kertzer 1984:23-4). Segundo estes autores, na antropologia foram também analisados em detalhe (em termos de desenvolvimento, normas e transições) os pólos do curso da vida: inicialmente o pólo da infância e adolescência (ver adiante Mead 1929) e mais recentemente o pólo da velhice (1984:25). Contudo o enfoque no desenvolvimento humano como um *continuum* e no curso da vida como unidade de análise articulada com os contextos sociais têm sido pouco explorados na antropologia. Foi antes da psicologia e da sociologia que esta abordagem recebeu os principais contributos.

Segundo a revisão efetuada por Keith e Kertzer (1984) para o campo da psicologia, o estudo da idade e dos fenómenos psicológicos com ela relacionados tem sido tradicionalmente compartmentalizado em categorias de idade limitadas. Tal abordagem deu origem à “psicologia do desenvolvimento”, que se refere ao estudo dos indivíduos até à maturidade física, baseada na premissa de que as diversas funções psicológicas dos indivíduos maturam durante a infância e adolescência, atingem um *plateau* na idade adulta e começam a decair com o envelhecimento (1984:26). Segundo os autores, embora os psicólogos tenham sempre mostrado interesse em todas as fases da vida (abordagem de *life span*), a crítica a este modelo tradicional da psicologia do desenvolvimento surgiu apenas intensamente nos EUA nos anos 1960 e início dos anos 1970. Baltes e Schaie destacam-se, afirmando que a mudança psicológica ocorre ao longo de todo o percurso de vida individual e os psicólogos devem analisar as mudanças na vida em termos das suas condições antecedentes e os seus mecanismos associados, sem assumir que alguma parte do curso da vida é mais importante que outras (1973b, cit. in Keith e Kertzer 1984:27). Para Keith e Kertzer o interesse por esta perspetiva sugere uma mudança de paradigma na psicologia do desenvolvimento: o desenvolvimento humano não é apenas o desenrolar de uma ontogenia biologicamente enraizada, mas a interação complexa entre processos biologicamente determinados e uma sociedade constantemente em mudança (1984:27). Com efeito, Baltes e Willis (1978, cit. in Keith e Kertzer 1984:27) afirmam que a falta de consideração pelo contexto biocultural em que o indivíduo se desenvolve pode ter resultado numa

sobrevalorização de modelos de desenvolvimento segmentados por idade, normativos e intraorgânicos.³

Mais recentemente, com a rejeição da idade cronológica por si só como variável significativa e com o foco nos antecedentes do comportamento ao longo do curso da vida, Keith e Kertzer referem que as pesquisas têm-se reorientado para o estudos dos *life events* e o seu impacto nos indivíduos (1984:27). Segundo Hultsch e Plemons (1979, cit. in Keith e Kertzer 1984:27) *life events* seriam “ocorrências significativas” (mais ou menos espectáveis) na vida de um indivíduo (conclusão da educação, casamento, morte de um parente, nascimento de um filho), unidades básicas essenciais cuja ocorrência, *timing* e sequência, permitem melhor compreender as mudanças psicológicas ao longo do curso da vida. Para Keith e Kertzer esta perspetiva reforça a importância da mudança cultural ao longo do tempo para a compreensão da mudança psicológica ao nível individual (1984:28).

Já no campo da sociologia, Keith e Kertzer referem um interesse esporádico na idade como princípio de organização social (Parsons 1972 [1942]; Eisenstadt 2009 [1956]), mas verificam que só nos anos 1960 surgem as primeiras tentativas de sistematizar uma sociologia da idade (1984:29). Paul Spencer lembra que a teoria sociológica sobre a idade aponta para Leonard Cain (1964, cit. in Spencer 1990:15) na sua definição do conceito de curso da vida. Baseado em trabalhos antropológicos de van Gennep a Eisenstadt, Cain defende que todas as culturas conferem ordem e previsibilidade aos indivíduos para os sucessivos estatutos que eles ocuparão ao longo do seu envelhecimento. Contudo, para Spencer, esta abordagem carece de fontes etnográficas primárias que a suportem, permanecendo muito baseada em dados relativos aos sistemas estruturados por idade do leste de África (1990:15).

No âmbito do programa de desenvolvimento humano da Universidade de Chicago, Bernice Neugarten (1968, cit. in Keith e Kertzer 1984:29; 1969, cit. in Spencer 1990:16) desenvolve, com base na teoria de Cain, uma ampla e influente abordagem sobre o curso da vida, encarando-o como uma constelação mutável de papéis, comportamentos e estatutos regida por um “mapa cognitivo” que ordena sequencialmente e permite antecipar os principais eventos da vida segundo cada idade.

³ Como exceção a esta tendência destaca-se, no campo da psicologia, o modelo de desenvolvimento humano de Erik Erikson (1980) composto por uma sucessão de tensões identitárias ao longo de todo o curso de vida individual, sendo os conteúdos e condições de resolução destas crises profundamente dependentes dos contextos socioculturais em que os indivíduos de inserem.

Cada sociedade teria então o seu horário (*timetable*) para o progresso social apropriado do individuo ao longo do curso da vida, definindo normas e expectativas consoante a idade. Assim, sintetiza Spencer, segundo Neugarten em cada sociedade os indivíduos avaliariam a sua performance social segundo um “relógio social” internalizado, tendendo a conformar-se a ele em cada idade (1990: 16).

“Age norms and age expectations operate as prods and brakes upon behaviour, in some instances hastening an event, in others delaying it. Men and women are aware not only of the social clocks that operate in various areas of their lives, but they are aware also of their own timing and readily describe themselves as “early” or “late” or “on time” with regard to family and occupational events” (Neugarten, Moore, e Lowe 1965:711, cit. in Keith and Kertzer 1984:30).

Keith e Kertzer afirmam que esta perspetiva estabelece pontos de contacto com a antropologia já que se baseia no estudo das sociedades formalmente organizadas por grupos de idades e porque recorre ao conceito de cultura na sua dimensão cognitiva (1984:30). No entanto, para Spencer, este modelo teórico extrapola desadequadamente o modelo das sociedades com grupos de idade estruturados para a sociedade em geral. Para este antropólogo, a metáfora do “relógio social” interno pode ser apta para sociedades em que a consciência do processo social de envelhecimento está ancorada em sistemas de idade bem definidos. Mas esta metáfora pode ser desadequada para outras sociedades onde podem existir outras metáforas mais significativas para dar sentido ao processo de envelhecimento. Com efeito Spencer relembrava que muitas vezes as expectativas face ao curso da vida não se relacionam com a idade em si, mas sim com posições específicas na família e na sociedade (1990:16-17). Também Keith aceita que a maioria das sociedades define “relógios sociais” que determinam o tempo adequado para os principais acontecimentos da vida, mas ressalta que este “relógio” pode incidir mais na determinação da ordem dos acontecimentos ou, por outro lado, na idade em que eles devem ocorrer (1980:354-5). Assim, as críticas feitas a este modelo não se centram tanto na existência de uma consciência geral das expectativas associadas à idade, que não se questiona, mas mais acerca da rigidez de normas e constrangimentos definidos pelo calendário cognitivo de idades. Estes são frequentemente mais flexíveis e podem ainda variar de flexibilidade segundo a idade (Spencer 1990:17), o género e outras categorias sociais (Keith 1980:357).

Como abordagem alternativa a este modelo, Spencer aponta para uma perspetiva que coloque ênfase no sentido individual de desenvolvimento, na especificidade de cada transição para o ator, assim afastando-se da ideia de regulação (cf. Levinson 1977; Ryff e Heincke 1983; cit. in Spencer, 1990:17). Em vez do curso da vida como um calendário cognitivo de expectativas, passa-se a um “texto da vida”, que dá sentido aos principais momentos e tendências do curso da vida segundo a interpretação de cada indivíduo. Em vez de uma série de fases, o curso da vida é assim pontuado por dilemas críticos que precipitam reajustes drásticos, principalmente no âmbito da família. Trata-se de uma abordagem de cariz psicológico, centrada nas crises da vida (1990:17). Spencer propõe então que as abordagens das “fases da vida” e das “crises da vida” se podem articular, na medida em que os indivíduos tomam as fases da vida como textos, guiões que orientam o seu progresso ao longo da vida mas de forma muito aberta, como mapas cognitivos que podem ser reformulados, manipulados, adaptados e ressignificados consoante as situações através da performance dos indivíduos: “Text and performance are complementary aspects of the life course. It is through performance that the life text is reshaped and adapted and given a specific meaning” (1990:18).

Não obstante a influência da teorização sobre o “relógio social” e os mapas cognitivos que definem as fases da vida, no campo da sociologia uma abordagem mais centrada na estratificação por idade foi a que conheceu maiores desenvolvimentos. Num esforço de síntese desta corrente, Keith e Kertzer (1984) definem o sistema de estratificação por idade como a articulação entre uma série de estratos de idade definidos socialmente, cada um associado a um conjunto de papéis e estatutos, e uma série de coortes que passa por cada estrato a diferentes tempos históricos. Neste sistema a idade (tal como o sexo e a classe social) constitui um mecanismo que estrutura papéis e a alocação dos indivíduos a eles. Assim os indivíduos têm de passar de uns aos outros à medida que envelhecem, aprendendo a adaptar-se aos novos papéis e abandonando os antigos (Riley 1976, cit. in Keith e Kertzer 1984:31). Estas mudanças podem trazer tensões para os indivíduos por terem de abandonar os papéis que lhes são familiares (e também as pessoas que lhes estão associadas) e assumir novos papéis.

Esta abordagem é essencialmente desenvolvida na sociologia americana, sendo Matilda Riley a sua figura mais proeminente. Numa comunicação em 1986 em que procura demonstrar a importância da idade para a teorização sociológica, esta autora propõe três princípios gerais para uma sociologia da idade. Estes seriam 1) o “princípio

da diferenciação de coorte no envelhecimento”: à medida que as sociedades mudam também mudam as formas de envelhecimento para diferentes coortes, sendo o processo de envelhecimento alterado pela mudança social; 2) “o princípio na influência de coorte na mudança social”: uma vez que os membros das sucessivas coortes envelhecem de forma diferente, eles contribuem para a mudança da estrutura social; 3) o “princípio da assincronia”: as dinâmicas do envelhecimento e da mudança social, embora interdependentes, não são sincronizadas uma com a outra, têm tempos diferentes (1987:3-5). Partindo destes princípios Riley procura dar um ênfase dinâmico à análise sociológica da idade, ressaltando a relação dialética entre os cursos de vida individuais e a mudança social:

“Society is composed of successive cohorts of individuals who are themselves aging in new ways and are continually forcing their predecessors into and out of the roles in the social structure. This flow of cohorts forms the channel that connects the two dynamisms of aging and social change: it ties them both to the forces of history, creates the asynchrony between them, and presses for still further alterations” (1987:5).

O conceito de coorte (grupo de pessoas de uma dada sociedade que nascem no mesmo período de tempo) é central nesta abordagem. Segundo Keith e Kertzer, cada coorte, ao passar por um dado estrato de idade num dado período no tempo é afetada de forma diferente pelos eventos históricos, sendo a experiência de cada coorte o resultado do processo universal de envelhecimento em articulação com os processos sociais e históricos específicos que atuam sobre ela (1984:31). “In the course of aging, each cohort is uniquely marked by the imprint of history and leaves its own imprint” (Riley 1972, cit. in Spencer 1990:20). O objetivo desta abordagem será então determinar como a mudança sócio-histórica é refletida na forma como cada coorte envelhece, e ao mesmo tempo compreender como as características de cada coorte podem elas mesmas gerar mudança sócio-histórica.

Segundo Glen H. Elder, um dos mais influentes teóricos do curso da vida, as trajetórias sociais (na educação, trabalho ou família) são inevitavelmente influenciadas pelas forças históricas:

“Some individuals are able to select the paths they follow, a phenomenon known as human agency, but these choices are not made in a social vacuum. All life choices are contingent on the opportunities and constraints of social structure and culture” (Elder 1998:2).

Para este autor o problema central seria então compreender o processo pelo qual uma mudança social particular se expressa na forma como os indivíduos pensam, sentem e se comportam, como se adaptam e reagem a ela (1998:7). Para Elder, a teoria do curso da vida permite ainda articular a abordagem do ciclo da vida (sequência e interligação de papéis sociais em torno da parentalidade e da vida familiar) com a noção de timing assente na idade (estratos de idade socialmente definidos e respetivas expectativas), desta forma permitindo relacionar percursos de vida individuais e contextos sócio-históricos (1998:5-6).

Contudo Keith e Kertzer alertam para o facto dos próprios estratos de idade poderem mudar em reflexo de mudanças económicas, políticas e demográficas, consequentemente alterando as normas e papéis considerados adequados para cada idade (1984:31-2; também Spencer 1990:20, ver ainda Ariès 1988 [1961] e Gillis 1981 no capítulo 3). Por seu lado, Spencer chama ainda a atenção para o facto das sucessivas coortes poderem também variar de tamanho e composição e consequentemente as expectativas e oportunidades dos seus membros serem afetadas pelas leis da oferta e da procura em cada área da vida social, do mercado de emprego ao mercado de casamento. Assim, o grau de desencontro entre elas afetará a amplitude de escolhas possíveis, a competição entre indivíduos e grupos e a mobilidade da população (1990:20). Finalmente, Keith e Kertzer, lembram ainda que as coortes não são grupos homogéneos, e os percursos de vida e as respostas dos seus membros aos eventos históricos podem variar bastante tendo em conta as suas diferentes características socioeconómicas e culturais (1984:33). Como tal, para compreender como os processos macro-sociais afetam o curso da vida dos indivíduos e como se processa a mudança social, será necessário desagregar as coortes em subgrupos consoante as características dos seus membros (cf. Elder 1981; Hogan 1981; cit. in Keith e Kertzer 1984:33).

Para Keith e Kertzer, a abordagem sociológica do curso da vida, em conjunto com a psicologia do desenvolvimento do curso da vida (*life span*), realçam a importância da perspetiva longitudinal e de longa duração para compreender a importância da idade no processo de envelhecimento. Alertam no entanto para a necessidade de, com esta abordagem, evitar tanto a “falácia do curso da vida” (considerar que as diferenças entre grupos de idade se devem apenas às mudanças que ocorrem ao longo processo de envelhecimento e não também devido às diferentes características e experiências de cada coorte) como a “falácia da coorte” (explicar as diferenças entre coortes apenas com

base nos diferentes tempos históricos e não também pelas consequências do processo de envelhecimento ao longo do curso da vida) (1984:34). Todavia Spencer aponta limitações para a aplicação desta abordagem aos estudos antropológicos, que não obstante a sua profundidade, não logram abranger a progressão de uma coorte ao longo do tempo, ficando assim presos numa “armadilha” do sincrónico, o que dificulta a inferência histórica. E relembra que o conceito de coorte não pode ser equiparado ao de grupo de idade, já que as coortes não são entidades sociais em si mesmas, apenas são relevantes para fins estatísticos (1990:21-2). Keith e Kertzer, mais otimistas, realçam no entanto o crescimento dos estudos históricos na antropologia, os quais têm permitido articular mudança histórica, experiência de coorte, relações intergeracionais e envelhecimento individual de formas inovadoras (Colson e Scudder 1978; Foner 1984; cit. in Keith e Kertzer 1984:34-5).

Independentemente dos limites a uma abordagem longitudinal na antropologia, trabalhos recentes têm colocado novas questões ao modelo do curso da vida. A crítica central é a de que, seja no campo da psicologia, com o modelos de desenvolvimento de Freud, Eriksen ou Piaget, seja na sociologia, de Eisenstadt às abordagens do “relógio social” ou da estratificação por idade, ou ainda na antropologia, de van Gennep a Fortes, se tem invariavelmente postulado que todas as pessoas passam por uma sucessão definida de fases da vida segundo um eixo de progressão (seja de natureza psicológica, social ou cultural) unidirecional, coerente e inevitável. Como se as pessoas não empreendessem as suas vidas, mas apenas passassem por elas (Johnson-Hanks 2002:866).

Em 2002 a antropóloga Jennifer Johnson-Hanks publicou um artigo que viria a tornar-se uma referência para uma nova abordagem antropológica ao curso da vida. Baseada em trabalhos recentes que haviam mostrado o caráter flexível, processual e contingente das fases e, consequentemente, das trajetórias de vida (Goody 1982; Moore 1986; Bledsoe 2002; cit. in Johnson-Hanks 2002:867), a autora propõe uma crítica ao conceito de “ciclo da vida”, que considera uma das mais bem sucedidas exportações da antropologia para outras disciplinas e para o pensamento popular (2002:866). Partindo do princípio de que a maioria dos eventos vitais (tais como casamento, maternidade ou migração) são, não totalizantes ou coerentes, mas negociados, contestados e plenos de incerteza e ambivalência, defende que as transições ao longo do curso da vida são processuais, compósitas e podem ser assíncronas. Propõe assim uma nova antropologia

do curso da vida, uma antropologia que reconheça a indeterminação e a inovação, a natureza raramente coerente, clara e fixa dos eventos vitais, e que por isso se foque mais na aspiração individual e na sua articulação com os projetos institucionais que promovem as “fases da vida” (2002:865-6).

“My intent is not to deny the existence, and even the salience, of coordinated life transitions in many societies. Instead, I seek to draw attention to the processes of coordination that underline this phenomenon. Insofar as transitions in different domains of life are synchronized, irreversible, or (locally) universal, it is as the result of an institutional project. (...) Relatively coherent life stages exist when and where social institutions construct them. Everywhere and always, however, the relative synchrony of specific transitions, their potential for reversal, and their distribution across social groups will constitute productive research questions” (2002:869).

Esta visão implica, segundo Johnson-Hanks uma conceção não apenas do curso da vida, mas também da pessoa como internamente complexa, múltipla e fragmentada. A maturação deixa de ser vista como um processo unitário; já não só as trajetórias sociais como também as diferentes capacidades, hábitos, atitudes e modos de pensamento podem seguir percursos diferentes ou mesmo divergentes ao longo do desenvolvimento individual (2002:868-9). Implica também um entendimento das “fases da vida” essencialmente como estatutos a que os indivíduos acedem, ou não, de forma mais ou menos sequencial e sincrónica: “Although they [fases da vida] may be roughly sequenced over a life, this sequence is an artifact of a more basic social evaluation: that of claims to autonomy, knowledge, and respect” (2002:870).

Neste sentido, a antropóloga propõe um enfoque preferencial em momentos ou eventos críticos que deem origem a múltiplos futuros possíveis com elevada importância. A estes Johnson-Hanks chama “conjunturas vitais” (*vital conjunctures*), definindo este conceito como uma “socially structured zone of possibility that emerges around specific periods of potential transformation in life or lives. It is a temporary configuration of possible change, a duration of uncertainty and potential” (2002:871). Recorrendo à noção de conjuntura nas obras de Pierre Bourdieu e de Marshall Sahlins, a autora mobiliza esta mesma noção para traduzir um contexto de ação específico em que se manifesta a estrutura social, uma interseção das expectativas estruturadas com os futuros incertos (2002:871-72). Para Johnson-Hanks, acontecimentos como a conclusão de um grau académico, o casamento, o nascimento de um filho, uma migração, uma

doença ou uma mudança de carreira podem constituir conjunturas vitais, “nós experienciais” em que os potenciais futuros estão em debate e em que própria a “futura pessoa” é posta em causa, confrontando-se as suas potenciais identidades. São acontecimentos que convocam futuros imaginados, desejados ou temidos, “horizontes das conjunturas” que a autora vê como factos sociais, passíveis de análise antropológica, já que dependem não apenas da natureza dos acontecimentos mas também das instituições que os enquadram e da posição social de cada ator (2002:871-2).

Conclui Johnson-Hanks que, encarado desta forma, o tradicional modelo das fases da vida irá certamente obscurecer mais do que clarificar. A conceção do ciclo da vida deverá ser invertida, já que a coesão dos domínios da vida passa a ser tomada como objeto, e não como pressuposto, da análise biográfica:

“The dual focus on institutions and aspirations allow us to examine how and why certain events cohere in given social systems and what happens when they do not. Variations in the life experience that are anathema to or ignored by a life stage model become expected, and even the object of analysis, as we move from a model of events to a model of aspiration” (2002:878).⁴

A influência da proposta de Johnson-Hanks foi grande em trabalhos antropológicos posteriores interessados em categorias de idade e em fases da vida (principalmente em estudos sobre juventude). Contudo alguns autores alertam para o risco de, colocando radicalmente em causa essas categorias, poder vir a escapar da análise o valor e a utilização que lhes dão os indivíduos nos seus quotidianos. Christiansen, Utas e Vigh (2006) relembram que não seria prudente deixar de tomar em conta as fases da vida, uma vez que, como ideias, elas se tornaram influentes para as biografias e conceções da vida dos próprios indivíduos; elas tornaram-se uma realidade émica. Mas ressaltam no entanto a importância de não congelar analiticamente os indivíduos em categorias que eles próprios entendem como fluidas. Por outro lado, Whyte, Alber e van der Geest (2008) aceitam que as pessoas possam não passar pela vida numa inevitável progressão, mas defendem que mesmo assim continuam a existir ideais e expectativas partilhadas, de cariz moral e relacional, sobre determinadas fases da vida. Todavia, estas críticas parecem paradoxalmente reforçar a argumentação de

⁴ É curioso notar que a proposta de Johnson-Hanks vai de encontro ao alerta que Fortes lançava já em 1984 sobre o facto de muitos os antropólogos ocidentais frequentemente projetarem interpretações baseadas na idade cronológica sobre dados de terrenos acerca da maturação, de forma a poderem relacionar as suas observações com os modelos de ciclo vital que determinam as suas condutas nas suas sociedades de origem (1984:101).

Johnson-Hanks, uma vez que realçam a importância das expectativas e aspirações relativas às diferentes “fases da vida”, ressaltando assim o seu valor analítico para a compreensão dos quadros sociais e institucionais mais amplos que as determinam.

Tal perspetiva encontra também um paralelo na proposta de Carles Feixa (1996) que apela a um estudo articulado entre a idade e outras dimensões culturais, evitando encarar os grupos de idade como se estes tivessem uma coerência exclusivamente interna. Para tal este antropólogo sugere a combinação de um duplo enfoque: 1) analisar a “construção cultural da idade”, estudando as formas pelas quais cada sociedade estrutura as fases do ciclo vital, identificando as condições sociais (direitos e deveres) de cada grupo de idade e as imagens culturais que lhes estão associadas (representações, estereótipos e valores que modelam o capital cultural de cada uma) – revelando assim a idade como uma construção modelada pela cultura e transformável em função da estrutura social – e paralelamente 2) analisar a “construção geracional da cultura”, estudando as formas pelas quais cada grupo geracional participa nos processos de criação e circulação cultural – revelando deste modo a cultura como uma construção modelada pelas relações geracionais e pelos discursos e pelas práticas dos atores em diversas posições etárias e geracionais.

Idade, geração e mudança social

Se as abordagens clássicas tanto na antropologia como na sociologia davam particular relevo à idade como fator de estruturação, estabilidade e continuidade social, a partir da segunda metade do século XX nota-se uma maior preocupação, em ambas as disciplinas, em articular a idade com fenómenos de inovação, incerteza e mudança social. No campo da sociologia, a teoria da estratificação por idade trouxe à luz a partir dos anos 1960 um modelo interpretativo assente na articulação do curso da vida com a mudança social segundo o eixo de análise das coortes. Contudo, na tradição sociológica uma abordagem paralela tinha sido desenvolvida já no início do século XX por Karl Mannheim (1990 [1927]). Tendo também como preocupação central a mudança social e baseando-se na noção de coorte, o modelo analítico deste autor incidia no entanto, não sobre a noção de envelhecimento ao longo do curso da vida, mas antes sobre os grandes movimentos de mudança social ao longo do tempo histórico.

O conceito central na teorização de Mannheim é o de “geração histórica”. Para o autor este conceito ultrapassa uma abordagem naturalista baseada no ritmo biológico da existência humana marcado pela sucessão das gerações, tornando-se necessário compreender a significação dada a esses dados naturais em cada contexto sócio-histórico. É aqui que começa o “problema sociológico das gerações” (1990:39-81). Mannheim distingue entre situação de geração e conjunto geracional. O primeiro conceito seria equivalente a uma coorte, um conjunto de indivíduos nascidos no mesmo período e contemporâneos; já o segundo remeteria para um conjunto de indivíduos que nasce no mesmo período e espaço sócio-histórico e por isso partilha os mesmos obstáculos e oportunidades sociais. Contudo, para este autor um conjunto geracional não configura um grupo social concreto. O que liga os indivíduos de um mesmo conjunto geracional não são relações ou interesses concretos mas antes uma situação análoga no espaço social. Esta situação circunscreve os indivíduos num campo de possibilidades limitado e favorece um modo específico de experiência social e de acesso à realidade. As suas posições e opções tendem para uma certa unidade uma vez que advêm da confrontação com um mesmo contexto sócio-histórico. É a partilha de um quadro de vida sócio-histórico semelhante que permite que a situação definida pelo nascimento num momento cronológico se torne numa situação sociológica pertinente, já que dá origem a uma estratificação da experiência social e por isso pode levar à emergência de uma consciência geracional partilhada.

O modelo geracional de Mannheim tem claras similitudes com o modelo de classes sociais de Marx, semelhanças aliás apontadas pelo próprio autor no que se refere a uma visão estratificada da experiência social. Contudo o que interessa a Mannheim é a dinâmica de transmissão e inovação cultural ao longo do tempo histórico, dinâmica essa que o autor situa nas relações entre diferentes gerações históricas e no processo de aprendizagem da cultura através imersão cultural e da experiência concreta. No entanto este processo é, para Mannheim, caracterizado por tensões intergeracionais. Cada geração detém um repositório de bens culturais e cada nova geração estabelece um “novo contacto” (*une approche nouvelle ou fresh contact*) (1990:47) com os bens culturais acumulados pelas gerações anteriores no decorrer da sua maturação, mas no quadro das condições sociais contemporâneas. Este novo contacto caracteriza-se por algum distanciamento e pelo desenvolvimento de novas atitudes na apropriação e transformação do património social e cultural pré-existente. A mudança social ao longo

da história resultaria então da polarização entre gerações, entre a geração mais velha, tendencialmente mais conservadora, e a mais nova, que geraria novas seleções, revisões, esquecimentos e desejos a partir do património existente em face de um novo contexto histórico.

Mannheim, contudo, rejeita uma visão linear da evolução histórica através da sucessão das gerações. Lembra que no seio de um mesmo conjunto geracional diferentes posições sociais podem levar a uma apropriação diferente das mesmas experiências históricas, originando assim diversas visões do mundo dentro de uma geração e diferentes afinidades e ligações entre os indivíduos. A este fenómeno Mannheim dá o nome de “unidades de geração”. Para Mannheim o fenómeno das unidades de geração nunca advém da simples alternância vital das gerações. Ele advém antes da dinâmica social que o contextualiza, e quanto maior for o seu ritmo maior a possibilidade de emergirem novas unidades de geração a partir de situações sociais novas. É este processo que pode dar origem a movimentos concretos de ruptura, inovação e mudança social, que se podem suceder ou ser contemporâneos, triunfar ou esvanecer em função da capacidade de afirmação das unidades de geração que os suportam, seja nas artes, na literatura, nas ciências ou na política. Conclui Mannheim que não existe um “espírito dos tempos” unitário, mas antes uma constante polaridade de correntes e de tendências que influenciam os indivíduos consoante os meios em que crescem e vivem. As unidades de geração são assim uma potencialidade que só se pode realizar no contexto das correntes presentes em cada período e em cada esfera social.

A teorização de Mannheim é abrangente e inovadora, em particular se for tida em conta a época histórica em que foi desenvolvida, já que desafia uma visão unilinear da história ao propor uma interpretação da mudança social com base na articulação da sucessão das gerações com a estratificação social. Com efeito, Whyte, Alber e van der Geest valorizam esta abordagem pelo facto dela mostrar como a mudança social ocorre de forma desigual, já que as diferenças e conflitos podem ocorrer tanto entre gerações como dentro de uma mesma geração (2008:5-6). Não obstante este contributo, a teoria de Mannheim teve uma influência discreta na sociologia e na antropologia. Só já no início do século XXI é que o conceito de geração histórica parece ganhar um novo vigor, em particular nos estudos antropológicos sobre juventude preocupados com a relação entre as circunstâncias históricas da globalização e o imaginário, as aspirações e as sociabilidades e relações dos jovens na atualidade (ver adiante Cole e Durham 2007).

A antropologia norte-americana do século XX presta no entanto um outro contributo importante para a conceção da mudança social em articulação com as relações geracionais. Influenciada pela antropologia culturalista de Boas, a antropóloga Margaret Mead desenvolve uma extensa obra de pesquisa e reflexão em torno dos processos de aquisição cultural. Centrada na análise das relações familiares e nos processos educativos em diversas culturas, Mead elabora uma teorização de caráter comparativo em que busca compreender os mecanismos de formação das personalidades base de cada cultura em articulação com as características de cada sociedade (ver Mead 1928). Publica, já numa fase avançada da sua carreira, *Culture and Commitment. A Study of the Generation Gap* (1970), onde procura caracterizar as transformações ocorridas nos modos de relação intergeracional e de transmissão cultural nas sociedades contemporâneas.

Nesta obra Mead parte do princípio de que é a dependência das crianças face aos cuidados dos adultos que permite sustentar e reproduzir a cultura ao longo das gerações. É esta dependência, e a confiança que ela comporta, que tornam a consciência e a ética possíveis. É também com base nesta dependência que o processo de aprendizagem se desenvolve. Mas lembra a autora que o que é específico dos humanos não é tanto a capacidade de aprender mas antes a capacidade de ensinar aquilo que foi aprendido, de desenvolver sistemas elaborados de ensino sobre o mundo natural, o funcionamento da sociedade e a própria criação de mundos imaginários. Assim, a continuidade de cada cultura, e mesmo a sua capacidade de incorporar inovações, dependeriam do que Mead designa por sistemas “pós-figurativos”, nos quais as crianças são ensinadas a replicar o mundo dos adultos. Estes sistemas configurariam “culturas pós-figurativas”, tipicamente pré-industriais, nas quais mesmo as mudanças e inovações trazidas pelos jovens ocorreriam enquadradas nas possibilidades imaginadas pelos mais velhos, num modelo de dependência e de confiança que permitiria a transformação sem destruição (1970:70-72).

Um segundo modelo seria o que Mead designa de “culturas configurativas”. Em consequência de mudanças sociais sequenciais e irreversíveis, nestas culturas os pares substituiriam os pais como modelos de comportamento mais significantes. Nelas o futuro já não poderia ser visto como uma extensão do passado. Os pais abdicariam de ensinar os seus filhos, esperando que eles aprendessem com outros adultos ou com os seus pares. Para a antropóloga este seria o modelo cultural em que se encontrariam as

sociedades industriais até à primeira metade do século XX. Contudo, a partir daí as sociedades entrariam, em todo o mundo, num fase totalmente nova de evolução cultural:

“Today, suddenly, because all the peoples of the world are part of one electronically based, intercommunicating network, young people everywhere share a kind of experience that none of the elder ever have had or will have. Conversely, the older generation will never see repeated in the lives of young people their own unprecedented experience of sequentially emerging change. This break between generations is wholly new: it is planetary and universal” (1970:50).

Para Margaret Mead, o que caracteriza esta nova fase é assim um fosso geracional que se evidencia na incapacidade de comunicação entre as gerações e na dissidência e ativismo juvenil que, naquela época, se registava um pouco por todo o mundo. Este fosso geracional global teria sido promovido pela emergência recente da noção de comunidade global, unida simultaneamente pela partilha do conhecimento e do medo. O novo cenário global teria permitido o surgimento de uma consciência de humanidade comum e ao mesmo tempo favorecido a autoconsciência de cada grupo. Uma emergente consciência ecológica e as inovações no controlo da reprodução humana que viriam alterar drasticamente a vida das mulheres e a maternidade por todo o mundo seriam ainda outras importantes transformações que, segundo Mead, teriam ocorrido globalmente no espaço de apenas uma geração.

Estas rápidas mudanças, sem precedentes na história humana, levariam assim à emergência do que Mead designa como “culturas pré-figurativas”. Nelas todas as pessoas, sejam ainda jovens ou já mais velhos, seriam como imigrantes numa nova terra onde as referências do passado já não poderiam providenciar modelos para o futuro. Jovens e adultos já não saberiam as mesmas coisas. Os adultos já não poderiam evocar a sua juventude para compreender os jovens e por isso deixariam de ser os seus guias; os seus passados tornar-se-iam incomunicáveis:

“At this breaking point between two radically different and close related groups, both are inevitably very lonely, as we face each other knowing that they will never experience what we have experienced, and that we can never experience what they have experienced” (1970:61).

No entanto os mais velhos ainda deteriam o controlo social e, justamente por isso, não compreenderiam que as condições para dialogar com os mais novos já não eram as mesmas. Na relação com os mais novos muitos tentariam ainda restaurar elementos

culturais pós-figurativos. Porém, num contexto onde já não vigorariam ortodoxias mas antes diversos pontos de vista em confronto, tal far-se-ia forçosamente com maior rigidez. Outros, contudo, ficariam presos na incerteza do que ensinar os seus filhos, agora tão diferentes do que eles haviam sido. Paradoxalmente, os jovens só conseguiriam aceder ao poder através dos que o detêm, ou seja, através dos adultos contra quem agora se rebelam, a quem já não reconhecem valor e cujas instituições (escola, trabalho, política) recusam e encaram como exploradoras. “These, in brief, are the conditions of our time (...) No one knows what the next steps should be” escreve Mead (1970:68). Para esta antropóloga, a nova cultura pré-figurativa que agora emerge é aquela em que é a criança, e não o pai ou o avô, que representa o que está para vir (1970:68). Uma cultura em que o futuro estará em aberto, dependendo de um contínuo diálogo com os jovens e da criação de espaços para a sua participação e inovação, uma cultura em que “o futuro é agora” (1970:73-5).

Possivelmente devido ao seu caráter genérico e abstrato, este modelo de Mead não veio a ser muito influente nas análises antropológicas posteriores. Uma atenção etnográfica a casos particulares facilmente porá em causa as premissas de Mead, revelando pelo contrário as contradições e as ambiguidades, as reapropriações e os múltiplos sentidos que caracterizam as relações intergeracionais e os processos de mudança social a nível local. Todavia, numa tendência recente da análise antropológica sobre as consequências da globalização, em particular no âmbito das relações familiares e nos processos educativos, a metáfora pré-figurativa da criança e o futuro em aberto postulado por Mead são novamente convocados (cf. Cole e Durham 2007). Talvez porque essa metáfora vá efetivamente de encontro às conceções contemporâneas, tanto científicas como populares, sobre a mudança social na maior parte do mundo. E talvez porque Mead tenha capturado bem, e de forma precursora, todo um conjunto de tendências e de problemas agora enquadradados nos conceitos de pós-modernidade e globalização, e os tenha sabido articular de forma reveladora, ainda que genérica e metafórica, com as relações familiares e geracionais.

Coincidemente, ao concluir a introdução ao volume *Anthropology and the Riddle of the Sphinx: Paradoxes of Change in the Life Course*, Paul Spencer (1990) afirma que o contexto social e histórico do processo de envelhecimento em qualquer sociedade é melhor compreendido no contexto de forças evolutivas mais amplas, ou seja, em relação com as transformações sociais que nele ocorrem. E realça que as

transformações que ocorrem nos sistemas de parentesco constituem uma importante forma de compreender as mudanças nas relações de poder em função da idade (1990:29). Spencer recorre assim a uma análise crítica da teoria da modernização. Segundo esta teoria verificar-se-ia nas sociedades modernas uma crescente perda de estatuto dos mais velhos. Esta resultaria dos processos de industrialização e urbanização, que ofereceriam maiores oportunidades aos mais jovens e levariam à privatização da família, originando uma atenuação da responsabilidade familiar face aos parentes mais afastados (Hareven 1978, cit. in Spencer 1990:26). Contudo, o autor demonstra que esta teoria não pode ser generalizada para todos os contextos: nem sempre o estatuto dos velhos era mais elevado antes da modernização e nem sempre o estatuto dos jovens está agora mais valorizado nem eles beneficiam de novas oportunidade trazidas pela modernização (1990:26-27; também Foner 1984). Com efeito são os homens velhos que são mais afetados pela perda de estatuto causada pela modernização; para as mulheres isso pode não se verificar e pelo contrário percebe-se que a modernização tende a favorecer a matrifocalidade (Hagestad 1985; Abendstern 1986; cit. in Spencer 1990:27). Também algumas fases da vida vistas como fruto da modernização (infância e adolescência) podem não ser tão novas noutros contextos e noutros momentos da história. Conclui Spencer que a teoria da modernização é muito específica pois centra sua análise na transição para a modernidade no séc. XIX, mas esta deveria ser enquadrada num quadro histórico mais amplo.

Para isso Spencer recorre a Tocqueville, que descreve o processo de modernização na América como uma libertação individual dos laços familiares próximos, passando-se assim de um modelo de atribuição para um modelo de realização, rompendo-se as formalidades entre pai e filho e a continuidade entre as gerações, condenando-se cada nova geração e cada pessoa a si mesma. E recorre também a Henry Maine, que postula uma evolução histórica da lei do estatuto ao contrato, da família ao indivíduo, um processo que teve início no Império Romano. Identifica assim uma tendência histórica ampla em que o individual se vai afirmando na esfera da idade adulta, e onde o parentesco vai perdendo importância (estabelecendo também um paralelo com a evolução da família de Morgan); onde jovens e velhos são mantidos em dependência, na esfera da atribuição, e o adulto é definido em termos de realização e autonomia individual (1990:28-9; ver também Sennett 2003; Elias 2006). Conclui então Spencer que são os sistemas de parentesco, e não os velhos, que estão a definhar em função da

erosão das sociedades camponesas, da urbanização e da mobilidade geográfica modernas.

Mais recentemente, já no quadro das teorizações sobre a globalização, destaca-se o volume *Generations and Globalization: Youth, Age, and Family in the New World Economy*, editado em 2007 pelas antropólogas Jennifer Cole e Deborah Durham. Inseridas na tradição antropológica que situa a idade na mediação entre o biológico e o social e que a encara como terreno simbólico para legitimar relações de hierarquia e dependência, diferença e semelhança e padrões de temporalidade (2007:13), as autoras ensaiam uma nova articulação entre idade, relações de intimidade e forças sociais globais:

“Age is a particularly fruitful lens through which to examine the kinds of social processes and social changes that lie behind these situations. Age and intergenerational relations are shaped by, but also shape, political and economical processes, and are centrally implicated in economic and political restructuring. Age is important, as well, because of its centrality in social reproduction. Not only are intergenerational relations important for passing on or modifying traditions, but intergenerational links are among the most intimate and powerful in social life” (2007:2).

Defendem estas antropólogas, na introdução ao volume, que a idade liga a história económica mundial e a mudança social com os espaços íntimos do cuidado e da obrigação na família, realçando a forma como as pessoas experienciam as mudanças sociais e económicas associadas à globalização nas suas vidas íntimas. Segundo elas, é na relação entre grupos de idade que as mudanças adquirem forma e as pessoas negoceiam pragmatically e emocionalmente a gestão do presente e a reprodução de futuros desejáveis. Partindo do princípio de que a globalização não é homogeneizadora mas antes produtora de diferenças e desigualdades, interessa, segundo as autoras, analisar como a globalização económica gera novos contextos para os percursos de vida e para os processos de reprodução social e negociação intergeracional, assim como analisar a forma como este mediam os processos de larga escala da globalização. Para estas autoras os processos de globalização não se dão “lá fora”, mas sim em decisões concretas sobre relacionamentos específicos e em locais sociais específicos.

Cole e Durham traçam um percurso histórico das noções sobre a idade e relações familiares que se articula com as grandes transformações das sociedades ocidentais. Se no período colonial o simbolismo da idade, combinado com noções de sexo e raça,

justificava situações de conquista e dominação através da infantilização dos “nativos”, após a Revolução Industrial uma visão evolucionista das crianças (selvagens) justificava a gestão institucional do seu desenvolvimento, articulada com as estruturas de classe, e onde a escolarização teve um papel central. A partir daqui as crianças passaram a ser valorizadas, não pelo seu trabalho, mas pelo seu valor sentimental: na classe média, a intimidade, o sentimento e o cuidado tornaram-se o centro da reprodução intergeracional. As crianças, tal como as mulheres que cuidavam delas no “lar”, tornaram-se prioritariamente consumidoras e as crianças fora de casa, assim como os novos “adolescentes” – uma forma particular de juventude caracterizada por um estado prolongado de dependência emocional, psicológica e económica – foram sendo cada vez mais percebidas como perigosos, germe da delinquência juvenil, tornando-se rapidamente objeto de atenção dos poderes do estado (ver capítulo 3). O imperativo industrial da produtividade gerou assim novos cursos de vida (infância – juventude – idade adulta – velhice). Tal foi promovido e reforçado pelo desenvolvimento do conhecimento científico (sociológico e biológico) das populações, que aumentou a capacidade de gestão e autogestão da população, originando também novas subjetividades associadas à idade. Já no início do séc. XX surgem novas instituições que regulam a reprodução das populações (escola, segurança social) e favorecem um modelo da família nuclear e do envelhecimento independente (2007:6-11).

Mais recentemente, à medida que aumenta o fluxo transnacional e desregrado de capital, e que o Estado se fragiliza enquanto contexto regulador da regeneração familiar e da reprodução social, geram-se novas incertezas que levam a tensões entre as gerações. A biopolítica de gestão nacional da vida está em declínio e cresce o número de organizações internacionais de gestão da vida, estabelecendo relações ambíguas com o capitalismo global. No contexto da economia global surgem novas formas de trabalho intersetadas com novas formas de gestão da população e novas relações domésticas e comunitárias, às vezes promovendo a autonomização face às relações familiares, outras vezes aumentando a dependência face a estas. Surgem então novos modelos tanto de individualidade como de cuidados e reciprocidade intergeracionais, muitas vezes de caráter transnacional (2007:11-13).

Para Cole e Durham (2007), este percurso histórico mostra como a idade e relações intergeracionais interligam o corpo e o familiar com o político e o económico: revela como a idade fundamenta e é fundamentada pelas estruturas familiares e sociais

de produção e consumo; como é constitutiva da subjetividade e das expectativas dos sujeitos; e como é uma categoria situacional de negociação e legitimação. Para enfatizar a constituição mútua entre as relações intergeracionais e os mais amplos processos sociais e históricos as autoras propõem então a utilização do conceito de “regeneração”. Este permitirá perspetivar a reprodução social a partir das gerações como mediadoras dos processos de mudança social. Este conceito evoca assim a noção de “novo contacto” de Mannheim, que articula o tempo biográfico com as contingências históricas e evidencia o potencial de mudança social ancorado na juventude, embora sempre dependente das relações intergeracionais e posições sociais em que esta está situada.

2. Juventude em Cabo Verde

Em Cabo Verde, bem como genericamente em todo o mundo, a categoria “juventude” vem ganhando importância e extensão, tanto a nível demográfico, como social, económico, político e simbólico. Uma extensão no entanto marcada pela ambiguidade do seu conteúdo e dos seus limites – quem são os jovens? o que querem eles? quando termina a juventude? – refletindo ao mesmo tempo as ambiguidades das paisagens sociais contemporâneas. Assim, sigo, na minha análise, a antropóloga Deborah Durham quando esta firma que “Youth as a historically constructed social category, as a relational concept, and youth as a group of actors, form an especially sharp lens through which social forces are focused in Africa, as in much of the world” (2000:114). Particularmente em África, os jovens, seja como *construtores* ou *destruidores* sociais (De Boeck e Honwana 2005), como uma geração perdida ou uma fonte inovadora de poder político (O’Brien 1996), estão a gerar novas realidades sociais e novas perspetivas para a análise social. Marcada pela exclusão política, pela exploração, pela guerra e violência, pela falta de acesso à educação e a oportunidades de emprego, pela emigração, pela influência da globalização e pela ocidentalização da cultura local, a juventude contemporânea em África parece estar a responder a estes constrangimentos de formas diversas e inovadoras, reconstruindo as dimensões simbólicas da individualidade e da agencialidade (Durham 2000) e forjando novas dimensões e usos do espaço público e da cidadania (De Boeck e Honwana 2005, Argenti 2002, Diouf 2003, Comaroff e Comaroff 2005).

São justamente estas “novas dimensões” que me proponho analisar em Cabo Verde, muito embora este país não se enquadre facilmente nos cenários mais pessimistas frequentemente veiculados sobre grande parte dos países africanos pós-coloniais, representados pela instabilidade económica, política e cultural e pela tensão entre uma tradição desvirtuada e uma modernidade mal sucedida...



O contexto nacional e transformações recentes

Cabo Verde é um Estado insular, constituído por 10 ilhas das quais nove são habitadas (Brava, Fogo, Santiago e Maio, que formam o grupo do Sotavento, e Boavista, Sal, São Nicolau, São Vicente e Santo Antão, que constituem o grupo do Barlavento) e ainda 11 ilhéus desabitados. Situa-se ao largo da costa ocidental africana, a cerca de 500Km da costa do Senegal, entre as latitudes $14^{\circ} 48'N$ e $17^{\circ} 12'N$ e as longitudes $22^{\circ} 41'W$ e $25^{\circ} 22'W$. Está englobado na região do Sahel, o que lhe confere um clima seco e ventoso que limita grandemente a produção agrícola, com exceção de algumas pequenas regiões mais húmidas (Lobban e Lopes 1995). Embora se especule sobre a presença descontinuada de populações nas ilhas, o território encontrava-se desabitado à chegada dos navegadores António da Noli e Diogo Afonso, ao serviço da coroa portuguesa, em 1455 ou 1456 (Lobban e Lopes 1995), tendo sido desde então dominado e colonizado por Portugal. Devido à fraca produtividade agrícola Cabo Verde nunca viu implementada uma economia de plantação à semelhança de outros territórios colonizados por europeus (Madeira, Brasil, Caraíbas, Reunião) (Lobban e Lopes 1995), tendo-se antes desenvolvido como entreposto comercial, principalmente nas rotas do

comércio de escravos entre África, Europa e América (Carreira 1983, Lobban 1995, Andrade 1996, Peixeira 2003).

Neste contexto implantou-se no arquipélago uma população autóctone miscigenada a partir de um contingente populacional maioritariamente de origem africana e de um contingente minoritário de origem europeia (Carreira 1983, Lobban 1995). Não obstante esta desigualdade entre contingentes populacionais, a presença europeia permaneceu dominante ao longo dos séculos, através do poder administrativo e judicial, do controle da propriedade latifundiária e de instituições como a Igreja Católica, o sistema de ensino e a própria língua portuguesa. Contudo, ao nível da vida quotidiana a população local desenvolveu, com relativo grau de autonomia, um conjunto de práticas, relações e expressões originais – onde se destaca o desenvolvimento de uma língua local crioula que permanece até hoje como principal meio de comunicação nos domínios informais (Meintel 1984, Lobban 1995)⁵ – que foram constituindo uma identidade coletiva específica distinta da identidade portuguesa metropolitana (Mariano 1991, Peixeira 2003).

Com efeito a presença efetiva do domínio colonial português foi sempre descontinuada, residual e marcada por um desinvestimento que, associado à escassez de recursos locais e às sucessivas secas, votou a maioria da população a uma situação de contínua precariedade económica (Meintel 1984, Lobban 1995, Lobban e Lopes 1995). Assim, a emigração tornou-se, desde o século XVII, a estratégia mais frequente para fazer face à pobreza crónica (Lobban 1995, Fernandes 2002). Numa primeira fase os movimentos migratórios foram maioritariamente empreendidos por homens e tinham como destino os Estados Unidos da América. Já no século XX, intensificaram-se e passaram a incluir também mulheres, rumo a diversos destinos na Europa, África e América do Norte e do Sul (Carreira 1977, Grassi 2007). Este processo de larga escala levou a que a mobilidade geográfica se constituísse como um mecanismo estrutural de subsistência entre a maioria da população (Carreira 1977 e 1983, Lobban 1995, Fernandes 2002, Åkesson 2004), de tal forma que na atualidade a generalidade das famílias pode contar com um ou vários dos seus membros a residir fora do arquipélago.

⁵ Atualmente o “cabo-verdiano” ou “crioulo cabo-verdiano” tem estatuto de língua nacional e é dotado de um alfabeto próprio (ALUPEC) mas regista uma fraca implementação formal. Sobre língua e identidade nacional ver Dias (2002), Rego (2008), Challinor (2012).

Após a independência nacional, a 5 de julho de 1975, e depois de um período sob um regime de partido único de orientação socialista até 1991, Cabo Verde tem vindo a registar progressivas melhorias em múltiplos indicadores de desenvolvimento, seja eles relativos ao crescimento económico e ao rendimento *per capita*, à literacia e ao acesso à educação básica e secundária pública (mais recentemente também à educação superior), à saúde pública e ao acesso a cuidados de saúde básica, ao desenvolvimento de infraestruturas de transporte e comunicação, ao desenvolvimento do setor da administração pública e ao setor empresarial e de mercado, ou ainda à criação e estabilidade de um sistema político de democracia parlamentar (desde 1991) e à organização e mobilização de diversos setores da sociedade civil⁶. Como consequência, em 2008 Cabo Verde foi graduado como País de Rendimento Médio pelas Nações Unidas.

Em especial desde da “abertura política” de 1991 (designação local corrente que remete para a realização das primeiras eleições multipartidárias livres), o país tem seguido uma política económica liberal alinhada com as orientações das organizações internacionais e sustentada pela ajuda destas (Lobban 1995), tendo como corolário o rápido desenvolvimento de uma economia de mercado essencialmente assente nos setores do comércio e serviços e mais recentemente no turismo internacional (Lobban 1995). Em paralelo com esta tendência os consecutivos governos desde a independência têm assumido como estratégia basilar de desenvolvimento o investimento no capital humano (Pina 2009, Campanha Global pela Educação 2012). Desde Amílcar Cabral, fundador do Partido Africano para a Independência da Guiné de Cabo Verde em 1960 (cf. Cabral 1975) ao atual Governo chefiado pelo Primeiro-ministro José Maria Neves (cf. Governo de Cabo Verde 2011) a educação e a formação têm constituído eixos centrais nas opções políticas nacionais. Com efeito a partir da década de 1990 em Cabo Verde o acesso ao ensino básico tornou-se virtualmente universal (Pina 2009, Campanha Global pela Educação 2012) e o acesso ao ensino secundário, que no período colonial estava à disposição de uma minoria de famílias ligadas ao comércio ou à

⁶ O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento atribui, em 2012, um índice de desenvolvimento humano de 0,568 (numa escala de 0 a 1) bem acima da média da África Sub-Saharian (0,463) e colocando o país na posição 133 entre 187 países de todo o mundo (acedido em linha em <http://hdrstats.undp.org/en/countries/profiles/CPV.html>, a 04/06/ 20012). Para uma visão geral da evolução dos indicadores de desenvolvimento ver ainda o perfil de Cabo Verde do Banco Mundial (acedido em linha em <http://devdata.worldbank.org/external/CPProfile.asp?CCODE=CPV&PTYPE=CP>, a 09/11/2010) e do African Development Bank Group (acedido em linha em <http://www.afdb.org/en/countries/west-africa/cape-verde/>, a 09/11/2010).

administração (Afonso 2002, Anjos 2002), tem nos últimos anos crescido exponencialmente, hoje com pelo menos um liceu em cada concelho do país e com a maioria dos jovens possibilitados de o frequentar. A partir do início da década de 2000 surgiram ainda crescentes oportunidades de frequência do ensino superior em território nacional (tanto em universidades e institutos públicos como privados), que culminaram em 2006 com a criação da Universidade de Cabo Verde (universidade pública de âmbito nacional, com pólos nas duas maiores cidades do país: cidade da Praia, a capital administrativa do país, na ilha de Santiago, e na cidade do Mindelo, na ilha de São Vicente).

Todavia, acompanhando as transformações descritas, outras mudanças ocorreram. Desde logo ao nível demográfico o país registou um crescimento muito intenso nas últimas décadas, com uma população que cresceu de cerca de 200.000 habitantes em 1960 para 491.575 em 2010 (INE 2010). Este crescimento foi acompanhada por um expressivo peso demográfico da população jovem, sendo que atualmente 54,4% dos habitantes de Cabo Verde têm menos de 25 anos de idade e 70,4% tem menos de 35 anos (INE 2010). Paralelamente, num país com uma forte tradição rural, hoje 62% da população reside em núcleos urbanos com perto de metade da população a residir num dos dois principais centros urbanos do país: 120.000 habitantes na cidade da Praia, e 70.000 habitantes na cidade do Mindelo (INE 2010), cidade onde desenvolvi a minha pesquisa.

A nível socioeconómico, se nas últimas décadas se registou uma expressiva a redução da pobreza e uma melhoria das condições de vida da população, a contínua dependência macroeconómico externa (em particular da ajuda internacional e das remessas dos emigrantes), a par de uma reduzida produção local, têm levado, contudo, a que a maioria dos bens de consumo tenha de ser importada, aumentando assim o custo de vida face aos baixos rendimentos da maioria da população (Lobban 1995). Este fator, reforçado ainda por uma persistente taxa de desemprego – mais expressiva entre os jovens⁷ – tem tido como consequência um aumento das desigualdades sociais nos últimos anos (Laurent e Furtado 2008, Proença 2009, Lima 2011). Por outro lado, a frágil economia nacional é ainda incapaz de sustentar um sistema público de proteção

⁷ Em 2010 este afetava 25,1% na população entre 15 e 24 anos de idade e 9,5% na população nacional entre os 25 e os 44 anos de idade em meio urbano (INE 2010).

social que apoie eficazmente os grupos mais desfavorecidos da sociedade, entre os quais se encontram os jovens.

Por fim, se a emigração tem sido desde há muito em Cabo Verde um dos principais mecanismos de “fazer a vida” (Åkesson 2004) face à fragilidade socioeconómica, também aqui se verificaram mudanças recentes, uma vez que os países europeus e norte-americanos, principais destinos da emigração cabo-verdiana, têm vindo a endurecer as suas políticas imigratórias através da complexificação dos procedimentos de obtenção de vistos e do recrudescimento da vigilância e policiamento das suas fronteiras. Como consequência, atualmente tem-se registado em Cabo Verde, tal como em muitos outros locais do mundo, uma profunda restrição de uma das estratégias mais importantes de subsistência e de mobilidade social: a mobilidade internacional (Carling 2002, Åkesson 2008).

O lugar paradoxal da juventude

No contexto das rápidas mudanças ocorridas em Cabo Verde em particular após a independência, os jovens foram conquistando um lugar de destaque na sociedade cabo-verdiana; porém este lugar pode caracterizar-se como paradoxal. É inegável que aumentaram as oportunidades de realização dos jovens nos domínios da educação formal, das comunicações, do consumo e do lazer. Contudo, face à sua crescente pressão demográfica, a fragilidade dos sistemas económico e de proteção social do país, aliados às crescentes dificuldades para emigrar, tornam efetivamente difícil responder às crescentes aspirações de grande parte da juventude nacional, nomeadamente de obtenção de um emprego estável, de uma habitação própria, de padrões de consumo mais elevados e de estabelecimento de núcleos familiares autónomos, consequentemente gerando entre os jovens sentimentos de frustração e de incerteza face ao futuro.

É justamente no seio desta contradição entre aspirações e frustrações, ambas crescentes, que situo a minha pesquisa. À semelhança de múltiplas pesquisas realizadas sobre a juventude noutros contextos africanos pós-coloniais (ver capítulo 3), procurei compreender como esta contradição tem levado os jovens, como grupo – a juventude – a adquirir, também em Cabo Verde, um novo protagonismo político, cultural e simbólico no espaço público nacional e, em particular, no espaço público urbano.

Os olhares dos adultos

Instalando-me na segunda maior cidade de Cabo Verde e procurando estar atento aos contextos e às práticas juvenis, pude verificar uma forte presença pública dos jovens e o impacto significativo que a categoria de juventude tem nas representações e nas práticas sociais em diversos domínios da vida pública. Seja pela pressão que exercem no sistema educativo e no mercado de trabalho, ambos aparentemente sobrelotados, seja pela elevada frequência e visibilidade das suas práticas coletivas, formais ou informais, de cariz expressivo, desportivo ou comunitário, seja devido à assumpção de novas opções estéticas e de consumo que contrastam com padrões tradicionais e conservadores, seja ainda pelo incremento da violência e da criminalidade praticadas por jovens numa sociedade tradicionalmente não violenta, ou simplesmente pela sua ostensiva e ociosa presença nas ruas e praças das cidades (Martins 2009), tornou-se notório para mim que os jovens assumiam um peso expressivo na vida pública cabo-verdiana.

Na primeira fase da minha pesquisa (em abril e maio de 2008), ao mesmo tempo que procurava conhecer alguns jovens e integrar-me em grupos e atividades juvenis, interessei-me também em aprofundar os discursos sobre a juventude a que ia tendo acesso em conversas informais, e que surgiam com frequência em notícias de jornal, na rádio ou na televisão ou em *blogs* na *internet*. Para tal procurei identificar e entrevistar um conjunto de pessoas que, na cidade, desenvolvessem trabalho ou iniciativas com jovens, ou que deles me pudessem dar uma perspetiva geral. Neste grupo incluí assim professores do ensino secundário e superior, psicólogos escolares ou de serviços de apoio à juventude, profissionais de saúde, líderes de instituições e organizações juvenis ou de serviço à juventude, e ainda jornalistas locais (num total de 13 entrevistas). Estava consciente de um potencial efeito de “classe” no discurso destes entrevistados, previsível aliás pelo facto de quase todos eles terem profissões de relevo e influência a nível local (e nacional) e terem, inclusivamente, frequentado o ensino superior fora do país. Era, no entanto, justamente o olhar *destes* adultos que eu buscava, nomeadamente aqueles que, como “mediadores culturais” (cf. Anjos 2002) entre os quotidiano dos jovens e as instituições que os regulam, estariam em condições de produzir (mais ou

menos conscientemente) um discurso “dominante” sobre a juventude, contribuindo assim determinantemente para a “produção” local da própria categoria.

Junto destes entrevistados interessei-me assim em compreender não apenas as suas representações sobre a juventude cabo-verdiana atual (características, limites, desafios), mas também em situar os seus discursos num contínuo temporal apelando ao confronto com os seus próprios períodos de juventude e solicitando interpretações sobre as transformações ocorridas entre esses períodos e o presente. Finalmente, pedi ainda a cada um dos meus entrevistados para partilhar comigo aquilo que pensava ser importante pesquisar sobre a juventude cabo-verdiana atual, que perguntas quereria ver respondidas sobre os jovens, na expectativa de que essas perguntas fossem reveladoras do imaginário social que subjazia à própria categoria de juventude na contemporaneidade (ver guião da entrevista no Anexo A).

Estas entrevistas revelaram desde logo imagens e discursos contraditórios sobre os jovens, oscilando entre a esperança no futuro e a crise do presente, entre medos e projetos de natureza social, articulando referências e dimensões locais, nacionais e globais. M. R., uma professora do ensino secundário e superior que não me revelou a sua idade mas que contava já com uma vasta carreira como docente e dirigente em diversas instituições educativas do país traçou-me desde logo um quadro assaz negativo sobre a juventude atual:

“A nossa juventude tem muito chamariz, tem muita informação, está a funcionar como uma esponja que absorve e não está com capacidade de rejeitar. Isso é mau e por isso é que temos uma juventude com desvios comportamentais. *[Mas pode-se generalizar?]* Pode-se. Pode-se generalizar a toda a juventude porque, quando começou a doença a minar a juventude dizia-se que é da periferia e ligava-se isso à falta de poder económico, mas hoje não é só da periferia, está generalizada; é uma doença que temos de debelar rapidamente para não se tornar endémica, se não é epidemia e vai dar tudo. Porque a nossa juventude está nesse limiar, é uma esponja que está a absorver tudo. Vai para a escola mas pode sair, ir passear, cometer as maiores barbaridades; chega em casa não é induzido a estudar porque no seu quarto tem tudo o que o convida a divertir-se, a distrair-se dos estudos; sai e não tem horário para chegar; veste-se como quer e não como manda cada lugar, nem o vestir se ensina; então não sabe se vestir, não sabe se comportar, porque é livre para o que quer. A nossa juventude continua confundindo a liberdade com a libertinagem, mas isso é uma velha história, da revolução; como dizia um colega ‘desde que dissemos aos nossos meninos que são flores da revolução, nós estragamos tudo’,”

porque tomaram isso à letra e têm de revolucionar tudo, e para eles isso é tirar tudo o que há de bom, de positivo para só fazer aquilo que eles acham que devem fazer e não o que a sociedade exige deles". (Entrevista a M. R., 25 de Abril de 2008)

Excesso de liberdade, ausência de regras, desobediência, desrespeito, eram categorizações que escutava frequentemente quando perguntava sobre os jovens em Cabo Verde, muitas vezes associadas também às ideias de desmotivação, de falta de objetivos e de facilitismo. Isso mesmo me disse F. S., jornalista de rádio com 19 anos de idade à data da independência do país e que desde então sempre tinha estado envolvido em iniciativas artísticas e de promoção cultural:

"Neste momento Cabo Verde mudou muito nesses 30 anos, há muita facilidade; (...) eu fico com a sensação que os jovens de agora, pelas facilidades que têm, muitas vezes não dão o devido valor, digamos assim, às coisas. Nota-se em certa medida valores que se perdem. (...) Portanto o jovem de hoje, enfim, tem esse papel de estudar mas ao mesmo tempo vai estudando mas não há um desfio, não se sente engajado de facto nalguma coisa e enfim, ouve música, estuda um bocadinho, mas quer é sair, é beber, é fumar, é descobrir drogas e... em certa medida é um bocado a tendência da nossa juventude neste momento. Procura... o que costumo dizer não fazer nada, não ter um objetivo preciso e pelo qual se luta e se faz tudo e se sacrifica e se... portanto, não adotou nenhum objetivo por vontade própria". (Entrevista a F. S., 15 de abril de 2008)

Ressaltava nos discursos deste e de outros entrevistados a atribuição de atitudes conformistas e hedonistas aos jovens. No mesmo sentido M. F., o coordenador do Centro da Juventude local, na dependência da Secretaria de Estado da Juventude, de 40 anos de idade, identificava nos jovens uma postura de "descontra", "à espera que as coisas caiam do céu", e F. um padre de 60 anos de idade, um dos fundadores da comunidade franciscana de São Vicente em 1979 e a viver na ilha desde então, também diretor de uma rádio e de um jornal de âmbito nacional, defendia que os jovens atuais demonstram "uma certa aversão por normas e um culto da individualidade e da independência" (Entrevista a F., 16 de abril de 2008).

Este quadro juvenil de aparente desvinculação social e de individualismo excessivo foi-me frequentemente ilustrado com exemplos concretos de traços sentidos como provocadores e inquietantes, todo um conjunto de "desvios comportamentais" (M. R.) desafiadores da moralidade "adulta". Em muitos dos testemunhos que recolhi o maior destaque foi dado a uma sexualidade juvenil "fortuita" (E., médica num centro de saúde reprodutiva, entrevistada a 24 de abril de 2008) e "precoce", à "exuberância

corporal [feminina] como forma de aquisição de bens, de um estilo de vida para o qual não têm possibilidades" (H. L., psicóloga clínica e professora no ensino superior, entrevistada a 23 de abril de 2008) e à ausência de relações conjugais monogâmicas e duradouras, ou, como referiu F., à "falta de perspetivas de (...) constituição de uma família normal". Mas foram também realçados com frequência outros traços assumidos como preocupantes, tais como a excessiva festividade ou "paródia" (F. S.) a que se dedicariam os jovens, assim como o consumo de álcool, de tabaco e de drogas ilegais, vistos como exagerados, ou ainda a violência exercida pelos jovens, qualificada como delinquência juvenil ou vandalismo. Ao caracterizar a juventude atual L. L., um artista plástico e cineasta local, também diretor de uma escola superior de artes na cidade e dirigente de uma organização não governamental de desenvolvimento local, mostrou-me a sua perplexidade: "Por exemplo, hoje o que mais está a marcar Cabo Verde é a violência juvenil, de que se fala muito hoje. É inédito em Cabo Verde; a história da juventude cabo-verdiana é outra, é diferente" (Entrevista a L. L., 25 de Abril de 2008).

A estas representações pareceu-me por vezes estar subjacente uma verdadeira inquietação face aos jovens atuais, uma incapacidade de compreender, e por vezes mesmo de interagir, com uma juventude que parecia subverter aquilo que para muitos adultos era tomado como referência nas suas vidas. Por essa razão talvez tenha escutado com frequência uma associação entre a juventude e uma aparente degradação ou crise de valores éticos e de compromissos, não apenas pessoais mas também sociais. I., um professor de ciências sociais no ensino secundário e no ensino superior referiu-me que "estão-se a perder barreiras éticas" (Entrevista a I., 25 de Abril de 2008) e J. outro professor de filosofia num liceu da cidade, de 36 anos de idade, identificou entre os jovens cabo-verdianos atuais "...uma mudança acelerada de valores. Não há tempo para a consumação de valores, eles não chegam à maturidade" e ainda que "faltam referências, âncoras; mesmo a Igreja perde a sua referência, o último reduto". Para este professor haveria entre os jovens uma "vontade de estilhaçar as referências mas sem assumir responsabilidade pessoal, é uma reação mas sem convicção" e acrescentava ainda que "a estética, a aparência, assumiu-se como um valor, no parecer, no vestir, acima da ética. Um jovem acha que vai conseguir tudo com a estética, mas sabemos que isso vai desaparecer" (Entrevista a J., 23 de abril de 2008).

Com efeito, o que pude recolher foram genericamente olhares desencantados sobre a juventude atual. Contudo estes ganhavam significado se confrontados com as

representações e memórias dos entrevistados sobre o que para eles haviam sido as suas próprias juventudes. A distância entre ambas era uma imagem muito evocada:

“Da minha juventude para esta atual vão 100 léguas de distância, porque o ambiente era diferente. Eu sou do tempo colonial, e isso quer dizer que eu tinha uma outra forma de ver a vida, ditada pela moral portuguesa, que eu brinco mas que eu referencia porque se sou o que sou é porque eu tive um ambiente que me permitiu chegar até aqui. A minha juventude era mais ligada aos livros, ao estudo, tinha muito pouco acesso aos chamados sociais, reunia-se entre os amigos mas tinha-se horas para entrar e sair, mesmo que os pais não tivessem formação. Havia uma outra conceção de vida, os pais seguiam os filhos mesmo não tendo o mesmo nível de desenvolvimento deles em termos de conhecimentos escolares. Havia uma outra relação entre pai e filho, de respeito e também de parceria, os filhos dialogavam e obedeciam e tiveram frutos, estão aí, os nossos ministros. Havia um outro conceito de família, mais coesa, mesmo havendo a poligamia disfarçada, havia uma maior coesão familiar, um maior interesse da mãe, do pai, dos filhos. Havia também um melhor relacionamento entre professor e aluno; o professor era um pouco distante mas havia respeito entre ambos. Não havia tantos chamamentos sociais, nós só tínhamos cinema e só ia quem tinha maioridade, as idades eram mesmo respeitadas”. (Entrevista a M. R., 25 de Abril de 2008)

Moral colonial, ética familiar, mas também efeitos de estratificação social, tomados em conjunto e reforçando-se mutuamente, permitiam assim fazer emergir na generalidade dos testemunhos dos meus entrevistados (em especial nos mais velhos) um discurso que, à luz de uma juventude passada idealizada, “produzia” uma juventude atual em torno de ideias como a diminuição do esforço dos jovens e o declínio da autoridade a que estes estavam sujeitos, tanto no que respeitava à dedicação votada à educação escolar e ao trabalho como no âmbito das relações familiares e educativas. L. L. traduziu-me de forma eloquente a articulação entre estes dois domínios aludindo ao investimento familiar na educação dos filhos, uma referência comum na memória histórica de Cabo Verde:

“A história de Cabo Verde é uma história de pobreza. Eu sou originário, como a maior parte dos cabo-verdianos, de uma família pobre; a minha mãe não sabe ler, e nunca isso foi um problema, mas o investimento dela era que todos tínhamos que ir para a escola. A cultura da pobreza era isso. (...) Mas hoje no Mindelo já não há essa cultura do património do saber. Cabo Verde tem uma história interessante, a forma como este país se fez, eu costumo destacar isto: a pobreza tinha esta noção de património e de riqueza, é o saber, é a escola, não tem mais nada para dar, e levávamos pau para ir para a escola, não

havia hipótese... sei lá... de me levantar às horas que eu quisesse. Nem hoje eu faço isso por uma questão de educação, não consigo. Hoje isso já acontece, por culpa dos pais, da educação, o que é que esse gajo está a fazer na cama? Ainda por cima é a mãe que o vai levar numa oficina para trabalhar, mas claro que ele não vai querer, vai fugir, porque tem comida em casa, tem os pais a fazer esforço... Há aqui qualquer coisa que se desmontou. E desmontou em prejuízo do próprio jovem". (Entrevista a L. L., 25 de Abril de 2008)

Alguns dos meus entrevistados destacaram explicitamente as transformações ocorridas no seio das famílias cabo-verdianas como fator central para interpretar a distância entre a juventude atual e as suas próprias juventudes. Com efeito, comparando com uma idealização das relações familiares do passado definida pela "rigidez" (T. D., professora do ensino secundário, entrevistada a 14 de abril de 2008), "exigência", "coesão" e "respeito" (M. R.), as relações familiares atuais eram retratadas como "mais distantes" (H., líder do movimento associativo juvenil, entrevistado a 18 de abril de 2008), os jovens eram acusados de encararem a família apenas como uma "fonte de suporte financeiro" (M. R.) e os pais acusados de se "demitirem das suas responsabilidades educativas e afetivas" (M. R.), de deixarem os seus filhos muito tempo sozinhos e sem atenção e de não os estimularem adequadamente em relação à construção de objetivos para o futuro. Disse-me T. D. "A desmotivação de alguns jovens tem mais a ver com problemas em casa, em que a família não os motiva. Só a escola não basta. É preciso um trabalho muito sério em Cabo Verde ao nível das famílias" (Entrevista a T. D., 14 de abril de 2008).

Mesmo aqueles que, como L. L., encaravam os "problemas familiares como um reflexo do desregulamento do sistema social como um todo e não como a causa dos problemas da juventude", não deixavam de reconhecer aspectos "problemáticos" nas relações familiares cabo-verdianas da atualidade e de, implicitamente, os relacionar com os próprios "problemas" da juventude atual.

Alguns dos entrevistados assumiram-me mesmo a sua própria responsabilidade, enquanto pais, pela aparente apatia e ausência de esforço dos jovens do presente face à educação escolar e ao trabalho. F. S. afirmou "Eu quero crer que nós, os jovens dessa altura, dos anos 70, não cumprimos da melhor forma o nosso papel de educar os nossos filhos" e M. E., uma professora de ciências da educação no ensino superior, dirigente de uma organização não governamental de desenvolvimento local, assumiu também:

“A responsabilidade pelo que são os jovens de hoje é nossa, nós é que os educámos. A nossa geração, que se dedicou à escola como forma de ascensão social, de fuga à vida dura do campo e do trabalho físico, hoje quer inconscientemente poupar os seus filhos disso. Então para eles o trabalho familiar é algo distante, deixa de ser estrutural e quando muito passa a ser instrumental, para conseguir ter mais acesso a bens de consumo. Perderam a noção de esforço e de responsabilidade coletiva, a reivindicação social”. (Entrevista a M. E., 11 de abril de 2008)

Esta professora tinha consciência de que esta instrumentalização do trabalho em benefício do consumo era um fenómeno específico de uma classe média emergente e ainda pouco expressiva no país, mas argumentou que “a classe mais pobre vê este novo estilo de vida e também o quer; este é também o modelo ideal que adotam.” Relatos como estes remetiam para mudanças estruturais na sociedade cabo-verdiana que, de facto, ao longo das últimas quatro décadas foi oferecendo condições crescentes para o desenvolvimento de uma classe média (ou pelo menos de uma ética e de uma estética de classe média) principalmente através do investimento familiar na aquisição de capital escolar e da adoção de novos hábitos de consumo. Segundo os testemunhos que recolhi, durante este processo as relações de parentalidade em particular parecem ter-se alterado substancialmente. Na atualidade aquilo que os pais exigem e a aquilo que os filhos acatam parecia efetivamente distanciar-se, segundo estes relatos, de uma ética passada representada em torno da coesão familiar, do esforço e do respeito. Mesmo não sendo mãe, a professora M. R. resumiu assim este sentimento:

“A minha juventude foi condicionada por determinadas coisas, era mais criteriosa, via a vida como um desafio a vencer, tinha metas. Posso generalizar isso à minha geração. Por exemplo meninos criados no albergue, estudaram no mesmo liceu, com as mesmas condições e hoje são ministros, já foram ministros, atingiram o patamar mais alto da via pública. Ora se eles conseguiram isso em condições péssimas, porque é que esses hoje não conseguem? Nós tínhamos um desafio a seguir, nós éramos educados com metas desde tenra idade e a lutar para as atingir. Hoje as famílias não estão a fazer isso com os filhos. Hoje um pai não explica ao filho porque é que ele vai à escola, põe-lo na escola, é diferente. Quando chega o período das férias os pais só perguntam quando é que a escola reabre, estão cansados de ter os meninos em casa; antigamente não, porque nós também tínhamos tarefas a seguir. O grande problema hoje é que muitos que sofreram, que tiveram uma vida fechada, cheia de problemas mas que conseguiram ultrapassar esses problemas, querem uma vida melhor para os filhos mas demitem-se da responsabilidade da educação deles, acham que resolvem o problema dando, concedendo; só que não estão

a conceder a melhor coisa, que é o amor, a atenção. Isso está frustrando os alunos, os jovens. Esse amor que às vezes se traduzia numa palmada, numa varada nas pernas, num cinto a bater...hoje traduz-se em quê? Não se bate porque se frustra psicologicamente, desrespeita-se, mas também não se explica o porquê das coisas. Entre a minha geração e essa há esse fosso". (Entrevista a M. R., 25 de Abril de 2008)

A distância que se destacava nesta e noutras narrativas “adultas” foi-me apresentada muitas vezes recorrendo à ideia da geração, nomeadamente através de um incremento do distanciamento entre gerações sucessivas de jovens. Tal recurso interpretativo permitia ao meus entrevistados condensar numa só imagem uma distância que implicava ao mesmo tempo mudanças histórias e sociais, mudanças de referências éticas e mudanças de comportamentos entre os jovens que eles haviam sido no passado e os jovens que observavam no presente. E mesmo se este “fosso entre gerações” pudesse estar assente maioritariamente em idealizações e em esquecimentos seletivos do passado, era de facto inegável que as rápidas transformações políticas, económicas e culturais ocorridas em Cabo Verde nas últimas décadas haviam levado à emergência de um contexto social na atualidade muito diferente daquele em que a maioria dos adultos que eu entrevistei tinha vivido a sua juventude. Desde logo porque para muitos deles estas tinham sido passadas num período ainda de domínio colonial e de luta pela independência, ou um pouco mais tarde numa época de empenho nacionalista pós-independência, e eram essas as recordações que evocavam:

“...fiz parte dessa juventude que tinha em mente ideia que era seu papel empurrar as coisas, ajudar o país a nascer como país independente, e com a preocupação de nos virarmos para a nossa cultura... (...) era uma espécie de... de missão para os jovens nesse período”. (Entrevista a F. S., 15 de abril de 2008)

“No primeiro tempo pós independência havia mesmo entusiasmo. Porque eu também vivi esse entusiasmo, vivi apaixonadamente o ideal da independência e envolvi-me bem. Aquilo que eu vivi acho que muita gente viveu. Aquilo que se fazia fazia-se com a convicção de se estar a ajudar o país, a reconstrução do país. Essa ideologia da reconstrução entrou muito na sociedade. (...) Mas todo este fervor dos primeiros anos da independência praticamente desapareceu”. (Entrevista a F., 16 de abril de 2008)

Estes testemunhos evidenciavam o modo como muitos adultos do presente se representavam a si mesmos inseridos numa temporalidade histórica que enquadrava e que transcendia as suas próprias biografias, posicionando a sua juventude num lugar social definido e relevante, com um protagonismo concreto no percurso histórico da

própria nação. Mas este posicionamento histórico parecia ser algo para o qual estes adultos não encontravam paralelismo na juventude atual, o que, por sua vez, parecia deixá-los sem recursos para compreender os jovens do presente num mesmo plano de temporalidade. L. L. resumiu-me de forma eloquente esta ideia:

“Por exemplo, eu digo muitas vezes aos jovens que os elementos do movimento claridoso⁸ não nasceram com 80 anos, eram jovens, tinham 20 e tal anos. No meu grupo, tínhamos 30 anos quando fizemos o Ponto & Vírgula⁹ e somos a geração que promoveu a mudança política nesse país¹⁰. Eu costumo dizer: agora é a vossa vez; o que é que está a passar? Há aqui qualquer coisa que se está a passar. (...) Às vezes falo de outras gerações, por exemplo a geração de Amílcar Cabral, só é possível porque aqueles gajos eram doidos, eram novos; só naquela idade é que é possível. Mas isto parece que não é só um problema de Cabo Verde, é um problema geral, parece que não há nada para mudar agora, a juventude encontra tudo feito e encaixa. Mas parece-me que está insatisfeita...”

(Entrevista a L. L., 25 de Abril de 2008)

Surge no final deste testemunho uma outra referência recorrente nos discursos dos adultos, nomeadamente a ideia de que a atualidade social em Cabo Verde não é diferente, e é mesmo dependente, daquilo que acontece noutras partes do mundo. Entre os testemunhos que reuni, esta noção de abertura e de influência do “exterior”, do contexto internacional, emergia como uma das que melhor definia a percepção dos adultos sobre o momento presente em Cabo Verde, central para enquadrar a incompreensão e a inquietação dos adultos face à juventude atual. Este quadro interpretativo, que tinha ganha expressão desde a “abertura política” de 1991 (cf. Massart 2005), via-se reforçado mais recentemente pela retórica e pelo imaginário em torno da ideia de globalização. Contudo, independentemente dos inegáveis fatores internacionais que teriam vindo a determinar a vida cultural, económica e política cabo-verdiana, o que se ressaltava em muitos dos discursos era uma assumpção de que esta

⁸ L.L. refere-se aqui ao movimento intelectual e literário surgido em torno da revista *Claridade*, fundada em 1936 por intelectuais maioritariamente originários das três mais importantes ilhas do Barlavento (São Vicente, Santo Antão e São Nicolau), entre os quais se podem destacar Baltasar Lopes, Manuel Lopes e Jorge Barbosa. Esta revista viria a ser o principal instrumento difusor de um discurso político-cultural que tentaria legitimar um estatuto cultural diferenciado (e superior) de Cabo Verde no quadro do Império Colonial Português, ao mesmo tempo procurando atrair a atenção da metrópole para os graves problemas socioeconómicos (secas e fomes) que assolavam o território. Para uma visão crítica deste movimento e seu impacto na construção da identidade cultural cabo-verdiana ver Fernandes (2002) e Anjos (2002).

⁹ L.L. refere-se aqui à revista cultural e literária *Ponto & Vírgula*, fundada por ele próprio em conjunto com Germano de Almeida e Rui Figueiredo na cidade do Mindelo em 1983, publicando 17 números até 1987, com elevado impacto cultural e político durante esse período.

¹⁰ L.L. refere-se aqui à transição para o regime de democracia parlamentar e multipartidarismo ocorrida no país em 1991.

“influência externa” seria uma das principais justificações para os “problemas” dos jovens atuais.

Neste sentido vários entrevistados referiram que os jovens cabo-verdianos, com “cada vez mais formação e mais acesso ao mundo global, têm praticamente tudo o que tem outro jovem em qualquer parte do mundo” (F. S.), têm “mais oportunidades e tecnologia” (M. F.) e “mais solicitações e opções” (F.), mas esta abertura era vista por alguns com algo pernicioso. Este foi o caso de M. R. que defendeu que a juventude atual “tem muito chamariz, tem muita informação, está a funcionar como uma esponja que absorve e não está com capacidade de rejeitar” e também de T. D., que considerava que “a juventude está muito exposta a influências de fora: moda, música, televisão [o que] estimula nos jovens a delinquência, por imitação do que veem [refere também alcoolismo, prostituição e violência]” e que intuía que “talvez se deixem influenciar por algum sentido de inferioridade, pensando que o que vem de fora é que é bom”. Também L. L., ao argumentar que a globalização “só pode ser negativa quando não há mediação entre a informação e o jovem”, mesmo rejeitando uma justificação simplista para o que designa como a “desorientação e frustração da juventude”, não deixava de reconhecer a emergência de um novo contexto social, de natureza global e de contornos e consequências imprecisas, que estaria a determinar novos modos de ser jovem e que necessitaria de ser “mediado” a fim de não se tornar prejudicial.

Importa no entanto realçar que, não obstante o retrato genérico traçado pelos meus entrevistados ter sido muito centrado na noção de juventude como “problema”, ou pelo menos nos “problemas da juventude”, muitos deles não deixaram também de notar as dificuldades que os jovens enfrentariam atualmente, assim como as frustrações que experimentariam face às suas elevadas aspirações. Embora alguns testemunhos tivessem realçado a passividade dos jovens, “essa tendência de esperar por um emprego” (F. S.), uma nota recorrente na maioria deles foi a crescente dificuldade de integração laboral dos jovens, e em especial dos mais qualificados, grupo que tem vindo a crescer exponencialmente fruto da expansão dos sistemas de ensino secundário e superior no país. H. L. referiu-me que “Não se investe no ensino profissional. Está-se a investir tudo no ensino superior e os alunos que estão a sair agora estão todos no desemprego, nós estamos a fabricar desempregados” e J. falou-me de uma juventude “cheia de expectativas, de aspirações muito altas, de projetos de realização mais a nível material, do ter, e menos a nível do ser, mais do que o país pode oferecer” e por isso identificava

“alguma frustração nos jovens que já têm uma certa formação mas que não conseguem realizar os seus desejos”. Na mesma linha L. L. apontou que:

“Há muitas instituições a oferecer cursos, os jovens mobilizam-se para agarrar essas oportunidades mas depois não há metas claras, nem garantias de saídas para a inserção no mercado de trabalho. E os jovens estão a dar conta disso. Ao nível da educação formal há uma grande procura de cursos do ensino superior, mas não há uma orientação nem escolar nem social, de vida, para os desafios de hoje, do mercado... saem com as suas licenciaturas e cursos e quando chegam no terreno isto é uma espécie de banho de água fria...” (Entrevista a L. L., 25 de Abril de 2008)

Por outro lado, alguns entrevistados referiram também uma ausência de políticas concretas que apoiem os jovens e facilitem a concretização dos seus objetivos. Para o padre F.:

“Há falta de perspetivas de vida. A sociedade está a organizar-se de uma forma que (...) há uma boa franja da juventude que está sem perspetivas, de trabalho, de constituição de uma família normal. E daí também o refúgio... Portanto (...) teríamos de organizar a sociedade, os investimentos públicos que também se fazem, no turismo por exemplo, numa perspetiva também social; não é só fazerem grandes hotéis e etc., isto é um sonho. (...) Era preciso que todos os investidores tivessem uma componente social em favor por exemplo da juventude, das crianças... (...) Era preciso organizar as políticas de juventude, que são fracas”. (Entrevista a F., 16 de abril de 2008)

Quando confrontei esta perspetiva de F. com a centralidade da juventude nos discursos políticos nacionais e locais, algo que eu podia notar naquele período (uma vez que decorria a campanha para as eleições autárquicas), este entrevistado respondeu-me:

“Sem a juventude não se faz campanha. É verdade que depois é preciso os adultos que vão fazer, mas sem a força jovem, quem não consegue apanhá-los perde eleições. (...) Mas há muita apatia também no meio dos jovens em relação à política, muita desilusão, muitas promessas não cumpridas... (...) Os jovens são um alvo nas campanhas para conseguir votos mas também de ação nas campanhas: sem o dinamismo, alegria juvenil ninguém consegue. Evidentemente às tantas o jovem vê que a vida continua igual. Alguns ainda por motivos ideológicos, de convicção ainda vão continuando, mas há outros que acabam por ficar assim... Há políticas de emprego e de apoio a jovens empresários, mas é mais palavra do que... era preciso que houvesse mais isso”. (Entrevista a F., 16 de abril de 2008)

No mesmo sentido também o artista L. L. defendeu:

“Acho que há um desvio hoje, no discurso político, populista, demagógico, que muitas vezes trata a juventude como se fossem ‘mancos’ como a gente diz em crioulo... e isso pega nalguma franja da própria juventude. No papel deles eu revoltava-me, eu rejeitava, afirmava que não sou manco nem doente, que não preciso dessa proteção nem dessa demagogia. A própria juventude não deve aceitar esse papel. É normal que haja uma fraca participação da juventude nas políticas locais e nacionais. Quando há, a gente sabe que é o partido X que promove por demagogia, por interesse do próprio partido, não é endógena, não vem de dentro para fora”. (Entrevista a L. L., 25 de Abril de 2008)

A profunda partidarização da sociedade cabo-verdiana, bem presente nos mais diversos setores da vida pública nacional¹¹, assim como a recorrente “instrumentalização política” (I.) da população jovem eram, com efeito, fatores referidos por alguns dos entrevistados como limitativos da expressão e das próprias oportunidades de sucesso dos jovens. Contudo H., presidente da Liga das Associações Juvenis de São Vicente, com 25 anos de idade, alertou-me para o caráter recíproco desta relação instrumental entre jovens e políticos e descreveu-me como “muitas associações [juvenis] tiram partido da política nos tempos de campanha, procurando recursos. (...) Nesta época de campanha os políticos vão ao terreno [mobilizar politicamente os jovens], mas os jovens não aproveitam estas oportunidades para reivindicar objetivos de maior alcance”. Este líder juvenil passou-me assim uma imagem desencantada do envolvimento político da juventude e concluiu afirmando que “os jovens não acreditam na política mas querem acreditar”.

Na verdade, pude constar entre os relatos que recolhi uma crítica recorrente a um alegado desinteresse dos jovens pelo envolvimento social e político, e até uma acusação de “défice de cidadania”, expressão utilizada por J. B., ator e encenador responsável pela iniciação teatral de muitos jovens da cidade, que a utilizou não apenas para se referir à juventude mas a toda uma sociedade que caracteriza como “passiva” e “sem capacidade de reivindicação” (entrevistado a 22 de abril de 2008). Todavia este e outros entrevistados, mesmo reconhecendo o divórcio entre a maioria dos jovens e a política formal, não deixaram também de apontar a capacidade de iniciativa coletiva da

¹¹ Existem, desde 1991, dois partidos dominantes na cena política cabo-verdiana, nomeadamente o PAICV – Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (que deu sequência ao PAIGC após o golpe militar na Guiné-Bissau em 1981 que levou ao termo do projeto de unidade entre estes dois países; este partido exerceu o poder governamental no país entre 1975 e 1991, retomando-o já em eleições livres em 2001 e permanecendo no governo até à atualidade) – e o MpD – Movimento para a Democracia (partido criado no período de “abertura política” de 1991, assumindo o governo do país entre 1991 e 2001.) Este dois partidos tendem também a alternar entre si no poder autárquico, o que reforça a sua penetração e influência a nível local.

juventude cabo-verdiana. J. afirmou que esta “é uma juventude inteligente, quando é para fazer tem iniciativa e ideias” e T. D., envolvida na dinamização de atividades culturais e de voluntariado juvenil, defendeu a “disponibilidade para participar”, a “adesão” e o “dinamismo” dos jovens. Na opinião de H., talvez por reação à desvinculação política e ao desemprego que vigora entre a juventude, “o associativismo juvenil está muito presente no quotidiano dos jovens; quase todos os jovens estão num grupo”, algo que, com efeito, eu próprio também pude constatar no decorrer da minha pesquisa (ver capítulo 4). Também o padre F. realçou este elevado envolvimento coletivo da juventude, afirmando que atualmente os jovens “querem participar mais”, “saber qual o seu papel e o seu lugar”, “ter a sua própria voz”:

“Aumentou a qualidade da participação. Vejo muitos casos de grupos juvenis que aparecem na televisão, se organizam e fazem coisas que às vezes até surpreendem: luta contra à droga, doenças sexualmente transmissíveis... Demonstram que estão preocupados e fazem apelos aos companheiros. Isso não acontecia antes; também os problemas eram menos. Nota-se que há muitos grupos a querem reagir. Quando os adultos fazem apelos aos jovens eles gostam de reagir, de discutir esses temas, de participar nas iniciativas de combate a esses males. Eles próprios tomam iniciativas próprias, com empenho no social. E hoje nota-se uma autonomia de decisões. (...) Está nascendo uma maior consciência social, não telecomandada. Vivendo as dificuldades desta sociedade vão tomando a consciência de que é preciso fazer alguma coisa”. (Entrevista a F., 16 de abril de 2008)

Partindo de todas estas imagens “adultas” que pude reunir sobre os jovens cabo-verdianos, parecia evidenciar-se uma caracterização algo paradoxal e contraditória da juventude, que ressaltava os seus “problemas”, “desvios” e a “ausência de valores”, mas que ao mesmo tempo também aludia à sua experiência de “desorientação” e de “frustração” fruto da sua vulnerabilidade social; tanto apontando a “passividade” e a “ausência de objetivos” dos jovens como notando a “iniciativa” destes e a sua vontade de “participar”. Tal ambiguidade surgiu ainda com mais evidência quando questionei os meus entrevistados sobre os limites da juventude, sobre quando, nas suas perspetivas, se operaria a transição para a vida adulta:

“Passa-se para adulto cada vez mais cedo, pelo que se faz; vivem-se coisas de adulto cada vez mais cedo. Mas sai-se de casa dos pais cada vez mais tarde, só por acidente, porque as pessoas não têm objetivos de constituição de família nuclear (...) A maturidade vem

muito mais tarde. Entre este percurso andam só a bater nas coisas". (Entrevista a J., 23 de abril de 2008)

"Hoje em dia até uma criança de 12 anos pode ser adulto porque têm uma liberdade que um de 18 anos antes não tinha, para beber, fumar, sair, ter relações sexuais; tudo se vulgarizou. Mas é muito subjetivo. Se considerarmos o trabalho, a casa ou a família, são mais difíceis e mais tardios. Se os considerarmos como coisas de adultos... porque também há crianças que já podem trabalhar". (Entrevista a F., 18 de abril de 2008)

Esta contradição entre poder "viver coisas de adulto" desde muito novo mas só "sair de casa dos pais" muito mais tarde, retrata bem a generalidade das respostas que obtive a esta questão. O prolongamento do período dedicado à educação formal, assim como a dificuldade de inserção no mundo laboral foram razões evocadas com frequência para uma "transição muito difícil" (M. R.), mas não sem deixarem de ser associadas a ideias que expressavam passividade, tais como "não ter pressa de ir à vida, montar a sua própria família" e a querer ficar em casa dos pais "o máximo possível" (F. S.). Se para alguns ainda haveria "pessoas com 30 e 40 anos com comportamento de criança" (M. R.), para outros haveria um "tendência a antecipar a independência, mas sem terem condições; a fazem coisas de adulto [sexualidade, parentalidade] sem serem adultos" (F.). Alguns entrevistados apontaram critérios como "maturidade" (T. D.) e "ganhar responsabilidade" (M. F.) como fatores definidores de uma transição para a idade adulta, mas sempre em articulação com marcos biográficos objetivos tais como o nascimento do primeiro filho, a entrada no trabalho ou a estabilidade laboral. Todavia, remetendo para a dificuldade dos jovens atingirem estes mesmos marcos, questionava H. L. "como poderemos avaliar a entrada na vida adulta se autonomia económica, conjugalidade, habitação e parentalidade são critérios frágeis?", deixando entrever um novo distanciamento, no que toca aos percursos de vida, entre uma normatividade adulta idealizada e as reais práticas juvenis.

Esta aparente construção heterogénea e paradoxal da categoria de juventude, bem como dos seus limites, mostrou-se ainda coerente com as expectativas depositadas pelos adultos sobre os jovens:

"...portanto em Cabo Verde há muitos jovens, mesmo muitos jovens, e o lugar, portanto... o que se defende é que a essa juventude está reservada a própria, o próprio comando do país... e em certa medida eu acho que essa responsabilidade também tem algum... porque no dia a dia, nas conferências, os políticos, enfim, os pais, enfim, a

sociedade toda, quando fala filosoficamente da vida, e dos problemas, e de como deve ser e não sei quantos, atribui sempre à juventude o papel de vir... endireitar, digamos assim, este país, portanto, endireitar a vida de toda a gente, e dá-se o papel mais importante na economia, na... na política ao poder, digamos assim, a força laboral do jovem". (Entrevista a F. S., 15 de abril de 2008)

Este jornalista assumiu-me no entanto que esta “é uma responsabilidade demasiado grande para gente que apenas se está a... a especializar numa ou outra área, com vontade de fazer com força, é verdade, mas ao mesmo tempo sem experiência, sem muitos meios...” e como tal acreditava que “também aí há um quinhão de responsabilidade dos jovens procurarem retardar essa assumpção”. Este e outros testemunhos remetiam assim para uma outra dualidade: entre os jovens vistos como “o futuro” (T. D.) e dos quais se esperaria que viessem a “assumir as rédeas do país” (M. F.), e uma preocupação com essa mesma juventude justamente porque, sendo vista como uma geração “problemática” e que deseja adiar as suas responsabilidades, ela poderia não cumprir essas expectativas e colocar assim em causa o próprio futuro da nação. Desta forma, em consequência da atribuição desta responsabilidade de âmbito nacional aos jovens, alguns adultos não deixavam também de lhes exigir contrapartidas, tais como “mais iniciativa e dinamismo” (M. F.) e de acreditar ser necessário “despertar neles o seu papel como cidadãos, incutir essa esperança, abrir horizontes, mostrar todo o potencial que têm” (T. D.).

Talvez justamente porque não reconhecerem quer as suas vivências passadas quer os seus futuros imaginados na representação que tinham sobre a juventude atual, os adultos mostravam-me por fim que ainda tinham muitas perguntas por responder sobre os jovens do presente. Tal como me respondeu o ator e encenador J. B. quando o questionei acerca do que seria importante investigar sobre os jovens cabo-verdianos:

“Tudo. Eu gostava de perceber porque é uma juventude, não digo a velha história de geração rasca, mas tão desinteressada. É preocupante, para não dizer dramático, a postura da malta nos liceus, não estão para se chatear. E eu acho que é preciso entender isso, o que se está a passar na cabeça dessa malta, porque se calhar têm coisas para dizer, para botar cá para fora mas não sabem como, ou não têm mesmo. Mas o que eu gostava de saber é o que se passa dentro daquelas cabecinhas”. (Entrevista a J. B., 22 de abril de 2008)

Várias das perguntas que me apresentaram os adultos eram amplas e ambiciosas, tais como “o que gostam?” (H.), “quais os seus interesses?” (T. D.) “o que querem?” (T. D., H.), “quais os seus valores?” (I.), mas outras remetiam para campos mais específicos, tais como “quais as representações dos jovens sobre a educação e comparar com as representações sobre outros apelos da sociedade alternativos [diversão]; que lugar ocupa a educação?” (I.) ou “...o motivo pelo qual começam a beber muito cedo, porque é que muitos preferem deixar a escola para nada fazer (...) Porque é que eles não se respeitam uns aos outros; o que é que eles pensam da educação que os pais lhes deram...” (M. R.) ou ainda “como se perspetivam no futuro com este novo contexto em que Cabo Verde passou a país de desenvolvimento médio” (M. E.). Estas eram perguntas que me pareciam reforçar novamente a dificuldade dos adultos em pensar a juventude, uma juventude que reconhecem como uma categoria social significante mas que efetivamente não compreendem, evidenciando desta forma uma preocupação tanto com o presente como com o futuro, não apenas dos jovens mas também de si mesmos e do próprio país.

O que dizem os jovens?

Como contraponto às representações e às questões dos adultos sobre a juventude, procurei, ainda na primeira fase da pesquisa, recolher também um conjunto de dados genéricos de caracterização sociográfica dos jovens da cidade do Mindelo, assim como perspetivas e expectativas destes face aos seus percursos de vida, e ainda face à própria categoria de juventude e ao que significava fazer parte dela em Cabo Verde naquele momento. Para isso optei por duas estratégias de pesquisa, ambas de carácter exploratório, que me permitissem identificar tendências gerais entre os jovens e me ajudassem a clarificar as linhas de pesquisa a seguir. Por um lado desenvolvi um questionário de autorresposta individual, voluntária e anónima (Anexo B), que procurei aplicar a um conjunto alargado e diversificado de jovens da cidade. Por outro lado procurei criar oportunidades de discussão informal com grupos de jovens, discussões essas que me permitissem ter acesso às representações e discursos dominantes dos próprios sobre os contextos juvenis, tanto vivenciais como imaginários. (ver guião no Anexo C).

Devido à natureza exploratória destes primeiros momentos de pesquisa, tanto a constituição da amostra de respondentes ao questionário como a constituição dos grupos informais de discussão, não foram orientadas por critério rígidos de representatividade. Pelo contrário, a fim de obter perspetivas diversas sobre a realidade juvenil, procurei adotar como único critério de representatividade o facto dos inquiridos poderem ser localmente reconhecidos como “jovens”. Embora consciente das limitações e ambiguidades locais deste critério (que efetivamente se vieram a confirmar logo neste primeiros grupos de discussão e depois ao longo de toda a pesquisa etnográfica; ver capítulo 5 e 6), procurei desenvolver esta fase da pesquisa com um grupo alargado de inquiridos, sem restrições nem ponderações rígidas a nível etário ou de outra natureza, optando apenas por aplicar os questionários e realizar os grupos informais de discussão em contextos institucionais cujos frequentadores fossem genericamente categorizados como “jovens”¹². Para tal recorri a contactos que havia estabelecido previamente com centros juvenis da cidade assim como com docentes e instituições de ensino médio e superior, a fim de poder realizar a pesquisa exploratória nestes contextos. Desta forma pude aplicar o questionário entre os frequentadores do Centro da Juventude de São Vicente, na dependência da Direção Geral da Juventude (45 respostas) e dos dois centros juvenis geridos pela associação onde estava a desenvolver a pesquisa etnográfica (ver descrição detalhada no capítulo 4) (47 respostas), assim como em quatro turmas de estudantes de nível pós-secundário, duas delas no Instituto Pedagógico de Cabo Verde – Pólo de São Vicente, instituição de ensino médio (turma do 2º ano de formação de professores do Ensino Básico Integrado e turma do 2º ano de formação de Educadores de Infância, com 24 e 26 alunos respetivamente) e outras duas no Instituto Superior de Educação da Universidade de Cabo Verde – Pólo de São Vicente (turmas do segundo e do terceiro ano da licenciatura em Educação de Infância, com 27 e 22 alunos respetivamente). Em cada uma destas turmas consegui ainda, após a aplicação do questionário, dinamizar um grupo de discussão informal. Nestas discussões a

¹² A idade mínima dos respondentes ao inquérito por questionário situou-se nos 15 anos de idade, sendo a idade máxima dos respondentes a de 33 anos de idade. Tais limites etários não foram definidos por mim nem tampouco pelos próprios centros juvenis, que não restringiam de modo formal as idades dos seus utilizadores. Eles decorreram antes das idades efetivas dos utilizadores dos centros juvenis onde apliquei os questionários, pelo que os encarei, desde então, como um indicador que me permitia aferir, em certa medida, os limites etários da própria categoria local de juventude. Foi, por conseguinte, no âmbito deste intervalo etário que procurei situar toda a minha pesquisa subsequente. Adotei, porém, tal delimitação apenas de modo indicativo e muito pouco restritivo, já que subjacente a toda a minha pesquisa esteve sempre uma conceção de “juventude” menos como um grupo etário definido e mais como uma categoria identitária altamente flexível e relativa, dependente sobretudo do contexto sociocultural em que é definida (cf. Bucholtz 2002; ver capítulo 3).

participação dos estudantes teve sempre um caráter voluntário e anónimo e as questões abertas que coloquei tinham como objetivo único recolher a maior diversidade possível de opiniões e perspetivas dos jovens, sem qualquer orientação para o debate ou construção de consensos. A constituição de grupos de discussão unicamente entre estudantes do ensino médio ou superior prendeu-se ainda com um objetivo especificamente comparativo, nomeadamente o de ter acesso às representações de “jovens” que, além de “mais velhos”, estivessem já inseridos num percurso de educativo que (expectavelmente) lhes viesse a dar acesso a posições profissionais de maior influência social, desta forma permitindo uma comparação mais aproximada com os discursos que estava também a recolher entre os adultos entrevistados.

Desde logo interessou-me recolher representações sobre a própria categoria de juventude e por isso, quer nos questionários quer nos grupos de discussão, inquiri sempre sobre a idade limite da juventude. Nos grupos de discussão invariavelmente as respostas dadas desvinculavam a noção de jovem de qualquer faixa ou limite etário estrito: “não há idade limite”, “depende de cada pessoa; está na cabeça”, “tem a ver com a vontade de viver, de fazer alguma coisa”, “juventude é uma questão de atitude”. A generalidade das ideias que pude recolher entre os estudantes do ensino médio e superior tomava assim a juventude como uma categoria essencialmente definida por atitudes específicas, tais como “ser ativo” e “dinâmico”, “ser aberto”, “viver a vida intensamente” e “com alegria”, “ser festivo” e “ser moderno”, afinal como um “estado de espírito” que “pode ser toda a vida”.

Os resultados obtidos através dos questionários mostram-se coerentes com estas representações¹³, apresentando uma grande diversidade de respostas a esta questão (questão E.2, Anexo B), entre os 18 e os 100 anos de idade, com uma média global de 43 anos como idade limite para a juventude, um valor significativamente elevado mesmo tendo em conta as mais recentes orientações políticas internacionais no contexto africano que apontam para os 35 anos como o limite da fase da juventude (União Africana 2006)¹⁴. Estas respostas¹⁵, demonstrando representações sobre a categoria de

¹³ Para efeito de apresentação de resultados considerarei apenas aqueles obtidos pelo conjunto das 92 respostas dos jovens frequentadores dos centros juvenis, já que este constitui uma amostra mais equilibrada em variáveis como o sexo, a idade, a área geográfica de residência e o nível de escolaridade do que o grupo de respondentes das turmas de ensino médio e superior. (Ver caracterização geral dos respondentes no Anexo D)

¹⁴ Em Cabo Verde as políticas juvenis são dirigidas para um público delimitado entre os 15 e os 34 anos (Secretaria de Estado da Juventude 2002) ou mais recentemente entre 15 e os 24 (Secretaria de Estado da

juventude menos assentes em critérios etários e mais em marcadores atitudinais, apareciam assim em concordância com o discurso dominante adulto que também não lhe reconhecia limites etários ou sociais explícitos.

Tentando obter mais dados sobre as representações dos jovens associadas à categoria de juventude incluí ainda no questionário uma questão sobre o que significava ser jovem (questão E.3, Anexo B). De um leque de opções que apresentei tendo por base representações locais a que fui tendo acesso nos períodos de presença no país prévios a esta pesquisa obtive como respostas mais significativas sobre o significado de ser jovem as seguintes: “ser ativo na sociedade” (86%), “viver a vida intensamente” (48%) e “ser livre” (45%). Mesmo considerando que a expressiva opção pela ideia de “ser ativo na sociedade” possa indicar mais uma adesão genérica a uma ideia socialmente desejável de envolvimento cívico do que um conjunto de práticas sociais efetivas (aliás de difícil delimitação), ela não deixa de apontar para uma autorrepresentação dos jovens como tendo (ou devendo ter) um papel relevante no contexto social em que vivem. Pelo contrário, as duas outras respostas mais expressivas parecem apontar para uma conceção da juventude associada não a vínculos ou posições sociais mas sim a atitudes individualistas e hedonistas, novamente em linha com as representações que os adultos entrevistados me tinham transmitido sobre a juventude.

No mesmo sentido perguntei também aos participantes nos grupos de discussão informal se se consideravam jovens ou adultos. As respostas obtidas foram divergentes em todos os grupos, com alguns inquiridos a considerar que ainda não eram adultos e outros a afirmar-se “jovens e adultos ao mesmo tempo” mas, coincidentemente, o critério definidor era quase sempre o mesmo, a “responsabilidade”. Se os primeiros afirmavam que “para ser adulto tem de se ter mais responsabilidade e maturidade”, os segundos afirmavam no entanto que também “há adultos pouco responsáveis” e que “ser jovem é fazer muita coisa mas ter responsabilidade, é encarar a vida com responsabilidade”. A responsabilidade apareceu assim nestes discursos como um critério importante mas de natureza ambígua: por um lado um atributo definidor da idade adulta, mas por outro muitos dos inquiridos não deixaram também de a reivindicar para si, sem no entanto abdicarem de uma identificação como jovens; um deles referiu mesmo “eu sou jovem mas às vezes sinto-me muito adulto” e outro

Juventude e Desportos 2006) ou 25 anos de idade (Ministério da Juventude e Desportos 2010), embora estes limites não sejam seguidos com rigidez em muitas das medidas dedicadas aos “jovens”.

¹⁵ Outros dados obtidos através do inquérito por questionário serão apresentados ao longo da tese.

apontou que “há muitos jovens com responsabilidades de adultos, assumindo o papel de mãe ou pai”. No entanto, pude também registar opiniões de outros participantes em sentido contrário, caracterizando os jovens cabo-verdianos como “irresponsáveis”, “festeiros” e “preguiçosos”, embora demarcando-se a si pessoalmente dessas caracterizações.

As respostas obtidas às questões E.6 e E.7 do questionário (Anexo B) solicitando, respetivamente, a indicação de traços característicos dos jovens cabo-verdianos e de traços característicos dos próprios respondentes, mostraram-se coerentes com estas afirmações recolhidas nos grupos de discussão. “Festividade” (51%), “simpatia” (39%), “alegria” (34%), “beleza” (32%), “dinamismo” e “esperança” (29% cada) e ainda “irresponsabilidade” (28%) emergiram como os traços que, segundo os inquiridos, mais caracterizariam os jovens. Já os traços que os respondentes mais escolheram para se caracterizarem pessoalmente foram “responsabilidade” (62%), “simpatia” (55%), “alegria” (53%), “esperança” (43%), “solidariedade” (40%) e “simplicidade” (36%). Assim, também nas respostas ao inquérito a noção de responsabilidade mostrou-se central, quer na sua vertente negativa (irresponsabilidade) como um dos traços mais definidores da condição juvenil, quer como característica positiva (responsabilidade) com a qual a maioria dos jovens inquiridos se caracterizavam a si mesmos. Coincidindo também com os discursos recolhidos nos grupos de discussão surgiu ainda a caracterização da juventude cabo-verdiana como “festiva”, aspeto que pude perceber ao longo da pesquisa ser localmente polissémico e ambíguo, condensando uma dimensão pejorativa associada a uma diversão irresponsável e uma dimensão localmente valorizada vinculada a um suposto *ethos* festivo, alegre, acolhedor e otimista da população da ilha, tomado como traço identitário coletivo. Esta dimensão identitária mais positiva aparecia ainda reforçada pela presença simultânea de características como “alegria” e “simpatia” e “esperança” tanto nas autocaracterizações dos jovens como nas suas caracterizações da juventude local.

Estas perspetivas genéricas sobre a juventude cabo-verdiana que pude recolher entre os jovens mostraram-se coincidentes, em grande medida, com a caracterização que os adultos que entretanto entrevistava me transmitiam, o que possivelmente evidenciava uma apropriação do discurso dominante adulto sobre a juventude por parte dos jovens. Contudo pude notar entre os participantes nos grupos discussão que eles mesmo tinham consciência desse discurso. Quando lhes perguntava de que forma pensavam que os

jovens eram visto na sociedade cabo-verdiana as respostas eram unâimes e muito próximas das que tinha obtido juntos dos adultos: “só querem *tcholda*”¹⁶, “não têm valores”, “irresponsáveis”, “preguiçosos”, “não pensam no futuro”, “delinquentes”, “infantis”, “barulhentos”. Todavia, a maioria destes inquiridos não considerava justos tais atributos e não se identificava com eles. Se alguns concordavam que pudessem ser adequados para a “maioria” dos jovens, a grande parte dos inquiridos considera-os “generalistas” e tomava-se pessoalmente como uma exceção. Alguns classificavam esta caracterização como “uma visão natural” da parte dos adultos, um “choque de gerações, em que os adultos fazem uma comparação negativa com os jovens de agora” e outros defendiam mesmo que “os mais velhos é que são chatos” e que pelo contrário os jovens atuais eram “mais ativos, dinâmicos, inteligentes, criativos e responsáveis”, concluindo que “num país onde há poucas condições até somos lutadores”.

Quer nos grupos de discussão quer no questionário pedi ainda que fossem indicados os principais problemas que os jovens enfrentavam (questão E.5, Anexo B). As respostas novamente coincidiram entre si e com as que tinha obtido da parte dos adultos. No questionário destacaram-se novamente a “falta de emprego” (70%) e a “pobreza” (50%) e nos grupos de discussão emergiam ideias como “falta de oportunidades para mostrar aquilo que temos e que sabemos fazer”, “falta de emprego”, “falta de oportunidades para estudar” e “falta de formação profissional”, “pobreza”, “falta de possibilidades das famílias” e “falta de apoio familiar”, “falta de políticas de emprego, desporto, cultura e educação”, “falta de encaminhamento dos jovens”, enfim “falta de oportunidades para ter uma vida estável”. Porém, a este conjunto de problemas definidos pela “falta” de algo externo que deveria ser providenciado à juventude, muitos dos inquiridos acrescentavam outros problemas que atribuíam aos próprios jovens: “falta de iniciativa”, de “participação” e de “respeito”, “preguiça”, “falta de organização” da própria juventude e de “exigência política”, assim como “consumismo”, “alcoolismo” e consumo de drogas, “prostituição”, e aceitação e “imitação de tudo o que vem de fora”. Também no questionário se destacou como terceiro maior problema dos jovens cabo-verdianos a “preguiça” (37%) (questão E.5, Anexo B). Em suma, estes inquiridos, tal como o haviam feito os adultos, pareciam traçar um quadro de problemas que combinava fragilidades estruturais da sociedade cabo-verdiana com fragilidades intrínsecas aos próprios jovens e que, sem apontar

¹⁶ Expressão da gíria local que significa folia ou diversão desregrada.

responsabilidades de forma unívoca, revelava acima de tudo a vulnerabilidade social da condição juvenil em Cabo Verde.

Finalmente, interessado em recolher representações sobre o lugar social que atribuíam a si próprios e em aprofundar a associação que ia reconhecendo nas respostas aos questionários entre a categoria juventude e a ideia de “ser ativo na sociedade”, perguntei ainda aos participantes dos grupos informais de discussão qual consideravam ser o papel dos jovens na sociedade cabo-verdiana atual. Estava ciente de que as respostas que iria obter nesta questão poderiam ser, mais do que nas anteriores, determinadas em grande medida pelo facto de todos os participantes nestes grupos serem estudantes de cursos médios ou superiores conducentes a profissões de elevado reconhecimento e responsabilidade social. Contudo, justamente por estarem nessa posição, interessava-me comparar a perspetiva deste grupo de estudantes com as expectativas e exigências que os adultos me haviam transmitido sobre os jovens. E com efeito elas mostraram novamente ser coincidentes, mas por vezes também simétricas, já que estes jovens assumiam efetivamente elevadas responsabilidades, mas também exigências, pessoais e sociais: “ser mais ativos, responsáveis e participativos”, “unir-se para agir na sociedade”, “ser criativos”, “mostrar as nossa capacidades”, “reclamar pelos nossos direitos” (tais como “ser livre”, “expressar os nossos sentimentos”, “saúde”, “educação”, “habitação”, “vida confortável”, “segurança”) e “cumprir os nossos deveres” (tais como “estudar”, “fazer com que as coisas melhorem”, “ser participativos na sociedade”, “cumprir as leis”, “ser honestos” e “respeitar a sociedade e as opiniões dos outros”). Curiosamente, alguns dos inquiridos, colocando-se num eixo de continuidade intergeracional, tal como o faziam os adultos, assumiam inclusivamente a responsabilidade de “contribuir para a mudança de mentalidades, mudar a ideia que se tem dos jovens” e de fazer com que “os mais velhos nos entendam”. Um deles afirmou “nós vamos ser os velhos do futuro, nós vamos preparar os jovens de amanhã e já vamos estar preparados para as extravagâncias dos jovens” e outro resumiu desta forma o papel dos jovens: “tenho que pegar no pé de alguém mais velho e depois alguém também vai pegar no meu pé”.

Juventude, geração e mudança social em Cabo Verde

Nos discursos de jovens e de adultos em Cabo Verde as representações sobre a juventude assumem um caráter claramente geracional. Tal constatação, contudo, não constitui uma especificidade cabo-verdiana, poderia arguir-se. Certamente a “metáfora” geracional está e esteve presente nos “entendimentos” culturais sobre as categorias de idade em múltiplos contextos sócio-históricos, evocando uma lógica temporal de longa duração segundo um eixo de continuidade (ou de mudança) social. Aliás, já Evans-Pritchard (1977) tinha identificado, a partir da sociedade Nuer (um contexto bem distinto da sociedade cabo-verdiana atual) que a estruturação social através de grupos de idade permitia aos indivíduos construir uma visão “estrutural” (e não cronológica) do tempo, permitindo assim que estes se situassem num “tempo social” (cf. Leach 1992) a partir das relações etárias.

Analiticamente, no entanto, interessa ir para além da constatação da permanência transcultural da metáfora geracional e compreender, para cada contexto, os seus fundamentos e conteúdos. Em Cabo Verde, na atualidade, ela ganha especial sentido justamente porque se articula com – e evidencia – não tanto a continuidade mas antes a mudança social. Tal mudança é aliás referida explicitamente por alguns dos adultos entrevistados que, numa tentativa de enquadramento “temporal” (e portanto cultural) da juventude atual, convocam eventos e transformações sociais ocorridas nas últimas décadas no país para falar da forma de se “ser jovem” na atualidade. Para tal estes entrevistados fazem referência em especial ao período colonial, ou ao momento da independência nacional e ao entusiástico período de “reconstrução nacional” posterior, ou ainda ao período “abertura política” (a partir de 1991) e posterior “globalização” dos mercados de trabalho e de consumo, e consequentemente dos comportamentos e das aspirações juvenis.

Convocando estes momentos históricos os adultos entrevistados revelam a importância que os mesmos tiveram – justamente por terem sido experienciados nas suas juventudes – para a interpretação que agora conseguem (ou não) fazer sobre a juventude atual. Como se, tal como defende Spencer inspirando-se no trabalho de Victor Turner sobre dramas sociais, certos momentos chave na história pudessem também constituir transições chave na vida individual de todos os que tomam parte

nelas, tornando-se, pelo mito que geram, ritos de transição para a sociedade no seu todo (1990:22).

A experiência pessoal destas mudanças socioculturais e políticas, evocada agora pelos adultos para olhar a juventude, parece assim ter-se tornado um facto sociológico relevante em Cabo Verde, já que revela “um modo específico de experiência social e de acesso à realidade”, fruto de um “novo contacto”, no período da juventude, com um contexto marcado por novas condições sociais e políticas (Mannheim 1990 [1927]). Desta forma manifesta-se a emergência de uma estratificação da experiência social entre jovens e adultos com base naquilo que Mannheim classificava como “consciência de geração”. Esta consciência geracional, porém, evidencia-se menos claramente entre os discursos dos jovens (que não se opõem abertamente à geração anterior nem reivindicam referentes identitários ou históricos específicos) do que entre os dos adultos (tal como demonstra o meu entrevistado L.L. ao evocar as sucessivas gerações de jovens que marcaram a história do século XX em Cabo Verde para lamentar, por comparação, a ausência de sentido político da geração de jovens atuais: “parece que não há nada para mudar agora”).

Importa no entanto lembrar, seguindo o argumento de Mannheim, que um “conjunto geracional” não configura obrigatoriamente um grupo social, pois que uma posição análoga no tempo social não implica a partilha de relações ou interesse comuns. Apenas a partir da partilha de posicionamentos sociais específicos (de classe, de estatuto) poderia levar à emergência do que Mannheim designava de “unidades de geração”, ou seja, movimentos concretos de ruptura, inovação e mudança sociocultural. Este conceito parece, no entanto, adequar-se bem à generalidade dos adultos que escolhi entrevistar e ao grupo social que eles poderiam representar (quadros diretivos ou intermédios em instituições administrativas, educativas, culturais ou informativas), justamente pela influência social que vieram a conquistar. *Estes* adultos são aqueles que, enquanto jovens, detinham o capital social e cultural necessário (obtido quase sempre fora do país) para se identificarem e se envolverem intelectual e politicamente nos processos de mudança social em curso (fosse o final do período colonial, o período de independência e reconstrução nacional ou o período de “abertura política”¹⁷), e que

¹⁷ À semelhança do próprio Amílcar Cabral, estudante universitário em Lisboa primeiro, funcionário da administração colonial portuguesa na Guiné-Bissau depois.

agora detêm posições de relevo cultural, educativo e político capazes de definir o quadro institucional e simbólico que “produz” a juventude atual em Cabo Verde.¹⁸

Tomadas em conjunto, as vozes *destes* adultos revelam então uma “construção cultural da juventude” (Feixa 1996) assente numa imagem dúplice dos jovens: tanto os responsáveis pelo futuro da nação, que por isso se deveriam comprometer e esforçar pessoal e coletivamente, como os irresponsáveis e desocupados do presente que apenas buscariam a “paródia” e cuja imoralidade contribuiria determinantemente para o crescimento dos novos “males sociais”¹⁹ na tradicionalmente harmoniosa sociedade cabo-verdiana, tais como a toxicodependência, o alcoolismo, a prostituição, as doenças sexualmente transmissíveis, a gravidez na adolescência, a violência e a criminalidade. É assim, sob esta ambivalência, que a juventude emerge no imaginário adulto como uma categoria social e simbólica significativa e inquietante, tornada ao mesmo tempo agente e sintoma do que muitos sentem como uma crise social que afeta não só o presente mas também o futuro da nação. Por sua vez esta imagem de crise social parece convocar um discurso moralizador sobre os jovens, exigindo deles um comportamento “responsável”, um empenho educativo e cívico e uma moralidade social e sexual que responda a uma normatividade “adulta” produzida à luz de uma experiência juvenil passada e cujos referentes são, esses sim, maioritariamente “exteriores” e globais.

Esta construção cultural da juventude, porém, revela a sua eficácia quando os jovens, nas suas respostas, demonstram apropriar-se justamente dela para definir a categoria em que eles próprios se incluem e são incluídos. Imagens hedonistas (“festividade”, “preguiça”) mas também de compromisso pessoal e social (“estudar”, “ser ativo na sociedade”) são assim evocadas pelos jovens para caracterizar a juventude, ancoradas na mesma ambivalência entre responsabilidade e irresponsabilidade que marca o discurso adulto. Contudo quando são solicitadas as preocupações específicas de cada grupo a divergência é clara. Enquanto os jovens expressam receios face aos “seus” futuros, os adultos, embora reconhecendo as dificuldades atuais dos jovens na sua autonomização, parecem expressar mais – através da juventude – os seus receios face ao futuro do país.

¹⁸ Também Anjos (2002) elabora um traçado da história política cabo-verdiana no século XX em torno de gerações de elites literárias e académicas que foram cumprindo um papel de mediação entre a generalidade da população nacional e o contexto internacional, articulando símbolos culturais locais e globais de forma a produzirem uma identidade nacional (crioula) que garantisse as suas posições dominantes a nível nacional.

¹⁹ Expressão corrente no discurso informal mas também nos discursos “académicos” e técnicos locais, que remete para noções de problema social ou de desvio social.

Tal contradição só o é apenas aparentemente, já que ela não manifesta mais do que diferentes posições sociais e distintos enfoques temporais entre os dois grupos: *estes* jovens, numa posição de relativa vulnerabilidade e incerteza, mostram-se preocupados com os seus percursos de vida; *estes* adultos, numa posição de relativo poder, segurança e influência, preocupam-se por isso em pensar a mudança social ao nível nacional. Tais posicionamentos e enfoques poderiam assim convocar como quadro analítico um modelo sociológico de “estratificação por idade” assente na noção de coorte, ressaltando a relação dialética entre os cursos de vida individuais e a mudança social (Riley 1997): a mudança social geraria diferentes formas de “ser jovem” que, por sua vez, gerariam novas mudanças sociais. A pesquisa etnográfica por mim realizada, de natureza essencialmente sincrónica, não permitiria no entanto uma avaliação longitudinal, de longa duração, destes efeitos (cf. Spencer 1990). Todavia, mais do que analisar os efeitos de coorte na mudança social (e vice-versa) – efeitos aliás estimados sempre de forma aproximada e generalista fruto do próprio conceito de coorte (um conjunto de indivíduos definido estatisticamente e não um grupo social definido, portanto insensível à diversidade social interna e às representações e valores a ele associados; cf. Spencer 1990) e correndo sempre o risco de um excessivo determinismo histórico (falácia da coorte; cf. Keith e Kertzer 1984) – a análise dos testemunhos reunidos entre jovens e adultos permite evidenciar um conjunto de representações e receios mútuos: O que pensam os adultos dos jovens do presente? Que medos suscitam os jovens aos adultos sobre o presente e o futuro do país? Que aspirações e que medos têm os jovens face ao seu futuro? São estas representações e receios que definem o campo cultural de constituição da juventude atual, revelando tanto (ou mais) sobre as condições sócio-históricas da sua produção no passado e sobre o seu desfasamento face ao contexto social presente, como sobre os próprios jovens.

Neste sentido, a par dos contributos da teoria de Mannheim (1990 [1927]), também a análise de Margaret Mead (1970) sobre as relações intergeracionais e transmissão cultural se torna pertinente para compreender o campo cultural de constituição da juventude atual em Cabo Verde. Nos termos de Mead, partindo dos testemunhos dos adultos e dos jovens que pude recolher estaria-se já, aparentemente, em presença de uma cultura pré-figurativa em Cabo Verde. Face às rápidas mudanças sociais ocorridas (de dimensão social, económica e política, mas também íntima, familiar), os recursos culturais de que dispunham os adultos já não se revelariam

adequados para compreender os jovens atuais e nem pertinentes para lhes serem transmitidos. Os lamentos dos adultos em torno da ausência de dedicação escolar dos jovens, da ausência de objetivos e de valores laborais e familiares ou ainda sobre as alterações nas relações e autoridade familiar, expressam bem este desencontro. Como se, num contexto onde as referências do passado já não pudessem providenciar modelos para o futuro, se houvesse instaurado uma incapacidade comunicacional entre jovens e adultos que geraria relações e representações intergeracionais mútuas apenas marcadas pela rigidez ou pela incerteza (Mead 1970).

Todavia, se nos discursos dos adultos entrevistados pude efetivamente encontrar sinais de rigidez (em exigências de comprometimento escolar, cidadania e moralidade sexual e familiar, ou ainda em numa crítica aos comportamentos juvenis considerados como hedonistas ou desviantes), ou de alguma incerteza (não saber “o que se está a passar na cabeça dessa malta, porque se calhar têm coisas para dizer”, o que “querem”, “quais os seus valores”, “o que pensam da educação que os pais lhes deram”), entre os jovens a rutura pré-figurativa não se torna tão evidente. Pelo contrário, com base nas suas respostas, os jovens parecem-me querer inserir-se num eixo de continuidade, e não de rutura, intergeracional (“pegar no pé de alguém mais velho para depois alguém pegar no meu pé”), tanto pelo que dizem desejar (educação, trabalho, família, “oportunidades para ter uma vida estável”) como pelas responsabilidades sociais que afirmam assumir (“ser participativos na sociedade”, “cumprir as leis”, “respeitar a sociedade e as opiniões dos outros”).

Certamente Cabo Verde na atualidade não se poderia conceber como um contexto cultural pós-figurativo, nos termos de Mead, pois nem jovens nem adultos vêem o lugar da juventude como o de uma mera reproduutora do passado cultural. Pelo contrário, ambos evocam ideias opostas, tais como criatividade, dinamismo, liberdade, expressividade e “futuro”, quando se referem aos atributos da juventude (ou às expectativas face à mesma), dessa forma denotando, mais ou menos explicitamente, uma associação entre juventude e “modernidade” que retoma e reatualiza localmente a história da própria categoria, intrinsecamente “moderna”²⁰) (ver capítulo 3). Para continuar a análise nos termos de Mead (1970), seria então um modelo cultural configurativo, cuja transmissão cultural assentaria menos nos pais e mais em adultos

²⁰ Coincidentemente, Gillis (1981) refere que é justamente nos períodos de mais intensa modernização que as tensões geracionais tendem a emergir com maior expressividade.

institucionalmente investidos dessa tarefa (professores, profissionais de saúde, psicólogos, trabalhadores sociais...) ou entre grupos de pares, aquele que melhor caracterizaria as relações intergeracionais em Cabo Verde na contemporaneidade.

Tal modelo dá assim relevo a *estes* adultos como “intermediários” da modernidade, capazes de estabelecer e negociar pontes entre símbolos, discursos e políticas internacionais (“universais”) e o contexto político e cultural nacional (particular), desta forma determinado o quadro institucional de socialização da juventude (cf. Anjos 2002). Este enfoque no contexto institucional “socializador” dos jovens convoca ainda a proposta analítica de Johnson-Hanks (2002) que toma por objeto não as supostas características das “fases da vida” mas justamente os “projetos institucionais” que as promovem. Curiosamente, tais enfoques parecem, num plano formal, articular-se bem com os modelos explicativos da sociologia funcionalista de Parsons e de Eisenstadt, ou da antropologia estrutural-funcionalista de Fortes, que postulam que nas sociedades industrializadas modernas com elevada especialização do trabalho a família tende a perder a sua função socializadora e de atribuição de papéis sociais, a favor de uma pertença social baseada no critério universal da cidadania político-jurídica e realizada pela adesão a múltiplos grupos especializados (ocupacionais, políticos, religiosos) independentemente da pertença familiar. Para estes autores, neste processo os grupos de pares com base na idade (especialmente entre os jovens) ganham particular relevância enquanto contextos “transitórios” de desenvolvimento da identidade e da autonomia individual e de transição para a participação na sociedade²¹.

Tais modelos, se são eficazes na demonstração do caráter eminentemente moderno da categoria de juventude, tendem porém, pela sua natureza macro-sociológica e algo esquemática, a não dar conta das suas ambiguidades internas, as quais emergem nos discursos dos próprios atores sociais – quer jovens quer adultos – quando caracterizam a juventude atual entre a irresponsabilidade e a hiper-responsabilização no presente, entre o medo e a esperança face ao futuro. A imprecisão e subjetividade dos limites da própria categoria (“é-se jovem até cada vez mais tarde mas faz-se coisas de adulto cada vez mais cedo”, ser jovem é um “estado de espírito” que “pode ser toda a vida”), denotam justamente que “ser jovem” em Cabo Verde atualmente significa muito

²¹ Embora Eisenstadt (1972 [1961]) reconheça que nas sociedades ocidentais modernas estes se tenham vindo a tornar cada vez menos “integrativos” (ver capítulo seguinte).

mais (ou muito menos?) que ser “socializado” progressivamente num modelo sócio-jurídico definido pelas instituições da cidadania moderna (educação formal, mercado de trabalho, democracia representativa) (cf. Nyamnjoh 2007).

Uma compreensão da juventude cabo-verdiana atual carece assim de um olhar – e de um modelo analítico – mais sensível à sua diversidade interna, mais atento às práticas e subjetividades dos jovens, assim como às suas oportunidades e constrangimentos, de forma a melhor compreender como eles e elas, a partir das suas posições sociais específicas, fazem o seu “novo contacto” (Mannheim 1990 [1927]) com a realidade social e cultural do presente e como imaginam e estruturam os seus futuros. E talvez assim se possa, em paralelo, revelar e compreender também – a partir da perspetiva dos jovens – as ambiguidades e contradições dos próprios “projetos institucionais” que os configuram enquanto “juventude”. Pois que, como previa Margaret Mead, nas culturas pré-figurativas em que o futuro está em aberto “os jovens lançarão as perguntas e os adultos aprenderão em conjunto com eles novas respostas” (1970:74).

3. Juventude: um lugar social incerto

Em 1974, numa época de intensos debates académicos e transformações sociais no campo do género, da sexualidade e da expressividade e sociabilidade juvenis, num cenário em que floresciam manifestações, reivindicações e contraculturas “utópicas” e “alternativas”, Georges Balandier publica *Anthropo-logiques* (1985 [1974]), num esforço de estabelecer as bases de uma antropologia da modernidade. Nesta obra Balandier posiciona a emergência dos feminismos e das “culturas juvenis” nas sociedades ocidentais no quadro de uma reflexão antropológica mais ampla que busca os princípios organizadores de todas as sociedades, e afirma que a idade e o sexo dão à sociedade a sua infraestrutura mais profunda, menos vulnerável do que a resultante da produção da vida material e do confronto das classes sociais.

No que toca à idade, Balandier parte da análise do “problema dos jovens” nas sociedades modernas, afirmando que nos países desenvolvidos “a juventude inquieta e fascina” (1985:86). Este “problema” dá coloração a todas as outras reflexões, projetos e especulações sociais, sendo a escola, o comércio, a cultura, a moda, a política, a religião e o sexo reformulados em função das recusas, incitativas, demandas e contestações juvenis. Com efeito, para este autor quando as sociedades tomam consciência da sua natureza problemática e encontram dificuldades em assegurar a sua continuidade, em assegurar a aprendizagem social, os seus processos de socialização são postos em causa e questiona-se a sua “juventude”. Desta forma a crítica das relações de idade transforma-se em crítica alargada da sociedade.

Na sua análise Balandier baseia-se nos traços gerais que definem a problemática juvenil nas sociedades ocidentais da época, em particular na sociedade norte-americana, salientando como aspetos dominantes a incerteza na definição dos grupos de idade, o distanciamento nas relações entre as gerações e a entropia dos sistemas de socialização. Associa estas mudanças ao movimento constante das sociedades modernas, em contínua expansão técnica e urbana, e defende que esse processo afeta em particular a adolescência, o grupo de idade menos definido e mais perturbado, um estado caracterizado pela ambiguidade, pela espera, e pela hesitação na transição entre a infância e a idade adulta (1985:136). Enfim, a aquisição da maturidade social parece cada vez mais contestável em sociedades cada vez mais complexas, e os jovens vivem numa

situação de incerteza crescente, já que os processos iniciáticos que asseguram a inserção na ordem social e cultural dos adultos tendem a desaparecer. Os modelos e os projetos propostos pela geração adulta já não são aceites e esta perde a sua função de orientação e a sua autoridade. As instituições que asseguram a socialização, particularmente as que organizam a educação, perdem a sua eficácia e contribuem para retardar a entrada na vida adulta. Neste contexto, a formação realiza-se cada vez mais entre pares, num quadro de relações cada vez mais horizontais e menos associado às relações verticais entre gerações sucessivas.

Segundo este autor, os jovens desligam-se dos grupos de pertença até agora tidos como “naturais” e buscam viver a sua situação coletivamente, em quadros sociais que lhes são próprios. Assim desenha-se uma sociedade jovem no seio da sociedade global, autonomizada ao ponto de parecer separada e em tensão constante com o “mundo adulto”, definida cada vez mais em termos culturais através da expansão das “culturas juvenis”. Para Balandier este processo parece reconstituir inconscientemente as classes de idade estudadas pelos antropólogos, mas com a diferença de resultar da iniciativa das novas gerações e não de um sistema social que assegura progressivamente a sua integração. Aqui a questão das relações geracionais é central, pois expõe claramente um problema da reprodução social. Assim, o “problema dos jovens” mostra como a ordem social é indissociável da ordem das classes de idade, e como estas não são um nível arcaico no seio das sociedades modernas. E revelam ainda que a crise social, no seu ponto extremo, se “diz” também na linguagem da idade (1985:137).

Uma das influências determinantes nesta análise de Balandier é a obra *Culture and Commitment*, de Margaret Mead (1970), que postula um novo cenário pós-industrial em que os jovens já nada teriam a aprender com as gerações anteriores mas apenas com os seus pares, e onde seria a eles que estaria reservada a construção cultural do futuro (ver capítulo 1). Se as análises de Balandier e de Mead parecem exagerar o distanciamento entre as gerações e hipervalorizar as “culturas juvenis” como produtoras de “novas sociedades”, elas têm contudo o valor de colocar os jovens no centro da análise antropológica das sociedades modernas e de tomar as suas inquietações e as suas expressões como pontos de partida para a compreensão das rápidas transformações socioculturais da modernidade. E com efeito, é justamente este o objetivo de uma antropologia contemporânea da juventude, ou melhor, de uma antropologia da

contemporaneidade que coloque os jovens no centro dos processos de mudança e continuidade (cf. Durham 2004, Cole e Durham 2008).

Juventude, sociedade e cultura

“The spectacle of a younger generation diverging ever more widely from the standards and ideals of the past, cut adrift without the anchorage of respects home standards or group religious values, terrified the cautious reactionary, tempted the radical propagandist to missionary crusades among the defenceless youth, and worried the least thoughtful among us” (Mead 1973:1)

É sem dúvida pela obra *Coming of Age in Samoa*, justamente da autoria de Margaret Mead, publicada em 1928, que os jovens entram na análise antropológica. E ocupam desde logo um lugar “problemático”, pois com esta pesquisa Mead procura contribuir para o debate já na época intenso na sociedade americana sobre o desvio juvenil e a natureza da adolescência. Em 1905 o psicólogo americano Stanley Hall publicara o primeiro grande tratado dedicado à adolescência postulando-a como uma etapa natural na vida humana, uma moratória social marcada pela instabilidade emocional, entre o idealismo e a rebeldia, prévia à vida adulta. Influenciado pelo Darwinismo em voga à época, Hall desenvolve uma “teoria da recapitulação” segundo a qual a estrutura genética da personalidade incorporaria e repetiria a história do género humano, sendo a adolescência correspondente a um estádio dominado pelo instinto, entre a selvajaria e a civilização (Feixa 1999).

Para Carles Feixa esta obra veio instituir uma perspetiva sobre a adolescência que se manteve dominante até à atualidade, uma visão da adolescência como uma fase universal e inevitável do desenvolvimento humano, entre a dependência infantil e a plena inserção social, uma fase de crise e conflito, ou como afirmava Hall, uma época de “tempestade e estímulo” (*storm and stress*) (1999:16). Mas para Feixa, o trabalho de Hall não fez mais do que “descobrir” e dar legitimidade científica a uma realidade social emergente, nomeadamente o processo de extensão da juventude como etapa de semidependência nos países ocidentais nos finais do século XIX, fruto da expulsão dos jovens do mercado de trabalho, da extensão da escolaridade obrigatória e do serviço militar, da nuclearização da família e do surgimento de instituições orientadas especificamente para a juventude (Feixa 1996 e 1999).

É justamente numa linha de crítica à ideia universal da adolescência como “tempestade e estímulo” que se situa a obra de Mead de 1928. No prefácio Franz Boas marcava desde logo o tom:

“When we speak about the difficulties of childhood and of adolescence, we are thinking of them as unavoidable periods of adjustment through which every one has to pass. The whole psycho-analytical approach is largely based on this supposition. (...) The results of her [M. Mead] painstaking investigations confirm the suspicion long held by anthropologists, that much of what we ascribe to human nature is no more than a reaction to the restraints put upon us by our civilization” (1973:iv).

Inserida na tradição relativista da antropologia cultural americana, Margaret Mead procura demonstrar a relevância da cultura na definição dos comportamentos e emoções humanas, contrariando o determinismo biológico e racial vigente nas ciências psicológicas do início do século XX:

“I wrote this book as a contribution to our knowledge of how much human character and human capacities and human well-being of young people depend on what they learn and on the social arrangements of the society within which they were born and reared” (1973:xi).

Face à aparente desestabilização e aos crescentes “desvios” com que se caracterizavam os adolescentes da época, preocupando os pais e educadores americanos e facilitando generalizações de caráter moral ou naturalista, Mead procura contrapor a dúvida antropológica, o primado da cultura e a plasticidade do ser humano. E abre a sua pesquisa colocando a questão: “serão estas dificuldades decorrentes de ser adolescente, ou de ser adolescente na América?” (1973:3).

Mead parte para a ilha de Talu, na Samoa Americana, no Pacífico Sul, com o objetivo de testar cientificamente o efeito da civilização sobre o desenvolvimento humano na fase da puberdade, pondo assim à prova a sua hipótese sobre a relatividade do período “tempestuoso” da adolescência através do contraste da cultura de Samoa com civilização americana. Para tal recorre à pesquisa etnográfica prolongada, o único método que para a autora possibilita o estudo do desenvolvimento humano na sua articulação com o contexto social. Durante nove meses permanece em Samoa, centrando a sua pesquisa sobre um grupo de 50 raparigas adolescentes, e dedica a sua análise aos aspetos que considera centrais para compreender as características da adolescência, nomeadamente as estruturas e relações familiares, as relações sexuais, as

relações de amizade e de lealdade e ainda as responsabilidade individuais das adolescentes (segundo a autora estes seriam também os aspetos causadores de maior perturbação nas adolescentes americanas).

Ao longo da obra Mead (1973) descreve com detalhe as relações estabelecidas entre as adolescentes entre si, com os rapazes adolescentes (em particular as relações sexuais), com as crianças mais novas e com os familiares mais velhos (em especial no seio do grupo familiar, que é alargado), assim como com outros membros da comunidade (entre pessoas e famílias de diferente estatuto social), e a forma como estas relações e respetivas responsabilidades se vão alterando (ou não) à medida que as adolescentes envelhecem e se tornam mulheres maduras. Tais dados permitem-lhe concluir que entre as adolescentes samoanas a adolescência não representa um período de crise ou tensão mas antes de desenvolvimento harmónico e gradual, ao contrário do que se passa na sociedade americana. Para a autora, são assim as diferenças existentes entre civilização de Samoa e a civilização americana que justificam tal diferença na vivência da adolescência.

Em contraste com a sociedade americana, Mead (1973) salienta na cultura samoana os aspetos que considera determinantes para uma experiência da adolescência menos “tempestuosa”: uma atitude mais casual face à vida e um maior evitamento do conflito; uma desvalorização das diferenças de personalidade e uma falta de especialização do afeto (ausência de relações individualizadas e emocionalmente intensas entre pais e filhos, entre cônjuges ou entre amigos); um reduzido número de escolhas (ocupacionais, familiares, ideológicas) permitidas aos indivíduos ao longo das suas vidas; um quadro moral que toma a sexualidade como natural, livre e prazerosa e uma vivência do nascimento e da morte como acontecimentos naturais, familiares e não dramáticos; e finalmente uma ausência de necessidade de poupança e de ostentação e a inexistência de distinção entre trabalho, lazer e processos educativos. Todos estes aspetos contrastariam assim com uma cultura americana que favoreceria o conflito e a intensidade e exclusividade das relações interpessoais, que exigiria escolhas constantes, que estabeleceria um quadro moral rígido, mas também ambíguo, em torno da sexualidade, que dramatizaria os acontecimentos vitais e que estabeleceria uma necessidade de acumulação e um distanciamento artificial entre lazer, trabalho e aprendizagem.

As conclusões de Mead têm um claro objetivo de fornecer, à luz da comparação cultural, uma crítica dos processos educativos na cultura americana da época. No final da obra conclui a autora que a América tem pago um elevado preço pela sua cultura heterogénea e em rápida mudança, um preço manifesto na criminalidade e delinquência crescentes, nos conflitos da juventude, no aumento das neuroses e na ausência de uma tradição coerente. Como resposta a antropóloga apela a uma tolerância universal e a uma valorização das possibilidades de escolha entre diferentes formas de vida no seio da heterogeneidade cultural americana, defendendo finalmente uma educação que prepare os jovens para essas mesmas escolhas (1973:130-38).

Coming of Age in Samoa torna-se uma obra de referência, que viria a ser extremamente influente não apenas no campo dos estudos sobre adolescência e juventude, mas na antropologia em geral. Para Marcus e Fischer (1986), com este livro Margaret Mead assume-se como o modelo pioneiro da crítica cultural sob a bandeira do relativismo. Não apenas Mead realiza, na esteira de Boas, uma crítica epistemológica ao racismo, reforçando o primado da cultura e refutando os modelos de desenvolvimento de origem europeia (Cole e Durham 2008), como também desenvolve uma crítica cultural à ideologia dominante na sociedade americana da época sobre a natureza da adolescência e sobre os princípios que deveriam reger a educação das crianças e adolescentes. E fá-lo de forma claramente didática, através da justaposição cultural entre Samoa e América, “desfamiliarizando” e “desnaturalizando” os processos educativos e de desenvolvimento humano (Marcus e Fischer 1986), e mostrando como ser adolescente na América não é o mesmo que ser adolescente noutro lugar do mundo.

Marcus e Fischer (1986) chamam a atenção, contudo, para as limitações da crítica cultural de Mead, feita de forma marcadamente impressionista e informal, já que os elementos culturais americanos em que baseia a sua comparação são obtidos não através de uma investigação etnográfica equivalente à realizada em Samoa, mas a partir de impressões gerais e fontes académicas secundárias. E alertam ainda para o facto deste exercício de crítica cultural, assim realizado, ter como efeito uma excessiva simplificação dos samoanos, descritos de forma descontextualizada apenas para fins comparativos. Porém, já antes destas críticas o antropólogo australiano Derek Freeman (1983) havia duramente criticado o trabalho de Mead, defendendo que a autora teria construído uma imagem demasiado idílica da cultura samoana, condicionada pelos seus próprios pressupostos ideológicos e pelo caráter fragmentado do seu trabalho de campo.

Na linha de uma antropologia biológica, Freeman (1983) contrapõem aos relatos harmoniosos de Mead a sua visão da sociedade samoana, marcada pela conflitualidade e pela tensão, presente em particular na dependência familiar dos jovens e na hierarquia social.

Após a publicação da obra de Freeman, desenvolveu-se uma polémica intensa que envolveu no debate figuras de relevo da antropologia dos anos 1980, atualizando, segundo Feixa, a pergunta clássica: “como interatuam natureza e cultura na definição social das idades?” (1996:5). Mas para este autor as questões iniciais de Mead, e de Boas, mantêm-se pertinentes para uma “antropologia da juventude”: a juventude é uma condição natural? Podem generalizar-se a outras culturas os traços da juventude ocidental? (1999:18)

Juventude como construção cultural

A constituição de uma antropologia da juventude radica desde logo no questionamento sobre a natureza do seu objeto: poder-se-á definir a juventude como uma categoria universal? Segundo Durham (2000) dois estudos fundamentais marcaram uma agenda de pesquisa, não obstante as críticas que lhes foram feitas: se a antropóloga Margaret Mead (1973 [1928]) mostra como a adolescência é vivida de forma diferente segundo o contexto e posição social, o historiador Philippe Ariès (1988 [1961]) vem questionar a própria existência da infância e da adolescência na Europa Medieval. Antropologia e história confluem assim numa crítica à universalidade das categorias de idade, mostrando como estas adquirem significado apenas no seio de contextos sócio-históricos específicos. Com efeito, a partir da segunda metade do século XX os historiadores têm vindo a estudar com profundidade a forma como as mudanças nas estruturas da economia, da família, das comunidades e do Estado ao longo do século XVIII e XIX se manifestaram na infância e juventude e como estas categorias se tornaram ao mesmo tempo mais ambíguas e mais focadas pela atenção moral e disciplinar da comunidade e do Estado (Durham 2000).

Neste contexto, a obra de Ariès *A Criança e a Vida Familiar no Antigo Regime* (1988 [1961]) é central. Nela o historiador mostra que na civilização medieval europeia não era tomada em conta a passagem entre o mundo da infância e o dos adultos; esta transição não era marcada por ritos de iniciação ou pela educação, tornando-se difícil

identificar, no Antigo Regime, uma fase da vida equivalente à juventude atual. Segundo Ariès, na sociedade medieval a infância correspondia apenas à idade de maior fragilidade, de ausência de autossuficiência, sendo posteriormente a criança inserida e socializada no mundo dos adultos, compartilhando com eles jogos e ofícios, num contexto que privilegiava as sociabilidades coletivas (rua, igreja, mercado, vizinhos, jogos, festas) e não as familiares (nesta época o sentimento familiar era débil). Só a partir do século XVII, mas em especial no decurso do processo de industrialização dos séculos XVIII e XIX, este modelo viria a transformar-se em função do progressivo desenvolvimento e generalização da instituição escolar e da gradual nuclearização e moralização da família. Estas mudanças, primeiro afetando as classes burguesas mas depois generalizando-se às classes operárias, resultariam assim numa perda das antigas sociabilidades coletivas e na consequente polarização entre a vida familiar e o trabalho. Só então surgiriam na Europa as noções de infância e de adolescência.

Diversas críticas foram feitas às teses de Ariès, em particular sobre a existência frequente de grupos de jovens nas sociedades medievais europeias, com funções rituais, festivas e de controlo da moralidade, mas que foram desaparecendo até ao século XVIII por ação dos poderes religiosos, militares e civis (Zemon-Davis 1971, cit. in Feixa 1999:33). Contudo o próprio Ariès chama a atenção para o facto destes grupos não serem constituídos em função da idade mas por indivíduos solteiros, um fator determinante numa sociedade camponesa onde a “casa” e a “herança” jogavam um papel fundamental na linha entre dependência e emancipação (Ariès 1973, cit. in Feixa 1999:33). Com efeito, o mesmo autor lembrara já que nas sociedades medievais da península ibérica o termo que mais se aproximava ao de “jovens” era “moços”, atribuído tanto a menores de idade, como a solteiros ou a serventes, relativamente independente da idade cronológica (Ariès 1973, cit. in Feixa 1999:31).

Assim, se com Mead a antropologia havia já questionado a universalidade da experiência tumultuosa da juventude, a história, com Ariès, vem mostrar a relatividade e a contingência da própria categoria. Consequentemente, numa perspetiva antropológica a juventude aparece claramente como uma “construção cultural”, relativa no tempo e no espaço e função do contexto social. Sintetizando, Feixa (1999) afirma que a juventude é organizada por cada sociedade como a transição entre a infância e a idade adulta, mas os seus conteúdos e formas são muito variáveis. Mesmo que este processo tenha uma base biológica, o que é antropologicamente mais relevante é a percepção social destas

mudanças e as suas repercussões para a comunidade. Os conteúdos atribuídos à juventude dependerão dos valores associados a este grupo de idade e aos ritos que marcam os seus limites:

“Para que exista la juventud, deben existir, por una parte, una serie de condiciones sociales (es decir, normas, comportamientos e instituciones que distingan a los jóvenes de otros grupos de edad) y, por otra parte, una serie de imágenes culturales (es decir, valores, atributos y ritos asociados específicamente a los jóvenes). Tanto unas como otras dependen de la estructura social en su conjunto, es decir, de las formas de subsistencia, las instituciones políticas y las cosmovisiones ideológicas que predominan en cada tipo de sociedad” (Feixa 1999:18).

O mesmo autor lembra que, face aos dados etnográficos existentes sobre múltiplas “sociedades primitivas”, a duração e mesmo a existência da juventude é algo que se apresenta como problemático. O único que partilham estas sociedades é o valor dado à puberdade como ponto fundamental no curso da vida, essencial para a reprodução da sociedade no seu conjunto (Feixa, 1999). E recorre a Lévi-Strauss (1971, cit. in Feixa 1999:20) para mostrar que a visão da adolescência como segundo nascimento está presente em muitas sociedades primitivas, revelando a necessidade de não deixar ao cuidado da natureza o transcendental momento de ingresso na vida adulta. Para os rapazes a puberdade assegura a formação de agentes produtivos e para as raparigas assegura a formação de agentes reprodutivos, sendo estas transições frequentemente marcadas por termos e rituais que passam a reconhecer os jovens (maioritariamente os rapazes) como seres “pessoais”, membros plenos do grupo (1999:20). Mas as diferenças entre as sociedades são muitas: a iniciação pode coincidir com a puberdade e ou ser muito posterior, pode dar acesso à vida adulta plena ou a um grupo de idade semidependente prévio ao matrimónio. No entanto Feixa afirma que, regra geral, quanto maior a complexidade económica e política da sociedade maior será a probabilidade de se constituir uma etapa de moratória social juvenil (1999:21).

Também Schlegel e Barry (1991) mostram que ligação entre a categoria de juventude e uma fase biosocial da vida (como a adolescência) não é universal, nem tão pouco a “juventude” é universalmente reconhecida como fase subsequente à adolescência; trata-se antes de uma fase presente em apenas algumas sociedades, muito associada à idade adulta mas em que os indivíduos ainda não adquiriram ainda todos os direitos e responsabilidades. Assim a juventude revela-se totalmente como uma

construção sociocultural, mas problemática já que atribui aos indivíduos alguma capacidade de ação social e autonomia pública mas também ainda alguma dependência e inferioridade ou mesmo alguma “naturalidade” (por associação a uma conceção biológica da infância e da adolescência) (Durham 2000). A juventude aparece então como uma categoria muito pouco consistente, que parece servir a muitas pessoas ao mesmo tempo mas a nenhuma totalmente, e cuja definição e experiência pode variar ainda segundo o género, a classe ou o grupo ocupacional (Durham 2000).

A história da juventude

“It is also an anthropological truism that the way in which young people are perceived, named, and represented betrays a lot about the social and political constitution of a society” (Comaroff e Comaroff 2005:19)

É atualmente consensual nas ciências sociais que foi apenas após a Revolução Industrial que se veio a definir nas sociedades ocidentais o período da vida compreendido entre a dependência infantil e a autonomia adulta, entre as possibilidades de reprodução física e de reprodução social; foi com ela que se difundiram as condições sociais e as imagens culturais que hoje se associam à juventude (Eisenstadt 1972, Gillis 1981, Feixa 1999, Comaroff e Comaroff 2005, Cole e Durham 2007 e 2008). “El joven fue inventado al mismo tiempo que la máquina de vapor. El principal inventor de la máquina de vapor fue Watt, en 1765. El del joven fue Rousseau, en 1762” (Musgrave 1965, cit. in Feixa 1999:35). Feixa (1999) mostra como, em *Emílio*, Rousseau identifica a infância e a adolescência como estádios naturais da vida humana, associando-os ao mito do bom selvagem e da origem da civilização. Para este pensador a adolescência seria um segundo nascimento, uma metamorfose interior em que se despertaria o sentido social, a emotividade e a consciência. Face ao perverso e impiedoso mundo adulto, Rousseau opunha assim a natureza, a amizade e o amor da adolescência. Posteriormente, esta visão da adolescência como natural, como uma fase de crise, e como um grupo que deve ser separado da idade adulta viria a ter grande influência nas teorias psicológicas e pedagógicas dos séculos XIX e XX (Gillis 1981). A gênese da noção de juventude pode assim ser vista como fruto da formação ideológica da modernidade que associa as ideias de progresso e desenvolvimento à imagem naturalizada do próprio desenvolvimento humano (Comaroff e Comaroff 2005).

À semelhança do que demonstra Ariès para a noção de infância, também a ideia juventude surge no processo de transição entre o feudalismo e o capitalismo nas sociedades europeias e norte-americanas, uma produção assim verdadeiramente “moderna” (Gillis 1981). Para tal são determinantes as transformações que ocorrem de forma interdependente num conjunto de esferas sociais, de entre as quais Feixa (1999) destaca a família, a escola, o exército e o trabalho. A partir do século XVII a família passa a assumir uma maior responsabilidade pela educação dos filhos e converte-se num lugar de afetividade, prolongando em contrapartida a dependência económica e moral dos adolescentes. Por seu lado, a instituição escolar, em função do desenvolvimento comercial e da burocracia, torna-se o instrumento normal de iniciação social ao impor um período de isolamento dos jovens, marcado por um intenso rigor moral e por um regime disciplinar normalizador, permitindo desta forma delimitar a adolescência tanto face à infância como face à idade adulta²². Já o serviço militar obrigatório, instituído inicialmente com a Revolução Francesa, ao isolar os rapazes de uma mesma coorte das suas comunidades locais e ao agregar jovens de diversos locais e classes, leva a que pela primeira vez surjam as condições para a formação de uma consciência geracional e permite a delimitação de um mundo propriamente juvenil (linguagens, práticas rituais, consumos). Finalmente o modelo de trabalho industrial, se inicialmente conferiu maiores oportunidades de emprego e de autonomização aos jovens (embora ao mesmo tempo promovendo o trabalho infantil), com as suas exigências de menos mãos de obra e de maior preparação da segunda Revolução Industrial, afastou definitivamente os jovens das fábricas, conduzindo-os a uma “terra de ninguém” laboral e espacial: a escola ou a rua (1999:38)²³.

Assim, no final do século XIX o terreno estava preparado para a “descoberta” da adolescência (Gillis 1981). Se antes, enquanto categoria, a adolescência estava limitada aos rapazes da burguesia, na primeira metade do século XX ela democratiza-se, estendendo-se às raparigas, aos operários, às zonas rurais e aos países não ocidentais. Universaliza-se a escola secundária, os jovens são definitivamente removidos do

²² Ver também Foucault [1975] sobre o poder disciplinar exercido sobre a criança e o jovem, individualizando-os, em especial através da instituição escolar que surge na Europa a partir da segunda metade do século XVIII. Sobre isso refere “o tempo disciplinar que se impõe pouco a pouco à prática pedagógica – especializando o tempo de formação e destacando-o do tempo adulto, do tempo do ofício adquirido” (2002:135), defendendo que o poder disciplinar se articula assim com o tempo para produzir um “tempo evolutivo”, ou seja, “um tempo social de tipo serial, orientado e cumulativo: descoberta de uma evolução em termos de ‘progresso’” (2002:136).

²³ É neste momento que se desenvolve também uma noção de ciclo da vida centrada no trabalho (cf. Cole e Durham 2008:7)

mercado de trabalho e surgem as primeiras associações juvenis dedicadas ao tempo livre. Ao mesmo tempo proliferam as teorias sociológicas e psicológicas sobre a instabilidade e vulnerabilidade da adolescência que justificam a separação entre os jovens e o mundo adulto. Desenvolve-se ainda um quadro legal de proteção da juventude, que no fundo limita a sua independência, ao mesmo tempo que surgem as prisões e tribunais para jovens, as escolas e os serviços de ocupação e bem-estar especializados na juventude, todas estas instituições representando o reconhecimento social de que os adolescentes já não eram crianças mas também não eram adultos (Gillis 1981, Feixa 1999, Cole e Durham 2008).

É também a partir do quadro das transformações da modernidade ocidental que Eisenstadt expande a sua teorização sobre a idade como princípio de organização social (ver capítulo anterior) para refletir sobre os padrões específicos da juventude. Em *Archetypal Patterns of Youth* (1972 [1961]) defende que os principais desenvolvimentos do séc. XIX (estados-nação, industrialização, migrações intercontinentais) contribuíram para a diminuição da influência da família e geraram uma grande descontinuidade entre a vida das crianças e o mundo social. Segundo este autor a participação na família e os valores particularistas e solidários que dela são característicos seriam já insuficientes para assegurar a transição dos jovens para a vida adulta, para o desenvolvimento da sua identidade e maturidade social e para a participação social, definidas por valores universalistas e normativos. Num novo contexto em que a maioria dos papéis seria atribuída de acordo com a riqueza, competências adquiridas, especialização e conhecimento, a família poderia apenas influenciar a aquisição destes atributos, mas seriam raros os papéis atribuídos diretamente em virtude da pertença familiar ou do parentesco. Assim, para Eisenstadt (1972 [1961]) o enfraquecimento da idade em geral, e da juventude em particular, como critério para a alocação de papéis sociais nas sociedades modernas levaria paradoxalmente ao desenvolvimento de grupos de jovens como contextos de desenvolvimento e cristalização de identidade, de autonomia individual e de transição para a vida adulta.

Desta forma Eisenstadt (1972 [1961]) apresenta uma interpretação funcionalista da emergência nas sociedades modernas do que Talcott Parsons chamara anos antes de “cultura juvenil” (1972 [1942]), ao postular que a função dos grupos juvenis seria a de favorecer a transição entre as esferas familiar e institucional, combinando valores solidários e universais, para resolver os problemas da integração social. Todavia,

comparando as sociedades ocidentais modernas com outras sociedades fortemente estruturadas em termos de idade, Eisenstadt aponta aspectos menos “integrativos” na formação de grupos juvenis nas primeiras. Dessa comparação conclui que nas sociedades modernas o grupo juvenil tende a ficar socialmente isolado e consequentemente sai enfraquecida a articulação entre o desenvolvimento da personalidade e a aquisição dos papéis sociais de adulto definitivos. Assim, nestas sociedades a coalescência da juventude em grupos específicos apenas reforçaria a sua posição problemática e incerta do ponto de vista dos valores e símbolos culturais. Como consequência, esta configuração da juventude criaria uma nova constelação de elementos arquetípicos básicos da juventude, que pode claramente ser identificada na emergência dos problemas e *stress* dos adolescentes nas sociedades modernas. Para o autor, alguns dos mais importantes problemas seriam o desfasamento entre a maturidade sexual e a maturidade social (que prolonga o tempo em que a maturidade sexual não é investida de valor cultural ou normativo) e o aumento do tempo de preparação social dedicado aos jovens, que os afasta do mundo dos adultos por cada vez mais tempo, apenas mantendo com este um contacto altamente idealista (cf. Balandier 1985). Segundo Eisenstadt (1972 [1961]) estes desfasamentos potenciariam a incerteza e a ambivalência dos jovens face ao mundo adulto, expressa tanto na tentativa de comunicar com o mundo adulto e receber o seu reconhecimento, como na disposição para acentuar as diferenças e opor os papéis sociais de jovens e de adultos.

Esta ambiguidade da experiência juvenil surgida das transformações da modernidade ocidental teria no entanto como paralelo a ambiguidade das imagens culturais que se formavam na mesma época sobre ela, simultaneamente celebrada como uma conquista da civilização e realçada a sua natureza conflitual (Feixa 1999). Neste sentido Comaroff e Comaroff (2005) lembram que a juventude, liberta do mundo do trabalho e votada ao mundo da educação, torna-se com facilidade o reservatório dos sonhos, mas também dos pesadelos e dos medos de uma sociedade, representando ao mesmo tempo os terrores do presente, os erros do passado e os prospectos para o futuro. Com efeito, segundo Gillis (1981) surgem no início do século XX duas imagens culturais dominantes sobre a juventude, ambas projeções das esperanças e receios das classes médias europeias na tentativa de manterem os seus privilégios face às mudanças sociais: a *conformista*, mais associada aos jovens burgueses, representados num período de moratória social, de aprendizagem e de ócio, e sem responsabilidades; e a

delinquente, ligada aos jovens proletários, expulsos do mundo laboral e votados ao ócio forçado e à degeneração. Porém, ambas as representações implicavam uma perda de autonomia forçada para os jovens, nem sempre aceite passivamente pelos próprios. Feixa (1999) lembra contudo que as duas guerras mundiais constituíram também momentos de reconhecimento social para muitos, ao mesmo tempo que favoreceram a politização da juventude (aproveitada por instituições como a Igreja Católica, os partidos comunistas, os escuteiros e em especial os regimes fascistas da época).

Já na segunda metade do século XX, segundo Feixa (1999), assiste-se ao surgimento da juventude, já não como uma categoria passiva mas antes como protagonista na cena pública. Depois da Segunda Guerra Mundial este protagonismo parece no entanto impor-se no Ocidente segundo o modelo da juventude conformista, livre de responsabilidades, definida sob o signo da despolitização, da privacidade, do ceticismo e do consumismo, ao mesmo tempo que se desenvolve uma tendência à “juvenilização” da sociedade, expressa pela emergência do culto do “jovem” (Aranguren 1961, cit. in Feixa 1999:41-42). Esta transformação amplia-se na década de 1960, modificando profundamente as condições sociais e as imagens culturais dos jovens. Feixa aponta cinco fatores de mudança fundamentais: 1) a emergência do Estado de bem-estar converte os jovens num dos setores mais beneficiados das políticas de proteção e atribuição de recursos, consolidando a base social da juventude; 2) a crise da autoridade patriarcal facilita uma revolta contra qualquer forma de autoritarismo; 3) surge o *teenager market* especificamente destinado aos jovens, um grupo com uma crescente capacidade aquisitiva, instituindo um padrão de consumo sem grandes distinções de classe; 4) os meios de comunicação de massa permitem a emergência de uma cultura juvenil internacional, promovendo uma linguagem juvenil universal que facilita uma maior identificação dos jovens com os seus coetâneos do que com os membros da sua classe ou etnia; 5) a modernização dos costumes promove uma erosão do puritanismo vigente desde as origens do capitalismo, progressivamente substituída por uma moral consumista mais fluida introduzida maioritariamente pelos jovens. Esta leva à “revolução sexual”, entretanto possibilitada pela difusão dos anticoncepcionais, que separa a genitalidade e a procriação abrindo espaço para relações amorosas mais livres e paritárias. Estas mudanças configurariam um processo de “modernização cultural” paralelo à modernização económica e política em curso nos países ocidentais,

e os jovens passariam a ser o reflexo deformado dos aspetos mais contraditórios desta modernização (1999:43-44).

Segundo Feixa (1999) o protagonismo cultural e político dos jovens nos anos 1960 e 1970 teria sido visto pelos românticos e pelos teóricos da contracultura como o fim da dependência social dos jovens e a emergência de novas formas de sociedade (cf. Mead 1970, Balandier 1985), mas os processos de reestruturação socioeconómica nas sociedades ocidentais a partir dos meados da década de 1970, vieram revelar novas dependências económicas, familiares e escolares juvenis, e a imagem cultural da juventude voltaria a estar marcada pelo conformismo e pela desmobilização política. Toxicodependências e delinquência juvenil entram então em cena como a ponta do iceberg que tem na base o desemprego e a demorada inserção social. Os anos 1980 veem as fronteiras da juventude tornar-se cada vez mais difusas com o alargamento da dependência familiar, novas formas de coabitacão prévias ao matrimónio, prolongados e descontínuos processos de inserção laboral, adiamentos da parentalidade, e predomínio das atividades de lazer. E com os anos 1990 emerge a “geração X”, resultado das novas tecnologias da comunicação e de um capitalismo transnacional que favorece tanto um novo individualismo como um sentimento de pertença a comunidades universais, para a qual os *mass media* assumem um papel central de mediação na relação com as instituições tradicionalmente socializadoras (família, escola, trabalho) (Feixa 1999:45-46)²⁴.

Na perspetiva de Comaroff e Comaroff (2005) o período que se inicia após a II Guerra Mundial dá origem a um novo momento na história da juventude. Fruto de uma reestruturação global do capital internacional (que implica a globalização da divisão do trabalho e a alteração das relações entre produção e consumo, que gera novas formas de compressão espaço-tempo e que reformula fronteiras e localidades, que induz a reconstrução das subjetividades humanas, das identidades e das cidadanias) expande-se uma cultura juvenil global eletronicamente mediada, como uma poderosa forma dos jovens se tornarem agentes por si mesmos. O *teenager*, inventado pela própria indústria de marketing, surge como novo modelo de cidadão-consumidor e a juventude passa a ser visto como um mercado autoconsciente, visível e transnacional. Neste contexto os

²⁴ Num artigo sobre a emergência da “Geração X” nos EUA, Sherry Ortner (1998) defende que tal representação sobre toda uma geração é uma manifestação de mudanças recentes na estrutura das classes sociais da sociedade norte-americana: “the idea of Generation X tells us as much about the anxieties of upper-middle-class parents as it does about some set of young people out there in the world” (1998:434).

jovens questionam o direito dos Estados controlarem os seus corpos e as suas intenções, gerando movimentos juvenis e de estudantes que encontram lugares e causas também políticas e são precursores de muitos movimentos sociais inovadores na era global (os “rebeldes sem causa” dos anos 50 tornam-se rebeldes com muitas causas a partir dos anos 60). Lançam-se assim as bases para um novo espaço cultural baseado na idade (pré-adulta), global e virtual, que embora ténue e ancorada no consumo, dá aos jovens as ferramentas para uma política de estilo iconoclasta e a linguagem para uma nova identidade distanciada da cultura comprometida das gerações anteriores. Para Comaroff e Comaroff, a história da juventude reforça assim a perspetiva de Mannheim, que defende que a geração não é uma categoria cronológica mas sim social; e acrescentam que ela é também política, com raízes materiais profundas (2005:24).

Juventude na Antropologia: entre a adolescência e as culturas juvenis

“If anthropology is the study of humankind, why has it dealt mostly with men, to an increasing extent with women, to some degree with children and old people, but very little with youth as a subject matter? Perhaps, like many other adults, anthropologists view youth as not to be taken very seriously: occasionally amusing, yet potentially dangerous and disturbing, in a liminal phase” (Wulff 1995:1).

A antropóloga Helena Wulff abre o volume *Youth Cultures. A Cross-cultural Perspective* (Amit-Talai e Wulff 1995) lembrando que ao longo da história da disciplina a análise da juventude tem sido apenas integrada nos tradicionais focos antropológicos sobre família e parentesco ou sobre os ritos de passagem. Desta forma os jovens têm sido vistos essencialmente como em caminho para a vida adulta, em processo de aprendizagem para desafios futuros, e não como produtores de algo específico e original, algo que pode não ser duradouro mas que não deixa de ser significativo para eles (1995:3). Também Feixa defende que a ciência do homem não tem sido só etnocêntrica e androcêntrica, mas também “adultocêntrica” (1996:15), acrescentando que se a crítica relativista e feminista já estão presentes na antropologia contemporânea, a crítica geracional não tem conseguido desconstruir estereótipos e invisibilidades equivalentes sobre grupos de idade subalternos, ainda frequentemente percebidos como em preparação ou regressão face ao modelo adulto.

Determinante para esta visão sobre os jovens tem sido sem dúvida a influência das perspetivas biológica e psicológica sobre o desenvolvimento humano e em particular sobre a adolescência. Na revisão que faz sobre o estado da arte no campo da pesquisa antropológica acerca da prática cultural dos jovens, Mary Bucholtz (2002) confirma que a teoria psicológica ocidental – que tende a encarar a adolescência como uma preparação para a idade adulta através da exploração identitária e como um período de potencial crise trazido pelas incertezas da transição física e social entre fases da vida – foi efetivamente influente na pesquisa antropológica da juventude na maioria da segunda metade do século XX (cf. Caputo 1995). Central nesta vasta linha de pesquisa tem sido a ideia de que a adolescência seria uma categoria biológica e social universal, existente tanto em sociedades modernas como pré-modernas (cf. Schlegel e Barry 1991), uma fase da vida pelo qual todos os indivíduos passam independentemente da cultura, mas que pode ser afetada por circunstâncias culturais específicas, e diferente segundo o género. Constituiu-se assim, segundo Bucholtz (2002), uma perspetiva comparativa que procura identificar generalizações transculturais sobre a adolescência e as suas variações biológicas, psicológicas e sociais. Esta situa-se na linha da tradição fundada por Margaret Mead ao comparar os adolescentes ocidentais com os de outras culturas, baseada numa conceção euro-americana linear e teleológica do curso da vida, sem contudo questionar a própria ideia de “adolescência” (Cole e Durham 2008:5).

Se esta perspetiva da universalidade biológica e psicológica da adolescência como fase do desenvolvimento humano pode revelar a constituição do indivíduo (*selfhood*) como um processo e não um estado, Bucholtz (2002) lembra que, por outro lado, ela perpetua um retrato dos jovens como seres humanos ainda incompletos, algo que é manifesto na tradição antropológica de estudo da adolescência como uma posição liminar entre a infância e a idade adulta, marcada frequentemente por cerimónias de iniciação que constituiriam meios de definição desta fase em termos adultos (também Durham 2004). E conclui que, não obstante a importância do papel dos adultos na socialização dos jovens para compreender a juventude, a ênfase na perspetiva adulta pode obscurecer as modalidades mais informais de socialização entre os jovens (Bucholtz 2002:529).

Segundo esta autora a noção de adolescente implica, etimológica e socialmente, a noção de adulto: *adultum* é o particípio passado do verbo em Latim *adolescere* (crescer). Assim a noção de adolescência remete para crescimento, transição e

incompletude, contrastando com a completude que caracterizaria a idade adulta (Bucholtz 2002:532). Esta etimologia reflete a forma como o termo adolescência tem sido utilizado nas ciências sociais, associado a um caminho linear de desenvolvimento. Já a noção de juventude convoca a idade não como trajetória mas como identidade, mas não no sentido psicológico de uma prolongada “busca pela identidade” nem de um conceito rígido e essencializado; pelo contrário, convoca antes uma noção de identidade que implica agência, flexibilidade e mudança (tanto para jovens como para pessoas de todas as idades) e que envolve práticas específicas que não são nem ensaios para a “verdadeira” vida adulta nem necessariamente orientados para ela. Contrastando com um estudo da adolescência interessado na preparação de corpos e mentes para se tornarem futuros adultos, o estudo da juventude enfatiza assim o presente da experiência dos jovens, as práticas sociais e culturais pelas quais eles constroem o seu mundo. Para Bucholtz, estas práticas e identidades juvenis constituem um firme terreno de pesquisa cultural (2002:532).

Nesta perspetiva a “juventude”, como identidade, pode estender-se para além da adolescência biológica ou psicológica, e por outro lado nem todos os adolescentes pode definir-se como ”*juvenis*” (espontâneos, enérgicos, exploradores, aventureiros, vivazes, desrespeitosos, brincalhões, eróticos, segundo Berger 1971, cit. in Wulff 1995:7). Nas sociedades atuais a juventude alonga-se cada vez mais devido ao prolongamento da escolarização e ao desemprego, e este fenómeno pode ser definido não em termos de desenvolvimento, mas antes como uma moratória cultural, de experiência de diferentes papéis e de adiamento das responsabilidades adultas (Wulff 1995). A juventude como fase cultural (*cultural stage*) pode frequentemente marcar o início de um envolvimento de longo termo, por vezes por toda a vida, em práticas culturais particulares. Esta e outras categorias (adolescente, criança, adulto, idoso) podem mesmo ser conversíveis entre si, mostrando que tais classificações são estratégicas, flexíveis e contestadas, dependendo de uma interpretação da cronologia biológica em termos sociais que pode mudar face às circunstâncias sociopolíticas (Bucholtz 2002).

Segundo Deborah Durham (2004), tal como havia sucedido no período inicial da antropologia feminista ao dar centralidade à perspetiva das mulheres, nos últimos 30 anos têm sido feitos diversos esforços para dar protagonismo à idade e à juventude nos estudos antropológicos e nos estudos culturais. Estes esforços centram-se particularmente nas culturas juvenis e na agência e “voz” de crianças e jovens,

recuperando as suas vidas e perspetivas, que sempre esteve no “mundo real” mas que estavam ausentes dos textos antropológicos²⁵. Contudo, lembra Feixa (1996), nem a ideia de “culturas juvenis” nem o interesse académico por elas é assim tão recente. A noção de “cultura juvenil” foi-se constituindo já a partir do final dos anos 1920 nos EUA, na mesma altura em Margaret Mead publicava o seu estudo sobre a adolescência em Samoa. Os estudos da escola de Chicago, de cariz fortemente etnográfico, mostraram desde cedo que os grupos juvenis “desviantes” surgiam vinculados a habitats urbanos “intersticiais”, de desorganização social provocada pelos processos migratórios e a anomia urbana (Thrasher 1963 [1929]), que possuíam uma organização própria e um sistema alternativo de significados simbólicos partilhados não prioritariamente delinquente (Whyte 1972 [1943]) e que ganhavam forma precisamente por serem categorizados de “desviantes” pela cultura dominante (Feixa 1996, Bucholtz 2002). Simultaneamente era salientada a crescente distância entre jovens e adultos na cultura americana fruto do atraso na inserção profissional, da crescente importância da escola e da emergência do lazer. A escola convertia-se no centro da vida social dos jovens, oferecendo não apenas a cultura académica como também um espaço de sociabilidade com uma lógica própria e exclusiva da juventude, transversal às divisões de classe (Lynd e Lynd 1957 [1929]).

Para Feixa (1996) estes estudos abrem caminho às teorizações estrutural-funcionalistas da sociologia americana dos anos 1940 e 1950 que vêm os grupos de idade como fator de coesão social²⁶. Neste quadro destaca-se a argumentação pioneira de Talcott Parsons (1972 [1942]), defendendo que o desenvolvimento de grupos de idade revelava uma nova consciência geracional cristalizada numa cultura interclassista centrada no consumo hedonista, uma consequência da modernização que separava família e mundo institucional. Parsons introduz assim o termo “cultura juvenil” para identificar um mundo distintivo da juventude, e concluía que esta teria funções positivas

²⁵ Deborah Durham (2004) defende que a maior atenção dada recentemente às crianças e aos jovens na antropologia pode também significar novas relações sociais no seio da disciplina, como a presença de mais investigadores mulheres e membros de grupos minoritários, prestando assim mais atenção a grupos subordinados. Mas esta também pode derivar do falhanço de paradigmas anteriores ao estudar a juventude face aos avanços teóricos contemporâneos: um funcionalismo estrutural que enfatizou mais o controlo do que a criatividade, uma antropologia psicológica que ainda não se articulou com as novas ideias da biopolítica, e uma antropologia cultural que se preocupou unicamente com a inculcação.

²⁶ Daqui emerge uma intensa tradição de análise sociológica da juventude, contínua e em expansão até à atualidade, inicialmente sobre culturas juvenis, socialização e desvio e mais recentemente sobre transição para a vida adulta, individualização, consumo e estilos de vida (ver Pais 1990, Côté e Allahar 1994, Miles 2000, Pappamikail 2010).

na facilitação da transição entre a segurança da infância na família para a idade adulta plena no casamento e estatuto ocupacional²⁷.

Estudos posteriores enfatizam a distinção entre cultura juvenil e a sociedade adulta pela aproximação ao mercado e consumo de música popular, introduzindo o termo de subcultura (Coleman 1961) e mostram como os *mass media* constroem uma imagem social de “pânico moral” em torno da juventude, vista como um problema: os “*folk devils*” (Cohen 1972). Contudo, desde os anos 1960 surgem críticas a estas interpretações, ressaltando o caráter conflitual das culturas juvenis e a sua heterogeneidade interna (Feixa 1996)²⁸. Mas é na Universidade de Birmingham, no Centre for Contemporary Cultural Studies, (CCCS) que nos anos 1970 e início dos 1980, na emergência do campo dos estudos culturais, se desenvolve uma forte crítica ao positivismo sociológico através de estudos sistemáticos sobre classe e “subcultura” juvenil segundo uma abordagem marxista e semiológica. Tendo como pressuposto fundamental que é a classe social, e não a idade, que explica o surgimento de subculturas juvenis, estes estudos mostram como a juventude das classes operárias (principalmente os rapazes brancos) resiste à dominação de classe, não tanto pela delinquência, mas antes através da elaboração de estilos estéticos e de lazer espetaculares e pouco normativos. As “subculturas” juvenis não seriam mais do que tentativas simbólicas dos jovens abordarem as contradições de classe não resolvidas na cultura parental face às mudanças e contradições socioeconómicas do período pós-guerra na Grã Bretanha, formas de “resistência pelo ritual” aos sistemas de controlo cultural imposto pelos grupos dominantes (Hall e Jefferson 2006 [1975]).

A escola de Birmingham retratava assim os jovens como resistentes temporários lutando numa guerra simbólica entre classes, guerra essa de que sairiam, a longo prazo, inevitavelmente vítimas (Wulff 1995) e tornava as culturas juvenis metáforas espetaculares da mudança social (Feixa 1996). Preocupada em identificar as bases culturais da identidade de classe, esta corrente concebia os estilos como *bricolage* (ideia importada de Lévi-Strauss), como atos de ressignificação que subvertiam os

²⁷ Ideia posteriormente suportada e desenvolvida por Eisenstadt em *From Generation to Generation*, de 1954, e coerente com a perspetiva da antropologia estrutural-funcionalista britânica sobre as sociedades com sistemas estruturados por classes de idade; ver capítulo 1.

²⁸ Relativamente às sociedades pré-estatais a crítica vem da escola estrutural-marxista francesa, que vê os sistemas de idade como mecanismo de legitimação da hierarquização social e do desigual acesso a recursos; ver capítulo 1.

significados da cultura dominante de forma a desafiar a estrutura de classes e criar novos espaços semióticos para si mesmos (Bucholtz 2002).

Se esta abordagem expandiu muito a abordagem americana do desvio e delinquência, ao centrar-se na classe, no sexo masculino branco e nos estilos visíveis e espetaculares, deixou contudo de fora dimensões cruciais da identidade dos jovens (género, raça, sexualidade, etnicidade) (Bucholtz 2002). Com efeito, a falta de atenção ao género, o excessivo enfoque no desvio e na diferença das subculturas juvenis, e uma deficiente atenção à prática social e à relação entre estrutura e subjetividade individual foram as principais críticas apontadas à escola de Birmingham (Lave et al. 1992), cuja abordagem promoveria assim uma visão demasiado rígida das subculturas juvenis, valorizando mais as diferenças do que as semelhanças entre os jovens (Bucholtz 2002) e explicando melhor o desvio do que o convencional e o consentimento (Feixa 1996). De um ponto de vista antropológico faltou também ao trabalho do CCCS uma abordagem etnográfica (Lave et al. 1992), sendo contudo de salientar a exceção da obra de Paul Willis *Learning to Labour* (1977), sobre as práticas, interações grupais e discursos de rapazes das classes operárias que configurariam uma contracultura de resistência à instituição escolar.

Para Bucholtz (2002) a teorização do CCCS teria por base uma visão excessivamente dicotómica da identidade que levaria a conceber as oposições juvenis em termos de resistência, mas lembra que muitas identidades juvenis de oposição revelam-se bem mais flexíveis quando analisadas ao nível da prática. Assim o poder explicativo da resistência perde valor quando as identidades juvenis deixam de ser entendidas apenas em termos de estilos culturais baseados na classe. Para Feixa (1996), todas estas críticas à abordagem dos estudos culturais abrem espaço ao desenvolvimento de uma antropologia interpretativa da juventude que busque superar os paradigmas criminalista e funcionalista através da etnografia, deslocando a ênfase das instâncias socializadoras para os próprios atores, para as suas vidas quotidianas e para os seus múltiplos discursos. Nesta linha o campo da cultura juvenil pode ser alargado, passando a abranger não apenas o espetacular, o desviante ou o marginal, mas tudo aquilo que interessa e diz respeito aos jovens, o que implica compreender as suas perspetivas face a diversos campos a vida social (género, classe, etnicidade, raça, globalização) e dar conta de múltiplas formas de agência cultural juvenil, aspetos que os anteriores estudos não demonstraram (Wulff 1995). Novas abordagens teóricas centradas na prática, na

atividade e na performance demonstram assim como os jovens negoceiam as suas identidades culturais numa variedade de contextos (material e semiótico, no lazer, em casa, na escola, no trabalho e na esfera política) e o enfoque etnográfico no local contraria as generalizações abusivas que têm surgido sobre a juventude noutras abordagens (Bucholtz 2002).

Os estudos sobre cultura juvenil podem também ser um contributo para a definição do próprio conceito de cultura, em particular pelo que enfatizam sobre as múltiplas possibilidades culturais e as estratégias multiculturais das culturas juvenis, promovendo uma visão negociada da cultura, de processo cultural, em que as pessoas formam e são formadas pela cultura (Wulff 1995). Desta forma, entendendo a cultura como um fluído, dinâmico e indeterminado conjunto de práticas e ideologias, a abordagem mais produtiva às culturas e identidades juvenis deverá também admitir a natureza ideológica das próprias categorias de idade e a flexibilidade das identidades. Assim, para Bucholtz (2002) a investigação global da juventude não deverá ser *cross-cultural* (mais quantitativa e comparativa que qualitativa e etnográfica) mas sim transcultural ou “multicultural”, trazendo novos espaços para a pesquisa antropológica, tais como o desenvolvimento de culturas juvenis globais, a reformulação de formas culturais tradicionais em novos estilos e práticas juvenis e as possibilidades de produção cultural oferecidas pelas novas tecnologias, isto num período histórico em que as práticas culturais da juventude estão a tornar-se cada vez mais salientes e centrais na organização de todas as sociedades humanas.

Juventude: relação e poder

“To imagine youth, and to imagine the concept relationally, is to imagine the grounds and forces of sociality” (Durham 2000:117).

A tendência mais recente na antropologia tem sido olhar a juventude não como adultos em construção, mas como atores culturais em si mesmo, no presente. Mas se esta perspetiva tem contribuído para reforçar um novo campo de pesquisa dedicado à produção cultural dos jovens, não tem deixado contudo de isolar os próprios jovens nas suas práticas “juvenis”, diminuindo assim a capacidade de extrapolar da análise da

juventude reflexões antropológicas transversais que respondam a dilemas comuns da condição humana (Cole e Durham 2008).

Num artigo de 2004 sobre práticas e discursos dos, e para, os jovens no Botswana, Deborah Durham procura sintetizar os principais dos contributos da antropologia e ciências próximas para o estudo da juventude. Em primeiro lugar salienta a natureza historicamente contingente da noção e da experiência de juventude (tal como de outras categorias de idade) (cf. Ariès 1988 [1961]) assim como a sua variabilidade segundo a classe, género e outras posições sociais nos mesmos lugares e períodos. Por outro lado refere que a antropologia tem mostrado como a infância, juventude e adolescência são culturalmente construídas e variáveis consoante a cultura (cf. Mead 1973 [1928]) e estão intrinsecamente ligadas ao processo da globalização (cf. Stephens 1995). Por fim, lembra que as categorias geracionais e etárias constituem conjuntos de relações que designam direitos, autoridade e obrigações e que organizam o progresso das pessoas na aquisição desses atributos, alterando-se os direitos de cada indivíduo quando se altera a sua relação com o outro (face a uma pessoa pode ser-se sobrinho, mas pode ser-se tio face a outra). No entanto a idade cronológica e as categorias geracionais podem estar muito dessincronizadas e as relações de idade podem ser entendidas de múltiplas formas em qualquer sociedade, dando-se mais ênfase à idade cronológica ou à posição relacional consoante a situação (cf. Fortes 1984). Segundo a autora, estes contributos levam os antropólogos a encarar a juventude, ou outras categorias de idade, como culturalmente contingentes e de natureza relacional e situacional, assim aceitando que os quadros de relações de idade possam variar entre sociedades e dentro de uma mesma sociedade. Esta perspetiva implica então, para Durham, a necessidade de explorar as dimensões pragmáticas pelas quais a idade é invocada, a dimensão política que implica designar (ou não) alguém como “jovem” (2004:592).

Apesar de todas as críticas feitas aos estudos sobre juventude influenciados pelo CCCS acerca do seu caráter redutor e determinista face à importância da classe social, não é possível negar o seu pioneirismo em revelar a dimensão do poder presente na configuração do campo “juvenil”. Ainda que tenham considerado sempre a juventude como uma categoria de idade segundo os padrões ocidentais e não se tenham preocupado em analisar quem era considerado “jovem”, porquê e com que implicações (Durham 2004), os estudos culturais da escola de Birmingham vieram introduzir a análise da juventude nas sociedades modernas num quadro de desigualdades e de

confitualidade, de dominação e de resistência, em muito semelhante ao estava a ser desenvolvido na mesma época pela antropologia marxista francesa em torno das sociedades africanas. Para estes autores (ver Meillassoux 1977, capítulo 1) a interpretação estrutural-funcionalista britânica sobre a estruturação por idade, ao enfatizar a sua dimensão integrativa, invisibilizaria as desigualdades e as tensões que o próprio sistema gera no acesso tanto a recursos, como a tarefas produtivas, ao mercado matrimonial ou a cargos políticos. Esta corrente antropológica veio assim defender que a estruturação etária e geracional vem instituir uma hierarquização social com base nas idades (a par da hierarquização com base no sexo), inibindo assim um conflito aberto (já que os jovens acabam por vir a ser adultos) e sujeitando os jovens às pautas socioculturais estabelecidas que asseguram a dominação dos mais velhos. Emmanuel Terray chega a afirmar que "el sobretrabajo de los jóvenes sirve para producir los símbolos de su propia dependencia... La emancipación progresiva de los jóvenes es un obstáculo para percibir la explotación de que son víctimas" (1977, cit. in Feixa 1999:26)

Na mesma época, ao comentar a situação dos jovens em França, também Pierre Bourdieu (2003 [1984]) viria reforçar uma tese semelhante. Partindo da premissa sociológica de que a divisão social entre as idades é arbitrária, afirma que a fronteira entre jovem e adulto é sempre um jogo de luta, de manipulação e de subordinação. Trata-se sempre de uma representação ideológica que convoca uma divisão de poderes, uma imposição de limites e a produção de uma ordem e de posicionamentos sociais. Este autor posiciona assim a ideia de juventude num campo estruturado de relações de poder, já que cada campo (tal como a moda ou a produção artística e literária) tem as suas lógicas de envelhecimento: "para saber como se recortam aí as gerações precisamos de conhecer as leis específicas do campo, as lutas em jogo e as divisões que opera" (2003:153).

Para Bourdieu (2003) a idade é um dado biológico socialmente manipulado e manipulável e falar dos jovens como uma unidade com interesses comuns é já uma manipulação. Se para os antropólogos marxistas a dominação dos mais velhos nas sociedades camponesas se manifestava no trabalho imposto aos jovens, segundo Bourdieu nas sociedades modernas ela estaria agora manifesta na exclusão dos jovens do mundo do trabalho e no prolongamento da educação. O acesso maciço ao ensino secundário viria assim obscurecer as diferenças, nomeadamente de classe, entre as juventudes e permitiria a descoberta da adolescência pelos jovens operários. Seria o

acesso a esta posição quase exterior ao universo social que definiria a condição adolescente. Por outro lado, a escola não se veio a tornar apenas um lugar de aprendizagem, mas também uma instituição que atribui títulos, ou seja, direitos, e assim, manipula as aspirações, podendo gerar nas pessoas aspirações desajustadas da sua realidade social. E se as aspirações das sucessivas gerações são constituídas por referência a estados diferentes da estrutura de distribuição dos bens e das oportunidades, então muitos conflitos de gerações não serão mais do que conflitos entre sistemas de aspirações constituídos em idades diferentes. Segundo Bourdieu os períodos em que este conflito de gerações se intensifica são aqueles em que as trajetórias dos jovens e as dos mais velhos se sobrepõem, em que os jovens aspiram demasiado cedo à sucessão, em que os velhos têm mais interesse em remeter os jovens para a juventude e os jovens têm mais interesse em remeter os velhos para a velhice: “Quando o ‘sentido dos limites’ se perde, vemos aparecer conflitos a propósito dos limites de idade, dos limites entre as idades, cuja parada em jogo é a transmissão de poder e dos privilégios entre as gerações” (2003:162).

Curiosamente sem nunca citar Bourdieu, Deborah Durham propõe uma abordagem antropológica sobre a juventude que parece partilhar de um mesmo pressuposto: o posicionamento da juventude num campo de relações de poder²⁹. “In recognizing, experiencing, or disputing youth in everyday life, people draw attention to the ways relations are situated in fields of power, knowledge, rights, notions of agency and personhood” (2000:116-17). Esta abordagem estaria ancorada numa visão relacional e política da própria categoria de juventude, aspectos que Durham encontra já presentes no clássico estudo de Evans-Pritchard sobre os *Nuer*. Nele os grupos de idade são abordados para ilustrar o princípio da relatividade que regularia as relações sociais dos *Nuer* (a importância dos grupos deriva das relações que estabelecem com grupos da mesma ordem), e porque seriam formados no que Evans-Pritchard designava de esfera política, a regulação da sociedade por grupos e identidades constituídos fora da esfera familiar e doméstica. Mas a autora propõe uma reformulação da ideia de “política”, enfatizando a natureza retórica, performativa e dinâmica da ação política, na linha de uma antropologia contemporânea que valoriza o processo, a prática e a natureza

²⁹ Durham (2000) refere no entanto Mannheim que, na sua visão histórica e sociológica, e não biogeneracional, da sucessão das gerações, mostrava já que a consciência de geração é organizada em centros políticos e sociais experienciados de forma desigual.

contestada das categorias culturais, assim como a ideia de que o político é transversal a toda a vida social (2004:589-90).

Todavia para Durham (2004), os estudos de juventude não devem apenas limitar-se a analisar a experiência e a agencialidade dos jovens. Antes do interesse nas práticas de consumo, de expressão e de ação política, será necessário compreender como a juventude é vista como parte da sociedade: tal como têm mostrado os historiadores, os discursos sobre juventude respondem às mudanças históricas evocando temas no centro do imaginário social; são discursos sobre poder e autoridade, responsabilidade e governança, autonomia e interdependência, obrigações e explorações, que configuram a pertença (ou exclusão) a grupos como a família ou o Estado-nação (cf. Ariès 1988 [1961], Gillis 1981). No seu centro estarão então temas de poder, agencialidade e moralidade. Assim, para Durham (2004) é essencial assumir a relatividade da idade, mas não apenas como reflexo da estrutura social; a juventude deve antes ser pensada como uma categoria sempre em reconstrução na prática, em processos políticos e pragmáticos pelos quais certas pessoas podem reclamar ser jovens ou designar outros como jovens.

Partindo da ideia de que a juventude é relacional e de que invocá-la é um ato político e pragmático, Durham (2000 e 2004) sugere então que ela deve ser tratada como um *shifter*. Aqui a autora evoca um conceito linguístico que designa termos que estabelecem uma relação espacial, temporal ou social entre o orador e o contexto (tais como “aqui” ou “nós”), combinando uma função referencial (aponta para algo no mundo cultural que é independente do seu uso) com uma função indexante (algo só pode ser compreendido no contexto particular do seu uso, e cujo significado se altera segundo a sua utilização). Tais termos trazem à consciência discursiva as dimensões metalinguísticas da conversa, ou seja, a estrutura e as suas categorias. Assim os *shifters* chamam a atenção para relações específicas dentro da estrutura e para a estrutura em si. Eles permitem a passagem de um nível de discurso para outro, mas o índice entre os dois domínios é sempre objeto de luta, o que revela a dimensão política dos *shifters*.

Entendida desta forma, a função de referência da noção de juventude não pode ser determinada à priori do seu uso num contexto cultural particular; ao mesmo tempo o seu uso revela a natureza do contexto onde é invocada (Bucholtz 2002). Olhar a juventude como *shifter* social permite entender que, ao invocar o conceito de juventude, os indivíduos se situam em paisagens sociais de poder, direitos, expectativas e relações,

indexando-se a si mesmos à topologia dessas paisagens. E fazem-no não de forma estática, mas dinâmica, contestada e imaginativa (Durham 2000). Por outro lado, chamar a alguém “jovem” é posicioná-lo em termos de uma variedade de atributos sociais, incluindo não apenas a idade mas também dependência, autoridade, capacidades, conhecimento e responsabilidades. Contudo no processo pragmático e político em que essa nomeação toma lugar, a própria categoria é reconstruída e os seus atributos são reposicionados entre os envolvidos (Durham 2004).

Juventude num tempo de globalização

“Al preguntar qué significa hoy ser joven, encontramos que la sociedad que se responde que su futuro es dudoso o que no sabe cómo construirlo está contestando a los jóvenes no solo que hay poco lugar para ellos. Se esta respondiendo a sí misma que tiene baja capacidad, por decir así, de rejuvenecerse, de escuchar a los que podrían cambiarla” (Canclini 2006:168)

Refletindo sobre o mundo globalizado do início do terceiro milénio, o antropólogo mexicano Néstor García Canclini (2006) coloca a pergunta “o que significa ser jovem” no centro da sua análise. Para o autor esta é uma pergunta social, não porque averigua as características de uma idade, mas porque implica uma averiguação do sentido intercultural do tempo; mostra uma sociedade a querer saber como começa o seu futuro, a perguntar pelo tempo que aí vem, ou pelo tempo que lhe resta. Mas para este antropólogo há um desencontro entre as formas organizativas hegemónicas e os comportamentos prevalecentes nos jovens na atualidade, uma contradição entre as visões convencionais da temporalidade social e as temporalidades emergentes nas culturas juvenis.

Segundo Canclini (2006) propõe-se atualmente às novas gerações globalizar-se como trabalhadores ou como consumidores. Como trabalhadores, oferece-se-lhes integrarem-se num mercado de trabalho cada vez mais exigente em qualificações, mas mais flexível e instável, com menos proteção de direitos sociais. Ser trabalhador significa ser vulnerável face ao crescimento da informalidade de um setor laboral onde os jovens devem buscar cada vez mais qualificações para terem cada vez menos oportunidades. No campo do consumo, as promessas do cosmopolitismo não são cumpridas e os recursos materiais e simbólicos de qualidade tornam-se menos

acessíveis a uma maioria dos jovens que se fica pela televisão gratuita e por produtos pirateados. Isto tem consequências no aumento das desigualdades culturais, gerando uma disparidade entre os “informatizados” e os “entretidos”. Assim, em especial nos países periféricos aumentam os riscos de marginalização laboral e no consumo. A proposta da globalização neoliberal leva a uma modernização seletiva, a um submetimento da população às elites empresariais e aos investidores transnacionais: ainda antes de se globalizarem como trabalhadores e consumidores, os jovens já são globalizados como cidadãos devedores responsáveis pelos défices financeiros das suas nações. A reestruturação económica produz assim uma segmentação desigual e aumentam os setores em condição de exclusão: os sem casa, os desempregados, os deslocados, os migrantes, os indígenas e também os jovens.

É face a este quadro de marginalidade e exclusão que determina a vida de muitos jovens na contemporaneidade, que Canclini interpreta as temporalidades das culturas juvenis, tipicamente vistas como consagradas ao presente, sem memória nem utopia: a hiper-realidade do instantâneo, a fugacidade dos produtos culturais, a velocidade da informação e a comunicação barata que propicia o esquecimento (2006:174-75). Defende contudo o autor que para se compreender como é gerido o tempo há que rever criticamente a forma como se articulam cultura e economia, passado, presente e futuro, nas condições do atual capitalismo neoliberal. Compreende-se assim que o “presentismo” não é uma característica exclusiva das culturas juvenis, pois também está presente na forma atual de fazer política, assim como na expansão dos mercados (que convertem a aceleração e a descontinuidade dos gostos em estilos de vida, sempre fazendo esquecer os velhos produtos para poder criar novos e assim reproduzir os capitais) e ainda com a instabilidade dos movimentos financeiros globais (a qual oculta as políticas macroeconómicas de gestão dos capitais e os seus dispositivos e estruturas concretas, às quais sim interessa o passado e o futuro).

Nesta perspetiva, o autor defende a valorização de algumas ações aparentemente despolitizadas das culturas juvenis (*graffiti*, performances de protesto). Embora sejam apenas interrupções na ordem neoliberal, elas trazem narrativas que podem reconstruir uma certa temporalidade, abrem perspetivas para imaginar. Se os jovens são acusados de indefinição ideológica, importa contudo captar a densidade das culturas juvenis e relacioná-la com a opressão económica de que são vítimas. Os jovens envolvem-se mais em causas do que em organizações, das quais desconfiam, e mais do que uma visão da

política como um sistema de normas e propostas para o alterar, muitos movimentos juvenis encaram a política como rede variável de crenças, uma *bricolage* de formas e estilos de vida, uma definição intercultural da sociedade (Reguillo 2002, cit. in Canclini 2006:178). Assim, muitas das suas expressões culturais são interrupções da homogeneidade, condutas efémeras que se apropriam dos silêncios e contradições da ordem hegemónica, e assumem as suas próprias contradições: não pretendem constituir mapas mas antes renovar olhares. Têm uma finalidade expressiva, mais do que de configuração, e não seguem a lógica do pensamento instrumental sobre o interesse, da racionalidade económica; são antes comportamentos que buscam legitimar ou expressar ideias, são “lutas pela significação” (Calhoun 1999, cit. in Canclini 2006:178). Estas práticas culturais, ao valorizar também a dimensão afetiva, a solidariedade e a coesão grupal, mostram o seu caráter político pois reivindicam sentido para certos modos de socialidade. Se, conclui Canclini, estes atos não ascendem à reconfiguração geral das políticas hegemónicas, eles não deixam todavia de revelar o mal-estar dos jovens e de recolocar à sociedade a pergunta sobre o tempo que lhe resta (2006:179).

Em linha com as reflexões de Canclini, os estudos mais recentes sobre a juventude procuram também identificar os constrangimentos e as potencialidades trazidas aos jovens pelas dinâmicas múltiplas da globalização, e desta forma tendem a identificar a dimensão política das práticas juvenis. Neste sentido, segundo Bucholtz (2002) as ações juvenis socialmente transgressor as passam a ser não apenas vistas como manifestações de desestabilização psicológica, mas também como práticas de crítica cultural pelas quais os jovens demonstram agencialidade face ao poder estrutural das instituições sociais.

Com efeito, Jean e John Comaroff (2005) defendem que a atual crise da juventude é uma característica global ligada à expansão de um capitalismo neoliberal que tem gerado a exclusão socioeconómica da juventude pelo crescimento do desemprego, da pobreza e da falta de acesso a serviços sociais. Para estes autores as novas formas de economia global (*millenium capitalism*) estão a marginalizar cada vez mais pessoas antes delas chegarem à maturidade completa, porém tratando-as como adultos perante a lei quando recorrem ao crime como única forma de vida. Coptados como consumidores, os jovens são paradoxalmente excluídos dos benefícios da participação económica, da legitimidade política e da responsabilidade cívica. Mas notam os autores, por outro lado, que neste contexto global a juventude se torna também uma categoria

social com uma autonomia sem precedentes, mesmo se, ou talvez devido à sua marginalização face ao mundo normativo do trabalho assalariado. Os jovens criam as suas próprias economias ilegais e os seus espaços de produção, diversão e expressão contra-hegemónicos, sintomas da universalização do capitalismo que incorporam as contradições do mundo contemporâneo de forma ambígua (como ameaças e como promessas). Paralelamente, para Jean e John Comaroff (2005) verifica-se também um aumento da assertividade de uma cultura juvenil global nos campos do desejo, da expressividade e da representação, potenciado pela capacidade de comunicar a nível mundial. A geração torna-se assim um princípio de mobilização social transnacional, potenciada pelos fluxos globais de dinheiro, pessoas e valores, como resposta à exclusão social da era da economia pós-fordista.

De certa modo retomando a perspetiva da escola de Birmingham, são vários os autores que encaram a cultura juvenil como local privilegiado para projetar as dualidades da globalização e as tensões associadas com as mudanças sociais do capitalismo tardio (Wulff 1995, Bucholtz 2002, Maira e Soep 2005, Comaroff e Comaroff 2005, Weiss 2005). Mas Sunaina Maira (2004) chama a atenção para o facto dos tradicionais estudos sobre a globalização se centram essencialmente em processos macro-sociais ou em atores sociais adultos, ignorando a cultura juvenil, ou seja, a produção cultural juvenil e as experiências de vida dos jovens. No entanto, argumenta, muitos dos processos globais analisados modelam a vida dos jovens e podem até ser parcialmente produzidos por eles. Esta autora salienta assim uma lacuna na atenção dada à forma como os jovens se entendem a si próprios e lidam com a globalização, lacuna essa que estaria assente em noções desenvolvimentistas tradicionalmente utilizadas para compreender os jovens, encarando-os como cidadãos incompletos, encerrados numa noção ideológica de juventude como categoria liminar³⁰. Contudo esta marginalidade dos jovens nos estudos sobre globalização contrasta com uma crescente presença da juventude nos receios e aspirações, nos discursos e nas políticas globais. Face às contradições da globalização neoliberal a bipolaridade intrínseca à categoria de juventude, de origem moderna, sai reforçada na pós-modernidade, não apenas como excluída, marginal e explorável, mas também como criativa, fonte de possibilidades e

³⁰ Sunaina Maira aponta um paralelismo entre as análises lineares (ou pelo menos teleológicas) da juventude e da globalização em torno da noção de desenvolvimento (2004:207) e realça também a forma como a noção de juventude como transição é central para a divisão do trabalho e a divisão hierárquica no estado capitalista (Mizen 2002, cit. in Maira e Soep 2005:xxiii)

futuros alternativos (Comaroff e Comaroff 2005). Desta forma os jovens são cada vez mais conceptualizados numa dualidade social entre agentes imaturos e ineficazes e agentes poderosos que podem gerar mudanças sociais indesejadas: geram um pânico moral que simboliza as ansiedades e esperanças de uma sociedade sobre a sua própria transformação (Maira 2004).

Para pensar as ligações entre cultura juvenil e globalização, Maira (2004) apela então a uma abordagem que tenha em conta os processos globais que têm impacto na vida dos jovens, tais como as migrações, as ideologias nacionais, as alterações económicas e o mercado global, ou ainda o consumo mediático, e que tome a sério as respostas dos jovens a nível coletivo, focando-se nos seus contextos quotidianos e contextualizando-os em quadros de referência sociais e políticos mais amplos. Herdeira das análises da escola de Birmingham sobre as culturas juvenis, esta seria uma abordagem interdisciplinar que pudesse articular estruturas, culturas e biografias, relacionando os processos de produção individual de significado com os seus contextos sócio-históricos. Para isso a autora propõe o conceito de *youthscapes* como uma forma de pensar as culturas juvenis que ao mesmo tempo revitaliza as discussões sobre cultura juvenil e movimentos sociais e permite teorizar sobre os usos políticos e sociais da própria categoria de juventude (como categoria ideológica). Embora inspirada nas propostas de Appadurai (2004 [1996]) sobre a circulação global (desigual) de pessoas, bens, capitais, informação e imagens, a autora não propõe o conceito como uma unidade de análise dos fluxos globais em torno das culturas juvenis, mas antes como um “lugar” para a prática juvenil local que esteja articulado com as forças nacionais e globais; um lugar não apenas geográfico e temporal, mas também social e político, um lugar ancorado em questões de poder e materialidade (Maira 2004, Maira e Soep 2005).

No campo da globalização e das conexões transnacionais as culturas juvenis revelam assim grande interesse teórico, já que os modos como elas formam e são formadas por novas estruturas e significados a nível local (Wulff 1995) permitem contestar e complexificar a ideia de uma homogeneização cultural global de origem ocidental (Nilan e Feixa 2006). Com efeito, o fluxo global da cultura popular é muitas vezes visto como uma nivelação cultural, mas as pesquisas sobre juventude em múltiplos contextos têm revelado como localmente os mesmos produtos culturais podem ser ressignificados de formas diferentes segundo o contexto, em processos que envolvem criatividade e agencialidade e não aceitação passiva (Bucholtz 2002:543,

também Weiss 2005, Gable 2000). A dimensão global da cultura juvenil contemporânea não implica que as condições de vida e as experiências da juventude se tenham tornado homogéneas, social ou culturalmente. Defendem Comaroff e Comaroff (2005) que os signos globais, que expressam frequentemente a distância entre os sonhos e a sua realização, o desejo e a impossibilidade, os centros de riqueza e as periferias de pobreza, são sempre domesticados em certo grau, apropriados e recontextualizados, traduzidos em linguagens híbridas de forma a adquirirem densidade de significados e a responderem a preocupações locais (também Christiansen et al. 2006, Nilan e Feixa 2006).

“Imported images (...) quickly penetrate local repertoires of humour, irony, anger. At the same time, these media remain points of intersection, points of connection between here and elsewhere, between sameness and difference, between received identities and a global imaginary” (Comaroff e Comaroff 2005:27).

A globalização como aumento do movimento global mas desigual de bens, pessoas, capitais e imagens, cria disjunções sistemáticas na experiência dos indivíduos e grupos entre o local e o global que resultam no incremento da imaginação (Appadurai 2004 [1996]), alargando assim os potenciais horizontes dos jovens, as suas aspirações e esperanças, ainda que de forma diferenciada consoante as contingências locais (Cole e Durham 2008)³¹. Mas por outro lado, as mesmas disjunções da globalização parecem também gerar o recrudescimento de uma “insegurança ontológica” (Giddens 1997 [1991]) associada à experiência da incerteza e do risco na vida social, levando a processos de “individualização” (Beck e Beck-Gernsheim 2002) caracterizados por uma elevada reflexividade (Giddens 2000 [1994]). Para alguns autores, em particular no campo de uma sociologia da juventude interessada nas identidades e subjetividades juvenis na pós-modernidade, os processos globais de risco e incerteza favorecem entre os jovens uma construção ativa da identidade ao nível dos estilos de vida e práticas de consumo, recombinação os materiais culturais disponíveis, de origem global ou local, de forma cada vez mais plural, fragmentada e híbrida, distante dos padrões identitários estandardizados do passado tradicional (Chisholm 2003, cit. in Nilan e Feixa 2006:6-7, ver também Melucci 1997, Miles 2000).

³¹ Jennifer Cole e Deborah Durham (2008:16) defendem que os fluxos disjuntivos da globalização favorecem novo conhecimento e assim novas formas de esperança. Desta forma entendem a esperança como política, uma vez que liga os seus atores aos seus contextos locais e globais.

Neste contexto de reconstruções identitárias favorecidas pela globalização, também as próprias categorias etárias, tais como a “infância” ou a “juventude”, parecem revelar mais claramente a sua fluidez e o seu enraizamento nos processos sociais. As mudanças de conteúdo e de extensão associados a estas categorias – o que distingue hoje crianças de jovens e jovens de adultos? quando termina a juventude? – são sempre naturalizadas em articulação com as mudanças geradas pela globalização (Ruddick 2003, Cole e Durham 2008), mostrando como elas se prestam não apenas a reformulações dos estilos de vida individuais fruto da reflexividade pós-moderna como também a amplas reestruturações coletivas sob influência de agendas globais de natureza económica e política (Ruddick 2003). Neste sentido Cole e Durham (2008) identificam dois processos importantes ocorridos ao longo do século XX que transformaram os usos e os significados das categorias de idade a nível global. Por um lado, a intensificação das relações transnacionais (políticas, económicas, culturais, comunicacionais) e as próprias instituições e agência internacionais, favoreceram o encontro entre diferentes conceções etárias e de curso da vida no quadro global, sendo o confronto entre o modelo de infância promovido pela Convenção do Direitos das Crianças das Nações Unidas e os modelos de infância locais um exemplo paradigmático. Por outro lado, as transformações nas relações económico-financeiras e laborais globais levaram à transformação do próprio curso da vida moderno, tanto nas sociedades pós-industriais do ocidente como nas sociedades periféricas em desenvolvimento. Neste quadro de reestruturação económica a idade e a juventude desligam-se dos seus referentes biológicos (“os 40 são os novos 30”), e tanto a riqueza e a afluência (pela possibilidade de prolongamento dos sinais físicos e de lazer associados à juventude) como a pobreza (pela incapacidade de autonomização e transição para o estatuto social de adulto) parecem ser capazes de prolongar a juventude (também Melucci 1997, Nilan e Feixa 2006). Paralelamente, numa tentativa de resposta à ansiedade social em torno da “crise da juventude” são atribuídas, em múltiplos contextos, novas características e responsabilidades (corporais, escolares, criminais, morais) a pessoas cada vez mais novas (Cole e Durham 2008:7-8).

Segundo a geógrafa Sue Ruddick (2003), nos contextos ocidentais os recursos sociais e estatais que permitiam desde há um século a reprodução de um curso da vida centrado no trabalho e na autonomia têm vindo nas últimas décadas a erodir-se; ao mesmo tempo que os indivíduos e famílias são responsabilizados pela sua própria

exclusão social e laboral, a “juventilidade” é celebrada (pelo hedonismo, risco, criatividade, energia, corporalidade) justificando a aceitação da incerteza permanente no mercado de trabalho e a necessidade de uma aprendizagem ao longo da vida. Paralelamente, os ideais modernos de infância e juventude (associados à necessidade de regulação estatal, à ausência de trabalho, à frequência de educação formal e à posterior integração laboral), agora em crise nas sociedades ocidentais são, segundo a autora, exportados para os países não ocidentais, onde os recursos para os reproduzir também não existem.

Também Hall e Montegomery (2000) alertam para esta “geografia” desigual das categorias etárias. Notam estes autores que a dicotomia ocidental entre “infância” e “juventude” assenta numa visão de dependência e proteção da primeira em oposição a uma visão “problemática” e “delinquente” da segunda. Esta por sua vez manifesta-se nos discursos mediáticos e políticos ocidentais preocupados com questões de infância e juventude, numa associação da “infância” às problemáticas sociais dos países subdesenvolvidos (“prostituição infantil” na Tailândia, “meninos de rua” no Brasil) e da “juventude” aos problemas sociais nas suas próprias sociedades (violência, desvio e delinquência juvenil). Tal dualismo permitiria assim encarar o problema das “crianças” nos países subdesenvolvidos como um défice de proteção dessas sociedades face aos seus membros mais novos, justificando assim a ajuda e intervenção internacional. Por outro lado, ao “desinfantilizar” os problemas da juventude no Ocidente, este discurso permitiria deixar inquestionado o compromisso das sociedades face aos seus jovens.

Estes e outros estudos tornam assim claro que determinados elementos constitutivos da globalização, tais como a redução dos apoios estatais para a reprodução social nas nações desenvolvidas (Ruddick 2003, Cole e Durham 2008) e as pressões para a modernização nas nações em desenvolvimento, evocam e promovem novos discursos e políticas sobre a infância e a juventude que colocam estas categorias no centro da economia política global (cf. Stephens 1995):

“What kind of youth and childhood we imagine for ourselves and our communities intersects in fundamental ways with what kind of future globalizations we will tolerate or create, the social spaces and infrastructures we develop, who is included or excluded – and how” (Ruddick 2003:357, itálico da autora).

Juventude na África pós-colonial

Nas representações mediáticas e académicas recentes da juventude em África, os jovens são tanto retratados como vítimas das circunstâncias e da manipulação dos mais velhos no poder, como encarados como desordeiros, destrutivos e perigosos, a necessitar de contenção. Como se nas “economias ocultas” da região a potencia – e o potencial – da juventude fossem continuamente extraídos para sustentar o poder daqueles que detêm a autoridade, enquanto os jovens se sentiriam cada vez mais incapazes de atingir as promessas da nova sociedade e economia (Durham 2000). Transversalmente a estas imagens, Deborah Durham (2000) defende no entanto que os jovens entram no espaço público e político como sabotadores, devido à sua incompleta subjugação ao poder e devido também ao seu próprio poder de ação, de resposta e de subversão. A geração parece assim tornar-se a principal linha de clivagem social na África contemporânea (Aguilar 1998, cit. in Burgess 2005) e a juventude em particular torna-se o foco das rápidas mudanças na sociedade e economia global e pós-colonial (Comaroff e Comaroff 1999).

Na introdução a um número especial da *Anthropological Quarterly*, de 2000, dedicado à juventude em África, a antropóloga Deborah Durham defende que para compreender os jovens como foco da clivagem geracional e como potenciais sabotadores políticos, mas ao mesmo tempo evitando entendê-los apenas como atores liberais autónomos ou, pelo contrário, como vítimas impotentes, será necessário examinar três conjuntos de questões. Desde logo será essencial colocar a pergunta “o que é ou quem são os jovens?” Esta é uma questão persistente tanto na pesquisa antropológica como nas inquietações de muitas sociedades atuais, já que diferentes sociedades definem e demarcam a juventude de forma diferente, e na mesma sociedade pessoas de diferentes idades podem ser tratadas como jovens ou reivindicar o espaço da juventude em tempos e lugares específicos. Por outro lado será importante compreender o sentido da noção de geração, ligando a ideia estrutural de graus de idade com as mudanças históricas que geram consciência de geração, articulando percursos de vida e reprodução social, e ainda analisando os processos disciplinares, hegemónicos e contra-hegemónicos de criação de categorias homogéneas (como juventude) que obscurecem todo o tipo de diferenças. Finalmente será imprescindível pensar no tipo de espaço político em que a juventude participa, tanto local como globalmente, e na forma como

essa participação depende de diferentes tipos de agencialidade e desafia, reforça ou sabota outros espaços políticos (2000:113).

Defende Durham (2000) que estas questões, ao tomarem a juventude como categoria social historicamente construída, como um conceito relacional, e como um grupo de atores, serão importantes para o estudo da juventude em qualquer contexto, mas serão particularmente salientes nos estudos de juventude em África. Isso porque neste continente as promessas de modernidade têm oferecido um intenso quadro de contradições e desencantos e o impacto da globalização tem gerado tensões entre continuidade e mudança particularmente agudas, levando, entre novas e decadentes instituições e Estados, à criação de novos espaços para a afirmação política e para a criação de identidades juvenis. Segundo esta autora, sendo a juventude particularmente sensível a transformações na economia, as rápidas mudanças laborais e de consumo na África pós-colonial deslocam e redirecionam com facilidade as suas atividades, ambições e perspetivas. Também mudanças nas tecnologias de governação, frequentemente moldadas pelos discursos ocidentais e pela indústria do conhecimento das ciências sociais, têm como alvo e redefinem a juventude através das instituições educativas, programas de saúde e sexualidade e pelo controlo da mobilidade das populações (também De Boeck e Honwana 2005). Ao nível político novas formas de participação e autoridade excluem e incluem os jovens de novas formas, em debates sobre cidadania, responsabilidade e moralidade. Aqui as dimensões simbólicas de pessoa e de agencialidade têm particular saliência, à medida que a natureza e os papéis da juventude são discutidos no âmbito doméstico, comunitário, étnico ou nacional. Assim para Durham a juventude torna-se central em debates sobre pertença, participação e hibridação de identidades e por isso assume um protagonismo na negociação entre continuidade e mudança que a coloca no centro do dinamismo da imaginação no contexto social africano (2000:113-14).

Com efeito, desde os anos 1990 a juventude tem emergido como um tema central nos estudos africanos (ver O'Brien 1996, Abbink e van Kessel 2005, Honwana e De Boeck 2005, Christiansen et al. 2006, Weiss 2004), o que se relaciona diretamente com as profundas transformações que se deram nas sociedades africanas nas últimas três décadas (Diouf 2003). Desde logo as alterações demográficas após as independências foram determinantes, já que as rápidas quedas na mortalidade neo-natal e infantil, acompanhadas por uma também rápida urbanização da população, levarem à

emergência de uma população africana pós-colonial proporcionalmente cada vez mais jovem e cada vez mais urbana (O'Brien 1996)³². Nos projetos estatais pós-coloniais esta crescente população juvenil ocupou desde logo um lugar social ambíguo: se, na continuidade dos valores tradicionais africanos, os jovens foram sendo mantidos afastados das fontes do poder formal detidas pelos mais velhos (partidos, associações, administração pública) e votados a formas ambivalentes e dissimuladas de exercício do poder (Bayart 1993), foram também colocados no centro dos planos de desenvolvimento económico e nacionalista, como lugar da esperança das “jovens” nações africanas. Assim, como sujeitos e objetos de educação e de mobilização, os jovens passaram a encarnar o futuro e a representar as promessas de restauro das identidades, tornando-se portadores do projeto duplo de modernidade e de regresso à cultura africana. São tomados como principais agentes de transformação social, mas paradoxalmente sempre orientados e supervisionados pelos adultos (Diouf 2003, Burgess 2005).

Nos esforços de modernização pós-colonial foi dada prioridade à educação formal e à sua massificação, algo que surgia como legitimação dos próprios governos e do ideal de desenvolvimento apoiado pelos doadores externos. Surgiu assim um novo grupo social em África, marcador determinante de uma nova condição de juventude – os estudantes – que, segundo O'Brien (1996), passou a inspirar medo aos governos já que representava, juntamente com os sindicatos, um dos grupos melhor organizados da sociedade. Contudo, afirma este autor, embora esta nova categoria manifestasse ocasionais oposições aos poderes instituídos e aparecesse como vanguarda da democracia e da liberdade, o seu maior objetivo continuaria a ser a obtenção de empregos estatais, para o qual as redes de clientelismo e a filiação nos partidos do poder continuariam a constituir estratégias recompensadoras. Todavia, não obstante o crescimento do acesso à educação, os estudantes continuaram por várias décadas a ser uma minoria em África, em especial nos níveis secundário e superior e a educação,

³² Segundo o Relatório Mundial da Juventude de 2007, publicado pelo Departamento de Assuntos Económicos e Sociais do Secretariado das Nações Unidas, a população na África Subsaariana quase duplicou o seu número entre 1980 (388 milhões de habitantes) e 2005 (769 milhões de habitantes), estimando-se que atinja os 971 milhões em 2015. Acompanhando este aumento, a percentagem de população juvenil nesta região (entre os 15 e os 35 anos, segundo a definição da União Africana) manteve-se sempre significativamente alta, registando inclusivamente um ligeiro acréscimo nas últimas décadas (32% em 1980 e 34,3% em 2005, estimando-se representar 35,3% da população global em 2015) (United Nations 2007a). Por seu lado, a taxa de urbanização no continente africano passa de 37,2% em 1975 para 50% em 2008 (United Nations 2007b)

genericamente de baixa qualidade³³, permanecendo esta como um mecanismo de produção de desigualdade social ao limitar o acesso ao poder político e aos recursos do estado a algumas elites, em especial através da limitação do domínio do idioma oficial do poder (o idioma da ex-potência colonial) (O'Brien 1996).

Por outro lado O'Brien (1996) nota que este acesso massificado à educação tem gerado novas expectativas de emprego, salários e estilos de vida que são pouco realistas na maioria dos contextos africanos. Em contraste com um período relativamente confortável ao nível dos mecanismos de socialização na década de 1960 e até ao final da década 1970, o crise financeira global que se seguiu e que se fez sentir particularmente em África através dos programas de reestruturação económica e do aumento dos custo de vida veio colocar a juventude africana das décadas de 1980 e 1990 num novo cenário de marginalização socioeconómica, a ponto de muito observadores a catalogarem como um “geração perdida” (O'Brien 1996). Ao mesmo tempo que falhavam os modelos económicos, culturais e políticos nacionalistas, também os ritos tradicionais de socialização pela educação e trabalho, assim como os ritos comunitários de iniciação, se mostravam agora inadequados ou irrelevantes (Diouf 2003)³⁴.

Então o que acontece a todos este jovens parcialmente educados e a viver nas cidades africanas? Segundo O'Brien (1996) muito poucos conseguem trabalho no setor formal e a maioria fica votada ao desemprego ou ao setor económico informal, consequentemente sem capacidade de estabelecer um lar independente. A juventude aparece assim como uma geração liminar, à beira do colapso social, vendo o seu estatuto de jovem prolongado indefinidamente. Para este autor os jovens continuam a aspirar ter trabalho, poder casar e ter uma casa, “tornar-se alguém”, mas tal deixa de poder ser tomado como garantido. Para aqueles que não tem acesso à educação a alternativa pode passar pelas redes de comércio informal ou de clientelismo. Com efeito O'Brien (1996) lembra que a democracia multipartidária pode oferecer aos jovens redes

³³ Segundo o Relatório Mundial da Juventude de 2007 (United Nations 2007a), grandes progressos foram alcançados nas últimas décadas no acesso à educação na África Subsaariana. A escolarização primária aumentou de 57% em 1999 para 70% em 2005. Por seu lado as matrículas no ensino superior na região quase duplicaram entre 1991 e 2004. No entanto, no ensino secundário as taxas de inscrição continuam a ser muito baixas, com poucas mudanças registadas nos últimos anos. Por outro lado, a juventude na África Subsaariana constitui a força de trabalho que mais cresce no mundo, mas o número de jovens desempregados em toda a África cresceu cerca de 34 % entre 1995 e 2005. Conclui este relatório que muitos jovens africanos são obrigados a trabalhar em condições precárias em especial no setor informal e da agricultura. A percentagem de jovens que vivem em situação de pobreza é extremamente elevada, particularmente nos aglomerados urbanos.

³⁴ Deborah Durham refere que em África estes ritos são agora frequentemente suplantados pelas migrações laborais, pela escolarização e pela participação em conflitos armados (2000:115).

de clientelismo que são estratégicas para a sua sobrevivência e os confrontos eleitorais podem ser vantajosos materialmente para os jovens desempregados e ser ainda oportunidades de expressão das suas vozes de protesto. Aqueles que não estão integrados nestas redes engrossam uma multidão urbana que vive nas franjas do crime, uma opção que parece racional face à sua exclusão, e que se torna uma força política extremamente volátil, facilmente manipulada por interesses políticos, especialmente em momentos de crise económica.

De modo concordante Mamadou Diouf (2003) defende que os ajustamentos económicos e ideológicos a partir da década de 1970 vieram acelerar a migração para as cidades e para o Ocidente, e a conceção da juventude como “esperança do mundo” foi substituída pela de perigo, crime e decadência, associada ainda a uma sexualidade sem limites e ameaçadora para toda a sociedade. Neste contexto os jovens perdem a sua centralidade nas prioridades políticas mas paradoxalmente passam a ocupar massivamente os espaços públicos – as ruas ganham protagonismo quando os processos de socialização pela educação e pelo trabalho falham (2003:7) – levando assim ao surgimento de uma hostilidade institucional, frequentemente violenta, contra a juventude. Para este autor os jovens africanos respondem então à sua exclusão das arenas do poder, trabalho, educação e lazer não apenas privilegiando o risco e o lucro imediato, mas também criando novos lugares de socialização e novas socialidades cuja função é expressar a sua diferença, simultaneamente como agentes e como vítimas. Assumem assim uma postura de desafio ao rejeitar tanto as memórias e instituições do Estado e da nação, como as memórias e instituições étnicas, comunitárias e familiares, desafiando as suas moralidades e revelando as suas contradições entre retóricas e práticas.

Na perspetiva de Diouf (2003) esta rejeição por parte da juventude leva à erosão da história, especialmente a que se baseia nas relações intergeracionais de obrigações, direitos e deveres. Com efeito, vários autores notam que a recente marginalização da juventude africana leva a transformações nos padrões de relacionamento intergeracional (Whyte, Alber e van der Geest 2008) quer porque o prolongamento da dependência dos jovens inviabiliza uma transferência recíproca de recursos e cuidados entre pais e filhos ao longo do curso da vida (Roth 2008), quer porque as novas (e por vezes decadentes) configurações educativas e de cidadania nos estados pós-coloniais fragilizam a transmissão de conhecimento socialmente relevante (Durham 2000, van der Geest 2008)

e de autoridade ritual e política (Burgess 2005) dos mais velhos para os mais novos no curso da socialização e maturação³⁵.

Mas mais do que na dimensão histórica, é na geografia das cidades pós-coloniais que, para Diouf (2003), melhor se identificam as novas expressões de oposição juvenil, através da ocupação dos espaços marginais deixados vazios pelas culturas dominantes e que os jovens enchem de ritos e sinais de identidade que escapam ao controlo público, comunitário e administrativo. Aqui desenvolvem novas práticas e linguagens (musical, iconográfica, militar, política, económica, religiosa) e constroem formas alternativas de expressão e de ocupação do espaço público, tanto através da utilização da violência e vandalismo, de comportamentos arriscados e de práticas económicas informais e ilegais, como através da participação em associações desportivas, culturais ou sociais baseadas no bairro ou no local de origem que gerem e reconstroem o seu espaço e criam memórias locais. Segundo a leitura do autor estas novas geografias, de delinquência ou de resistência, tornam-se assim locais de expressão do desejo de reconhecimento e de presença, espaços de possibilidades fora das imagens convencionais de sucesso onde os jovens procuram ser atores no teatro da globalização, no mercado mundial dos desejos e do consumo (2003:5). Para Diouf, num contexto de desencontro entre os seus sonhos e as suas oportunidades, a juventude africana pode então ser vista como à procura de narrativas que lhe forneça um território (um esquema para as suas memórias, experiências e aspirações) em que possam jogar livremente com a sua imaginação para além dos ineficazes enquadramentos da etnicidade, cidadania e Estado. Mas estas narrativas, cada vez mais transnacionais e mediadas pela comunicação eletrónica, são necessariamente fragmentadas já que os jovens africanos percebem-se inevitavelmente à margem de um mundo cada vez mais desigual e xenófobo (2003:6).

De modo similar, De Boeck e Honwana (2005) lembram que, na verdade, o acesso a esta nova forma de “*empowerment transnacional*” da globalização ainda não está acessível a muitos dos jovens africanos, já que ainda são muitos os fatores culturais, políticos e económicos que os aprisionam hegemonicamente ao local num estado de precariedade e fragilidade. Defendem estes autores que se a juventude no ocidente se tornou uma categoria diversa mas poderosa, que em grande parte determina

³⁵ Van der Geest (2008) sugere que atualmente em África a sabedoria se tornou uma capacidade de exercer reflexividade e de lidar com a incerteza, uma capacidade que já não é transmitida pelos mais velhos. Eric Gable (2000), por seu lado, avança uma crítica aos discursos “africanistas” nostálgicos que tendem a ver as sociedades africanas “tradicionalis” como assentes na hierarquia geracional e que encaram os jovens como responsáveis por uma “rutura” moderna da tradição.

e se define pela cultura do consumo, em África a juventude contemporânea está na generalidade muito mais marginalizada, tem menos poder e encontra-se excluída dos seus locais tradicionais de autorrealização (são muitos os jovens refugiados, na rua, órfãos, trabalhadores deslocados). Com efeito, afirmam De Boeck e Honwana, os jovens em África são determinantemente influenciados por fatores dos quais têm pouco ou nenhum controle – parentesco, família, comunidade, educação, *media*, tecnologia, Estado, guerra, religião, tradição, mercado global – sendo frequentemente postos em risco por estes processos: desemprego, exploração, guerra, fome, violação, mutilação física, pobreza, falta de habitação e de acesso à educação e saúde, infecção por HIV e outras doenças (2005:3).

Neste contexto, é possível afirmar que a recente emergência da categoria de juventude nos espaços e nos discursos públicos africanos traduz uma crise social que retira ao próprio processo de transição para adulto o seu lugar garantido e o seu significado social, tornando-se a própria categoria de “jovem” altamente fluida e ambígua (De Boeck e Honwana 2005:9-10). Se o colonialismo e o período de modernização pós-independências vieram, através da generalização da educação formal e da aspiração a um trabalho burocrático assalariado, inverter a subordinação dos jovens à tradicional hierarquia da idade das sociedades africanas pré-colonias e dessa forma criar espaço para a emergência da categoria moderna de “juventude”, já o fracasso dos projetos nacionalistas e a insegurança na economia global que se lhes seguiram voltaram a colocar os jovens num lugar de “crise” e de liminaridade (De Boeck e Honwana 2005), numa moratória social (Vigh 2006), marcada pela frustração face aos ideias e discursos democráticos e por um pragmatismo individualista que busca apenas benefício pessoal (Argenti 2002), adotando assim o próprio modelo da “política do umbigo” da classe dominante (Bayart 1993).

Neste sentido, defende o antropólogo Nicolas Argenti (2002) que quando todas as formas de agencialidade são negadas, as vítimas, num mecanismo desesperado de autopreservação, tendem a tornar-se perpetradores, reapropriando-se da violência (social, estatal) de que são vítimas e subvertendo-a de forma a criar novos campos de ação, de desejo e de esperança no presente. Estes podem ganhar forma tanto pela violência física, pela criminalidade ou pela participação em conflitos armados (Abbink e van Kessel 2005, Honwana 2005, Utas 2005, Abdullah 2005), como pela adesão a cultos de feitiçaria ou possessão (frequentemente pentecostais) (Argenti 2002, De

Boeck 2005) ou movimentos artísticos e folclóricos locais (Argenti 1998), ou ainda pela fabricação de novos estilos de vestuário ou musicais que produzem um “cosmopolitismo imaginado” pela reapropriação de estéticas e bens de consumo de origem ocidental (Friedman 1994, Weiss 2002). O aspetto mundano destas práticas não faz mais do que mascarar o sofrimento incorporado (Weiss 2005) e o apelo por inclusão de um amplo setor da população marginalizado pela pobreza, pelo desemprego, pela rápida urbanização e mudança social e pelo autoritarismo estatal (Argenti 2002:7). Assim, todas estas expressões juvenis são apenas aparentemente apolíticas, já que na realidade elas funcionam para os jovens como mecanismos de acumulação de poder através da identificação com as esferas dominantes (Friedman 1994, Weiss 2005):

“Both possession and popular culture are ways of formulating subjectivity under conditions of domination in ways that use the subjects’ position of subjugation as a vehicle to *articulate* and *identify with* the force of subjugating powers. A focus on the actional nexus of these relations of dominations may therefore permit us to transcend the unproductive dichotomy between ‘appropriation’, and ‘emulation’, a view of popular cultural practices as ‘quintessentially African’ or ‘slavishly’ imitative of the West (...) instead sees them as productive forms of pragmatic action” (Weiss 2005:118, itálico do autor).

A juventude, como uma “influência emergente” e ao mesmo tempo “submergida pelo poder”, surge assim como janela para compreender as transformações sociopolíticas e económicas mais amplas ocorridas em África nas últimas décadas (De Boeck e Honwana 2005, também Durham 2000). Alcinda Honwana e Filip De Boeck, na introdução ao volume *Makers & Breakers: Children and Youth in Postcolonial África*, que editam em 2005, apelam a que o foco da análise seja colocado na forma como as mudanças recentes no continente modelam e são modelados pelos jovens, revelando o potencial destes como forças tanto criativas como destrutivas (De Boeck e Honwana 2005). Assim estes autores ressaltam uma visão dos jovens africanos como agentes produtores (*makers*) de formas inventivas de autorrealização e de engenhosas políticas da identidade, como forças políticas, como fontes de resistência e resiliência, de ritual e de moralidade. Mas paralelamente realçam-nos também como agentes destrutivos (*breakers*), quer com eles próprios – pelo suicídio, abuso de drogas e álcool, sexualidade de risco – quer com a sociedade – quebrando regras, normas e convenções sociais, agentes de violência e de resistência à opressão.

Desta forma os autores reforçam a ideia de que, na África contemporânea, tanto o estatuto de juventude e como as respostas a ele se tornam cada vez mais ambíguos. Vistos como riqueza mas também como perigo, os jovens aparecem na pós-colónia como sinais de contradição, sujeitos liminares, intersticiais, híbridos, cruzando e recontextualizando fronteiras entre elementos aparentemente contraditórios: entre o lúdico e o letal, o trabalho e o jogo, os vivos e os mortos, a dor e o prazer, a aflição e o afeto, a vulnerabilidade e a violência (2005:10). A ambivalência dos seus contextos de vida gera papéis ambivalentes que por sua vez dão origem a identidades também ambivalentes, polissémicas, contextuais, negociáveis e heterodoxas. Mas lembram De Boeck e Honwana (2005) que a produção, manutenção e cruzamento de fronteiras (geográficas ou conceptuais) são processos que geram recursos económicos, políticos e culturais poderosos e a capacidade dos jovens se envolverem nestes processos também lhes confere poder. Produtora e portadora de novas identidades mutantes, a juventude assume assim um lugar de mediação entre passado e presente, local e global, perto e longe, tradição e modernidade (2005:10-11).

Segundo estes autores, o poder criativo dos jovens pode ser exercido discursivamente, mas também através dos próprios corpos, pondo em marcha processos de autorrealização e de promoção de estatuto social, de autoconstrução através do consumo, da aparência, da moda, da dança, da sexualidade. No mesmo sentido argumenta Mamadou Diouf (2003) ao afirmar que o corpo é uma arma e um texto, o instrumento principal, e talvez único, à disposição dos jovens para a sua expressão no espaço público, seja pela sensualidade seja pela violência. Os corpos juvenis aprecem assim, segundo De Boeck e Honwana como espaços de fuga ao controlo, locais e fronteiras subversivos de reterritorialização das gramáticas culturais e políticas oficiais que vão para além das referências, possibilidades, estruturas, restrições e contradições dos modelos colonial e pós-colonial, em direção ao território desconhecido da “pós-poscolónia” (2005:11). A ordem pós-colonial anterior torna-se para os jovens totalmente desconhecida, incompreensível e irrelevante para as suas vidas. Esta velha ordem é substituída por formas alternativas de socialidade e de estar-no-mundo onde as antigas regras pouco se aplicam, assumindo assim aos olhos externos formas violentas, assustadoras, caóticas ou exóticas. São ambientes ou mundos que ignoram, ou rejeitam conscientemente, a sua composição e historicidade híbrida, e que vistos externamente podem chocar pela sua extrema autorreferencialidade, fechamento e horizontes

limitados. Mas para De Boeck e Honwana estes mundos juvenis procuram antes de tudo uma clareza e simplicidade autoexplicatória que funcionam como antídoto ou proteção face à incompreensibilidade, à fragmentação e às cruéis injustiças do mundo em que estão condenados a viver (2005:12).

Neste sentido, se as análises mais recentes sobre a “crise da juventude” em África dão ênfase à dimensão política, de resistência e de contestação contra-hegemónica das práticas juvenis em articulação com um contexto global, De Boeck e Honwana (2005) alertam então para a necessidade de rever as análises que têm orientado as interpretações sobre as relações de idade e os conflitos nas sociedades africanas:

“We must move beyond Glukman’s processual framework to a more action-oriented analysis of young people’s individual strategies and aspirations while simultaneously placing individual actors in a broader, diachronic social context (...) If youth is commonly perceived in the process of becoming rather than being, then young people are in a perfect position to navigate and control the new geographies and chronologies of globalization” (De Boeck e Honwana 2005:6).

Esta abordagem convoca assim uma convergência entre as duas tradições mais comuns nas ciências sociais para conceptualizar a juventude: por um lado como entidade em si própria, enfatizando as suas características endógenas (biológicas, psicológicas) e as suas “culturas”; por outro como uma categoria social dinâmica, definida pela sua posição intergeracional. Para o antropólogo Henrik Vigh é a ideia de “geração” de Karl Mannheim que melhor realiza esta síntese conceptual, tornando possível contextualizar a juventude num campo de forças sociais e analisá-la como uma demarcação experiencial (2006:93). Para Christiansen et al. (2006) esta perspetiva implica uma dupla análise, tanto social como experiencial, que entenda a juventude como uma “posição em movimento”, entre o “ser” (*being*) e o “tornar-se” (*becoming*) (Vigh 2006), e que busque compreender como os jovens se posicionam e são posicionados socialmente.

Os contextos africanos contemporâneos, onde os jovens têm mostrado com particular acutilância o seu duplo lugar, tanto de extrema dependência, marginalidade e imobilidade social como de criatividade cultural e política (Vigh 2006), permitem assim uma teorização sobre a juventude que rompa com modelos estanques, lineares e essencialistas sobre fases e ciclos da vida, sobre culturas juvenis ou ainda sobre relações etárias e geracionais. Focalizando-se a análise na interseção entre agencialidade e forças

sociais, torna-se então possível olhar os percursos de vida dos jovens como processos de “navegação social” (Christiansen et al. 2006, Vigh 2010), compostos de experiências, escolhas e relações configuradas de forma assíncrona e reversível em paisagens sociais fluidas e incertas que só muito parcialmente são conhecidas e dominadas pelos próprios jovens.

4. Práticas e lugares de socialidade juvenil no Mindelo³⁶

Os primeiros lugares

Sozinho no terraço à noite, a ouvir rádio e a olhar para o horizonte, por trás do qual está a sua terra natal Santo Antão, ele está cheio de saudades... Aos poucos ele vai dizendo do quê: das discotecas, das namoradas, da família, dos amigos... tudo o que agora não tem por estar no seminário em São Vicente. E agora vais continuar aqui, pergunto. Penso que sim, que é para continuar.

Tira os auscultadores do rádio para eu também poder ouvir o zouk que está a passar. Aquelas músicas românticas que ele me diz que gosta muito e que agora dança sozinho no quarto à noite... Podes sempre recordar, digo eu, triste.

Falamos de tudo e de nada, do crime que aumentou nas cidades – nos sítios mais desenvolvidos – dos poucos filhos que se tem em Portugal – num país mais desenvolvido – no sonho que todos em Cabo Verde têm de emigrar para a Europa, de que a maioria dos jovens em Cabo Verde já têm estudos secundários e a taxa de analfabetismo já está muito baixa – há mais desenvolvimento – da falta de trabalho para os jovens mas também de alguns que “ficam na malandrice” a viver às custas dos pais ou do roubo.

Uma conversa aos solavancos, mas com vontade de falar (foi ele que veio ter comigo) em que sem querer acabámos à volta de oposições quase simples: rural / urbano; antigamente / agora; São Vicente / Santo Antão; Cabo Verde / Portugal; desenvolvimento / subdesenvolvimento; presenças / ausências; aqui / lá; ficar / partir; novas opções / saudades do passado... (Notas de campo, Mindelo, 10 de abril de 2008)

³⁶ O sentido que dou nesta tese ao conceito de socialidade remete para os “modos de [se] constituir e [de] agir socialmente” (cf. Strathern 1998, cit. in Viegas 2007:52), pretendendo deste modo realçar a “experiência vivida” dos jovens estudados e o seu “processo” de constituição como sujeitos sociais, como “seres-no-mundo”, dando assim mais ênfase às intersubjetividades e interdependências micro-sociais que compõem “o seu próprio sentido do mundo” (cf. Toren 1999a, cit. in Viegas 2007:59) e menos a uma visão externa e abstratizante de grupos sociais – como “juventude” – e de relações sociais definidas por interesses coletivos, normalmente concebidas no plano normativo ou jurídico, e nas quais os jovens teriam de se “socializar” (cf. Viegas 2007). Diferencio ainda, por outro lado, o conceito de socialidade do conceito de sociabilidade, remetendo este último exclusivamente para as interações sociais informais estabelecidas pelos jovens nos seus quotidanos.

Este momento, esta conversa, manteve-se discretamente na minha memória ao longo de toda a pesquisa, evocada intuitivamente em certos momentos sem eu compreender totalmente porquê. Apresento-a agora, a abrir o meu relato etnográfico, não apenas porque se passou efetivamente numa das primeiras noites do período inicial da minha pesquisa, mas porque agora esta conversa parece-me premonitória do que eu haveria de conhecer nos meses seguintes, do que eu haveria de pensar sobre os jovens em Cabo Verde. Talvez pela sua banalidade ela nunca me tenha parecido especialmente reveladora, todavia agora esta banalidade parece-me extremamente perspicaz. Isto porque nela um rapaz de 16 anos de idade dá-me conta em poucas palavras de transformações sociológicas determinantes nos contextos de vida dos jovens cabo-verdianos contemporâneos, seja no acesso à educação formal, no emprego, na emigração, na criminalidade, na parentalidade ou nas reciprocidades familiares. E fá-lo de forma extremamente abrangente e comparativa, quase transcultural, mobilizando para isso uma das mais poderosas imagens da (pós) modernidade: o “desenvolvimento”. Se na antropologia é consensual que são as dicotomias, os pares de opostos, que estruturam as conceções humanas sobre o mundo e sobre a vida social, esta conversa e estas minhas notas, ingênuas na altura em que as registei, parecem-me agora apresentar com extrema clareza o pano de fundo antropológico em que se movem física e cognitivamente, material e imaginativamente, os jovens que eu pude conhecer na cidade do Mindelo.

Este momento teve lugar no terraço da cobertura do seminário de uma ordem religiosa católica situada na periferia sudeste da cidade do Mindelo, local onde fiquei alojado a convite de A., um membro dessa mesma ordem e presidente da associação juvenil onde eu havia decidido centrar a minha pesquisa. O facto de eu já conhecer A. desde 2002 e de manter como ele uma relação de amizade e de cooperação em torno do trabalho juvenil, facilitou obviamente a minha escolha. Todavia pesou especialmente na minha decisão a localização e abrangência geográfica da associação a que ele presidia. Esta centrava a sua atuação na periferia sudeste da cidade, sendo responsável pela dinamização de dois centros sociais em duas zonas periféricas distintas (uma na zona este e outro na zona sul), o que expectavelmente me permitiria conhecer e envolver em

atividades coletivas com um elevado número de jovens residentes nessas áreas, que eram das mais densamente povoadas e mais pobres da cidade³⁷.

A cidade do Mindelo constitui o maior aglomerado urbano da ilha de São Vicente e a segunda maior cidade de Cabo Verde, apenas precedida da cidade da Praia, capital do país (com 131.719 habitantes). Em 2010 residiam nesta ilha 76.140 habitantes, sendo que 92,6% destes tinham residência na cidade do Mindelo (INE 2010). A ilha de São Vicente começou a ser povoada tarde devido ao seu solo árido e orografia agreste, ao seu clima seco e ventoso e à escassez de fontes naturais de água. Apenas a baía natural formada na costa norte da ilha justificou a sua povoação a partir do final do século XVIII, com intuito de explorar este soberbo porto de águas profundas. Em torno dele desenvolveu-se gradualmente a cidade do Mindelo, definitivamente impulsionada pelo estabelecimento, a partida da década de 1830, de companhias carvoeiras inglesas junto ao porto, fazendo dela um importante entreposto de abastecimento da marinha britânica no Atlântico. Entre 1850 e 1950 o “Porto Grande” do Mindelo tornou-se assim o motor económico do arquipélago e a cidade cresceu acentuadamente, com imponentes edifícios e praças e com uma vida pública intensa. Este rápido desenvolvimento, associado em grande medida à presença dos ingleses e do tráfego marítimo, permitiu assim o florescimento de uma significativa burguesia comercial e de uma elite intelectual no Mindelo associada a profissões liberais e aos professores do liceu Gil Eanes, fundado em 1917 e único no território até à década de 1960. Tal dinamismo foi no entanto decaendo a partir da década de 1930 devido ao declínio da navegação a vapor e colapsou totalmente após o final da II Guerra Mundial³⁸. Todavia deixou bem presente entre os são vicentinos uma nostalgia pelo cosmopolitismo dos tempos áureos do “Porto Grande” e uma autoidentificação como um povo “aberto” ao mundo e aos estrangeiros (Åkesson 2004).

Não obstante a decadência económica patente a partir da década de 1960, a população desta ilha continuou a crescer, tendo praticamente duplicado entre 1960 e

³⁷ Numa cidade pequena como o Mindelo qualquer instituição ou personalidade que se destaque social, cultural ou politicamente torna-se facilmente identificável. Como tal considero importante preservar (na medida do possível) o anonimato e a privacidade de todas as pessoas que se disponibilizaram a abrir-me as portas desta associação bem como das suas próprias vidas. Para isso referirei apenas os dados estritamente necessários para contextualizar as informações apresentadas e utilizarei sempre nomes fictícios para me referir tanto aos responsáveis como aos jovens envolvidos nesta associação. Com o mesmo objetivo ocultarei de igual forma o próprio nome da associação bem como os nomes das zonas da cidade onde esta se encontra inserida.

³⁸ Para um relato detalhado da história da ilha de São Vicente ver por exemplo Almeida (2009).

2000, principalmente devido à contínua migração de habitantes da vizinhas ilhas de Santo Antão e São Nicolau (Åkesson 2004), dependentes maioritariamente de uma agricultura pouco rentável. Entre 2000 e 2010 São Vicente manteve um ritmo de crescimento expressivo (taxa de crescimento médio anual de 1,3), apenas secundarizada pela cidade da Praia (2,9) e pela ilhas do Sal e Boavista, cuja exploração turística recente tem justificado altíssimas taxas de crescimento devido à migração interna (INE 2010). Embora a ilha de São Vicente ainda mantenha atualmente níveis de literacia elevados face à média nacional (INE 2010) o seu fraco dinamismo económico e o contínuo ritmo de crescimento da cidade do Mindelo – que se torna visível na expansão desregulada e desordenada das periferias da cidade que progressivamente conquistam espaço aos áridos montes que a rodeiam – fazem dela atualmente, e especialmente das suas periferias o local com a maior taxa de desemprego de Cabo Verde (14,8% em 2010) especialmente entre os jovens (29,9% entre os 15 e os 24 anos de idade) (INE (2010).

A associação onde realizei a maior parte do meu trabalho de terreno, e que passarei a designar pelo nome fictício “Associação União Juvenil” (AUJ), intervinha justamente nestas zona periféricas da cidade do Mindelo. Esta tinha surgido claramente da vontade e do empenho do seu presidente, A., que, embora sendo natural de um país europeu, vivia em São Vicente já desde 1993 e sempre tinha mantido uma grande proximidade e envolvimento com algumas das comunidades e grupos mais pobres da cidade. Ele tinha dado início à AUJ em 2002, constituindo-a primeiramente a partir de grupo informal de pessoas suas conhecidas (principalmente professores) que estavam motivadas a apoiar a juventude mais pobre da cidade. Nessa fase A. tinha mobilizado também um conjunto de jovens na zona da “Fontinha” (nome fictício), no leste da periferia do Mindelo³⁹, e obtido a autorização da Câmara Municipal de São Vicente para restaurar e dinamizar um antigo centro social situado naquela localidade. Acompanhado pontualmente por um grupo de professores seus conhecidos, mas em especial pelos jovens de Fontinha, A. conseguiu em poucos meses abrir o centro social aos jovens daquela zona, oferecendo-lhes localmente oportunidades de prática desportiva e danças tradicionais, sessões de cinema, uma pequena biblioteca, um espaço de estudo com um

³⁹ Segundo o Recenseamento Geral da População e Habitação realizado em 2010, esta localidade contava com um total de 1364 habitantes, 31% dos quais com menos de 15 anos de idade. Esta população estava distribuída por 379 agregados familiares, dos quais 47% eram chefados por mulheres. A taxa de atividade da população com mais de 15 anos de idade era de 70% (INE 2010).

computador, e ainda um espaço de lazer com televisão e jogos, onde também era possível realizar festas e atividades culturais, assim como palestras e ações de formação. Mais tarde, em 2007, a AUJ tornou-se uma associação formalmente reconhecido e obteve autorização da Câmara Municipal para restaurar e dinamizar, com recursos e atividades da mesma natureza, um novo centro social na zona de “Covada” (nome fictício), no sul da periferia da cidade⁴⁰.

Para o presidente desta associação esta era a forma mais adequada de apoiar os jovens: oferecer-lhes espaços. Num texto de sua autoria, que partilhou comigo em fevereiro de 2009, procurando reescrever as linhas orientadoras do projeto da associação, constava no preâmbulo:

“Quando algo vem à existência ocupa um espaço. Se não tiver o espaço necessário arrisca-se ao sufocamento. Não encontrar o espaço procurado leva a sofrer uma condição de marginalização. A falta de espaço põe a risco a formação de uma identidade. (...) Mesmo se a juventude é hoje uma camada social considerada, torna-se difícil que as estruturas da sociedade satisfaçam os seus anseios. É um problema dado pela dificuldade de entender as aspirações da juventude, que utiliza linguagens e categorias muitas vezes pouco compreensíveis, pela falta de sensibilidade de quem dirige a sociedade, por o facto que a juventude precisa [de] serviços muitas vezes não imediatamente rentáveis e pela falta de interlocutores capazes de dialogar com eles. Mesmo a disponibilização de um espaço é algo que carrega os seus custos para os quais a juventude, na maioria das vezes, não [se] pode responsabilizar. (...) Oferecer um espaço é criar, antes de mais, uma defesa e para quem está na aprendizagem da vida isto é uma necessidade. (...) Criar e oferecer espaço para a existência duma dinâmica juvenil é a primeira aposta da nossa iniciativa. O espaço é reconhecedor da existência.”

Para A. este entendimento do espaço como condição de existência e de identidade articulava-se com a sua visão dos jovens do Mindelo, e em particular dos jovens mais pobres das periferias da cidade, cujas vulnerabilidades ele conhecia bem. Durante toda a pesquisa mantive um contacto próximo com A. partilhando reflexões sobre os jovens e

⁴⁰ Segundo o Recenseamento Geral da População e Habitação realizado em 2010, esta localidade, que agregava duas zonas vizinhas, contava com um total de 3535 habitantes, 30% dos quais com menos de 15 anos de idade. Esta população estava distribuída por 891 agregados familiares, dos quais 42% eram chefiados por mulheres. A taxa de atividade da população com mais de 15 anos de idade era de 62% (INE 2010).

discutindo as suas opções e projetos para a AUJ. Num dos primeiros dias da pesquisa registei:

A. como sempre é uma pessoa estimulante para se conversar. É fascinante a forma como ele se dedica aos jovens e acredita neles e quer sinceramente ajudá-los sem lhes exigir nada em troca, sem moralismos, sem se sentir magoado nem ofendido quando surgem frustrações, enganos ou faltas de reconhecimento. É verdadeiramente um militante, mas sem partido nem ideologia nem idealismo. É um crente e, talvez mais corretamente, um amante da juventude. E de Cabo Verde em geral. No entanto, através da sua larga experiência em ajudar os jovens em Cabo Verde, ele também me fala da falta de ambição dos jovens, da falta de iniciativa e incapacidade de aproveitar as oportunidades dadas, da falta de reconhecimento social da juventude, mas também da ausência de espírito empreendedor e de noção de projeto entre os jovens. Mas sem nenhuma resposta concreta para justificar estas “faltas”... (Notas de campo, Mindelo, 10 de abril de 2008)

Talvez por nos conhecermos há vários anos, no início da minha pesquisa não achei pertinente nem adequado, agora no papel de “investigador”, instaurar uma distância que me permitisse inquirir A. formalmente (através de entrevistas) acerca das suas perspetivas sobre a juventude cabo-verdiana. Talvez também porque eu implicitamente partilhava, em certa medida, da sua visão sobre os jovens e da crença na necessidade de os apoiar. Só no período final da pesquisa, quando o meu conhecimento dos quotidiano e biografias de um grupo alargado de jovens já não me permitiam aceitar como evidências as visões e as motivações de A., é que me pareceu necessário pedir-lhe uma entrevista que me clarificasse o seu entendimento sobre a juventude e os seus pressupostos de intervenção na associação.

Pude nesse momento compreender mais claramente o olhar de A. sobre a juventude. Para ele em Cabo Verde, e em especial nas zonas urbanas mais pobres, os jovens passavam por um conjunto de dificuldades familiares, económicas e culturais que se reforçavam mutuamente e que agravam uma já natural vulnerabilidade associada à condição juvenil:

“[Quais são as dificuldades que tu achas que sofrem mais, estes jovens?] Antes de mais a família é um valor que passa muita dificuldade, portanto o ambiente familiar. Então o jovem que se inicia na vida não tem um adulto que o acompanhe nesse começo da sua vida, então é normal que fique desorientado. Acrescentamos o problema económico, que

carrega sobre a sua unidade familiar e também sobre ele, sobre o indivíduo, e portanto cria a cultura de hoje, essa cultura da imagem, onde por trás, ou por dentro está o vazio; ... a cultura do fragmentário, não é? O fragmentário, coisas que não têm raízes, não é? Porque hoje somos amigos, amanhã somos desconhecidos; hoje vivo cá, amanhã aparece um trabalho lá e eu vou viver lá porque apareceu um trabalho lá. Portanto não se criam ligações, valores, não se enraízam relações nem valores. Então o jovem fica afetado nesse tipo de sociedade. É normal que fique afetado porque é o mais novo, é o último a chegar. Por isso é que tem de ter um cuidado para ele especial". (Entrevista a A., 12 de dezembro de 2010)

Evocando a imagem da violência juvenil organizada, dominante na cidade naquela altura, A. prossegue procurando justificar os comportamentos juvenis que qualificava de "desorientados" e ao mesmo tempo legitimando o trabalho que pretendia realizar na associação a que presidia:

"Naturalmente o jovem não está parado, digamos assim; inventa uma forma diferente de viver, de comunidade, por necessidade. Eu acho que estes gangs são fruto de elaborações, de indivíduos e de grupos, que procuram um ideal, procuram ter um horizonte. Eles não têm chance, não têm trabalho e não têm chance de encontrar trabalho, muitos deles; não têm dinheiro e não têm chance de ter dinheiro, nem no futuro, o futuro não diz nada, esta vida não tem sentido, não é? Esta vida não tem melhorias, ficarão sempre assim como estão, lá, naquela rua, naquela casa com a porta que fecha vai não fecha, e com aquele chinelo e com aquele calção; não mudará mais, será sempre assim. Isso é uma visão pesada, não é? Tentam de inventar novas horizontes que poderão dar algum sentido. (...) A única esperança é encontrar, contentando-se, um pequeno trabalho. Porque eu estou aqui há muito tempo, eu vejo crescer estes jovens sempre lá na mesma rua, na mesma situação. (...) Não vejo grande futuro. Só se na sociedade se movimentar qualquer coisa". (Entrevista a A., 12 de dezembro de 2010)

Neste sentido, ao perguntar-lhe o que pretendia conseguir com a AUJ, A. respondeu-me com uma metáfora e com uma intenção:

"Eu queria bater, ou diminuir, ou enfraquecer aquele sentimento de abandono que a sociedade cria nesta juventude, que cria em toda a sociedade, não é?, mas que o jovem pode ser mais afetado. Também porque o jovem precisa de um acompanhamento, de um apoio, de um espaço seu; o jovem não se pode pensar que tenha de pagar cada divertimento, cada instrumento que utiliza. E o raciocínio é a sociedade como uma

família; na minha família os filhos não pagam para comer, não é?, e na sociedade os filhos não pagam para se divertir. O divertimento não é opcional; para um jovem é a forma de relacionar com os outros, a forma de descobrir a si, é a forma para aprender a entrar na sociedade. Então este divertimento pelo menos até uma certa medida deve ser oferecido, como se oferece o prato de comida na casa. Sim, este é o primeiro. Por um certo aspeto acho de ter passado qualquer coisa, não é? E depois quero mostrar que isso deve ser, digamos assim, se pode fazer coisas, há pessoas que fazem sem interesses económicos ou políticos, mesmo religiosos; não somos nem uma igreja de qualquer tipo que faz prosélitos, não somos um grupo que procura votos e não somos comerciantes que utilizam os jovens para fazer dinheiro. Portanto quero que se saiba que existe pessoas assim, que se podem fazer coisas assim. Essa é uma mensagem que quero passar".

(Entrevista a A., 12 de dezembro de 2010)

A associação que A. tinha criado estava assim estruturada em torno de uma ética "familiar", o que de facto se mostrava coerente com a retórica recorrente nos seus discursos e nos textos a que tive acesso sobre a AUJ, onde justamente se valorizava uma relação de orientação entre os adultos e os jovens e o caráter gratuito e quase incondicional dos serviços prestados. Para A. este era um modelo de apoio social que valia a pena divulgar e multiplicar, uma "crítica à sociedade", assente em valores alternativos aos que lhe parecia serem dominantes na sociedade cabo-verdiana atual:

"Eu não posso tornar a pessoa um instrumento de ganho; ainda mais se essa pessoa tem fraquezas, doenças, ou tem situações difíceis. (...) Em Cabo Verde cria-se esta mentalidade [comercial] com força. Diria também que é uma história breve a de Cabo Verde, portanto, não sei, certos valores não consolidaram-se, não é? Se antes o valor da solidariedade, porque eram pobres, porque eram isolados, portanto a solidariedade era forte nas comunidades antigamente. Este valor está a perder-se, ou se calhar já se perdeu. Próprio porque apareceu uma mínima chance de fazer dinheiro; hoje a sociedade abre pistas, mais do que antigamente, abre caminhos. Alguém, se não olhar para os que estão perto dele, consegue meter-se, tirar uma escola, um curso, uma profissão, casa, etc., faz a vida, mas deve estar sozinho, não pode ter alguém que é ligado a ele. E assim caem as famílias, caem as amizades, caem muitas relações, porque ele deve ser um bocadinho egoísta se quer avançar. A sociedade portanto cria egoísmos, este tipo de sociedade. Dá chance a todos, isto no certo aspeto existe de verdade, ao mesmo tempo estamos atentos que vai criar egoísmos. Então a sociedade deve criar outras formas de criar apoios. Deve estruturar as formas de apoio. Por isso ambientes desse tipo, como o centro, haveriam de

ser multiplicados. Porque então a pessoa encontra nesses ambientes um apoio que antes encontrava na comunidade de outra forma, não é? Mas a sociedade deve substituir aquilo que antigamente era feito espontaneamente, agora deve estruturar". (Entrevista a A., 12 de dezembro de 2010)

Coerente com a visão de A., a AUJ apresentava-se formalmente da seguinte forma:

"A Associação quer empenhar-se no mundo jovem, criando espaços de agregação juvenil onde tenham possibilidade de expressão as sua energias e a suas iniciativas achando que isso constitui um espaço educativo onde desenvolve e amadurece a personalidade de cada um, onde se criam e orientam processos afetivos construtivos, e onde se propõem educadores que saibam tornar-se referencias em termos de continuidade e proximidade.

A Associação União Juvenil quer ser um grupo de adultos em diálogo com a juventude querendo instaurar o equilíbrio no relacionamento adulto-jovem para que o jovem possa confrontar-se com os fruto duma experiência de vida e para que o adulto veja no jovem um estímulo em ter altos, no comportamento do dia a dia, os valores que constroem a vida.

O protagonismo juvenil é a forma preferida para educar à responsabilidade, mas isso não dispensa o adulto de procurar forma apropriadas para transmitir orientações construtivas.

A educação para a valorização do bem comum e o exercício do voluntariado são fundamentais no processo educativo do jovem.

A forma como o jovem ocupa os seus tempos livres é uma ocasião de perdição ou de construção da vida." (Documento de Apresentação da Associação União Juvenil, julho de 2009)

Neste mesmo documento, a associação assumia ainda os seguintes objetivos: 1) oferecer espaços de encontro saudáveis onde os jovens podem encontrar-se e conhecer-se sem gastos de dinheiro; 2) apoiar as iniciativas que surgem do meio juvenil; 3) oferecer competências e formação no âmbito do desporto, musica, teatro; 4) criar dinâmicas educativas de grupo que ajudem o indivíduo no crescimento da sua personalidade e da sua inserção social e política; 5) criar relações com os organismos nacionais e internacionais que apoiam o desenvolvimento da juventude; 6) oferecer

cursos de formação profissional; e finalmente 7) manter uma informação atualizada sobre o mundo profissional, educativo e cultural.⁴¹

Estes objetivos da AUJ eram operacionalizados em especial através da dinamização dos seus dois centros de “agregação juvenil” e, consequentemente, foi nestes locais que passei mais tempo com os jovens, bem como nos espaços públicos e comerciais (ruas, lojas, bares) em seu redor, desenvolvendo aí a maior parte da minha pesquisa de campo. Ambos os centros funcionavam em edifícios próprios, anteriormente de uso público e comunitário (ambos haviam sido espaços escolares no passado, e também utilizados para atividades culturais e lúdicas de diversos grupos locais) e estavam agora sob gestão da AUJ. Embora distantes do centro da cidade do Mindelo, ambos gozavam de uma localização relativamente central e privilegiada nas localidades em que se inseriam, o que facilitava a sua utilização pelos residentes e lhes conferia algum dinamismo comunitário. Todavia neste aspeto destacava-se claramente o centro de Covada, que se localizava na interseção de duas zonas da periferia sul da cidade densamente povoadas, à face de uma importante via de saída da cidade, e estava ainda ladeado por uma escola básica e a uma unidade de saúde, assim como por alguns bares e lojas. Por esta razão o centro social de Covada sempre teve uma maior frequência de jovens e por consequência um maior número de atividades, o que me levou a dedicar a maior parte do meu tempo de pesquisa a este contexto.

Na primeira fase da pesquisa apostei em particular em criar uma relação de confiança e colaboração com a equipa de responsáveis operacionais destes centros, designados naquele contexto como “educadores”. Esta equipa era naquela altura composta por três rapazes, Elton, Stip e Élio, com 24, 24 e 26 anos de idade respetivamente, que haviam sido escolhidos por A. para frequentar um curso para coordenadores de centro juvenil numa universidade europeia, entre setembro de 2006 e maio de 2007, no compromisso de posteriormente assumirem funções de coordenação nos centros juvenis da associação no Mindelo. Assim, em abril de 2008 Stip e Élio trabalhavam desde há alguns meses no recém-inaugurado centro juvenil de Covada,

⁴¹ Não foi propósito da minha pesquisa aferir a pertinência dos objetivos da AUJ, nem tampouco o grau de eficácia com que a associação os lograva atingir. Interessou-me antes compreender como estes objetivos (bem como as práticas em que se concretizavam) transpareciam o leque de representações e de intenções que, em maior ou menor grau, eram veiculadas pela associação sobre (e para) os jovens, e como estas eram (ou não) entendidas, apropriadas e negociadas pelos próprios como elementos constitutivos das suas socialidades.

estando Stip responsável pela coordenação das atividades do centro e Élio dedicado a um trabalho de rua com os jovens da zona. Já Elton, envolvido há mais tempo na associação e conhecido de A. desde criança, era o responsável pela coordenação do centro juvenil de Fontinha, onde estava envolvido já desde 2002. Com efeito Elton era o único destes educadores que eu já conhecia, já que na minha estadia no Mindelo em outubro de 2007 tinha visitado, com ele e com A., os dois centros juvenis da associação e tinha tido oportunidade de conversar com ele por diversas vezes. Nesta visita também tinha tido a oportunidade de conhecer Stip mas apenas brevemente.

Em abril e maio de 2008 procurei passar o máximo tempo possível com estes três responsáveis da associação, acompanhando-os nos seus trabalhos nos centros e partilhando com eles ideias sobre a juventude do Mindelo e sobre as atividades da União Juvenil. Ao mesmo tempo fui conhecendo-os pessoalmente e integrando-me dos seus percursos de vida. Dos três educadores, Elton era claramente o que estava mais confortável no papel de responsável associativo, mais eloquente e assertivo do que os outros, também mais conhecer da realidade social e da rede institucional da cidade. Tal devia-se não apenas ao seu envolvimento de longa data na AUJ (fazendo aliás parte dos seus órgãos sociais), mas também ao facto de no passado ter desempenhado papéis de liderança nos escoteiros e outros grupos juvenis informais e desportivos e de ter também estado bastante envolvido na juventude partidária do MpD. Elton vivia junto ao seminário da ordem religiosa onde eu estava alojado, não muito longe de Covada. Morava com a mãe, o pai e um irmão mais velho que sofria de epilepsia, mas entre os filhos do seu pai e os da sua mãe ele tinha 7 irmãos e contava ainda com um irmão adotivo, sendo Elton o segundo mais novo entre todos. Orgulhava-se de dizer que apenas ele e a sua irmã mais nova tinham estudado até ao 12º ano. Mas enquanto a sua irmã se encontrava naquele momento a frequentar uma licenciatura em Portugal, Elton tinha parado de estudar no 12º ano, com 18 anos, altura em que, nas suas palavras, “pessoalmente penso que tive o azar de fazer uma criança, fiz uma gravidez precoce; estava numa fase também difícil, estava na adolescência e essa coisa toda, preocupava só em raparigas, não queria saber de nada”. A paternidade tinha-o levado a sentir necessidade de trabalhar, no entanto os seus pais sempre o tinham apoiado financeiramente, pelo que Elton nunca havia investido na obtenção de um emprego estável. Tinha antes dedicado o seu tempo a apoiar a sua mãe numa pequena venda que ela geria na sua casa, ao mesmo tempo que frequentava ações de formação tanto de

eletrocidade e como na área do trabalho social e associativo. Também colaborara com a AUJ desde a sua origem, recebendo de A. apoios financeiros pontuais. O seu filho tinha agora 5 anos e vivia com a mãe, com quem Elton não tinha mantido uma relação de namoro. Desde o seu regresso da Europa tinha passado a trabalhar formalmente para a AUJ, tendo A. imposto como contrapartida que ele terminasse o ensino secundário. Assim este educador estudava agora no 12º ano, numa escola particular, e paralelamente ainda se dedicava a mediar informalmente pequenos negócios imobiliários. Nesta fase Elton estava muito satisfeito com a sua situação laboral, já que se sentia valorizado por ter um trabalho que lhe dava oportunidade de se relacionar com diversas pessoas e instituições da cidade. Além disso, embora ainda vivesse num quarto que era propriedade do avô ao lado da casa da mãe, agradava-lhe já ser economicamente independente dos pais, podendo inclusivamente apoiar a sua família financeiramente. No ano letivo seguinte Elton aspirava a estudar no ensino superior em São Vicente e poder acolher permanentemente o seu filho na casa da sua família. No futuro desejava manter-se em São Vicente, sempre colaborando em iniciativas de apoio social, mas gerindo também um negócio seu que lhe garantisse bons rendimentos.

Stip era menos eloquente e menos experiente que Elton, mas igualmente motivado para o trabalho social e talvez até mais alegre e acessível para com os jovens. Residia na zona de Covada com o pai, a mãe e com quatro irmãos, sendo o segundo mais novo entre eles. Tinha no entanto outros irmãos mais velhos filhos do seu pai e filhos da sua mãe, alguns vivendo em São Vicente, outros em Santo Antão ou ainda em Portugal. Não tinha filhos. Tinha parado de estudar no 11º ano aquando da convocação para o serviço militar obrigatório, que cumpriu por um período de quase dois anos, após o qual permaneceu um ano desocupado. Embora nunca tivesse trabalhado, Stip tinha estado integrado numa associação comunitária da sua zona de residência, tendo já participado em diversas atividades culturais e de apoio comunitário, algumas delas inclusivamente desenvolvidas no espaço do atual centro juvenil onde agora trabalhava. Tinha sido no âmbito do seu envolvimento nesta associação que tinha conhecido A. e a AUJ e que havia surgido a oportunidade de participar na formação na Europa. Tal como Elton, depois do regresso passou a trabalhar como educador para a AUJ tendo também voltado a estudar. Frequentava agora o 11º ano numa escola particular e dizia gostar muito do seu trabalho atual. Num futuro próximo ambicionava ingressar no ensino superior num

curso de ciências sociais e aspirava construir um percurso profissional na área da intervenção social em São Vicente.

Élio foi o educador que conheci menos bem. Durante o meu primeiro período de pesquisa ele permanecia muitas vezes em casa, pois tinha sofrido um acidente de viação ao deslocar-se de motorizada com Stip no mês anterior. Stip não tinha sofrido lesões importantes mas Élio tinha ferido gravemente uma perna e estava agora em recuperação e com uma mobilidade muito reduzida. Pude no entanto perceber que este era o mais reservado dos educadores da associação, um rapaz introspetivo e com uma fisionomia frágil, embora aparentemente muito próximo e querido dos jovens da sua zona. Tal como Stip, Élio também morava muito próximo do centro juvenil de Covada, mas ao contrário dele vivia apenas com uma tia. A sua mãe e uma irmã mais velha residiam em Portugal e o seu pai em São Vicente, mas numa localidade fora da cidade onde criava animais. Élio tinha deixado de estudar aos 17 anos, após ter ficado retido no 10º ano. Tinha decidido então começar a trabalhar, mas nunca permanecera muito tempo num trabalho devido a razões de saúde. Era entretanto membro de um grupo escoteiros, contexto onde tinha conhecido e se tinha tornado amigo de Elton. Este tinha-o apresentado a A. e daí tinha surgido o convite para a formação na Europa. Agora Élio trabalhava para a AUJ como educador juvenil e, tal como os outros educadores, também tinha voltado a estudar. Frequentava o 11º ano numa escola particular e dizia gostar bastante do seu trabalho. Também ambicionava ingressar no ensino superior e vir a trabalhar na área da educação, contudo esperava fazê-lo no estrangeiro, talvez no Luxemburgo ou em Itália, onde tinha familiares e amigos.

Acompanhando estes animadores, procurei frequentar os espaços dos dois centros da associação, visitando-os em diversas ocasiões de forma a compreender as suas atividades e dar-me a conhecer aos seus utilizadores. Nesta época o centro juvenil da Fontinha estava com uma utilização muito reduzida, o que contrastava com o recente centro de Covada, muito procurado pelos jovens. Este era um espaço renovado e pintado de cores vivas, que incluía uma ampla sala central com mesas de bilhar, ping-pong e matraquilhos e um pequeno palco, rodeada por outras quatro salas, duas delas ainda vazias, uma com uma televisão e cadeiras e outra com mesas, cadeiras e estantes com alguns livros, e ainda duas casas de banho, uma pequena cozinha e uma arrecadação. A cobertura do edifício formava num grande terraço que viria mais tarde a ser coberto, dando origem a um amplo salão e ainda a duas salas mais pequenas.

Naquela altura a AUJ estava apostada em promover atividades de interesse para os jovens neste centro e procurava constituir um grupo de jovens locais que voluntariamente assumisse responsabilidades na organização e manutenção destas atividades. No entanto, diariamente este espaço já recebia vários jovens das zonas envolventes para jogar bilhar, pingue-pongue ou matraquilhos, ver televisão ou simplesmente ouvir música e conversar. Foi neste centro que estive mais vezes, passando ali várias horas acompanhado principalmente por Stip, mas por vezes também por A., Élio ou Elton, outras vezes sozinho apenas observando os jovens que lá estavam ou jogando bilhar com eles:

No centro juvenil da Covada o ambiente é totalmente masculino e de jogo, sempre com os mesmos rapazes, desde crianças nos matraquilhos aos mais velhos no bilhar, a jogar séria e organizadamente. A maioria são jovens que não estudam e não trabalham, aparentam ser pobres, o que se intui pelas suas roupas descuidadas e gastas. A música soa sempre alto, alternando zouk nacional com hip-hop cabo-verdiano e americano e música brasileira. As pessoas respeitam e estimam o centro, as suas regras, espaços e materiais, assim como os seus animadores. A informalidade, brincadeira e gozo, assim como a agressividade destes rapazes não parecem nunca ultrapassar os limites do respeitável e parece haver quase um sentimento de apropriação partilhada do centro, algo que eles levam a sério, talvez por se sentirem aqui levados a sério. (Notas de campo, 11 de abril de 2008)

Nesta primeira fase de pesquisa sentia dificuldade em conversar com estes jovens, visto que ainda não compreendia corretamente o crioulo cabo-verdiano e em especial as expressões e gíria local muitas vezes utilizados pelos jovens⁴². Em consequência deste distanciamento inicial, que me forçou algumas vezes a reduzir a pesquisa a uma observação naturalista, as primeiras impressões que registei foram marcadas pela constatação de um sentido de apropriação do espaço do centro, o qual parecia efetivamente interessar e valorizar os jovens, como que respondendo a uma necessidade deles. Parecia-me que as intenções de A. para a AUJ se confirmavam ali, naquele centro, posto gratuitamente à disposição daqueles jovens pobres que de facto valorizavam estar naquele local. Naturalmente, com o desenrolar da pesquisa pude matizar e complexificar estas primeiras impressões, identificando interesses e

⁴² Ao longo da pesquisa tornei-me capaz de entender com clareza esta língua, sem no entanto a falar com proficiência, o que não me impedia de comunicar com os jovens, eles falando em crioulo e eu socorrendo-me muitas vezes do português, língua entendida por todos.

dependências particulares e testemunhando conflitos e momentos de claro desrespeito e mesmo vandalização daquele espaço. No entanto aquela forma de socialidade que eu havia observado nos primeiros dias de pesquisa em torno daquele espaço apropriado em comum, viria a marcar o meu entendimento sobre os jovens das periferias pobres do Mindelo.

Dias mais tarde, acompanhado de A., pude assistir naquele mesmo espaço a uma tarde cultural organizada por um grupo juvenil daquela zona.

Depois vamos para o centro da Covada, onde o grupo “Mini-Convivência” está a organizar uma “tarde de chá”. Impressiona-me o grau de organização. Pagam-se 300 escudos⁴³ para entrar. Lá dentro a sala está cheia. Há uma plateia grande feita com cadeiras da escola (que fica ao lado do centro) e duas grandes mesas com comidas tradicionais (pasteis de peixe, cuscus, mel de cana, queijo de cabra, funguinho). Na assistência estão muitas crianças à frente, depois algumas jovens mães com os seus filhos bebés, depois sentam-se os rapazes, que se metem com as crianças e com os bebés (fico com a impressão que alguns deles devem ser pais ou familiares deles) e nas filas do fundo estão senhoras de idade. Quem dinamiza e apresenta é uma professora da zona. Trata-se de um verdadeiro espetáculo, em que o grupo apresenta danças tradicionais (colá son jon e funaná) e se cantam em (pseudo) karaoke canções de Lura e Cesária Évora. Uma das apresentações consiste em dois casais de crianças do 6º ano a dançar funaná e toda a gente parece gostar de ver esta precoce manifestação de competência rítmica marcadamente sensual. Por fim é apresentada uma peça de teatro sobre violência doméstica. É muito improvisada e cómica, devido a uma exagerada expressividade física e à caracterização estereotipada das personagens, e também porque são ditas inúmeras piadas de cariz sexual que provocam o interesse e o riso geral da assistência. Nesta peça a personagem do marido, alcoólico e desempregado, diz ir procurar trabalho mas afinal vai beber e seduzir uma rapariga. A mulher deste fica a saber disso e é ela que lhe bate exageradamente. A polícia intervém, vão a julgamento e no final terminam reconciliados, o que parece deixar a assistência satisfeita. A festa continua com um lanche (uma mesa para as crianças e outra para os jovens e adultos) e depois rapidamente são retiradas as cadeiras e começa-se a dançar. A música está muito alta e alterna o kuduro, o techno, o zouk nacional, o R&B norte-americano e a música romântica brasileira. Os jovens dançam muito entusiasmados

⁴³ 110 escudos cabo-verdianos equivalem aproximadamente a 1 euro.

enquanto vão arrumando a sala e os materiais. As crianças correm animadas entre os jovens até as mães as virem buscar. Os jovens exibem uma sexualidade explícita nas suas danças, movimentos e roupas, rapazes e raparigas seduzindo-se mutuamente. O ambiente é alegre, muito informal. Mas admira-me a organização e a tranquilidade com que arrumam tudo e terminam toda a festa às 20h15m. (Notas de campo, 12 de abril de 2008)

A. explicou-me depois que as “tarde de chá” teriam tido origem no período de maior presença inglesa na ilha (séc. XIX), consistindo tradicionalmente em eventos culturais em que o público, sentado à mesa, consumia chá e alimentos tradicionais enquanto assistia a números musicais. Segundo A., em anos recentes estas tardes tinham vindo a ganhar expressão local como formas de angariação de fundos em todo o tipo de grupos, sejam desportivos, juvenis, paroquiais ou de escoteiros. O evento a que tínhamos assistido tinha tido certamente um objetivo semelhante. No entanto o empenho, a intensidade e a alegria que eu tinha testemunhado mostravam-me, para lá da motivação material, a importância dada por aqueles jovens à convivialidade comunitária e à exibição pública e festiva das suas capacidades expressivas, tanto artísticas como físicas. Por outro lado, pareceu-me que neste evento também se revelavam traços importantes dos relacionamentos entre os jovens, em especial entre rapazes e raparigas. Ao meu olhar parecia haver uma grande proximidade entre todos os elementos do grupo organizador do evento, mas era impossível não notar uma forte divisão sexual, entre os rapazes que assistiam, que entravam e saiam, que conversavam e diziam piadas, e as raparigas, que corriam atarefas a organizar tudo e a apresentar a maioria dos números. O relacionamento entre rapazes e raparigas naquele contexto pareceu-me claramente marcado pela performatividade corporal, exibida por ambos em especial nas danças, e pela sensualidade provocadora entre os sexos, nunca assumindo no entanto a forma de carinho amoroso.

Interessado, todavia, em ultrapassar uma percepção meramente externa e impressiva sobre estes jovens, procurei envolver-me desde logo nas práticas quotidianas da AUJ, de forma conseguir conhecer, interagir e conversar com jovens locais e não apenas observá-los. Para tal procurei tirar partido do interesse da associação em constituir um grupo de jovens voluntários para animar o recente centro juvenil de Covada. Valendo-me do meu trabalho em anos anteriores em Santo Antão na área da animação juvenil, conhecido de A. e também de Elton, propus então a A. organizar e

dinamizar um conjunto de sessões de debate e reflexão com jovens das zonas abrangidas pela associação em torno das temáticas do voluntariado e da participação juvenil. Com esta estratégia procurava não apenas conhecer e dar-me a conhecer a um conjunto alargado de jovens que pudessem vir a tornar-se meus informantes, mas também afirmar um papel de genuína colaboração que me permitisse construir uma relação de confiança com os educadores da AUJ e com os restantes jovens, reforçando a minha inserção neste contexto específico.

Neste sentido, tendo A. aceite a minha proposta, sugeri preparar estas sessões conjuntamente com Elton, Stip e Élio, o que foi aceite com entusiasmo pelos próprios. Na fase de preparação procurei identificar com eles um conjunto de dilemas, de dificuldades ou de situações sociais de vulnerabilidade ou exclusão experienciadas pela juventude do Mindelo que eles reconhecessem como realistas mas que fossem também potencialmente polémicas ou suscetíveis de discordância, de forma a apresentá-las nas sessões e assim podermos gerar discussão entre os participantes e recolher os seus pontos de vista.

Inicialmente os animadores tiveram dificuldade em identificar tais situações, o que me levou a ter necessidade de refletir com eles sobre potenciais fatores de vulnerabilidade, sugerindo que pensassem não apenas em termos económicos, mas também sociais, culturais ou pessoais. Elton, mais desenvolto e experiente no trabalho com jovens, compreendeu então o meu pedido e prontificou-se a identificar um conjunto de casos que representassem situações de exclusão vivenciadas por jovens. Dias mais tarde apresentou-nos quatro pequenos textos, escrito por si, nos quais quatro jovens fictícios apresentavam na primeira pessoa a sua experiência de exclusão (ver Anexo E). Inicialmente estes textos pareceram-me excessivamente estereotipados e dramáticos, mas Élio e Stip gostaram deles e concordaram que representavam situações realistas, facilmente identificáveis entre os jovens do Mindelo. Estes casos criados por Elton apresentavam exemplos concretos de sentimento de exclusão com origem em fatores diversos, tais como doença, pobreza, ausência parental, prostituição, abandono escolar, desemprego e consumo excessivo de drogas ilícitas e bebidas alcoólicas. Em cada caso contudo, independentemente dos fatores geradores da exclusão, cada “protagonista” expressava enfaticamente a sua infelicidade mostrando sentimentos de incompreensão, injustiça, inferioridade, tristeza e solidão, este último em particular

remetendo para o aspeto mais premente em todos os casos, o isolamento das redes de pares e de amigos.

Na primeira sessão de debate, para facilitar a apresentação destes casos aos jovens, sugeri que os participantes formassem quatro grupos e que cada grupo dramatizasse um dos casos. A. e os educadores tinham convidado e reunido um grupo de cerca de 30 jovens residentes em ambas as zonas onde a AUJ estava presente, nomeadamente Fontinha e Covada, mas com maior número de jovens desta última uma vez que as sessões seriam realizadas no centro juvenil dessa localidade. Tratando-se de sessões informais e de um primeiro contacto com os jovens, optei por não recolher formalmente os dados pessoais dos participantes nem registar as sessões com recurso a meios audiovisuais. Contudo, a diversidade do grupo foi assegurada pelos educadores, sendo este constituído por aproximadamente o mesmo número de rapazes e de raparigas, de idades diferentes, entre os 16 e os 30 anos, e com percursos escolares e laborais também diversificados, incluindo estudantes dos níveis básico, secundário (a maior parte) e superior, alguns jovens trabalhadores (em oficinas, estabelecimentos comerciais, serviços ou cuidados domésticos) e ainda alguns jovens desempregados. Não obstante a heterogeneidade do grupo, os casos dramatizados foram reconhecidos com facilidade pela generalidade dos participantes e considerados efetivamente representativos das experiências vividas por muitos jovens da cidade. A discussão em torno deles surgiu com muita fluidez e espontaneidade, mas também com seriedade e até alguma emotividade.

Foram apresentados quatro casos de exclusão vivenciada pelos jovens, escritos pelo Elton num registo muito emotivo. Os participantes identificaram-se muito com os casos e expuseram casos concretos parecidos que eles próprios conheciam. Levaram a discussão muito a sério e produziram reflexões e julgamentos de valor interessantes. No entanto, pela grande empatia que tiveram com os casos foi-lhes muito difícil ter distanciamento analítico para refletir criticamente sobre as causas da exclusão. Entretanto foi referida a questão de por vezes a exclusão também poder ser autoexclusão e de a discriminação por vezes ser independente da condição socioeconómica e ter mais a ver com a personalidade de quem discrimina. Foi ainda muito referido o estigma social (termo meu, não utilizado pelos participantes) em torno dos pobres, dos reclusos, das prostitutas ou dos portadores de HIV, o que levaria à discriminação. Referiram ainda a importância do carinho que se recebe em casa para a

integração social, mas também o perigo do excesso de mimo entre os jovens mais ricos, que têm tudo o que querem. Contudo contrastam este mimo “negativo” com o mimo “positivo”, que remete para a presença, atenção e acompanhamento dos pais em casa.
(Notas de campo, 16 de abril de 2008)

Face às ideias e exemplos partilhados pelos participantes em torno dos casos apresentados procurei, na sessão seguinte, debater com eles sobre o que deveria ser feito para combater ou diminuir as experiências de exclusão vividas pelos jovens. Entre as soluções apontadas destacaram-se a importância do estabelecimento de relações de proximidade, acompanhamento e empatia entre jovens e adultos, em especial no contexto familiar, a necessidade de valorizar e dar protagonismo aos jovens, a necessidade de disponibilizar apoios técnicos aos jovens, em particular nas áreas da saúde sexual e reprodutiva e saúde mental, assim como a importância da lutar contra a intolerância e a discriminação de que os jovens são alvo. No plano da intervenção concreta, todavia, os participantes não foram capazes de indicar mais ações para além das usuais “palestras” informativas, um formato de sensibilização assaz utilizado em Cabo Verde com jovens, assim como com outros grupos. Consequentemente não pude deixar de sentir nesta sessão uma contradição entre, por um lado, uma evidente sensibilidade às desigualdades sociais e um forte sentido crítico e de justiça por parte destes jovens e, por outro, uma aparente incapacidade de conceber estratégias de mudança organizadas, comprometidas e sustentadas.

Na sessão seguinte interessava-me continuar a explorar com estes jovens as suas visões sobre a sociedade cabo-verdiana e sobre os lugares que entendiam ou desejavam ocupar nela. Neste sentido optei por enquadrar a discussão em torno da noção de cidadania. Tinha previamente preparado com os animadores um conjunto de afirmações problemáticas (ver Anexo F), abordando diferentes direitos de cidadania (civis, políticos e sociais) e sua relação com os jovens, tentando assim recolher conceções e experiências neste domínio. Face a cada uma das afirmações cada participante teria de assumir uma posição de concordância ou discordância e justificá-la. A discussão teve início com o tema da maioridade, legalmente reconhecida em Cabo Verde aos 18 anos de idade. O debate foi intenso em torno da possibilidade dos jovens menores de idade serem ou não considerados cidadãos plenos, incidindo em especial sobre estes terem ou não o direito a expressar as suas opiniões e demandas. O grupo ficou dividido, com alguns participantes defendendo que os menores teriam direitos básicos mas não teriam

maturidade para assumir certas responsabilidades, principalmente de caráter económico, político e familiar. Outros participantes achavam que a idade não seria um critério definidor da maturidade, dando inclusive como exemplo o facto de em Cabo Verde os jovens com 16 anos já poderem ser criminalmente julgados e condenados, inclusivamente com penas de prisão.

Associada a esta discussão levantou-se uma outra mais concreta, que dizia diretamente respeito a muitos daqueles jovens, nomeadamente a organização das categorias do passe mensal da principal empresa de transportes públicos da cidade. Naquela altura a categoria menos onerosa era designada de "estudante", destinada as pessoas entre os 6 e os 18 anos de idade, a segunda era "reformado", para as pessoas com 65 ou mais anos de idade, a terceira era "jovem", relativa a pessoas entre 19 e 25 anos e a quarta e mais dispendiosa era "funcionário", para pessoas com mais de 25 anos de idade. Embora estas categorias remetessem para estatutos sociais como jovem, estudante, funcionário ou reformado, curiosamente o critério adotado para atribuição do passe era simplesmente a idade, independentemente da correspondência ou não entre as faixas etárias e os estatutos sociais que lhes eram associados. Nesta questão todos os participantes concordaram que não deveria haver limite de idade para o passe de "estudante", afirmando que a educação é um direito que assiste aos jovens e que eram cada vez mais os que nela investiam, continuando ou reiniciando os seus estudos após os 18 ou mesmo 25 anos de idade (incluindo muitos dos jovens ali presentes) sendo que uma grande maioria deles tinha dificuldades em suprir todas as despesas associadas ao estudo (propinas, material escolar, alimentação, vestuário, transportes, habitação ou mesmo apoio aos filhos).

Seguiram-se discussões animadas sobre outros temas provocadas pelas afirmações que eu tinha preparado com os educadores, revelando os conhecimentos e as perspetivas dos participantes em torno de alguns direitos e deveres de cidadania.

Quando confrontados com necessidade ou não dos portadores de HIV o declararem nos seus locais de trabalho o grupo dividiu-se e o debate foi intenso entre a importância da manutenção da saúde pública e proteção dos cidadão e o direito à privacidade e à não discriminação. No caso das influências do estrangeiro, todos concordaram sobre a importância de se abrirem ao mundo e valorizaram a mistura de culturas. No caso da quota mínima de mulheres no parlamento todos foram contra alegando que tais responsabilidade deveriam ser conferidas com base no mérito e

interesse e não no género, mas todos defenderam também a igualdade entre homens e mulheres e reconheceram as desigualdades e discriminação que existem no país face às mulheres. No caso da participação, todos concordaram que podiam contribuir para o desenvolvimento do país sem ser através do envolvimento em partidos políticos, mas através do voluntariado, por exemplo. Foram aliás bastante críticos em relação à política partidária e disserem que os políticos só se lembravam dos jovens em tempo de campanha. A maioria do grupo privilegiou a proteção ambiental face ao desenvolvimento económico, revelando bastante consciência das questões ambientais. Todos concordaram também sobre a atribuição de cidadania cabo-verdiana a qualquer pessoa que nasça em Cabo Verde, e disseram-me que isso estava mesmo na constituição. Finalmente, quanto à obrigatoriedade de se dedicar parte do tempo livre à sua comunidade, dividiram-se as opiniões. De um lado estavam os que concordavam, valorizando o voluntariado como uma coisa “drêt”⁴⁴, o espírito de entreajuda e solidariedade comunitária, e revelando ainda uma forte ligação às suas zonas e comunidades de residência; de outro lado estavam aqueles que também valorizavam estes aspetos mas que achavam que tal não devia ser obrigatório e que só o fazíamos quando isso também fosse bom para nós e nos desse prazer. Um dos jovens deste grupo disse mesmo que o melhor que temos a fazer pela nossa comunidade é desenvolvermos a nós mesmos. Um outro disse ainda que o voluntariado é só um tipo de cidadania, e que a “expressão” é outro. (Notas de campo, 17 de abril de 2008)

Uma vez que interessava à AUJ envolver estes jovens como voluntários nos seus centros juvenis, a última sessão foi orientada para a discussão do voluntariado enquanto forma de participação juvenil. Da discussão gerada pareceu-me sobressair uma dupla visão sobre o voluntariado. Por um lado, colocando-se no papel de voluntários, os jovens participantes assumiam um estatuto de prestadores de apoio social, associando a prática do voluntariado a um forte sentido de obrigação de ajudar aos mais carenciados e vendo-a como um contributo comunitário importante. Por outro lado o exercício do voluntariado parecia também constituir para eles um meio de integração social e autopromoção, salientando as suas vantagens para o desenvolvimento pessoal, para a aquisição de novos conhecimentos e para a vivência de novas experiências e amizades. As motivações identificadas pelos participantes para fazer voluntariado mostravam esta dualidade. Se algumas apontavam para uma finalidade altruísta e comunitária, tais como

⁴⁴ Expressão do crioulo cabo-verdiano que significa “bom” ou “correto”.

“ajudar gratuitamente os que precisam”, “fazer o bem”, “ser ativo perante a realidade de exclusão social”, “não pensar só em nós mesmos”, “ser comunidade”, “solidariedade cívica” ou “combater a injustiça”, outras por sua vez mostravam claramente uma dimensão individualista do voluntariado de natureza expressiva, afirmativa e inclusiva: “interação com outros” e “ocupar os tempos livres”, “autoconhecimento”, “crescer as minhas capacidades” e “adquirir novas experiências de líder”, ou ainda “dizer o que está bem e errado e exprimir os meus sentimentos e interesse”, “mostrar as minhas capacidades”, “mostrar que somos úteis” e “integrar-me mais na sociedade”.

Ainda durante o período em que decorriam estas sessões constituiu-se, com alguns dos jovens que as estavam a frequentar, um grupo de animadores voluntários para o centro juvenil. Os educadores responsáveis da AUJ convidaram-me para assistir a uma das primeiras reuniões deste grupo.

Era um grupo grande, de 10 jovens, 5 rapazes e 5 raparigas, além de Elton, Stip e Élio. Falavam em crioulo, mas para mim tornava-se cada vez mais fácil compreender o que diziam e acompanhar a discussão. Impressionou-me o interesse, a seriedade e a organização (e talvez também o orgulho) com que estavam na reunião. Quiseram discutir comigo qual seria o papel do animador. Depois a reunião prosseguiu e discutiram os jogos de futebol em que a equipa da Covada está a participar, num campeonato a nível de toda a cidade. Estão muito envolvidos nisto e demonstram um grande orgulho na sua zona, um forte sentimento de pertença. A conversa estava dominada pelos rapazes, que discutiam entusiasmados, dizendo piadas (por vezes sexistas) e rindo. No final desta discussão uma das raparigas presentes disse que também gostava de jogar futebol e que estava à espera que um rapaz as fosse treinar. Um deles respondeu-lhe dizendo que se elas queriam jogar futebol que jogassem e que não ficassem à espera de um rapaz. (...) Depois abriu-se o espaço para se sugerirem atividades para o centro. Foram sugeridas palestras com psicólogos sobre orientação vocacional (um problema que identificam como importante para os jovens), SIDA e relações familiares (para evitar os conflitos pais-filhos), cursos de socorrista, apoio médico e apoio psicológico, um sistema de informação dos jovens sobre oportunidades de formação, emprego e atividades culturais, a construção de um sítio na internet que congregasse informação útil para os jovens sobre instituições, projetos e serviços e conteúdos de interesse geral e escolar, e finalmente a construção de uma agenda com as atividades do centro. Os participantes falaram também da importância de reforçar

laços de parceria com instituições e profissionais da cidade. Neste momento as atividades a decorrer no centro são: aulas de capoeira (dadas por um dos animadores voluntários), ensaios para uma passagem de modelos, ensaios de um grupo de hip-hop local e em breve irá começar um curso de teatro e outro de danças tradicionais. Além disto, alguns grupos da zona realizam lá atividades pontuais, reuniões ou ensaios. Os animadores voluntários irão estar divididos por áreas temáticas: ambiente, educação, cultura, informação, manutenção, etc. (...) Parece-me que o interesse destes jovens não é a associação em si, como instituição, mas sim o centro como meio para se reunirem e agirem e fortalecerem a zona. Parecia um comité de zona, mas sem doutrina e com uma grande abertura, alegria, espontaneidade e liberdade de pensamento e expressão. No entanto quem conduzia a reunião eram o Stip e o Elton, são eles os dinamizadores e líderes deste grupo, o seu garante de coesão, mas sempre dando espaço para a participação. Eles os dois pareciam valorizar muito a minha presença aqui, que aparentemente lhes confere legitimidade, estímulo e confiança. (Notas de campo, 24 de abril de 2008)

A presença nesta reunião, assim como a participação nas sessões de debate, e em especial na última discussão em torno do voluntariado, ajudaram-me a construir uma visão mais complexa dos jovens da cidade do Mindelo. Aqueles rapazes e raparigas que eu estava a conhecer mostravam-me que ocupavam, de forma reflexiva, crítica e implicada, uma multiplicidade de posições sociais, seja nas suas famílias, nas suas comunidades ou na sociedade nacional. Estas pareciam-me ir muito para lá da dualidade simplista “vítimas/perpetradores” frequente nas análises que associam a juventude a “problemas sociais”. Pelo contrário, estes jovens mostravam-se capazes de identificar e identificar-se com problemas pessoais e coletivos, de reivindicar direitos e apoios, mas ao mesmo tempo de exigir a possibilidade e assumir a responsabilidade de contribuir para a resolução dos mesmos, não deixando ainda de encarar esses contributos também como formas de expressão, de valorização e de enriquecimento pessoal.

No final desta série de sessões eu estava efetivamente satisfeito, não apenas porque tinha aprofundado o meu conhecimento sobre as perspetivas, os interesses e as dificuldades dos jovens, mas também porque tinha conseguido construir uma relação de confiança com a generalidade dos participantes e de colaboração com a própria associação. Todas as sessões haviam decorrido num ambiente de grande adesão, informalidade e abertura e a maioria dos jovens tinha-se relacionado comigo de forma

próxima e amistosa. As sessões encerraram inclusivamente em festa, com um jantar em que todos participámos animadamente, patrocinado por A. e organizado pelos jovens da zona de Fontinha nas instalações do centro juvenil daquela localidade. Ao jantar seguiram-se apresentações de danças tradicionais pelos jovens de Fontinha e depois o usual momento para dançar *zouk* e *funaná* a pares, momento aliás aproveitado pelos jovens para “avaliar” as minhas capacidades rítmicas. Felizmente já não era a primeira vez que eu dançava em Cabo Verde e como tal consegui apresentar um desempenho minimamente aceitável, o que facilitou ainda mais a minha integração no grupo.

Lugares da juventude em São Vicente

Não obstante ter optado por centrar a pesquisa na AUJ e nos jovens envolvidos nas suas atividades e espaços, procurei também ao longo de toda a minha permanência no Mindelo conhecer outros contextos, grupos e práticas juvenis. Inicialmente acompanhado por A. ou por Elton e Stip, mas mais tarde também sozinho ou através de outros contactos que fui estabelecendo, pude assistir a diversos eventos culturais e reuniões associativas promovidos por outros grupos juvenis e instituições e frequentar espaços da cidade onde os jovens se concentravam, tais como ruas, bares e discotecas, praia e diversas festas.

Paralelamente, procurei aproximar-me do Centro da Juventude de São Vicente, uma estrutura dependente do Ministério da Juventude e Desporto que representava e implementava as políticas públicas do setor da juventude na ilha e que dinamizava localmente um leque variado de iniciativas e atividades para a juventude de caráter cultural, desportivo ou formativo, de apoio social, económico e psicológico e ainda de sensibilização para a saúde sexual e reprodutiva, conservação do ambiente e exercício do voluntariado. Conheci e conversei diversas vezes com M., o seu coordenador, assim como a psicóloga deste organismo e com alguns dos seus jovens voluntários. No segundo período da minha pesquisa, entre outubro de 2008 e março de 2009 pude inclusivamente, no âmbito deste Centro, assistir a reuniões de planificação de atividades do grupo de voluntários⁴⁵ e ainda realizar uma sessão de discussão com estes jovens⁴⁶.

⁴⁵ Grupo de cerca de 30 jovens, com mais alguns rapazes do que raparigas, residentes em diversos pontos da cidade, maioritariamente estudantes no ensino secundário ou superior, mas também alguns trabalhadores ou desempregados.

Este centro acolhia também a sede da Liga de Associações Juvenis de São Vicente, plataforma que agregava todas as associações juvenis da ilha, pelo que também tive oportunidade de conhecer alguns dos seus membros e conversar várias vezes com H., o seu presidente. Numa colaboração conjunta com estas duas estruturas organizei ainda, em janeiro de 2009, um conjunto de sessões de debate de natureza idêntica há que havia realizado com os jovens da Fontinha e Covada, agora com um grupo de 20 representantes de diversas associações e grupos juvenis da ilha.

Todos estes contactos permitiram-me aprofundar o conhecimento sobre o contexto juvenil local, quer a nível institucional e associativo, quer nas suas manifestações e dinâmicas informais. Desde logo pude constatar que uma parte muito significativa dos jovens da cidade participava efetivamente em algum tipo de grupo ou associação, destacando-se os grupos desportivos (principalmente de futebol e basquetebol) e os grupos juvenis informais, localmente designados de "maltas", cujo critério de adesão se baseava na residência numa mesma área ou "zona" da cidade. Os resultados do inquérito por questionário que tinha aplicado na fase inicial da pesquisa indicavam esta mesma tendência: 35% dos inquiridos afirmava pertencer a um grupo desportivo e a mesma percentagem afirmava pertencer a uma "malta", sendo que entre os primeiros se destacavam claramente os rapazes e entre os segundos a percentagem de rapazes e raparigas era equivalente. Estes grupos informais tinham por regra uma composição muito fluida, sendo maioritariamente mistos quanto ao género e sem limites de idade rígidos, e a sua organização interna era quase sempre horizontal e muito informal. As atividades desenvolvidas no âmbito destas "maltas" eram maioritariamente de cariz local e comunitário, mas podiam ser muito diversas, tais como atividades de recolha de donativos e de caridade, palestras ou campanhas de sensibilização ambiental, social ou sanitária, apoio escolar a crianças, festas, jogos de futebol e outros jogos, desfiles de modelos, peças de teatro e espetáculos de música tradicional ou hip-hop. Alguns destes grupos organizavam também intercâmbios, concursos e torneios que envolvem várias "maltas" de diferentes zonas da cidade ou mesmo de outras ilhas do país, promovendo um sentimento de orgulho local ao mesmo tempo que propiciavam oportunidades de mobilidade geográfica. Pude perceber que esta mobilidade era algo muito valorizado pelos jovens das periferias da cidade, especialmente entre aqueles que se encontravam desempregados ou fora da escola, com poucas oportunidades

⁴⁶ Em dezembro de 2008 realizei também um outro grupo de discussão com uma turma de estudantes de sociologia de uma universidade privada.

económicas ou profissionais para se deslocarem dentro da cidade ou do país. Estas "maltas" também promoviam com frequência atividades performativas públicas como "tardes de chá", com música e dança tradicionais, concursos de beleza ou festas de dança, como forma de angariar fundos para outras atividades, especialmente as relacionadas com a mobilidade geográfica ou de caridade local. Estas apresentações públicas envolviam frequentemente importantes recursos humanos e materiais da comunidade, ao mesmo tempo que conseguiam dar visibilidade e reconhecimento social aos jovens.

Em contraste com esta intensa dinâmica juvenil informal, encontrei um setor associativo formal da juventude fracamente desenvolvido, tanto a nível local como nacional, e muitas vezes conotado com os interesses partidários. Tanto Elton como H., ambos com experiência neste domínio, confirmaram-me esta tendência, afirmando que, mesmo participando em grupos juvenis, uma grande parte dos jovens não se via representada pelo setor formal do associativismo juvenil nem via a necessidade de constituir associações formais. Por outro lado, afirmaram também que muitas das associações juvenis existentes funcionavam internamente com baixos níveis de liderança democrática e de participação e às vezes até com práticas muito rígidas e hierárquicas, claramente decalcadas dos modelos educativos e políticos formais, facto que eu próprio pude confirmar em diversas reuniões a que pude assistir. Independentemente da natureza formal ou informal dos grupos juvenis, era no entanto transversal a sua elevada capacidade de iniciativa, de mobilização e de organização de atividades, embora estas fossem frequentemente pouco inovadoras, repetitivas e descontinuadas.

A nível regional as estruturas formais de juventude, nomeadamente a Liga das Associações Juvenis de São Vicente, com o apoio do Centro da Juventude do Ministério da Juventude, tentavam naquela altura promover a "formalização" dos grupos juvenis informais e reforçar a sua capacidade para promover lideranças democráticas e o desenvolvimento de projetos. Efetivamente, a nível nacional, a política de juventude tinha-se desenvolvido significativamente nos últimos anos, tentando coordenar e fortalecer o setor formal juvenil e reforçar as ofertas sociais aos jovens. Programas e iniciativas governamentais tinham sido promovidos nos seguintes domínios: formação profissional e estágios profissionais; formação e incentivo fiscal ao empreendedorismo jovem; facilitação do acesso ao crédito à habitação ou terrenos para construção da

primeira habitação; orientação profissional e apoio psicológico; criação de um cartão-jovem (para jovens entre os 16 e os 25 anos de idade) com descontos em material escolar e desportivo, comunicações e viagens; informação e formação sobre controlo de natalidade, doenças sexualmente transmissíveis e consumo de álcool e drogas; acesso gratuito à *internet*; promoção das artes e do desporto, das estruturas associativas da juventude e de atividades de tempos livres e de voluntariado (Ministério da Juventude e Desportos 2010).

Pude no entanto constatar, quer pelo que observava em diversos grupos juvenis quer pelo que me diziam os jovens com quem conversava nas áreas periféricas da cidade que, mesmo se estes esforços pudessesem ter um impacto importante ao nível do acesso à informação e formação junto de muitos jovens do Mindelo, tais apoios eram oferecidos de forma dispersa e descoordenada, falhando em chegar ou em motivar um grande número de jovens que viviam longe do centro da cidade e afastados dos setores da educação formal e da administração pública. Esta era a justamente perspetiva de A., de Stip e de Elton, pelo que entendiam o trabalho da AUJ precisamente como uma tentativa de a contrariar. Para além disto, a maioria dos jovens parecia-me claramente ciente da instrumentalização política subjacente às políticas de juventude e às atividades e programas promovidos pelo Estado (de voluntariado, desporto, artes, saúde), compreendendo bem que os jovens representavam um público muito cobiçado pelos partidos políticos, especialmente durante as campanhas eleitorais.

Mas se os jovens sabiam que constituíam alvos políticos, eles sabiam igualmente como taticamente tirar proveito disso. Ao explorarem o apoio financeiro ou material de um qualquer programa governamental ou partido político, na maioria das vezes independentemente da sua natureza ou ideologia política, os jovens facilmente conseguiam captar recursos importantes para suas vidas pessoais ou profissionais e para as suas atividades coletivas. Isto mesmo me confirmavam Elton e A., assim como a generalidade dos jovens com quem tinha realizado as sessões de debate na Covada e ainda alguns dos adultos que tinha entrevistado. H., o presidente da Liga das Associações Juvenis da ilha, disse-me inclusivamente que a própria Liga suspendia as suas atividades em períodos de campanha eleitoral de forma a que as atividades políticas dos jovens e das suas associações não interferissem nas atividades da Liga.

Esta relação intensa e de natureza claramente instrumental entre os jovens e os partidos políticos era algo que eu também podia observar diretamente já que naquele período decorria a campanha eleitoral para as eleições autárquicas.

À noite fui com A. a um comício a Monte Sossego. Estava muita gente, a maioria jovens, rapazes e raparigas, mas parecia que muitos estavam lá pela festa e pelo convívio e não propriamente pelo apoio à candidatura. Os discursos proferidos pareceram-me muito vazios de conteúdos, populistas, com ideias feitas, e muito carregados de maledicência. De uma forma geral o tom dos discursos pareceu-me direcionado a uma categoria da população que era maioritariamente pobre e jovem. O líder da juventude do partido que apoiava a candidata prometia a defesa dos interesses dos jovens nos temas usuais: apoio para a educação, formação superior e formação profissional, promoção do desporto e infraestruturas desportivas, luta contra o desemprego, apoio na aquisição de habitação própria. Referiu que a juventude é uma grande força em São Vicente e que os jovens têm de ter autonomia e têm de poder decidir nos assuntos que dizem respeito à sua vida e ao seu futuro. A candidata, depois de responder, criticar e injuriar os outros candidatos, falou dos projetos que tinha na área do ambiente (limpeza da cidade e construção de um aterro sanitário), nas infraestruturas desportivas (construção de uma “cidade do desporto”) e no investimento no turismo com mega-projetos que iriam atrair turistas de qualidade (ricos). Para tal considera importante investir na formação profissional de mão de obra qualificada no setor da hotelaria, criando uma escola de turismo em São Vicente. Diz que a ilha já tem muitos doutores e engenheiros e agora precisa é de mão de obra profissional. (Notas de campo, 11 de abril de 2008)

De manhã Elton disse-me que os jovens não acreditam na política nem nos políticos, sentem-se usados por eles. Mas neste tempo de campanha há uma forte pressão sobre os jovens por parte dos partidos políticos, que procuram assediar os grupos e os seus líderes e por isso há muitos apoios a atividades juvenis e os jovens usam isso. Enquanto caminhávamos para a Covada Elton recebeu um telefonema e percebi que alguém queria falar com ele e ele disse que teria de ser mais tarde e pessoalmente. Depois de desligar disse-me que era alguém de um partido que o queria aliciar a envolver-se na campanha. Mas ele disse-me que não ia aceitar e que não se queria envolver porque agora estava na União Juvenil. (Notas de campo, 19 de abril de 2008)

Esta noite, à porta do centro da Fontinha, enquanto esperávamos que todos chegassem para irmos para a sessão na Covada, conversei um pouco com Júnior, um dos voluntários mais antigos naquele centro. Ele disse-me que agora era do partido X. Perguntei-lhe porquê, se conhecia as propostas desse partido. Ele respondeu-me de forma entusiasmada que não mas que lhe tinham pago 5.000 escudos para distribuir camisetas do partido e mobilizar os jovens da zona e que por isso agora era desse partido. (Notas de campo, 22 de abril de 2008)

Com efeito, para além dos cartazes e *outdoors*, a campanha eleitoral fazia-se sentir especialmente pela forma como animava a cidade com jovens festejando nos comícios, desfilando pelas ruas e distribuindo camisetas e chapéus dos partidos políticos em troca de dinheiro, bem como em eventos juvenis tais como espetáculos de danças ou música, concursos de beleza, jogos de futebol ou grandes pic-nics financiados pelos diferentes partidos políticos. Todavia, a influência partidária juntos dos jovens também se fazia sentir para além dos períodos de campanha eleitoral. Elton, recorrendo inclusivamente a exemplos pessoais em que teria sido preterido devido à sua filiação partidária, lembrou-me que esta poderia determinar o próprio percurso profissional dos jovens. Por isso ele afirmava que todo jovem cabo-verdiano sabia que para encontrar um emprego mais facilmente ou assegurar o seu trabalho a melhor estratégia seria estar filiado no partido que se encontrava no poder naquele momento, fosse ele qual fosse.

Embora não tão massivas e influentes como as organizações juvenis do período de partido único⁴⁷, as organizações de juventude partidária atuais mantinham ainda alguma capacidade de atrair e mobilizar os jovens, mas, como muitos claramente afirmavam, principalmente porque estas organizações representariam oportunidades para reunir recursos e estabelecer contactos pessoais que poderiam conduzir a posições de prestígio e influência. No entanto, mesmo que esta estratégia pudesse ser usada por alguns jovens, ela não representava o principal posicionamento dos jovens face à

⁴⁷ Pouco depois da independência e até à abertura política de 1991 existiram em Cabo Verde duas organizações destinadas à infância e à juventude – Organização dos Pioneiros Abel Djassi de Cabo Verde (OPAD-CV) e Juventude Africana Amílcar Cabral de Cabo Verde (JAAC-CV), respetivamente – ambas vinculadas ao partido único no poder. Estas organizações tinham como objetivo explícito a educação e mobilização política da juventude cabo-verdiana e estavam presentes na generalidade das localidades do arquipélago. Contudo, devido à natureza das atividades que desenvolviam (não só políticas mas principalmente musicais, performativas, desportivas, de passeio e intercâmbio e de solidariedade comunitária), estas contribuíram para a construção e afirmação de uma juventude não tanto “politicizada”, mas antes profundamente associada a formas e lugares de expressividade cultural, desportiva e comunitária. A continuidade entre este modelo de “mobilização” juvenil e algumas das atuais políticas juvenis é notória, não devendo ser a isso estranho o facto de muitos dos atuais líderes políticos e administrativos terem sido militantes da JAAC-CV.

política. Pelo que pude perceber a política partidária era algo que estes tendiam a subestimar e evitar, justamente porque sentiam que os responsáveis políticos nacionais e locais eram geralmente voláteis, oportunistas e pouco fiáveis.

Como contraponto, neste contexto parecia-me crescer, especialmente entre os jovens com maiores qualificações, uma consciência de que a ação política e social podia ser realizada fora das estruturas partidárias, facto confirmado inclusivamente pelos jovens que participaram nas sessões de debate que eu havia dinamizado quer na AUJ quer no Centro da Juventude. Embora frágeis e não totalmente livres da influência partidária, algumas organizações não-governamentais locais ou nacionais – como a Cruz Vermelha, desenvolvendo-se principalmente através de núcleos locais animados por professores do ensino básico e secundário – tinham-se tornado capazes de reunir muitos jovens em torno de projetos de solidariedade social, sensibilização ambiental ou dinamização cultural, ganhando assim grande expressão e valor social entre a juventude. Também os escuteiros e outros grupos de jovens religiosos continuavam a ter uma presença importante, principalmente no âmbito da Igreja Católica, mas também dentro de uma minoria crescente de igrejas protestantes e pentecostais. Se a própria Igreja Católica parecia ter pouca influência moral nos comportamentos e discursos quotidianos dos jovens, pude todavia perceber que não poderia desvalorizar a sua contínua influência social, cultural e até política, uma vez que ela constituía em Cabo Verde, desde os tempos coloniais até à atualidade – pela significativa presença nos setores da educação formal, solidariedade social e associativismo juvenil – um importante contexto de educação da juventude, assim como de convívio, expressão e intervenção social juvenil⁴⁸. Alguns jovens confirmaram-me ainda que esta instituição mantém ainda um potencial de atracão de jovens pois oferece-lhes, através de passeios, intercâmbios e formações, possibilidade de viagens e de contacto com jovens de outras ilhas ou do estrangeiro.

Outro aspeto que se destacava no panorama juvenil da cidade era o dinamismo do teatro amador. Este ganhara grande relevância nos últimos anos, atraindo cada vez

⁴⁸ 80,4% dos respondentes ao meu questionário exploratório afirmam-se católicos, e entre estes 60,6% afirmam -se praticantes (questão A.11, Anexo B). 24,2% dos respondentes referem ainda pertencer a um grupo de natureza religiosa (questão C.4, Anexo B). Os dados obtidos pelo Censo 2010, que pela primeira vez incidiram sobre a religião, apresentam também uma população maioritariamente católica (77,3%), mas com presença de adeptos de outras confissões cristãs (6,5%), de onde se destaca o Racionalismo Cristão (1,9%), a Igreja do Nazareno (1,7%), a Igreja Adventista (1,5%), Testemunho de Jeová (1,0%) e Assembleia de Deus (0,9%), assim como a presença de uma comunidade Muçulmana (1,8%) e um número significativo de pessoas que se dizem sem religião (10,8%) (INE 2010).

mais jovens dispostos a envolver-se em longas e exigentes ações de formação e preparação, na criação de cada vez mais grupos amadores, e na produção de peças teatrais regulares apresentadas em espaços públicos com grande aceitação e visibilidade. J. B., um dos principais responsáveis pelo desenvolvimento do teatro amador na cidade do Mindelo, assim como muitos jovens envolvidos nestes grupos, confirmaram-me que esta demanda crescente dos jovens pelo teatro tinha como principal motivação, não razões políticas ou sociais, mas antes uma busca de desenvolvimento pessoal e uma oportunidade de expressão. Além do teatro, pude perceber ainda um crescente interesse e reconhecimento das artes do espetáculo e expressivas (dança, música, pintura) em Cabo Verde, e embora o mercado local fosse ainda incapaz de permitir a profissionalização dos artistas (com exceção de alguns músicos), os jovens começavam a encarar as artes como oportunidades de carreira futura.

Hoje à noite fui com A. assistir a uma peça de teatro do grupo do Liceu Ludjero Lima no Centro Cultural do Mindelo. O texto era muito abstrato, mas as interpretações pareceram-me bastante boas. É interessante a dinâmica forte que o teatro tem em São Vicente (e Santo Antão), com diversos grupos teatrais sérios e ativos, que embora com produções muito simples, apresentam qualidade quer literária quer de interpretação e encenação. Parece-me que a maioria terá surgido dos cursos de J. B. no Centro Cultural Português, mas depois deram origem a estes grupos fortes. Muitos jovens parem ser atraídos por esta dinâmica, até porque parecem ter gosto na interpretação e no consumo de teatro, mesmo quando é muito informal e improvisado. (Notas de campo, 18 de abril de 2008).

Para além destas iniciativas e atividades juvenis mais estruturadas, a própria convivialidade informal entre jovens nos espaços públicos, e em especial nas ruas da cidade, evidenciava-se também como um importante lugar de sociabilidade juvenil em São Vicente (de resto também muito referenciado pelos adultos). Deslocando-me pelas zonas periféricas da cidade pude constatar a presença quase constante de jovens, sozinhos ou em grupos, em especial de rapazes, andando, conversando ou apenas sentados em muros, passeios ou entradas de pequenas lojas e bares, ou ainda jogando futebol em placas ou campos desportivos improvisados. Porém, o que para mim se tornava mais notório era a ostensiva presença de jovens na praça central do Mindelo – a Praça Nova – e nas ruas adjacentes, especialmente à noite. Perpetuando o tradicional ritual mindelense de dar um passeio à noite na praça, os jovens preenchiam de forma

massiva este espaço simbólico até de madrugada, principalmente nos fins de semana, com expressões e atividades marcadamente performativas: rodas de capoeira, manobras de skate ou carros e motos acelerando, consumo ostensivo de bebidas alcoólicas, exibição de roupas sensuais ou de estilo *gangster rap*, de telefones celulares de última geração e leitores de MP3, rindo ou gritando, seduzindo-se ou e intimidando-se entre si ou a alguém que passasse.

Os adultos que eu entrevistara tendiam a ver este uso “juvenil” do espaço público como algo exagerado e perigoso. A expressiva “festividade” pública, aliás a característica mais atribuída à juventude pelos próprios respondentes ao questionário que eu aplicara, era encarada pelos adultos como uma liberdade excessiva, falta de limites e irresponsabilidade, potencialmente – e às vezes efetivamente – levando a “comportamentos de risco”, tais como faltas às aulas ou abandono dos estudos, gastos excessivos, abuso do álcool ou de drogas ilícitas, manutenção de relações sexuais desprotegidas, ou ainda envolvimento em furtos ou violência intergrupos.

Tanto a apropriação juvenil do espaço público como as representações adultas sobre esta mesma apropriação estavam assim assentes, e eram reforçadas, por uma representação coletiva do espaço da cidade profundamente dualizada entre um centro e uma periferia que aglutinavam sentidos vários, não apenas geográficos. Na verdade sempre me espantou como uma cidade tão pequena podia ser tão segmentada. Conheci várias pessoas do “centro” que me diziam nunca ter ido ou já não ir há anos às zonas que eu estudava, e o seu discurso oscilava entre o “lá é perigoso” e o “deve ser muito interessante” (quase exótico). Por seu lado, muitos dos jovens que conheci nessas zonas valorizavam o centro da cidade (como contexto de acesso a serviços, informação, consumo, trabalho, estudo ou diversão) mas podiam passar dias ou mesmo semanas sem se deslocarem até lá.

Com efeito, a estrutura da cidade do Mindelo (à semelhança da da cidade da Praia) reflete as desigualdades sociais presentes na população: as famílias de classe média e superior ocupam geralmente as zonas mais antigas e centrais da cidade ou as áreas de construção planeada recente (no Monte Sossego ou na zona norte), onde também se situam os edifícios dos principais serviços públicos e comerciais. Por seu lado os bairros espontâneos crescem sem planeamento nos terrenos de menor valor nas periferias das cidades, aí residindo a maior parte da população urbana pobre, geralmente mal servida quanto a serviços e acessibilidades, transportes públicos e saneamento. São

justamente estas últimas áreas, designadas localmente de “fraldas” da cidade, as que são mais frequentemente estigmatizadas pela associação à pobreza e à insegurança (Bordonaro 2010a).

Com efeito verificou-se na década de 2000-2010 um incremento exponencial da visibilidade dada pelos meios de comunicação à criminalidade violenta em Cabo Verde, principalmente àquela protagonizada por jovens residentes nas zonas periféricas dos maiores centros urbanos. Principalmente na cidade da Praia, mas também no Mindelo, generalizou-se o medo aos assaltos, que ganharam recentemente uma designação local conhecida por todos, o “caçu-body”⁴⁹. O sentimento de insegurança alastrou de forma transversal nos contextos urbanos, instalando-se um clima de medo contagiente, mesmo que grande parte da população nunca tenha sido alvo de qualquer crime ou de violência. Neste quadro os discursos, fossem políticos, mediáticos ou do quotidiano, tornaram-se cada vez mais extremados, favorecendo abertamente uma punitividade severa, em particular para com os jovens “irresponsáveis” e “imorais” e as suas famílias “desestruturadas”, transformados em símbolos máximos de uma crise social que estaria a assolar o país.

Conscientes destas representações negativas que sobreponham juventude, irresponsabilidade, insegurança e periferia, muitos dos jovens que conheci na Fontinha e na Covada diziam que era preciso defender a imagem das zonas periféricas e mostrar à cidade que “na periferia não vivem só bandidos”; diziam que era necessário “levar a periferia ao centro da cidade e de trazer o centro à periferia”. Contudo, no decurso dos últimos anos a generalização deste conjunto de representações e de medos associados à juventude ganhou contornos muito concretos na sociedade cabo-verdiana, em particular nas formas de gestão da marginalidade. O aspetto mais visível dessa transformação tem sido o aumento da repressão policial, com a criação de “Piquetes de Intervenção” policial e das “Brigadas Anti-Crime”⁵⁰ com uma abordagem de “tolerância zero” para com os jovens infratores⁵¹, que tem por efeito uma criminalização das culturas juvenis,

⁴⁹ Crioulização da expressão em inglês *cash or body*.

⁵⁰ “De referir, que a BAC foi criada em 2007 como forma de “dar combate efetivo à criminalidade especializada e violenta, com uma atitude preventiva e pró ativa”, conta Varela que conclui que esta brigada contribuiu decisivamente para o controlo do fenómeno dos denominados “Thugs”, temidos grupos de delinquência juvenil que se proliferaram por vários bairros da Capital”. Em *A Nação*, 9/12/2009, “PN: BAC e BIC convertem-se numa só Brigada” (acedido em linha em http://www.alfa.cv/anacao/index.php?option=com_content&task=view&id=434&Itemid=30, a 30/04/10).

⁵¹ “José Maria Neves prometeu hoje, no discurso de abertura do Fórum Nacional de Consenso por uma cultura de paz e tolerância, endurecer as medidas de coação na luta contra o crime. No seu discurso, o

como é o exemplo dos “thugs” na cidade da Praia (Lima 2010). Paralelamente, na última década a população prisional triplicou, composta maioritariamente por jovens entre os 16⁵² e os 25 anos de idade, levando a uma sobrelocação dos estabelecimentos prisionais (Bordonaro 2008). Numa visita que fiz com o grupo de teatro da AUJ à prisão da cidade, Elton chamou-me a atenção para isso mesmo ao dizer-me com naturalidade “vir aqui dá-me medo; qualquer jovem do Mindelo sabe que pode vir aqui parar”.

A visão “problemática” dos adultos sobre a juventude centrada nos “comportamentos de risco”, muito recorrente na retórica adulta e nos meios de comunicação, mobilizava em especial ansiedades relacionadas com os corpos dos jovens, com os usos que deles faziam em torno dos consumos, da violência e da sexualidade. Paralelamente, a minha própria visão inicial sobre os jovens, marcada inevitavelmente por alguma exterioridade, também se focava nos seus corpos, atenta em particular à forma como estes eram exibidos e mobilizados em diferentes contextos e interações. Sabendo que o corpo juvenil se tornava frequentemente o lugar privilegiado de mediação entre a individualidade e as forças sociais, o lugar tanto de expressão e de subversão da juventude como do pânico moral e do controlo social (Diouf 2003, De Boeck e Honwana 2005, Pais 2005), eu acreditava que o contexto urbano de Cabo Verde não seria seguramente uma exceção a este respeito. Seria certamente através de seus corpos que muitas vezes os rapazes e raparigas do Mindelo expressariam os seus sentimentos, os seus desejos e as suas afinidades, conseguiriam negociar os seus estatutos sociais e mesmo encontrar recursos – materiais e humanos – para continuar vivendo da forma que desejassem viver. E seria também através dos seus corpos que a moralidade e o controlo social seriam, por vezes desafiados, por vezes incorporados.

Neste sentido, pude com efeito constatar uma clara tendência em grande parte dos jovens cabo-verdianos, para exacerbar e sensualizar as suas figuras corporais. Contudo rapazes e raparigas pareciam fazê-lo de formas diferentes. Sabia que corpo feminino em Cabo Verde, desde os tempos coloniais até à atualidade, constituía o lugar

primeiro-ministro afirmou que os organismos repressivos deverão "adotar uma política de tolerância zero" em relação àqueles "que já enveredaram pela via da delinquência e da criminalidade", prometendo ainda que está a ser "equacionada a revisão alargada do Código do processo penal" por forma a agilizar "alguns instrumentos", garantindo igualmente que o vão ser "estabelecidos prazos de julgamento especialmente apertados" para crimes que se relacionados com a violência. Para o líder do governo os níveis de violência que hoje se verificam em Cabo Verde "estão relacionados com a rápida e acentuada desresponsabilização individual para com a família, a comunidade e a sociedade". Em *Expresso das Ilhas*, 28/4/2010, “Primeiro-ministro endurece discurso contra criminosos” (acedido em linha em <http://www.expressodasilhas.sapo.cv/pt/noticias/detail/id/16837>, a 30/04/10).

⁵² Idade a partir da qual os cidadãos são criminalmente imputáveis em Cabo Verde.

onde sinais e ideais de raça, classe social e da beleza se interconectavam para dar forma a configurações subalternas ou emancipatórias (Rodrigues 2003 e 2005). Segundo este eixo de interpretação, logo nesta fase da pesquisa fui percebendo que muitas raparigas e mulheres jovens da atualidade, em especial (mas não apenas) aquelas que se encontravam afastadas de percursos escolares e laborais formais, manipulavam estratégicamente estes sinais através do modo sensual e explicitamente provocador como se vestiam ou se moviam. As minhas primeiras observações de interações entre rapazes e raparigas, marcadas por esta sensualização da imagem e postura corporais, pareciam assim confirmar, ainda que de forma superficial e algo impressiva, alguma da literatura publicada sobre género em Cabo Verde, em especial relativa aos usos instrumentais do corpo pelas mulheres (pela sexualidade, reprodução ou trabalho informal) de forma a reconfigurar sua feminilidade subalterna num contexto machista, tentando atingir um equilíbrio instável entre permanecer sexualmente desejáveis, emocionalmente ligadas e economicamente independentes em relação aos homens (cf. Massart 2005, Anjos 2005, Grassi 2003).

Por outro lado, estando atento a iniciativas públicas e campanhas de sensibilização, aos discursos de profissionais de saúde, educação e juventude, assim como aos próprios discursos quotidiano de jovens e adultos, tornava-se evidente que o corpo feminino era também o lugar sobre o qual se projetavam os maiores medos sociais e os discursos morais correspondentes, associando saúde, sexualidade, maternidade e responsabilidade. Sendo a sexualidade masculina encarada como "naturalmente" incontrolável (Giuffrè 2005), parecia ser "natural" em Cabo Verde apontar os principais desvios morais e problemas sociais às raparigas, exigindo delas maiores responsabilidades referentes ao evitamento do assédio sexual, à prevenção das doenças sexualmente transmissíveis, ao uso de anticoncepcionais, à prevenção da gravidez na adolescência e à maternidade, e, consequentemente, centrar sobre eles as principais campanhas de saúde e educativas, programas ou leis sobre estas questões. Tal era o caso de uma polémica disposição de 2001 do Ministério da Educação, em vigor no período da pesquisa, que permitia aos conselhos diretivos dos liceus suspender temporariamente as estudantes grávidas, alegando que este período de ausência permitia que estas assumissem plenamente as suas funções de maternidade. Mas nem toda a sociedade cabo-verdiana, incluindo muitos jovens, parecia pensar na maternidade em termos tão "naturais" e desde a sua implementação foi intenso o debate sobre este e

outros temas relacionados com moralidade e com os direitos das mulheres e da juventude.

Paralelamente, procurei encarar também os corpos masculinos como locais de identidade, de expressão e de medo social. No entanto, se para as raparigas a principal característica exacerbada era a sensualidade, para os rapazes parecia-me ser essencialmente a força física e o desempenho corporal as que eram salientadas. Muitos jovens rapazes, em especial aqueles que estavam desempregados e fora da escola – mas não exclusivamente esses – cultivavam ostensivamente seus corpos frequentando um número crescente de ginásios ou a praia da cidade, onde faziam musculação e acrobacias aos olhos de todos. Estes corpos altamente desenvolvidos eram depois exibidos em espaços públicos, clubes desportivos e noturnos, aparentemente procurando provocar ao mesmo tempo o medo – através de posturas e comportamentos agressivos ou mesmo violentos – e a atração – através de movimentos e posturas sensuais. No entanto, raramente pude testemunhar sinais públicos de afeto ou de intimidade para com as raparigas. Como se esses rapazes, através da sua força do corpo, se esforçassem por manter algum do tradicional domínio masculino, atualmente posto em causa pelo desemprego, pela dependência e pela marginalidade que experienciam, assim como pela própria emancipação social feminina (cf. Massart 2005, Anjos 2005).

Face a uma aparente escalada da violência e da criminalidade juvenil urbana que se fazia sentir naquela altura – uma representação altamente ampliada pelos meios de comunicação social e nitidamente contrastante com a noção imaginária e a retórica sobre Cabo Verde como um país pacífico – não me pareceu surpreendente, portanto, que os militares, a polícia e a segurança privada constituíssem crescentes oportunidades de trabalho para os rapazes, facto confirmado por vários jovens e adultos com quem conversei. Exigindo baixas qualificações escolares e oferecendo um mercado em expansão, o crescimento destes setores à custa da juventude – aqui num duplo papel de agressora e de defensora – parecia-me enfim refletir uma imagem de espelho de uma sociedade com pouco a oferecer aos seus jovens senão colocá-los em confronto entre si, a fim de dissimular uma crise social crescente.

União Juvenil – etnografia de um lugar de socialidade juvenil

Hoje de manhã fui à Fontinha ter com Elton. Atualmente naquele centro funcionam as seguintes atividades: explicações para crianças (até ao 7º ano) dadas por jovens voluntários, duas equipas de futebol masculino (sub 16 e sub 18) e ensaios de danças tradicionais, mas agora estão parados por ser período de aulas. Além disso têm uma sala de televisão, uma pequena biblioteca e uma sala com mesa de pingue-pongue, e grupos ou famílias locais podem utilizar o espaço para organizar festas. Estivemos a falar com Júnior, um dos voluntários mais ativos do centro. Ele treina a equipa de futebol sub 16 e ensaia as danças tradicionais. Contou-me que tem 22 anos e nasceu e sempre viveu na Fontinha. Tem o 8º ano de escolaridade e trabalha ocasionalmente nas obras. Já trabalhou um ano e uns meses na ilha do Sal, onde foi animador num hotel. O seu sonho seria ser professor de Educação Física, mas agora pensa tirar a carta de condução. Diz-me que adora a sua zona e não quer viver fora de lá. Pergunto-lhe se não gostava de emigrar; ele responde que até gostava mas não aguentaria ficar longe de casa muito tempo. Conta que quando esteve no Sal a mãe dele ficou doente e ligava-lhe a chorar para ele voltar. Disse-me que tinha uma mãe muito amorosa.

Depois com Elton estive a ver fotografias das atividades que a AUJ tinha realizado nos últimos meses e também o projeto que planeiam realizar até ao final do ano. Impressiona-me a quantidade de atividades realizadas: formação em teatro e em clown (dinamizada por atores italianos nos meses de verão) e ainda em marionetas, xilografia e reciclagem, festa do dia dos namorados, doação de sangue com despiste de HIV, cursos de inglês e italiano, eleição da “Miss” e do “Mr” na zona de Covada, torneios de futebol, basquetebol e andebol, campanhas de limpeza nas ruas, distribuição de comida e arranjos de casas de famílias pobres da zona. Nos próximos meses pensam fazer mais atividades deste tipo. A novidade é que planeiam organizar uma marcha contra a violência, a realizar entre a Covada e a Fontinha, pois aparentemente tem aumentado a violência entre grupos de jovens e os assaltos nas zonas periféricas da cidade. Com esta iniciativa Elton deseja contrariar a imagem negativa que existe na cidade sobre a periferia e mostrar que na periferia também se realizam iniciativas positivas.

Durante esta conversa juntaram-se a nós dois rapazes daquela zona que eu não conhecia e discutiram connosco possíveis atividades para a associação. Um deles, Rui,

licenciado em Educação Física, ofereceu-se sem qualquer problema ou restrição para dar aulas de aeróbica e treinar uma equipa de futebol; o outro queria ensinar thai-boxe na Fontinha mas na falta de um polivalente adequado para tal dizia que se conseguisse material também o faria voluntariamente. (Notas de campo, 4 de outubro de 2008)

Hoje à tarde fui ao centro da Covada. Fiquei impressionado com a dinâmica do centro; estava cheio de jovens e crianças a jogar bilhar, matraquilhos e pingue-pongue e com um rádio com música em alto volume. Também as atividades desenvolvidas são impressionantes: um grupo de teatro (surgido da formação realizada no verão), aulas de breakdance, aulas de capoeira, tahi-boxe, aulas de música, aulas de informática, sala de televisão com projeção semanal de um filme, biblioteca, sala de reuniões e sala de computadores com ligação à internet (disponibilizada aos jovens da zona a um preço mais baixo que o praticado noutras locais da cidade), fotocópias e impressões. Muitas destas atividades realizam-se agora no terraço, que foi coberto, criando-se ali um enorme salão com um palco e uma sala de música ao lado. Há ainda uma reunião semanal dos animadores voluntários e é exposto um programa semanal. É impressionante como Stip consegue gerir isto tudo... (Notas de campo, 5 de Outubro de 2008)

Regressei a São Vicente em outubro de 2008, agora para permanecer por um período de tempo mais alargado, seis meses concretamente. Tendo na minha estadia anterior conhecido a AUJ, os seus responsáveis e os seus espaços e também alguns dos jovens com ela envolvidos, voltava agora interessado em acompanhar e colaborar mais de perto com esta associação, desenvolvendo aqui a parte mais intensiva da minha pesquisa etnográfica. Concretamente, esperava neste contexto desenvolver duas linhas de pesquisa em paralelo: por um lado interessava-me observar e envolver-me em processos e iniciativas juvenis coletivas compreendendo a sua natureza, pressupostos e motivações subjacentes; por outro lado pretendia também estabelecer relações pessoais com um conjunto diversificado de jovens daquelas áreas periféricas da cidade de forma a melhor conhecer e compreender a estruturação das suas sociabilidades quotidianas, bem como os processos de construção das suas trajetórias biográficas e das suas aspirações e expectativas de futuro. Para tal, socorri-me em especial da observação participante, permanecendo nos centros juvenis desta associação durante longos períodos de tempo, com uma frequência diária, assistindo, acompanhando e

participando em diversos momentos conviviais e num leque variado de atividades desenvolvidas pelos seus frequentadores no âmbito da AUJ, mas também fora dela (nomeadamente em momentos e contextos pessoais e familiares). Mais tarde realizei ainda um conjunto de entrevistas biográficas individuais a um conjunto alargado de jovens com quem fui estabelecendo relações de maior intimidade (ver capítulo 5).

Após a série de sessões de debate que tinha promovido com os jovens de Fontinha e de Covada no anterior mês de abril o meu regresso aos centros juvenis da AUJ foi muito facilitado, assim como o estabelecimento de relações de proximidade com muito dos jovens que os frequentavam, já que depois daquelas sessões eu passara a ser encarado com familiaridade e confiança. Nas primeiras visitas aos centros o que mais me chamou a atenção foi o aumento exponencial de atividades desenvolvidas e oferecidas pela associação. Surpreendeu-me o conjunto diversificado e alargado de atividades culturais, desportivas, educativas e de solidariedade comunitária que tinha sido realizadas ao longo dos meses em que tinha estado ausente, assim como aumento do número de jovens envolvidos nos centros, os recursos materiais e financeiros mobilizados e mesmo as colaborações estabelecidas com entidades estrangeiras para a formação em música e em teatro.

O centro de Covada em particular tinha sofrido grandes transformações, destacando-se a cobertura do terraço e a abertura do espaço de informática e *internet*. Este último era muito procurado pelos jovens das zonas envolventes e permitia inclusivamente que a AUJ desse emprego a uma nova pessoa, Maria, uma jovem que morava ali perto, vizinha de Stip, e que tinha frequentado as sessões de debate de abril passado. Já o novo terraço permitia agora à associação dispor de um espaço coberto invejável, a nível local e mesmo em toda a cidade, apto para realização de atividades culturais e desportivas que envolvessem um grande número de participantes. Naquela altura a associação já dava uma utilização intensa a este espaço, ocupando-o com aulas de capoeira, de thai-boxe e mais tarde de aeróbica, ensaios de teatro e de dança, e planeava-se ainda realizar ali palestras, peças de teatro, concertos, festas e eventos culturais.

O surgimento de todas estas atividades na associação impressionava-me efetivamente e interessava-me compreender o que as suportava e caracterizava, e de que forma estavam os jovens envolvidos nelas. Para isso procurei frequentar o centro com regularidade, observando e convivendo com os jovens na sala de jogos e na sala de

informática e participando pontualmente em algumas das suas atividades (teatro, dança). Por outro lado sugeri aos responsáveis da associação participar nas reuniões da equipa gestora e dos voluntários sempre que possível, o que foi prontamente aceite, na expectativa de que a minha participação também pudesse ser um contributo para a gestão da associação.

A primeira reunião da equipa de gestão em que participei, com A., Elton, Stip, Élio e Maria, teve como objetivo a apresentação e discussão de um projeto que Elton tinha concebido com os seguintes objetivos 1) informar os jovens acerca dos males sociais (droga, sida, alcoolismo, tabagismo), 2) promover o desporto, 3) promover o voluntariado, 4) sensibilizar os jovens para a proteção do meio ambiente e 5) alertar para a problemática da violência na nossa sociedade. Elton queria que a AUJ implementasse este projeto em resposta aos crescentes casos de violência juvenil registados nas zonas onde a associação atuava. Aparentemente na zona de Covada vários grupos de jovens tinham-se unido, dizia-se que perfazendo mais de 100 rapazes, e tinha confrontado com violência e utilizando armas brancas, um grupo de uma zona vizinha, o que tinha provocado feridos, algumas detenções e tinha tido impacto mediático na cidade. Paralelamente na zona de Fontinha surgiam relatos de ataques com pedras a viaturas que circulavam pela principal estrada daquela zona. Estes relatos pareciam incomodar seriamente Elton, que desejava contrariar a imagem negativa, associada à violência, que ele entendia estar a formar-se sobre estas zonas periféricas da cidade. Para tal tinha desenhado este projeto que queria implementar entre novembro e dezembro daquele ano, aproveitando para isso a celebração de alguns dias temáticos nesses meses (9 de novembro “Dia Nacional do Desporto”; 25 de novembro – dia Internacional para a eliminação da violência contra as mulheres; 1 de dezembro – Dia Mundial de Luta Conta a SIDA; 5 de dezembro – dia Internacional dos Voluntários para o desenvolvimento económico e social; 10 de dezembro – Dia dos Direitos Humanos). Assim a sua proposta seria promover, no âmbito da AUJ, um conjunto de palestras e debates de sensibilização para os jovens e comunidade sobre o que designava de “males sociais”, diversas atividades desportivas e de convívio, uma recolha de sangue entre os jovens com despiste gratuito de HIV, uma marcha de sensibilização dos jovens contra a violência entre Covada e Fontinha e ainda, já na época do Natal, a distribuição de roupas, alimentos e brinquedos junto de famílias carenciadas daquelas zonas.

Elton tinha terminado o 12º ano de escolaridade no verão anterior e em setembro último tinha ingressado na recém-criada licenciatura em Serviço Social numa universidade privada da cidade, recebendo da AUJ um incremento no seu salário para suportar o pagamento das propinas. A frequência deste curso tinha vindo reforçar claramente a motivação de Elton para o trabalho social, mostrando-se ainda mais confiante para desempenhar o seu papel na AUJ. Este projeto de sua autoria parecia um claro sinal disso mesmo, estando Elton confiante de que poderia conseguir recursos e envolver um conjunto alargado de instituições e pessoas da cidade que o pudessem viabilizar. A restante equipa da associação parecia reconhecer a sua capacidade de iniciativa e gestão e aceitava e apoiava as suas ideias sem grande discussão. Curiosamente, foi o próprio Elton que, durante esta reunião, decidiu abdicar da atividade de distribuição de donativos às famílias carenciadas no Natal, justificando que tinha aprendido na universidade que esse tipo de intervenção estava errado, que se tratava de caridade e que não ajudava ninguém. Surpreendeu-me esta decisão repentina e unilateral, mas na restante equipa ninguém a questionou ou se opôs, revelando o estatuto de liderança de Elton, mesmo face a A..

Nos meses seguintes, contudo, o projeto foi executado apenas parcialmente. Tal ficou a dever-se em especial à dificuldade de Elton conciliar as suas tarefas académicas com o trabalho na AUJ, o que, associado a alguma desorganização e falta de apoio da restante equipa de gestão e dos voluntários, inviabilizou a mobilização de recursos e parceiros, assim como dos próprios jovens. Desta feita, a marcha contra violência, assim como os torneios desportivos e a recolha de sangue não foram realizados, levando-se a cabo apenas uma série de palestras no terraço do centro de Covada, nomeadamente sobre os temas “o desporto e os jovens”, “violência doméstica”, “voluntariado e desenvolvimento” (a qual me convidaram a apresentar) e “HIV/SIDA”. No dia da palestra sobre violência doméstica organizou-se no centro de Covada uma reunião, por iniciativa de A. e de Elton, com a equipa de gestão e com alguns jovens voluntários com o objetivo de preparar a palestra dessa noite e, paralelamente, pensar em formas de incrementar a participação das raparigas no centro. Com efeito, a maior parte dos utilizadores daquele centro eram rapazes, que utilizavam a sala de jogos e de televisão, ou participavam nas atividades de thai-boxe, *breakdance* e capoeira. As poucas raparigas que vinham ao centro permaneciam essencialmente na sala de informática, junto de Maria, conversando ou utilizando os computadores. O grupo de teatro também

incluía raparigas, mas poucas eram daquela zona, sendo que a maioria vinha para os ensaios e logo saía do centro sem qualquer envolvimento noutras atividades.

A. conduziu a reunião, em que estavam presentes Júlio (estudante finalista de sociologia no IESIG que morava naquela zona e que iria apresentar a palestra), Elton, Stip, Élio, e também Cuca e Max (dois voluntários que tinham participado nas sessões de debate) e quatro raparigas: Maria, Telma (que também tinha participado nos debates de abril), Flora (mais velha que os outros, não tinha participado nos debates mas eu já a tinha conhecido no centro) e ainda uma outra rapariga mais nova que eu não conhecia. Primeiro Júlio apresentou o plano para a sua palestra, que me pareceu muito completo quanto a informações mas pouco crítico e questionador das causas e consequências deste tipo de violência. A. tentou aprofundar o tema ao nível das supostas bases culturais que permitem que aconteça a violência doméstica, referindo o machismo da sociedade cabo-verdiana. Referiu também que atualmente já se verificava em Cabo Verde uma igualdade formal entre os géneros mas que os rapazes continuavam a desprezar as meninas. Tentou questionar o grupo sobre as razões disso, mas não obteve respostas. Apenas Elton referiu alguns casos concretos que conhecia e as raparigas iam acenando positivamente com a cabeça mas sem nada acrescentar. A. gostava que esta palestra fosse o início de uma reflexão em grupo sobre este tema, mas não surgiu da reunião nenhuma iniciativa concreta para a implementar. Em seguida passou-se para o tema da participação das meninas no centro. Na tarde anterior eu tinha sugerido a A. e a Elton que pedissem sugestões às próprias meninas. Na reunião eles assim o fizeram, ainda que de uma forma um pouco impaciente e autoritária. As raparigas presentes não foram capazes de avançar com nada, permanecendo em silêncio e finalmente pedindo a Elton e a A. que apresentassem eles as suas ideias. Eles insistiram para serem elas a falar mas face ao seu silêncio os outros rapazes presentes iam dizendo piadas: “podemos trazer umas bonequinhas” ou “ver telenovela”, “trazer umas revistas” ou “criar uma sala de fofoca”, às quais elas não respondiam. Ao final de algum tempo eu próprio tentei estimular a participação delas dizendo que talvez elas não considerassem a sua participação no centro importante. Aí houve alguma reação, dizendo elas que sim, que era importante. Mas mesmo assim as sugestões não apareciam. Parecia-me claro que elas não estavam habituadas a participar, a identificar ideias e a assumi-las. Além disso pareciam-me submissas às ideias de Elton e de A., embora mais tarde tenha percebido que não é comum A. participar nas

reuniões dos voluntários. Entretanto, entre avanços e recuos, foram surgindo as ideias de A. e de Elton, com as quais elas iam concordando: definir umas horas por semana para as meninas jogarem bilhar sem os rapazes e passar a sala de reuniões para a “gestão” das meninas fazendo elas o que quiserem desta sala. Depois Flora (a mais velha de todas) sugeriu finalmente aulas de salsa e aulas de aeróbica. (Notas de campo, 21 de novembro de 2008)

Após esta reunião eu previa que as ideias identificadas dificilmente seriam implementadas, já que a participação e a autonomia das raparigas presentes me parecera muito reduzida. Contudo nas semanas seguintes a sala de reuniões veio realmente a ser cedida às raparigas, que, com a ajuda técnica de Max e com apoio financeiro de A., pintaram parte das paredes e colocaram uma cobertura para o chão em tons de cor-de-rosa, decorando-a em seguida com cortinados e com posters e desenhos com flores e corações. Esta decoração levou muitos rapazes a brincarem com a sala, chamando-a a “sala da fofoca”, designação que se foi tornando habitual e que pouco tempo depois já era usada pelos educadores e mesmo por algumas raparigas. Susana, uma rapariga daquela zona que também tinha participado nas sessões de debate de abril, tinha assumido a liderança desta decoração, ajudada por Maria e por outras raparigas que costumavam frequentar a sala de informática. Susana mostrava interesse em participar no centro e em envolver mais raparigas nas atividades. Todavia, não obstante o seu empenho e a nova decoração da sala, nunca se chegaram a realizar iniciativas especificamente femininas naquela sala, continuando no geral a ser uma sala de reuniões dos voluntários e da equipa de gestão do centro.

Os horários de bilhar dedicados às raparigas também nunca chegaram a ser implementados e, de entre as iniciativas apontadas na reunião, só as aulas de salsa e de aeróbica se vieram a realizar, mas apenas meses depois. Foi já em março do ano seguinte que um professor da Escola Técnica (escola de ensino secundário profissional) que era associado da AUJ e também amigo de Flora animou aulas periódicas de salsa. No entanto a adesão de rapazes foi reduzida, desta forma inviabilizando a composição de pares de dança, pelo que estas aulas não se realizaram por mais do que algumas semanas. Já as aulas de aeróbica obtiveram grande sucesso, embora só tivessem tido início em fevereiro do ano seguinte. Era Rui, o rapaz graduado em Educação Física que eu tinha conhecido no centro de Fontinha, que vinha duas vezes por semana ao centro de Covada animar estas aulas voluntariamente. Em pouco dias as aulas estavam lotadas,

com mais de 30 raparigas, de idades muito diversas, residentes nas zonas próximas aproveitando esta oportunidade gratuita para fazer exercício físico. Muitas destas nunca tinham frequentado o centro antes e entravam e saíam das aulas sem qualquer outro envolvimento, o que gerou alguma discussão entre a equipa de gestão sobre se seria este o objetivo destas aulas. No entanto as aulas de aeróbica continuaram por várias semanas enquanto Rui teve disponibilidade para as animar.

Apesar da grande quantidade de atividades realizadas no centro juvenil de Covada, o grupo de voluntários que se tinha formado em abril e que eu tinha conhecido já não se mantinha e o envolvimento de jovens voluntários no centro tinha decaído, tornando-se descoordenado e pontual. Por esta razão os animadores pediram-me apoio para implementar um programa de voluntariado que ajudasse a retomar e a estruturar o envolvimento de voluntários na associação. Uma vez que eu próprio tinha mostrado interesse em participar nas reuniões de gestão da associação e no grupo de voluntários, aceitei dar este contributo, encarando-o também como mais uma oportunidade de pesquisa. Naquela altura Élio estava doente e por isso não estava presente no centro, pelo que trabalhei apenas com os educadores Elton e Stip. Contudo incluímos também neste processo um grupo de cerca de 10 jovens dos mais envolvidos nas atividades da associação, que passaram a ser designados de voluntários. A. não se envolveu de perto neste processo, estando presente apenas nos momentos inicial e final. Durante os meses de novembro e dezembro de 2008 realizámos uma série de cinco reuniões com este grupo, tentando construir em conjunto uma definição de voluntariado para a associação, identificar o perfil dos voluntários pretendidos, os direitos e os deveres dos voluntários no quadro da AUJ e ainda as áreas em que a associação necessitaria de voluntários (ver plano no Anexo G).

A liderança de todo o processo ficara a meu cargo, acompanhado de Elton e Stip, mas o entusiasmo, a dedicação e a participação de todos os voluntários tinha sido constante, o que me tinha entusiasmado a mim também. A reflexão do grupo tinha-se centrado inevitavelmente no centro de Covada, já que a maioria dos voluntários residia nessa zona (à exceção de Rui que mesmo sendo de Fontinha vinha sempre às reuniões na Covada) e também porque era este centro que oferecia mais recursos e tinha mais frequentadores. Estas reuniões permitiram criar um novo espaço para que os voluntários pensassem a gestão do centro na sua globalidade e identificassem áreas de intervenção e atividades a desenvolver, o que me pareceu motivá-los e ser sentido como uma

valorização pessoal, aliás coerente com o que já tinha percebido nos debates realizados em abril. Como resultado deste trabalho foram identificadas diversas áreas de trabalho a ser implementadas por voluntários no centro da Covada, tais como informação (recolha e divulgação de informação relevante para os jovens, nas áreas do emprego, formação profissional, desporto e cultura), educação (apoio ao estudo a crianças e jovens da zona, dinamização da biblioteca), cultura (sessões de cinema, ações de formação, espetáculos) saúde e ambiente (ações de sensibilização e formação) e ainda gestão e manutenção dos espaços e materiais.

No início de janeiro de 2009 foi organizada uma “tarde do voluntário” no terraço do centro da Covada para apresentar o programa de voluntariado, um evento preparado com cuidado por Elton e Stip e por alguns dos voluntários envolvidos na conceção do programa, que apesar de começar com mais de duas horas de atraso (o que, não me surpreendendo, me deixava sempre irritado) conseguiu reunir muitos jovens da zona. Com a intenção de abrir um novo ano de atividades na associação os educadores, com o meu apoio, apresentaram um resumo das atividades do ano anterior e pediram aos jovens para avaliar o trabalho desenvolvido naquele centro e dar sugestões de melhoria. Para tal pediu-se a cada participante que prenchesse um questionário anónimo e em seguida cada um podia ainda escrever ou desenhar as suas sugestões e expô-las na parede, momento que foi muito apreciado pelos jovens. Infelizmente os resultados dos questionários nunca foram tratados pelos responsáveis da associação, mas as sugestões expostas foram eloquentes, curiosamente remetendo menos para a realização de atividades concretas e mais para a promoção de espaços e momentos de convivialidade, de cooperação e de solidariedade entre os jovens. Após este momento foi apresentado o plano de voluntariado e solicitaram-se inscrições de potenciais voluntários nas áreas que tinham sido identificadas, o que também registou muita adesão. Durante todo o evento A. nunca assumiu qualquer protagonismo e manteve-se sempre numa postura distante e observadora. A “tarde do voluntário” terminou já à noite em ambiente de festa, com um jantar oferecido a todos os participantes, encomendado e pago por A., seguido de música e dança.

No final de todo o processo de criação do programa de voluntariado da associação eu não conseguia deixar de sentir que o seu aparente sucesso se tinha devido, pelo menos em parte, ao facto de A. não se ter envolvido diretamente. Nas diversas reuniões e momentos de interação a que tinha assistido notava que A., embora

relacionando-se com os jovens de forma próxima e informal, tinha muita dificuldade em promover a participação destes na gestão do centro. Parecia ser mais fácil para A. mandar ou exigir, as vezes até de forma ríspida, do que valorizar o trabalho e as (poucas) ideias dos jovens e mesmo dos educadores. Nas reuniões era frequente A. expor a suas ideias em longos monólogos, que claramente que os jovens não compreendiam, estabelecendo-se como que uma relação mútua de tolerância “surda”, em que cada parte escutava e desempenhava apenas parcialmente aquilo que a outra tinha dito e depois seguia as suas próprias ideias até onde lhe era possível. Mas era A. que tinha sempre vantagem e eram quase sempre as suas ideias a que se levavam avante, já que era ele que detinha mais recursos, quer materiais, quer financeiros, quer de contactos e relações institucionais. Com efeito, toda a estrutura da AUJ dependia dos recursos que A. conseguia mobilizar, tanto a nível local (através da Câmara Municipal, da Igreja Católica, da Polícia e de outros organismos públicos e organizações e empresas privadas) como a nível internacional, em particular através de organizações europeias de apoio ao desenvolvimento. Ao fim de alguns meses a acompanhar a gestão da associação parecia-me claro que era esta a força e a legitimidade de A. face aos jovens, nomeadamente a sua grande capacidade de captar recursos e de concretizar as suas ideias. Era inegável que A. tinha a intenção genuína de apoiar os jovens e tinha também a simplicidade e abertura necessárias para não os afastar, mas parecia-me cada vez mais evidente que aquilo que o unia aos jovens era uma relação menos baseada na partilha de ideais e na construção conjunta de iniciativas e mais na dependência dos meios de execução de atividades e, no caso dos educadores, na dependência dos próprios meios de subsistência e de autonomização.

O fraco envolvimento de A. na construção do programa de voluntariado da associação confirmava o seu afastamento e aparente desvalorização dos processos construídos pelos jovens, mas ao mesmo tempo tinha permitido que este decorresse com maior adesão e participação dos jovens. Todavia, este afastamento de A. terá sido também a maior fragilidade de todo o processo, já que após a sua conclusão e apresentação o programa nunca veio a ser verdadeiramente implementado na associação. Inevitavelmente, uma das razões desta não implementação prendia-se com a sobrecarga de trabalho de Elton e principalmente de Stip. Este era responsável pela gestão do centro da Covada, contudo ao tentar conciliar os seus estudos com a coordenação de todas as atividades a decorrer naquele centro, não conseguia de todo dar

início a novos processos. Todavia, A. facilmente poderia ter priorizado a implementação deste programa na gestão do centro discutindo-o nas reuniões e estimulando medidas que permitissem concretizá-lo, o que efetivamente não aconteceu. Como consequência, e para meu próprio desânimo, após todo este processo o envolvimento de voluntários no centro alterou-se pouco face ao que já acontecia antes, caracterizado por colaborações esporádicas e descoordenadas de alguns jovens, claramente motivadas por razões convívio e amizade. Estas eram motivações, aliás, transversais à generalidade das práticas coletivas daqueles jovens.

Ontem à noite o Alex (membro do grupo de teatro) festejou o seu 20º aniversário com uma festa no terraço de M. e V.. Foi muita gente do centro da Covada e do grupo de teatro. Muitas meninas fizeram pizzas para levar e os rapazes levaram bebidas. As pessoas foram chegando muito atrasadas, a festa estava marcada para as 19h mas a maioria chegou só depois das 21h. Primeiro comemos e depois começou a música e dança, zouk e depois funaná, todos dançando com todos com muita alegria e bom ambiente. O Alex estava muito contente. As meninas da Covada (Maria, Liliane, Pati e a sua irmã mais nova Lila) ficaram inicialmente na cozinha preparando as pizzas para servir. Elas também tinham feito duas e diziam com orgulho que faziam boas pizzas, as melhores do Mindelo, e que gostavam muito de festas. Revelaram-me que pertenciam a um grupo da zona, a Malta VIP, que organizava festas, o que elas adoravam. Não se tratava de um grupo do centro juvenil mas da zona, o que elas pareciam distinguir muito bem já que tem elementos que não costumam frequentar o centro, é um grupo que só se une quando se organiza uma festa. Elas enumeraram as festas que já tinham organizado, com muito prazer e orgulho, dizendo que no Mindelo as pessoas nunca têm dinheiro para nada mas para festas o dinheiro aparece que nem chuva. Pati diz mesmo que antes não sabia que conseguia fazer estas coisas (organizar festas) mas que agora já viu que é fácil, basta quererem, e continuou entusiasticamente a enumerar as festas que ajudou a preparar. Pelo que dizem é fácil porque toda a gente ajuda, mesmo depois para limpar no dia seguinte porque a festa continua com a comida e bebida que sobrarem. Liliane diz que tem pena que no programa de voluntariado do centro não exista uma área “cultural” porque seria lá que ela queria contribuir, é isso que elas gostam de fazer, esse seria o seu voluntariado.

Depois fui conversar com Júnior. Falámos do grupo de danças tradicionais da Fontinha, que se chama “Vida Cultural”. Ele explicou-me que só depois de ir a Santo

Antão frequentar uma formação de voluntariado no verão de 2005 é que se começou a interessar pelas danças tradicionais e teve a ideia de criar um grupo na Fontinha. Ao contrário da maioria dos grupos juvenis de danças em São Vicente, o grupo da Fontinha só apresenta danças tradicionais: contradança, mazurca, colá Son Jon e funaná. Os outros grupos agora dançam mais danças modernas e hip-hop, mas no seu grupo apenas querem dançar o que é a “nossa cultura”, evocando como justificação a ideia de que o turista já conhece outras danças e quer é ver o que é específico de Cabo Verde. O grupo deles também não tem a filosofia de entrar em competições, ao contrário do que é frequente em Cabo Verde já que estas competições permitem receber apoios e atuar noutras partes do país e mesmo no estrangeiro. No entanto, segundo Júnior a competição pode levar à desmotivação e à desistência dos grupos que não vencem. Também nunca atuam por dinheiro, porque acredita que isso iria perverter a motivação dos jovens e gerar confusão no grupo. Se atuarem num hotel ou espetáculo, com o dinheiro que recebem fazem uma comida ou uma festa para todos. Júnior defende que os grupos não devem competir entre si mas ajudar-se mutuamente, lembrando que ele mesmo já tinha sido convidado para criar coreografias para outros grupos e nunca quis receber por isso. (Notas de campo, 26 de janeiro de 2009)

Naquela altura, para além das equipas de futebol da Fontinha e de uma equipa de basquetebol que se iniciava na Covada (cuja ligação à AUJ passava essencialmente por apoio para adquirir equipamentos), não existiam na associação outros grupos juvenis consolidados. Na Fontinha o grupo de danças tradicionais funcionava de forma muito irregular e na Covada a maioria das atividades era destinada a crianças (aulas de música, capoeira e *breakdance*). O único grupo juvenil que se mantinha com consistência e continuidade era o grupo de teatro, que ensaiava no terraço do centro juvenil de Covada. Tratava-se de um grupo grande, com cerca de 20 elementos, mais rapazes do que raparigas, contudo a maioria destes não residia naquela zona nem se envolvia noutras atividades do centro. Este grupo tinha sido formado a partir de uma ação de formação realizada nos meses de verão de 2008, conduzida por duas formadoras italianas, V. e M., no âmbito de uma parceria entre a AUJ e uma organização de cooperação internacional europeia presidida por um amigo de A.. No seguimento desta parceria, as mesmas duas formadoras tinham voltado para Cabo Verde no final de 2008, integradas agora num projeto de cooperação mais amplo e prolongado (com a duração de um ano), com objetivo não apenas de continuar a apoiar o grupo de teatro mas também todo o

trabalho educativo realizado pela AUJ. Como tal V. e M. também tinham integrado a equipa de gestão da associação e procuravam apoiá-la na reformulação e melhoria dos seus objetivos e métodos de trabalho. Este apoio, no entanto, traduzia-se frequentemente numa acrescida exigência de reflexão da parte da equipa sobre os pressupostos do seu trabalho e na necessidade de adoção de novos procedimentos e responsabilidades, o que nem sempre foi bem acolhido e gerou muitas resistências, em especial da parte de A. e de Elton.

Hoje na reunião do centro houve alguma tensão quando M. falou do projeto de Serviço de Voluntariado Europeu. Este seria um projeto de intercâmbio internacional, a submeter ao apoio da Comissão Europeia, em que a AUJ seria a organização de acolhimento de um grupo de 20 voluntários europeus por um período de 6 semanas naquele verão. A. questionou o objetivo do projeto dizendo que não o conhecia. Também Elton disse que não tinha gostado que o projeto tivesse já um plano definido e eles não tivessem sido consultados. Eu também ainda não tinha ouvido falar daquele projeto mas aparentemente M. já a tinha apresentado antes na associação. No fundo tinha havido uma mal-entendido e só depois de alguma discussão se percebeu que o projeto ainda tinha as atividades em aberto quase na totalidade, embora estivesse já confirmada a sua submissão e as parcerias com outras organizações europeias. Senti um claro desfasamento entre M. e a equipa da AUJ. M. mostrava uma abordagem muito “europeia”, uma lógica de projeto muito específica, esquemas pré-definidos, ritmos e calendários muito rápidos, como que um “poder” de conceção e implementação e de assumpção de que as outras organizações irão aderir, o que para mim não era estranho, mas que contrastava com a incompreensão dos educadores, que apesar de irritados, se tornavam inevitavelmente receptores passivos confiando quase cegamente nos “europeus”. A., à sua maneira procurava reagir a esta desigualdade, mas a lógica e os instrumentos de M. foram mais fortes e ficou tudo como estava. O próprio projeto estava escrito em inglês, o que impossibilitava que A., Elton e Stip o lessem. A candidatura seria submetida a 1 de fevereiro e só depois seria discutido o projeto com mais pormenor. No entanto, no final desta discussão Elton já dizia contente que isto seria bom porque assim já teriam atividades para todo o ano: agora o Carnaval, depois o passeio a Santo Antão na Páscoa e depois este projeto no verão. Este comentário fez-me pensar que Elton, que para além de A. é o principal mentor e responsável pela associação, concebia todo a atuação da AUJ basicamente numa

lógica de realização de atividades, preferencialmente de grandes atividades, sem qualquer análise da realidade que a sustente nem ideal social que a conduza; como se todo o projeto oscilasse entre o “macro” (grandes atividades) e o “micro” (expectativa de alteração de comportamentos individuais), sem passar por um “meso” de compromissos construídos e estruturados com os jovens. (Notas de campo, 26 de janeiro de 2009)

Entre a entrevista a Max e a reunião ainda tive tempo para ir beber um sumo com A. Ele contou-me que de tarde tinha ido ver um espaço numa localidade fora da cidade, na estrada para o Calhau, que poderiam passar a gerir, mostrando-se animado com esta possibilidade. Falou-me também da impressão que tinha de que V. e M. estavam a fazer um bom trabalho no teatro mas que na gestão do centro estavam a assumir liderança a mais. Para ele o papel delas devia ser o de facilitar e de dar instrumentos para que sejam os educadores a gerir. Também demonstrou que não tinha gostado da forma como M. tinha feito e apresentado o projeto de intercâmbio, já que ele e Elton não sabiam de nada. E disse que nestas coisas Elton “não perdoa” e que só tinha questionado M. na reunião porque sabia que se não o fizesse depois Elton iria “explodir” com ele. Quando o questionei sobre os apoios internacionais que tinham e quem os geria A. disse-me de momento era ele quem os mobilizava, maioritariamente da Europa, mas que considerava que o trabalho da associação ainda estava a começar e que previa que daí a dois ou três anos a associação já fosse totalmente financiada a nível local e nacional. Perguntei-lhe também se não considerava contratar mais alguém para a equipa, ao que A. respondeu que o trabalho destes três educadores ainda estava a começar e que ainda tinha que fazer render o investimento feito neles. Além disso considerava que eles os três tinham uma grande união entre eles que não podia ser quebrada. (Notas de campo, 27 de janeiro de 2009)

O trabalho de gestão do centro de Covada tornava-se, naquela fase, demasiado exigente para a equipa responsável. Por indicação da ordem religiosa a que pertencia, A. tinha sido transferido no início do ano para a ilha vizinha de Santo Antão, pelo que agora vinha a São Vicente apenas quinzenalmente e por períodos de poucos dias. Já o estado de saúde de Élio tinha piorado e este animador encontrava-se agora hospitalizado, prevendo-se que por um longo período. E também Elton estava muito distante deste centro, agora mais dedicado às suas atividades académicas. Com a equipa assim dispersa caía apenas sobre Stip e sobre Maria a responsabilidade de coordenar

todas as atividades do centro da Covada, assim como de gerir os seus espaços e os seus frequentadores. Coincidemente, pouco tempo antes de ser transferido A. tinha começado a aproximar-se e a tentar apoiar um grupo de adolescentes residentes na zona de Covada que tinham começado a frequentar o centro. Este grupo auto intitulava-se “Malta Delite” (numa clara associação ao filme brasileiro “Tropa de Elite” que retratava a violência urbana no Rio de Janeiro e que tinha tido bastante sucesso em Cabo Verde) e era constituído por um número incerto de rapazes (talvez cerca de 15) muito jovens, entre os 10 e os 15 anos de idade. A maioria dos elementos deste grupo não frequentava a escola e passava grande parte do seu dia (e noite) no centro juvenil de Covada ou nas suas imediações. Neste espaço eles tinham comportamentos frequentemente desafiadores e agressivos face aos outros utilizadores do centro, e em espacial face a Maria e a Stip, trazendo inclusivamente episódios de insultos ou de violência e mesmo pequenos furtos ao quotidiano do centro.

Antes da sua transferência A. tinha dedicado muita atenção a estes rapazes, ocupando-se em conhecê-los pessoalmente e também as famílias de alguns deles. Essencialmente considerava que se tratavam de jovens carentes e necessitados de uma atenção e orientação que as suas famílias e a escola não lhes conseguiam oferecer. Assim tinha assumido como tarefa da AUJ, e do centro de Covada em particular, o apoio a este grupo de adolescentes e para isso tinha-lhes aberto o centro e as suas atividades (aulas de música e de *breakdance*) e tinha ainda contratado uma professora para os acompanhar no estudo nos finais das tardes. Esta abertura de A. tinha efetivamente atraído estes adolescentes para o centro, mas, aos olhos dos jovens mais velhos, tinha-lhes atribuído ao mesmo tempo um privilégio que fortalecia as suas atitudes de desrespeito e de desafio. Os conflitos provocados por alguns dos elementos deste grupo, por vezes com alguma gravidade, incomodavam os voluntários (tinha sido um conflito violento com um deles que tinha afastado o animador do grupo de *breakdance* do centro), mas A. recusava-se a tomar medidas punitivas face a estes rapazes, limitando-se a conversar com eles de forma a “mostrar-lhes” os erros que cometiam. Ao final de alguns meses os voluntários já se referiam a este grupo como “os filhos de A.” e particularmente Stip e Maria estavam cansados e desanimados, já que eram eles que diariamente geriam a presença desestabilizadora destes adolescentes no centro.

Fui lanchar com A. e com Stip. A. disse-me que tinha escrito umas linhas orientadoras do projeto do centro e que as gostava de partilhar com os voluntários para que eles depois ajudassem a “preencher”, a complementar e a caracterizar. Pareceu-me finalmente uma atitude de valorização dos voluntários, e reforcei-a. Stip concordou, dizendo que isso era importante, dando a entender que se sentia sozinho e incompreendido, talvez até nem compreendendo eles mesmo as suas tarefas no centro. Depois de A. sair ele disse-me que estava muito cansado porque estava numa semana de testes e os trabalhos no centro não o deixavam descansar, principalmente por causa dos rapazes da Malta Delite, que estavam sempre a fazer abusos e a criar confusão. Disse-me que eles o cansavam muito e à noite quando chegava a casa já não tinha cabeça para estudar. Disse que também para Maria estava a ser muito duro e que por causa dos Delite ela uma vez já tinha ido para casa a chorar. Depois voltamos ao centro e estavam a começar as aulas de música, que eu queria filmar. Ao entrar para a aula de violino o Tchik, da Malta Delite também quis entrar comigo e A. perguntou-lhe aonde ia. Ele disse que queria ir às aulas mas que a professora o tinha proibido de entrar. Aparentemente tinha sido posto fora da aula por mau comportamento. A. disse-lhe que agora ele tinha de pedir desculpa à professora e prometer que não ia voltar a acontecer... (Notas de campo, 20 de fevereiro de 2009).

Naquela altura aproximava-se o Carnaval, uma festa importante que mobilizava e animava toda a ilha, e entre os voluntários do centro tinha surgido a ideia da AUJ participar no desfile dos grupos de animação, a realizar no centro da cidade no domingo de Carnaval. Esta era uma atividade que claramente ia ao encontro dos interesses dos voluntários mais presentes no centro e rapidamente estes se mobilizaram para a tornar possível. Já desde janeiro que o desfile era discutido na associação e numa primeira reunião dos voluntários com os animadores tinha sido decidida a composição do desfile. Este deveria integrar todos os grupos ativos na associação, nomeadamente as equipas de futebol, a capoeira, as crianças das aulas de música, o grupo de teatro e os voluntários. O grupo de dança de Fontinha integraria o grupo dos voluntários, ajudando a conceber uma coreografia que seria dançada durante o desfile. Os voluntários quiseram escolher um tema para o desfile, mas não chegavam a um consenso. A meio da discussão um rapaz que eu não conhecia e que aparentemente a maioria dos presentes também não, levantou-se e fez um discursos inflamado sobre a luta dos jovens para terem sucesso na vida. Foi mais a forma como falou do que o conteúdo do seu discurso que cativou os

jovens, e todos rapidamente concordaram que o tema seria “Nos Luta” (a nossa luta). Curiosamente, nunca mais voltei a ver este rapaz no centro, mas a sua sugestão permaneceu.

Depois de encontrado o tema faltava agora uma música original para o desfile e os voluntários pediram a um dos professores de música do centro, que era aliás um artista conhecido no meio musical da cidade, que a compusesse. Em poucos dias este professor tinha composto não apenas uma música em ritmo de samba como também uma letra que, aludindo ao carnaval, à dança e à “nossa cultura”, se referia à “luta por amanhã melhor para a nossa juventude” num “centro da juventude que não fica para trás” (Anexo H). Todos adoraram a música e a letra e rapidamente a adotaram com um hino da associação.

Interessado nesta súbita movimentação em torno do desfile de Carnaval, decidi envolver-me também como parte do grupo de voluntários. Depois de decidido o tema e criada a música era necessário que o grupo de voluntários escolhesse uma indumentária. Como não haveria recursos para algo muito elaborado optou-se por todos usarem uma camiseta semelhante, que seria branca e teria um mesmo lema escrito em todas. Para definir esse lema marcou-se uma nova reunião e eu propus ficar responsável por prepará-la, já que me interessava perceber melhor a escolha do tema do desfile, as “lutas” que estes jovens imaginavam travar.

À noite tivemos a reunião de voluntários para escolher uma frase para as t-shirts do Carnaval. Estiveram na reunião Max, Stip, Maria, Pedro (um professor amigo das meninas), Pati, Liliane, Mac e Lila (estes dois últimos saíram a meio). Propus que pensássemos inicialmente a partir do tema geral que é “nos luta”, sobre as nossas lutas individuais, as lutas e objetivos da nossa vida. Eles próprios já tinham dito que queriam ir para além dos lugares comuns do tipo “menos álcool, mais vida”, queriam algo original. A ideia seria escrevermos as “nossas lutas” em pequenos papeis, anonimamente, e depois juntar todos, ler cada um e construir a frase a partir daí. Lentamente eles começaram a escrever, uns a levar a tarefa mais a sério do que outros. Resultaram daqui muitas ideias genéricas, tais como “lutar pelos sonhos”, “sem medo, com responsabilidade”, “lutar para sobreviver”, “liberdade e independência”, “paixão”, “paz”, “amor”, “ajudar o companheiro”, “mudar”, “vencer” e “um futuro melhor”, mas também algumas lutas mais concretas como “estudar”, “trabalho e família” e “dignidade e respeito”. No final foi difícil escolher algumas das mais

concretas e acabou por se dar mais valor às expressões “sem medo, com responsabilidade” e “vencer”. Finalmente todos se identificaram muito com a ideia de “vencer”, que ganhou força também com a comparação de Liliane entre a vida e um jogo de futebol, onde temos de lutar para atingir os objetivos – vencer – contornar obstáculos, defender e temos sempre alguém na plateia para nos apoiar. Mas como esta ideia era difícil de passar para uma só frase, optou-se por escrever apenas “vencer” nas t-shirts. A Pati ficou contente por ter sido ela a escrever essa expressão, dizendo que a tinha visto num poema num jornal. Todos estavam orgulhosos da ideia para a t-shirt. (Notas de campo, 27 de janeiro de 2009)

Para conseguir os recursos necessários para preparar o desfile (carro, música, vestuário) uma das primeiras tarefas decididas pelos voluntários foi a organização de uma “tarde de chá” no centro juvenil de Covada com o objetivo de angariar fundos. No entanto todo o processo de preparação do Carnaval parecia-me tornar-se muito confuso e desorganizado e eu começava a duvidar que os jovens conseguissem organizar este evento.

Toda a preparação do Carnaval tem sido complicada e desorganizada, com reuniões em que faltam sempre voluntários que aparentemente tinham assumido algum papel de liderança (a Liliane, a Susana, a Flora) e em que se decidem coisas que depois não acontecem e não se percebe bem porquê. Por vezes é a mensagem que não é compreendida, outras vezes porque se decidem coisas mas ninguém é responsabilizado pela sua implementação, outras vezes ainda porque as pessoas responsáveis não apreciam ou não fazem o que tinham assumido e ninguém é capaz de lhes exigir o seu trabalho. Para a tarde de chá era esperado que todos os voluntários tentassem vender bilhetes e depois dizer quantos tinham vendido com antecedência. No final só eu e a Filipa, V. e M. tínhamos vendido alguns bilhetes, ninguém mais! Na reunião realizada a três dias da data da tarde de chá, os voluntários tinham decidido realizá-la assim mesmo, mesmo que fosse só para eles, para se divertirem. E foi agendada uma reunião para a noite da véspera para acertar tudo. Nessa reunião foram discutidos pormenores práticos mas não se averiguou o número de bilhetes vendidos por cada voluntário e a razão pela qual a maioria dos voluntários não o tinha feito. A maior parte dos pormenores discutidos foi levantada por mim ou por V. e M., tentando distribuir algumas tarefas, mas sem grande sucesso. A meio da reunião chegou Elton, que impôs algum ritmo ainda que de forma algo desorganizada e sem finalização. Antes Stip tinha

tentado fazê-lo também mas, como sempre, sem nenhum sucesso, já que não era capaz de impor ordem na discussão. Elton mostrou-se preocupado porque disse que tinha conseguido que a Câmara Municipal aceitasse a participação da AUJ no desfile em detrimento de alguns grupos de mandingas⁵³, e por isso agora tínhamos de fazer alguma coisa minimamente boa para justificar esta oportunidade dada pela autarquia, caso contrário mais valia desistir e dar o lugar a outros. Disse ainda que depois da tarde de chá teríamos que fazer uma reunião para decidir definitivamente se haveria ou não desfile de Carnaval. No final da reunião ficou decidido que nos encontraríamos todos ao meio-dia do dia seguinte para começar a preparar tudo. A tarde de chá deveria começar às 16h.

No dia seguinte, já esperando atrasos, fomos para o centro só às 13h30, mas no caminho encontramos V. e M. a caminho de casa para almoçar porque, disseram, lá não havia ninguém. Chegámos às 14h e de facto nada se passava... A preparação da tarde de chá demorou imenso tempo a arrancar... Os jovens entravam e saíam do centro sem fazer nada, ou ficavam lá sentados à porta ou a ver televisão. Até às 15h30 nada se fez porque ninguém assumia a liderança, apenas tinham sido trazidas as mesas e as cadeiras da escola para o terraço pelo Stip, Elton, Mac, Max, por mim e pela Filipa e ainda por alguns rapazes da Malta Delite que estavam lá a olhar para nós. Depois algumas meninas começaram a fritar os alimentos na cozinha e eu e a Filipa começámos a distribuir e a pôr a mesas com a ajuda de algumas crianças que estavam no terraço. Depois das mesas postas houve mais um enorme período em que nada se fez, enquanto a comida era lentamente preparada por algumas raparigas e por Max. Quando já passava das 16h alguns dos voluntários começaram a ir para casa para tomar banho. A Liliane foi a que ficou mais tempo na cozinha mas depois foi tomar banho pouco antes de começar e só voltou no final. As pessoas começaram a chegar às 16h30 e a tarde de chá ainda estava longe de começar. Na verdade os convidados que chegavam eram apenas os que nós e V. e M. tínhamos convidado mais uma senhora que ia cantar e a sua família. Durante tudo isto A. não fazia nada para avançar e passou toda a tarde na internet ou a conversar com os meninos que por lá passavam. Por volta das 16h Stip desapareceu e só voltou às 18h porque tinha ido a casa tomar banho! Alguns voluntários ainda foram ao microfone pedir desculpa pelo atraso e convidaram

⁵³ Grupos de jovens frequentemente da mesma zona, que pintam o corpo todo de negro (com óleo de automóvel), vestem apenas saias de palha e utilizam espadas ou paus, e que saíam às ruas todos os fins de semana entre o início do ano e o Carnaval para assustar quem passa.

as pessoas a sentarem-se nas mesas, começando pouco depois a servir alguma comida. Ainda durante o período da desorientação total uma senhora que estava à espera pediu para usar a casa de banho e só aí percebemos que ninguém a tinha limpo. Tiveram de ser a V. e a M. a limpá-la. Também só às 17h é que começaram a colocar cortinas no palco...

Toda esta desorientação poderá ser apenas uma percepção minha, mas não creio que seja assim, pois nenhum daqueles jovens estava orientado. Ninguém sabia o que tinha de fazer e o que os outros estavam a fazer; reagiam por impulso e estavam sempre à espera que outros fizessem as coisas que lhes tinham dito para fazer; ninguém exigia ou se indignava abertamente com os outros. Eles não tinham a “sua organização”; antes eles convivem bem com a desorganização e com a falta de responsabilidade. Posso considerar a hipótese de que talvez a nossa presença (minha, da Filipa, de M. e de V.) os tenha levado a esperar de nós um papel de liderança, assumindo por isso uma atitude mais passiva, mas esta não será certamente a explicação total para a desorganização e desresponsabilização coletiva que aconteceu, pois nenhum de nós assumiu posições de liderança neste processo do Carnaval e a própria ideia da tarde de chá nunca passou por nós.

Às 18h chegou Stip, bonito e perfumado, cheio de energia, sem perceber nem se importar com a falta que tinha feito e a desorganização instalada até então, quase como se soubesse que a tarde de chá não ia começar até àquela hora e como se sentisse que já tinha trabalhado bastante durante o dia e tinha tido o direito a descansar aquelas duas horas. Agora, enérgico, vai ao microfone para novamente pedir desculpa pelo atraso e anunciar que o espetáculo ia começar, o que de facto aconteceu finalmente. A tarde de chá foi aberta com um desfile de modelos organizado por Flora, com raparigas da zona a desfilar vestidas com roupas que ela tinha pedido emprestado a amigos ou que tinha criado ela própria. Esta foi a única atividade que correu realmente bem, devido a capacidade de liderança de Flora. Depois seguiu-se Alex, apresentando um monólogo de sua autoria, muito expressivo e emotivo, que foi muito bem acolhido pela assistência. O grupo de danças tradicionais da Fontinha apresentou-se em seguida, liderado por Júnior. Depois de um novo momento de desfile de modelos, seguiu-se a apresentação de um grupo musical constituído por cinco irmãos que tocavam instrumentos de cordas. Alguns destes irmãos eram também professores de música ali no centro e A. apoiava-os pontualmente na manutenção de

uma oficina de construção de guitarras e cavaquinhos e na gravação de CDs do grupo. Em seguida cantou Rick, um dos voluntários do centro que compunha e a cantava músicas de hip-hop, sendo este o momento mais esperado e mais entusiasmante para os voluntários. O espetáculo terminou com uma nova atuação do grupo de danças tradicionais e ainda um novo desfile de modelos. Entretanto durante as atuações alguns voluntários tinham começado a servir às mesas e mostravam-se empenhados, embora nem todos. Alguns estavam mesmo sentados a assistir ao espetáculo. No final a tarde de chá acabou em festa, com os voluntários visivelmente orgulhosos e felizes com o evento. A sala foi arrumada e limpa com enorme rapidez e depois ficámos a dançar samba até tarde... como se tudo tivesse corrido bem e tivesse sido um sucesso. E efetivamente alguns dos convidados assim o confirmaram, dando os parabéns e dizendo em relação ao atraso que não se incomodaram pois já estavam habituados. No dia seguinte só Max, Telma e Maria apareceram para limpar...

Na semana seguinte fizeram-se reuniões de avaliação. No geral a opinião dos voluntários era a de que tinha corrido tudo bem. Apontaram apenas o atraso como aspeto negativo, mas de resto consideraram que todos colaboraram e por isso foi um sucesso. Mesmo Elton e Stip tiveram essa opinião. Apenas Júnior criticou a falta de organização comparando com as tardes de chá que já tinham sido organizadas na Fontinha, mas falando sempre como se fosse um elemento externo ao grupo. A única coisa que indignou os voluntários foi o facto de A. ter deixado entrar as crianças e os rapazes da Malta Delite sem pagar. A. tornou-se o bode expiatório dos voluntários, mas ele não estava presente na reunião. De seguida discutiram o Carnaval e, sob uma orientação muito pouco participativa de Elton, decidiram finalmente fazer o desfile e formou-se uma nova comissão organizadora composta pela professora de música, Max, Alex, Pati, Júnior e Flora. (Notas de campo, 15 de fevereiro de 2009)

A., que se tinha mantido afastado de toda a preparação e desenrolar da “tarde de chá”, tinha de facto deixado algumas crianças e alguns rapazes da Malta Delite entrarem sem pagar para o terraço onde decorria o evento, o que tinha irritado os voluntários. Estes tinham encarado tal atitude como um desrespeito, queixando-se que A. não participava nas reuniões dos voluntários e depois contrariava as decisões por eles tomadas. Nas semanas seguintes os voluntários estavam zangados com A. e queriam confrontá-lo. Para isso pediram que se realizasse uma reunião entre eles e A..

No final do ensaio, já depois das 10h, era suposto fazer-se ainda a reunião dos voluntários com A. Durante os dias anteriores, e mesmo até àquela noite alguns voluntários andavam muito animados com a oportunidade de confrontar A.. No início do ensaio Liliane tinha voltado a falar disso com prazer, dizendo que A. “até ia voar logo à noite”. Mas no final do ensaio o grupo parecia estar a desaninar, dizendo que era tarde, falando em adiar, e ninguém queria assumir a responsabilidade de começar a reunião. Alex era o mais motivado. No entanto lá se decidiram a começar. Primeiro falaram do Carnaval, de assuntos práticos, e A. ficou lá fora com os Delite. Alguns destes estavam na roda antes de começar a reunião e Stip ia começar a pô-los lá fora, mas a Pati e a Liliane disseram-lhe para os deixar ficar. Assim que ouviram isto eles próprios saíram da sala a correr. Depois da discussão sobre o Carnaval chamaram A.. A Liliane foi quem começou a falar em nome dos voluntários, dizendo que não tinham gostado que A. tivesse deixado as crianças entrarem na tarde de chá sem pagar e que no geral estes rapazes Delite estavam sempre a causar problemas no centro e não respeitavam ninguém, estavam a afastar as pessoas do centro e estavam a torná-lo um local visto como perigoso, mal falado, o que afetava a todos. Quase todos os voluntários falaram (Pati, Alex, Eliane, professora Tina), dando exemplos de como os rapazes Delite estavam a prejudicar o centro (...) Disseram que sempre que alguém lhes tentava impor alguma regra eles diziam que iam contar a A., que era o pai deles. E disseram ainda que quando A. estava fora eles ficavam ainda mais abusados, como se o centro fosse deles. A Liliane disse mesmo que achava que A. devia mudar a atitude que tinha com eles, que lhes “dava muita corda”, dando a entender que era a atitude de A. que os levava a ser assim.

Perante isto tudo, A. não respondeu às críticas e perguntou apenas o que poderiam fazer então, como deveriam agir com os rapazes da Malta Delite. A mim parecia-me que os jovens, utilizando a Malta Delite como escape, não tinham sabido formular os problemas que estavam a sentir ao nível da organização interna do centro, de participação e partilha de responsabilidades e autoridade entre os responsáveis do centro e os voluntários. E parecia-me também que A. tinha aproveitado bem isso para evitar essa discussão e a assumpção da sua responsabilidade como líder da associação, passando agora a responsabilidade para o lado dos voluntários. Estes não perceberam a jogada e pareceu-me até que ficaram contentes, orgulhosos, com a responsabilidade que lhes estava a ser passada, sem no entanto questionarem se a queriam e se a

achavam importante. Rapidamente parecia estar subentendida uma obrigação moral (moralizadora?) dos voluntários cuidarem estes pobres rapazes sem amor, sem atenção, sem educação e sem futuro. Abriu-se a discussão e A. reforçou que não os deviam tratar como um grupo mas sim individualmente. Depois os voluntários começaram a dar sugestões do que fazer com os rapazes. Alex dizia que deviam ser duros com eles e também dar-lhes pequenas responsabilidades no centro. Júnior disse que deviam ir falar com as famílias, ao que Liliane logo respondeu, reforçada pela professora Tina, que muitas famílias já tinham desistido deles, já não sabiam o que fazer com eles. Mauro disse que os voluntários deviam ser figuras de referência para eles, que eles deviam admirar, que deviam dar o exemplo e nunca reforçar as coisas erradas que eles faziam, nunca rir das suas palhaçadas, mas ele não sabia bem como fazer isso. A professora Tina disse que se deviam fazer atividades que fossem ao encontro das suas capacidades e gostos, para dessa forma lhes poder ensinar algumas coisas e desenvolver capacidades (deu o exemplo de aulas de português utilizando o hip-hop). A. sugeriu que cada voluntário estabelecesse uma relação pessoal com um dos rapazes para o conhecer melhor, bem como à sua família, e para que eles possam ter alguém com quem falar, já que para A. é isto que falta a estes rapazes, atenção e diálogo. E se eles fizerem alguma coisa de errado o que há a fazer não é punir mas sim conversar e explicar porque é que está errado, porque para A. estes rapazes poderiam não saber o que é certo ou errado, a sua noção poderia não ser igual à dos voluntários.

Esta foi para mim uma reunião surreal. O aspetto positivo foi que pela primeira vez vi A. assumir os voluntários como parceiros no centro, conferindo-lhes responsabilidade e falando (quase) de igual para igual com eles. Mas esta cedência de responsabilidade permitiu que A. evitasse a sua própria responsabilidade de autoridade máxima no centro e de criador desta “intervenção” com os rapazes Delite. O que para mim parecia o mais importante não tinha sido falado, mas os estatutos tinham sido mudados e talvez isso é que tenha permitido o “sucesso” da reunião: num simples passo de retórica os jovens voluntários subiram de posto, de jovens irresponsáveis, destinatários do centro, a jovens responsáveis, educadores mesmo, que agora tinham outros jovens mais novos, mais irresponsáveis, mais perdidos, por quem ser responsáveis, a quem educar, a quem integrar. Assistia-se como que a três patamares de responsabilidade, agora que se tinham encontrado os destinatários finais, os mais necessitados, e agora que A. finalmente tinha reconhecido aos jovens voluntários a

plena integração no patamar do meio. No final da reunião eu só consegui alertar para a extrema complexidade deste trabalho a que os voluntários se propunham, e ficou decidido que se marcaria uma outra reunião para discutir mais aprofundadamente tudo isto. (Notas de campo, 20 de fevereiro de 2009)

Esta próxima reunião, contudo, nunca chegou a acontecer. Os voluntários estavam dedicados exclusivamente à preparação do desfile de Carnaval e os rapazes da Malta Delite não foram envolvidos em nenhuma atividade ou tarefa em particular, limitando-se a assistir aos ensaios da coreografia dos voluntários. Estes eram liderados por Júnior, que se deslocava ao centro de Covada cerca de duas vezes por semana, aos finais da tarde para os dirigir. À medida que os ensaios decorriam Júnior ia criando, com notório gosto e empenho mas de forma muito improvisada, uma coreografia que me parecia algo complexa e nem sempre em sintonia com o ritmo da canção que tinha sido criada pelo professor de música. No entanto, lentamente o grupo de voluntários, no qual eu e a Filipa nos incluímos, começava a seguir os passos e ficava cada vez mais entusiasmado com a dança. Todavia, os ensaios decorriam sempre com alguma desorganização. Por regra começavam com grandes atrasos e o grupo que dançava estava constantemente a alterar-se, com faltas, desistências e novos elementos em cada ensaio. Por outro lado, no centro juvenil nem sempre havia disponibilidade de espaço para o ensaio, pois por vezes o terraço estava ocupado com outras atividades. Isto deixava os voluntários irritados, queixando-se de “ficar sempre para trás” no centro. Assim que começavam os ensaios muitas pessoas da zona vinham para o centro para assistir (muitas delas nunca tinham frequentado o centro noutras momentos), incluindo sempre alguns dos rapazes da Malta Delite, entrando e saindo, conversando, rindo e claramente gozando com os que dançavam. Estas constantes movimentações e barulho perturbavam efetivamente os ensaios, mas eu parecia ser o único incomodado com isso.

Ontem fomos a mais um ensaio da coreografia dos voluntários para o desfile da AUJ. Era o quinto e penúltimo ensaio mas foi mais uma vez a mesma confusão. Ontem tudo aquilo mexeu comigo, fiquei cansado e irritado. O terraço estava outra vez cheio de gente apenas a olhar e a falar, gente a entrar e a sair, a fazer barulho, e ninguém sentia necessidade (ou capacidade) de lhes pedir para saírem. No início o Júnior pediu ao microfone para as pessoas que não tinham nada a ver com o ensaio saírem, mas só conseguiu que saíssem crianças. Os rapazes e raparigas mais velhos ficaram lá com a desculpa que estavam interessados em dançar mas depois não faziam nada e ficavam só

a rir. O próprio ensaio foi uma confusão. Júnior continuava a gritar e a ensaiar o esquema apenas com base na repetição. Ia inventado passos para encher a música sem noção dos tempos e da estrutura da canção, até que chegou a um impasse que não conseguiu ultrapassar. Outros voluntários tentavam ajudar dando palpites, mas sempre de forma incoerente. Tudo isto, a juntar à desordem e barulho que reinavam naquele terraço, cansou-me e desanimou-me e decidi ir-me embora mais cedo. À saída falei com Elton e disse-lhe que achava que os ensaios precisavam de mais tranquilidade. Ele respondeu que até tinha conseguido manter os rapazes Delite fora do centro, revelando que para ele o problema estava resolvido, os “mal comportados” estavam lá fora e o resto das pessoas e do barulho no terraço eram normais. Percebi que a irritação e o incómodo eram só meus... (Notas de campo, 21 de fevereiro de 2009)

O fim de semana do Carnaval estava próximo e tudo o que eu já tinha visto e passado com os voluntários fazia-me duvidar cada vez mais das suas capacidades de organização. Naquele momento tinha muitas dificuldades em prever como decorreria o nosso desfile. Todavia este grupo de jovens iria mostrar-me uma vez mais como era capaz de, no meio do que a mim me parecia confusão e preocupação, realizar grandes atividades coletivas, sempre com muito entusiasmo e prazer. O desfile viria a ser, para eles, um sucesso.

No dia seguinte voltei ao centro para o último ensaio. Aparentemente no dia anterior, depois de eu e a Filipa sairmos, o Júnior, com a ajuda da professora Tina e do Rui, conseguiram ultrapassar o impasse e terminar a coreografia. Nesse dia o ensaio correu muito bem, já todos sabiam a coreografia e todos dançamos corretamente. Também estavam menos pessoas no terraço a assistir, o que gerou menos perturbação. Eu fiquei mais satisfeito e surpreendido pela capacidade destes jovens resolverem os problemas com base no improviso. O ensaio foi muito rápido porque já tinha começado tarde e o Benfica estava a jogar contra o Sporting naquele momento, o que estava a apressar todos os rapazes. O par da Filipa, um rapaz do grupo de danças da Fontinha, disse-lhe mesmo que não estava a conseguir concentrar-se no ensaio porque só conseguia pensar no Benfica. No final do ensaio ficou combinado encontrarmo-nos todos no dia seguinte (sábado) para o ensaio geral às 16h.

Nesse sábado começava o Carnaval. De manhã as ruas do centro da cidade estavam cheias e animadas, com as pessoas procurando perucas e máscaras nas lojas chinesas. À tarde começavam os primeiros desfiles das escolas. A escola da Covada

também ia desfilar, com a professora Tina como principal organizadora. A Praça já estava cheia de gente para ver os desfiles das crianças. Pelas 16h vimos finalmente o grupo da escola da Covada; era um grupo muito grande, com muitas alas pois cada turma era uma ala, mascarados segundo o tema dos animais e plantas (coelhos, galos, joaninhas, flores, lavradores, etc.). Vimos muitas crianças que conhecíamos do centro e também alguns voluntários a acompanhar o grupo, tal como Max, incansável a animar e a organizar as crianças, a Liliane, a Maria e outras raparigas que estavam muito divertidas. No dia anterior tinha assistido a uma discussão entre Liliane e Max porque este tinha recebido uma t-shirt da escola e ela não, mas de facto Max tinha ajudado muito no desfile da escola, ensaiando danças com as crianças e fazendo o desenho da bandeira da escola. Seguimos o desfile da escola durante algum tempo mas eu estava com pressa para ir para o centro, pois passava já das 16h. Mas como ainda estavam muitos voluntários no desfile da escola ficámos mais um pouco. Chegámos à Covada às 17h, mas como era previsível não estava lá quase ninguém. Só depois das 18h é que chegou o Júnior e começou o ensaio, que foi muito rápido. No final Júnior sentou toda a gente no chão e disse que as meninas deviam trazer saia rodada escura e os rapazes deviam trazer calças pretas e um lenço na cabeça (semelhante à indumentária que o grupo de danças da Fontinha utilizava nas suas apresentações). Marcámos encontro para o dia seguinte (dia do desfile) ali no centro às 14h.

No dia seguinte chegámos ao centro depois das 14h30 mas ainda não estava lá quase ninguém. Só o Rui tinha chegado, aliás tinha chegado 20 minutos antes das 14h. Ele era o único a chegar sempre a horas e eu perguntei-lhe porquê. Ele respondeu que quando tem um compromisso fica sempre preocupado em chegar a horas porque não quer que os outros fiquem à espera dele. Eu disse-lhe que ele era uma exceção e ele concordou. No entanto, mesmo tendo esta consciência, nunca o vi chatear-se por causa disso. Quando os outros chegaram, já depois das 15h, ele sorriu alegremente e não disse nada...

Os únicos que já estavam no centro eram os jovens do grupo de teatro, que estavam a pintar os seus corpos para o desfile. Estavam organizados e animados, mas sempre orientados por V. e M.. Depois das 15h começaram a chegar os voluntários e muitos outros jovens e crianças da zona para se pintarem e receberem as suas t-shirts. Liliane, Maria, Pati, Lila e Marta chegaram fantasiadas e pintadas com brilhantes, muito animadas, sem apresentar qualquer justificação para o atraso e nem mostrar

preocupação com a falta de tempo que tínhamos, já que o desfile devia começar às 16h30 na Praça D. Luís. Eu não queria acreditar, mas resignei-me e aderi à animação. O centro estava agora cheio de gente, todos muito alegres, a gritar, a entrar e a sair, todos já pintados e fantasiados, ou então pintando-se uns aos outros naquele momento, coisa que nós também fizemos. Eu tinha pedido uma calças pretas a Elton de propósito para o desfile mas quando cheguei ao centro vi que todos os rapazes tinham ignorado isso e estavam com calças de ganga. Ironicamente eu tinha decidido ignorar o lenço da cabeça mas quase todos os rapazes traziam um... Acabei por usar uma peruca azul que tinha comprado no dia anterior.

A confusão continuava na sala de jogos, com toda a gente a gritar, a brincar, a pintar-se, e a Liliane e o Carlos (que eu conhecia das sessões de debate do ano anterior mas que nunca mais tinha aparecido no centro, talvez devido ao seu trabalho como motorista, talvez porque agora quisesse uma t-shirt...) começaram a distribuir as t-shirts. Stip tinha saído para almoçar quando nós chegámos ao centro e só voltaria quase às 16h. Elton tinha ido ao enterro da avó de Élio, que tinha falecido no dia anterior. Quando chegou percebeu que não tínhamos nada que identificasse o nosso grupo. Tinha sido decidido escrever “União Juvenil” na frente das t-shirts dos voluntários, mas durante a semana os voluntários apenas se tinham mobilizado para escrever “Vencer” na parte de trás das mesmas. Stip tinha dito que iria fazer uma faixa com o nome da associação, mas não o tinha feito. Quando Elton percebeu esta falha mandou escrever “União Juvenil” à frente das t-shirts dos voluntários, mas como já eram 15h30 só foi possível fazê-lo em algumas. Entretanto todos estavam a ficar nervosos e com pressa. Finalmente alguns voluntários tinham percebido o quanto tarde era e começaram a gritar que era tarde e que tínhamos de ir embora. Faltavam 15 minutos para as 16h quando começámos a sair do centro e percebeu-se que se fossemos a pé nunca chegaríamos ao centro da cidade a tempo. Então Stip, que acabava de chegar, chegou-se a mim e perguntou-me “podíamos alugar dois Amizades?” (autocarros da companhia Amizade). Eu fiquei estupefacto! Como se tinha lembrado ele disto agora? Porquê só agora? E seria assim tão fácil alugar autocarros em tão pouco tempo? E teríamos nós dinheiro para isso?... Em cinco minutos os autocarros chegaram. Afinal Stip tinha um amigo na companhia de autocarros e foi só fazer um telefonema. Rapidamente todos entrámos nos autocarros, alegres, divertidos e confiantes. Durante todo o percurso até ao centro da cidade cantámos a nossa música e

sentia-se o orgulho a crescer à medida que íamos percorrendo aquelas ruas mais do que conhecidas a caminho da Morada⁵⁴. Uma alegria esfusiente vibrava dentro do autocarro e transbordava para as ruas, fazendo os transeuntes olharem para nós. Uma grande festa para aqueles jovens...

Chegámos à Praça D. Luís e logo nos organizámos na rua para desfilar. À frente ficaram os adolescentes da equipa de futebol da Fontinha, todos equipados, seguidos pelas crianças da capoeira, que já estavam na Praça à nossa espera; depois estávamos nós, os voluntários, com as nossas t-shirts “Vencer”, alinhados em duas filas de pares, seguidos pelos jovens do grupo de teatro com os corpos e caras pintados, formando duas filas, uma preta e outra branca, e por fim o grupo de batucada (um grupo da zona da Covada que tinha sido contratado para nos acompanhar). No final juntavam-se todos os outros jovens da zona, vestidos e pintados das mais diversas formas, outros voluntários da associação e ainda outras pessoas da zona que apareceram naquela tarde para o desfile. Fiquei com a impressão que provavelmente muitas destas teriam vindo na esperança de conseguir uma t-shirt mas a distribuição tinha sido muito bem organizada pela Liliane, que tinha registado os nomes de todos os que tinham estado nos ensaios da coreografia, embora alguns “voluntários” que não tinham estado envolvidos em nada tivessem conseguido uma t-shirt, tais como Marta ou Carlos, devido ao seu “estatuto” de voluntários ou talvez simplesmente por serem amigos de Liliane. Tivemos de esperar ainda uns 20 minutos pela carrinha com as colunas de som. Quando esta chegou trazia um grande papel de cenário colado no capot onde estava escrito, muito tenuemente, “União Juvenil – Nos Luta”. A carrinha ficou à frente do grupo de voluntários, atrás do grupo de capoeira. Já a participação das turmas de música ficou reduzida a 3 ou 4 crianças, sem qualquer caracterização, que a professora acompanhou durante o desfile, entre os voluntários e o grupo de teatro. Tal ficou a dever-se ao facto de não se ter conseguido um carro que transportasse as crianças durante o percurso, o que aparentemente seria responsabilidade de Elton ou de Max, cada um dizendo que o outro é que não tinha feito o combinado.

Finalmente começámos o desfile subindo a Rua de Lisboa, cheios de energia. A capoeira gingava na frente, por vezes parando e fazendo roda, chamando a atenção das centenas de pessoas que preenchiam os passeios e as varandas. Eu sentia algum

⁵⁴ Designação local para referir o centro da cidade.

nervosismo perante tanta gente. A batucada soava atrás, imponente e animada. O grupo de teatro agitava-se, moviam-se em sintonia causando uma impressão visual forte, bonita. Nós, os voluntários, íamo-nos deslocando compassadamente ao som da batucada, até que parámos e a nossa música começou a soar e começámos a dançar segundo a coreografia previamente preparada. Não foi fantástico, descoordenamo-nos um pouco, desalinhámo-nos e, por falta de espaço, de vez em quando quase batíamos nas pessoas que assistiam nos passeios. Em alguns momentos os jovens da zona que nos acompanhavam formavam uma corrente dando as mãos para afastar o público e darmos mais espaço. Alguns dos rapazes Delite participavam nessas correntes. Outras vezes essas correntes desapareciam e todos se concentravam para dançar e saltar aleatória e violentamente – o que eles chamavam de “tcholdar” – ao som pujante da batucada. A partir daqui fomo-nos desorganizando cada vez mais. O Júnior estava imparável, sempre a mandar recomeçar a nossa coreografia, ouvíssemos ou não a nossa música. Nada tinha sido combinado com a batucada, que tocava quando queria. Às vezes a batucada parava um pouco e nós começávamos a dançar a coreografia, mas a meio recomeçava e lá ficávamos nós, parecendo doidos, a fazer voltas e piruetas ao som da batucada. Eu continuava sem compreender tanta intolerância perante a desorganização... Seguíamos desfilando e dançando ao longo de todo o percurso, que era longo e sempre cheio de público, mas cada vez mais desorganizados, espaçados e desalinhados, apenas concentrados no nosso par, cada vez mais cansados, mas sem parar. Por vezes sentia alguma vergonha, sentia-me quase ridículo aos olhos de tanta gente mas, tal como os outros voluntários, não parava de dançar. À medida que desfilávamos alguns jovens da zona que não estavam na coreografia corriam para trás e para diante, formando filas e passando pelo meio do grupo que dançava ou então juntando-se e saltando em grupo, aos encontros uns aos outros, ao som da batucada. Por vezes alguns voluntários que dançavam, como Maria, Liliane e Lila, juntavam-se a este grupo e a coreografia foi gradualmente perdendo dançarinos. Mac circulava entre nós com uma mochila nas costas de onde saía uma palhinha por onde todos bebiam. Rapidamente percebi que o que ele distribuía era grogue, e alguns voluntários, depois de beber diziam “agora sim, estou quente”. Já perto do final do percurso, na Rua 5 de julho, o desfile desintegrou-se totalmente e os jovens começaram a “tcholdar” mais fortemente. Quando terminámos voltámos à Praça D. Luís em grande euforia, todos orgulhosos do nosso desfile. Na Praça começavam os preparativos para o último ensaio do grupo Mindel Fantasy (um grupo aberto a toda a cidade que anualmente cria

músicas e coreografias originais para um desfile coletivo na noite de segunda-feira de Carnaval, sendo esta uma das maiores atrações do Carnaval para os jovens). Muitos dos voluntários tinham-se inscrito neste grupo e logo integraram, em ambiente de festa, o enorme conjunto de pessoas que dançavam na Praça naquele final de tarde de Carnaval... (Notas de campo, 27 de fevereiro de 2009)

Nos dias seguintes o Mindelo continuou em festa, com novos desfiles e as ruas do centro da cidade repletas de pessoas dançando, bebendo, festejando aparentemente de dia e de noite, muitas delas mascaradas de formas tão inusitadas como criativas, inventando os disfarces mais macabros ou caricatos, incluindo os inevitáveis “mandingas” (no fim de semana anterior alguns dos voluntários do centro de Covada também tinham saído num grupo de mandingas daquela zona). Na segunda-feira à noite voltei a ver muitos dos voluntários da AUJ (Elton, Stip, Mac, Liliane, Pati, Maria, Marta e Lila) a desfilar no cortejo do grupo Mindel Fantasy em grande folia, alguns deles vestindo ainda as camisetas “Vencer” do desfile da véspera. Mais tarde, na Praça Nova reencontramos vários deste voluntários a passear e a beber em conjunto, bem como Luísa, uma das voluntárias mais novas, que no entanto não estava ali para se divertir mas sim para ajudar a sua mãe na venda de bebidas e guloseimas aos foliões. Passei o resto dessa noite com alguns dos voluntários numa festa dos professores da escola de Covada, num restaurante famoso da cidade, organizada pela professora Tina, e no dia seguinte ainda voltei a encontrar algumas das voluntárias mais folionas (Maria, Pati, Marta) nas ruas da cidade, depois dos desfiles, outra vez pintadas e com perucas, mas já com pena do Carnaval estar a acabar...

Depois de terminado o período festivo, no centro de Covada não se realizou nenhuma reunião para a avaliar todo o processo de participação da associação no desfile de Carnaval. Informalmente eu fui perguntado aos voluntários o que tinham achado e a resposta era invariavelmente a mesma: tinha sido fantástico, bom para o centro e muito divertido! Também Stip e Elton partilhavam desta opinião. Elton apenas lamentava que o grupo não tivesse levado qualquer identificação da associação. Todavia, nas semanas seguintes o envolvimento dos voluntários no centro juvenil voltou a assumir o caráter pontual e disperso que tinha antes da preparação do Carnaval. Elton mantinha a intenção de estruturar o voluntariado na associação por áreas temáticas e atribuir responsabilidades específicas a cada voluntário. Porém, durante o restante período em que eu permaneci na cidade (até ao final do mês de março) nada se alterou e o

voluntariado no centro permaneceu sempre mais um estatuto do que uma prática, dinamizado essencialmente em torno de atividades pontuais de natureza coletiva e festiva.

Uma semana depois do Carnaval, porém, teve lugar uma rara atividade de voluntariado no centro da Covada: uma sessão de “Cientistas no Terraço”. Esta era uma ideia antiga de A., que desejava realizar sessões periódicas de divulgação e debate “científico” no centro como forma de aproximar os jovens do conhecimento académico e de estimular a reflexão sobre temas sociais, ambientais, de saúde, entre outros. Até àquele momento na verdade só duas sessões destas tinham sido realizadas, a primeira animada por mim, em janeiro, na qual tinha apresentado a minha própria pesquisa e discutido alguns resultados preliminares, e a segunda pela Filipa, sobre saúde mental. Naquele dia seria Telma a dinamizar uma sessão dos “Cientistas no Terraço”. Esta voluntária estudava filosofia na Universidade de Cabo Verde e tinha-se oferecido, não sem insistência prévia dos animadores, para preparar uma sessão de debate. Ela estava ansiosa e tinha pedido ajuda a M., que também tinha estudado filosofia, para preparar consigo a sessão. Telma tinha escolhido como título do encontro “Filosofia, manera?”⁵⁵ e tinha preparado toda a sessão sob o formato de questões que achava serem contributos importantes do pensamento filosófico.

Hoje à noite fui assistir à sessão dos “Cientista no Terraço”, organizado pela Telma com ajuda da M. Realizou-se na sala de televisão, e não no terraço, porque estava muito vento. Achei que ela apresentou muito bem, muito claramente e sempre em crioulo, mesmo a apresentação de Power Point, que continha essencialmente perguntas. Ela tinha uma boa assistência, com muitos jovens do centro, incluindo Elton, Stip, Dido, Maria, Liliane, Mac, Rui, Tina, três rapazes da malta Delite e ainda o seu irmão mais velho. A conversa correu muito bem e os jovens sentirem-se à vontade para participar. Embora Elton, Liliane e Tina tenham falado mais, pareceu-me que quase todos estavam a seguir a discussão com interesse. A partir das questões lançadas por Telma, a discussão fluiu animadamente, embora quase sempre num registo muito genérico. Foram abordados temas como a importância de se ser ativo (por oposição a passivo) quando se deseja algo, a importância de questionar aquilo que é apresentado como verdade e de compreender que existem sempre diferentes pontos de vista sobre uma mesma realidade, a necessidade de conhecer antes de julgar, a importância do

⁵⁵ Em português: “Filosofia, o quê?”.

questionamento para poder surgir a mudança e a evolução, a necessidade de cada um identificar valores que orientem a sua vida de cada e por fim a afirmação da liberdade individual para expressar opiniões próprias, o que, segundo Liliane, poderia por vezes ser um ato de coragem (dá o exemplo da crítica a Deus). No final da discussão Telma ressaltou a presença constante da filosofia na vida de cada um e eu, aproveitando essa deixa, sugeriu que pensássemos em questões filosóficas que tivessem a ver com a nossa vida real. Surgiram ideias curiosas. Dido, que naquela altura andava a tentar que Maria namorasse com ele, foi o primeiro a avançar uma questão: “porque é que as mulheres põem os homens a sofrer?” Em seguida foi Rui que perguntou “porque é que ligamos aos que os outros pensam?”, o que Liliane reforçou com uma nova pergunta: “porque é que vivemos segundo o que a sociedade pensa?”. Um dos rapazes da Malta Delite, que tinha estado silencioso até então perguntou com muita espontaneidade “porque passo o dia todo aqui?”, o que surpreendeu a todos. Depois Tina lançou a questão “porque nos preocupamos tanto com o futuro?” ao que Liliane responde “eu preocupo-me com o meu futuro porque o presente vivo-o agora”. (Notas de campo, 27 de fevereiro de 2009)

As questões levantadas nesta conversa ficaram na generalidade sem resposta, mas a maioria dos jovens participantes manifestou prazer em ter estado presente e vontade de que tais iniciativas se repetissem. Infelizmente tal não aconteceu, pelo menos até ao final da minha pesquisa em dezembro de 2010.

Nas últimas semanas da minha estadia mais prolongada no Mindelo (até final de março de 2009), com o envolvimento dos voluntários reduzido a momentos de convivialidade, a gestão do centro da Covada resumia-se à manutenção e coordenação das atividades correntes. Aproveitando esse período mais calmo, procurei aprofundar o entendimento que os responsáveis da associação tinham do seu trabalho e dos jovens a quem se dedicavam. No entanto, estando A. ausente, dediquei-me em particular a acompanhar e discutir com Elton e com Stip o trabalho da associação, realizando inclusivamente uma entrevista com cada um deles.

Elton reconhecia que o envolvimento dos voluntários nos centros era pontual e imprevisível e, generalizando, entendia que a maioria dos jovens tinha dificuldades em assumir responsabilidades. Com base na sua experiência de trabalho juvenil acreditava que para envolver os jovens era sempre necessário disponibilizar “estímulos” que os atraíssem, tais como comida, festas, bens materiais ou retribuições financeiras. Esta era

também a opinião de A., que aliás transparecia no frequente apoio prestado pela associação a atividades festivas e refeições coletiva ou a retribuições individuais⁵⁶. Já Stip considerava que aquilo que atraía os jovens para o voluntariado era o desejo de “fazer qualquer coisa para a sociedade”. Contudo acreditava que muitos também eram motivados pelo desejo de ganhar experiência e pela possibilidade terem acesso a formações, ambas com vista a aumentar as oportunidades de conseguir um trabalho no futuro.

Elton identificava nos jovens cabo-verdianos alguma passividade e falta de empreendedorismo, características que para ele se manifestavam numa tendência a viver no presente e não fazer planos de longo prazo, permanecendo antes à espera de apoios ou oportunidades externas. Referindo-se em particular aos jovens da periferia da cidade Stip reforçava esta ideia: “Às vezes eles não têm muito interesse, falta de empenho, de motivação, ficam sempre aqui (...) Ficam à espera que o trabalho venha ter com eles. Às vezes é mesmo um desleixo”. Todavia este educador justificava parcialmente esta tendência pelas carências económicas sentidas pela maioria dos jovens da periferia, assim como pelo seu afastamento da informação e das iniciativas e programas de apoio existentes no centro da cidade, que raramente chegavam ao conhecimento dos jovens da periferia. Já Elton entendia que a passividade juvenil estava relacionada com uma “baixa autoestima” dos jovens, um receio de falhar nos seus projetos de vida, o que relacionava com a falta de políticas de apoio aos jovens, nomeadamente para estudar, trabalhar ou ocupar os seus tempos livres:

“Porque às vezes o governo reclama e mesmo a sociedade em geral critica mas o governo não cria condições para os jovens melhorarem, só dificulta a vida dos jovens. *[Que condições?]* Por exemplo dar mais escola para jovens, eu por exemplo pago 15.000 escudos para estudar, tem uma data de jovens com 12º que não conseguem pagar, os 15 contos é praticamente o salário de uma família. Os jovens que acabam 12º e não conseguem estudar mais começam a frustrar, e procuram outras saídas, começam a beber, fumar, para tentar passar tempo”. (Entrevista a Elton, 10 de março de 2009)

Todavia Elton acreditava que a passividade e falta de confiança dos jovens também emergia como consequência da ausência de crítica social numa sociedade pequena e profundamente partidarizada como a cabo-verdiana, onde o medo de manifestar opiniões e fazer exigências se sentia desde a escola até aos locais de

⁵⁶ Prática também frequente noutras estruturas nacionais de mobilização juvenil, tais como os Centros da Juventude governamentais, as juventudes partidárias ou organizações não-governamentais.

trabalho, por receio de ser prejudicado e excluído de redes sociais ou de privilégios. Este medo seria ainda mais intenso entre os jovens que, segundo este animador, ocupavam um lugar social desvalorizado e dependente face aos mais velhos:

“[Mas de onde vem essa falta de autoestima?] Eu acho... talvez sejam os valores que nos transmitem desde há muito tempo, porque até agora a gente ouve os mais velhos a dizer ‘os jovens não têm capacidades, não querem fazer nada’. Uma vez lá no aeroporto ouvi um comentário e dei logo uma resposta àquele senhor, ele não ficou contente. Ele estava a falar mal do governo, ele dizia que o governo era assim porque temos uma juventude de merda; eu disse não, a juventude é assim porque é a educação que vocês lhe dão. Ele disse não e coisa... Eu disse-lhe ‘um dia você também foi jovem e agora talvez tenha filhos que são jovens, porque é que você não pôde mudar a situação?’ E depois ele era taxista e eu disse-lhe ‘vocês dizem que nós não reclamamos, mas quando houve aquela subida de 7 escudos no combustível e vocês ficaram só a falar com os companheiros e na hora de aparecer na manifestação nenhum de vós apareceu? Porque vocês ficaram todos com medo; se vocês que são maiores ficaram com medo, nós que somos jovens ficamos com mais medo ainda’. Eu dei-lhe logo um exemplo. Ele tinha dito que nós éramos uma juventude de merda e eu não gostei, porque eu senti-me como jovem e disse ‘não, a juventude está assim também por causa... pode ter vários motivos mas um dos motivos é esse, a educação que vocês deram’ (...) Os mais velhos têm de ser os primeiros a dar o exemplo e depois nós seguimos, não é só ficar a mandar bocas”. (Entrevista a Elton, 10 de março de 2009)

Coerente com esta perspetiva, Elton, à semelhança de A., encarava a AUJ como um contexto onde seria possível promover uma interação construtiva entre jovens e adultos. Como exemplo disso referia o trabalho que a professora T. D. estava a realizar com os rapazes da Malta Delite, cujo apoio não se resumia ao estudo mas também a algum aconselhamento pessoal baseado numa relação de proximidade construída com eles. Este era porém um exemplo único na atividade da associação até àquele momento. De resto, o aspeto mais valorizado tanto por Elton como por Stip no trabalho da associação era justamente o contributo que os centros juvenis teriam dado para que os jovens se conhecessem entre si e para que se construíssem relações de convivialidade e de amizade juvenil nas respetivas zonas e entre elas. Stip referiu mesmo com orgulho que na zona de Covada existiam grupos de jovens rivais que depois se vieram a dissolver como consequência do trabalho do centro juvenil. Para Elton, tão importante como manter as atividades já oferecidas pelos centros nas áreas do deporto, música, dança, teatro e apoio ao estudo (algo que ele valorizava já que não haveriam outras

organizações na cidade que oferecessem o mesmo, inclusivamente em horário noturno, mais conveniente para os jovens), seria também promover atividades de grande dimensão que envolvessem os jovens de todos os grupos dos centros de forma a “manter a união”.

De uma forma genérica, Elton encarava o trabalho realizado nos centros juvenis como promotor de valores e regras sociais, tais como o respeito, que ele considerava fundamental, e esperava que tal trabalho fosse um contributo para a diminuição das desigualdades sociais e da discriminação sentidas pelos jovens. Já Stip olhava para o trabalho da AUJ como uma forma de dinamização juvenil que evitasse que muitos jovens “ficassem só na rua expostos a vício e desvios”, e em especial à violência. Este educador valorizava ainda o facto da associação estar a “trazer um pouco da cidade à periferia” oferecendo aos jovens daquelas zonas oportunidades de informação, formação e participação cívica às quais não teriam acesso senão nas estruturas do centro da cidade. Ambos os educadores gostariam de assegurar um envolvimento mais “responsável” dos jovens voluntários na associação, mas reconheciam que eles próprios também tinham ainda muito a melhorar no seu trabalho de animação e gestão dos centro. Elton referia especificamente o seu interesse em melhorar as capacidades de avaliação da associação, assim como o trabalho que realizavam com os adolescentes da Malta Delite.

Paralelamente, fui também questionando os “voluntários” com quem tinha mais proximidade sobre a visão que tinham do trabalho realizado pela associação assim como sobre as suas motivações para frequentar os seus espaços e participar nas suas atividades, tendo aliás incluído um ponto sobre este tema nas entrevistas biográficas que realizei com estes jovens (ver próximo capítulo). As respostas que obtive a estas questões caracterizaram-se tanto pela sua consistência como pela sua generalidade. A totalidade dos jovens tinha uma boa (mas genérica) impressão do trabalho desenvolvido e valorizava a presença dos centros juvenis nas suas zonas. Este enraizamento geográfico era aliás um fator muito evidenciado, sendo frequentemente ressaltado o contributo da associação a nível comunitário: “fazer bem pela zona” (Liliane), “ajudar a comunidade a desenvolver-se” (Max), “aproximar grupos rivais” (Júnior). Este contributo era evocado, no entanto, sempre de forma pouco concreta e os jovens tendiam resumi-lo numa ideia central: “convivência”.

“...Por isso eu digo um ‘excelente trabalho’. [E o que é que tu achas que se podia fazer mais, o que é que era importante para os jovens da zona?] É chegar a outras zonas, para conhecer outros lugares. [Mas há algum tipo de atividade que tu gostavas que fizessem mais? Algum apoio?] Sim... humm... estar com outras pessoas, ajudar a outras pessoas... eu não sei que tipo de ajuda mas o centro faz um excelente trabalho porque teve uma época, no fim de ano, que deram tinta para cair as casas, nós limpamos a zona, nós demos cal para cair a beira do passeio, umas limpezas, nós fizemos um bocado de coisas para a convivência aqui neste centro”. (Entrevista a Mac, 24 de março de 2009)

“[Achas que este centro é bom?] Claro [Porquê?] Porque muitos meninos que estão aqui antes estavam na rua a brincar, mas sempre saíam aquelas confusões e eles resolviam era com pancada, mas quando eles vêm para aqui, até a ver televisão, pelos menos alguns ficam quietos, falam com eles e eles ouvem, é melhor do que ficarem lá na rua, onde podem acontecer uma data de coisas *mariod*⁵⁷; isso é importante. Ele é um centro de convivência, não é verdade?” (Entrevista a Luísa, 12 de março de 2009)

“[O que te traz aqui ao centro?] Convivência, nas férias tinha muitas atividades e meti-me mesmo, senti-me ativa mesmo, gostei. (risos) Não estou a dizer nada de concreto!” (Entrevista a Telma, 27 de janeiro de 2009)

A par do envolvimento comunitário, o conhecimento de pessoas novas e as amizades estabelecidas através da participação nas atividades e espaços da AUJ eram frequentemente apontados pelos jovens tanto para valorizar o trabalho da associação como para justificar a sua própria participação nas mesmas. Muitos deles gostavam de me lembrar aliás de como tinha sido no âmbito das sessões de debate realizadas em abril de 2008 que muitos se tinham conhecido e tornado amigos. Elton, inclusivamente, contava sempre com orgulho que tinha sido devido a essas sessões que dois dos participantes, um de Covada e outra de Fontinha, irmãos da parte do pai, se tinham conhecido pela primeira vez.

Num interface entre uma dimensão interpessoal mais concreta (novas pessoas, novas amizades) e um envolvimento comunitário mais genérico (fazer o bem, ajudar os outros), evidenciava-se assim uma “convivência” que, facilitada pela AUJ (aliás em sintonia com os objetivos gerais de A., de Elton e de Stip), mas também noutros contextos de iniciativa coletiva juvenil (maltas de zona, grupos desportivos, religiosos ou artísticos), parecia com efeito ser uma dimensão importante nos quotidanos destes jovens. Liliane, no seu jeito mais eloquente, explicitava bem esta articulação:

⁵⁷ Expressão do crioulo cabo-verdiano que significa “incorreto”, “errado” ou “estragado”.

*“[E aqui no centro porque é que tu achas importante, porque é que participas no centro?] Eu gosto (risos), não é a primeira vez que eu faço estas coisas, eu gosto, tu sentes... quando fazes aquelas coisas tu... tu sentes um alívio... não sei... tu sentes que estás a fazer *um cosa drêt*. E depois aqui tu estás no meio de amigos, tu sentes que estás a fazer mas tu estás... para outras pessoas fazerem também; e perante a situação que nós temos aqui no centro, aqueles meninos que nós temos aqui (Malta Delite), quando nós fazemos uma coisa destas nós sentimos que estamos a ajudar, a contribuir para a nossa comunidade, nós não estamos só a estragar, tem um bocado aqui que está só a estragar, pelo menos nos estamos a fazer alguma coisa *drêt* para mais logo no futuro nós dizermos que nós ajudamos a fazer aquela coisa lá. [Sentes que o centro está a fazer um bom trabalho?] Sim, porque o centro chama muita gente, pelo menos um bocado de nós conhecemo-nos aqui, ganhamos mais intimidade com os companheiros foi aqui; como esta sala (das meninas) agora fizemos esta sala e agora estamos a aderir a ela, nós fazemos muitos amigos aqui, às vezes um de nós está com problemas e nós trazemos aqui para esta sala e nós falamos, então tu sentes-te mais à vontade, se tiveres alguma coisa não ficas em casa só a pensar, tu vens aqui pró centro. E eu acho que este centro está a tentar mudar para melhor a nossa zona, e ele está a conseguir, claro que é devagar mas pelo ele está a conseguir”.* (Entrevista a Liliane, 20 de fevereiro de 2009)

Ao relacionar o “alívio” que sentia por fazer “um cosa drêt” quando estava a “contribuir para a nossa comunidade” com a “intimidade” que ganhou com os novos “companheiros”, Liliane mostrava a relevância que para ela tinha toda uma dimensão relacional dentro da qual parecia não haver oposição entre os seus pares (os seus amigos) e a “comunidade” (concretizada no seu discurso através dos adolescentes da Malta Delite). Certamente estas eram relações bem distintas para Liliane, mas ao evocá-las em conjunto para falar do seu envolvimento na associação, ela evidenciava com clareza o modo como estas dimensões aparentemente distintas (para mim) se articulavam e complementavam (para ela) no contexto das suas práticas “juvenis”. Tal como Liliane, muitos outros jovens expressavam desta mesma forma o seu interesse em participar nas atividades da associação, reforçando inclusivamente a relevância de tal “convivência” em termos pessoais, pois que ela lhes tinha permitido “sentir-se reconhecido” na comunidade (Max) ou “aprender a lidar com pessoas diferentes” (Maria), lhes tinha dado “mais liberdade para falar, dialogar” (Mac) e tinha-os feito sentirem-se mais “integrados” na zona em que viviam (Júlio). Rui, o professor de aeróbica, era claro neste aspeto:

“[Porque é que tu agora gostas de estar aqui no centro, o que é que te atrai nestas atividades?] A convivência, às vezes ficava em casa sempre sozinho a ver televisão, gosto também de estar com os outros, conversar, as atividades são bastante interessantes. [Como é que vês o trabalhos dos dois centros, da União Juvenil?] Eu acho que está sendo um trabalho bem positivo. Está me ajudando também, está a ajudar-me a mim e aos outros. [Como é que te está a ajudar? Em que é que tu sentes que te está a ajudar?] Está-me a ajudar psicologicamente, sinto-me mais motivado, a minha autoestima fica a subir também porque estou a ajudar também os outros por isso eu sinto também que estou a ser recompensado”. (Entrevista a Rui, 19 de março de 2009)

Socialidade juvenil: entre o projeto e a convivialidade

Participar nas práticas quotidianas da AUJ e na preparação e desenvolvimento das suas atividades e “projetos” – desde a construção do plano de voluntariado ao desfile de Carnaval – foi para mim um exercício exigente de confronto como um modo de organização e de planeamento coletivos que não eram os meus. Os constantes atrasos ou ausências dos jovens às reuniões ou atividades, a desorganização das mesmas, o incumprimento de compromissos assumidos e os frequentes desencontros entre o que se dizia e o que se fazia sem que isso tivesse aparentemente qualquer consequência tornaram o meu percurso de envolvimento coletivo com estes jovens uma contínua angústia⁵⁸. Uma angústia, aliás, que nem sempre me permitiu manter o distanciamento etnográfico de quem apenas tenta “compreender” os comportamentos dos jovens e não julgá-los.

Tal experiência, marcada por um íntimo sentimento de frustração, reativava em mim constantemente o propósito inicial da minha pesquisa, nomeadamente a busca da razão pela qual os sucessivos projetos de “formação”, “capacitação” e “organização” juvenil em Cabo Verde (promovidos por agentes nacionais ou internacionais) pareciam sempre resultar em insucessos e na sua própria repetição. Fui procurando, no entanto, no decorrer da pesquisa, retomar este propósito, esta pergunta, mas menos para lhe encontrar uma resposta definitiva – que seria sempre algo ingénua e simplista – do que

⁵⁸ Também partilhada por outros expatriados europeus que trabalhavam com jovens ou outros contextos institucionais em Cabo Verde. Tais comportamentos eram justamente evocados pela expressão local “*somá cambá*” que poderia ser traduzida como “*chegar e ir logo embora*”, expressão que veio aliás a ser o mote escolhido por V., a animadora italiana, (e bem acolhido pelos jovens, que o assumiram como fiel desritor dos seus próprios comportamentos) para a construção de uma peça do grupo de teatro da AUJ.

para analisar as condições da sua formulação: o que significava fazê-la? Porque é que ela podia ser colocada? Num esforço para tentar passar “da ansiedade ao método” (Devereaux 1967) procurei assumir a minha própria experiência como elemento passível de análise etnográfica, podendo assim questionar o significado dos meus sentimentos de angústia e frustração. Consciente que tais sentimentos revelavam tanto sobre mim como sobre o contexto, ou melhor, revelava algo sobre “mim em contexto”, procurei destrinçar os elementos culturais que se confrontavam neste encontro entre “mim” e o contexto juvenil cabo-verdiano.

Facilmente percebi que eram noções de autonomia, de realização e de responsabilidade individual, em suma, de “pessoa”, que se confrontavam. Porém, o que para mim tinha sido mais desconcertante, e por isso mais revelador, era o facto deste confronto não se operar através de simples oposição entre noções de pessoa exógenas (as minhas, as “ocidentais”, as “modernas”) e endógenas (as dos jovens, as “nativas”, as “tradicionais”). Tal confronto operava-se também “nas” próprias pessoas com quem eu estava envolvido.

À semelhança do que me dissera o jovem seminarista nos primeiros dias da minha pesquisa ao evocar os paradoxos do “desenvolvimento” em Cabo Verde, também os jovens da associação evocavam e expressavam este confronto paradoxal entre diferentes formas de “desenvolvimento” (pessoal e coletivo) juvenil. Embora investindo aparentemente mais na “festividade”, na “convivência” e na busca hedonista do prazer imediato⁵⁹, estes jovens também investiam nos seus estudos e aspiravam ao sucesso profissional, também exigiam e participavam em ações de formação, também desejavam e elaboravam projetos, também se envolviam com empenho e responsabilidade em associações cívicas e em atividades coletivas ou comunitárias. Por isso percebia que as “minhas” representações de pessoa – racional, livre, autónoma e responsável – não eram apenas minhas; também eram daqueles jovens com quem eu me confrontava, e por isso eu podia colocar a pergunta sem correr o risco de ser demasiado etnocêntrico: porque é que parece que os jovens “querem” e ao mesmo tempo “não querem” projetos, formações, desenvolvimento?...

⁵⁹ Neste sentido recorriam muitas vezes à expressão “depós de passá sabe morrê é ca nada” (que poderia ser aproximadamente traduzida como “depois de passar um bom momento morrer não importa”) para expressarem a forma como priorizavam a busca de momentos prazerosos.

O próprio funcionamento da associação, tal como as iniciativas nela promovidas, parecia-me um reflexo deste mesmo paradoxo. A. tinha-a idealizado com base numa metáfora familiar e intergeracional. Consequentemente ele próprio assumia uma autoridade quase paternal junto dos jovens (bem captada pelos voluntários quando se referiam aos adolescentes da Malta Delite como “os filhos de A.”), atuando como provedor (de espaços, de recursos materiais e financeiros) e como dirigente (definindo as principais linhas de atuação) mas deixando os jovens entregues a si próprios nas suas “atividades” juvenis (festas, passeios, jogos, reuniões, teatro, “tardes-de-chá”, desfiles de Carnaval). A criação deste “espaço” juvenil, que para A. era “reconhecedor da existência”, era aliás o principal objetivo explícito da associação, já que ele acreditava que tal contexto de “divertimento” (gratuito) era formador de “processos afetivos construtivos”, de “ligações e de valores” – como a “solidariedade” que ele considerava um valor tradicional do país que estaria atualmente em declínio face ao desenvolvimento de uma ética comercial e individualista – em suma, uma forma de “aprender a entrar na sociedade”.

Porém, através da sua autoridade paternal, A. não deixava também de estimular o desenvolvimento individual de cada jovem, quer tornando materialmente possível a muitos dos que se envolviam na associação a frequência escolar ou universitária (em especial aos educadores mas também a outros jovens a quem apoiava no pagamento das propinas escolares ou ainda através das explicações oferecidas aos adolescentes da Malta Delite), quer oferecendo-lhes oportunidades de formação profissional ou de trabalho, quer promovendo as suas capacidades de organização e de planeamento de projetos (em especial junto dos educadores mas também de outros jovens que se envolviam em atividades de voluntariado), quer ainda exigindo-lhes responsabilidades individuais face aos seus compromissos, tanto na associação como nas suas vidas pessoais.

E se aparentemente os jovens que frequentavam os espaços da associação não se mostravam (aos meus olhos) autónomos e responsáveis, incapazes de realizar projetos e de assumir compromissos de longa duração, eles, porém, não deixavam de lá estar, envolvidos nesta relação “filial” como A. (e em certa medida também com os educadores que, apropriando-se da visão e do perfil de A., os reproduziam juntos dos jovens), procurando e aceitando tantos os seus recursos como as suas exigências, e tirando deles partido tanto a nível coletivo como individual. Isso mesmo se revela nos

seus próprios discursos sobre a associação, sobre o voluntariado ou sobre a exclusão social e a cidadania, evidenciando sempre em paralelo dimensões individuais e comunitárias que se articulariam numa “convivência” que tanto “ajudava” os outros como a eles mesmos.

No volume *Postcolonial Subjectivities in Africa*, editado por Richard Werbner (2002) a antropóloga Deborah Durham, no capítulo *Uncertain Citizens*, identifica justamente a emergência de uma “agencialidade híbrida” no contexto africano pós-colonial: “hybridised between a strongly asserted liberalism and the renewed relevance of group experiences” (2002:165). Para a autora, tal agencialidade estaria ancorada numa subjetividade essencialmente definida pela incerteza, sendo esta tanto mais acentuada quanto, em cada contexto nacional, as promessas de democracia e desenvolvimento económico tiverem tido maior penetração (2002:139). Durham desenvolvia o seu argumento a partir do contexto do Botswana no final dos anos 1990, no rescaldo de um período de três décadas de relativo crescimento económico e significativa mobilidade social. Eu creio poder escrever o mesmo sobre Cabo Verde no final dos anos 2000.

As recentes transformações ocorridas no país após a independência impulsionaram claramente uma ética (neo)liberal assente no primado do indivíduo, do seu desenvolvimento e autonomia pessoal, favorecendo tanto processos de individualização como de individualismo (cf. Beck e Beck-Gernsheim 2002, Velho 1994) (de certo modo em sintonia com o que me descrevera A. acerca do predomínio do egoísmo economicista em Cabo Verde). A rápida e expressiva expansão do sistema de ensino formal (Afonso 2002) teve aqui um papel central, reforçando e massificando possibilidades – mas principalmente aspirações – de mobilidade social ascendente entre os cabo-verdianos. Tal processo foi também reforçado pelo rápido crescimento tanto do setor público como do setor terciário nacionais, oferecendo crescentes oportunidades de trabalho (mais e menos qualificado) na administração pública ou no comércio e serviços (consequentemente reduzindo a dedicação da população à agricultura e reforçando a urbanização, em paralelo com um contínuo desinvestimento na produção industrial) (Afonso 2002, Lobban 1995), processos estes acompanhados ainda de uma rápida abertura do mercado nacional a bens de consumo importados e ao imaginário global (cf. Appadurai 2004).

No mesmo sentido, nos discursos, nas políticas e nos serviços dedicados à juventude, foram progressivamente implementadas medidas de apoio à “capacitação” da população juvenil, nomeadamente através da concessões de subsídios de apoio escolar (com base na situação socioeconómica da família) e bolsas de estudo (com base no mérito do aluno), de ofertas de formação profissional e estágios profissionais, de serviços de orientação vocacional e de formação pessoal e social⁶⁰, acompanhadas de toda uma retórica de reforço da necessidade (e obrigação) de empenho escolar, da responsabilidade individual e da capacidade de iniciativa. Paralelamente foi sendo cada vez mais valorizada a “participação” social dos jovens, nomeadamente através da constituição de associações e plataformas juvenis formais e da elaboração e implementação de projetos comunitários subvencionados por agências nacionais e internacionais. Mais recentemente foram ainda criadas (modestas) políticas de concessão de crédito bancário a jovens para aquisição de habitação ou criação de pequenos negócios, acompanhadas por iniciativas de apoio e formação para o empreendedorismo e empregabilidade juvenil.

O contexto atual em Cabo Verde tornou-se assim claramente favorecedor de uma noção de “pessoa” – e em particular de pessoa “jovem” – que a mim me era familiar, a saber, uma pessoa que se vê a si mesma num processo de desenvolvimento individual, projetando metas para um futuro em que se imagina independente, e competente para fazer escolhas racionais em função dessas mesmas metas. Escrevo esta frase, não sem alguma intenção de (auto-)provocação, com consciência de que ela poderia quase ser uma definição (neo)liberal de “jovem”, uma definição da qual fui reconhecendo que partilhava ao longo do meu “confronto” com o universo juvenil cabo-verdiano. Mas os seus termos – “desenvolvimento”, “individual”, “projetando”, “metas”, “futuro”, “independente”, “competente”, “escolhas” e “rationais” – não eram só meus; eles eram evocados também pelos discursos políticos e institucionais cabo-verdianos, bem como pelos próprios jovens. A sua origem, porém, pode facilmente ser identificada numa tradição intelectual ocidental (da psicologia à economia, da filosofia à sociologia política) que “define a ação humana como comportamento que cumpre uma intenção prévia” (Johnson-Hanks 2005:365), deste modo articulando conceções de

⁶⁰ Este é aliás o nome de uma disciplina introduzida nos currículos do ensino básico e secundário a partir do final da década de 1990.

desenvolvimento individual e desenvolvimento socioeconómico⁶¹ (cf. Maira 2004) em torno de noções como racionalidade e liberdade e mais recentemente de “agencialidade”. Quando aplicados à juventude este discursos evocam, em suma, aquilo que Durham, num texto mais recente, chama “the romance of youth agency” (2008).

Com efeito, segundo esta antropóloga a teoria do século XX sobre a juventude, tanto psicológica como sociológica ou antropológica, é distintamente romântica: “...because it poses the young person as hero of a narrative in novelistic form, characterized by challenge, crisis, and resolution and by attention to human interiority” (2008:167). A autora defende, apoiada na análise literária de Buckley (1974, cit. in Durham 2008:167), que esta teoria teria sido desenvolvida a partir de motivos característicos do período Romântico dos séculos XVIII e XIX, motivos esses particularmente expressos nos “*bildungsroman*”, romances sobre o desenvolvimento psicológico do caráter:

“In the *bildungsroman*, a young person constrained by the limited, and typically backward, society of a rural home and by the lack of opportunity for development provided by local education moves to the city, with its diverse, uncertain and perplexing opportunities. There, he confronts the moral shortcomings of contemporary life and finds his imagination freed to explore and experiment. In the end, the youth finds his walk in life (or career) by bringing together his imagination, a new self-consciousness (often painful), and the wider society he has entered”. (2008: 167)

Para Durham estes romances, desenvolvidos no contexto da industrialização euro-americana, articulavam crescimento pessoal e mudança social e colocavam (tal como o fez Mannheim) a juventude no centro desses processos⁶². Desta forma, à medida que o jovem encontra a sua agencialidade – individualidade, capacidade de fazer escolhas e de

⁶¹ Para uma análise crítica dos discursos “científicos” e do “olhar clínico” sobre o (sub-)desenvolvimento económico e social dos países do “terceiro mundo” e a sua articulação com os discursos científicos desenvolvimento individual ver Escobar (1995).

⁶² É curioso notar que o mais importante romance cabo-verdiano – “Chiquinho” (1997 [1947]) – da autoria do Baltasar Lopes, um dos fundadores da revista literária “Claridade”, relata justamente o percurso de um jovem nestes mesmos termos. Sendo natural de uma localidade rural na ilha de São Nicolau, Chiquinho protagoniza assim neste romance, ao longo da década de 1930, um percurso que o leva do meio familiar e próximo da natureza da sua aldeia natal aos estudos no seminário da vila, seguindo depois para o liceu em São Vicente, onde explora interesses intelectuais, amizades intensas e enlaces amorosos, e, concluídos os estudos, regressando novamente à sua ilha natal para se tornar professor do ensino primário. O romance termina porém com a frustração de Chiquinho face à precariedade e desinteresse das suas conquistas profissionais, optando este, no final da obra, por emigrar para os Estados Unidos da América, à semelhança de muitos outros cabo-verdianos com mais ou menos qualificações académicas. Ironicamente Chiquinho acaba, desta forma, por repetir os passos do seu pai, que havia partido para o mesmo destino muitos anos antes, desse modo podendo custear o percurso académico do seu filho...

exercer a imaginação – ele torna-se também agente de mudança social. Tal visão tende a definir a juventude como um tempo de construção de uma identidade individualizada, realizada através de um movimento que é tanto liberatório como desenvolvimental (2008: 167-8)⁶³.

Neste quadro teórico (e político) a ideia de “projeto” torna-se central, tanto a nível individual como coletivo. Os jovens “tornam-se” (no sentido em que tanto representam como incorporam) projetos, tanto pessoais como comunitários, ou até nacionais. Os jovens devem ter “projetos de vida” e devem envolver-se em “projetos comunitários”; os jovens falam em projetos e desejam projetos, os seus grupos e associações tornam-se lugares de promoção e realização de projetos. Mas qual o significado (cultural) de tão expressiva presença de “projetos” na contemporaneidade? O antropólogo brasileiro Gilberto Velho desenvolve uma profunda reflexão em torno desta questão. Segundo este autor a noção de projeto torna-se fundamental para compreender a constituição das identidades individuais face a uma fragmentação social que seria características das sociedades modernas.

“Nas sociedades onde predominam as ideologias individualistas, a noção de biografia, por conseguinte, é fundamental. A trajetória do indivíduo passa a ter um significado crucial como elemento não mais contido mas constituidor da sociedade. É a progressiva ascensão do sujeito psicológico, que passa a ser a medida de todas as coisas. Nesse sentido a *memória* desse indivíduo é que se torna socialmente mais relevante. Suas experiências pessoais, seus amores, desejos, sofrimentos, deceções, frustrações, traumas, triunfos etc. são os marcos que indicam o sentido da sua singularidade enquanto indivíduo, que é constantemente enfatizada. Carreira, biografia e trajetória constituem noções que fazem sentido a partir da eleição lenta e progressiva que torna o indivíduo biológico em valor básico da sociedade ocidental moderna” (1994: 100, itálico do autor)⁶⁴.

Velho recorre a Shutz para definir projeto como “conduta organizada para atingir finalidades específicas” (1979, cit. in 1994:101) e parte da reflexão fenomenológica deste autor sobre a interdependência entre a projeção do futuro e a revisão do passado, para afirmar a centralidade da noção de projeto na constituição do sujeito moderno: “o indivíduo-sujeito é aquele que faz projetos” (1994:101). Para Velho, se a memória dá

⁶³ Em coerência, aliás, com as recentes perspetivas da sociologia da juventude centradas nos processos de individualização, autonomização e transição para a vida adulta; para uma revisão crítica ver Pappamikail (2010).

⁶⁴ É curioso notar consistência com a obra de Giddens (1997 [1991]), escrita no mesmo período e também marcado pela ênfase pós-moderna na fragmentação social e das identidades.

consistência à biografia, o projeto permite representá-la no futuro. Memória e projeto seriam assim as “amarras fundamentais” das identidades sociais modernas pois “situam o indivíduo, suas motivações e o significado das suas ações, dentro de uma conjuntura de vida, na sucessão das etapas de sua trajetória” (1994:101).

Se aplicado à juventude, o argumento de Velho em torno de projeto parece porém replicar facilmente o “romance da agencialidade juvenil” denunciado por Deborah Durham. A distância entre a retórica de projeto (como compromisso, como trajetória, como identidade) e a sua realização – justamente aquela que se evidenciava entre os jovens que acompanhei na AUJ – permanece ainda por percorrer, por compreender. Jean-Pierre Boutinet, no prefácio da sua obra *Antropologia do Projeto* (1997), salienta justamente este desencontro, alertando para algumas “derivações patológicas” do conceito de projeto nas sociedades atuais:

“São estas derivações que se torna, hoje em dia, imprescindível inventariar, a fim de compreender melhor como é que um regulador psicológico e cultural, o projeto, pode transforma-se em perturbador social, tal como uma imaginário sempre apresentado como criador e emancipador se transforma no seu inverso, um imaginário enganoso e alienante” (1997:9).

Num extenso trabalho de “arqueologia” do conceito de projeto, Boutinet demonstra com este emergiu e logo se tornou uma figura emblemática da modernidade. Num contexto crescentemente marcado pela “individualização das condutas” e “fragilização do tempo” (1997:25), o projeto, como instrumento (racional) antecipador num tempo prospetivo (em mudança), tornou-se uma “referência simbólica” incontornável, cuja conotação positiva dominante advém do facto de conferir um valor, um ganho identitário (narcísico), ao seu promotor (1997:21). O mesmo autor procura, no entanto, denunciar aquilo que qualifica de “uma moda do projeto” que, nas sociedades pós-industriais, se vem tornando “uma espécie de magia” que engloba em simultâneo “as condutas identitárias, as condutas criativas e inovadoras, as condutas preocupadas em dizer-se significantes, as condutas aptas a reconhecerem-se como autónomas” (1997:7). Para Boutinet tal “cultura em projeto”, definida por uma profusão de condutas antecipadoras, não procuraria mais do que fundar um lugar de legitimidade, individual ou coletiva, “uma época em que esta legitimidade não é mais concedida”, sendo esta busca de legitimidade tanto mais premente quanto mais frágeis e precárias

forem as posições dos atores (1997:8). É neste sentido que Boutinet alerta para uma das principais “derivações patológicas” do conceito de projeto:

“...*aquela da desilusão ou da imposição paradoxal*, que empurra os fora-de-projeto da nossa cultura (jovens mal escolarizados, desempregados no fim do seu período de direito ao fundo de desemprego, profissionais em reconversão problemática) a construir, para si próprios, um projeto que não terão, na maior parte dos casos, meios para realizar, por diferentes razões, relacionadas quer com as especificidades das sua história pessoal, quer com as possibilidades limitadas oferecidas pelo seu ambiente; daí decorrem, para as pessoas em situação precária, os riscos de ilusão e, logo, de desilusão em face de um futuro demasiado rápido e artificialmente idealizado; o tédio de coisa nenhuma, nascido deste desvio impossível de preencher entre a abstração de um desejo e a realidade (Huguet, 1984) instala-se então, a menos que ceda o seu lugar a uma surda revolta” (1997:9-10, itálico do autor).

Com efeito, também Velho sublinha que a construção de projetos não implica uma liberdade absoluta (de cariz racionalista) da parte dos indivíduos e lembra que a sua deliberação é sempre enformada pelas circunstâncias que limitam e constraingem os sujeitos. Tais circunstâncias constituem o que este autor designa de “*campo das possibilidades*, como dimensão sociocultural, espaço para a formulação e implementação de *projetos*” (1994:40, itálico do autor). Contudo, o que Boutinet demonstra é mais do que a contingência dos projetos; é acima de tudo a fragilidade do próprio conceito de projeto. Frequentemente assente na “pura abstração”, ele torna-se facilmente num “discurso ideológico” de legitimação que não procura mais do que mascarar uma “ausência fundadora”: “A fragilidade da figura de projeto liga-se principalmente ao facto de que esta deve impedir o indivíduo de coincidir consigo mesmo” (1997:13). Referindo-se concretamente aos jovens das “sociedades tradicionais” o autor afirma:

“Assim, a escola primária implantada não importa em que aldeia, produto importado semelhante às nossas escolas europeias, pretende operar nos alunos que enquadra uma rutura em relação ao espaço e ao tempo da sua cultura de origem. Esta rutura enceta, como consequência a introdução dos jovens escolarizados numa cultura de projeto; estes jovens devem, acima de tudo, aprender a saber o que vão fazer mais tarde, a antecipar o que desejam para amanhã, mesmo se os acontecimentos recusam posteriormente tomar em consideração uma larga parte do seu desejo” (1997:19-20).

Se a adoção (e imposição) da retórica do projeto entre os jovens cabo-verdianos pode, seguindo Velho (1994), sugerir a emergência de formas mais individualizadas, se bem que contextualizadas, de construção das identidades, já seguindo Boutinet (1997) ela constitui acima de tudo um discurso ideológico que evidencia rutura e alienação, e cuja incapacidade de concretização deixa justamente entrever a marginalidade dos próprios jovens. O caráter pontual e repetitivo das “atividades” juvenis e as frequentes frustrações na realização das aspirações individuais (ver próximo capítulo), ambas designadas paradoxalmente de “projetos”, mostram com particular acutilância a limitação deste conceito para compreender os jovens cabo-verdianos na atualidade.

Múltiplos autores dedicados à análise da juventude nos contextos africanos pós-coloniais têm, com efeito, rejeitado, mais ou menos explicitamente, a noção de projeto como categoria interpretativa (Diouf 2003, Weiss 2002 e 2005, Durham 2007 e 2008, De Boeck e Honwana 2005). Por contraponto, muitos deles têm revelado o caráter presentista, autorreferencial e contra-hegemónico das práticas juvenis contemporâneas. Estes autores enfatizando em particular as manifestações lúdicas, subversivas e muitas vezes violentas dos jovens no espaço público, sendo estas frequentemente mediatizadas por reappropriações de imagens e bens de consumo provenientes de uma cultura euro-americana globalizada (Behrend 2002, Weiss 2002 e 2005, Friedman 1994). Tais interpretações das manifestações “culturais” juvenis realçam assim o papel da imaginação – de uma imaginação que articula símbolos e referências locais e globais (cf. Appadurai 2004) – na produção do que Richard Werbner designa como “the subjective emancipation of peers” (2002:6). Mas este mesmo autor salienta que estas “lutas” juvenis pelo “controlo da própria identidade” não deixam, porém, de ser sempre efémeras: “an instant of real pleasure, but a mere instant nonetheless” (2002:7).

São diversas as manifestações e práticas juvenis no espaço público cabo-verdiano que poderiam efetivamente ser analisadas deste modo: o crescente número de festas de dança e a emergência recente dos “desfiles de moda” e “concursos de beleza” (promovendo uma performatividade corporal sensualizada), a apropriação do movimento *hip-hop* norte-americano através de múltiplos grupos e concertos de *hip-hop crioulo* e da adoção das suas estéticas de vestuário e posturais (promovendo uma performatividade corporal agressiva), a emergente “delinquência” juvenil e violência

entre *gangs* de jovens rivais⁶⁵, ou ainda o crescente consumo (e tráfico) de drogas e a permanência do (tradicional) consumo de bebidas alcoólicas.

Todas estas práticas juvenis serão certamente lugares de construção identitária e de emancipação subjetiva dos jovens cabo-verdianos. Creio, contudo, que um enfoque especial nestas manifestações – definidas pela ludicidade e pela evasão, pela efemeridade e pela autorreferencialidade, pela resistência simbólica – realçará apenas uma interpretação da juventude como uma categoria liminar, ocupando um lugar social definido pela marginalidade, pela subversão e pela criatividade⁶⁶. Em contraposição com tal interpretação, como lembra Deborah Durham, já a obra pioneira de Margaret Mead *Coming of Age in Samoa* havia sido escrita justamente para refutar uma visão da juventude como inherentemente rebelde (2008:165). Tendo-me centrado noutros aspectos da sociabilidade juvenil (grupos de amigos, grupos associativos ou de voluntariado, grupos desportivos ou teatrais), eu próprio, na esteira de Mead, não poderia subscrever a tese da rebelião ou da liminaridade juvenil em Cabo Verde. Não porque os jovens que conheci não tomassem parte nas manifestações efémeras ou subversivas acima referidas, mas porque eles não participavam *apenas* nelas; eles também se envolviam e investiam em muitas outras práticas e contextos bem menos subversivos e bem mais perenes.

Devo admitir, porém, que nem sempre entendi as práticas coletivas juvenis que conheci (e em que participei) como perenes. Pelo contrário, durante a maior parte da minha pesquisa de terreno elas pareciam-me justamente o contrário: superficiais, pontuais, descomprometidas, irracionais, em suma, irresponsáveis. Mas, percebi depois, tal entendimento revelava efetivamente muito mais de mim do que das práticas daqueles jovens: para mim um envolvimento coletivo “perene” implicaria sempre um compromisso racional e individual. Ora, foi justamente aqui que os jovens que conheci me ajudaram a pensar de outra forma. Ao praticarem e valorizarem uma “convivência”, ao mesmo tempo lúdica e solidária, ao assumi-la como aquilo que os atraía para a associação, para a comunidade, para o voluntariado, uns para os outros, e ainda assumindo-a como aquilo que os fazia sentirem-se “integrados” e que os fazia “aprender”, percebi a fragilidade do meu raciocínio “racionalista” e “individualista” (e

⁶⁵ Para uma análise mais detalhada destes aspectos entre os jovens em Cabo Verde ver Lima 2010 e Bordonaro 2010b.

⁶⁶ Tal análise evoca também a teorização do CCCS da Universidade de Birmingham em torno das “subculturas” juvenis de “resistência pelo ritual”.

do meu consequente julgamento moral). Era justamente essa “convivência” que os definia, que os constituía; algumas vezes de forma subversiva, é certo, mas muitas mais vezes de forma (re)ativadora de relações intergrupais, intergeracionais, comunitárias e institucionais.

Estes jovens, ao evocarem a “convivência”, evocavam assim uma noção de pessoa bem diferente da minha, da moderna ocidental, do “indivíduo-sujeito” em “projeto”, retomando os termos de Velho (1994). Em contraponto com esta visão, o que os jovens revelavam era antes uma noção de pessoa *intersubjetiva*, uma pessoa cuja existência enquanto “ser-no-mundo” estaria sempre mediada por outras pessoas, dependente da abertura ao outro e do entrelaçamento intersubjetivo (cf. Toren 1993 e 1995, Merleau-Ponty 1999, Viegas 2007). Curiosamente A., mesmo apontando a “falta de iniciativa” dos jovens, parecia implicitamente (e talvez sabiamente) promover, através da associação, esta mesma conceção de pessoa e, enfim, um modo de socialidade juvenil tanto (ou mais) assente na “convivência” como no “projeto”.

O cientista social camaronês Francis Nyamnjoh (2002), ao refletir sobre a constituição da subjetividade dos indivíduos e grupos mais marginalizados do seu país, avança um argumento semelhante. Ele rejeita um entendimento da agencialidade construído em torno de noções de *empowerment* individual e de criatividade ou dominação face às estruturas sociais: “I see agency not in terms of dependence or independence, but interdependence and intersubjectivity”, e interessa-lhe mais a questão “how are individuals able to be who they are – agents – through relationships with others?” (2002:111). Nyamnjoh não nega que os indivíduos exerçam liberdade e racionalidade nos seus quotidanos, tomando decisões e escolhendo caminhos de forma a atingirem os seus objetivos pessoais. Contudo o autor lembra que aquilo que “sucesso” (*achievement*) significa está sempre dependente do repertório de expectativas e referências reconhecidas e legitimadas pelo grupo, pelos outros. Aceitando estas expectativas cada indivíduo afirma a sua pertença ao grupo, e tais expectativas – a cultura – asseguram-lhe um orientação para a ação sem necessariamente a determinarem (2002:113-15). Ora, para Nyamnjoh este processo, marcado pela negociação entre objetivos pessoais e interesses coletivos, teria essencialmente lugar em contextos de *convivialidade*: “the freedom to pursue individual or group goals exists within a socially predetermined frame that emphasises conviviality with collective interests at the same

time that it allows for individual creativity and self-fulfilment" (2002:115)⁶⁷. E conclui, aliás, que este processo de "coletivização do sucesso e do insucesso" assente na interdependência – um processo que designa de "domesticação da agencialidade e da subjetividade" – seria um garante contra a inevitável transitoriedade e fragilidade do sucesso independente "thereby easing the pressure on individuals to prove themselves in a world of ever-diminishing opportunities, even for the most talented" (2002:115)⁶⁸.

Quando Elton, o mais experiente dos educadores da associação, oscila entre, por um lado, uma crítica à irresponsabilidade e passividade dos jovens, que no entanto justifica pelo "medo de falhar" e pelo "medo de expressar a suas opiniões" e, por outro lado, um interesse em reforçar as grandes atividades coletivas e conviviais da associação, mesmo que para isso seja necessário oferecer "estímulos" aos jovens para os mobilizar, o que ele revela é justamente a importância desta constante negociação entre interesses individuais e coletivos assente numa convivialidade que, mesmo se constrangedora, acaba por proteger os jovens do insucesso individual. Em consonância, todos os casos por ele elaborados para retratar situações de exclusão vividas por jovens, realçavam, com mais emotividade do que racionalidade, o isolamento sentido pelos seus protagonistas face ao rompimento ou fragilidade das suas redes de convivialidade.

Talvez por esta razão os mesmos jovens que me falavam em objetivos pessoais como "vencer", "liberdade e independência" e "lutar pelos sonhos" perguntavam, ao mesmo tempo, "porque ligamos ao que os outros pensam?", "porque é que vivemos segundo o que a sociedade pensa?" ou "porque passo o dia todo aqui?" (na associação). Talvez também por isso Júnior não quisesse que o grupo de dança da Fontinha entrasse

⁶⁷ Também Achille Mbembe (2001) realça a centralidade da "convivialidade" na África pós-colonial, mas, no seu caso, evidenciando-a como arena preferencial do exercício e da apropriação do poder na "pós-colónia": "It is unnecessary, then, to insist (...) on oppositions (...) or (...) on the purported logic of resistance, disengagement, or disjunction. Instead, the emphasis should be on the logic of 'conviviality,' on the dynamics of domesticity and familiarity, inscribing the dominant and the dominated within the same *epistème*" (2001:110, itálico do autor). Para Mbembe (2001), esta banalização e familiarização do poder, marcada inclusivamente pela subversão dos símbolos oficiais de dominação e controlo (estatal, tradicional e religioso), permitiria assim aos cidadãos comuns orientar, enganar e jogar com poder, em vez de enfrentá-lo diretamente. Curiosamente, embora partindo de enfoques muito diferentes, os argumentos de Mbembe e de Nyamnjoh reforçam-se mutuamente, justamente ao revalorizar a convivialidade como esfera de constituição por excelência do sujeito pós-colonial, esfera essa definida pela negociação, pela familiarização e pela interdependência.

⁶⁸ Também Durham (2007 e 2008) demonstra que, para além do dualismo entre "agencialidade e apatia" (definidas em termos económicos e políticos) com que tendem a ser encarados os jovens no Botswana, a agencialidade destes concretiza-se primeiramente nos laços de interdependência e mutualidade que estabelecem com os outros (familiares, amigos, membros da comunidade ou instituições nacionais) seja através de manifestações violentas, da entreajuda comunitária, de demonstrações de respeito aos mais velhos ou de momentos de performatividade cultural e diversão.

em competições ou tivesse fins lucrativos. A metáfora do jogo de futebol que evocou Liliane quando discutimos o sentido do “vencer” nas t-shirts do desfile de Carnaval parece-me assim uma visão perspicaz sobre a (inter)subjetividade juvenil: há um jogo pessoal a empreender mas “temos sempre alguém na plateia para nos apoiar”.

Comentando o argumento de Nyamnjoh na introdução de *Postcolonial Subjectivities in Africa*, Richard Werbner reforça esta visão de uma subjetividade “incorporada” pela “implicação do sujeito na intersubjetividade” e evoca, por fim, uma percepção bastante disseminada na África pós-colonial: “that to live life to the fullest is to live it in interdependency, in conviviality, if possible” (2002:19-20). Os jovens que conheci em Cabo Verde diziam-me (e praticavam) isto mesmo. Preso a uma oposição entre “projeto racional” e “convivência superficial”, eu é que não os sabia ouvir.

5. Biografias juvenis: entre percursos, recursos e aspirações

A Denise é uma jovem que reside na periferia do Mindelo e está à procura de emprego...

A Denise terminou o ensino secundário há 2 anos e ainda não encontrou nenhum emprego.

Mas ela por precisar muito de emprego nunca desiste, desta vez ela foi inscrever-se no Centro de Emprego de Mindelo para ver se desta vez tem alguma sorte...

Embora não tenha encontrado nenhuma formação que levasse à sua “área” teve de ficar sem o que ela gosta de fazer mas que lhe possa ajudar por enquanto. Ela decidiu fazer uma formação de enfermagem e vai tentando levar.

Por falta de opção ela teve de se adaptar ao que tinha, mas não desiste nunca de um dia fazer o que realmente quer e gosta... Pois a esperança é a última coisa a morrer.

Passado um tempo ela terminou a sua formação e ela foi logo enquadrada no Centro de Saúde onde começou a exercer a profissão de enfermeira...

Mas é claro que ela nunca desistiu de fazer o que realmente ela queria que seria engenharia. Embora trabalhasse como enfermeira ela sempre tentava algo que lhe levasse de facto à sua área de engenharia. Pois como dissemos antes, a esperança é a última a morrer!

A Erica é uma jovem que reside na periferia do Mindelo e está à procura de emprego...

Ela tem 19 anos e já tem 2 filhos cada um com um pai.

Entretanto nenhum dos pais dos seus filhos ajuda-a com os filhos. Ela desesperada começou vendendo drops e outras guloseimas na rua. O pouco dinheiro que ela tira da venda não lhe ajuda muito com as muitas despesas que tem e começa pensando no que vai fazer para sustentar os filhos.

Sustentar os filhos sem trabalho, sem os pais dos seus filhos, a vida está muito difícil.

A Erica encontra um homem que gosta realmente dela mesmo não sendo o pai dos filhos dela, a ajuda a sustentar os filhos e mais as despesas da casa.

Mas o problema é que este homem também tem sua família, isto é, tem uma mulher e filhos...

...E a relação acaba por chegar ao fim e a Erica vê-se de novo com o mesmo problema e ela decide pedir ajuda a uma tia que lhe aconselha a colocar os filhos no Centro Nhô Djunga [centro de acolhimento e formação profissional de crianças e adolescentes pobres ou abandonados] e procurar emprego. Ela decidida a dar uma vida melhor aos filhos segue o conselho da tia e começa procurando emprego, bate em todas as portas e não desiste...

As vidas da Denise e da Erica não são reais, mas poderiam sê-lo. As suas histórias foram criadas por um grupo de raparigas que frequentavam o centro da Covada. Tinha sido uma iniciativa minha reunir este grupo de meninas para realizar algumas sessões de discussão. Aproveitando a criação da “sala das meninas”, e no seguimento da intenção de fortalecer a participação destas no centro, eu próprio sugeri, com a colaboração da minha esposa, que se tinha tornado próxima de algumas das meninas, a animação de alguns encontros de debate apenas para raparigas. Paralelamente, considerei que este poderia ser um contexto proveitoso para a minha pesquisa, já que me era sempre mais difícil conversar isoladamente com algumas das raparigas que frequentavam o centro, quer porque algumas delas eram mais reservadas comigo, quer porque frequentemente estavam presentes rapazes, o que claramente limitava a expressão de certas jovens.

A minha sugestão para animar estes encontros foi bem aceite pela generalidade das raparigas do centro, contudo na primeira reunião marcada foram poucas as que compareceram, facto que se repetiu em quase todos os encontros seguintes (4 encontros, entre fevereiro e março de 2009). Assim a participação e a composição deste grupo foi sempre muito inconstante (à exceção de Susana e de Maria, que sempre se tinham mostrado mais empenhadas em dar utilização à “sala das meninas”), no entanto a cada novo encontro as raparigas presentes reafirmavam o seu interesse em continuar e defendiam que era importante terem um grupo sem rapazes, pois já estavam com estes todo o dia e eles eram “menos sérios”.

No encontro em que foram criadas as histórias de Denise e Erica, estiveram presentes 4 raparigas que eu já conhecia bem, Susana, Maria, Luísa e Telma, e ainda outras duas que eu não conhecia mas que residiam naquela zona e eram amigas das restantes. Como técnica para suscitar o debate, pedi às jovens presentes para formarem dois grupos e para cada grupo criar coletivamente uma história para uma das personagens a partir da mesma frase inicial. Depois de lermos as histórias já finalizadas,

todas as raparigas concordaram que estas eram histórias realistas, vidas que poderiam existir de facto no Mindelo.

As minhas impressões iniciais da socialidade juvenil no espaço público, marcadas pela aparente fragmentação e superficialidade (já analisadas criticamente no capítulo anterior), levaram-me a privilegiar, num segundo momento (a partir de janeiro de 2009) um enfoque de pesquisa de natureza biográfica. Procurei deste modo complementar a etnografia que realizava no contexto dos centros juvenis e em outros contextos do quotidiano juvenil com uma recolha de dados mais “individualizados” através de entrevistas individuais semiestruturadas de caráter biográfico. Pretendia com esta abordagem obter um novo enfoque sobre a realidade social constitutiva e construída por essa mesma socialidade juvenil a partir do ponto de vista dos seus atores, a partir das suas subjetividades. Este enfoque biográfico, complementar à etnografia, seria assim uma forma de, servindo-me das palavras de Lechner, “compreender a praxis humana como um processo sintético, uma síntese ativa de um sistema social; interpretar a objetividade de um fragmento de história social a partir da subjetividade tomada em conta nas histórias individuais” (2009:8). Optei por privilegiar as variáveis individuais e procurar compreender “a realidade social sob a sua força individualizada, internalizada, incorporada, interiorizada” (Lahire 2002: cit. in Vieira 2009:59), realizando assim o que Ricardo Vieira designa “...já não tanto de uma antropologia das culturas [neste caso juvenis] mas, antes, de uma antropologia das pessoas, elas próprias processos culturais em auto e heteroconstrução/reconstrução de si mesmas e da imagem que transmitem aos outros” (2009:60). Foi neste sentido que convoquei e “olhei” os relatos biográficos dos próprios jovens, tomando-os como *textos* das suas “vidas vividas” com intuito de compreender com maior profundidade os seus *contextos* sociais de existência (cf. Poirier et al. 1999) – as suas relações, as suas representações, as suas oportunidades, as suas aspirações.

Estes relatos solicitei-os concretamente a um total de 21 jovens de entre aqueles com quem mantinha um contacto mais regular no âmbito da AUJ. A seleção destes entrevistados não obedeceu a qualquer critério de amostragem pré-definido para além do equilíbrio de género e da idade mínima dos entrevistados (16 anos de idade). O que determinou a minha escolha dos entrevistados foi, em primeiro lugar, a relação que eu tinha estabelecido com cada jovem. Deste modo fui solicitando as entrevistas de forma gradual, apenas àqueles com quem já tinha estabelecido um grau de proximidade que

me parecesse assegurar a confiança necessária para que comigo partilhassem detalhes biográficos com alguma intimidade. Desta forma pude, entre janeiro e março de 2009, entrevistar em profundidade, algumas vezes durante várias sessões, um total de 11 rapazes e 10 raparigas, entre os 17 e os 32 anos de idade, mas com especial incidência em jovens com idades compreendidas entre os 20 e os 27 anos. A maioria dos meus entrevistados era residente na zona de Covada ou zonas adjacentes, e as entrevistas foram quase todas realizadas, a pedido dos jovens, no centro juvenil da AUJ daquela localidade, em sala privada, de forma a assegurar a comodidade e privacidade dos entrevistados. Na Fontinha pude entrevistar apenas dois rapazes, Júnior e Rui, e essas entrevistas também se realizaram no centro juvenil daquela zona. Vinte meses depois, entre novembro e dezembro de 2010, regressei a São Vicente para um período final de pesquisa, tendo a oportunidade de voltar a entrevistar uma boa parte destes jovens (12 jovens), podendo assim aprofundar alguns aspetos dos seus relatos biográficos e inteirar-me das transformações ocorridas nas suas biografias naquele intervalo de tempo.

Pretendia inicialmente, com a realização destas entrevistas, contrariar tanto uma visão “culturalista” e “presentista” da juventude – que tende a encará-la como uma condição marginal face à sociedade “adulta” – como uma visão dos jovens como produtos passivos de um “processo de socialização mecânico em que há indivíduos-objeto e não indivíduos-sujeito” (Vieira 2009:60). Consequentemente, o meu enfoque nos relatos solicitados foi justamente o de recolher dados individualizados que me permitissem melhor compreender os processos e os recursos socioculturais pelos quais estes jovens imaginavam e construíam as suas “trajetórias de vida”, dando assim ênfase tanto às suas manifestações de agencialidade como de (inter)dependência. Esta minha intenção inicial, mais em linha com uma “sociologia do sujeito” tomado como “ator” ou “projeto”(cf. Dubet e Wiewiorka 1995, Velho 1994) levou-me assim a elaborar um guião de entrevista segundo um eixo de continuidade temporal, organizando-o através de uma estrutura tripartida (embora não linear na colocação das questões): num primeiro grupo de questões interessava-me recolher as narrativas dos jovens sobre os seus percursos biográficos até àquele momento segundo as dimensões residencial, familiar, escolar, laboral, relacional e afetiva, paralelamente pedindo que fossem indicados os eventos ou períodos considerados mais significativos (positiva e negativamente); num segundo conjunto de questões procurava recolher dados sobre a situação presente dos

entrevistados, quer em termos descritivos (sustentabilidade e gestão financeira, hábitos de consumo e de lazer, relacionamentos de amizade e afetivos), quer ao nível de auto e hetero posicionamentos e de representações (sobre sociedade e cultura nacional, sobre a juventude local, sobre si próprio enquanto indivíduos e enquanto jovens ou adultos e sobre os seus papéis e responsabilidades familiares e sociais); finalmente pretendia, com um terceiro conjunto de questões, averiguar as aspirações e as expectativas dos jovens face aos seus futuros, assim como os obstáculos e recursos por eles identificados para a sua concretização (ver guião, Anexo I).

Este meu modelo de inquirição, assente numa noção de “percurso de vida”⁶⁹, sobreponha assim implicitamente (e ingenuamente) uma visão linear do tempo (passado, presente e futuro), uma conceção linear e unidirecional de “percurso” vital – progredindo de um passado (memória) remetido para a infância e adolescência, a uma presente (de constrangimentos e escolhas) associado com a juventude, rumo a um futuro (a ser projetado) correspondente à idade adulta – e ainda uma conceção de pessoa como ator “reflexivo” da sua própria vida (cf. Giddens 2000, Beck e Beck-Gernsheim 2002) ou, nos termos de Velho (1994) ou de Dubet e Wiewiorka (1995), um “indivíduo-sujeito” cuja identidade se constrói em forma de “projeto”. Esta conceção unívoca e individualista/individualizada da organização temporal da vida, que eu importava de toda uma história de pensamento moderno ocidental sobre fases e (per)cursos da vida, transparecia (e impunha-se) assim nas questões que eu colocava aos jovens.

Nas entrevistas que realizei, porém, o diálogo com os jovens foi-se estabelecendo sempre com facilidade e inclusivamente com prazer por parte destes, o que me mostrava que a minha conceção de “percurso de vida” também não era estranha aos meus entrevistados. Utilizávamos assim, aparentemente, a mesma linguagem quando falávamos de jovens e de adultos, de trajetos e de projetos, de passado e de futuro. Só já num momento posterior, com um olhar distanciado e englobante sobre as narrativas recolhidas e confrontando-as com as práticas efetivas que também observara, fui efetivamente detetando que estas nem sempre eram concordantes com os pressupostos e com os termos que havíamos utilizado no diálogo. Não porque tivéssemos recorrido às mesmas palavras para dizer coisas distintas, mas porque tínhamos falado de coisas para as quais as palavras que utilizáramos pareciam não servir, ocultando mais do que

⁶⁹ Indubitavelmente influenciado também pela dominância de uma sociologia centrada nas trajetórias e transições biográficas no campo dos estudos da juventude (ver Pais 2003, Pappamikail 2004 e 2010).

revelando. Como se os meus entrevistados dominassem esse idioma do “percurso de vida” (que não era só meu, também era deles) mas não o operacionalizassem nas suas vidas...⁷⁰. Consequentemente, para lá de trajetos e projetos, o que mais me pareceu destacar-se nas narrativas biográficas que tinha recolhido eram justamente as contradições, as tensões e as assincronias entre esses termos e as práticas relatadas que, afinal, diziam pouco dos “percursos” de vida dos jovens mas revelavam muito dos seus “recursos” para a vida.

Querer uma carreira profissional mas não estar a estudar

Ao propor às raparigas da “sala das meninas” do centro da Covada a criação das histórias de Erica e Denise a partir do mote da “procura de emprego”, assumi o pressuposto que a dimensão laboral seria central na constituição dos percursos de vida juvenis. Com efeito, face à extensão do desemprego juvenil em Cabo Verde e à forma expressiva e frequente como este era evocado como problemático tanto por jovens como por adultos, previa desde logo que esta seria uma questão profícua para a discussão e análise das trajetórias biográficas juvenis. As duas histórias criadas confirmaram efetivamente esta minha previsão ao colocarem o trabalho como eixo central de sustentabilidade e de satisfação pessoal mas ao mesmo tempo como algo de difícil obtenção e manutenção, dependente das motivações e ações das próprias protagonistas mas também de constrangimentos e limitações externas. No final daquela reunião todas as raparigas presentes concordaram que o “desemprego” seria o maior problema das (e dos) jovens das periferias da cidade. Todavia, face à mesma temática, as histórias de Denise e de Erica evocavam dimensões “biográficas” bem distintas, mobilizando diferentes recursos, constrangimentos, motivações e escolhas em torno da busca de trabalho. Ambas, no entanto, ressoavam como familiares às jovens que as tinham escrito.

A história de Denise em particular era organizada em torno do desejo de construção de uma carreira numa área profissional diferenciada, mas que se via limitada pela falta de oportunidades de trabalho, levando-a a “adaptar-se” ao que lhe era

⁷⁰ Aqui a analogia com a alternância da utilização da língua portuguesa e do crioulo cabo-verdiano consoante o contexto do discurso é evidente e não será apenas uma analogia mas sim um reforço desta constatação. Para uma análise crítica dos usos da língua portuguesa e do crioulo em Cabo Verde e a sua relação com a formalidade e informalidade, poder e afetividade, ver Dias 2002, Vasconcelos 2004, e Rego 2008.

possível. Esta história evocava assim de forma clara o percurso de um crescente número de jovens cabo-verdianos que logra completar a educação secundária e que consequentemente aspira à obtenção de qualificações superiores e a uma realização profissional numa “área” da sua preferência, áreas estas frequentemente associadas a profissões liberais valorizadas localmente. Contudo muitas destas aspirações vêm-se limitadas por dificuldades e restrições em diferentes pontos deste percurso, tanto na conclusão da escolaridade secundária, como nas oportunidades de frequência e conclusão dos estudos superiores ou ainda, após o término destes, na obtenção de emprego na área profissional da qualificação obtida.

Os resultados do inquérito por questionário que eu havia aplicado em abril de 2008, que incluía também um conjunto de questões relativas às perspetivas de futuro (secção D, Anexo B), pareciam corroborar a história de Denise, evidenciando que, na generalidade, os jovens respondentes tinham elevados ideais de realização futura. Uma larga maioria dos inquiridos aspirava a carreiras profissionais estáveis e qualificadas, quer como profissionais liberais (61%), (médicos, engenheiros, psicólogos, advogados, arquitetos) quer como profissionais da educação (17%), (professores, gestores escolares ou educadores de infância) (questão D.1, Anexo B). Deste modo a maioria do jovens inquiridos esperava auferir salários médios confortáveis face ao contexto socioeconómico de Cabo Verde, entre os 20.000\$00cv e os 50.000\$00cv (26%) ou entre os 50.000\$ a 100.000\$00cv (39%) (questão D.3, Anexo B). Para concretizar as suas aspirações profissionais a confiança dos jovens na via da educação formal mostrava-se preponderante: 64% esperava que a conclusão do ensino superior lhe permitisse realizar os seus objetivos de futuro e 48% confiava na formação profissional. Outras estratégias revelaram-se menos importantes mas ainda assim expressivas: 16% contava com a ajuda de familiares, 12% esperava o apoio de pessoas conhecidas no ramo profissional que escolherem e 11% confiava na sorte (questão D.4, Anexo B).

Aspirações como estas estavam também presentes entre o grupo de 21 jovens que eu entrevistei, sendo que 18 deles (9 rapazes e 9 raparigas) expressavam claramente o desejo de ter uma profissão qualificada no futuro (em áreas como a educação, saúde, serviço social, contabilidade, informática, relações publicas, artes ou engenharias)⁷¹. No

⁷¹ Em nenhum destes casos os respetivos pais ou avós detinham qualquer qualificação superior ou mesmo secundária, dedicando-se na sua maioria a trabalhos nas áreas do pequeno comércio informal e serviços domésticos (as mulheres) ou na construção civil e serviços em empresas ou estabelecimentos comerciais (os homens); outros estavam desempregados ou ainda a trabalhar noutras ilhas ou no estrangeiro.

que respeitava aos percurso de educação formal, no entanto, metade destes jovens (11) não tinham completado o ensino secundário (12º ano) até março de 2009, sendo que apenas Luísa, de 17 anos e a frequentar o 9º ano, tinha ainda uma idade que lhe permitia permanecer no ensino secundário público. Entre os restantes 10 destacavam-se todavia dois jovens, nomeadamente Stip e Élio, que tinham interrompido os seus estudos no passado mas que agora estudavam no 12º ano numa escola particular, o que tinha sido possível devido ao salário que recebiam pelo seu trabalho na AUJ. Entre os 8 jovens remanescentes (5 rapazes e 3 raparigas) os percursos escolares haviam sido mais diversificados mas todos os tinham interrompido, embora em diferentes momentos (entre o 6º e o 10º ano de escolaridade), sem os ter voltado a retomar até àquele momento.

Os motivos pelos quais estes jovens justificavam não ter prosseguido os seus estudos eram diversos, variando entre o desinteresse pela escola e a vontade de trabalhar, como nos casos de Mac (23 anos, abandonou no 6º ano com 15 anos), de Rick (24 anos, abandonou no 9º ano com 17 anos), de Pati (19 anos, abandonou no 7º ano com 15 anos) e de Júnior (22 anos, abandonou no 8º ano com 14 anos), a falta de estímulo e apoio familiar, evocada por Flora (32 anos, abandonou no 9º ano com cerca de 16 anos) e por Max (25 anos, abandonou no 9º ano com cerca de 16 anos), ou mesmo a pressão familiar para começar a trabalhar, no caso de Alex (20 anos, abandonou no 10º ano com 17 anos), e ainda por razões de saúde, tal como tinha sucedido a Teresa (20 anos, abandonou no 6º ano com 14 anos).

No entanto, para quase todos estes jovens, estes diferentes motivos haviam sido reforçados por características específicas do sistema público de educação que limitavam a permanência dos jovens nas escolas, nomeadamente pelo limite de idades máximas imposto para a frequência de cada ciclo do ensino secundário (14 e 15 anos para o 1º ciclo do ensino, 7º e 8º anos; 16 e 17 para o segundo ciclo, 9º e 10º anos; e 18 e 19 para o 3º ciclo, 11º e 12º anos). Atingidas estas idades, os jovens eram legalmente impedidos de frequentar os estabelecimentos de ensino público no regime diurno, restando apenas a alternativa do regime recorrente noturno cuja oferta, no entanto, era reduzida e apenas até ao 8º ano de escolaridade⁷². Este sistema restritivo era ainda reforçado pelo facto da entrada na escolaridade básica ser permitida apenas aos 7 anos de idade para todas as

⁷² Nos últimos anos, segundo funcionários da Delegação do Ministério da Educação em São Vicente por mim consultados, estes limites têm vindo a ser gradualmente suprimidos.

crianças que não tivesse frequentado o ensino pré-escolar. Tendo sido esta uma situação bastante frequente no período da infância dos atuais jovens (devido à escassez de estabelecimentos de ensino pré-escolar públicos naquele período) muitos dos jovens que entrevistei, à semelhança de muitos outros, tinham ingressado na escolaridade básica efetivamente apenas aos 7 ou 8 anos de idade. Deste modo bastaria a uma entrada tardia no sistema escolar somar-se uma ou duas retenções ou um qualquer impedimento de saúde ou familiar de frequência de um ou dois anos escolares, para que a permanência dos jovens no ensino público fosse impossibilitada.

Tal era, justamente, o que tinha sucedido a Mac, a Pati e a Teresa. Todavia Mac e Pati ainda teriam tido oportunidade de frequentar o ensino secundário numa escola particular (no caso de Mac suportado pelo pai que era militar na cidade da Praia e no caso de Pati suportado pela mãe que estava emigrada na Holanda), mas ambos se tinham recusado a continuar a estudar. Já Teresa, após a sua exclusão do sistema público de ensino, ainda que o desejasse, não voltaria a poder retomar os seus estudos.

Teresa

Teresa não pertencia ao grupo de voluntários da AUJ e por isso era uma das raparigas com quem eu tinha estabelecido menor proximidade. Só quando ela começou a frequentar os encontros da “sala das meninas” é que pude conhecê-la melhor e pude finalmente solicitar-lhe uma entrevista. Teresa era uma rapariga reservada, pouco faladora. Ela própria afirmava: “Eu era uma menina muito fechada em casa. Os meninos da zona diziam que eu era antipática. Mas eu fui criada com os meus avós naquela maneira, não sair à noite, estar sempre em casa.” Justamente por essa razão Teresa considerava que um dos momentos mais felizes da sua vida tinha sido a altura em que começou a frequentar o centro juvenil, onde tinha encontrado um “ambiente” que lhe agradava e tinha feito novas amigas.

Em março de 2009 Teresa tinha 20 anos. Desde os 10 meses de idade tinha vivido com os seus avós paternos, juntamente com outros dois irmãos mais novos, filhos do seu pai⁷³. A mãe trabalhava na ilha do Sal desde essa altura, embora mantivesse contacto telefónico regular com a filha e já a tivesse vindo visitar a São Vicente

⁷³ Em Cabo Verde o termo “meio-irmão” não é utilizado, não se fazendo uma distinção entre irmãos e “meios-irmãos” no discurso corrente, pelo que neste texto seguirei essa norma local.

algumas vezes. O seu pai vivia na cidade do Mindelo, mas numa outra casa, embora, segundo Teresa, se mantivesse “sempre presente”, o que pontualmente também se traduzia em apoio financeiro. Contudo a sua vida tinha sido sempre marcada por dificuldades económicas e isso tinha-se repercutido no seu percurso escolar:

“[E como é que foi o teu percurso na escola?] O meu percurso na escola foi difícil. [Foi difícil?] Foi difícil. Eu fui criada pelos meus avós e não pelos meus pais. Eles me deram a educação, até 6ª classe, aonde que conseguiram. Foi difícil a minha vida, quer dizer até agora. Eu amo os meus avós. Eles dizem ter orgulho de mim, como eu sou a mais velha. [A mais velha?] A mais velha, sim. Sou a filha mais velha dos meus pais. Os meus avós dizem que têm orgulho de mim, mas eu não sinto que eles tenham orgulho de mim. [Porquê?] Porque eu não dei a eles o orgulho que eles queriam. [Porquê?] Porque eles queriam que eu continuasse na escola, mas não tinha condições de andar até ao ensino superior. E aí eu desisti na 6ª classe. [Mas tu até à 6ª classe fizeste tudo direitinho ou reprovaste alguma vez?] Reprovei 2 vezes. A primeira que eu adoeci. Tive anemia dois meses, baixei ao hospital e fiquei lá aqueles bons dois meses. Quando eu regressei já tinha perdido toda a matéria. É aí que foi o atraso, sempre com mal de saúde, sempre doente, e aí atrasou tudo o que eu tinha estudado. [Quantos anos é que tu tinhas quando terminaste a 6ª classe?] Tinha 14, ia fazer 15. Também o Ministério da Educação disse que naquele tempo que eles não iam tomar ninguém que já tinha 14 e ia completar 15. Tinha que ser pago, e os meus avós não tinham condições. [Mas tu terminaste só com 14, porquê? Entraste mais tarde, também?] Ah, naquele tempo que os avós dizem-me que não tinha jardim (de infância) como agora, a gente entrava mais tarde... 7, para completar 8, na escola. [E depois perdeste 2 anos... Chegaste até ao limite. Pois... Então tu é que quiseste sair ou os teu avós é que...] Eles disseram-me que já não tinha maneira de pagar, buscaram, maneira, maneira, maneira para eu ir, mas não encontraram, então eu achei por bem desistir. [Mas tu atrasaste na escola por causa de doença ou porque também não gostavas de estudar?] Não. Eu não gostava de estudar era matemática. Era o que mais me afetava. Gostava de estudar sim, mas a doença também... atrapalhou muito.” (Entrevista a Teresa, 24 de março de 2009)

Os avós de Teresa estavam já bastante envelhecidos e ela tinha assumido desde os 17 anos a responsabilidade de cuidar deles e de todas as tarefas domésticas. Os avós tinham pena de não a poderem ajudar na continuação dos seus estudos, mas ela considerava que eles já a tinham muito ajudado ao longo de toda a vida e que agora era a ela que cabia ajudá-los. Mas mesmo assim Teresa mantinha o desgosto de não poder

dar aos avós o orgulho de continuar os seus estudos. Por isso mesmo, um ano mais tarde Teresa tinha começado a trabalhar.

[E depois de tu terminares a escola, tu foste logo trabalhar?] Não. Fiquei um tempo em casa. [Então quando é que começaste a trabalhar?] Foi quando eu fiz 18 anos, desde 2008 que eu comecei a trabalhar. [Estavas naquela padaria. Foste logo para lá? Então foi o único trabalho que tiveste?] Foi o único trabalho, até hoje, que arranjei outro. [Hoje arranjaste um? Correu bem?] Correu bem. [Como é foi? O que vais fazer?] Vou trabalhar nuns chineses. Abriram... Uma tia minha disse-me para ir. Fui lá para me inscrever e disseram-me que não era preciso inscrever nem entrevista. Amanhã vou às nove. Espero que corra tudo bem. [E qual vai ser o teu horário?] Entro às nove, saio às duas; entro às três, saio às sete. [Quantos dias?] Se eu portar bem, todos os dias, de segunda a sábado. [Ah... Domingo não.] Domingo não. [Quanto é que vais receber?] Seis. Já dá para as despesas. [Já dá para as tuas despesas?] Sim, já estava fazendo mesmo falta aquele trabalho. Eu estava na padaria... [Quanto é que recebias na padaria?] 6500, já dava para o que eu precisava mesmo. [Mas porque é que saíste da padaria?] Saí porque não queria trabalhar ao Domingo. Era de segunda a segunda. Não dava. Eu sentia falta de dormir. [Ah, tu lá trabalhavas todos os dias... de segunda a segunda, e recebias 6500. E aqui trabalhas menos um dia.] E dá para dormir. [Exatamente.] Levantava às cinco horas da manhã e ir para o trabalho, vinha para casa ao meio-dia almoçar, entrava às três, saía às seis. Não podia ficar em casa ou ir ao centro; eu inscrevi-me para ser voluntária, sei que tenho de prestar alguma coisa. [Então este horário é muito melhor. E o valor é quase o mesmo.] É.” (Entrevista a Teresa, 24 de março de 2009)

Teresa mantinha o desejo de estudar no ensino superior e era para isso que trabalhava, mesmo sob condições bastante precárias e exigentes, justamente para ter a possibilidade de pagar as propinas da escola. Contudo a fragilidade das relações laborais a que estava sujeita tinham-na recentemente impedido de recomeçar a estudar e ela via agora os seus objetivos profissionais cada vez mais distantes.

[E daqui a uns 10 anos, quando tiveres 30 anos, como achas que vais estar a tua vida?] É nisso que eu estou a pensar. O futuro está parecendo escuro. Falei sobre isso na outra semana com o Elton, que eu estava preocupada naquele dia. Cheguei aqui ao centro, e precisava de falar com alguém. E então ele notou... [Quem?] O Elton. Então eu disse-lhe que estava a ver o futuro longe e escuro. Ele disso para não o ver assim, mas eu disse-lhe que o via assim, porque eu tinha um objetivo só que não consegui atingir esse objetivo, e cada dia esse objetivo ficava mais longe, cada dia que passa. [Qual é o objetivo?] Objetivo é estudar, tinha um objetivo que era medicina, mas agora já... estou vendo que

está a ficar cada dia mais longe. *[Porque é que vês isso?]* Sim. Quer dizer, se tu tens um trabalho certo tu fazes e tu estudas, tu tentas atingir os teus objetivos. Mas só que na nossa terra não é assim; tu tens um trabalho, tu trabalhas, chega a um certo tempo e eles mandam-te para casa, sem dizer nada, sem nenhuma satisfação, pronto. Assim é que eu estava naquele trabalho que eu tinha. Já neste ano letivo que começou, eu fui inscrever-me na escola, ia pagar para estudar, acabei por ser despedida e pronto, desmotivei, perdi a esperança. Isso é aquilo que tenho mais... Era dois objetivos que eu queria seguir, eu gostava de desenhar, essa era um deles, mas aquele de medicina era o que eu mais queria. Mas agora vejo que ele ficou mais longe. Mas eu mais A. tivemos uma conversa em que ele disse que até aos 30 anos eu posso atingir os objetivos que eu quiser, é só eu me esforçar para estudar. Mas cada dia parece-me mais difícil, ele fica mais longe. *[Mas porquê, por causa da falta de trabalho certo?]* Falta de trabalho, e falta de dinheiro; para estudar tem de ter dinheiro para as despesas.” (Entrevista a Teresa, 24 de março de 2009)

Teresa também já tinha explorado a possibilidade de emigrar, através de uma tia que residia em Portugal e que estava disposta a acolhê-la. Contudo, justamente por não se encontrar a estudar, também não reunia as condições para obter um visto e deixar o país. Deste modo, a sua exclusão do sistema escolar parecia ser o facto mais marcante de todo a sua trajetória de vida, assim como um elemento central na definição da sua própria identidade, marcada por um sentimento de frustração face aos seus avós, face aos seus pares e face às suas próprias aspirações:

“*[E quais as coisas que te deixam mais triste?]* Mais triste... é lembrar que eu não consigo estudar... mesmo que eu queira. *[É isso que te deixa mais triste?]* Momentos mais tristes eu lembro aquela época em que eles começaram a ir para o liceu, eu e o meu irmão íamos ao mesmo tempo; lembro que naquela semana era só chorar, chorar, chorar. Tinha a farda, a mochila... tive que abrir mão de todas aquelas coisas. Lembro que naquela semana só chorava; é aquele que acho que é o momento mais triste da minha vida. *[Porque tinhas chegado ao limite de idade?]* Sim.” (Entrevista a Teresa, 24 de março de 2009)

Teresa tinha no entanto alguma esperança que o novo trabalho que tinha conseguido naquela altura lhe permitisse voltar a estudar no ano letivo seguinte. Infelizmente quando regressei em novembro de 2010 não a pude reencontrar pois Teresa já não frequentava o centro juvenil da Covada e nenhum dos outros jovens me soube dar novas informações acerca desta jovem.

À semelhança de Teresa, os restantes 7 jovens que eu entrevistara e que haviam abandonado os estudos, independentemente das suas aspirações profissionais, reconheciam também que “a escola” lhes “fazia falta”, pois entendiam que esta era o garante de mais e melhores oportunidades de trabalho. Isso mesmo disse Pati, apesar de ter desistido dos estudos quatro anos antes:

“[Gostaste do liceu?] Sim. [Não ficaste com pena de não continuar?] Eu fiquei. [Gostavas de continuar?] Sim, mas agora vou estudar de noite. [Quando? Próximo setembro?] Sim, vou voltar à escola, a escola faz-nos falta. [Porque é que faz falta?] Ah... faz falta para arranjar um trabalho e assim. Porque se tu não tiveres 12º ou por exemplo 10º já concluído tu não podes arranjar um trabalho assim como deve de ser. E se, por exemplo, se tu arranjas um trabalho e não tiveres nem 10º nem 11º eles lá vão querer pagar-te o que eles quiserem. E também agora eles exigem mais escola, agora exigem que tenhas os 12º. É por isso.” (Entrevista a Pati, 11 de março de 2009).

Todavia, tal como mostrava Teresa, o retorno aos estudos era algo difícil para muitos jovens devido aos custos elevados das propinas das escolas particulares, a única alternativa disponível para prosseguir o ensino secundário. Este era justamente o caso de Júnior, que assumia ter abandonado a escola por desinteresse e reconhecia agora que estava “arrependido” pois sem estudos não podia aceder à área profissional que ambicionava, nomeadamente engenharia civil, e sentia-se limitado inclusivamente no trabalho que desenvolvia como voluntário responsável pelo centro juvenil de Fontinha, para o qual sentia necessitar de mais conhecimentos. Contudo Júnior, que desde que interrompera o seu percurso escolar já tivera diversos trabalhos na construção civil e hotelaria mas sempre de natureza pontual, reconhecia que a retoma dos estudos era algo praticamente impossível devido ao preço das propinas das escolas particulares. Consequentemente, este jovem imaginava-se no futuro a continuar a trabalhar na construção civil.

Numa situação semelhante estava Max, que desde que tinha abandonado a escola por falta de apoio financeiro da mãe, já tinha tido diversos trabalhos como mecânico na oficina de um irmão, cozinheiro num barco de pesca, e mesmo como monitor no centro juvenil da Covada, mas todos de caráter provisório. Por isso mesmo este jovem queixava-se da dificuldade de conseguir “um dia de trabalho” em Cabo Verde e da “exploração” laboral a que eram votados os jovens menos qualificados. Para o seu

futuro este jovem continuava a ambicionar um emprego “fixo” mas distinguia bem entre as suas aspirações e as suas possibilidades profissionais:

[E quando pensas numa profissão, o que gostavas de fazer?] Eu quando penso numa profissão penso que gostava de trabalhar de engenharia mecânica... só que dificuldades dos meus pais, escola, eu já não pude agarrar essa oportunidade. [Mas achas que daqui a 10 anos já consegues ou não consegues?] Não, daqui a 10 anos já é um bocadinho difícil. [Então qual é a alternativa a isso?] A alternativa agora é, como eu já tenho o meu diploma de cozinheiro, eu acho que é cozinheiro. [Então quando tu dizes uma profissão fixa era como cozinheiro?] É isso.” (Entrevista a Max, 3 de fevereiro de 2009)

Quando regressei a São Vicente em novembro de 2010, dois dos jovens que haviam interrompido os seus estudos tinham entretanto conseguido retomá-los, nomeadamente Pati e Alex. Naquela altura encontrei Pati muito mais animada, pois um ano antes A. tinha-a convidado para trabalhar no centro juvenil da Covada como monitora da sala de informática, tarefa que ela havia aceite com agrado uma vez que sempre gostara de estar no Centro a conviver com outros jovens. Desde que tinha abandonado a escola Pati já tinha trabalhado por diversas vezes, quer em lojas quer a cuidar de crianças, mas sempre de forma irregular e parcamente remunerada. Esta nova oportunidade permitia-lhe, por um salário idêntico, trabalhar num local do qual gostava e desempenhar uma tarefa que a estimulava, já que no futuro ambicionava estudar informática. Ao mesmo tempo tinha retomado os estudos na modalidade de ensino recorrente noturno, um subsistema de ensino público dedicado a estudantes adultos cuja propina era significativamente mais baixa do que as praticadas nas escolas secundárias particulares.

Pati confessou-me que tinha sido Maria, sua prima, que lhe tinha “dado um empurrão”; Pati também sempre quisera voltar a estudar mas dizia que lhe faltava “um impulso” para “levá-lo para a frente”. Tinha ingressado no ano letivo anterior no 7º ano e agora frequentava o 8º ano. Contrariava agora com firmeza o discurso corrente que estigmatizava os estudantes do ensino recorrente (localmente designado por “alfabetização”, o que levava a que os seus estudantes fosse frequentemente ridicularizados como “analfabetos”) e sentia-se motivada porque na sua turma era “tudo gente que tem força de vontade”; os seus colegas eram maioritariamente mais velhos do que ela e isso parecia inspirá-la e levá-la a empenhar-se. Sentia-se também orgulhosa por poder pagar a escola com o seu dinheiro, não tendo de o pedir à sua mãe, e era por

isso que considerava que a “levava mais a sério”. Mas Pati preocupava-a agora a possibilidade de prosseguir os estudos, uma vez que a ensino recorrente era apenas disponibilizado até ao 8º ano de escolaridade.

Já Alex, que tinha abandonado os estudos devido à pressão da sua mãe para que fosse trabalhar mas tendo trabalhado apenas pontualmente na construção civil, tinha desde o ano anterior começado a trabalhar na AUJ como animador cultural, integrado no projeto de cooperação promovido pelas animadoras italianas V. e M.. Com efeito, Alex sempre se tinha dedicado ao teatro e em especial ao grupo de teatro do centro da Covada, onde foi assumindo gradualmente um papel de liderança informal⁷⁴. Assim, quando esta oportunidade de trabalho remunerado surgiu Alex encarou-a como um reconhecimento do seu envolvimento na AUJ e aceitou-a com grande orgulho. Este trabalho permitia agora a Alex suportar o custo das propinas numa escola particular, tendo voltado a estudar no ensino secundário, o qual teria de concluir para poder realizar a sua maior aspiração: obter uma formação superior artística, preferencialmente fora do país, após a qual pudesse implementar um espaço formativo artístico em São Vicente. Em dezembro de 2010 Alex estava, no entanto, algo desanimado e incapaz de conciliar os estudos com as suas responsabilidades laborais, mas acreditava que seria uma fase passageira e que no trimestre seguinte já teria uma maior dedicação escolar.

Alex, Pati, Max, Júnior e Teresa, tal como muitos outros jovens, mostravam assim a importância da conclusão do ensino secundário como pré-condição da realização das suas aspirações profissionais, implicassem elas a progressão dos estudos ou não. A conclusão do 12º ano de escolaridade era aliás recorrentemente referida como “terminar a escola”, e era evocada por muitos jovens como um dos momentos mais importantes das suas vidas, justapondo a noção de cumprimento de uma etapa vital com um sentimento de sucesso pessoal. Entre os jovens que eu pude entrevistar, no entanto, apenas 10 jovens tinham o ensino secundário completo. Entre eles porém o percurso seguido era mais homogéneo e aparentemente mais bem sucedido: 8 deles (4 rapazes e 4 raparigas) tinham ingressado em instituições de ensino superior da cidade. Apenas duas raparigas, nomeadamente Maria e Joana, não tinham dado continuidade aos seus estudos. Mas não porque não o desejassem.

⁷⁴ Alex, que vivia em até aos 15 anos de idade com uma tia no concelho de Ribeira Grande, ilha de Santo Antão, tinha conhecido V. ainda nessa localidade aquando de um primeiro projeto teatral desta animadora em Cabo Verde. Desde então Alex sempre se mantivera em contacto com V. e tinha começado a investir na sua formação teatral. Ainda antes do primeiro curso teatral realizado por V. e M na AUJ, no verão de 2008, já Alex tinha dado início a um grupo de teatro na associação.

Maria e Joana

Maria foi uma das jovens que pude conhecer melhor, uma vez que estava diariamente no centro juvenil da Covada, dedicada à gestão da sala de informática, espaço onde com frequência nos sentávamos a conversar. Maria tinha naquela altura 21 anos de idade e tinha terminado o 12º aos 20, no ano letivo anterior. Ao longo do seu percurso escolar nunca ficara retida mas no ano final não tinha concluído com sucesso a disciplina de Inglês, só o conseguindo um ano depois. Com efeito, para Maria, terminar o ensino secundário tinha sido o momento mais feliz da sua vida. Perguntei-lhe porquê: “era uma meta que eu queria atingir; sempre quis terminar a escola, ir para a universidade, estudar...”. A frequência do ensino superior e a obtenção de qualificações académicas elevadas tornavam-se assim, para Maria, dimensões importantes da identidade a que aspirava no futuro. Contudo esta jovem ainda não tinha conseguido atingir essa meta, dedicando-se naquela época a trabalhar na sala de informática do recente centro juvenil da sua zona. Tinha iniciado este trabalho em outubro do ano anterior, a convite de Stip, seu vizinho, num horário de segunda a sexta-feira, de manhã e de tarde, recebendo por este trabalho 5.000 escudos mensais. Na entrevista perguntei-lhe pelo o seu objetivo de estudar no ensino superior:

“*[Tu queres estudar na universidade?] Eu acho que sim, eu quero. [Porque é que ainda não foste?] Hum... não sei. Às vezes é falta de... Tenho vontade de dar um tempo, terminei a escola e quis dar um tempo... e eu não tenho muito apoio assim para a coisa... o meu pai é que nos criou a todos. [São uma família pobre, remediada?] Somos uma família remediada... nem pobre nem rica. [Passaste alguma necessidade ou sempre conseguiram ter...?] Sim, sempre as minhas irmãs ajudam. Eu tenho muita família fora, a maioria da minha família está fora. Eles querem ajudar-me, agora eu estou à espera. [Precisavas da ajuda para a universidade?] Sim.*” (Entrevista a Maria, 23 de janeiro de 2009)

Maria era a mais nova de uma série de 9 irmãos, 4 homens e 4 mulheres, filhos do seu pai e da sua mãe. Tinha no entanto outros 7 irmãos mais velhos, filhos de anteriores relacionamentos do seu pai. A sua mãe tinha falecido três anos antes, quando Maria tinha 18 anos, e ela afirmava que esse tinha sido o momento mais difícil da sua vida. Agora Maria vivia com o seu pai, com três irmãos e com três sobrinhas, filhas de irmãs

suas que viviam no estrangeiro. Duas dessas sobrinhas eram Pati e Joana, embora tivesse idades muito próxima da dela. Maria e Joana eram os elementos daquela família que mais tinham avançado no seu percurso escolar, completando o 12º. A mãe de Maria nunca tinha estudado e o pai tinha apenas completado o 5º ano de escolaridade; os irmãos e irmãs de Maria tinham todos abandonado os seus estudos entre o 6º e o 9º ano de escolaridade. Maria esperava naquela altura o “apoio” das suas irmãs no estrangeiro para poder estudar na universidade.

Todavia, quando regressei em novembro de 2010 Maria ainda não tinha realizado esse objetivo. Cerca de um ano antes tinha abandonado o seu trabalho no centro juvenil da Covada e tinha optado por frequentar uma formação profissional intensiva em secretariado:

“[A primeira coisa que te queria perguntar, tu já me foste dizendo, mas era o que mudou desde que eu fui embora, desde março de 2009, até agora?] Já nem lembro... [Bom, tu trabalhavas aqui...] Depois deixei porque tive que ir fazer uma formação, porque achei que era melhor para mim. [Achaste que era melhor, porquê? De secretariado, não é?] Sim. Porque o meu objetivo é continuar a minha escola. Pronto... a escola é mais importante, eu acho. [Mas esta formação de secretariado não é universitária?] É um curso médio. Foi intensivo, por isso tive que deixar o centro. (...) [E que tipo de trabalho gostavas de ter?] Agora pelo menos na área em que fiz o curso. Secretariado. Queria tentar... pronto, quando eu encontrasse trabalho para poder estudar, eu queria fazer um curso de relações públicas, ou de ciências políticas. (...) [E neste momento, a tua vida como ela está agora, estás satisfeita?] Mais ou menos. Não muito. Porque estou sem trabalho. Queria estar na escola e não consegui. É isso. Acho que está a correr-me mal. [A sério? Tens essa sensação?] Tenho. [Como é que tu vês o teu futuro próximo? O que achas que em breve, vais ter, vai acontecer?] Não sei. [No próximo ano... tu disseste-me que estavas a pensar ir para fora, para a Holanda, onde estão as tuas irmãs...] Estava pensar... Quer dizer... um primo meu estava a tratar disto tudo dos papéis. Mas acho que está a faltar um papel e sem ele não consigo. Papel de trabalho. [Lá? Que tem que se arranjar lá?] Lá. [Um contrato de trabalho.] Sim. [Mas tu aqui já tens conta bancária, já tens essa coisa toda, que é preciso para o visto?] Sim. [Já tinhas, ou abriste agora?] Abri agora. [Mas tu tinhas graça de ir?] Sim. [Mas tinhas graça de ir porque querias viajar, ou só porque aqui não estás a encontrar nada?] Se eu encontrasse aqui, eu ficava satisfeita de ficar aqui. Também eu tenho as minhas irmãs lá. Gosto muito delas. Gostava de ir ter com elas. Principalmente a minha irmã, ela chama-se Elisa (nome fictício). Eu gosto muito dela. Eu acho que se eu fosse, eu ia ficar feliz. [Lá, também?] Sim. E também

ajudava o meu pai. *[Tinhas graça de ajudar o teu pai?]* Sim. Para já é só despesas. *[Mas aqui estás a dar algum expediente, a mandar alguns currículos... mas não estás a ter resposta.]* Só dizem...estudar, estudar, estudar. *[Mas por exemplo não aceitaste aqui a coisa das explicações, porque queres manter a oportunidade de encontrar outra coisa, é isso?]* E também foi isso que disse ali, se eu vier dar explicações e depois encontrasse um trabalho ia ficar chato. Então eu disse à Joana eu não aceito. *[A Joana também tem o 12º?]* Sim ela... *[E também não tem trabalho?]* Não. Ela está mais ou menos como eu. Ela tem sua mãe na Bélgica. A sua mãe... *[A mãe dela é tua irmã?]* Sim, é a minha irmã mais velha. A mãe dela está a tentar levá-la para a Bélgica. Ela tem a nacionalidade da Bélgica. Mas os papéis dela foram para Dakar. É Dakar que tem os vistos da Bélgica. Já fez quase um ano, e não mandaram uma resposta. Ela mandou no mês de fevereiro. *[A Joana gostava de ir, também?]* Sim.” (Entrevista a Maria, 4 de dezembro de 2010)

Até março de 2009 eu nunca tivera oportunidade de conversar com Joana, já que naquela altura ela não visitava o centro juvenil com frequência. Contudo em novembro de 2010 Joana tinha começado a trabalhar ali dando explicações a crianças que estudavam na escola básica vizinha do centro juvenil. Foi só nessa altura que me aproximei desta jovem e que a pude entrevistar. Joana era a primeira filha da irmã mais velha de Maria. Esta tinha emigrado para a Bélgica há 21 anos, deixando Joana, naquela altura com dois anos de idade, ao cuidado da sua mãe, a mãe de Maria. Embora tivesse a mesma idade que Maria, o percurso escolar de Joana não tinha sido tão regular como o da tia:

“(...) Depois completei o ensino primário. Depois fui estudar o ensino secundário. Estudei na escola Jorge Barbosa, mas já fechou. *[Secundário a partir do 7º?]* Sim... Depois mudaram para uma escola que fica no Madeiralzinho, porque aquela escola já era velha. Estudei 7º, 8º, depois mudei para.... ali era até 8º, não tinha mais. Depois para o liceu Ludjero Lima. Estudei o 9º e 10º. Reprovei. Perdi, ali... *[Foi aquilo que falaste ontem...]* Sim. Perdi direito de estudar ali. Naquela escola ali são muito rigorosos. *[E porque é que perdeste o direito?]* Tinha reprovado 2 vezes. *[Mas já tinhas reprovado antes, então?]* No 9º, e reprovei o 10º. *[Então quando reprovas mais de 2 vezes no mesmo ciclo...]* Tiram... Mas eu tinha a idade para estudar. Ainda, no ensino público. Depois eu fui estudar no ensino privado. *[Logo a seguir, ou ficaste parada algum tempo?]* Logo a seguir. Eu fui estudar no ensino privado, onde se paga. Estudei 10º, 11º e 12º. Tudo no ensino privado. *[E acabaste o ano passado...]* Sim. *[No ensino privado, tiveste a ajuda da tua mãe?]* Da minha mãe, sim.” (Entrevista a Joana, 9 de dezembro de 2010)

Só ao perguntar a Joana pela sua mãe pude compreender porque tinha ela interrompido os seus estudos:

[E a tua mãe? Costuma vir?] Não. Ela veio quando a minha avó morreu. Tive uma semana, a primeira vez... tinha 18 anos [Tu?] Sim. Sim, 18. E já há 3 anos que ela veio, passar férias, com a minha irmã. Mas a minha mãe não tem... como aquelas pessoas que vão e não tem ideia de voltar. [A tua mãe já não tem ideia de voltar?] Não. Como se fez dali o seu próprio país. Ela não fala muito em vir, em vir... [E fala em te vir buscar, te levar para lá?] Sim, tentou uma vez. Quando reprovei na escola a primeira vez a minha mãe estava me querendo levar. Eu era criança. Tinha aquela ideia que tinha de ir e ela uma vez disse: eu vou aí marcar, e desinteressei da escola por completo, e dali foi... [E reprovaste a segunda vez.] Reprovei a primeira vez quando era nova, eu tinha passado, estudei outra vez, passei. E cheguei ao 10º. Às vezes, não sei... não é que eu não sei. É falta de interesse. Falta de apoio também. [De quem?] Dos pais... porque... [Mas porque tinhas falta de interesse?] Não sei. Talvez... [Era por causa disso, de achares que ias embarcar?] Não... o primeiro ano acho que foi dali que comecei a desinteressar. Eu ia para a escola, a minha avó, os meus avós nunca... Punham na escola, mas não... Não têm aquele interesse total, vão saber na escola... Nunca iam na escola, nunca, saber como é que eu estou, as minhas dificuldades, se eu tinha trabalho de casa... Eu chegava, pegava nas minhas coisas... Sendo criança, eles não importam... e tu também, não é? [Claro] Depois eu desleixei na escola, por completo. Porque fui da 1ª ao 6º, nunca reprovei, 7º ano gostava muito da escola. Depois fui sempre. Quando a minha mãe queria-me levar, eu sei porque eu lembro de... Uma professora minha tinha-me dito... ah porque eu estava desinteressada... Eu disse uma colega 'eu vou para o estrangeiro' (risos). Mas eu fiquei sempre com aquela ideia. Mas depois aquilo passou. [Porquê?] Porque se eu for, vou; se não for, eu fico. A minha vida foi ficar. Eu vou seguir em frente. Eu não vou ficar para aqui com aquela ideia fixa de que eu vou (risos). [Isso é o que tu pensas agora?] Sim, se eu não for eu não vou.” (Entrevista a Joana, 9 de dezembro de 2010)

A mãe de Joana tinha recentemente adquirido a nacionalidade belga e tentava agora que Joana se juntasse a ela nesse país. No entanto o processo de obtenção de visto mostrava-se moroso e dispendioso e Joana já não acreditava que a sua viagem para a Bélgica se viesse a concretizar. Entretanto a sua mãe enviava-lhe dinheiro mensalmente, mas Joana entregava-o ao seu avô, não o podendo utilizar para realizar o seu principal objetivo, estudar no ensino superior.

“(...) [Gostavas de não depender da tua mãe?] Acho que não.../[Gostavas de ter um trabalho...] Sim. [Que tipo de trabalho gostarias de fazer?] Não sei... Se eu fosse tirar

um curso...[Gostavas de tirar um curso...] Sim, de contabilidade. [Tu podes fazer esse curso cá?] Sim. Aqui tem um curso no ISCEE. Parece que é gestão e contabilidade. É melhor, parece que é assim. [E tu gostavas de fazer esse curso?] Sim. [E porque não fazes?] Eu acho que são... condições financeiras. [A tua mãe não te ajudava a fazer?] Só que aqui... parece que no Jean Piaget é privado... [São para aí 15 ou 16 contos?] Sim, é o que ela me manda. [Pois] Se eu trabalhava podia... Porque tenho que dar em casa, ao meu avô... eu como, essas coisas. [Tu ajudas na casa?] Sim, quando a minha mãe me manda; se eu trabalhasse não, eu ajudava como eu posso... (...) [E... então disseste que gostavas de estudar contabilidade, era esse o trabalho que gostavas de fazer?] Sim. [Mas não vês jeito de o fazer, só se encontrares trabalho?] Sim, se eu encontrar... porque... a minha mãe não vai me conseguir pagar todos os meses, já tem... Já tem... escola para pagar. E na universidade tem muita coisa para pagar... fotocópia, livros... [E bolsas? Não podes tentar?] Aqui? Difícil... Tem ICASE⁷⁵, ICASE ajuda mas cada vez tem mais concorrência. Mas tens de entrar na universidade. [E depois é que podes pedir?] Depois, no mês de outubro, ficas à espera para dar. Se derem... [E aquelas bolsas mesmo do Governo?] Não, por um ano dão um. Poucas. Se são duas, são de mais. E agora é por média. Aqui tem média de 18, 19 e não dão. E também tem universidades públicas, pagam muito caro também. Na universidade pública eu acho que devia ser da maneira da possibilidade da pessoa. Acho que devia ser com o salário da pessoa, como na escola. Nas escolas públicas pagam as propinas ao ano, a propina é paga conforme rendimento dos pais. Aqui a universidade pública, que é do Estado, pagam 9.000 a 10.000 escudos. É caro, para uma universidade pública! Eu acho que devia ser... Logo que iniciaram eram 4.500, 5.000 escudos, depois subiram muito. [Sim, eu sei. Mas quando tu apresentas os rendimentos da família, tu apresentas os da tua mãe, na Bélgica? Não...] Não. Porque se puseres eles dizem que tens possibilidade de pagar. Mas não é assim." (Entrevista a Joana, 9 de dezembro de 2010)

Nem a rede familiar transnacional em que Joana e Maria estavam inseridas permitia que dispusessem de recursos para progredir para o ensino superior, tal como aspiravam; pelo contrário, face à sua estagnação educativa e laboral, esta rede parecia antes atraí-las também para a emigração. Estas jovens permaneciam assim, como na história de Denise, oscilando entre aspirações elevadas e trabalhos pontuais e mal remunerados, buscando oportunidades de formação e de emprego à medida que sentiam o peso das despesas que implicavam no seu núcleo familiar, chegando, por isso mesmo, a equacionar a possibilidade de emigrar. Em dezembro de 2010 pude conversar com o

⁷⁵ Instituto Cabo-verdiano de Ação Social Escolar (organismo público).

pai de Maria, e ele mesmo me confirmou que não sabia o que Maria fazia ainda na sua casa, já que todas as irmãs dela tinham saído de casa ou emigrado e só ela permanecia ali, “só a dar despesas”...

Lourenço

À medida que ia conhecendo mais sobre estes e outros jovens ia confirmado que, efetivamente, Denise era mais do que uma personagem fictícia: as dificuldades de acesso à educação entre os jovens pobres constituíam um padrão recorrente não apenas entre os que não tinham terminado o ensino secundário mas também entre muitos dos que já o tinham concluído e até entre os que já tinham iniciado o ensino superior. O percurso de Lourenço era exemplo deste último caso. Este rapaz de 27 anos não pertencia ao grupo de jovens que frequentavam os centros da AUJ, embora fosse amigo de alguns deles. Eu tinha-o conhecido como voluntário da Liga das Associações Juvenis de São Vicente e o seu caso pareceu-me paradigmático, pelo que também lhe solicitei uma entrevista. Lourenço sabia bem o que queria: estudar psicologia. Mas para poder frequentar a única licenciatura nessa área disponível na cidade, numa universidade privada, Lourenço tinha trabalhado durante dois anos como vigilante numa empresa de segurança. Mesmo assim o salário de um mês não lhe era suficiente para pagar a propina mensal e ele tinha poucas possibilidades de apoio de familiares.

“(...) Temos universidades aqui em Cabo Verde que cobram por exemplo 14.000 escudos, mas 14.000 escudos... Não temos nem salário mínimo... Posso dizer que há pessoas que em vez de receberem 14.000, recebem 3.000 escudos [*Por mês?*] Por mês. [*Em que tipo de profissões?*] Empregadas domésticas. Temos uma disparidade grande. Conheço pessoas que recebem 3.000 escudos e conheço pessoas que recebem 300.000 escudos por mês. Há uma disparidade enorme. Então no meu caso, vou falar precisamente do meu caso que é o caso de muitos outros, mas vou falar de mim. Eu trabalhei durante dois anos como vigilante trabalhava... por vezes ia da escola, ia pegar no trabalho às onze da noite e regressava a casa no outro dia às uma (13h). Regressava às uma porque saía do trabalho às sete horas e a escola era às sete e meia e saía da escola ao meio-dia e meia e às uma estava a chegar em casa. Então no meu trabalho recebia... Ah, e mais uma coisa, trabalhava durante oito horas por dia, durante sete dias por semana. Não tinha folga. E ainda os patrões estavam sempre em cima, eram extremamente autoritários. São pessoas que não conhecem qual o significado da palavra liderança. Se calhar conhecem outra palavra, autoritarismo, pessoas extremamente autoritárias. [*Eras vigilante onde?*] No

Silmac, mas tive que deixar, já era... *[Mas quando é que isso foi? Já estavas a estudar no IESIG?]* Já estava a estudar no IESIG (instituto superior privado), nos dois anos letivos anteriores. *[E quanto é que recebias?]* Recebia 12.000 escudos, 12.900 e... *[A trabalhar sete dias por semana...]* Sim... Então pagava os 14.000 escudos na escola, sem contar com as cópias, com os livros, com as pesquisas e tudo mais, as despesas para a escola certamente que no mínimo dois meses. (...) As pessoas trabalham normalmente neste tipo de trabalho porque têm filhos, tem uma família e têm que trabalhar. Eu trabalhava porque acreditava que queria estudar. (...) Então eu trabalhava, recebia os 12.000 escudos e pagava a escola com a ajuda dos meus pais também, cujas condições socioeconómicas não são as melhores. *[És de uma família pobre, é isso?]* Sim sou de uma família pobre. Os meus pais são pessoas extremamente lutadoras, posso dizer assim. O meu pai é emigrado em Portugal, mas as condições atualmente não têm sido as melhores. Nos últimos dias após ter decidido abandonar o trabalho, então os meus familiares decidiram juntar para me apoiar, mas só me conseguiram apoiar a partir de março.” (Entrevista a Lourenço, 6 de março de 2009)

Naquela altura Lourenço tinha suspendido a sua matrícula no ensino superior e estava dedicado a ações de voluntariado. Ao mesmo tempo aguardava por uma vaga num curso profissional que esperava que lhe desse acesso a um emprego melhor remunerado com o qual pudesse voltar a pagar as propinas da universidade. Dias antes da entrevista, a Diretora Geral da Juventude (acompanhada do Ministro da Juventude e Desportos) tinha-se deslocado à cidade do Mindelo com o propósito de realizar sessões de consulta com jovens e apresentar as atuais políticas públicas destinadas à juventude. Para o efeito havia-se realizado uma reunião no Centro da Juventude da cidade para a qual tinham sido convocados voluntários e líderes de associações juvenis da ilha, reunião essa em que eu também estive presente. Nesse encontro Lourenço expôs o seu caso pessoal ressaltando o desfasamento entre os salários praticados e o preço das propinas no ensino superior. Questionando diretamente a Diretora Geral sobre os apoios que poderia esperar da parte do Estado para continuar a estudar, esta respondeu-lhe perentoriamente que ele não teria direito a qualquer apoio visto ser um “privilegiado” por já ter um trabalho.

“Contudo eu ao dizer... ao falar sobre isto à Diretora, eu queria só que se calhar refletissem sobre isto mesmo. Estava a falar a Diretora Geral de Juventude e Desporto, então isto afeta diretamente os jovens. *[Isto o quê? A questão dos salários baixos?]* A questão da disparidade dos salários e de vencimento. Porque simplesmente, um jovem, neste momento um jovem não conseguirá um trabalho que lhe dê condições para custear

uma propina dessas. Os jovens estão automaticamente condenados a... pronto, a procurar algum trabalho de subsistência. É assim. Neste caso, eu trabalho na Silmac por exemplo, eu posso dizer que é um trabalho de subsistência. (...) Não há um salário mínimo então fazem o que querem. *[E tu ficaste desiludido com a resposta dela porquê?]* Porque ela disse assim: ainda bem, ou deves dar graças a Deus que tenhas o teu trabalho, que podes trabalhar, és um privilegiado por teres um trabalho, podes trabalhar dois meses para custear um mês de propina. Ela é a Secretária Geral da Juventude, deveria... Quando eu comecei a falar não lhe disse... Eu disse que posso estar a generalizar mas é um problema que afeta os jovens. Estava a falar dos jovens em geral. *[Mas tu conheces muita gente nessa situação?]* Sim. Às vezes estão a tentar a terminar o secundário, conhece-se alguns... Outros que estão a estudar no universitário.” (Entrevista a Lourenço, 6 de março de 2009)

Em novembro e dezembro de 2010 já não voltei a encontrar-me com Lourenço. Elton, que o conhecia, disse-me apenas que já pouco o via, pois ele tinha abandonado o voluntariado. Aparentemente a sua mãe também tinha imigrado para Portugal e Lourenço ficava agora sempre em casa, sozinho, dedicando-se totalmente ao estudo. Fiquei com esperança que isso significasse que ele tinha voltado a estudar psicologia na universidade...

Querer um emprego estável mas não ter trabalho

Como mostrava a história de Denise, mas também as narrativas de Maria, Joana e Lourenço, as qualificações, mesmo se conseguidas, não eram, no entanto, garante da concretização das aspirações dos jovens. Para lá das possíveis dificuldades de acesso ao ensino, ou mesmo reforçando-as, o maior obstáculo sentido pelos jovens para a realização das suas aspirações parece ser claramente a falta de trabalho. Isto mesmo me diziam os jovens com quem conversava (nos centros juvenis e outros contextos da cidade e do país) e me indicavam também as respostas ao questionário aplicado em abril de 2008 (questão D.9 Anexo B). Nestas o fator mais indicado como obstáculo para a consecução dos objetivos profissionais e pessoais dos jovens era a “falta de emprego” (71%), seguido da “falta de recursos financeiros” (64%), também significativo, e ainda da “crise económica do país” (39%) e da “falta de apoio do Estado” (38%), sendo estes últimos já muito menos expressivos.

As raparigas que escreveram a história de Denise confirmaram-me que não são raros os jovens das periferias do Mindelo, tanto rapazes como raparigas, que concluem os seus estudos secundários ou superiores e permanecem sem trabalho, vincando a ideia de que o maior problema que os jovens enfrentam é o desemprego. Lina, uma das jovens presentes naquele encontro contou-nos que ela própria estava naquela situação, ainda à procura de um emprego 3 anos depois de ter terminado o 12º ano. E acrescentou que tinha uma irmã na mesma situação e que tinha um irmão a estudar na universidade em Portugal mas que este tinha receio de regressar a Cabo Verde devido à falta de trabalho no país. Todavia Lina, à semelhança de muitos outros jovens que eu ia conhecendo, identificava-se com a história de Denise, afirmando que não desanimava e que não queria desistir do seu sonho de estudar no ensino superior.

Infelizmente Lina não voltou a estar presente em nenhuma das sessões seguintes na “sala das meninas” nem a voltei a encontrar no centro juvenil, como tal não a pude entrevistar. Já entre os jovens que efetivamente entrevistei pude identificar alguns padrões significativos com respeito aos percursos laborais. Desde logo se destacava o facto de nenhum destes 21 jovens deter um posto de trabalho estável e bem remunerado que correspondesse às suas aspirações. Para alguns deles a AUJ tinha constituído a primeira oportunidade de trabalhar com alguma estabilidade, nomeadamente nos casos dos animadores Elton, Stip e Élio. Todavia, mesmo estes esperavam no futuro poder obter empregos com melhores condições, melhor remunerados e com maior reconhecimento social. Entre outubro de 2008 e dezembro de 2010 a AUJ também viria a oferecer oportunidades de trabalho (como monitores ou dinamizadores dos espaços ou dando explicações a crianças) a outros jovens deste grupo, tais como Maria, Joana, Pati e Alex, assim como a outros que frequentavam os centros juvenis. Porém, todos estes casos constituíam soluções laborais de caráter informal, provisório e remuneradas a valores muito reduzidos (em torno dos 6.000 escudos mensais), muito aquém do que a maioria dos jovens aspirava a nível profissional. De entre os 8 jovens que, até março de 2009, tinham ingressado no ensino superior, apenas um o tinha completado, Rui, que no entanto permanecia sem emprego. Os restantes 7 ainda frequentavam as suas licenciaturas, incluindo Elton que estudava, desde outubro de 2008, no curso de Serviço Social numa universidade privada da cidade. Ele era o único jovem deste grupo que conciliava os estudos com um trabalho contínuo, no seu caso como educador na AUJ. No ano seguinte Stip veio também a acumular estudos superiores com o trabalho na

associação (a partir de outubro de 2009), ingressando na licenciatura em Direito na mesma universidade privada. Os restantes estudantes universitários do grupo (Telma, Susana, Liliane, Marta, Mauro e Júlio) conseguiam, conjugando apoios de familiares, trabalhos pontuais ou nas férias, apoios do Estado e por vezes até empréstimos bancários, manter-se dedicados por inteiro aos estudos.

Todos estes jovens expressavam um claro sentido de satisfação pessoal pelo facto de poderem estudar no ensino superior (e eram também valorizados por isso entre os pares, no entanto sem que tal os afastasse e diferenciasse nos momentos e espaços de convivialidade coletiva), encarando tal “oportunidade” não apenas como resultado de esforço pessoal mas também como uma “sorte” face ao contexto de fragilidade económica das suas famílias. Todavia também todos eles partilhavam um sentimento de incerteza face ao futuro pois sabiam que obter formação superior já não significava uma “oportunidade de um bom emprego” (Mauro). Mesmo Luísa, que ainda estudava no ensino secundário, embora afirmando a importância de estudar no ensino superior, também já duvidava dos resultados de tal investimento:

“Agora em CV se nós não estudarmos nós não vamos para a frente. Se tu estudas tu tens muitas coisas boas na vida, mas se não estudas passas muitos sacrifícios, eu acho que quando tu estudas tu tens um trabalho é mais fácil. Quando chegares à terceira idade já tens uma reforma, é assim, estudar é mesmo importante. *[Mas achas que vais conseguir trabalho se estudas?]* Nem tanto. No outro dia ouvi uma coisa da JPD (juventude partidária do maior partido da oposição) que dizia que se eles não fizessem nada agora para combater o desemprego em 2015 tem 120 mil jovens desempregados, e eu vou estar incluída de certeza, porque nessa época já vou terminar; eu acho que se continuar assim ou agravar eu vou estar desempregada.” (Entrevista a Luísa, 12 de março de 2009).

Susana, estudante de engenharia de telecomunicações, confirmava as mesmas expectativas, considerando por isso a necessidade de procurar trabalho fora da cidade:

“Primeiro de tudo eu quero terminar os meus estudos, e como aqui não tem trabalho tenho ideia de logo que terminar sair de São Vicente, talvez para as outras ilhas, que começam a desenvolver-se também, elas oferecem mais oportunidades de trabalho. Eu penso seriamente em sair de São Vicente porque o mercado de trabalho aqui está mesmo saturado.” (Entrevista a Susana, 17 de fevereiro de 2009)

Outros jovens estudantes universitários, tais como Elton, Júlio e Telma, manifestavam também incerteza face à obtenção de um trabalho qualificado no futuro,

não apenas como consequência das reduzidas ofertas de emprego a nível local, mas também devido à influência determinante das redes de “*padrinhagem*” (clientelismo), em especial de natureza partidária, que limitavam o acesso a cargos e postos de trabalho (mais e menos qualificados). Em dezembro de 2010, quando Telma estava já no último ano da licenciatura em Filosofia, disse-me que já “devia” estar a “dar expediente” (estabelecer contactos personalizados) nos liceus da cidade pois, embora existisse um sistema formal de colocação de professores a nível nacional, “é assim que toda a gente faz”. Por isso Telma estava descrente da possibilidade de vir a conseguir um trabalho na cidade no ano seguinte, já que não tinha nenhum “padrinho” e não tinha “jeito” para “procurar um”.

Já entre os jovens que não tinham concluído o ensino secundário (6 rapazes e 4 raparigas), o padrão era ainda mais expressivo: o desemprego ou os trabalhos pontuais tornavam-se a regra. Élio era o único que conciliava um trabalho (como educador na AUJ) com a frequência do ensino secundário. Contudo a partir de janeiro de 2009, por razões de saúde, viu-se obrigado a suspender tanto os seus estudos como o seu trabalho, mantendo-se afastado de ambos pelo menos até ao período da minha última visita ao Mindelo, em novembro e dezembro de 2010. Deste grupo de 10 jovens destacava-se também Luísa, que ainda estudava no ensino secundário, dedicando a isso a totalidade do seu tempo. Entre os restantes 8 jovens que não estudavam (5 rapazes e 3 raparigas), nenhum detinha um vínculo laboral formal e muito poucos exerciam uma atividade que lhes permitisse um rendimento estável. Entre estes jovens contudo, mesmo se nem todos ambicionassem uma profissão qualificada no futuro, a expectativa de obter um trabalho estável era comum.

Mac e Rick

Mac e Rick eram amigos e ambos pertenciam à equipa de basquetebol do centro juvenil da Covada. Para além deste interesse desportivo, partilhavam ainda uma situação semelhante face ao trabalho, definida pela incerteza e pela precariedade. Mac, de 23 anos, vivia com a mãe e com dois irmãos mais novos, filhos da sua mãe e do seu padrasto; este último tinha falecido sete anos antes. Desde que saíra da escola, por iniciativa própria, Mac tinha procurado tornar-se carpinteiro:

“[E escola, tu estudaste até quando?] Bom, eu estudei até à 6ª classe. No princípio o meu pai estava na Praia e a minha mãe disse-lhe quando eu terminei que eu não queria mais escola. O meu pai veio para me dizer para eu ir para a secundária, mas eu naquela época não queria escola. O meu pai veio, vai para escola, pôs-me na escola, e eu não quis. Eu disse ‘eu não quero’, eu preferia ira para a oficina... porque sempre, desde pequenino eu tinha assim.... uma queda para uma coisa que agora eu digo que é a minha profissão, que eu sou bom nela, que é carpintaria, eu gosto de trabalhar nessa área, desde pequenino eu tenho aquela... se estragar alguma coisa tenho uma martelo e conserto, desde pequenino.”

(Entrevista a Mac, 24 de março de 2009)

Após abandonar a escola Mac foi trabalhar numa oficina e frequentou uma formação profissional nessa área, tendo depois voltado a trabalhar noutras oficinas durante longos períodos. Tinha também trabalhado alguns meses como condutor de um transporte coletivo. Atualmente, contudo, estava sem trabalho e tentava criar uma oficina própria juntamente com um primo seu. A. tinha-lhes inclusivamente feito algumas encomendas de mobiliário para os centros juvenis mas depois destas as encomendas tinham voltado a decair. Como tal Mac ainda não tinha conseguido obter da carpintaria um vínculo laboral e um rendimento estáveis que lhe permitissem a autonomia financeira e residencial que desejava.

“[Como é que tu tens dinheiro, é o teu pai ou a tua mãe que te dá ou tu juntaste quando trabalhavas?] Não, eu ainda trabalho, às vezes, eu não trabalho assim, ter um salário de mês, aparece um trabalho e eu trabalho. Eu tenho um quarto na Espia nosso, eu mais o meu primo, lá é que é a nossa oficina, lá é que temos coisas, ferramentas, às vezes aparece trabalho, uma pessoa chega a ti e diz ‘Mac tenho falta de umas cadeiras, umas mesas’ eles dão-nos o início do dinheiro, nós botamos as mãos, e dá-mos o trabalho pronto. Isso é que eu te estava a dizer que o meu dinheiro... [Então o teu dinheiro vem daí?] Sim. [A tua mãe já não te dá dinheiro?] Humm... a minha mãe agora dá-me é roupas, coisas assim, aquilo que eu precisar. [E o teu pai manda-te dinheiro?] O meu pai manda-me sim, às vezes ele manda. [Tu tens alguma conta bancária?] Tenho conta no BCA. [E tu consegues juntar lá dinheiro ou nem por isso?] Oito contos (risos). [E tu sentes que o dinheiro que tu consegues chega para os teus gastos diários?] Chega sim. [Mas há alguma coisa que tu gostavas de ter e que não tens? O que é que tu gostavas de ter?] Agora, a minha casa. [Se tivesses dinheiro ias morar na tua casa?] Ia morar na minha casa.” (Entrevista a Mac, 24 de março de 2009)

Embora não sendo pessimista, Mac não deixava de sentir que as suas aspirações estavam limitadas devido à falta de trabalho. Quando lhe perguntei se se sentia

integrado socialmente ele respondeu-me que “mais ou menos” e justificou: “Eu digo menos porque tu não tens muitas oportunidades na vida, Cabo Verde não te dá muitas oportunidades... Tu podes ter algo para mostrar mas não tens maneira de mostrar”.

Rick, com 24 anos, diferia do seu amigo Mac apenas na situação residencial, pois naquela altura não vivia com a sua mãe mas sim com a avó materna e com uma tia. A sua mãe tinha sempre residido na cidade da Praia mas Rick também já tinha vivido com ela nessa cidade por dois períodos, entre os 12 e os 18 anos e mais tarde entre os 20 e os 22 anos. Nos restantes períodos Rick tinha vivido em São Vicente com a avó. Esta mobilidade geográfica, que não era rara entre os jovens em Cabo Verde, tinha no caso de Rick ligações claras com oportunidades de trabalho. Este jovem tinha optado por abandonar os seus estudos no 9º ano de escolaridade, quando ainda morava com a mãe na cidade da Praia, e pouco depois, com 18 anos, decidira autonomamente voltar para a São Vicente em busca de trabalho.

[Mas tu desististe porque quiseste ou reprovaste e tiveste que sair da escola?] Sim, reprovei. [Chegaste àquele limite em que só dá para reprovar duas vezes em cada ciclo?] Não, eu ainda tinha mais um... [Ah, tu é que quiseste sair? Porquê?] Ah, como se diz, naquele época eu achava que estudar não ia adiantar nada. Na minha zona na Praia tinha um primo meu que tinha terminado a escola há uma data de anos e ele estava sempre na casa sem fazer nada. Agora eu disse, eu não vou terminar a escola para fazer como ele, eu não vou ficar parado sem fazer nada. Agora eu decidi largar a escola para ver se começava a trabalhar. Então vim para São Vicente e naquela época comecei a trabalhar assim na oficina, eu era ajudante. Trabalhava, comecei a ganhar experiência, depois de passar aquele dois anos aqui fui para Praia e na Praia já arranjei trabalho. Comecei a trabalhar mais para ganhar dinheiro.” (Entrevista a Rick, 24 de março de 2009)

A curta duração do período de retorno a São Vicente tinha como justificação o facto de Rick ter tido uma filha entretanto e, por essa razão, ter sentido a necessidade de regressar à cidade da Praia, novamente em busca de trabalho.

(...) Então depois eu vim (para São Vicente), já estava um bocadinho mais crescido, envolvi-me com uma “fêmea” (rapariga) aqui, que é a minha mãe-de-filho agora, envolvi-me... passados uns tempos, dois anos e tal juntos, eu e ela nós tivemos uma filha. Já eu tive de tornar a regressar para a Praia por causa da falta de trabalho em São Vicente. Eu fui para a Praia para trabalhar lá, passei uns tempos lá, passei dois anos e tal, eu tornei a regressar para São Vicente, e agora vim para ficar aqui. Já estou há dois anos e tal aqui. [Mas tu lá na Praia não conseguiste trabalho?] Não, na Praia eu estava a trabalhar

sempre, o problema é gostar de estar na Praia, Praia é diferente. *[Não gostas?]* Não. E depois filha estava aqui, mãe-de-filho tudo estava aqui e então... (...) Depois quando eu vi que já estava a passar para a fase de adulto já comecei a tomar as minhas decisões para mim e agora eu vim para ficar aqui. *[E agora estás à procura de trabalho? Já conseguiste alguma coisas?]* Não...” (Entrevista a Rick, 24 de março de 2009)

O novo regresso de Rick a São Vicente prendia-se agora, não com a necessidade de trabalho, mas com um sentido de responsabilidade para com a sua filha. Embora esta vivesse com a mãe, Rick sentia-se responsável por ela, queria estar próximo e apoiá-la economicamente. Contudo essa responsabilidade confrontava-se com a falta de trabalho. Naquela altura Rick aguardava o reinício de uma obra onde tinha trabalhado uns meses antes mas a espera era longa e sem garantias e Rick não vislumbrava outras alternativas. Nesta fase sem trabalho era um tio seu que o apoiava economicamente e Rick não conseguia contribuir para as despesas da sua própria filha, algo que lhe causava um sentimento de frustração. Esta instabilidade laboral, que o tornava dependente de outros e incapaz de assumir o que entendia serem as suas responsabilidades “de adulto”, levava-o agora a lamentar ter abandonado os estudos. Contudo este jovem não deixava de considerar que sempre tinha feito o possível para poder ter um trabalho.

“*[Então achaste foi uma boa decisão saíres da escola?]* Eu acho que foi uma boa decisão mas ao mesmo tempo depois vi que a escola também deixa falta. Na época em que larguei a escola, por exemplo, tive um filho cedo, tinha várias experiências de trabalho, por exemplo, eu trabalhei na pintura, trabalhei de serralheiro, construções metálicas, e sempre que apareça um trabalho assim, mesmo que eu não soubesse eu queria fazê-lo para ver se ganhava mais conhecimento para fazer aquilo que me aparecer. Eu trabalhei num supermercado, trabalhei na serigrafia, trabalhei numa data de trabalhos até ver que o queria era ser serralheiro. Fiz muitas coisas naquela época. *[Mas agora gostavas de voltar a estudar, ou não, ou achas que já não interessa?]* Gostar eu gostava sim, mas tinha de ter muitas condições. Não tenho maneira de sustentar escola... tenho de trabalhar para a filha... Já é mais difícil.” (Entrevista a Rick, 24 de março de 2009)

Quando perguntei a Rick o que ele menos gostava no seu país a sua resposta surpreendeu-me por ser tão imediata e tão claramente autorreferencial (ao contrário da generalidade das respostas que tinha obtido, remetendo quase sempre para aspectos externos aos quotidianos dos entrevistados): “desigualdades no trabalho. Tem muitos jovens que têm oportunidades mas também tem muitos jovens que não têm, de ter um

trabalho.” Rick reivindicava assim mais atenção do governo para os jovens “que não têm escola nem formação” já que “muitos jovens não têm escola mas têm vontade de trabalhar, e há pouca ajuda nessa parte”. Rick afirmava conhecer muitos jovens como ele, com muitas dificuldades em encontrar trabalho, e quando eu o provoquei reproduzindo a ideia corrente de que também existiriam muitos jovens que não queriam trabalhar a sua resposta foi perentória:

“Pode até haver jovens que não querem trabalhar, mas eu quero e procuro e não acho. Embora isso possa ser a realidade, muitos jovens não querem trabalhar, e isso vem na história de São Vicente, diz-se que gente de São Vicente nunca gostou de trabalhar (risos), mas eu desde que larguei a escola sempre tive vontade de estar no trabalho. E eu acho isso uma coisa “broke”⁷⁶, porque eu quando estou no trabalho ganho o meu dinheiro, sustento a minha cabeça, vejo uma coisa, gosto dela, quero comprá-la e compro. É isso, uma pessoa tem o seu trabalho para ganhar o seu dinheiro.” (Entrevista a Rick, 24 de março de 2009)

Rui

Considerando o nível de qualificações académicas, no extremo oposto encontrava-se Rui, que completara um bacharelato em educação física no pólo local do Instituto Superior de Educação, pertencente à universidade pública nacional. Todavia, face ao trabalho, a sua situação em nada divergia da dos restantes jovens por mim entrevistados, marcada por relações laborais inconstantes, informais e muito mal remuneradas, que estavam longe de corresponder às suas expectativas profissionais.

Rui tinha, em março de 2009, 24 anos de idade e sempre residira na zona de Fontinha com os seus pais e com outros quatro irmãos, dois mais velhos e dois mais novos que ele. Rui tinha-se, entretanto, envolvido nas atividades do centro juvenil de Covada, animando aulas de aeróbica de forma voluntária e participando em reuniões e iniciativas diversas. Este envolvimento era importante para ele na medida em que não apenas lhe tinha permitido alargar a sua rede de convivialidade como também o tinha feito valorizar-se pessoalmente pelo exercício do voluntariado. Esta valorização aparecia assim como contraponto ao desânimo que sentia por não ter ainda conseguido colocação profissional após o término do seu bacharelato no ano letivo anterior. No

⁷⁶ Expressão que qualifica algo como, não apenas correto, mas também admirável.

entanto Rui sempre fizera um esforço por obter formação que lhe permitisse aumentar as suas oportunidades de encontrar trabalho, embora sem sucesso:

[E estudar, como foi o teu percursos na escola?] Iniciei a estudar mesmo aqui [Neste centro?] Sim, tinha duas salas, estudei 1^a, 2^a e 3^a classe aqui. [E Jardim, fizeste?] Não, não fiz jardim. Depois estudei 4^a, 5^a e 6^a naquela escola, depois fui para a Escola Técnica. Ali eu terminei todo o secundário. [Em que área?] Na área de construção civil. Depois fui para o ISE, fazer educação física. [Como é que fizeste um cursos técnico de construção e depois foste parar ao desporto? Como é que foi essa mudança?] Educação física, eu gostei sempre de educação física. Bom, fiz construção civil porque, também por influência do meu irmão que já tinha feito construção civil e também porque acho que era uma das áreas em que tinha mais oportunidades de trabalho. Mas depois como fiquei a saber do curso de educação física e queria mesmo fazer educação física fui. [Mas tiveste algum tempo entre o fim do secundário e a entrada no ISE, ou foi logo a seguir?] Fui logo no ano a seguir. Terminei eu junho, iniciei logo um curso de eletricidade em julho e aquele curso era de 8 meses; depois iniciei a educação física e fui fazendo os dois em simultâneo. [Em que ano começaste no ISE?] Em 2005, terminei agora em 2008. [Três anos é equivalente a bacharel?] Bacharel. [E se tu quisesse terminar a educação física podias continuar lá no ISE para fazer licenciatura ou não tem?] Na Praia agora. [Ah, só na Praia. E tu gostavas ou achas que não é necessário?] Gostaria mesmo mas em termos financeiros é que não é possível.” (Entrevista a Rui, 19 de março de 2009)

O percurso académico de Rui tinha sido quase inteiramente suportado financeiramente pela sua família, embora os seus pais não detivessem qualificações académicas nem trabalhos bem remunerados. Quando Rui quis estudar na universidade os pais quiseram apoiá-lo mas foi um dos seus irmãos mais velhos que efetivamente lhe pôde proporcionar esta oportunidade.

[A nível económico, tu como subsistes economicamente? São os teus pais que te ajudam neste momento?] Ajudam, mas neste momento também faço alguma coisa. Como o meu pai trabalha a fazer pedra de calçada vou com ele de vez em quando, fico lá a ajudar e ganho alguma coisa. [Quanto é que ganhas mais ou menos?] Dois por semana, 2000 (escudos) por semana. [A trabalhar todos os dias da semana?] De segunda a sábado. Eu vou uma semana e o irmão vai outra semana, enquanto não estivermos a trabalhar, porque está complicado. [E durante o estudo no ISE, as propinas, eram os teus pais que pagavam?] O meu irmão. Ele iniciou um curso na Escola Técnica de monitor, davam-lhe 5000 escudos de bolsa. Ele estudou um ano, depois no segundo ano eu iniciei no ISE e era 5000 escudos também que pagávamos. Antes eu pensei mesmo em desistir porque sabia

que os meus pais não tinham possibilidade de pagar, mas o meu pai disse para eu continuar a fazer os testes de aptidão física; eu queria desistir mesmo nos testes de aptidão física porque disse que eu ia ficar a perder tempo, mas o meu pai me incentivou, ele disse se eu passar nos testes ele falava com uma tia minha para tentar pagar depois para reembolsar. Bom assim continuei, passei, depois o meu irmão começou, ele tomava os 5000 escudos lá na escola e me dava para pagar a propina. Depois terminou e iniciou logo a dar aulas. Logo a seguir no ISE também passou para 6000 escudos e ele continuou a pagar assim. *[E photocópias?...]* Fotocópias o meu pai arcava. *[Mesmo assim foi um tempo apertado?]* Sim, foi mesmo apertado, justo por isso que quando estávamos a fazer estágio, que vi que a situação ia apertar muito mais, resolvi trabalhar, tinha um filho, tinha que ajudar também. O meu pai não queria que eu fosse trabalhar mas eu acho que a situação tinha que ser porque se não ia ficar muito apertado. *[E tu agora o dinheiro que estás a conseguir é este do trabalho que fazes com o teu pai?]* Sim, do trabalho que faço com o meu pai mas também da arbitragem, que ganho 1000 escudos também por semana, se eu fizer dois jogos ganho 1000 escudos, se eu fizer quatro 2000 escudos... vai dar para o gasto. *[E este curso de arbitragem que fizeste no ano passado pagava-se ou foi gratuito?]* Não, foi gratuito. *[Então foi um bom investimento.]* (risos). *[E tu sentes que o dinheiro que tens disponível chega-te?]* Eu acho que chega. *[Não sentes necessidade de mais?]* Neste momento não, não tenho muitos... Digo que chega porque também ajudo com o meu filho; eu acho que é pouco também, dou-lhe 2000 escudos também para coisa mas não dá para quase nada; estou a ajudar por enquanto como eu posso.” (Entrevista a Rui, 19 de março de 2009)

Com efeito, apesar do apoio familiar, Rui não estivera apenas dedicado aos estudos, até porque no decorrer deste percurso tinha tido um filho, que tinha agora 4 anos de idade. Consequentemente, desde esse momento Rui procurava apoiar financeiramente o seu filho, embora este já não residisse com ele mas sim com a mãe, de quem Rui se tinha separado um ano após o nascimento da criança (período em que tinham vivido juntos na casa dos pais de Rui). Para além dos pequenos trabalhos que realizava na altura da entrevista, Rui também já tinha trabalhado antes, na fase final do bacharelato, como vigilante numa empresa local de segurança (a mesma em que também tinha trabalhado Lourenço, sob as mesmas condições de horário e remuneração). Mas curiosamente foi apenas esta experiência de trabalho que Rui referiu quando inicialmente lhe perguntei se alguma vez tinha trabalhado. Deste modo Rui, à semelhança de muitos outros jovens na mesma situação, manifestava pelo seu discurso uma dualidade na forma como encarava a sua relação com o trabalho. De um lado

estariam os pequenos trabalhos que se iriam desempenhando de forma mais ou menos descontínua e informal a fim de obter algum rendimento para fazer face às despesas pessoais e familiares quotidianas: “Eu gostaria de trabalhar qualquer trabalho (risos) até se for de servente em obra (risos) … Para poder ajudar também em casa né, porque ficar só a depender dos pais, só a depender dois pais é… complicado”. De outro lado estaria “um” trabalho, o que já implicava uma relação contratual com estabilidade de horários e remunerações: “Já tive um trabalho quando estava a fazer estágio, trabalhei como vigilante, trabalhava à noite e estudava no dia”. Porém no discurso de Rui emergia ainda uma outro nível de relação com o trabalho, nomeadamente aquela que remetia para “o trabalho” que ele aspirava alcançar no futuro, trabalho esse que lhe permitiria obter um reconhecimento profissional compatível com a qualificação académica que detinha e realizar outras aspirações futuras a nível residencial e familiar:

“[Daqui a 10 anos como achas que vai estar a tua vida? Nos próximos 10 anos o que é que te vai acontecer?] Bom… espero já ter a minha casa própria, que é o meu desejo. Quando iniciar a trabalhar é a primeira coisa que eu vou fazer, é ter a minha casa. Se calhar ter o meu filho comigo. [Gostavas de o trazer para ao pé de ti?] É, gostaria muito, mesmo. (...) [Portanto, gostavas de estar com ele na tua casa. E mais?] Claro, estar empregado, a exercer, a exercer a minha função. [Como professor? É como te vês?] Como professor.” (Entrevista a Rui, 19 de março de 2009)

Todavia, quando regressei a Cabo Verde em novembro de 2010 Rui ainda não tinha conseguido um trabalho na sua área de formação. Contaram-me Alex e Stip, valorizando a opção de Rui, que por essa razão ele tinha decidido frequentar uma formação para polícia, que tinha concluído com êxito, obtendo aliás colocação laboral imediata. Contudo essa colocação obrigara-o a deslocar-se para a ilha do Sal, o que, ao contrário do Rui que desejava, o distanciou ainda mais da sua família e do seu filho.

Com efeito, aquando da minha última visita ao Mindelo, verifiquei que não apenas Rui mas também outros três jovens tinham abandonado a cidade: Marta tinha viajado para Portugal para aí continuar os seus estudos universitários, Flora tinha emigrado para a Holanda e Júlio, após a conclusão da licenciatura em Sociologia, tinha regressado à sua ilha natal, Santo Antão, para trabalhar. Poucos meses depois também Maria viria a emigrar, nomeadamente para Portugal, para junto de Marta, em busca de trabalho e aspirando poder também estudar na universidade nesse país. A mobilidade, nacional ou internacional, marcava assim as trajetórias biográficas de muitos destes jovens, da

mesma forma que tinha marcado as dos seus familiares (não conheci nenhum jovem que não tivesse familiares próximos a viver fora da cidade ou do país) e, em geral, de toda a população cabo-verdiana ao longo da sua história.

Entre os jovens que conheci esta mobilidade era contudo experimentada de forma contraditória. Entre os que entrevistei, apenas Élio era claro em afirmar que gostava de sair de Cabo Verde para trabalhar num país europeu. Entre os restantes o desejo de permanecer em Cabo Verde era dominante. Contudo, para alguns deles tal desejo era vago e ambíguo já que se confrontava com necessidades e oportunidades bem mais concretas de emigrar, muitas vezes reforçadas por um desejo de estarem mais próximos dos seus familiares emigrados (mães, pais, irmãos). Alguns dos jovens que conheci já tinham inclusivamente sido “chamados” por familiares e até já tinham tentado obter vistos para países como Portugal, Bélgica, Luxemburgo ou EUA. Tal era o caso de Joana, mas também de Teresa, de Mac, ou de Flora. Outros, como Max, Pati, Maria, Marta, Alex, Júnior ou Rick, já tinham considerado emigrar e afirmavam claramente que o fariam se surgisse uma oportunidade⁷⁷: “Eu gostava de ficar aqui, pronto, se eu achar oportunidade para estudar, eu quero ficar aqui na minha terra... mas se eu não achar oportunidade para estudar eu acho que é melhor sair fora.” (Maria, 23 de janeiro de 2009)

Esta ambiguidade, ao mesmo tempo acompanhado de um claro pragmatismo, era, com efeito, mais expressiva entre os jovens que estavam em posições mais vulneráveis e incertas face ao trabalho e ao estudo. Pelo contrário, entre os jovens que estudavam no ensino superior (ou que a isso aspiravam, como Luísa), o desejo de permanecer em Cabo Verde era mais concreto. Estes destacavam-se assim, identitariamente, da figura tradicional do “emigrante”⁷⁸ pois desejavam, e de certa forma acreditavam ser cada vez mais possível, trabalhar e residir no país com algum conforto, concebendo (e desejando) estadias no estrangeiro apenas para “passar férias” ou para “estudar”⁷⁹. Reforçando este desejo de permanecer em Cabo Verde, vários destes jovens estudantes entendiam ainda,

⁷⁷ Um dos jovens contou-me inclusivamente que mantinha uma conta bancária aberta, fazendo movimentos periódicos entre esta e a conta da sua mãe, de forma a poder apresentar movimentos bancários se surgisse a oportunidade de pedir um visto.

⁷⁸ Em coincidência aliás com as autorrepresentações distanciadas dos “imigrantes” que os estudantes universitários cabo-verdianos tendem a reproduzir em Portugal (Fortes 2005).

⁷⁹ Estes padrões são coincidentes com as respostas obtidas através do questionário exploratório: apenas 25% dos inquiridos manifestava desejo de residir fora do país, sendo este número, todavia, mais expressivo entre os jovens que frequentavam o ensino básico ou secundário (36%) e bem mais reduzido entre os estudantes do ensino superior (6%).

num discurso de tom patriótico, que as suas qualificações universitárias poderiam também ser um contributo para o “desenvolvimento” do país, tornando-se eles próprios instrumentos desse desenvolvimento:

“[Queres morar aqui ou fora?] Não, eu quero morar em Cabo Verde. [Não tens família fora?] Tenho sim, mas eu não quero morar fora de Cabo Verde. (...) Eu acho que o trabalho que eu quero, antropologia ou ciências políticas, pode ser um trabalho que pode ajudar para o desenvolvimento de Cabo Verde. Não é para ir trabalhar lá só para poder ter uma vida melhor, tanto para ter uma vida melhor, tanto para ajudar Cabo Verde também, as duas coisas.” (Entrevista a Luísa, 12 de março de 2009)

Desejos certos e futuros incertos: entre a educação, o trabalho e a migração

Depois de conhecer com maior profundidade as aspirações subjetivas deste grupo de jovens, assim como os recursos objetivos de que dispunham (ou não) para as realizar, o final das histórias de Denise e Erica pareceu-me bastante revelador. Ambas as histórias terminam em aberto, na indefinição e na espera. Tanto Erica como Denise parecem não ter certezas claras nem estratégias definidas face ao futuro. Porém nunca desistem e continuam a acreditar que irão atingir os seus objetivos, realizar os seus sonhos – mesmo que os recursos que possuem para tal não sejam mais do que a insistência e a esperança.

Através da pesquisa biográfica percebi que muitos jovens do Mindelo apresentavam semelhanças com as histórias de Denise e Erica quando imaginavam os seus futuros, com certezas nos seus sonhos mas incertos quanto aos seus percursos. Os dados quantitativos que obtive através do questionário exploratório também eram coerentes com estas observações, revelando aspirações profissionais e económicas genericamente elevadas e uma confiança preponderante na via da educação formal como forma de as atingir. Contudo, neste campo os respondentes também não deixaram de referir um expressivo receio face às reduzidas oportunidades de emprego no país e, consequentemente, de apontar outras vias menos formais para a realização das suas aspirações: apoios de pessoas conhecidas ou de familiares e “sorte”.

As biografias de muitos jovens que conheci nas periferias do Mindelo demonstravam também estas tendências, articulando nos seus discursos as contradições entre as aspirações que tinham e as oportunidades que vislumbravam para as realizar. Se

as suas aspirações eram ambiciosas, as suas expectativas face ao futuro pareciam contudo ser pouco claras e os seus recursos para as atingir muito precários. Notava-se assim a emergência de um paradoxo entre crescentes aspirações e contínuos constrangimentos no acesso aos recursos para as concretizar, impedindo os jovens de planear com um relativo grau de certeza os seus percursos biográficos futuros (Martins 2011). Como consequência era a incerteza que ganhava espaço; o caminho para uma realização futura passava menos por planos e estratégias concretas e mais por uma vaga ideia de “luta” e pelo sentimento de esperança que, diz-nos a história de Denise, é “a última a morrer”.

A expansão recente do sistema de educação formal tem aqui um papel crucial, na medida em que torna aparentemente possível a concretização de um modelo sociocultural, de natureza moderna e globalizada, que valoriza o sucesso individual com base na acumulação de capital económico essencialmente através da acumulação de capital cultural (Bourdieu 1999). Com efeito, o investimento no “capital humano” tem sido um dos elementos preponderantes na estratégia de desenvolvimento de Cabo Verde desde a independência até à atualidade (Pina 2009) e a educação tem sido encarada como um fator estrutural no combate à pobreza e no crescimento económico do país⁸⁰. Nas últimas duas décadas um contínuo investimento no setor educativo permitiu que o país atingisse a universalização do ensino primário em 2010 e que tenda agora para uma progressiva universalização do ensino secundário (Atchoaréna et al. 2008), sendo atualmente as prioridades políticas para o setor definidas menos em função do seu crescimento e mais em função da sua qualidade, eficiência e regulamentação (Campanha Global pela Educação 2012).

Este crescimento do sistema de ensino tem correspondido, consequentemente, a um incremento das aspirações dos jovens, parecendo assim dar continuidade a uma das principais estratégias de mobilidade social em Cabo Verde, nomeadamente a apostar na obtenção de qualificações académicas⁸¹, atualmente generalizada sob a forma de

⁸⁰ No Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza II, de 2008, (Ministério das Finanças e Administração Pública 2008) o Capital Humano constitui um dos cinco eixos estratégicos de desenvolvimento, tendo como principal objetivo “a modernização do sistema educativo, para mais qualidade e equidade do desenvolvimento” (2008:9).

⁸¹ Expressões locais que associam a obtenção de qualificações escolares a “já ter uma enxada” ou a “ser alguém na vida” atestam a importância da via educativa como estratégia privilegiada de mobilidade social. Esta foi implementada em Cabo Verde a partir do final do século XIX mas destinada apenas às elites administrativas e comerciais, tendo um expressivo incremento no final do período colonial (a partir dos anos 1960) com vista à formação de funcionários da administração colonial a nível local ou nos “territórios ultramarinos” e tendo aumentando ainda mais significativamente após a independência com o

qualificações de nível superior. Tal “democratização” do ensino gerou, deste modo, da parte da população jovem, demograficamente dominante, uma elevada demanda sobre o sistema de ensino secundário e superior que se tem, no entanto, revelado difícil de suprir a nível nacional (Campanha Global pela Educação 2012, Atchoaréna et al. 2008). Com efeito, a procura do sistema de ensino secundário público nas últimas duas décadas tem atingido constantemente os limites da sua lotação, o que tem vindo a resultar em restrições etárias nos diferentes ciclos de ensino e no crescimento de estabelecimentos de ensino particulares (Afonso 2002) (sendo que nestas últimas as respetivas propinas representam, todavia, um encargo bastante pesado ou mesmo incomportável para muitas famílias pobres). No ensino superior, embora tenha havido um incremento recente do número de universidades e de cursos disponíveis no país⁸², a diversidade de opções em território nacional continua reduzida face às aspirações dos jovens e desvalorizada face às qualificações obtidas no estrangeiro. Paralelamente verifica-se um decréscimo das bolsas de estudo oferecidas pelo Estado para estudar no estrangeiro e nas universidades nacionais (Atchoaréna et al. 2008), sendo que o valor das propinas, inclusivamente na universidade pública, está fora das possibilidades de uma larga maioria de famílias nacionais. Não obstante, crescem no país as ofertas formativas em universidades privadas, assim como os empréstimos bancários aos estudantes, tal é a aspiração dos jovens e das famílias atualmente para a obtenção de qualificações superiores⁸³.

objetivo de integrar novos funcionários na administração pública e na rede escolar (Afonso 2002). Na sociedade mindelense, essencialmente dependente do comércio e da administração pública, a aquisição de conhecimento escolar assume particular importância como estratégia de ascensão social, em especial na primeira metade do século XX após a implementação do liceu nacional Gil Eanes em 1917, único no país até 1961. Sobre este aspeto e a consequente valorização local dos intelectuais e “pessoas de cultura” ver Vasconcelos (2007).

⁸² Sobre este aspeto pode ler-se na abertura do Anuário Estatístico de 2010/2011 do Ensino Superior: “Cabo Verde assistiu nos últimos 10 anos a uma grande expansão do acesso e frequência ao Ensino Superior, expansão que se traduziu num aumento considerável do número de alunos matriculados, tendo o país passado de 717 estudantes, em 2000/01, a 11 769, em 2010/11. Entre as datas em comparação, registou-se um crescimento da ordem de 1541%, ocorrido num ritmo médio anual de 32,3%. Estes dados fazem do sub-sistema de Ensino Superior aquele que mais cresceu durante a primeira década do século XXI” (Ministério do Ensino Superior, Ciência e Inovação 2012:17). No mesmo documento constata-se que o número de estudantes no ensino superior por cada 100.000 habitantes passou de 164, em 2000/01, para 2394, 2010/11, tornando-se assim Cabo Verde um dos países da África Subsaariana com maior taxa de cobertura do ensino superior. Por outro lado, este expressivo incremento regista uma disparidade de género, neste caso favorável às mulheres, havendo por cada 100 homens no ensino superior 137 mulheres (Ministério do Ensino Superior, Ciência e Inovação 2012).

⁸³ Face a este quadro, o discurso oficial e de senso comum tende a valorizar a formação profissional técnica, mas este é ainda um setor frágil, descoordinado e desvalorizado socialmente pelas elites burguesas urbanas, embora cada vez mais procurado pelos jovens mais pobres excluídos do sistema de ensino público (cf. Campanha Global pela Educação 2012).

Não obstante estas restrições e dificuldades de acesso, é clara a centralidade da educação escolar e universitária na vida dos jovens cabo-verdianos, quer entre os que a frequentam, quer entre os que dela estão afastados. Tal como na generalidade dos restantes países do mundo, também em Cabo Verde a “forma escolar moderna” (cf. Vieira 2010) se impôs, de forma massiva e incontornável⁸⁴, como um “programa institucional” dedicado à “socialização de indivíduos” (Dubet 2002)⁸⁵, neste caso “produzindo” “alunos”, uma categoria que veio a associar-se de forma determinante à própria categoria de juventude: “...há uma tendência à naturalização da categoria ‘aluno’, como se fosse uma realidade dada, universal, identificada imediatamente como uma condição de menoridade, seja da criança ou do jovem, marcada por uma relação assimétrica com o mundo adulto” (Dayrell 2007:1119). Como consequência, tal como me mostravam os jovens que entrevistei, a frequência da escola, ou o afastamento dela, tornou-se um vetor essencial na constituição das identidades juvenis: “estar” ou não a estudar, “ter” ou não escola, “terminar a escola” como motivo de realização pessoal, a escola que “deixa falta” aos que não a completaram...

Pela sua natureza progressiva, avaliativa e competitiva, a escola produz no entanto um tipo específico de identidades, nomeadamente identidades definidas pelo sucesso ou insucesso individual: “O julgamento escolar (“brilhante”, “inteligente”, “preguiçoso”, “pouco dotado”) vai construindo no aluno uma dada representação de si com repercuções mais ou menos marcantes na sua avaliação como pessoa” (Vieira 2010:270). Como bem mostra Dubet (2002), mas também Bourdieu e Champagne (2003), a especificidade do “projeto” escolar com programa de “trabalho sobre o outro”, em especial num tempo de “democratização” do acesso à educação e de aparente “desinstitucionalização do social”, é justamente a de produzir sujeitos “obrigados a ser livres”:

“Le principe de domination le plus fort, le plus efficace parce que le moins contestable, le plus caractéristique aussi du travail sur autrui post-institutionnel, tient dans l’obligation d’être libre. (...) Si tous les individus sont considérés comme étant fondamentalement égaux, ils ne peuvent se différencier que par leurs mérites, c’est-à-dire par l’usage qui’ils

⁸⁴ A escolaridade obrigatória em Cabo Verde consistia, até recentemente, em seis anos de escolaridade, correspondentes ao ensino básico. Muito recentemente (2010-2011) esta foi ampliada até ao 8º ano de escolaridade, que corresponde ao final do primeiro ciclo do ensino secundário.

⁸⁵ A par da escola Dubet (2002) identifica outros contextos institucionais com programa semelhantes, tais como a formação profissional, os serviços de saúde ou o trabalho social, todos definidos como campos profissionais de “trabalho sobre o outro”.

font de leur liberté. C'est là la seule manière de fonder des inégalités justes" (Dubet 2002 :360).

Esta aparente produção de indivíduos livres operada pela escola reforça assim uma crença na origem individual, e não social, das atitudes, comportamentos e escolhas de cada um, promovendo desta forma uma ética (individualista e racionalista/economicista) de (hiper)responsabilização individual pelo (in)sucesso:

"L'obligation d'être libré conduit à une exhortation permanente à l'engagement de soi, à la motivation, au projet, à la prise en main de son «destin» et de ses problèmes. Si chacun est libré, chacun doit être son propre recours et son propre salut" (Dubet 2002 :361).

Esta ética do esforço e da responsabilidade pessoal emerge assim entre os jovens tornados estudantes, favorecendo interpretações (e autorrepresentações) de caráter individual acerca dos seus sucessos ou insucessos escolares ("eu não gostava da escola", "eu não me aplicava, só estava no gozo", "agora vou-me dedicar", "terminar a escola foi um sonho que realizei") ao mesmo tempo que oblitera as desigualdades sociais que podem também estar na sua origem (cf. Vieira 2010). Foi justamente por essa razão que Rick me surpreendeu ao exigir uma maior atenção do Estado para com os jovens que "não têm escola": Rick considerava que sempre tinha procurado trabalho; ele tinha feito a parte dele, agora que o Estado fizesse a sua.

Rick tinha inicialmente abandonado a escola porque achava que "não ia adiantar nada" estudar, mas nem todos os jovens tinham uma visão tão definitiva da ineficácia escolar. Todavia, a desconfiança sobre a possibilidade do investimento escolar resultar em mobilidade social era generalizada. Embora o investimento permanecesse (ou pelo menos a noção da sua importância), a dúvida estava instalada, comprovada aliás pela ampla dificuldade em encontrar emprego após a conclusão do ensino secundário ou mesmo do ensino superior⁸⁶. Juarez Dayrell, referindo-se ao "esgotamento das possibilidades de mobilidade social" nos contextos urbanos pobres do Brasil, dá conta justamente deste desencontro:

"Ao mesmo tempo, a escola, por si só, não consegue responder aos desafios da inserção social dos jovens, tendo poder limitado na superação das desigualdades sociais e nos processos de emancipação social. Parece que a instituição escolar torna-se parte dos problemas que ela se propôs resolver" (2007:1118).

⁸⁶ Esta representação do mercado de trabalho nacional como *saturado* levava inclusivamente muitas pessoas a defenderem, reconfigurando o *ethos* emigratório do país, que Cabo Verde teria agora de "exportar" os seus "recursos humanos".

O mesmo fazem Bourdieu e Champagne ao analisar de forma incisiva a massificação escolar nos subúrbios pobres de Paris:

“Um dos efeitos mais paradoxais deste processo, que foi até definido como “democratização” (...) foi a descoberta progressiva da função conservadora da Escola “libertadora”, por parte dos marginalizados. De facto, depois de um período de ilusão, e até de euforia, os novos beneficiados começaram a perceber que não era suficiente ter acesso ao ensino secundário para ter sucesso nele, e que não era suficiente ter sucesso nele para ter acesso às posições sociais, que o secundário abria na época do ensino elitista. (...) O processo de eliminação foi adiado e diluído no tempo: e isto faz que a instituição seja habitada a longo prazo por excluídos potenciais, vivendo as contradições e os conflitos associados a uma escolaridade sem outra finalidade que ela mesma” (2003:482-83).

Tais análises, em grande medida coincidentes com a realidade escolar e juvenil urbana em Cabo Verde, demonstram assim o “paradoxo escolar” a que estariam votados os jovens das camadas sociais mais empobrecidas, continuamente investindo numa educação formal que os convida a “ser mestres da sua identidade e da sua experiência social” mas que ao mesmo tempo os coloca “em situação de não poder realizar este projeto” (Dubet 2006, cit. in Dayrell 2007:1123)⁸⁷. Os jovens que conheci não manifestavam, todavia, esta consciência crítica (nem tão pouco muitos profissionais do setor educativo que consultei). Embora reconhecessem que a escola já não lhes garantia “um bom emprego” e por vezes reivindicasse “mais apoios” do Estado para poderem estudar (a discussão sobre as restrições etárias no passe de estudante era um exemplo disto), raramente criticavam a escola em si, na sua organização, funcionamento e conteúdos, e tendiam a justificar os insucessos escolares mais pelas características e atitudes pessoais ou familiares do que pela estrutura do sistema de ensino ou pela estratificação social (muitos jovens concordavam com as restrições etárias no ensino público pois consideravam que se um aluno reprovasse duas vezes tal só demonstrava a sua falta de empenho escolar). Tais percepções pareciam assim ir de encontro a uma imagem do sistema de ensino como um promotor de igualdade de oportunidades e um

⁸⁷ Bourdieu e Champagne afirmam, em referência à dimensão identitária do “fracasso” escolar: “Os alunos e os estudantes de famílias pobres têm todas as probabilidades de conseguir, no final de uma longa escolaridade, muitas vezes paga com grandes sacrifícios, nada mais do que um diploma muito desvalorizado. Se fracassarem, o que continua sendo o destino mais provável para eles, estarão destinados a uma exclusão sem dúvida mais estigmatizante e total que no passado: mais estigmatizante na medida em que tiveram, na aparência, “suas chances”, e que a instituição escolar tende a definir, cada vez mais, a identidade social; e mais total, na medida em que uma parte cada vez maior é reservada de direito, e ocupada de fato pelos detentores, cada vez mais numerosos, de um diploma” (2003:483).

mecanismo de luta contra a pobreza, imagem essa construída por sucessivos governos e políticas educativas após a independência (Afonso 2002). O que esta imagem ocultava, no entanto, era a forma como o sistema de ensino reproduzia localmente as desigualdades sociais através de “subtis” mecanismos de exclusão: desvalorização de saberes locais (Varela 2006), permanência do português como língua veicular, desarticulação dos cursos e conteúdos face ao mercado de trabalho, localização eminentemente urbana da rede escolar pós-básica, restrições etárias no ciclos de ensino, retenções, diferentes escolas ou vias para diferentes classes⁸⁸ e retórica de valorização da via técnico-profissional (cf. Afonso 2002)⁸⁹.

A universalização da escola tende a produzir ainda outro efeito na constituição dos jovens como “estudantes”, nomeadamente o de os conceber em oposição ao mundo do trabalho, afastados do universo produtivo e remetidos apenas ao seu “ofício de aluno” (Almeida e Vieira 2008)⁹⁰. Mas os jovens que conheci mostraram-me claramente como, para eles, esta oposição não só não era real como não fazia sequer sentido. Pelo contrário, para estes jovens trabalhar e estudar constituíam duas dimensões interdependentes face aos constrangimentos económicos com que viviam: se o estudo visava a obtenção de melhores trabalhos e condições de vida no futuro, no presente trabalhar era, para muitos, uma pré-condição para poderem continuar – ou para poderem voltar – a estudar. Enquanto na Europa tem sido identificada a permanência do trabalho pontual ou sazonal entre os jovens estudantes a fim de ganharem experiência e “uns trocos” (Almeida e Vieira 2008), em Cabo Verde, tal como em muitos outros contextos marcados pela pobreza, pelo desemprego e pela precariedade laboral, o trabalho (formal ou informal) torna-se um elemento central da experiência: não só para possibilitar o

⁸⁸ Em São Vicente há apenas uma escola secundária, particular e de caráter religioso, que é claramente valorizada e preferida pelos estratos socioeconómicos mais favorecidos, sem no entanto esta distinção ser generalizada, pois os liceus públicos também são valorizados por estes grupos, ao contrários das escolas secundárias particulares e da Escola Técnica. Ao nível superior, as famílias com maiores capitais económicos e sociais preferem sempre que os seus filhos estudem em universidades fora do país, já que as universidades nacionais são vistas como sendo de baixa qualidade.

⁸⁹ Maria Manuela Afonso, ao analisar a articulação entre classes sociais e educação em Cabo Verde identifica, entre o final do período colonial e a atualidade, uma relação entre a expansão do sistema educativo e o crescimento de uma pequena burguesia urbana dependente do incremento da administração pública e dos serviços, concluindo que “A redução do campesinato e o aumento das pequenas burguesias resultou não tanto de um efeito do alargamento da educação mas, antes, de mudanças estruturais mais amplas das sociedade cabo-verdiana, as quais provocaram uma necessidade de mão de obra com algum nível educacional. O alargamento da educação surge, neste modo, como um efeito e não como uma causa das mudanças. (...) No jogo de forças entre os que querem promover a igualdade de oportunidades e a equidade social e os que querem utilizar a escola como instrumento de seleção e de reprodução, prevaleceu a segunda, ainda que seja redutor dizer que esta foi a única dinâmica que existiu” (2002:212).

⁹⁰ De acordo aliás com as orientações e convenções internacionais sobre direitos das crianças. Foi aumentada recentemente a idade mínima para trabalhar em Cabo Verde, passando de 14 para 15 anos.

lazer e consumo mas também para sustentar a progressão educativa dos jovens e ainda assegurar a subsistência das suas famílias. Assumindo o trabalho como garante e como símbolo de responsabilidade e de autonomia, nos contextos urbanos pobres de Cabo Verde, tal como afirma Dayrell para contextos semelhantes no Brasil, “a juventude não pode ser tomada como uma moratória em relação ao trabalho” (2007:1109).

Tal centralidade do trabalho nas vidas dos jovens tem no entanto por consequência uma significativa exposição aos constrangimentos do mercado de trabalho, à sua escassez, incerteza e precariedade. Efetivamente, mesmo com um setor económico em expansão significativa nas últimas décadas, o mercado laboral cabo-verdiano continua atualmente reduzido face à pressão demográfica, em especial dos setores mais jovens da população. Jovens e adultos alertaram-me diversas vezes para o facto de num espaço de uma geração se ter verificado no país uma rápida transformação no que toca ao acesso ao emprego, tendo-se passado de um contexto em que um diplomado de liceu tinha assegurada a integração nos quadros da administração pública ou do sistema de educação, para a realidade atual em que um crescente número de jovens mesmo com qualificações superiores, adquiridas tanto no país como no estrangeiro, não tem garantias de inserção profissional. Os dados estatísticos recentes comprovam esta tendência, mostrando que o desemprego em Cabo Verde afeta maioritariamente os jovens e em especial em contexto urbano (25,1% na população entre 15 e 24 anos de idade e 9,5% na população nacional entre os 25 e os 44 anos de idade em meio urbano; sendo estas taxas de 29,9% e 13,1% respetivamente em São Vicente) (INE 2010) mesmo entre os licenciados (21,8% para a população nacional ativa de 15 e mais anos) (IEFP e INE 2008). Consequentemente são muitos os jovens, mesmo com qualificações superiores, que se veem obrigados, como mostra a história de Denise, a “adaptar-se ao que tem”, ou seja, a ingressar num ciclo de inatividade prolongada ou de trabalho precário, informal e muito mal remunerado (frequentemente a valores que não correspondem sequer ao valor da renda mensal de uma habitação nas zonas periféricas da cidade ou à propinas de uma universidade pública), geralmente desempenhando atividades que não vão de encontro às suas aspirações profissionais. Aqueles jovens e famílias que têm mais possibilidades económicas procuram contornar este cenário através do investimento na obtenção de qualificações escolares cada vez mais elevadas, mesmo que tenham cada vez menos garantias de vir efetivamente a obter um trabalho

estável no futuro. Contudo, em ambos os cenários o resultado é um prolongamento da dependência dos jovens face aos seus familiares.

Este contexto favorece assim, entre os jovens, uma visão dual do trabalho: entre “um” trabalho, visto como instrumental para responder às necessidades quotidianas e por isso desvalorizado identitariamente, e “o” trabalho, definido em relação às aspirações de realização profissional que permitiriam um reconhecimento social elevado e a possibilidade de realização de outras aspirações de consumo, estilo de vida e organização familiar. Esta dualidade parece pautar de forma transversal as identidades de todos os jovens que pude conhecer, e não apenas dos que tinham acesso ao ensino superior. Ela evidencia dois aspectos importantes. Por um lado a profunda penetração do ideal de obtenção de qualificações superiores entre os jovens como fator de realização pessoal. Por outro a permanência transversal da realidade do trabalho precário, em especial entre os jovens pobres, que se torna estruturante dos seus quotidianos, garante de subsistência diária e possibilidade de progressão nos estudos e de consequente mobilidade social. A escassez de trabalho em Cabo Verde, na generalidade dos setores de atividades, parece assim ter um duplo impacto entre os jovens, não apenas gorando as aspirações daqueles que já obtiveram qualificações, mas minando também aquelas dos que ainda vêm no trabalho a oportunidade de as vir a obter. O trabalho precário e informal torna-se assim transversal a todos os jovens pobres, mais ou menos qualificados, frustrando as expectativas de uns e de outros, limitando os seus “campos de possibilidades” (Velho 1999), reforçando uma identidade definida, no presente e no futuro, pela vulnerabilidade e pela marginalidade⁹¹.

Como resposta possível, imaginável pelo menos, impõe-se assim a emigração, dando continuidade a um modelo tradicional de sucesso no contexto cabo-verdiano, nomeadamente o de “fazer a vida” através da emigração (Åkesson 2004). Mas para os jovens atuais a emigração aparece agora com um sabor mais amargo, encarada com

⁹¹ É interessante estabelecer aqui um paralelismo entre a relação dos jovens com o trabalho em Cabo Verde e o argumento de Grassi (2003) sobre a relação entre género e trabalho para o mesmo contexto. Segundo esta autora, se o crescimento dos fluxos transnacionais foi capaz de conferir às mulheres, através do seu envolvimento em redes de comércio transnacional, novos protagonismos económicos e sociais e contribuir para a criação de estratégias criativas de luta contra a pobreza feminina e infantil, por outro lado, o mercado livre e o próprio modelo de desenvolvimento adotado no país incorporaram e reforçaram as desigualdades de género através da ideia de “economia informal” profundamente associada ao trabalho feminino, que é assim subalternizado. No mesmo sentido, torna-se possível afirmar algo de semelhante em relação aos jovens, cujo “trabalho informal” como atividade económica dominante reforça a subalternidade da categoria etária de juventude, num contexto económico liberal que paradoxalmente valoriza (e exige) a capacidade de iniciativa dos jovens e estimula as suas aspirações sociais e materiais.

ambiguidade, porque a opção por esta via não deixa de ser um reflexo do falhanço individual nos campos educativo e laboral, o modelo cada vez mais dominante de sucesso pessoal. Os jovens mais escolarizados ou que aspiram a uma maior escolarização tendem a preferir permanecer no país e “contribuir para o desenvolvimento nacional”, estabelecendo com o “estrangeiro” uma relação instrumental (só para estudar ou passar férias)⁹². Já para os jovens mais vulneráveis, que teriam na emigração uma alternativa de autonomia e sucesso pessoal, esta aparece contudo, e cada vez mais, como uma dupla frustração: como bem mostra o caso de Teresa, a exclusão laboral e escolar que levaria os jovens a equacionar oportunidades de emigrar é a mesma que lhes limita essa possibilidade. Deste modo, tal como descreve Carling (2002), em Cabo Verde cresce assim o fosso entre a “aspiração” para emigrar, que se mantém ou até aumenta, e a “capacidade” real para tal, que vem diminuindo principalmente para os mais pobres – os que mais dependeriam dela – configurando-se na contemporaneidade aquilo que o autor designa de uma “era da imobilidade involuntária”.

Estes fatores – ilusão escolar, vulnerabilidade laboral e imobilidade geográfica – tomados em conjunto, afetam de forma marcada as trajetórias sociais dos jovens cabo-verdianos. Aquilo a que em sociologia se tem vindo a designar como “transição para a idade adulta” torna-se em Cabo Verde um processo cada vez mais tardio, ambíguo, não linear, mesmo “labiríntico” (Pais 2001). A aquisição da autonomia (e a consequente assumpção de responsabilidades) nos domínios tradicionais da vida adulta – a obtenção de um trabalho estável, o estabelecimento de residência autónoma, a constituição de um novo núcleo familiar – apresenta-se hoje em dia uma tarefa difícil para grande parte dos jovens, em especial os mais pobres, marcada pela fragilidade e pela incerteza face ao futuro. Esta transição é na maioria das vezes marcada por avanços e recuos e por desencontros entre autonomia laboral, residencial e familiar. Não porque os jovens não desejem estas responsabilidades, mas porque efetivamente não têm como as atingir. Assim pode falar-se hoje em Cabo Verde (como aliás em muitos outros contextos do mundo) da juventude como um compasso de espera social, uma “moratória” marcada não apenas pela dependência económica mas essencialmente por ambiguidades

⁹² Paralelamente, o conhecimento dos jovens sobre a vida no estrangeiro é cada vez maior (cf. Åkesson 2004 e 2008) e eles tendem, comparativamente, a valorizar a permanência no país, o qual consideram ser mais pacífico e mais alegre, oferecer mais proximidade interpessoal, mais manifestações de solidariedade e de festividade, assim como um melhor clima e *cultura* (referindo-se à música, danças, culinária).

estatutárias e identitárias, o que aliás se confirma pela própria ambiguidade do conceito de “jovem”, cada vez mais extenso, subjetivo e passível de se sobrepor ao próprio conceito de “adulto”.

Assim, para muitos dos jovens do Mindelo, em especial para aqueles que habitam nas periferias pobres da cidade, as suas trajetórias biográficas aparecem menos como “percursos” rumo à “estabilidade” e mais como “labirintos” de incerteza e imobilidade, determinados de um lado pelos constrangimentos socioeconómicos do presente e de outro por subjetividades e aspirações instituídas pelas gerações anteriores e pelas referências globais. Face a estes dois pólos os jovens oscilam entre o investimento e a frustração, entre escolhas possíveis e sonhos impossíveis. Afinal, como nos mostram as histórias de Erica e Denise, os seus percursos são menos sobre planos e sucessos e mais sobre esperança. Uma esperança que, tal como propõe Crapanzano, pode ser essencialmente uma “estrutura de espera”, um “campo de desejo na espera” (*a field of desire in waiting*) (2003:18-19)⁹³, onde os jovens se situam com pouca margem para mais do que aguardar, optimisticamente, que algo aconteça...

Configurações familiares: dependências e reciprocidades

Uma atenção mais cuidada aos trajetos biográficos dos jovens cabo-verdianos que pude conhecer mais profundamente, mostra que o ideal normativo moderno de constituição de “indivíduos-sujeito”, autodeterminados e capazes de “livremente” construir os seus futuros (cf. Vieira 2010, Dubet 2002, Boutinet 1997), em particular promovidos pelo “programa institucional” escolar, é claramente artificial em Cabo Verde. E não o é apenas devido à centralidade da convivialidade entre os jovens (discutida no capítulo anterior). É o também, e talvez principalmente, porque em

⁹³ Vincent Crapanzano desenvolve esta conceção de esperança ao refletir sobre os brancos da África do Sul que estudou nos últimos anos do apartheid, grupo este que, segundo o autor, se encontrava “paralisado” face ao receio do que pudesse acontecer no país nesse período, desejando esquivar-se a uma previsível perda dos seus bens, estatuto e mesmo das suas vidas, mas sem nada poder realisticamente fazer para o evitar. Segundo Crapanzano, para estas pessoas, nada restava senão esperar que algo acontecesse. Deste modo, defende o autor: “One hopes—one waits—passively for hope's object to occur, knowing realistically that its occurrence is unlikely, even more so because one does nothing to bring it about. One may argue that there is simply nothing to be done but hope and that any activism is delusional” (2002:18). Certamente entre os jovens das periferias urbanas pobres de Cabo Verde esta esperança assume um caráter menos dramático, mas não deixa de se manifestar, de modo semelhante, através de uma espera “realista”.

nenhum momento da construção dos seus trajetos biográficos – sejam educativos, laborais ou migratórios – os jovens estão sozinhos: mais do que quaisquer outras, são as suas relações familiares que os acompanham, que os determinam, que os constroem como sujeitos. Isto mesmo evocava explicitamente a segunda história criada pelas raparigas da “sala das meninas”, a história de Erica. Para além da exclusão escolar e da fragilidade laboral, esta história introduzia outras dimensões biográficas importantes entre os jovens do Mindelo, nomeadamente as da parentalidade e da conjugalidade. Ao retratar a situação de uma jovem mãe, solteira e desempregada, que procura formas de sustentar os seus filhos sem, no entanto, poder contar com o apoio dos pais dos seus filhos ou de outro companheiro, esta história evocava assim a situação de muitos jovens cabo-verdianos (rapazes e raparigas) que têm filhos sem que, no entanto, tal acontecimento coincida com outras transições biográficas por eles desejadas, tais como a conclusão dos estudos, a entrada no mercado de trabalho formal, a residência numa habitação própria ou a constituição de um novo núcleo familiar.

A parentalidade entre os jovens coloca-os, com efeito, numa nova posição na linha genealógica, agora de caráter intermédio. Todavia, tal sucede frequentemente num momento biográfico em que tendem ainda a encontrar-se numa situação de dependência social e familiar, o que consequentemente implica uma reorganização das suas relações e responsabilidades geracionais e familiares. Os jovens que pude conhecer mostraram-me que estas relações e responsabilidades podiam assumir configurações muito diversas e dinâmicas, dependentes não apenas do seu género, idade e condição socioeconómica e laboral, mas também de fatores individuais e das relações familiares pré-existentes. Todavia, em todos os seus relatos biográficos aquilo que emergia de comum era justamente a centralidade dessas relações familiares na estruturação dos seus quotidanos e das suas trajetórias, tanto entre os jovens que já tinham filhos como entre os que não os tinham.

Entre os jovens que pude questionar a família destacava-se claramente como a dimensão mais importante das suas vidas. Quer nas respostas ao questionário aplicado inicialmente (onde a “família” foi valorizada com uma média de 1,31, entre 1 [mais importante] a 9 [menos importante], questão C.5, Anexo B), quer nas narrativas que recolhi mais tarde, a centralidade das relações familiares foi constantemente reforçada. Entre os jovens que entrevistei, aliás, as pessoas consideradas como mais importantes nas suas vidas pertenciam invariavelmente aos seus grupos familiares (frequentemente

mães, mas também avós, pais ou irmãos) e os momentos biográficos identificados como mais marcantes haviam ocorrido quase sempre em torno de figuras da família, em especial nascimentos, mortes, partidas ou reencontros. Contudo, apesar desta relevância das relações familiares entre os jovens se manifestar primordialmente num idioma emocional, os jovens não deixavam de reconhecer também, e de forma explícita, a importância destas para a sua sustentabilidade económica e residencial assim como no garante da possibilidade de progredirem nos estudos, encontrarem trabalho ou (e)migrarem. Desta forma, para a maioria dos jovens aquilo que entendiam e designavam por “família” – por mais fluida e dinâmica que fosse na sua composição – mostrava-se como uma dimensão sólida das suas vidas, algo de que dependiam, que valorizavam e que respeitavam, inevitavelmente determinante para as suas práticas quotidianas e para as suas aspirações para o futuro.

Paradoxalmente, a mesma categoria de “família”, que para os jovens se manifestava central, evocava no discurso público corrente em Cabo Verde a ideia de crise. Esta revelava-se concretamente numa retórica sobre “desestruturação familiar” constituída em torno de ideias como paternidade ou maternidade “precoce” (entre adolescentes e jovens), “famílias monoparentais” e “ausência parental”, que aparentemente colocariam em causa um modelo normativo de “família tradicional” de caráter patriarcal e nuclear, cujas raízes remontariam à influência colonial católica (Semedo 2009) e que no presente se veria reforçado pelos modernos discursos “científicos” (educativos, psicológicos e sociológicos) e legais.

Esta “crise da família cabo-verdiana”, assim concebida teria no entanto uma relação estreita com os jovens e, concretamente, com a “crise da juventude” tal como ela era representada pelos adultos, já que era muitas vezes tomada como uma das principais causas da ociosidade, da irresponsabilidade e mesmo da “delinquência” juvenil (ver capítulo 2). Esta “desestruturação” familiar (quase nunca definida em termos claros), apontada como um problema crescente nas áreas urbanas de Cabo Verde, teria assim como corolário a emergência de “problemas sociais” como o risco de pobreza, a “disfuncionalidade” familiar, a violência familiar e pública, o abuso de álcool e de drogas e a criminalidade, problemas estes onde os jovens teriam um lugar de

relevo, tanto vítimas como protagonistas de uma dupla crise, ao mesmo tempo social e familiar⁹⁴.

Os jovens que pude conhecer no Mindelo, no entanto, não me permitiram reforçar esta visão de “crise”, seja juvenil, seja familiar. Naturalmente, tanto a partir dos dados obtidos junto dos jovens entrevistados como a partir dos resultados obtidos pelo inquérito por questionário exploratório, pude identificar alguns padrões ao nível das configurações e percursos familiares que efetivamente confirmavam os padrões “pouco normativos” que fundamentavam a retórica da “crise da família cabo-verdiana”. Contudo, a partir da perspetiva e da experiência dos próprios jovens, estes padrões dificilmente poderiam ser classificados com “desestruturados” ou “disfuncionais” e favorecer a irresponsabilidade, a ociosidade e o desvio juvenil. Tal não significava, contudo, que o campo familiar não fosse experienciado entre os jovens como um campo contraditório, tensional e incerto, seja no domínio residencial, seja no campo das relações intergeracionais e de parentalidade, seja ainda no domínio das relações amorosas e de conjugalidade, bem à semelhança das contradições experienciadas nos campos escolar, laboral e migratório, e que aliás se reforçavam mutuamente.

Querer ter uma casa própria mas morar em casa dos pais, sem os pais

“Ter a minha própria casa” era a ideia evocada com maior frequência e determinação pelos jovens que conheci sempre que estavam em discussão desejos pessoais e objetivos de futuro. Com efeito, de entre os 21 jovens que entrevistei 12 (7 rapazes e 5 raparigas, com diferentes graus de qualificação académica e situação laboral) manifestaram claramente o desejo de vir a ter ou mesmo construir uma casa sua

⁹⁴ A título de exemplo podem citar-se os seguintes excertos retirados de documentos governamentais: “A quebra dos vínculos e formas tradicionais de sociabilidade num contexto de profundas e rápidas transformações tem conduzido, em muitos casos, a situações de vazio no processo de socialização, de controlo e coerção e sociais, com implicações sociais, por vezes, com contornos preocupantes particularmente nos centros urbanos principais e secundários. Neste mesmo âmbito, inscreve-se a fragilidade das relações familiares com impactos fortes no processo de socialização das novas gerações, submetidas, por vezes, muito cedo, a situações de instabilidade pessoal, afetiva, social e económica com repercussões futuras que adentram o espaço social total” (Ministério do Trabalho, Família e Solidariedade 2006:15) e “Mas apesar desses avanços com efeitos positivos na vida das famílias cabo-verdianas subsistem ainda, situações que afetam o seu bem-estar e se prendem com a pobreza e a ocorrência de determinados fenómenos sociais, como a violência doméstica, a delinquência juvenil, situações de crianças de rua, prostituição infantil, toxicodependência, alcoolismo, etc. situações que devem ser tomadas como indício de disfunções das famílias, pondo em risco o exercício das suas funções de “regulação e controle”, e de guardião dos valores sociais reconhecidos e aceites pela comunidade” (Ministro do Trabalho, Família e Solidariedade 2007:10-11).

no futuro. Tal era o que sentia, por exemplo, Mauro, de 21 anos, a estudar engenharia civil na universidade pública, para quem ter casa própria seria “um sonho realizado”, mas também Maria que desejava ter um emprego que desse para “pagar as contas” e ter “uma casa pequena mas confortável”, que podia ser mesmo “ali na zona”, ou ainda Max que já tinha o seu “chão-de-casa”⁹⁵ ali perto da sua mãe e que esperava “lá para 2010 já começar a avançar, a “espender”⁹⁶. Pude inclusivamente assistir a múltiplas discussões animadas entre os jovens sobre condições de acesso a terrenos e sobre os custos de construção de casas, assim como sobre programas municipais ou governamentais de apoio à habitação, revelando que muitos deles estavam bem informados e procuravam explorar estas oportunidades. Alguns, tal como Max, Elton e Stip, tinha já feito, inclusivamente, um pedido junto da Câmara Municipal para a cedência de um terreno na periferia da cidade a fim de aí virem a construir uma casa.

De modo concordante com estas observações, 95,5% dos respondentes ao questionário exploratório haviam afirmado querer residir em “casa própria” (Questão D.5, Anexo B) e 60,9% tinham referido o momento “quando se tem casa própria” como aquele que melhor definiria a passagem para a vida adulta (Questão E.4, Anexo B). Esta centralidade da obtenção de “casa própria” parecia assim mostrar que tal “transição biográfica” seria frequentemente encarada como um primeiro marco de autonomia pessoal e como um pré-requisito para construção de um trajeto de vida independente. Esta independência residencial, contudo, não surgia nos discursos dos jovens como uma “transição” isolada mas antes constantemente associada a outras aspirações e relações sociais também consideradas importantes. Isso mesmo realçavam as respostas ao questionário exploratório, entre as quais surgiam outras dimensões biográficas consideradas também importantes para a definição da passagem para a vida adulta, nomeadamente o nascimento do “primeiro filho” (51,7%) e a obtenção de “um emprego estável” (39,1%), e ainda o “casamento” e o “primeiro trabalho” (ambos com uma taxa de resposta de 34,5%) (Questão E.4, Anexo B). Estas respostas revelavam assim articulações entre a obtenção de “casa própria” quer com a esfera laboral quer, e em especial, com a esfera familiar, articulações essas que surgiram também nos relatos que recolhi entre os jovens da AUJ. Justamente isso me dissera Alex quando o entrevistei em março de 2009: “Agora em 10 anos a minha ideia é estar casado, com um lar.

⁹⁵ Expressão local que se refere a um terreno onde possa ser construída uma casa.

⁹⁶ Termo do crioulo cabo-verdiano que significa “crescer” e que pode ser utilizado para se referir a coisas ou pessoas “em construção” ou “em desenvolvimento”.

Primeiro casar. Não, arranjar lar primeiro, depois casar e depois formar a minha família lá dentro, é essa a minha ideia". O mesmo me dissera também Elton ainda na primeira entrevista que lhe fiz em abril de 2008:

"[Mais alguma coisa que sentes que te faz falta neste momento, que gostavas de ter ou de conseguir?] Eu? A minha casa, é isso. Apesar de viver com os meus pais durmo num quarto atrás, mas gostava de ter a minha casa própria. É uma coisa que penso que na vida lutamos para... estudar, para ter uma formação, para ter um bom emprego, para ter a tua casa, a tua família, depois um carro e uma vida estável... praticamente se diz assim. É isso que penso. Como para ter esses recursos todos passa um bom tempo eu penso inverter isso. Agora já que perdi os anos de escola, vou estudar e posso antecipar alguma coisa, posso conseguir a minha casa antes de fazer todo esse percurso, assim ganho um pouco de tempo, é isso que estou a tentar fazer. Já tenho o terreno praticamente. (...) Quero ter a minha família, a minha mulher com os meus filhos dentro de uma casa, tudo organizadinho, tradicional." (Entrevista a Elton, 23 de abril de 2008)

Na segunda entrevista que fiz com Elton, em março de 2009, ele já estudava no ensino superior mas ainda mantinha estes objetivos, acrescentando apenas a importância de ter uma casa própria para poder garantir que “os meus filhos têm casa, ninguém os põe na rua”. Do mesmo modo Luísa, de 17 anos de idade, ainda a estudar no 10º ano de escolaridade, e que viria a namorar com Elton a partir de março de 2009, considerava também que morar na “sua” casa, a par da estabilidade laboral, seriam pré-requisitos para um posterior casamento e para a maternidade:

"[Como imaginas que vai estar a tua vida daqui a 10 anos?] Daqui a 10 já terminei curso, escola e curso; já estou a trabalhar, se for possível, que agora com esse desemprego que há... Estou no trabalho, tenho de sair de casa da minha mãe e ir morar na minha casa... Casar. [Casar?] Sim, o meu sonho é casar e ter filhos. [Quantos filhos?] Dois, uma menina e um rapaz; primeiro é uma menina. [E já os vais ter aos 27 anos?] Não, é depois que eu tiver um trabalho e casa, que eu não quero ter filhos na casa da minha mãe, quero tê-los na minha casa, depois de eu casar. (...) Terminar o curso aos 28, ir trabalhar depois aos 30 ter a minha primeira filha aos 30, com o meu marido, os meus planos é já estar casada, depois seguir a minha vida para a frente, com o meu trabalho, o meu marido, os meus filhos e a minha casa, é assim." (Entrevista a Luísa, 12 de março de 2009)

Trabalho, casa e família emergiam assim como dimensões que se entrecruzavam nas aspirações destes jovens cabo-verdianos, como aliás entre os jovens de muitos outros lugares no mundo, dimensões estas que se implicavam, reforçavam ou limitavam

mutuamente em torno de ideais – e de autorrepresentações – de independência e de autonomia. Contudo, se para alguns jovens, como Elton ou Luísa, estas dimensões eram concebidas em termos aparentemente bem definidos e seguindo uma sequencialidade temporal linear previamente planeada, evocando ideias “normativos” de individualização e de privatização familiar de cariz modernista (cf. Vasconcelos 1998, Wall 2005), para outros jovens as noções de “casa”, “trabalho” e “família” imaginadas (e praticadas) nem sempre eram tão “normativas”, sequenciais ou bem delimitadas. Ao desafiar Rick a pensar no seu futuro a sua resposta foi reveladora disso mesmo:

“[*Como achas que vai ser a tua vida daqui a uns 10 anos?*] Ah... Eu gostava que nessa época eu já tivesse feito alguma coisa de importante, talvez a minha casa para morar, ter um trabalho que dê para sustentar a família. [*E como é que é a tua família? Como é que tu gostavas que fosse? Quem é que faz parte da tua família?*] Família, família... por exemplo a minha mãe, sempre ela... eu quero que mais tarde, quando eu tiver um lugar assim para ela estar junto comigo. [*Gostavas que ela viesse morar contigo?*] Sim. Ela e a minha mãe-de-filho e minha a filha.” (Entrevista a Rick, 24 de março de 2009)

Para Rick, “trabalho” era o meio de sustento da família, garante de respeitabilidade social e de valorização pessoal (“alguma coisa de importante”) mas longe das aspirações profissionais e de reconhecimento social com base em qualificações académicas. Em articulação com este, a sua “casa” (também “alguma coisa de importante”) seria a materialização da sua “família”, fator de congregação daquelas que lhe eram próximas, unindo três gerações (sua mãe e sua filha) e ainda a sua companheira (*mãe-de-filho*) cujo vínculo entre ambos se baseava não na conjugalidade mas na parentalidade partilhada. Longe por isso da família nuclear tomada como “tradicional” e “estruturada”, e inclusivamente desejada por muitos jovens.

Certamente o facto de Rick, ao contrário de Elton e de Luísa, não estar inserido nem ambicionar um percurso de qualificação académica teria influência na forma como imaginava e desejava o seu “trabalho”, a sua “casa” e a sua “família” futuros. Contudo, quando pedi a Telma (de 23 anos de idade, estudante de filosofia na universidade pública, a viver apenas com a sua mãe e com um irmão mais velho) que partilhasse os seus sonhos para o futuro esta jovem também não deixou de evocar contradições entre o percurso individual que idealizava e as relações familiares que desejava:

“Futuro... Encontrar um emprego logo quando terminar a escola, eu gostava. *[Que emprego?]* Na área em que me estou a formar; estou-me a formar para o ensino. Gostava de achar um emprego mesmo em São Vicente. Se for necessário eu também gostava de trabalhar em Santo Antão. *[Emprego de professora de liceu?]* Sim... Ter uma casa própria (suspiro); uma casa própria, porque como a minha mãe diz ‘nunca tivemos casa’ *[O quê?]* Casa, casa própria. Pode ser uma casa mesmo minha. E eu gostava mesmo para a minha mãe também. *[Para a tua mãe?]* Sim. *[Gostavas de viver com a tua mãe?]* Não sei, eu tenho vontade de ter um tempo livre. Eu e a minha mãe somos muito ligadas mas mesmo assim eu sinto que quero estar sozinha, experienciar a vida. Mas também ajudar a minha mãe a ter a sua casa. *[Porque não tem agora?]* Não, agora não. (...) *[Mas tu achas que és de uma família rica ou pobre?]* (rapidamente) pobre (risos). *[O que é que isso quer dizer? Porque é que dizes pobre?]* Pobre... Primeiro que tudo não temos casa própria, o que me afeta muito...” (Entrevista a Telma, 27 de janeiro de 2009)

Para Telma a “casa própria” parecia ser um elemento central para garantir o bem-estar e definir a posição social da sua família, uma linha de fronteira entre ser ou não ser pobre, já que não ter “casa própria” era algo que “afetava muito” a si e à sua mãe. Tanto assim, que Telma incluía a sua mãe nas suas ambições de ter “casa própria”, desejando “ajudar a sua mãe a ter a sua casa”, mesmo que tal entrasse em conflito com o seu desejo de independência individual. Desta forma, embora noutro ponto da entrevista me tivesse assegurado que “para construir a sua vida” desejava residir com os seus filhos e com um companheiro numa casa sua, Telma parecia deixar sempre a sua “casa” aberta para a sua mãe, revelando assim que a sua autonomia pessoal e familiar e a ajuda à sua mãe não eram dimensões separadas, mas sim um projeto conjunto em torno da obtenção de uma “casa própria”.

Foi no entanto Júnior (de 22 anos e com o 7º ano de escolaridade, desempregado, a morar com a mãe, com o pai, com um irmão e uma irmã mais novos na zona de Fontinha) que mais claramente assumiu a distância entre o que seria ideal e o que seria realista no que respeita à relação entre “trabalho”, “casa” e “família”:

“*[E tu queres ter uma casa própria ou...?]* Sim, quero ter uma própria casa. Porque às vezes a condição é difícil; com o dinheiro que ganhamos praticamente é difícil pagarmos uma renda de casa. Se tem por exemplo o meu pai que me ajuda, a minha mãe que me ajuda na minha casa para estar aí com a minha namorada. *[Se ajuda a quê, a fazer a casa?]* Não, se ajuda, por exemplo, se eu fizer um bebé a minha mãe por exemplo, se aquela mulher não gostar que o seu filho tivesse vindo, então a minha mãe pode dizer é só

apanhar a mulher, vem para minha casa, onde eu tenho o meu quarto, enquanto eu estou a trabalhar para o bebé e para a mãe e depois já eu não vou diretamente para um lugar onde vou pagar renda. Aquele dinheiro que podia gastar a pagar renda já tenho outro trabalho a fazer com ele, sim. *[Então se tiveres um filho gostavas que ele fosse morar contigo?]* Sim. *[Gostavas de morar com a...]* Com ele e com a sua mãe, a minha família. *[Ter uma família...]* Constituída.” (Entrevista a Júnior, 13 de março de 2009)

Para Júnior, em completa oposição com Luísa, por exemplo, a “casa própria” não era um pré-requisito para a constituição familiar. Pelo contrário, ela seria apenas um fim desejável, mas não determinante para que Júnior pudesse ter filhos e coabitar com a sua companheira. Júnior era aliás bem explícito nisto, afirmando claramente o seu desejo de ter filhos em breve, independentemente da sua situação residencial, laboral ou mesmo conjugal. E, segundo a sua projeção, isso seria de facto viável, fácil até, não pela obtenção de uma casa “própria” mas pela pré-existência de uma casa “dos pais” que, por um rearranjo intergeracional, passaria a acomodar três gerações e um novo casal. Tal configuração seria assim encarada como um estádio intermédio no processo de autonomização de Júnior, uma estádio em que a casa “dos pais” e a reciprocidade intergeracional seriam os eixos de organização e de sustentabilidade de uma “família” que se tornaria “alargada” (ou “desestruturada”?).

Júnior era um dos poucos jovens, entre os que entrevistei, que assumia claramente este modelo “alargado” de configuração doméstica e familiar como algo que desejava. Todavia, tanto os dados por mim recolhidos, como a generalidade das fontes estatísticas e bibliográficas sobre a família cabo-verdiana confirmavam que este modelo estava longe de ser uma exceção. A “casa dos pais” era efetivamente a norma residencial entre a maioria dos jovens (mesmo com diferentes idades, com diferentes situações escolares e laborais e com ou sem filhos), um espaço de múltiplas configurações relacionais possíveis mas sempre ancoradas em relações de (inter)dependência geracional.

De modo coerente com este facto, desde o início da minha pesquisa notei que muitos jovens utilizavam com recorrência e com naturalidade a expressão “casa dos pais” para se referirem à situação residencial juvenil, atribuindo-lhe desse modo um caráter de normalidade. Tal era particularmente expressivo quando se queriam referir ao facto dos “pais” deixarem os jovens sair de casa à noite em idades cada vez mais precoces, desde os 12 ou 13 anos, ou pelo contrário, para afirmarem a dificuldade que os jovens atualmente sentiam para conseguirem abandonar a “casa dos pais” e

estabelecerem uma residência autónoma. Todavia, fui também percebendo que tal expressão carecia de aprofundamento e complexificação, já que “viver na casa dos pais” podia nem sempre significar que a residência dos jovens coincidisse com a dos progenitores. Os dados que pude recolher com o inquérito por questionário e através das entrevistas confirmaram inegavelmente esta contradição.

Salvo a exceção de alguns dos jovens provenientes de outras ilhas que se encontravam a estudar nos liceus ou nas universidades da cidade, recorrendo para isso a quartos arrendados ou a residências de estudantes ou religiosas, a maioria dos jovens que pude inquirir (até março de 2009) residia efetivamente em casa de familiares (88% dos inquiridos e 18 dos 21 jovens entrevistados). Contudo tal não significava que se verificasse sempre corresidência com ambos os progenitores. Com efeito 39,1% dos inquiridos não residia com nenhum dos progenitores assim como 10 dos 21 jovens que entrevistei. Mais concretamente, apenas 32,6% dos inquiridos e 4 dos 21 jovens entrevistados (Elton, Susana, Júnior e Mauro) residiam com a mãe e com o pai, sendo mais numerosos os casos dos jovens que residiam com apenas um dos progenitores (28,3% dos inquiridos e 7 dos jovens entrevistados: Stip, Maria, Flora, Mac, Telma, Rui e Luísa), frequentemente a mãe (25% dos inquiridos e 5 dos jovens entrevistados: Stip, Flora, Mac, Telma e Luísa). Mas também eram relativamente comuns os casos de jovens que viviam sozinhos (2,2% dos inquiridos e 3 dos jovens entrevistados: Júlio, Max e Rick) ou que partilhavam residência com outros familiares que não a mãe ou o pai (6 dos jovens entrevistados, 3 dos quais – Teresa, Pati e Joana – com um ou dois avós, outros irmãos, tios e primos, Marta apenas com a avó, Élio com uma tia e Liliane apenas com irmãos e filhos do padrasto) ou ainda com outras pessoas não considerados familiares (Alex, que residia na casa de uma amiga)⁹⁷.

Importa ainda reforçar que nem sempre a residência em casa de familiares implicava a corresidência efetiva com um qualquer familiar, uma vez que alguns jovens (maioritariamente rapazes) podiam residir sozinhos em casas de familiares que lhes tinham sido confiadas. Tal era o caso de Rick, que considerava que vivia sozinho uma vez que (em março de 2009) dormia na casa de uma tia que estava fora do país. No entanto Rick frequentava diariamente a casa da sua avó, que ficava próxima, onde fazia

⁹⁷ Os dados obtidos com o inquérito por questionário não se revelaram fáiveis para detalhar situações de residência para além daquela com os progenitores e irmãos devido ao elevado número de respostas inválidas. Contudo revelaram que apenas 60,9% residiam com pelo menos um dos progenitores mas 84,6% residiam com um ou mais irmãos, pelo que se depreende a relativa frequência de jovens residentes em núcleos familiares sem a presença dos progenitores.

as refeições e lavava a sua roupa. Pelo contrário, Elton, numa situação semelhante, a pernoitar num quarto independente pertencente ao seu avô, ao lado da casa dos seus pais, considerava que vivia com os pais e que o seu quarto era apenas um espaço para ter a sua “privacidade” e poder levar as suas namoradas. Esta modalidade de residência, nomeadamente a posse de um quarto isolado, designado localmente de “*getz*”⁹⁸, mas mantendo o apoio doméstico, alimentar e de higiene em casa dos familiares, era com efeito relativamente comum e socialmente aceite entre os rapazes, embora condenável entre as raparigas.

Desta forma, mesmo se entre os jovens fosse clara a predominância da residência em casa de familiares, não seria possível, contudo, identificar um padrão consistente face à composição dos seus agregados familiares. Pelo contrário, a diversidade era a regra neste aspeto, contrariando efetivamente o ideal normativo de família, assente na corresidência do casal heterosexual e dos seus descendentes diretos. Na verdade, mesmo entre os 4 jovens que viviam com os dois progenitores, curiosamente apenas no caso de Júnior este modelo se verificava com exatidão, já que nos restantes 3 o agregado era composto ainda por outros familiares, tais como sobrinhos (filhos de irmãos) ou irmãos, filhos de outros relacionamentos do pai ou da mãe⁹⁹.

Uma variabilidade tão significativa só poderia então indicar que a “casa dos pais” não seria uma expressão meramente descritiva mas que continha uma significação mais abrangente. Ela remetia sempre para uma casa pertencente a familiares onde os jovens residiam, mas o agregado que nela habitava podia apresentar configurações muito diversas, nem sempre implicando a corresidência com um ou os dois progenitores. Mais importante que essas configurações, o que parecia então salientar a noção de “casa dos pais” era justamente um ideal normativo de família nuclear (pela evocação “dos pais”), de que os jovens também se apropriavam e reproduziam retoricamente e, associada a ele, a ideia de dependência dos jovens face à família, mesmo que esta estivesse ausente

⁹⁸ Termo da gíria local aparentemente decorrente do verbo em inglês *to get*, pois remete para um recurso importante para “conseguir” – *to get* – parceiras sexuais.

⁹⁹ Face ao quadro aqui apresentado, relativo à composição dos agregados familiares dos jovens entrevistados, é contudo necessário realçar que ele é forçosamente estático já que, para efeitos de apresentação, se refere apenas ao período de realização das entrevistas (entre janeiro e março de 2009). No entanto uma outra característica saliente a este nível é justamente a elevada e rápida mobilidade a que a composição dos agregados dos jovens está sujeita. Com efeito, num intervalo de menos de dois anos, entre o período aqui referido e o período em que regressei ao Mindelo para a última visita de pesquisa (novembro e dezembro de 2010) quase metade dos jovens tinham alterado a sua situação residencial, alguns passando a viver sozinhos (Stip e Alex) ou com namoradas (Élio e Rick), outros regressando à corresidência com um dos progenitores (Max e Liliane), outros ainda abandonando a cidade (Rui e Júlio) ou o país (Flora e Marta).

da residência. Esta dependência, em concreto, traduzia-se quer no controlo que os familiares exerciam sobre as práticas e opções quotidianas dos jovens, quer na insuficiência económica e alimentar destes e na incapacidade de estabelecerem uma residência autónoma.

Este modelo de “dependência na ausência”, materializado na residência na “casa dos pais” mas sem os pais, revelava-se assim um padrão relativamente frequente entre os jovens. No entanto pude também perceber que só em casos excepcionais a decisão de viver afastados dos pais tinha sido tomada pelos próprios jovens. Para a maioria esse afastamento devia-se à incapacidade logística ou financeira de um dos pais (ou de ambos quando existia coabitacão do casal, casos contudo menos frequentes) para acolher os (ou alguns dos) seus filhos na sua residência, ou ainda ao facto de estes terem decidido mudar de ilha ou emigrar, deixando assim os filhos ao cuidado de outros familiares ou a gerir eles próprios o grupo doméstico. Nestes casos, contudo, a percepção dos jovens era geralmente distinta em relação aos pais e às mães. Se para alguns a ausência paterna era encarada com ressentimento e justificada pelo facto dos pais “terem outras mulheres” e “não serem de confiança”, a ausência materna era raramente vista como um sinal de despreocupação face aos filhos. Embora provocando quase sempre tristeza, a maioria dos jovens parecia aceitar melhor a ausência materna e compreendê-la essencialmente como uma demonstração de responsabilidade para com os filhos, um “sacrifício” que estas teriam tido necessidade de empreender de forma a melhor poderem cuidar deles¹⁰⁰ (cf. Åkesson et al. 2012). Tal era justamente o caso de Marta e de Liliane.

Marta e Liliane

Marta, de 21 anos de idade, e Liliane, de 20 (em março de 2009), eram amigas próximas, ambas residiam na zona de Covada e tinham sido colegas de escola do 1º ao 12º ano. Naquela altura estudavam as duas no ensino superior, Marta no 1º ano do curso de serviço social numa universidade privada e Liliane no 2º ano do curso de ciências da

¹⁰⁰ A este respeito, contrariando uma visão crítica da ausência materna, Elton disse-me: “Acho que as mães que emigram são um bom exemplo porque se ficas aqui sem fazer nada ou a fazer asneiras e não consegues ajudar os filhos é preferível ires e ajudá-los; porque quando estás emigrada mas mantens os filhos na escola, vens cá pelo menos de 2 em 2 anos, ou um ano nas férias ou os levas para perto de ti, isso é um bom exemplo, mostras que vais sacrificar na terra de gente, no frio, para criar os teus filhos da melhor maneira possível” (Entrevista a Elton, 10 de março de 2009).

educação na universidade pública. Ambas partilhavam ainda o facto de residirem sem os seus pais. Marta residia apenas com a avó materna, de 67 anos de idade. Já Liliane residia com um irmão de 16 anos e com uma irmã de 7 e ainda com outros dois jovens, também mais novos que ela, filhos do seu padrasto. Para ambas, no entanto, as suas mães tinham um papel determinante nas suas vidas e faziam-se bastante presentes nos seus quotidianos.

A mãe e o pai de Marta viviam em Itália e tinham ambos partido quando ela era muito nova. Marta não se recordava de quando o pai tinha partido, mas sabia que a mãe tinha emigrado quando ela tinha apenas 3 anos de idade. Marta ficara desde então a viver com a avó materna e com os irmãos mais velhos, mas todos estes também haviam consecutivamente partido para fora do país. Marta morava agora apenas com a avó, assumindo por isso a maior parte das tarefas domésticas.

[Tu agora moras com a tua avó, sempre moraste com a tua avó?] Sim [Dás-te bem com ela? Gostas dela?] Sim, eu gosto. Mas às vezes é complicado, principalmente naquelas horas quando quero sair de casa e ela arranja um bocadinho de problema, mas nada que não se resolva. [Que idade ela tem?] 67 anos. [E a tua mãe?] A minha mãe? Parece que 46 ou 45 anos, é um desses. [E o teu pai é dessa idade?] O meu pai.... Eu nem sei, acho que ele tem 51 anos. [E os teus irmãos, são muito mais velhos do que tu?] A minha irmã, que nasceu antes de mim, tem agora 22 anos, nasceu a 14 de março e o meu irmão vai fazer agora 24 anos em agosto. [A tua irmã está agora a estudar em Portugal?] Sim, está a fazer gestão de empresas, mas já terminou o curso, de momento não trabalha porque está grávida, o bebé vai nascer em março ou abril. [Vai ter um bebé?] Sim, em março ou abril, ela terminou a licenciatura em janeiro. [Vai ficar em Portugal?] Por enquanto ela vai ficando, tudo está a correr bem, mas se as coisas começarem a complicar ela regressa. [E o teu irmão, vive na Itália?] Sim [Está a morar com os teus pais?] Não, ele vive em Roma, mora sozinho.” (Entrevista a Marta, 2 de março de 2009)

Não obstante a ausência prolongada, a mãe de Marta mantinha com a filha um contacto regular e enviava periodicamente, a Marta e à avó, dinheiro e bens materiais (especialmente roupas), contribuindo desta forma para a sustentabilidade do agregado familiar e para a tomada de decisões referentes ao percurso educativo da sua filha. Consequentemente, Marta mantinha com a mãe uma relação que considerava próxima e importante, marcada mais pelo reconhecimento do que pelo ressentimento.

“[Quais foram os momentos mais felizes da tua vida?] Oh! Como vou responder...momento mais feliz da minha vida... [O que é que te vem a cabeça de

momentos mais felizes?] Neste momento, muitas coisas, é difícil dizer um momento, mas um dos momentos mais felizes foi quando a minha mãe veio de férias pela primeira vez. [Quantos anos tu tinhas?] Eu não me lembro, devia ter dez anos ou menos, entre nove e dez, por aí. [Porquê este momento?] Eu não me lembro. Ela esteve muito tempo fora, já não me lembra como era, o máximo de tempo que passamos juntas foram dois meses quando ela vem de férias, ou coisa assim. Esse é o maior tempo que me lembro. (...) [Na tua história de vida, quais são as pessoas mais importante para ti?] (risos) Os mais importantes? [Sim, na tua vida.] A minha mãe principalmente, a minha avó também, os meus irmãos... (risos) deixa-me ver, o meu pai também, eu nunca estive com ele mas ele é importante na minha vida. [E a tua mãe, mesmo estando a distância, desde que tu eras bebé, é uma pessoa...] Sim, sempre sempre ela... de qualquer maneira ela está porque se ela não estivesse lá a nossa vida não era o que é. Por causa disso nós temos mais oportunidades, caso contrário a minha irmã não tinha ido estudar para Portugal e eu também não estaria aqui a estudar. [Achas que ela fez uma boa opção?] Sim, claro.” (Entrevista a Marta, 2 de março de 2009)

Marta tinha na sua mãe um suporte tanto afetivo como material, permitindo aliás que ela e a sua irmã pudessem estudar no ensino superior. Quando perguntei a Marta pelos seus objetivos de futuro ela respondeu-me: “Aos 30 anos... oh meu deus... estarei a viver na minha própria casa, não na casa dos meus pais. [Vais querer uma casa só para ti?] Se estiver a trabalhar quero ser independente”. Esta independência significava assim para Marta ter a sua própria casa e poder ter uma família com dois ou três filhos e um companheiro. Mas para isso teria de encontrar um trabalho, de preferência na sua área de estudo. Contudo, ao questioná-la sobre possíveis obstáculo para a realização desses objetivos foi ao exemplo da sua mãe que Marta recorreu, evocando-o como uma referência de sacrifício e de solidariedade intergeracional que ela reconhecia e valorizava.

“[O que achas que podem ser os obstáculos? O que pode dificultar consegires esses sonhos?] Ao terminar o curso não encontrar emprego, sem dinheiro fico na casa dos meus pais. [Quando terminares o curso, achas que vais conseguir trabalho nessa área?] Sim, o curso tem tido várias saídas. [Quando terminares o curso se não encontrares trabalho na tua área trabalhavas noutra coisa para ganhar dinheiro ou ficavas a espera?] Não, trabalhava noutra coisa qualquer. [O mais importante é ter dinheiro para comprar uma casa?] Não, não é isso. O mais importante é se eu não encontrar trabalho na minha área não ficar a espera, temos que ver outras opções, não ficar a espera do mãe ou do pai, sermos independentes. Chega a altura em que temos que trabalhar para ajudar os nossos

pais, para poderem descansar. Isto aconteceu com os pais deles e vai acontecer comigo também, tenho que ajudar os meus pais. *[Achas mesmo isso?]* Sim *[Achas que quando acabares de estudar tens que trabalhar para o que for?]* Sim, acho que tem que ser assim, a minha mãe esforçasse para ajudar-me com as despesas e logo no futuro vou ajudá-la também, ela não vai trabalhar para sempre. *[Mas há muitos jovens que não pensam assim.]* Mas tem de ser assim, a minha avó trabalhou e ajudou a minha mãe, ela agora está reformada e recebe, da minha mãe, todos meses uma quantia em dinheiro. Eu também recebo da minha mãe uma quantia em dinheiro; daqui a uns anos quando eu e os meus irmãos estivermos a trabalhar também faremos o mesmo, ela trabalha muito para nos ajudar e um dia vai cansar-se. *[Achas que a tua mãe vai voltar?]* Eu acho que sim. *[Ela quer voltar?]* Sim, todos querem voltar. Ela emigrou para trabalhar, por isso deve voltar um dia para poder descansar, aproveitar um bocado a vida na sua casa, na sua terra.” (Entrevista a Marta, 2 de março de 2009)

Contrariando uma visão estritamente individualista sobre a sua trajetória biográfica e as suas aspirações futuras, Marta mostrava assim um entendimento mais complexo do seu processo de individualização. Para lá de uma visão linear de “independência”, Marta estava bem consciente da sua dependência face aos seus ascendentes e assumia uma ética de reciprocidade familiar que não entendia como uma ameaça à sua individualidade mas sim com uma responsabilidade que reforçava a sua própria autonomia e sentido de realização pessoal. Quando regressei ao Mindelo em novembro de 2010 Marta, no entanto, já não residia no país. No início desse ano letivo tinha partido para Portugal para residir na cidade do Porto com a sua irmã e ali terminar sua licenciatura¹⁰¹. Com o apoio da sua mãe e agora da sua irmã mais velha, Marta podia assim continuar a dedicar-se por inteiro aos seus estudos superiores ao mesmo tempo que realizava o seu desejo de estudar fora do país.

Liliane não vira a sua mãe emigrar tão cedo como Marta. A sua mãe tinha partido apenas 5 antes, quando Liliane tinha 15 anos de idade. Talvez por isso esta ausência da mãe não tivesse sido, para ela, algo com que lidara tão facilmente como Marta, pelo menos inicialmente.

“...Agora a minha mãe viajou, ela emigrou para Espanha, quando a minha irmã tinha dois anos, a minha irmã mais pequenina. Nós morámos com uma tia nossa mas essa tia também emigrou para Espanha. Ela emigrou e agora nós ficamos na nossa casa nós só.

¹⁰¹ Marta tinha conseguido a transferência porque a ambas as instituições de ensino superior, no Porto e em São Vicente, pertenciam ao mesmo grupo universitário português.

*[Tu é as mais velha?] Não, tem um filho do meu padrasto que é um ano mais velho que eu. [Mas a tua mãe está junto com o teu padrasto, na Espanha?] Sim. [Eles estão mesmo casados?] Sim. [E ficaram vocês todos juntos aqui?] Sim, só nós. [E vocês dão-se bem? São 6?] Sim. Nós... eu e aquele filho mais velho do meu padrasto nós não nos dávamos *drêt*, nós estávamos sempre na guerra. Então quando a minha mãe viajou surgiram os conflitos, eu sentia-me só, não tinha com quem falar, então eu achava que era muita responsabilidade, porque eles mandavam-me aquele dinheiro para fazer compras de fim de mês e essas coisas, então se estava a faltar alguma coisa em casa eu é que tinha que me preocupar, se os meus irmãos e irmãs tiravam uma nota baixa eu preocupava-me, então eu estava a sentir que era muita responsabilidade. Mas agora eu acostumei-me. Agora o filho do meu padrasto teve o seu filho, foi morar na sua casa, agora ficamos só nós cinco. [Só? E já é bastante...] (risos) Agora já estou acostumada, já sei gerir a coisa.” (Entrevista a Liliane, 20 de fevereiro de 2009)*

Liliane tinha assumido desde os 15 anos de idade a gestão do grupo doméstico, o cuidado dos seus dois irmãos mais novos e ainda de dois dos filhos do seu padrasto. Isso era algo que Liliane sentia como uma “responsabilidade” elevada, mas que, com o passar do tempo tinha integrado com sucesso no seu quotidiano, conseguindo ainda ter tempo para estudar e também para se dedicar às atividades no centro juvenil, sendo mesmo uma das jovens mais ativas no grupo dos voluntários. Contudo a assumpção desta responsabilidade, que, mesmo à distância, não deixava de ser partilhada com a sua mãe, tinha inicialmente prejudicado a relação entre ambas:

*“[E depois de ela ir para Espanha como ficou a vossa relação? Como reagiste?] Quando ela foi teve um clima assim... nós não ficamos muito *drêt*, porque... São Vicente tem gente que gosta de se meter na vida de gente, então eles ligavam à minha mãe e inventavam um bocado de coisas e então a minha mãe preocupava-se, eu entendia-a, ela estava lá, não tinha o olho nos seus filhos e então preocupava-se, mas então ela ligava-me para brigar, não procurava saber nem o que é, e às vezes dizia umas coisas que me ofendiam mesmo. Então naquela primeira época nós não nos dávamos *drêt*. Mas agora ela entendeu que primeiro tinha de acreditar era nos seus filhos. Agora nós compusemos, mas naqueles primeiros tempos nós não nos dávamos muito *drêt*.” (Entrevista a Liliane, 20 de fevereiro de 2009)*

Não obstante estas dificuldades, Liliane considerava a sua mãe a pessoa mais importante da sua vida: “porque tudo o que eu sou é graças à minha mãe, ela é que me transmitiu todos aqueles valores, tudo o que sou, o que aparento ser é graças à minha mãe; depois são os meus irmãos...”. Liliane fazia assim uma clara distinção entre a mãe

e o pai. O seu pai nunca tinha vivido com ela e sempre se tinha mantido uma figura marginal ao longo da sua vida.

[Como foi a tua infância?] Foi boa. O meu pai não, eu não tinha atenção do meu pai. O meu pai vive no Sal. Ele não tinha costume de me telefonar para perguntar se eu estava a estudar *drêt* ou assim, ele só me ligou quando eu estava a estudar o 12º. Sempre eu tive atenção foi da minha mãe. A minha mãe, por acaso, ela tratava a gente *drêt* (risos). Estava aqui connosco, sentava-se e contava-nos histórias antes de nós dormirmos, contava-nos anedotas, ela fazia até avião para nós comermos se nós não quiséssemos comer (risos); ela tinha muita paciência connosco.” (Entrevista a Liliane, 20 de fevereiro de 2009)

Naquela altura o pai de Liliane viva na ilha do Sal e só recentemente tinha reatado um contacto regular (telefónico) com Liliane, prestando-se inclusivamente a pagar-lhe as propinas da universidade. No entanto esta ausência fizera Liliane sofrer na sua adolescência:

[Sabes dizer-me quais foram os momentos mais tristes na tua vida?] (...) Também, quando a minha mãe viajou (risos) nessa altura eu senti-me triste quando a minha mãe viajou. E também uma parte da minha adolescência quando eu sentia que o meu pai não estava presente; porque às vezes eu via muitos colegas com os seus pais, a falar dos seus pais, mas eu não, eu não tinha o meu pai presente e então estava a sentir-me muito triste. *[E agora?]* Não, agora é diferente (risos). *[Mas ele é que mudou a atitude ou tu é que já não...]* Não, ele mudou mesmo, ele liga-me quase todos os dias, ele ficou diferente. *[Porquê?]* Talvez ele queira corrigir os seus erros (risos) do passado. *[Achas que ele entendeu que tinha feito um erro?]* Sim, ele mudou muito. *[Isso faz-te contente?]* Sim (risos).” (Entrevista a Liliane, 20 de fevereiro de 2009)

Era justamente pela distância dos pais, a trabalhar fora de São Vicente, que Liliane conseguia naquela altura estudar no ensino superior. Contudo esta jovem não deixava de sentir essa mesma oportunidade com alguma ambiguidade. Se por um lado tinha condições financeiras para pagar as propinas da universidade, por outro o facto de ter os irmãos a seu cargo não lhe tinha permitido seguir o curso que desejava.

[Disseste que não era bem o curso que tu querias.] Não (risos) Eu queria era fazer relações públicas, mas a minha mãe disse-me que não havia outra pessoa que pudesse tomar conta dos meus irmãos, e eu também fiquei com aquele receio se achássemos outra pessoa, mesmo que fosse de família, se ela ia tomar conta deles *drêt*, se os meus irmãos iam mudar de comportamento por ficar com uma pessoa de família. Então eu fiquei e para não ficar parada eu fui fazer aquilo (curso de ciências de educação). *[Porque tu para*

fazeres o curso que querias tinhas de sair, é isso?] Sim, aqui não tem relações públicas... mas eu tinha nota para eles me darem bolsa.” (Entrevista a Liliane, 20 de fevereiro de 2009)

Os percursos biográficos de Marta e de Liliane revelam bem como o distanciamento geográfico não implicava um rompimento dos laços familiares no seio do grupo doméstico. Pelo contrário, ambas as jovens mantinham um contacto intenso em especial com as suas mães, que continuavam a determinar o bem-estar material e as decisões mais importantes respeitantes à organização familiar e aos percursos académicos e geográficos do seus filhos. Eram justamente estes constantes contactos e influência que permitiam criar “proximidade” entre mães e filhas e que levavam a que as filhas continuassem a considerar as suas mães com pessoas centrais – as “mais importantes” – nas suas vidas. Esta estratégia familiar baseada no distanciamento geográfico entre pais e filhos permitia assim a coesão e a sustentabilidade (material e afetiva) dos grupos domésticos de Liliane e de Marta e dava ainda a estas jovens, mesmo se de forma negociada e por vezes contestada, a possibilidade de prolongarem o período de dependência familiar para poderem frequentar o ensino superior.

Relações familiares como estas, definidas pela interdependência intergeracional e transnacional, tornavam assim dependente de familiares ausentes não apenas a manutenção da subsistência presente de muitos jovens pobres em Cabo Verde, mas também as suas possibilidades de autonomia futura. Este padrão de crescente e mais duradoura dependência económica dos jovens face a familiares emigrados, que não estará certamente desvinculado do incremento da emigração feminina nas últimas décadas (Grassi 2007), era no entanto evocado recorrentemente por alguns adultos, mas também por jovens, como justificação da ociosidade juvenil. Segundo esta argumentação, o constante influxo de dinheiro e de bens originários dos familiares a trabalhar no estrangeiro levaria a que os jovens se acostumassem a ter as suas necessidades materiais facilmente supridas, tomando por garantido este suporte e deixando, por isso, de investir no sucesso escolar, de procurar trabalho ou até de assegurar responsabilidades familiares.

Naturalmente a minha pesquisa não me permitiu confirmar ou desmentir este argumento de forma categórica; todavia os percursos biográficos dos jovens que pude conhecer contradiziam-no claramente. Marta e Liliane, em especial, mostravam justamente o contrário através do seu empenho escolar e familiar. Mas também Joana e

Pati que, embora não tendo conseguido prosseguir os estudos até onde desejavam, não abdicavam de procurar trabalho para assegurar a sua subsistência económica nem deixavam de assumir tarefas e cuidados familiares. Ou ainda Júlio, um outro jovem que pude conhecer e entrevistar, de 28 anos de idade, que morava sozinho num quarto arrendado na zona da Covada e que frequentava naquela altura o último ano da licenciatura em sociologia num instituto superior privado da cidade. Todos os encargos deste jovem com habitação, despesas e propinas eram suportados por duas tias, com quem Júlio tinha sido criado na casa da sua avó materna em Santo Antão e que estavam agora emigradas em Portugal. No entanto, também para Júlio a sua dependência de familiares não o fazia ocioso ou irresponsável. Pelo contrário, ele reconhecia e valorizava o esforço das suas tias para apoiá-lo e isso levava-o a dedicar-se com empenho à conclusão dos seus estudos na expectativa de obter posteriormente um trabalho qualificado. Eu próprio pude inclusivamente auxiliá-lo em trabalhos académicos e discutir com ele tópicos para a sua tese final de licenciatura. Para além disso Júlio dedicava-se também ao trabalho voluntário na AUJ, encarando-o como um contributo social que podia prestar decorrente da sua formação académica, tendo mesmo chegado a organizar uma palestra sobre violência doméstica no centro juvenil de Covada. Coerente com este seu empenho, quando regressei ao Mindelo em novembro de 2010 já não encontrei Júlio na cidade. Soube por outros jovens que ele tinha regressado ao seu concelho de origem, Ribeira Grande, na ilha de Santo Antão, onde detinha agora um emprego estável na administração pública.

Querer casar e ter filhos mas ter filhos sem casar

As diferentes conceções, aspirações e relações em torno da noção de “casa própria” e da configuração do respetivo grupo doméstico revelam, entre os jovens, um conjunto de contradições entre ideias normativos e práticas efetivas. Estas contradições eram mais explícitas em especial nos campos da parentalidade e da conjugalidade. Com efeito, a constituição de um núcleo familiar baseado numa relação conjugal heterossexual duradoura e exclusiva acompanhada de descendentes exclusivos dessa união seria o ideal normativo de família dominante em Cabo Verde, e constituía efetivamente aquele a que a maioria dos jovens que entrevistei aspirava. Não era, no entanto, aquele que muitos deles estavam a construir.

De entre esses 21 jovens 15 (7 rapazes e 6 raparigas) manifestavam o desejo concreto de casar no futuro e, excluindo Susana, estudante de engenharia civil de 23 anos de idade, que desejavam viver sozinha, todos os restantes desejavam também estabelecer uma relação amorosa estável e duradoura, mesmo que não aspirassem a casar. O desejo de terem filhos também era dominante, já que 18 dos 21 jovens entrevistados (9 rapazes e 9 raparigas) confirmaram-me esta aspiração (quase todos pretendiam ter apenas um ou dois e só Mac e Max desejavam ter 3 ou 4 filhos)¹⁰². Este desejo era no entanto quase sempre adiado para um momento posterior nas suas vidas em que a paternidade ou a maternidade pudessem coincidir com o estabelecimento de uma relação amorosa estável (para muitos formalizada pelo casamento), com um vínculo laboral seguro e com a obtenção de uma casa própria (como já foi descrito, apenas Júnior contrariava abertamente esta tendência, não deixando contudo de a desejar a longo prazo).

Estas aspirações, embora fossem bastante generalizadas, não tinham, no entanto, correspondência com as trajetórias de uma parte significativa destes jovens. Com efeito, até março de 2009 cinco deles já tinham tido filhos, nomeadamente Elton, Rui, Rick, Flora e Max (este último tinha dois filhos) e quando regressei ao Mindelo em novembro de 2012 outros dois, Mac e Júnior, também tinham sido pais. Todos estes jovens tinham tido os seus filhos entre os 16 e os 25 anos. No entanto, em março de 2009 apenas Flora (de 31 anos de idade) e Elton residiam com os seus filhos, uma menina de 7 anos e um menino de 6 anos de idade respetivamente. Contudo, se Flora tinha sempre residido com a sua filha, Elton apenas residia com o seu filho desde setembro de 2008, alegadamente por razões de proximidade escolar; até então esta criança tinha vivido com a família da respetiva mãe. Nos restantes casos os filhos permaneciam a residir com as mães, geralmente na casa dos familiares destas. Até março de 2009 em nenhum dos casos ambos os progenitores eram casados nem viviam na mesma casa, e só Rick mantinham uma relação de namoro com a mãe do seu filho. Por outro lado, até essa data apenas

¹⁰² Os resultados obtidos através do inquérito por questionário tendem a coincidir com estas tendências, já que 54,5% dos respondentes manifestou o desejo de casar, sendo este desejo mais expressivo entre as raparigas (65%) que entre os rapazes (41%). 89,9% dos respondentes afirmou que desejava ter filhos, sendo o número médio de filhos desejados de 2,4. Este reduzido número de filhos desejados era coerente com a expressiva redução da índice sintético de fecundidade verificada nas últimas décadas no país, de 7 filhos/mulher em 1980 a 4 filhos/mulher em 2000 e a 2,9 filhos/mulher em 2005 (INE e ICIEG 2008) e era constantemente justificado pelos jovens com o elevado “custo” e “esforço” necessários para “criar um filho” na atualidade: “[E há alguma coisa que tu fazias diferente da tua família?] Sim...Não tinha muitos filhos [Porquê?] Não sei, mas... acho que é muita responsabilidade... Eu não sei como antigamente... conseguia criar tanto filhos. Era muito esforço.” (Entrevista a Maria, 4 de dezembro de 2010).

Elton tinha um trabalho que lhe permitia auferir um rendimento estável; os restantes 4 jovens não estudavam e dependiam do apoio de familiares ou de trabalhos pontuais.

Estes dados realçavam de forma evidente a contradição entre ideias e práticas juvenis nos domínios conjugal e parental e mostravam em particular a dificuldade dos jovens, em especial os mais pobres, estabelecerem núcleos residenciais e familiares autónomos face à geração precedente, mesmo quando se tornavam pais ou mães¹⁰³. Pelo contrário, nos casos dos jovens que conheci que tinham filhos o padrão de dependência face aos familiares era o dominante. De resto, entre estes a parentalidade parecia menos associada à autonomização e independência do que à intensificação das relações de dependência intergeracionais, agora com os jovens assumindo um novo papel, já não de destinatários últimos do apoio familiar, mas sim de intermediários, renegociando recursos e estatutos ao mesmo tempo que reconfiguravam as suas próprias identidades.

Este desfasamento entre parentalidade juvenil, conjugalidade e autonomia residencial, embora relativamente frequente, colocava manifestamente em causa o ideal de família nuclear, patriarcal e residencialmente autónoma dominante em Cabo Verde. Este aspeto era aliás bem expresso pela recorrente retórica, presente tanto nos meios de comunicação como nos meios académicos e políticos locais, mas também no senso comum, que encarava a parentalidade juvenil como um problema social, frequentemente categorizada como “gravidez precoce” (referindo-se à raparigas) ou “paternidade irresponsável” (remetendo para os rapazes).

Partindo das biografias e dos discursos dos jovens pais e das jovens mães que conheci pareceu-me, no entanto, que este enfoque na “irresponsabilidade” parental juvenil contribuía mais para adensar do que para compreender este suposto “problema” social, já que tendia a invisibilizar as representações juvenis (e familiares) sobre a parentalidade e as responsabilidades que face a ela os jovens e famílias assumiam, assim como obscurecia também os constrangimentos e limitações que jovens pais e mães enfrentavam para as exercer. Se, de facto, a parentalidade entre os jovens pobres em Cabo Verde parecia intensificar a dependência juvenil, importava no entanto compreender de que forma essa dependência era entendida e valorizada por eles e pelas

¹⁰³ Os resultados obtidos através do inquérito por questionário tendem novamente a coincidir com estas tendências, com 11% dos inquiridos (4 rapazes e 6 raparigas) a responder que tinha filhos, mas com apenas 4,3% a residir com eles (4 raparigas) e em apenas dois destes casos as mães tinham constituído um núcleo familiar autónomo em conjunto com um companheiro e com os filhos.

suas famílias e quais as estratégias postas em prática para o exercício (pessoal e familiar) da “parentalidade”.

Nas relações quotidianas entre os jovens pude observar que o tema da parentalidade era evocado com alguma frequência e não deixava de me impressionar a forma como este era abordado com naturalidade, sem qualquer julgamento crítico relativo ao facto de terem ou não terem filhos ou sobre a forma como se relacionavam com estes, contrastando claramente com as minhas próprias representações “normativas” sobre uma parentalidade “responsável”. Contudo o estatuto de pai ou de mãe também não era algo indiferente entre os jovens que conheci. Pelo contrário, era sempre motivo de interesse ou de surpresa entre os jovens saber se algum deles tinha filhos e eram comuns os momentos em que se afirmavam distinções entre aqueles que tinham e aqueles que não tinham filhos, apesar de frequentemente em tom de brincadeira. Os termos “pai-de-filho” e “mãe-de-filho”, embora fossem comumente mobilizados para evocar a relação entre os dois progenitores de um filho (“o meu pai-de-filho” ou “a minha mãe-de-filho”), eram também utilizados com frequência para realçar o estatuto parental de algum ou de alguns jovens (“vocês já são pais-de-filho” ou “eu ainda não sou mãe-de-filho”)¹⁰⁴. Estas distinções, embora sem objetivo de crítica, não deixavam no entanto de realçar um conjunto de sentidos associados ao facto (ou à ideia) de ter filhos, sentidos estes de natureza muitas vezes contraditória.

Por um lado, entre os jovens, ter filhos era frequentemente associado a um acréscimo de responsabilidades familiares e económicas, acarretando inclusivamente alguma limitação da liberdade individual e sexual (o que em contextos de convivialidade juvenil fazia dos jovens pais e mães motivo de gozo por parte dos jovens sem filhos), evidenciando assim um conjunto de expectativas morais específicas sobre a parentalidade, mais intensas sobre a maternidade claramente, mas tendencialmente igualitárias entre os géneros para os jovens mais novos¹⁰⁵. Por outro lado a parentalidade podia também ser apresentada (e desejada) como afirmação de maturidade e autonomia, tanto sexual como social, aspetos que também eram valorizados entre os

¹⁰⁴ No crioulo cabo-verdiano (pelo menos na variante de São Vicente) existem inclusivamente termos específicos para designar os indivíduos sem filhos, nomeadamente “roncói” para os homens e “maninha” para as mulheres. Estes termos são porém utilizados de forma jocosa. Entre os rapazes são ainda frequentes os jogos de futebol em que o critério de formação das equipas é a parentalidade: “roncói contra pai-de-filho”.

¹⁰⁵ Tanto os rapazes como as raparigas muito jovens com filhos tendiam a ser menos pressionados a assumir as responsabilidades e condutas expectáveis da paternidade e da maternidade, respetivamente, tendendo-se antes a reforçar as responsabilidades destes enquanto estudantes.

jovens. Creio que Júnior, no seu jeito sempre espontâneo, expressou bem este aspeto quando me disse, em novembro de 2010, dois meses depois de ser pai, que agora já estava “relaxado” pois já tinha “feito” uma filha, acrescentando que já tinha vontade de ter um filho há muito tempo e que até tinha sido “tarde”, mostrando deste modo um profundo sentimento de realização pessoal associado à paternidade.

No entanto, a parentalidade por si mesma, era claramente considerada pelos jovens como insuficiente para definir essa mesma maturidade e autonomia, podendo até ser vista como independente delas¹⁰⁶. Em diversas conversas e discussões com jovens sobre a relação entre parentalidade e idade adulta pude escutar argumentos que defendiam tanto que ser pai/mãe e ser jovem não eram incompatíveis (implicando que a parentalidade não inibia o “espírito jovem”), como que ser pai/mãe não significava automaticamente ser adulto, pois muitos pais e mães não viviam como adultos (remetendo para a noção de adulto associada com independência económica e residencial) ou não se comportavam como tal (remetendo aqui para uma noção de adulto associada a responsabilidades sociais/cívicas e de sustento e cuidado familiar continuado). Essa era justamente a opinião de Luísa, que apontava um exemplo da sua família:

“[Podes ter filhos e não ser adulto?] Ya, como eu que tenho uma tia, ela tem filhos mas ela não se comporta como uma adulta. [Porquê?] Não sabe gerir o seu dinheiro, não sabe educar os seus filhos, os filhos é que às vezes a vão educar, é isso, tens de ter uma maneira de ser correto, ir na linha...” (Entrevista a Luísa, 12 de março de 2009)

Numa destas discussões, com uma turma de estudantes de sociologia numa das universidades privadas da cidade, estas ideias foram também confirmadas com clareza: por um lado os estudantes defenderam que um adulto não é apenas aquele que tem filhos mas sim aquele que é capaz de os sustentar; por outro lado afirmaram que a parentalidade podia até ser uma estratégia de emancipação que reiterava um quadro comportamental tipicamente juvenil, e não adulto, referindo aliás como exemplo que muitas meninas teriam filhos com o objetivo de “conquistar” maior “liberdade” junto dos pais, nomeadamente para poderem sair e conviver com rapazes, uma vez que “o pior já estava feito”. Este último argumento, que me surpreendeu pelo caráter

¹⁰⁶ Vale a pena relembrar que nos resultados do inquérito por questionário “ter um filho” foi o segundo aspeto mais referido (51,7%), mas precedido de “ter casa própria” (60,9%) e seguido por “ter um emprego estável” (39,1%), o que realça o caráter multifatorial do estatuto de adulto, em que a parentalidade é um fator importante mas não isolado.

instrumental explicitamente atribuído à maternidade, foi apresentado por um rapaz desta turma mas não foi contestado por nenhum dos colegas presentes, rapazes ou raparigas.

Uma tal visão dualista e mesmo instrumental entre parentalidade e juvenilidade, aparentemente baseada em noções de “(ir)responsabilidade” e “(i)maturidade”, permitia assim entrever um conjunto de representações e expectativas, de caráter tanto geracional como de género, que se condensavam em particular na crítica à maternidade na juventude (a “gravidez precoce”). No plano ideal, aquilo que se esperaria de uma jovem e de uma mãe seriam então coisas distintas. Da primeira esperar-se-ia sobretudo dedicação ao estudo mas também convivência entre pares e exploração amorosa, embora mantendo prudência ou mesmo reserva sexual; da segunda esperar-se-ia sobretudo dedicação ao contexto doméstico e ao cuidado dos filhos, assim como fidelidade conjugal. Contudo, o que fazia emergir uma tal crítica era justamente o facto da maternidade (e também a paternidade) não implicar, efetivamente, o total abandono de um quadro de comportamento tido como “juvenil”. Isso mesmo era claramente evidenciado entre os jovens mães e pais que conheci, não só pela sua recusa discursiva em abdicar da identidade de “jovem”, mas também pelo facto de tanto eles como elas não deixarem de conviver entre pares nem de participar em contextos e atividades “juvenis” (na AUJ, em maltas de zona, em festas, atividades desportivas, passeios, sair à noite para dançar, ou mesmo estudar) nem tão pouco de estabelecerem novos relacionamentos sexuais e de namoro.

Esta manutenção de um *ethos* “jovem” entre pais e mães não implicava, no entanto, um desinvestimento na parentalidade entre os jovens, ao contrário do que estava implícito na crítica dominante à “gravidez precoce” e à “paternidade irresponsável”. Pelo contrário, todos os jovens pais e mães que conheci falavam dos seus filhos como pessoas centrais nas suas vidas (frequentemente a par das suas mães) e evocavam um sentido de responsabilidade que se manifestava no desejo de estarem junto deles e procurarem meios e mecanismos para os cuidar e apoiar. De resto, era isso que mostrava também a história de Erica, escrita pelas raparigas do centro juvenil de Covada, ao relatar o percurso de uma jovem mãe que sentia a necessidade de encontrar um trabalho devido à assumpção da responsabilidade de sustentar os seus filhos, mesmo se para isso tivesse de os deixar ao cuidado de uma instituição de acolhimento.

No caso dos rapazes, no entanto, esse apoio e presença eram forçosamente mais inconstantes uma vez que regra geral não viviam com os seus filhos. Tal era o caso de

Rui, de Max, de Rick e mais tarde também de Mac e de Júnior, que, não obstante essa distância dos filhos, me asseguravam que procuravam sempre contribuir financeiramente para o sustento dos seus filhos, muito embora tal contributo fosse limitado pela inconstância laboral a que estavam sujeitos. Para além disso procuravam estar frequentemente em contacto com os filhos e alguns deles, como Rick, Max e Rui, tinham inclusivamente como ideal viver com eles no futuro. Tal era no entanto dificultado pela não manutenção de relações amorosas, ou mesmo de proximidade, com as mães dos seus filhos. Max, que não mantinha boas relações com as mães dos seus dois filhos, lamentava justamente isso quando pensava no seu papel de pai:

[Para ti o que é um bom pai?] Um bom pai é um pai que ajuda a sua família, que ajuda os filhos... ajuda monetária também para ajudar a criar os seus filhos. Um pai-de-filho e uma mãe-de-filho eles têm que ter boas relações com o companheiro, para eles poderem viver *drêt*, até que um dia eles possam juntar, morar na casa, criar os filhos, para os filhos não criarem sem pai, porque há filhos que criam afastados do pai que criam rebeldes, as suas mães não podem dar bom exemplo, também aquelas mães dizem ‘o teu pai é isso, o teu pai é aquilo’. Então eu acho que os pais devem assumir os seus filhos e depois devem colaborar para ajudar os seus filhos o mais possível.” (Entrevista a Max, 27 de janeiro de 2009)

Apenas Rick se destacava neste aspeto e, com efeito, quando regressei a São Vicente em novembro de 2010 constatei que Rick, que trabalhava agora como taxista, tinha conseguido arrendar um pequeno quarto e aí morava com a sua namorada e com a filha de ambos, algo que o deixava muito orgulhoso. Já Rui pelo contrário estava nessa época a viver na ilha do Sal por motivos laborais, ainda mais afastado do seu filho. Os restantes jovens pais tinham-se mantido na cidade mas os seus filhos continuavam a viver com as respetivas mães.

Esta “distância” dos filhos seria assim uma das diferenças mais óbvias entre a paternidade e a maternidade na juventude (e ao longo de toda a vida) em Cabo Verde, manifesta nomeadamente pela tendência dominante de corresidência entre mães e filhos, a qual não teria equivalência significativa entre pais e filhos. Este padrão não implicava no entanto que as jovens mães abdicassem de uma identidade e de práticas “juvenis”. No caso destas, pelo contrário, tornava-se ainda mais explícita a forma pela qual maternidade e juvenilidade não constituíam um par mutuamente exclusivo. Num contexto onde escasseavam ao mesmo tempo os recursos económicos, as oportunidades de emprego e os apoios institucionais ao estudo e à família, o que a coincidência entre

maternidade e juvenilidade permitia realçar eram justamente as dinâmicas de suporte e de cuidado intergeracionais postas em jogo aquando da parentalidade juvenil, tendo estas muito pouca correspondência, na prática, com as ideias dominantes sobre “maternidade”, “família” e “juvenilidade”.

Com efeito, entre os jovens pais e mães que conheci pude constatar que em nenhum dos casos o nascimento dos seus filhos tinha provocado conflitos ou quebra de laços com os seus ascendentes ou outros familiares. Pelo contrário, todos referiram (e eu pude constatar aquando de visitas às casas de alguns deles) que os respetivos pais (ou avós ou outros familiares) tinham acolhido os seus filhos, inclusivamente com alegria e com desejo de cuidar deles. Este era o caso de Elton, cujos pais desde logo se tinham prontificado a apoiar economicamente o cuidado ao seu filho, pretendendo assim que Elton não abdicasse de estudar. Estes tinham inclusivamente acolhido recentemente esta criança na sua casa, cuidando dele integralmente. Elton acompanhava diariamente o seu filho em momentos de estudo e de lazer, o que se tornava possível porque o seu quarto era junto à casa dos seus pais. Contudo era com a sua mãe que o seu filho dormia, fazia as refeições, a higiene e com quem passava a maior parte do seu tempo. Para esta mulher tais tarefas eram aliás encaradas com naturalidade, facto que ela própria me confirmou, já que entendia o cuidado ao neto como um apoio direto ao seu filho, Elton, de quem esperava que estudasse, que viesse a ter um bom trabalho e uma casa sua, que se tornasse um “bom homem”, capaz de no futuro dar ao seu filho e a ela própria tudo o que viessem a precisar¹⁰⁷.

Este era também o caso de Lila e de Mac. Lila, a irmã mais nova de Pati, tinha 16 anos quando nasceu o seu filho, cujo pai era Mac, de 24 anos, seu namorado de há poucos meses atrás. Lila morava com sua irmã, com as suas primas (Maria e Joana), com os seus tios e com o seu avô, pai de Maria. Nunca consegui entrevistar Lila, pois ela mostrava-se sempre evasiva e tímida na minha presença. Contudo contaram-me Pati, Joana e Maria que quando o avô de Lila soubera da gravidez da neta tinha ficado

¹⁰⁷ Elton, por seu lado, considerava a sua mãe um “bom exemplo”, não apenas pelo cuidado que prestava ao seu filho mas também porque ela tinha criado 8 filhos de 3 homens diferentes (um deles adotado) sempre à custa do seu trabalho, sem ajuda dos “pais-de-filho” (à exceção do seu atual marido, pai de Elton e da sua irmã mais nova, últimos filhos da sua mãe), mas sempre assegurando o necessário aos filhos. Por essa razão Elton dizia sentir uma grande gratidão para com a mãe e desejava poder ajudá-la no futuro. Ao conversarmos sobre a sua família perguntei-lhe se considerava a sua família desestruturada e Elton negou convicto, pois sempre tinham vivido “todos na mesma casa” sem distinção de “filhos de dentro e de fora” e sempre tinha havido “respeito” e “união”.

irritado mas rapidamente tinha aceite o facto e o nascimento do seu bisneto acabara por lhe trazer muita alegria. Este tinha agora o desejo de o cuidar e criar na sua casa, dando assim continuidade a uma dinâmica familiar de cuidado intergeracional já iniciada com as suas netas (Joana, Pati e Lila) aquando da emigração das respetivas mães. Esses cuidados no entanto tinham sido prestados no passado, na prática, pela sua mulher, mãe de Maria e avó da Joana, Pati e Lila, que havia entretanto falecido quatro anos antes. Quem assumia agora efetivamente a tarefa de cuidar desta nova criança eram justamente Maria, Joana e Pati que, embora queixando-se da falta de dedicação de Lila ao filho (“ela é muito jovem”, “não tem muita responsabilidade”), a desempenhavam com extrema dedicação e prazer. Tais cuidados tinham aliás permitido que Lila retomasse o seu percurso escolar, que tinha interrompido por um ano, no 9º ano de escolaridade, devido à gravidez. Pouco depois do nascimento desta criança, Mac e Lila terminaram a relação de namoro. No entanto isso não afastara Mac do seu filho, já que este procurava passar algum tempo com a criança diariamente. Por outro lado Mac, que antes de ser pai não tinha trabalho, logo após o nascimento do filho sentiu necessidade de apoiar financeiramente os seus cuidados, pelo que se dedicou com maior afinco à procura de emprego. Em novembro de 2010 fui encontrá-lo a trabalhar a tempo inteiro numa carpintaria no centro da cidade, facto que o deixava orgulhoso por poder assim assumir o que entendia ser a sua responsabilidade parental.

Os múltiplos sentidos atribuídos pelos jovens à parentalidade na juventude mostram assim que esta pode ser assumida e experienciada de diferentes formas, por vezes de natureza contraditória ou até contestada, mas frequentemente desalinhadas do ideal dominante de família nuclear “tradicional”. Se a parentalidade pode ser encarada pelos jovens como um marco simbólico de emancipação familiar e de afirmação identitária, ela pode, porém, ser também sentida como um acréscimo de responsabilidade que leve a novos esforços e compromissos (laborais, académicos, familiares) mesmo que tal possa implicar uma limitação à liberdade e à autonomia individual. Embora sempre carregado de intensidade emocional, este novo vínculo parece na maior parte das vezes trazer novas dependências aos jovens cabo-verdianos, num contexto já marcado por fragilidades várias (académicas, laborais, residenciais) e que se reforçam mutuamente, em especial no caso das jovens mães, moralmente mais (auto e hetero) responsabilizadas pelo cuidado dos filhos. Assim, só num quadro familiar alargado, de responsabilidades partilhadas entre gerações, pode a parentalidade

na juventude encontrar um lugar e um sentido que não sejam totalmente limitadores da “juventilidade” dos pais e das mães nem dos cuidados aos filhos. Desta forma parece então perpetuar-se um padrão (verdadeiramente) tradicional de negociação entre gerações, em que os núcleos familiares são preferencialmente “estruturados” em torno da descendência em detrimento da aliança, reforçando os elos entre as gerações como forma de sustentabilidade e continuidade familiar, mesmo que tal implique por vezes o distanciamento geográfico de uma das gerações (cf. Lobo 2008, Rodrigues 2007).

Com efeito, nem sempre este modelo de solidariedade intergeracional consegue garantir localmente o suficiente para assegurar tanto os cuidados como as aspirações dos seus membros. Nestes casos, tirando proveito das vastas redes nacionais e transnacionais frequentes nas famílias cabo-verdianas, torna-se assim uma prática relativamente frequente os jovens confiarem os seus filhos ao cuidado das avós, principalmente as maternas, enquanto buscam fora de casa recursos para sustentar não só os seus filhos mas também os seus pais ou outros familiares, e muitas vezes ainda realizar as suas próprias aspirações de natureza académica, profissional, de consumo ou de lazer. O percurso de Flora ilustrava bem este padrão.

Flora

Flora, com 31 anos de idade em março de 2009, era a que tinha a idade mais avançada entre os 21 jovens que entrevistei. Dada a sua idade considerei inclusivamente não a incluir na minha pesquisa. Contudo o seu intenso envolvimento nas atividades do centro juvenil de Covada, assim como o tempo que passava naquele local em convivência com os restantes jovens fizeram-me considerar pertinente a sua inclusão. A acrescentar a isso, o seu percurso biográfico, que à semelhança da maioria dos outros jovens mais novos também era marcado pela inconstância laboral e pela dependência familiar, reforçava também a pertinência de uma perspetiva sobre a categoria de “jovem” assente menos em critérios etários e mais em posições e relações sociais específicas (familiares, académicas, laborais, residenciais) que contribuíam para a definir. De resto a própria Flora também não se distanciava dessa mesma categoria, afirmando-se claramente, pelo discurso e pela prática, como jovem: “[*Sentes-te jovem?*] Sim (risos). [*O que é isso de ser jovem?*] É sentir que podes fazer alguma coisa, sentir que tenho um espírito jovem, é estar no movimento, acho que é isso”.

Com efeito, “movimento” era um termo que caracterizava bem Flora, quer pelo seu comportamento sempre enérgico, decidido e entusiástico, quer pela diversidade de atividades e grupos em que já tinha estado envolvida, fossem de dança, de música ou de desporto. No passado Flora já tinha participado em diversos grupos de dança, de capoeira e de acrobacia, mesmo durante os primeiros anos de vida da sua filha. Flora contou-me inclusivamente que nessa época a sua mãe lhe “chateava a cabeça” para ficar em casa com a filha mas mesmo assim ela saía “gatchod” (às escondidas) para dar aulas de capoeira. Atualmente Flora pertencia a um grupo feminino de batucada e era reconhecida por muitos na cidade a sua habilidade quer como dançarina quer como organizadora de desfiles de moda¹⁰⁸. No carnaval desse ano tinha inclusivamente participado como uma das rainhas do desfile de um dos grupos mais conceituados da cidade. Todavia, nem toda a sua rede de contactos nem todas as suas habilidades artísticas tinham ainda contribuído para o estabelecimento de um percurso profissional que lhe permitisse autonomizar-se a nível familiar e residencial. Flora vivera assim sempre na casa da sua mãe, naquela altura já com 72 anos de idade. A filha de Flora também vivera sempre com elas e o pai desta encontrava-se em Espanha há vários anos, mantendo pouco contacto com a criança. À data da nossa entrevista Flora equacionava a possibilidade de emigrar.

“[E tu profissionalmente o que é que foste fazendo? Como foi o teu percurso?] Trabalhei numa clínica, depois fui trabalhar num lugar de venda de gelados, conduzia e vendia gelados ao mesmo tempo [Naquelas carrinhas? Frisquinha?] Sim (risos). Depois estive a trabalhar numa pizzaria, mas aquele cheiro não era fácil de aguentar... tive de sair. Depois fui trabalhar com uma brasileira onde aprendi a fazer unhas. [Sempre em São Vicente?] Sim. Ah, eu participei nuns dois workshops na Praia, de dança contemporânea. [E agora estás a trabalhar?] Sim, agora trabalho em casa. [O que é que tu fazes em casa?] Unhas. [Cabelo não? Só manicure e pedicure?] Manicure e pedicure. [E dá para viver, esse trabalho?] Não... não dá. [Tu ainda moras com a tua mãe?] Sim... Por isso. [Tens essa vantagem.] Tem muita vantagem. [Se quisesse ter uma casa tua...] Não dava. [Nunca conseguiste juntar dinheiro para conseguir sair... encontrar uma casa tua?] Não. [Ou nunca quiseste também?] Não, não sei... Mesmo a minha mãe diz-me ‘tu para saíres de diante de mim tu tens de viajar, ir para aqueles meninos (seus irmão emigrados), vais fazer a tua vida’. [Porque agora estás só tu e a tua mãe em casa?] Sim, só eu e ela. então... [Também custa deixá-la sozinha?] Agora, parece que agora temos de sair...

¹⁰⁸ Tinha sido através de um convite para organizar um concurso de beleza no centro juvenil de Covada que Flora se aproximara deste centro.

[Tens boa relação com a tua mãe?] Sim. [Sempre tiveste?] Sim. [Mas porque é que estás a dizer que agora tens de sair?] É assim, porque já chegou a idade para eu ir trabalhar mesmo e conseguir tudo o que eu quero, não é? Então... E se eu sair a minha mãe não pode ficar na casa ela só, porque ela não sabe ler. Entendes? Ela não pode ficar lá ela sozinha. Então ela vai para a América, lá para o meu irmão. [Quem, tu?] Não, a minha mãe. Então ela vai viver lá. [Ah sim? Já está certo?] Está meio certo. [E tu ficas ou vais também?] Não, para ela ir eu tenho de estar lá, porque tenho 2 irmãos no Luxemburgo, então eu tenho que ir primeiro, depois é que ela vai, para depois vermos o que vamos fazer com a casa, e essas coisas. [Então tu também vais?] Sim. [Para a América?] Não, para o Luxemburgo. (...) [Tu não queres?] Não... [Mas então porque é que vais?] Porque... aqui não posso arranjar um trabalho assim para poder sustentar a mim mais a minha filha, uma casa... [Mas vais com a tua filha também?] Eu vou primeiro e depois levo-a. Ela vai ficar com a sua avó de banda de pai... [Vida difícil... Tens que ir mas não queres ir.] Eu devia era... Estou arrependida de não ter estudado, tinha tido muitas chances de estudar mas... [E nunca pensaste em continuar de noite?] Eh... [Ou nunca conseguiste ter o dinheiro para pagar?] É isso... É isso.” (Entrevista a Flora, 12 de março de 2009)

Flora disse-me ainda que gostava de ter estudado música mas que nunca tinha tido possibilidades económicas para o pagar, e via agora a emigração como uma possibilidade de cumprir esse desejo, mas no Luxemburgo. Contudo, Flora preferia não ter de partir. Quando lhe perguntei quais eram as coisas mais importantes na sua vida ele respondeu-me que, para além da sua filha, “... era ter um trabalho, para nem ter de ir de Cabo Verde; queria fazer a minha vida aqui, lá eu não vou poder fazer tudo o que quero fazer, acrobacia, capoeira...”. Flora, que tinha estudado apenas até ao 9º ano de escolaridade, considerava assim que as suas reduzidas habilitações escolares eram o maior obstáculo para a realização dos seus objetivos, e justificava-as pela falta de incentivos dos seus familiares face aos estudos, já que era esperado que ela emigrasse, à semelhança dos seus irmãos (cinco irmãos mais velhos, da parte da mãe, que estavam quase todos a viver fora do país, à exceção do mais velho que permaneceu em São Vicente), o que no entanto ainda não tinha acontecido até àquela altura. Contudo Flora procurava agora estimular e apoiar a sua filha “... a estudar, principalmente, que isso é uma coisa que eu não fiz mas acho que a minha filha tem de lutar para ir até ao fim”.

Ainda durante a minha estadia em 2009 pude visitar a casa de Flora onde esta, com a sua mãe e com a sua filha, me mostraram com interesse e com emoção diversos

álbuns de fotografias dos seus familiares emigrados nos E. U. A., no Luxemburgo e em França. Nesta ocasião Flora confirmou as intenções da sua partida para o Luxemburgo e a da sua mãe para os E. U. A., e pude inclusivamente perceber que ela se encontrava naquela altura a tratar do seu processo de obtenção de visto para o Luxemburgo. Quando regressei ao Mindelo em novembro de 2010 Flora já tinha efetivamente partido de Cabo Verde. Contudo, ao contrário do que tinha previsto, não se tinha juntado aos seus irmãos no Luxemburgo. Contaram-me alguns jovens que ela se tinha envolvido com um emigrante na Holanda que tinha vindo passar férias a São Vicente e tinha engravidado. Este emigrante tinha-a chamado para se juntar a ele na Holanda ainda antes da criança nascer, o que Flora tinha feito alguns meses antes da minha chegada. A sua filha, no entanto, tinha permanecido em São Vicente, ao cuidado da sua mãe, que até àquela altura, também contra o que previra Flora anteriormente, ainda não tinha saído do país.

A trajetória de Flora pareceu-me sempre uma das mais paradigmáticas entre os jovens que conheci, não só pela instabilidade laboral, pela maternidade e pela situação residencial ou pela mobilidade geográfica, mas também porque tais aspetos contrastavam claramente com as aspirações que tinha partilhado comigo. Em março de 2009 Flora acreditava que num futuro a 10 anos iria “estar com a minha casa, com o meu marido, com os meus filhos”, reforçando a ideia de que gostaria de se casar. A esse propósito confrontei-a com a frequente inconstância das relações amorosas em Cabo Verde (e no seu próprio percurso até então) e Flora justificou-a dizendo “As pessoas gostam mais de namorar do que de casar. (...) Aqui é meio complicado, as pessoas gostam mais de festas e depois quando vais para as festas acabas por fazer um bocado de coisas que não deves fazer”. Contudo ela distanciava-se pessoalmente dessa tendência:

“Eu própria, sinceramente, eu gostava de casar, e vou casar! *[Vais casar?]* Claro. *[Porquê?]* Porque me sinto mais, mais... como é que eu te posso dizer... sinto-me mais... como é que te posso explicar... mais, mais *drêt*, vês, sinto-me mais eu, mais forte. Ter um companheiro comigo, ter uma pessoa que podes confiar, que podes... sei lá. Entendes? *[Mas gostavas mesmo de casar ou de morar junto?]* Morar junto e casar. *[Cerimónia, papel?]* Vestido de noiva e tudo, claro!” (Entrevista a Flora, 12 de março de 2009)

Eu tinha consciência que ao colocar questões sobre relacionamentos amorosos e casamento aos jovens estava a abordar um tema onde a minha situação conjugal poderia

ser fator de influência das suas respostas, pois eu próprio era casado e estava em São Vicente acompanhado pela minha esposa, que todos conheciam bem. Esse facto era aliás motivo por vezes de espanto – “já” és/são casado(s), “tão novo(s)” – por vezes de admiração por parte dos jovens, alguns deles elogiando a nossa relação e equiparando-a mesmo às suas próprias aspirações conjugais. No entanto, apesar de, evidentemente, o facto de eu ser casado poder ter originado respostas mais “alinhadas” com a imagem de mim produzida pelos jovens, sempre me pareceu que a forma como esse assunto se repercutia nos discursos destes não podia ser desprezada como “falsa”. Pelo contrário, eu entendia que as reações discursivas dos jovens ao facto de eu ser casado, mesmo que distintas e contraditórias, revelavam justamente que tal tema não lhes era indiferente e que, pelo contrário, fazia parte do seu repertório de significações e de configurações relacionais.

O casamento, porém, ao contrário da parentalidade, não era um tema recorrente nas conversas entre os jovens, nem aliás na sociedade cabo-verdiana em geral. Tal era coerente com o facto de se tratar de uma prática social efetivamente rara em Cabo Verde (com apenas 15% da população feminina e 14% da masculina casada em 2006) e que tem vindo a diminuir nas últimas décadas (INE e ICIEG 2008). Com efeito, o casamento, civil ou religioso, é socialmente pouco esperado e aqueles casais não unidos por um vínculo conjugal formal não são criticados por isso ou pressionados a fazê-lo, pelo menos nos estratos sociais com menores capitais económicos e culturais. Nos discursos quotidianos dos jovens, quando conversavam entre pares, o casamento surgia aliás geralmente em tom de brincadeira, retratado como uma “força” ou uma “prisão” que se deveria evitar.

Esta evitação – discursiva e prática – do casamento condensava, no entanto, diferentes significados que se reforçavam mutuamente. Desde logo era manifesta nos discursos dos jovens a desconfiança face à fidelidade dos parceiros, razão pela qual evitar o casamento significava “evitar desilusões”. Não apenas em conversas do quotidiano mas também na generalidade das entrevistas que realizei a “falta de confiança” emergiu com fator determinante para fragilizar as relações amorosas¹⁰⁹. Rapazes e raparigas acusavam-se mutuamente da incapacidade de serem “fiéis” aos seus companheiros amorosos. Após duas desilusões amorosas devido à infidelidade dos

¹⁰⁹ Esta desconfiança emergia também nas próprias relações de amizade, principalmente entre raparigas: “as mulheres são mais traiçoeiras”, disse-me Susana.

namorados Teresa conclui: “Os rapazes são todos assim. Têm duas, três namoradas. O meu avô diz que cada rapaz hoje em dia está com dez meninas. É difícil encontrar um homem sério”. Também Susana, cujo pai tinha dois filhos com uma mulher que vivia na mesma rua em que ele morava com a sua mãe e os seus irmãos, dizia com naturalidade que “os homens cabo-verdianos são mesmo assim, gostam de pular a cerca”. Já Max, que dizia ter tido “uma média de dezoito namoradas”, afirmava já ter feito o teste do HIV porque “as meninas agora não são de confiança”. Rui resumia este padrão com eloquência:

[Tiveste muitas namoradas?] Poucas, tive poucas namoradas. [Como é que imaginas a tua namorada, a tua companheira, como é que gostavas que ela fosse?] (risos) Pensar isso é complicado, porque eu nunca... podem dizer que eu sou machista (risos) mas eu não... agora é difícil encontrar uma mulher com... as qualidades que um homem poder querer, não é (risos) [Quais são essas qualidades?] É ter uma mulher fiel, uma mulher dedicada, uma mulher amorosa... e que não é interesseira também (risos) (...) [Mas como achas que deve ser uma relação de namoro ideal?] Bom, primeiro tem que ter confiança um no outro. Eu acho que são três aspetos: a confiança, ter carinho e fidelidade. Porque se faltar um acho que não dá certo. [E tu tens conseguido também cumprir esses exigências?] Não (risos) [Como não?] Não, não tenho conseguido. [Não és muito carinhoso?] Não, sou bastante carinhoso; é em termos da fidelidade (risos) [É que é difícil. Porque é que é difícil?] Porque também não penso que haja mulher fiel também e... fica assim, não vou preocupar se ela está me traíndo ou não, por isso eu faço também o que eu quiser. [Mas tu achas que tu é que és assim ou todos os jovens são assim?] Acho que todos os jovens são assim. [Mais os rapazes ou mais as raparigas?] Acho que estão em pé de igualdade. [As raparigas também não são muito fieis?] Não são, porque eu já fui. Já fui... Também me mudei por causa da situação, a situação é que... Nunca soube que fui traído, sempre soube de amigos, amigas, nunca soube que fui traído mas eu acho que é difícil, não dá para saber mesmo. [Não há confiança mesmo?] (risos) Não é que não há confiança... Eu penso que... não é que não há confiança... (risos) eles dizem ‘tu confias e tu desconfias’.” (Entrevista a Rui, 19 de março de 2009)

Para além desta “desconfiança” entre parceiros acresce ainda uma visão do casamento como uma perda de liberdade, tanto convivial como sexual, e até económica. Rapazes e raparigas valorizavam assim, na convivialidade e na coloquialidade entre pares, uma estatuto que designavam de “livre e desimpedido”, e que associavam ao

próprio estatuto de “jovem” e à possibilidade de poderem “fazer o que quisessem”¹¹⁰. Outros aspetos apontados como dissuasores do casamento eram ainda o facto deste não ser frequente entre as gerações mais velhas, não sendo por isso “um valor transmitido pelas famílias” (justificação evocada pelos estudantes de sociologia no grupo de discussão) e também o elevado custo da realização das cerimónias, já que tal festividade implicaria obrigatoriamente muitos convidados, muitos alimentos, trajes especiais, presentes, entre outros encargos que não seriam fáceis de suportar, em especial pelos jovens e famílias mais pobres.

Contradizendo todos estes fatores, no entanto, casar era um desejo evocado por uma grande parte dos jovens quando inquiridos sobre as suas aspirações de futuro, algo que eu pude confirmar tanto pelas entrevistas que realizei como pelas respostas ao inquérito por questionário. A constância deste desejo contrapunha-se assim ao padrão de baixa conjugalidade registada no país e à própria retórica dominante, entre jovens e adultos, que desvalorizava o casamento. A trajetória biográfica de Flora, bem como as de boa parte dos jovens que conheci, espelhavam essa mesma contradição com as suas próprias aspirações, já que no campo da conjugalidade os seus desejos de casarem ou de estabelecerem relacionamentos estáveis e duradouros contrastavam com relações de namoro instáveis, com a desconfiança na fidelidade dos potenciais parceiros e com evitação de compromissos afetivos, levando estes fatores a frequentes desencontros entre os momentos da parentalidade, a neo-localidade residencial e as práticas de conjugalidade.

Face a este aparente paradoxo eu perguntava-me então porque é que os jovens em Cabo Verde diziam que queriam casar. E perguntava-o também aos jovens. Foi o que fiz na entrevista a Mac, que ocorreu dois meses depois deste rapaz começar a namorar com a Lila e justamente nove meses antes do filho de ambos nascer. Nesta altura, no entanto, Mac tinha o pai nos E.U.A. e acreditava que este o chamaria para junto de si em breve.

“[Daqui a 10 anos como achas que vai estar a tua vida?] Eu acho que a minha vida vai estar drêt... com um rumo, já tenho como um rumo na vida. [Achas que vais estar aqui

¹¹⁰ Curiosamente, segundo a antropóloga Lisa Åkesson tal estatuto é também algo desejado entre muitas mulheres mais velhas que procuram evitar a dependência dos homens e mesmo a presença destes nos seus grupos domésticos, entendendo-a como algo que gera encargos e preocupações acrescidas (Åkesson comunicação oral). Esta visão contrasta no entanto com algumas descrições sobre identidades femininas em Cabo Verde que tendem a enfatizar a necessidade expressa pelas mulheres cabo-verdianas de estabelecerem um ligação a um homem para assim se sentirem seguras e respeitadas (cf. Massart 2005, Martins e Fortes 2011).

*em São Vicente ou na América?] Isso eu não sei dizer, acho que posso estar lá ou posso estar aqui, mas vou continuar a lutar, lá ou aqui... continuar a pensar. [Já vais ter filhos?] Eu acho que sim. [Quantos é que gostavas de ter?] Três, quatro, mais nada. [E vais querer estar na tua casa ou...?] Claro, eu vou estar na minha própria casa, eu mais os que eu crê tcheu (os que eu quero bem), tem de ser a mãe dos meus filhos. [Queres estar junto de uma mulher?] Sim, eu quero construir uma família só, não quero construir uma família lá outra aqui. [Mas tu imaginas-te a casar?] Sim, eu tenho fé em casar; às vezes eu digo a uma pessoa que tenho graça de casar e ele diz ‘ó Mac, tu não, tu casar?’ e eu digo ‘sim eu tenho graça de casar’, Eu tenho graça de casar a sério, Filipe. [Porque é que tens graça de casar?] Porque... eu quero ter uma pessoa comigo, eu quero casar... quero ter uma responsabilidade também, de casar com ela, porque... eu não sei mas gostava ter uma pessoa ao meu lado para o resto da minha vida, para estar comigo assim *drêt*, para nós ficarmos juntos assim, para ficarmos muito tempo juntos. Eu gostava de casar a sério. [Não são todos os jovens que têm essa ideia...] Sim, por isso eu te digo que quando digo que quero casar os outros dizem ‘tu Mac, casar? Ah...’” (Entrevista a Mac, 24 de março de 2009)*

Nesta conversa Mac revelava como ele próprio estava consciente da contradição entre o que é praticado e o que é desejado sobre casamento e família em Cabo Verde. Ele sabia que o seu desejo de casar não era crível, pelo menos aos olhos dos outros, mas mesmo assim não deixava de o expressar com convicção, não deixava de afirmar a sua “graça” de casar, associando-a a “um rumo na vida”, a uma “responsabilidade” de longo prazo, a algo *drêt*. A ideia de casamento surgia assim como um eixo de ambiguidade, como algo que não se esperaria mas que se desejava intimamente. Quando mais tarde vim a saber que Mac e Lila iriam ter um filho e quando, depois do meu regresso, percebi que não tinham permanecido juntos, fiquei surpreendido, pois tal parecia-me uma clara inversão das aspirações de Mac. Mas talvez estes acontecimentos ressaltassem justamente as contradições entre as práticas e as aspirações familiares que o próprio Mac já evoca no seu discurso, ainda antes de saber que ia ser pai.

Na verdade o desejo de casar não era manifestado pela maioria dos jovens sob a forma de um “projeto”, já que não implicava o planeamento de uma trajetória individual definida em função desse fim (cf. Velho 1994). Aliás, o casamento era relegado por quase todos os jovens para um futuro inespecífico – “só mais tarde”, “só depois dos 40” – e embora fosse articulado com outros objetivos tais como ter uma habitação própria, um trabalho estável ou filhos, raramente constituía uma pré-condição para a realização

destes. Pelo contrário, o casamento era mais frequente encarado como dependente da realização prévia desses outros desejos, muitas vezes imaginado também só depois de “já morar juntos” e mesmo de ter filhos em conjunto, não como um pronunciamento mas como a validação de uma “relação estável”¹¹¹.

Entre os jovens que conheci eram poucos os que contrariavam explicitamente esta tendência. Apenas Alex e Luísa me tinham dito que imaginavam o casamento como um dos seus primeiros objetivos de futuro, prévio em particular à parentalidade. Luísa era aliás bem clara nesse aspeto:

“[Porque é que isso (ter filhos na sua casa) é tão importante, há muita gente que tem filhos na casa da mãe?] Não, eu não acho isso uma coisa bonita. A minha mãe teve filhos na casa da sua mãe mas se eu tiver que ajudar também não o vou pôr na rua, mas eu não gosto disso, acho que tem de ser é assim, tens de ter filhos com aquela pessoa que gosta de ti, fazer uma vida juntos, não é ter filhos na casa da minha mãe e o pai dos meus filhos ficar separado de mim, temos de morar na mesma casa. Eu não quero assim. [Com 27 anos já queres estar casada?] Eu gostava de estar casada com 27 anos, mas os meus planos é 28.” (Entrevista a Luísa, 12 de março de 2009)

Na altura em que realizei esta entrevista Luísa gostava de Elton mas acreditava que este sentimento não era correspondido. Contudo, poucos dias antes da minha partida Elton aproximou-se de Luísa, embora um pouco receoso devido à diferença de idades entre ambos. Contudo pouco depois começaram a namorar. Quando regressei no final de 2010 estes jovens mantinham a relação de namoro e estavam inclusivamente bastante próximos, exibindo carícias em público (o que não era frequente entre os jovens) e frequentando as casas dos respetivos familiares com regularidade e à-vontade (embora cada um continuasse a viver em casa da sua família). Do que conhecia deles, pareciam-me com efeito um par que tinha bastantes pontos em comum, em especial no que tocava às aspirações académicas, profissionais e familiares de ambos, das mais destacadamente “normativas”, sequenciais e bem planeadas de todo o grupo de jovens que acompanhara. Todavia, uma noite em que eu estava com vários jovens num bar na cidade tivemos uma conversa que me fez questionar estas minhas assumpções:

Um pouco depois vim cá para fora, onde estava Elton, Luísa e Max. Elton disse-me animadamente que Luísa queria que ele lhe “fizesse” um filho. Luísa negou, mas

¹¹¹ Tal era coerente com o facto dos casamentos em Cabo Verde se realizarem tendencialmente entre pessoas mais velhas, já depois de vários anos de vida e de filhos em comum.

Elton reiterou que era verdade, que ela às vezes lhe pedia um filho. Elton afirmava que não queria um filho agora porque Luísa tinha de estudar mas assim que ela terminasse o 12º ano lhe “fazia logo” um filho. Luísa disse que não queria ficar “presa” a Elton por um filho, mas este respondeu que isso não a prenderia. Elton afirmava ainda que já tinha falado desta ideia à sua mãe e que esta tinha ficado contente e que também o tinha dito à mãe de Luísa, mas esta tinha-lhe respondido que ele era “maluco”. Por outro lado Elton afirmava, muito assertivo, que não ia deixar Luísa ir estudar para Portugal, “nem pensar”, já que isso seria “perdê-la”. Entretanto Luísa contou que se queria casar com Elton logo que possível e que até já tinha ido ao “registo” “saber dos papéis”. Ambos confirmaram que já tinham pensado em “casar no registo, assim de repente, sem dizer a ninguém”, mas Elton não queria casar, dizia que não era preciso, que podiam ter um filho e viver juntos sem ser preciso casar, “só se fosse mais tarde”. Mas Luísa reiterava a sua vontade de casar. Max seguia toda a conversa concordando e reforçando as opiniões de Elton sobre não deixar Luísa sair para estudar em Portugal, sobre querer ter filhos e sobre não ser preciso casar. (Notas de campo, 10 de dezembro de 2010)

Durante toda esta conversa eu não tinha feito mais do que ir manifestando surpresa e incredulidade face ao que ouvia, facto que fazia com que todos os presentes reforçassem cada vez mais as ideias que iam expondo. Depois dela infelizmente não voltei a ter oportunidade de estar novamente com Elton e com Luísa e esclarecer, de forma mais “preparada”, as razões e as motivações que fundamentavam tudo aquilo que tinha ouvido. Contudo, apenas neste curto episódio, creio ter sido evidente uma clara tensão entre as aspirações académicas e profissionais de ambos e o modo como eles encaravam a sua relação e a forma como ela se poderia configurar e consolidar. Tensão esta que me parecia existir não apenas entre os dois – Elton queria um filho mas não queria casar, Luísa queria casar mas não queria um filho; Luísa queria estudar fora mas Elton não o permitia – mas também em cada um deles. Luísa ambicionava estudar fora do país, mas também desejava casar “de repente” com Elton, não percebendo eu (nem talvez ela) até que ponto tais desejos podiam ser compatíveis. Elton pretendia que Luísa estudasse, mas não fora do país, e desejava “fazer” um filho com ela em breve mas não casar com ela, “só mais tarde”, contradizendo assim as suas próprias aspirações familiares em torno do casamento. Diferenças de género eram também evidentes: para Elton, suportado por Max, “fazer” um filho era um desejo válido e valorizado (a sua

mãe tinha ficado contente com a ideia) e que não punha em causa a realização das suas aspirações profissionais (nunca evocadas ao longo da conversa); já para Luísa tal significaria ficar “presa” a Elton, limitando assim as suas aspirações pessoais futuras (a mãe desta tinha achado que Elton estava “maluco”). Múltiplos sentidos estavam assim em jogo nesta conversa, nestes jovens (até nestes!) e nesta relação de namoro. Porém aquilo que me parecia evidenciar-se eram novamente as contradições entre as aspirações e as realizações dos jovens, entre a fragilidade dos desejos idealizados e a persistência das práticas mais “prováveis” ou “expectáveis”, em especial no domínio familiar.

A família em Cabo Verde... e os jovens

Desde o início da povoação de Cabo Verde e ao longo de grande parte do período colonial, a organização familiar no arquipélago foi sempre marcada por relações desiguais no que toca ao género, à classe e à raça (Carreira 1977; Rodrigues 2005). Com efeito, toda uma população autóctone emergiu de um “encontro miscigenador” (Rodrigues 2003 e 2005) marcado pelo padrão dominante (embora não único) de união entre o senhor branco (europeu) e a escrava negra (africana), consequentemente originando a figura do filho ilegítimo (face ao pai) mas ao mesmo tempo livre (em oposição à mãe escrava) (Lopes Filho 1996, Mariano 1991, Vale de Almeida 2004). Desta forma constituiu-se um padrão específico de relacionamentos familiares que foi desafiando dicotomias simplista de poder e estatuto, tais como branco / negro, europeu / africano, dominação masculina / submissão feminina ou homem livre / escravo. Tal configuração de relacionamentos, estatutos e poderes foi permitindo à população do arquipélago a criação de mecanismos e estratégias que, embora não rompendo com a dominação europeia, forjavam espaços de subsistência originais, essencialmente assentes em relações familiares que contrariavam a norma dominante da família patriarcal e monogâmica imposta pela Igreja Católica que acompanhava a máquina colonial portuguesa (Santos e Soares 2001; Lopes Filho 1996 e 2003, Semedo 2009).

Um destes espaços, talvez a característica mais saliente das famílias cabo-verdianas, é justamente a centralidade das mulheres e em particular das relações mãe-filho como eixo estruturante dos grupos familiares e domésticos (Rodrigues 2007, Lobo 2008, Drotbohm 2009). Os grupos domésticos cabo-verdianos têm sido frequentemente caracterizados como matrilineares (Grassi 2007, Meintel 1984) ou matrifocais (Lobo

2008), ou seja, organizadas em torno de mulheres e geridos por elas (Rodrigues 2007). Tal não significa a ausência efetiva de elementos do sexo masculino no grupo doméstico (o que não deixa de ser frequente), mas sim que a presença destes é o mais das vezes de natureza volátil e a sua contribuição, seja material, financeira ou afetiva, para o grupo familiar é tomada como incerta (Lobo 2008), sendo a irresponsabilidade e a infidelidade masculinas como que “naturalizadas” (Grassi, 2003).

Com efeito as relações conjugais entre homens e mulheres no arquipélago são maioritariamente instáveis e pouco duradouras. A união conjugal formalmente assumida e regulada pelo casamento não tem sido prática dominante ao longo da história de Cabo Verde (Carreira 1977) e o número efetivo de casamentos tem vindo a decrescer ainda mais nas últimas décadas (INE e ICIEG 2008). O mais frequentemente é tanto homens como mulheres estabelecerem relações com diversos parceiros ao longo da vida (Lobo 2008)¹¹². Assim, o vínculo mais duradouro entre um homem e uma mulher é manifesto pela expressão “(o meu) pai-de-filho” ou “(a minha) mãe-de-filho” que exprimem não uma relação conjugal entre o pai e a mãe de uma criança mas apenas a existência de um filho em comum, sendo as responsabilidades que este vínculo implica sempre muito relativas e ambíguas (Drotbohm 2009:137, também Vasconcelos 2008).

Desta forma, contrariando o ideal patriarcal, o eixo de coesão e continuidade familiar encontra-se menos na figura autoritária e provedora do pai e mais na relação entre as mães e os seus filhos (Rodrigues 2007). Com efeito, é maioritariamente em torno das mulheres – do seu trabalho¹¹³, das suas redes de solidariedade e dos seus cuidados – que se tecem os laços, as partilhas e as trocas que vão construindo as relações de intimidade e proximidade e o sentido de pertença à casa e à família (Lobo 2008), desta forma assegurando a continuidade económica, social e emocional familiar. Nesta configuração que privilegia mais os vínculos geracionais do que os conjugais, os grupos domésticos compõem-se frequentemente por três gerações e contam com a

¹¹² Alguns autores caracterizam o sistema de relações conjugais em Cabo Verde como “poligamia informal” (Carreira 1977), “poligamia de facto” (Lopes Filho 1996) ou “poligamia serial” (Drotbohm 2009).

¹¹³ Nas famílias com menos recursos o trabalho feminino é essencial para a subsistência quotidiana dos grupos domésticos (Rodrigues, 2007). Este trabalho é frequentemente “informal”, embora nesta categoria possa abranger desde pequenos serviços entre vizinhos ou venda de alimentos confeccionados em casa ao comércio transnacional de bens de consumo muito valorizados localmente, como roupas ou perfumes de marca (cf. Grassi 2003).

presença de filhos de diferentes progenitores¹¹⁴, e muitas vezes ainda com primos, afilhados ou “irmãos de criação”. Esta realidade confere aos avós um papel estruturante na sustentabilidade familiar, especialmente num contexto onde, como demonstram muitas das trajetórias biográficas apresentadas, os jovens pais e mães têm muita dificuldade em constituir novos núcleos residenciais e familiares.

Esta configuração familiar também se articula bem com a elevada mobilidade geográfica registada na sociedade cabo-verdiana. Devido ao omnipresente fenómeno da emigração a constituição dos grupos domésticos é sempre fluida, marcada por frequente partidas e chegadas. Este facto reforça a importância da interdependência entre as gerações, já que no caso de emigração de um membro da família os cuidados que este prestava são assumidos por outros membros do agregado, frequentemente de outras gerações. Assim, num quadro em que tem vindo a crescer a proporção de mulheres emigrantes (Grassi 2007), é comum nos grupos domésticos existirem jovens a cuidarem de irmãos mais novos ou dos seus avós, assim como de primos ou outras crianças. Mas mais frequente ainda é encontrar grupos domésticos em que são os avós – e especialmente as avós – a cuidar de netos, jovens ou crianças, estando os pais e/ou as mães destes emigrados. Esta configuração confere às avós um papel “gravitacional”,¹¹⁵ nas redes familiares, assumindo responsabilidades na gestão quotidiana dos grupos domésticos que lhes permite assegurar tanto a unidade e a continuidade da família como a sua própria proteção no futuro.

A organização familiar cabo-verdiana mostra-se assim um campo pouco coerente com os ideais normativos de família ancorados numa visão patriarcal e nuclear. Pelo contrário os grupos domésticos cabo-verdianos podem apresentar uma grande diversidade de configurações “alternativas”, o que se comprova pela frequência de núcleos sem a presença do pai ou sem a presença da mãe, de núcleos onde convivem mais de duas gerações (os avós, sobretudo a avó, com um papel central na vida dos netos) e filhos de diferentes progenitores, ou mesmo de núcleos geridos por jovens mas muitas vezes dependentes de familiares ausentes. Estas configurações podem por sua vez sofrer múltiplas transformações ao longo do tempo e consoante as situações

¹¹⁴ A não utilização do termo “meio-irmão” para distinguir entre irmãos filhos dos mesmos progenitores e irmãos apenas da parte de um deles é também coerente com esta valorização da descendência em detrimento da aliança.

¹¹⁵ Conceito adaptado do trabalho de Mary Chamberlain (2002 e 2003), que descreve para as sociedades caribenhas – cuja estrutura familiar é muito próxima da cabo-verdiana – uma economia de trocas entre as gerações “onde se trocam coisas que não têm preço” (2003:68) e cujo valor gerado é a acumulação de capital simbólico pelas avós.

académicas, laborais e conjugais, assim como com a mobilidade geográfica, dos seus membros, sendo por isso caracterizadas também por um elevado dinamismo. Tal diversidade e dinamismo estão assim aparentemente mais em linha com as novas abordagens antropológicas do parentesco que enfatizam o caráter processual, construído e fluído das relações familiares (Carsten 2000)¹¹⁶. Contudo este caráter processual pode facilmente levar a uma caracterização da estrutura familiar como “instável” ou mesmo “desestruturada”.

Com efeito, focando a atenção nas crianças e jovens, é um facto que estes podem alternar de grupo doméstico e de figuras cuidadoras várias vezes ao longo das suas vidas, podendo oscilar entre os cuidados da mãe, do pai, de uma avó, de uma tia ou de um irmão ou irmã, ou podendo eles próprios assumir papéis de cuidadores de outros familiares. Esta alternância pode ter consequências emocionais significativas para as crianças e jovens (cf. Parreñas 2002) e, de resto, vários jovens evocam a ausência das figuras parentais (em especial a da mãe) como algo que lhes provoca transtorno emocional, ressentimento ou sobrecarga de responsabilidades (Martins e Ferreira 2011), referindo ainda que não gostariam de reproduzir este padrão na configuração das suas famílias futuras. Contudo, nem sempre essa reprodução é evitada, tal como mostram trajetórias com as de Rui e de Flora, que se distanciaram geograficamente dos seus filhos, ou mesmo de Max, de Mac e de Júnior, que não viviam com eles, ou ainda de Rick e de Elton, cujos filhos já tinham passado por diferentes situações residenciais e de cuidado antes de residirem com eles.

Tal facto revela assim que uma análise apenas focada no sofrimento psicológico de crianças e jovens não permite contextualizar estas configurações relacionais numa perspetiva sistémica nem compreender o seu fundamento numa lógica familiar de longo prazo. Como também foi tornado evidente por muitos jovens que viviam afastados das suas mães, a distância parental pode não ser entendida ou experienciada como desresponsabilização, como falta de afeto, ou como abandono, mas antes como uma verdadeira demonstração de cuidado e um sinal de preocupação. E, não obstante uma crescente valorização da relação de vinculação mãe-filho (nos termos das ciências psicológicas, cada vez mais influente na sociedade cabo-verdiana), esta percepção

¹¹⁶ É curioso notar que Janet Carsten (1996 e 1997) desenvolve o conceito de “relatedness”, através do qual procura evidenciar o caráter processual e dinâmico dos vínculos familiares, no contexto de uma região portuária nas Filipinas que, tal como Cabo Verde, é marcada pela elevada mobilidade internacional da sua população.

positiva sobre a ausência materna é também partilhada de forma generalizada pelos cabo-verdianos (Martins e Ferreira 2011, também Åkesson et al. 2012).

Com efeito, como descreve Lobo (2008) para a ilha da Boavista (mas possível de generalizar a todo o país), tanto a mobilidade feminina como a circulação das crianças entre cuidadores são estratégias fortemente enraizadas no contexto cabo-verdiano que cumprem um papel importante na subsistência familiar e na reprodução social¹¹⁷. A emigração feminina é menos vista como um projeto individual mas mais como uma estratégia familiar, assumida coletivamente. Tal estratégia permite assegurar o bem-estar material da família no seu todo (dos filhos aos avós, passando também por irmãos, tios e primos) face à insegurança socioeconómica que se vive em Cabo Verde. Além disso, como mostram Marta e Liliane, muitas vezes a emigração das mães torna também possível aos filhos jovens a progressão nos estudos, dessa maneira contribuindo para a realização das aspirações de autonomização e mobilidade social dos jovens e das suas famílias. Assim a emigração das mães tende a não ser encarada como um abandono da família e dos filhos, mas antes como uma manifestação de solidariedade familiar que pode mesmo vir a intensificar as relações entre as diferentes gerações, tornando-se um modelo valorizado (e por vezes reproduzido) pelos próprios jovens.

Neste contexto desencadeia-se um processo que Lobo designa como “manutenção de proximidade à distância” (2008:168), pelo qual as mulheres emigradas procuram, apesar da distância, manter ou mesmo intensificar as relações de cooperação, troca e partilha que fundam os grupos domésticos. Esse processo baseia-se num fluxo constante e intenso de informação, de dinheiro e de bens materiais entre a mulher emigrada e a sua família em Cabo Verde, e também através de visitas regulares¹¹⁸. Desta forma muitas mulheres ausentes fisicamente procuram reforçar a sua “presença social” (Olwig 1999) junto da família, podendo até ver fortalecido e valorizado o seu papel num grupo doméstico que, desta forma, não se fragmenta com a distância geográfica.

Como defende Olwig (1999) para o contexto caribenho, contrariamente ao que seria esperado como efeito da ausência física, estes mecanismos de “presença social”

¹¹⁷ Em coerência também como os padrões de parentalidade e de circulação das crianças notado por Ester Goody (1982) para a África Ocidental.

¹¹⁸ Estes mecanismos de “manutenção da proximidade à distância” também são desenvolvidos por homens emigrados, mas todos os autores apontam para o facto de tais mecanismos serem mais frequentes, mais previsíveis e mais continuados entre as mulheres emigrantes (Rodrigues 2007, Grassi 2007, Lobo 2008, Drotbohm 2009).

parental parecem ter um forte valor emocional, porque valorizam os filhos e fortalecem uma relação sentimental entre pais e filhos. Segundo esta autora, a ausência parental só parece ser sentida como traumática quando os pais não mantêm a sua presença social. Neste contexto Olwig ressalta a importância dada localmente à troca e partilha de bens, e não apenas às trocas afetivas (tão valorizadas nas ciências psicológicas ocidentais), como forma de criação e manutenção das relações sociais e mesmo das relações familiares¹¹⁹. No seguimento desta constatação pode compreender-se que as próprias crianças e jovens assumam um papel central na manutenção da dinâmica familiar. Num contexto de mobilidade materna os filhos deixados ao cuidado de outros familiares – frequentemente das avós – reforçam as relações de trocas e obrigações entre emigrante e familiares que ficam, fortalecendo assim o eixo intergeracional estruturante da família (Olwig 1999, Lobo 2008).

Configura-se assim uma organização familiar em Cabo Verde que, como afirma Lobo, “não é alternativa ou anómala, é apenas diferente” (2008:161), organização esta que parece ter-se constituído em resposta a uma realidade histórica e sociocultural sempre marcada pela desigualdade, pela pobreza e pela incerteza. Os jovens que conheci mostram que mesmo no contexto atual mais urbanizado e onde as aspirações de futuro se tornam mais individualizadas – mas onde ao mesmo tempo aumenta o custo de vida e escasseiam os apoios institucionais às crianças e aos jovens – as famílias parecem continuar a responder à incerteza através de mecanismos de reforço da solidariedade familiar assentes menos em estruturas rígidas e formais do que em relações dinâmicas e flexíveis em torno da mobilidade geográfica e da interdependência entre as gerações (Martins e Ferreira 2011).

Porém, ao analisar as narrativas biográficas e as aspirações dos jovens mais pobres no Mindelo não é possível ignorar uma expressiva presença do desejo de constituir uma família idealizada, em conformidade com os padrões normativos de caráter nuclear. Este paradoxo introduz um desafio analítico, já que tal desejo parece contraditório com o que se poderia definir como um *habitus* (Bourdieu 2001) familiar que “disporia” os cabo-verdianos para o estabelecimento de relações familiares mais dinâmicas, fluidas e contextuais. Curiosamente, num artigo recente o antropólogo

¹¹⁹ Este argumento é coerente com o de LeVine (1973) (cit. in Lobo 2008:165) sobre a importância da troca e partilha de bens na definição das relações sociais nos contextos africanos. A este propósito Drotbohm (2009:147) identifica também para Cabo Verde um “modelo de família contributiva” no qual a contribuição material e simbólica demonstra presença social a despeito da presença física.

Daniel Miller alerta justamente para os perigos de uma interpretação das relações familiares excessivamente centrada na constituição processual e fluida do parentesco. Pelo contrário, o autor chama a atenção para a importância do caráter normativo e prescritivo das relações familiares e para o facto da “...flexibilidade e negociação serem um resultado direto do esforço dos indivíduos tentando conservar princípios claros e expectativas formais no parentesco em face da complexidade da vida familiar moderna” (2007:540).

Este enfoque permite (re-)perspetivar as trajetórias biográficas e familiares dos jovens aqui apresentadas não como “desestruturadas”, mas antes traduzindo um esforço negociado de assumpção das suas responsabilidades familiares e de realização, da forma possível, das suas aspirações pessoais e sociais. Assim se comprehende que apesar de muitos cabo-verdianos não realizarem o seu ideal de família, tal não significa que as suas famílias reais estejam em crise ou desestruturadas. Mas também não significa que esse ideal, mesmo não sendo “habitual”, seja desprovido de significado cultural.

Num artigo em que propõe uma “sociologia à escala do indivíduo”, o sociólogo Bernard Lahire (2005) parte da teoria do *habitus* de Bourdieu, mas critica a visão homogénea deste autor sobre as “disposições”, defendendo que nos indivíduos existe sempre uma multiplicidade de disposições, umas mais fortes que outras e com sentidos contrários. Lahire diferencia ainda entre “disposições para agir” (as práticas habituais) e “disposições para crer” (as crenças), que coexistem nos indivíduos e que podem ser contraditórias entre si. Com efeito, é com base na distância que pode existir entre as disposições para agir e as disposições para crer – ou por outras palavras na distância entre o que se diz e o que se faz – que podem ser compreendidos fenómenos como a culpabilidade, a frustração ou a ilusão, fenómenos aliás tão comuns entre os jovens cabo-verdianos que conheci. Porque, como afirma Lahire “...vivemos em sociedades em que os atores podem incorporar crenças (...) sem ter os meios (...) para as respeitar, concretizar, atingir ou cumprir” (2005:18).

Parece-me que esta distinção é relevante no campo familiar em Cabo Verde, pois permite ultrapassar o discurso simplista que enfatiza a contradição entre ideal e prática. Partindo da perspetiva de Lahire, o desejo de casar e constituir uma família nuclear, monogâmica e autónoma residencialmente, pode então não entrar em contradição com o quadro estrutural que produz o *habitus* familiar cabo-verdiano. Ele pode ser visto como uma disposição para crer (ou para querer) que é contrária às disposições para agir, que

são mais fortes, contextualmente mais concretizáveis, mas que no entanto permanece coerente com o quadro de disposições familiares que respondem a um contexto estrutural de incerteza. Isto porque, face à fragilidade de outras estruturas mediadoras como o Estado, a escola, o mercado de trabalho, a sociedade civil (cf. Peralva 2000) se é pela família que os cabo-verdianos mais pobres sempre têm feito face às adversidades, é possível supor que a família nuclear, ou pelo menos a sua ideia, apareça como a imagem acabada da “estabilidade” pessoal e social, um ideal tantas vezes evocado pelos jovens como o sucesso último face à fragilidade e à incerteza. Tal como me disse Liliane:

“[Porquê é que gostavas de casar?] Não, isso não é uma questão só daquela cerimónia, não é isso. Mas eu acho que quando te casas pelo menos já encontraste uma pessoa que te faz feliz ou que tu achas que te faz feliz, já tens mais uma estabilidade na vida, já consegues pensar mais fixo para alguma coisa, e já não pensas sozinha, pensas em conjunto, tens uma pessoa e os dois pensam no futuro em conjunto.” (Entrevista a Liliane, 20 de fevereiro de 2009)

Será por isto, proponho eu, que o casamento é desejado pelos jovens pobres; é por isso que ele é imaginado por eles, mesmo que seja contrário às práticas familiares mais frequentes e mesmo que eles não possam, ou não escolham, ou não saibam como o concretizar. O desejo de casar não se constitui como uma meta – não tem essa força – mas permanece como um ideal. Pode contrapor-se que este ideal não passa de uma mera reprodução da ideologia da família nuclear e patriarcal de origem católica e colonial, hoje reforçada pelas imagens mediatizadas do “amor romântico” e da “relação pura” (Giddens 1997) e pelos discursos psicológicos que normatizam e moralizam a “vinculação” familiar (Rose 1999). Contudo se o sonho de casar surge como um ideal recorrente e partilhado pelos jovens de hoje, ele não pode ser esvaziado de significado social, já que as ideologias só tendem a ser apropriadas pelos sujeitos quando respondem de alguma forma às suas visões do mundo (Warren 1990:603). E as visões do mundo destes jovens são as de quem experimenta quotidianamente a escassez de oportunidades e a fragilidade social, de quem se projeta no futuro com incerteza, mas também de quem, de forma mais tática do que estratégica (De Certeau 1984)¹²⁰, luta

¹²⁰ Na obra *The Practice of Everyday Life* (1984) Michel De Certeau distingue estratégia de tática tendo por base o “lugar” do sujeito face ao ambiente em que este se constitui e atua: “I call ‘strategy’ the calculus of force-relationships which becomes possible when a subject of will and power (...) can be isolated from an ‘environment’. A strategy assumes a place that can be circumscribed as *proper* (*propre*) and thus serve as the basis for generating relations with an exterior distinct from it (...). Political, economic, and scientific rationality has been constructed on this strategic model. I call ‘tactic’, on the other hand, a calculus which cannot count on ‘proper’ (a spatial or institutional localization), nor thus on a

essencialmente pela estabilidade. São, finalmente, as visões do mundo de quem tem na família o lugar central da construção – simultaneamente real e imaginada, fluida e estável – das suas identidades pessoais e das suas trajetórias sociais.

borderline distinguishing the other as a visible totality. The place of a tactic belongs to the other. A tactic insinuates itself into the other's place, fragmentarily, without taking it over in its entirety, without being able to keep it at a distance (...) it is always on the watch for opportunities that must be seized 'on the wing'" (1984:xix, itálico do autor).

6. Ser jovem em Cabo Verde: algumas conclusões

Adulto é só uma palavra...

Em 1984 Pierre Bourdieu afirmou que “a juventude é só uma palavra” (2003), querendo com isso chamar à atenção para o facto das classificações etárias representarem sempre uma representação ideológica arbitrária que convoca uma divisão de poderes, uma imposição de limites e a produção de uma ordem e de posicionamentos sociais (2003 [1984]). Creio que a etnografia que realizei entre os jovens que habitam nas periferias pobres do Mindelo me permite confirmar a interpretação de Bourdieu e afirmar que, neste contexto (como em muitos outros), não só a juventude mas também a adultez¹²¹ são “só palavras” – arbitrárias, ideológicas e referentes a posições sociais num campo de relações de poder. Mas, por isso mesmo, defendo que são palavras importantes.

Nos primeiros dias da minha estadia no Mindelo, em abril de 2008, realizei uma sessão de teste do questionário que pretendia aplicar com um grupo de nove jovens. Um destes jovens, depois de responder ao questionário disse-me que teve muitas dificuldades em definir “até que idade se é jovem” e os “momentos em que se passa a ser adulto”. Um outro rapaz do grupo respondeu prontamente: “passa-se a ser adulto quando se passa a prender a camisa por dentro das calças”. Comentando mais tarde esta afirmação com A. este disse-me que em Cabo Verde as pessoas se preocupavam pouco com a roupa das crianças e mesmo os adultos só cuidavam a sua forma de vestir quando saíam das suas zonas para irem ao centro da cidade. Ambas as afirmações parecem-me agora bastantes perspicazes.

Com efeito, o vestuário poderia constituir em Cabo Verde (como em muitos outros contextos) um código bastante explícito de afirmação de juvenilidade ou de adultez. Os jovens rapazes que conhecia, e muitos outros que observava e automaticamente reconhecia como jovens, raramente utilizavam camisas, e muito

¹²¹ Adoto aqui a proposta de Filomena Sousa (2010) que, reivindicando a constituição de uma “Sociologia da Adultez”, utiliza este termo em alternativa a termos mais usais como “idade adulta” ou “vida adulta” mas que considera conceptualmente inadequados: “A própria colagem dos termos ‘vida’ e ‘idade’ a estas fases é discutível na medida em que, para além da natureza biológica ou da idade cronológica, a definição das etapas da vida está dependente de escolhas individuais e de condicionantes culturais, históricas e socioeconómicas” (Sousa 2010:2).

menos “presas dentro das calças”. Predominavam antes as t-shirts largas (muitas vezes com motivos desportivos ou musicais) e as camisolas sem mangas, os calções e os ténis ou chinelos de dedo. Entre as raparigas esta codificação juvenil através do vestuário não era tão linear, mas também possível de identificar pelo predomínio de camisolas ou “tops” justos e simples, calças ou calções justos, sandálias simples ou chinelos de dedo. As mulheres “adultas” diferenciavam-se através de pormenores mais subtils mas igualmente evidentes, tais como a utilização de blusas ou de lenços, de peças de roupa com tecidos mais nobres, de sapatos ou ainda de um cabelo mais cuidado e muitas vezes pintado¹²².

Tais códigos estéticos mantinham contudo uma relação não linear com a idade: muitos rapazes e raparigas vestiam-se por vezes como adultos, “prendendo a camisa nas calças” (quando iam à igreja, à universidade, a uma consulta médica ou a um serviço público, quando iam a um restaurante ou a uma peça de teatro, a uma reunião importante ou a uma ação de formação); muitos homens e mulheres mais velhos vestiam-se muitas vezes como jovens, “com a camisa (ou a t-shirt ou o top) fora das calças” (quando estavam em casa a descansar ou nas suas zonas a conviver com amigos ou familiares, quando saiam à noite para se divertirem, quando faziam desporto). Talvez por isso mesmo A. me tivesse alertado para a relação entre o vestuário e o espaço: mesmo os adultos só o cuidavam de forma “adulta” quando saíam das suas zonas para irem ao centro da cidade. Um sobreposição entre juventude, informalidade e periferia, oposta uma outra entre adulterz, formalidade e centro da cidade, tornava-se assim evidente, tanto inscrita no espaço da cidade como nas representações sociais dos seus habitantes.

Esta “geografia política” da cidade, manifesta no vestuário e na sua associação a categorias etárias, tornava assim clara tanto a relatividade dessas mesmas categorias como a sua relevância na definição das posições sociais dos habitantes da cidade. É certo que estas fronteiras eram muito permeáveis, pois tanto se encontravam “adultos” nas periferias da cidade como muitos “jovens” no centro. As manifestações juvenis no espaço público do centro da cidade eram aliás profusas e frequentes, como demonstrei no capítulo 4. Mas a performatividade, às vezes claramente consciente, que as

¹²² Naturalmente as diferenças de condição económica e/ou de estatuto social também se refletiam nos diferentes usos do vestuário, articulando-se com os diferentes usos em função da idade e revelando-se sobretudo pela menor ou maior qualidade das peças de roupa ou pela presença ou ausência de acessórios de valor elevado.

caracterizava – assim como a reatividade “adulta” a elas – denotavam justamente que elas estavam como que “fora do lugar”, criando *youthscapes* (Maira 2004) num lugar de adultos. Por isso propus, aliás no seguimento de múltiplos autores, que estas manifestações juvenis no espaço público do centro da cidade pudessem ser lidas como “lutas pela significação” dos jovens (Canclini 2006; também Diouf 2003, De Boeck e Honwana 2005), não de resistência face à sociedade “adulta” (central, formal), mas de reivindicação junto dela de uma existência nem sempre objeto de reconhecimento social (Honneth 1997, cit. in Pais 2005).

Nesse mesmo capítulo procurei no entanto afastar-me de uma interpretação excessivamente polarizadora, e por isso reificante, da juvenilidade. Os jovens que conheci não só não se adequariam a essa interpretação, como aliás não a tolerariam. Pelo contrário, tal como a camisa que se podia prender ou não às calças consoante a situação, também a juvenilidade deles era reforçada ou atenuada consoante as circunstâncias, os contextos ou a companhia. Prova disso era justamente o uso que os jovens faziam da própria linguagem, não apenas porque abdicavam do uso do crioulo e falavam preferencialmente em português em contextos formais (escola, serviços públicos), mas também porque sabiam utilizar um crioulo mais “correto” e menos carregado de expressões de gíria e calão quando se dirigiam a pessoas mais velhas ou quando falavam em momentos de interação mais estruturados (reuniões, ações de formação, apresentações públicas, entrevistas comigo)¹²³.

Esta natureza marcadamente relacional e situacional – muitas vezes mesmo performativa (cf. Spencer 1990) – da juvenilidade evoca assim a proposta interpretativa de Deborah Durham (2000 e 2004) que concebe a categoria de juventude como um *shifter* social, um termo ao mesmo tempo referencial e indexante que chamam a atenção tanto para relações específicas dentro da estrutura social como para a estrutura social em si. Tal enfoque permite assim enfatizar os processos políticos e pragmáticos pelos quais certas pessoas podem reclama-se jovens ou designar outros como jovens, posicionando-se (e posicionando os outros) com referência a uma variedade de atributos sociais, incluindo não apenas a idade mas também a (in)dependência, autoridade, capacidades, conhecimento e responsabilidades. Contudo estes processos de auto e heteroadscrição

¹²³ Nas aulas de crioulo promovidas pela professora Tina no centro da Covada (destinadas a mim, à minha esposa e às animadoras italianas, realizadas a nosso pedido) esta afirmava com frequência que “o crioulo dos jovens” diferia do dos mais velhos (com utilização de diferentes palavras, expressões, formas verbais e palavras estrangeiras), admitindo que ela própria “já não fala como os jovens de agora” e que por vezes já não os percebia pois, dizia ela, “o crioulo muda com a idade”.

podem ser também objeto de contestação e luta, revelando que a própria categoria de juventude pode ser reconstruída e os seus atributos reposicionados entre os envolvidos em cada contexto. Creio ter sido justamente isso que fizeram os jovens voluntários quando, sentindo posta em causa a sua “autonomia” no centro juvenil por parte de A., decidiram assumir (pelo menos discursivamente) uma nova responsabilidade de “cuidar” e “educar” os rapazes da Malta Delite, tornando-se “figuras de referência” face a estes outros jovens mais “novos” e mais “carenciados”. De igual forma os jovens reconfiguravam a sua juvenilidade quando, enquanto voluntários, se mobilizavam para pintar e restaurar as casas das famílias mais pobres da comunidade, para recolher e distribuir donativos (alimentares, materiais, escolares) entre as mesmas, para dar explicações às crianças com mais dificuldades escolares ou ainda para promover palestras e ações de formação sobre alcoolismo, doenças sexualmente transmissíveis ou violência doméstica. Ou ainda quando, nas suas redes familiares, mesmo se dependentes económica e residencialmente, assumiam o cuidado (afetivo, material, doméstico, educativo) – em presença ou à distância – dos seus irmãos ou sobrinhos mais novos, dos seus avós ou dos seus filhos.

Todas estas manifestações de envolvimento e de responsabilidade, tanto familiares como comunitárias, não faziam porém com que os jovens que conheci deixassem de se identificar como “jovens”. Mas através delas eles suspendiam quaisquer conceções de juventude definidas tanto pela dependência familiar e pela marginalidade social, como pela autonomia e “projeto” individual, mostrando pelo contrário as suas capacidades de negociar poderes e reconstruir estatutos no seio das suas redes de relações sociais. Poderia chamar-se a isto “agencialidade”, mas apenas se se assumir o termo, na esteira de Nyamnjoh (2002), como manifestação, não de independência, mas sim de interdependência e intersubjetividade.

Os jovens que conheci no Mindelo mostravam assim posicionar-se numa “geografia” etária de natureza fluida e contextual, evocando desse modo estatutos, responsabilidades e aspirações também elas variáveis e imprecisas. Era isso mesmo que haviam mostrado desde logo os jovens participantes nos grupos de discussão iniciais quando afirmava não haver limites etários para juventude, já que se podia ser “jovem” e “adulto” ao mesmo tempo ou ser um ou o outro independentemente da idade. Segundo eles, mais do que a idade, o que estaria em jogo na juventude ou na adultez, ou entre elas, seriam atitudes; atitudes estas que remetiam invariavelmente para uma noção,

ainda que vaga, de “(ir)responsabilidade”. Deste modo os próprios jovens tornavam claro que uma qualquer “etnografia da idade”, tal como propunha Jennie Keith (1981), será sempre, e antes de mais, uma “etnografia da(s) responsabilidade(s)”.

Também os jovens que entrevistei na AUJ, quando instados a posicionarem-se face à geografia da idade, respondiam com os mesmos termos imprecisos e subjetivos. Contudo, através das suas narrativas biográficas pude compreender com maior detalhe a “geografia” das responsabilidades que lhes estava subjacente. Em abril de 2008 Elton considerava-se “jovem adulto” e justificava:

“Porque ser adulto não é que deixe de ser jovem, é ser responsável e até agora não tenho faltado com a minhas responsabilidades, tenho os erros normais mas faço tudo para não faltar com as minhas responsabilidades para com a minha família, para com o meu filho, para comigo mesmo e para com a sociedade. Ser jovem é o espírito de querer fazer e fazer, podes ter 50 anos e ser jovem, o que interessa é o espírito, para mim é a vontade de fazer e não reformar e deitar. Enquanto se estiver com esse espírito jovem de fazer as coisas, de ouvir, de participar, isso é ser jovem, entender as mudanças, essas coisas.”
(Entrevista a Elton, 23 de abril de 2008)

Em março de 2009, já a estudar na universidade, Elton reconsiderava:

“[Tu já te sentes uma pessoa adulta?] Não. Posso até ser um pouco responsável em relação a outros jovens que eu vejo, mas eu não me acho uma pessoa adulta. [Porquê?] Não é medo de ser adulto, mas eu acho que essa coisa de ser adulto leva um bocado de... não é só assumir uma parte das tuas responsabilidades, ou tudo, mas ainda dependo dos meus pais! Eu acho que ainda não sou adulto (risos) nesse aspeto. Vou ser adulto quando tiver o meu trabalho constante, um trabalho que eu goste; agora estou a formar-me, então acho que é depois da minha formação; quando tiver a minha casa, própria; ajudar a minha mãe... Manter a minha casa, ajudar a minha mãe, e cumprir as minhas responsabilidades. Por isso eu acho que ainda não. Eu ainda dependo dos meus pais.” (Entrevista a Elton, 10 de março de 2009)

Tal como Elton em abril de 2008, a maioria dos jovens que entrevistei apresentava uma visão bastante subjetiva e atitudinal sobre estas duas categorias de idade: uma juventude orientada para a atividade, para a exploração, para a liberdade e para a diversão, podendo por isso ser eterna; e uma adultez definida por uma noção vaga de responsabilidade, de maturidade, traduzida na capacidade de “ponderação” para tomar decisões corretas (*drêt*) e evitar comportamentos errados (*mariod*), contraposta mais à noção infância ou adolescência do que à de juventude. Para estes jovens, tal como para

muitos outros, a juventude e a adultez pareciam não constituir, portanto, categorias da mesma ordem, e por isso podiam mesmo coincidir ou até reforçar-se¹²⁴.

À semelhança de Elton em março de 2009, porém, muitos destes jovens, noutros momentos ou noutros pontos da conversa, encaravam a paisagem das idades de outra perspetiva, uma perspetiva capaz de opor, sim, a juventude e a adultez. Novamente a ideia de responsabilidade era convocada mas, agora associada a noções de “independência”, de “propriedade” e de “estabilidade”, ela ganhava conteúdos bem mais concretos: “ter formação”, “ter trabalho”, “ter casa própria”, “ser pai/mãe”, “ter uma família”, “ajudar a minha mãe”, “apoiar os meus filhos”¹²⁵. Definidas pelo “ter”, pelo “ser” ou pelo “ser capaz”, e evocando mais ou menos implicitamente as “faltas” de que já nos grupos de discussão iniciais tinha ouvido falar – de emprego, de formação, de casa, de mobilidade (social e geográfica), de apoios, de oportunidades – as responsabilidades que os jovens evocavam traduziam bem mais do que atitudes; traduziam acima de tudo as aspirações e as posições sociais, as possibilidades e as impossibilidades de uma juventude ainda distante da idade adulta.

Esta relação ambígua entre juventude e adultez, ora se sobrepondo pelo “espírito” e pela “maturidade” ora se distanciando pela “(in)dependência” e pela “(in)estabilidade”, revela assim uma geografia da idade que desassocia “autonomia” e “independência”, libertando as atitudes subjetivas dos papéis e responsabilidades sociais concretos (cf. Singly 2000, Côté 2000, Pappámikail 2010): pode-se ser adulto desde muito novo e ao mesmo tempo nunca chegar a sê-lo verdadeiramente; tal como se pode ser jovem até muito velho e ao mesmo tempo nunca conseguir deixar de o ser completamente. Uma tal contradição, encontrada atualmente não apenas em Cabo Verde mas um pouco por todo o mundo, evidencia uma expansão da juventude como categoria

¹²⁴ Quando perguntava aos jovens sobre o momento em que sentiam ter começado as suas juventudes as respostas tendiam a remeter para a noção de adolescência e coincidir com o início do ensino secundário (7º ano de escolaridade, que coincidia com fim do regime de professor único do ensino básico e com a entrada para uma escola muito maior e com muitos mais alunos). As justificações mais comuns para estas respostas remetiam para as novas experiências e novos modelos de referência (jovens mais velhos) presentes no liceu, assim como para novas e mais intensas amizades aí construídas. Referindo-se à sua situação presente os jovens tendiam a demarcar a sua “juventude” da noção de adolescência (associada à frequência liceal e/ou à imaturidade).

¹²⁵ Importa relembrar que os respondentes ao questionário exploratório, inquiridos sobre os momentos biográficos em que se concretizaria a transição para a idade adulta (questão E.4, Anexo B) apontaram “quando se tem casa própria” em primeiro lugar (61%), “com o primeiro filho” em segundo (52%) e “quando se tem um emprego estável” em terceiro (39%). Contudo importa salientar que 11% dos inquiridos quiseram apontar nesta questão “outro” momento de transição para a idade adulta, todos eles remetendo para as ideias de “maturidade” e/ou “responsabilidade”.

identitária de natureza expressiva e subjetiva¹²⁶ – tornada independente da idade e transformada “em um valor que pode ser conquistado em qualquer etapa da vida através da adoção de formas de consumo e estilos de vida adequados” (Debert 2010:49, também Feixa 1999, Bucholtz 2002, Cole e Durham 2009) – e uma consequente “dissolução da vida adulta” (Debert 2010) que coloca em causa o ideal moderno da adulterez como maturidade psicológica, racionalidade e independência individual (Spencer 1990, Côté 2000, Sennett 2003). Mas tal “juvenilização” da sociedade tem o seu reverso. A recorrente evocação da dissolução das fronteiras entre juventude e adulterez não deixa também de evidenciar a crescente autoconsciência dos jovens (adultos?) sobre a fragilidade dos seus presentes e a incerteza dos seus futuros (cf. Comaroff e Comaroff 2005, Canclini 2006) e a definição da própria juventude como um lugar “exterior” ao universo da (re)produção social (cf. Balandier 1985, Bourdieu 2003). Neste sentido alguns autores encaram esta juvenilização justamente como uma “estratégia de defesa” ontológica que valoriza o presente (da atividade, da sociabilidade, da intensidade) em detrimento do futuro (das responsabilidades), coerente aliás com um paradigma “pós-moderno” de individualização expressiva (Pais 2003, Pappamikail 2005).

Não posso porém, tal como argumentei no capítulo 4, reificar os jovens que conheci numa cultura juvenil “presentista” ou numa “ética da cigarra” (Pais 2001). Se de facto eles mostram receio e incerteza face ao futuro, não deixam porém de estar orientados para ele, procurando construí-lo à medida dos seus “campos de possibilidades” (Velho 1994). É certo que, devido aos parcos recursos de que dispõem, o fazem de modo mais tático do que estratégico (cf. De Certeau 1984), não delimitando categorias mas antes movendo-se entre elas (cf. Deleuze e Guattari 2008), desenhando trajetórias biográficas pouco lineares ou sincrónicas, por vezes mesmo reversíveis ou labirínticas (Pais 2001), sendo estas mais aptas à metáfora da “navegação social” do que à do “percurso de vida”, pois que se inscrevem em “terrenos movediços” (Vigh 2010). Mas é certo que não é a apatia ou a passividade que definem tal “navegação” (cf. Durham 2009).

Era, de facto, impossível posicionar os jovens que conheci em “fases da vida” definidas e estanques, e as suas trajetórias biográficas estavam bem longe de um modelo

¹²⁶ Coincidemente Gillis (1981) identifica na Europa a partir dos anos 1960 a emergência de um forte individualismo e experimentalismo juvenil, particularmente entre os jovens mais escolarizados. Este seria fruto de um contraste sem precedentes na História, entre um precoce desenvolvimento psicológico, sexual e intelectual dos jovens e um prolongamento da sua situação de dependência económica.

linear e progressivo de “ciclo da vida”. A própria noção de “transição” (que não aliás era utilizada pelos jovens) para mim sempre foi de difícil aplicação, já que os momentos ou eventos que se podiam qualificar como tal – terminar os estudos, encontrar um trabalho, morar sozinho, ter um filho, (e)migrar – se mostravam muitas vezes não apenas dessincronizados ou reversíveis nas vidas dos jovens, mas também inconsequentes no que respeitava às mudanças biográficas que os jovens aspiravam atingir através deles. Deste modo, a par da inadequação das noções de “fases”, “ciclos” ou “transições” de vida, era a própria noção de “plano” ou de “projeto” de vida que se mostrava desadequada.

Com efeito, os jovens que conheci não decidiam totalmente o seu futuro; às vezes era o futuro que decidia por eles (cf. Johnson-Hanks 2005). A biografia de Maria era um caso paradigmático disto mesmo. Esta jovem considerava que tinha iniciado a sua juventude quando tinha entrado para o liceu; essa tinha sido a fase “mais feliz” da sua vida. Aos 18 anos, porém, essa felicidade terminou e com ela, dizia Maria, também uma parte da sua juventude:

“[Há algum momento em que sentiste uma mudança na tua vida? Em que tiveste que ser diferente?] Sim. Eu acho que quando a minha mãe morreu. [O que mudou na tua vida?] Eu... antes de ela morrer, ela era o suporte de casa. Ela tomava conta de tudo. Cozinhava... nós só éramos estudantes. íamos para a escola, tava tudo feito. [O teu pai também, estava em casa?] Sim. Era mimos... Quando ela morreu tudo isso... nós é que tínhamos que chegar a casa depois da escola... uns iam trabalhar, outros ... nós é que tínhamos que fazer tudo. Já não temos facilidade, como estávamos acostumados.” (Entrevista a Maria, 4 de dezembro de 2010)

Na vida de Maria a maior das mudanças impôs-se, não foi planeada. Com a morte da mãe, Maria foi forçada a reconfigurar não apenas os seus vínculos afetivos, mas também as suas responsabilidades familiares. Como era a única filha ainda a residir com o seu pai, Maria teve de deixar de ser “só” estudante e passou, de certa forma, a ocupar o lugar da sua mãe na sua casa, assumindo as tarefas domésticas e os cuidados ao pai, aos irmãos e às sobrinhas. Para Maria esta foi sem dúvida uma “transição” para *uma “vida adulta”*, mas uma transição apenas parcial e imprevista, bem longe das “trajetórias” sequenciais, coerentes e autonomamente construídas que Durham (2009) equipara ao “romance da agencialidade juvenil” tipicamente moderno ou que Bourdieu

(2001) denuncia como a “ilusão biográfica”¹²⁷. Tratou-se antes de uma “não escolha” ou, nos termos de Johnson-Hanks (2002), de uma “conjuntura vital” em que se reconfiguraram os seus futuros possíveis – e por isso a sua identidade – em função da sua posição social e familiar. O desaparecimento da sua mãe evidenciou assim o seu lugar de filha, de rapariga, de estudante e de dependente, e o seu futuro reorganizou-se em função desse lugar: não emigrou cedo, como as irmãs mais velhas, reforçando antes o seu papel de cuidadora doméstica e familiar; pôde prosseguir os seus estudos, mas não até ao ensino superior, tal como desejava; emigrou mais tarde, mas não para estudar... Do mesmo modo Teresa, quando adoeceu e perdeu a possibilidade de frequentar a escola pública, acabou por se tornar cuidadora doméstica e trabalhadora precária; ou Lourenço que, incapaz de arcar com as despesas da licenciatura em psicologia, se tornou voluntário; ou Liliane que, com a partida da sua mãe, se reconfigurou como gestora doméstica e cuidadora dos seus irmãos e dos filhos do seu padrasto; ou Mac e Rick que, ao terem filhos, se reconfiguraram como trabalhadores e como pais; ou Rui que, ao terminar a sua formação em educação física, se reconfigurou como polícia e como migrante para poder trabalhar; ou Flora que, ao engravidar de um emigrante se tornou ela própria emigrante; ou ainda Elton ou Lilia que, ao terem filhos, reforçaram, com o apoio dos familiares, o seu papel de estudantes...

Mais do que definir as transições entre “fases da vida”, o que as “conjunturas vitais” dos jovens cabo-verdianos realçam é justamente a parcialidade, o dinamismo e a relatividade de categorias como “juventude” e “aduldez”. Para além (ou para aquém) delas, estes “nós experienciais” (Johnson-Hanks 2002) permitem compreender a estrutura de poderes, estatutos e oportunidades em que os indivíduos se situam, se imaginam e se constroem. Para usar os termos de Bourdieu, eles revelam menos as escolhas “racionais” dos jovens do que os “campos” que estruturam as suas oportunidades e consequentemente as suas aspirações, pois “...a aptidão para regular as práticas em função do futuro depende estreitamente das oportunidades efetivas de controlar o porvir que se acham inscritas nas condições presentes” (1998:200).

E qual é então a estrutura, ou o “campo”, em que os jovens cabo-verdianos imaginam e constroem os seus futuros? Obviamente ele é variável consoante a posição

¹²⁷ Bourdieu defende que conceber as biografias como “trajetórias como série das *posições* sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (...) é mais ou menos tão absurdo como tentar dar conta de um trajeto no metropolitano sem se levar em conta a estrutura da rede, quer dizer, a matriz das relações objetivas entre as diferentes estações” (2001:58, itálico do autor).

social de cada jovem, como aliás o comprova a diversidade de futuros postos em marcha, entre os jovens que conheci, face a uma mesma situação (terminar a escola, ter um filho, perder o emprego...). Mas o que ele tem indubitavelmente de comum, para estes jovens, é a sua fragilidade, manifesta por sua vez numa incapacidade genérica de planear as suas trajetórias biográficas de forma consistente. Para planear é necessária tanto a mobilização de recursos como a capacidade de antecipação. Ora, para os jovens que conheci nas periferias pobres do Mindelo ambas as condições escasseavam.

Impossibilitados de planear o futuro, restava-lhes então a possibilidade de o esperar e de o aceitar. Não proponho no entanto um entendimento desta aceitação como passividade ou apatia (embora por diversas vezes ela me tenha parecido incoerente ou ambígua). Julgo, pelo contrário, que ela mantém uma orientação para o futuro, mas trata-se de uma orientação menos “projetiva” do que “adaptativa”, um modo menos “indicativo” e mais “conjuntivo” de se projetar. Eram os próprios jovens que me diziam quando falavam na esperança (“se acontecer...”) e na espera (“a ver no que dá...”). O espaço aberto por esta aceitação – distante dos “projetos” bem determinados – deixava assim as suas aspirações amplas e vagas e, como tal, passíveis de reconfiguração face às oportunidades disponíveis, o que por sua vez ampliava os seus campos de atuação. Mas enquanto esperavam não paravam. Fazendo face à volatilidade do presente e à incerteza do futuro, os jovens iam sempre aproveitando as oportunidades que se lhes tornavam disponíveis (pequenos trabalhos, cursos de formação, relacionamentos amorosos, hipótese de (e)migração, ações de voluntariado, momentos de convivência) de uma forma que era mais “sensata” do que racional, concretizando assim, a cada momento – a cada transição? – as suas aspirações em função das suas possibilidades. A antropóloga Johnson-Hanks (2005), descrevendo um processo semelhante entre as mulheres jovens dos Camarões, chamou-lhe “oportunismo judicioso” e defendeu que:

“The activity, therefore, is not to develop a good plan and follow it but rather to respond effectively to the contingent, sudden, and surprising offers that life can make. (...) Instead of rationalizing means to chosen ends, therefore, actors take advantage of whatever means are available and thus settle on a specific end out of the many that would have been acceptable. Social actors engaging in judicious opportunism select the ends to suit the available means rather than the reverse” (2005:376).

Pensando nos jovens pobres do Mindelo eu creio também poder subscrever este argumento. E faço-o justamente porque creio que esta “sensatez oportunista” descreve

bem a socialidade juvenil de que procurei dar conta ao longo da minha etnografia. Uma socialidade ancorada na convivialidade e na interdependência, que cruza e fragmenta categorias etárias e “fases da vida” e que desdobra os discursos modernos sobre o “indivíduo-sujeito” e os seus “projetos”, revelando tantos os seus impactos (nas aspirações) como os seus vazios (nas práticas) dos jovens. Poder-se-ia, novamente, considerar esta socialidade como uma “agencialidade” pois de facto ela implica ação; é contudo de uma ação “intersubjetiva” de que se trata, baseada numa noção de pessoa – jovem ou adulta – menos individual do que relacional, menos independente do que interdependente, sempre parcial, fragmentada, contextual, aberta e em constante construção.

Juventude e a experiência da modernidade cabo-verdiana

Uma juvenilidade definida pelo estabelecimento de interdependências e responsabilidades múltiplas, continuamente renegociadas em contextos relacionais e dinâmicos, permite então reinterpretar os significados atribuídos pelos próprios jovens à noção de “juventude” no questionário inicial: “ser ativo na sociedade”, o significado mais destacado, torna-se assim mais concreto pela dimensão relacional que evoca (e que é coerente também com a característica mais autoatribuída pelos respondentes, a “responsabilidade”). O segundo significado mais escolhido, “viver a vida intensamente”, pode parecer contraditório com o primeiro pelo seu caráter aparentemente autorreferencial. Mas ele torna-se coerente se esta “intensidade” for compreendida nos termos evocados por Werbner (2002), como algo profundamente vinculado à convivialidade e, por conseguinte, à interdependência. Já o terceiro significado mais apontado, “ser livre”, parece no entanto romper com este paradigma de juvenilidade convivial e interdependente. Ele parece justamente apelar ao oposto, convocando novamente olhares sobre o “ser jovem” na forma da contestação, da evasão ou da resistência, ou então sob a forma de uma “individualização” definida pela escolha racional e pela autonomia individualista. Olhares tipicamente modernos que se (re)produzem em Cabo Verde e que interessa aprofundar, não apenas com intuito de revelar o que dizem da juventude, mas igualmente no sentido de compreender o que dizem sobre a sociedade cabo-verdiana.

O antropólogo Daniel Miller, relendo as obras de Hegel e de Habermas, identifica, no cerne das conceções destes autores sobre a modernidade uma dicotomia justamente em torno da noção de liberdade: se por vezes ela se define como uma “liberdade de” (*freedom from*), remetendo para a redução dos constrangimentos que limitam a ação humana, muitas mais vezes ela se expressa como uma “liberdade para” (*freedom to*), remetendo para um sentido mais profundo de liberdade como *empowerment*, com possibilidade de exploração de novas oportunidades (1994:72,76). Para este antropólogo, este último sentido de liberdade seria aquele que melhor definiria a “busca pelo espírito subjetivo livre” característica da modernidade: “In the portrayal of modernity as experience, the sense of freedom is constantly reified as a goal in and for itself” (1994:72). Talvez por isso mesmo a juventude, como produto da modernidade, seja definida tantas vezes em Cabo Verde (como em muitos outros contextos “modernos”) como um “estado de espírito”; estado de espírito esse que seria não apenas “livre”, mas também “ativo” e “intenso”, podendo deste modo ser reinterpretados os significados atribuídos à “juventude” pelos jovens cabo-verdianos, agora numa perspetiva “individualista/modernista”. Pois não é justamente a “obrigação de ser livre” um dos predicados centrais da modernidade (cf. Dubet 2002)?

Na sua etnografia da sociedade de Trinidad (nas Caraíbas), Daniel Miller (1994), baseando-se em Hegel e em Habermas, parte do pressuposto de que aquilo que melhor caracterizaria a modernidade (emergente na Europa a partir da conjugação do Renascimento, da Reforma e da “descoberta” do Novo Mundo) é justamente um sentimento de ruptura temporal, de intensa consciência do presente e da sua desvinculação face ao passado. Esta nova consciência temporal reforçaria assim um rompimento com o costumeiro, com a continuidade da tradição e, consequentemente, com os modelos sociais e morais de legitimação. O normativo passaria a ter de ser recriado em cada época e contexto: “As such, Modernity imposes a quite novel but crushing burden upon humanity, to forge for itself the criteria by which it will live” (1994:62). Esta necessidade geraria assim nos indivíduos uma “autoconsciência” da sua contínua “autocriação”, evocando esta, concomitantemente, uma necessidade de “autoconfirmação”. Segundo Miller, é justamente este sentido de contradição que para Hegel define a modernidade:

“Hegel welcomed elements of the changes which characterise modernity, but understood them in terms of necessary contradiction of objectification. On the one hand modernity

brings self-consciousness, a refusal merely to follow custom, and a desire for self-knowledge, but at the same time this brings alienation from the criteria by which we continue our lives, and at first, the knowledge that many of these criteria are indeed our own creation, rather than merely given by some external force, is a deeply unsettling one. Hegel attempts to provide the new criteria for assessing modernity, by demanding a resolution of subjective and objective elements in culture and insisting upon a humanity which injects its own rational concerns into the principles by which it lives" (Miller 1994:63).

Na etnografia que realiza em Trinidad, Miller (1994) vê esta contradição constitutiva da modernidade manifesta num profundo dualismo cultural transversal a múltiplas dimensões da sociedade (das festividades coletivas como o Natal e o Carnaval, às relações domésticas, de parentesco e de género, às relação entre classes sociais e grupos étnicos ou ainda à relação com o consumo de massas), bem como a cada indivíduo. Para o autor tal dualismo expressar-se-ia na presença e articulação variável de dois princípios de orientação temporal (que por sua vez convocariam preocupações expressivas e morais específicas): de um lado estaria uma tendência para a "transitoriedade" (*transience*), que promoveria um ideal de liberdade individual e uma orientação para o presente; a esta opor-se-ia uma tendência para a "transcendência" (*transcendence*), orientada para a continuidade entre passado e futuro, para a acumulação e para a descendência.

Para Miller, tal dualismo temporal seria assim a expressão mais acabada da modernidade numa sociedade ela própria profundamente moderna, uma vez que havia sido originada a partir da rutura colonial e desde então permanera totalmente exposta às forças económicas e políticas globais, sem quaisquer "raízes" ou "tradições" a que recorrer como mecanismos de legitimação ou de autoconfirmação. Neste contexto, se a tendência para a "transcendência" emergiria – na valorização da propriedade, da casa, da educação formal e da integridade e moralidade familiar – como tentativa de construção de "projetos de vida" face à incerteza e ambiguidade da modernidade, já a "transitoriedade" – valorização das sociabilidades entre pares e da festividade, evitamento da acumulação económica e de compromissos familiares institucionalizados, valorização do voluntarismo sexual e parental, muitas vezes mediado por trocas monetárias, dependência de redes de clientelismo, valorização da expressividade individual (superficial) baseada no consumo – apareceria, por sua vez, como a possibilidade concreta de constituição de identidades livres e autocriadas, dessa forma,

reproduzindo e adaptando-se à mudança constante que caracteriza a modernidade, em especial em Trinidad.

Miller conclui que naquela sociedade, tal como em muitos outros contextos “modernos”, mas ali talvez de forma particularmente explícita, este dualismo e o seu consequente confronto de valores, levariam à emergência de um *habitus* baseado ele próprio na contradição. O autor propõe assim, evocando tanto Pierre Bourdieu como Marilyn Strathern, uma interpretação etnográfica não baseada numa noção de estrutura social, mas sim numa “antiestrutura” composta por “ligações parciais” (*partial connections*) e dinâmicas. Tal interpretação sugeriria então um *habitus* “aos bocados”, configurado por evocações de ordens sempre parciais, assim como identidades compostas por “compromissos parciais”, muitas vezes acompanhados de ambivalência (1994:298-99).

A análise de Miller mostra-se particularmente pertinente para uma interpretação do contexto cabo-verdiano. O dualismo avançado pelo autor entre transcendência e transitoriedade parece evocar com extrema evidência não apenas o dualismo por mim identificado entre “projeto” e “convivialidade” nas práticas juvenis, mas também as relações ambíguas que os jovens estabelecem com a educação, com o trabalho e com a emigração, ou ainda as contradições entre as suas aspirações e as suas práticas no campo das relações domésticas, parentais e conjugais. Tal coincidência talvez se deva justamente ao facto de Cabo Verde, tal como Trinidad e muitos outros contextos “produzidos” originalmente pelo “encontro colonial” (cf. Mintz e Price 1992), ser, desde sempre, um contexto radicalmente (no sentido de “raiz”) moderno, levando deste modo à emergência de uma sociedade que incorpora a rutura e a contradição na sua própria estrutura, ou melhor, nas suas estruturas *parciais*. Neste sentido ganha então sentido um olhar sobre os *habitus* juvenis (e de todos os cabo-verdianos) como parciais e ambivalentes, tal como procurei demonstrar no capítulo 5, na medida em que aquilo que a mim me pareciam contradições e incoerências entre os seus discursos e as suas práticas, ou entre diferentes discursos ou diferentes práticas, podem antes ser entendidos como “compromissos parciais” que evocam diferentes ordens, sempre fragmentadas e não coerentes, consoante a situação ou o contexto. Se num momento é valorizada a estabilidade e a continuidade, nomeadamente através de “projetos” pessoais ou comunitários ou pela aspiração a uma família nuclear e monogâmica, noutra situação

pode imperar o desejo de liberdade individual e de festividade, de viver o presente à sua maneira, evitando compromissos coletivos ou familiares de longo termo.

Este quadro interpretativo parece, todavia, inverter os termos dos dualismos por mim identificados entre os jovens pobres do Mindelo. Com efeito, associei a noção de projeto à constituição de sujeitos autónomos e racionais, reforçando assim a sua dimensão individual (tanto em termos de individualização como de individualismo). Por outro lado realcei a importância da convivialidade, ancorada na interdependência, como dimensão coletivista e protetora dos indivíduos. O dualismo de Miller, porém, parece antes associar convivialidade e individualismo – na transitoriedade – e projeto e interdependência – na transcendência. Todavia, para lá desta (apenas aparente) contradição, o que estas diferentes combinações revelam é justamente o caráter eminentemente moderno de todos os seus termos: quer o individualismo – expresso tanto na expressividade e na evitação de compromissos como nos projetos individuais – quer a interdependência – expressa tanto na convivialidade como no desejo de normatividade familiar – são tudo menos “tradicionalis”; eles resultam justamente dos processos individuais e coletivos de autoconsciência, de autocriação e de necessidade de autoconfirmação que são características da modernidade, e que emergem com particular intensidade em Cabo Verde atualmente.

O binómio responsabilidade/irresponsabilidade constantemente evocado pelos e sobre os jovens, com conotações positivas e negativas, tanto individuais como coletivas, é um bom exemplo destes mesmos processos: as responsabilidades auto e heteroatribuídas aos jovens são múltiplas e eles mostram ter bem consciência delas, o que por sua vez torna a suas “irresponsabilidades” não uma “inconsciência” (de que são muitas vezes acusados) mas um posicionamento específico de recusa face a responsabilidades não definidas por si e sentidas muitas vezes como inúteis, limitadoras ou inalcançáveis. Fica assim claro que, no espaço que têm para “definir os critérios pelos quais vivem”, os jovens assumem tanto as suas responsabilidades como as suas irresponsabilidades.

Creio ainda que esta contradição – não reflexiva mas prática – entre individualismo e interdependência, tanto nos projetos como nas convivialidades juvenis, é atualmente reforçada em Cabo Verde, reificada mesmo, pelo quadro geracional em que a própria juventude é definida, o qual procurei explorar no capítulo 2 e a que outro lugar chamei de “paradoxo das gerações” (Martins 2011). Representados pela geração

atualmente detentora do poder político e administrativo através de uma dupla imagem de amplitude nacional – entre a irresponsabilidade no presente e a responsabilização face ao futuro – os jovens parecem antes de mais expressar uma crise que é mais social (ou histórica) do que psicológica (ou etária) e que representa acima de tudo o falhanço das promessas da “modernidade” (escolar, assalariada, mercantil, privada, individualizada) definida por essa mesma geração. Tudo se passa como se as representações pessimistas sobre a juventude atual constituíssem nada mais do que uma metáfora social para os desejos, compromissos e “projetos” não realizados de toda uma geração de jovens letrados do período pós-independência, as elites adultas do presente.

Este modelo de sociedade “moderna”, que não de propósito assume a forma de “projeto”, ganhou com efeito particular intensidade a partir da independência do país, através dos esforços de reconstrução nacional (em particular pela expansão do sistema educativo e da administração pública e serviços) e posteriormente com a “abertura política” (pela liberalização do mercado laboral e de consumo). Nestes “projetos” foi sendo sempre atribuído à juventude um papel de protagonismo, embora de natureza profundamente paradoxal (em paralelo, aliás, com o identificado para outros contextos africanos pós-independência, cf. O’Brien 1996, Diouf 2003, Burgess 2005). Já o próprio Amílcar Cabral, ideólogo da nação cabo-verdiana (associada à Guiné-Bissau) e fundador da luta pela independência, apelava aos jovens “combatentes” para que se “enraizassem” na cultura africana ao mesmo tempo que se deviam inteirar do conhecimento universal (escolar, ocidental, moderno) de forma a assim construírem o progresso e a emancipação nacional¹²⁸ (cf. Fernandes 2002). Ora em Cabo Verde este tornou-se um paradoxo inultrapassável, pois que para muito dos jovens pós-independência e pós “abertura política” as “raízes” culturais (africanas ou outras)

¹²⁸ Nos princípios do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde, Amílcar Cabral defende a que a libertação cultural é “uma ato de cultura” mas terá também de ser um ato “racional”. Neste sentido escreve: “Mais réfléchissons à notre culture: notre culture est dictée par notre situation de sous-développement économique. Nous devons aimer notre culture africaine, nous l’aimons beaucoup, nos danses, nos cahts, nos sculptures, nos embarcations, nos tissus, tout cela est magnifique ; mais si nous ne comptons que sur nos tissus pour habiller tout notre peuple, nous nous faisons des illusins. Nous devons être réalistes. Notre pays est très beau, mais si nous luttons pour n’y rien changer, nous sommes dans l’erreur” (1975:199) e por conseguinte conclui “Sur le plan culturel, notre Parti a essayé de tirer le plus grand profit de notre réalité : soit en n’interdisant pas ce qui ne porte pas préjudice à la lutte, soit en créant dans l’esprit des camarades des nouvelles idées, une nouvelle manière d’envisager la réalité. Soit encore en profitant le mieux possible de tous ceux qui ont un peu d’instruction pour diriger la lutte, ou pour les envoyer étudier, pour avoir des cadres dans l’avenir. Cela peut paraître très simple, mais il est très difficile, très complexe d’arriver à une solution comme celle-là” (1975 :2002).

escasseiam do mesmo modo que escasseiam e se frustram as oportunidades de progresso, seja individual, seja nacional¹²⁹.

A atual “globalização”, apontada por muitos adultos como causa da “crise” atual da juventude, aparece assim, não como algo totalmente novo, mas antes em estreita continuidade com a modernidade “radical” de Cabo Verde. O que agora “vem de fora” vem justamente reforçar, e com particular acutilância, os dualismos internos que já são intrínsecos à sociedade cabo-verdiana, na medida em que aprofunda tanto as aspirações como as desigualdades sociais entre os cabo-verdianos, e em particular entre os mais jovens:

“All listen to the same advertising on the radio and see the same television commercials; globalization is democratic and egalitarian in spreading expectations, but it is inequitable in providing the means to satisfy them” (Briceño-León e Zubillage 2002, cit. in Roque e Cardoso 2008:9).

No contexto do que designam por *Afromodernity*, Jean e John Comaroff (2004) rejeitam o termo “crise” como descritor objetivo dos processos sociopolíticos que determinam as socialidades africanas no início do século XX, defendendo que tal termo não define um fenómeno específico mas uma forma de o experienciar. Tal como Miller, apoiam-se antes no termo “rutura”, defendendo que seriam “fenomenologias de rutura” (2004:322) aquelas que melhor caracterizariam a condição moderna africana. Para estes autores, tais ruturas teriam em África múltiplas manifestações (económicas, políticas, comunitárias, religiosas) mas todos contribuiriam para uma “subversão da lógica social fundamental da geração” (da vida, das identidade, do valor social, da transmissão do património), a qual aprofundaria clivagens entre o velho e o novo (2004:329). Estes autores evocam assim, como contraponto, a imagem da “degeneração” para dar conta dos crescentes processos de marginalização presentes no continente (2004:336). Imagem essa que, não de propósito, tem sido frequentemente associada ao “problema” dos jovens (cf. Gillis 1981).

Em Cabo Verde, com efeito, se são os adultos que falam da crise da juventude (“problemática”), são no entanto os jovens que a experimentam mais intensamente (muito embora não utilizem tal termo). No seguimento do que é sugerido por Jean e

¹²⁹ A imagem da “escassez” (remetendo para a seca, para a carência alimentar e para a pobreza crónicas) é aliás, como aponta Rodrigues (2004 e 2008) constante na formação da memória histórica cabo-verdiana e tem continuidade com a atualidade através da vulnerabilidade alimentar principalmente nos maiores centros urbanos.

John Comaroff (2004), é possível ler em Cabo Verde uma clivagem entre velhos e novos, no sentido em que (alguns dos) primeiros definiram e instituíram moralidades e aspirações que (muitos dos) segundos não logram cumprir: não conseguem estudar, não encontram trabalho, não podem emigrar, não possuem uma casa, não fundam um novo núcleo familiar. Experimentando assim uma “afromodernidade” em que cresce o desejo mas reduzem-se as possibilidades, os atuais jovens procuram então “negociar a modernidade num tempo de austeridade” (Roitman 1998, cit. in Comaroff e Comaroff 2004:339), ativando os seus dualismos locais e os seus símbolos globais tanto no espaço público como nas redes familiares, tanto pelo projeto como pela convivialidade, dessa forma tentando “(re)gaining control over the signs and currencies, the knowledge and techniques, that permit effective action in the world – thereby to enable the fabrication of social beings and habitable futures” (Comaroff e Comaroff 2004:340).

Estão efetivamente certos os adultos cabo-verdianos que vêm nestas tentativas juvenis de “autoautoria” um reflexo do que “vem de fora”; estão porém errados em pensar que o que “vem de fora” é radicalmente novo. A atual modernidade cabo-verdiana (seja “pós” ou “tardia”) não é mais do que um cru reflexo das contradições da sua modernidade original, embora agora ampliadas por uma geração que se globaliza, tanto pelas aspirações como pelas frustrações (cf. Beck e Beck-Gernsheim 2009, também Bordonaro 2006). Aqueles adultos que hoje se responsabilizam por não terem conseguido educar as novas gerações para o “valor estrutural do trabalho”, esquecem-se que falharam também em lhes proporcionar as oportunidades para trabalhar. A modernidade foi bem sucedida em Cabo Verde; as suas promessas é que não.

Uma antropologia da idade em Cabo Verde

A modernidade ocidental, na sua versão industrial e urbana, instituiu um modelo de curso da vida moldado principalmente pela relação dos indivíduos com o trabalho assalariado (Gillis 1981, Ruddick 2003, Cole e Durham 2007 e 2008). Paralelamente este modelo foi acompanhado pelo desenvolvimento gradual (e de impacto desigual entre grupos e classes sociais) de outras instituições complementares – a escola, a família nuclear e os sistemas de saúde, jurídicos e de proteção social sob tutela dos Estados – que reforçaram também a constituição das “fases da vida” e das relações intergeracionais que ainda hoje são tomadas como “naturais” nas sociedades modernas:

infância e juventude (imaturas, dependentes, escolares, improdutivas), adultez (produtiva, independente, racional) e velhice (dependente, improdutiva, cognitivamente decadente)¹³⁰. Estas “fases da vida” – e as noções de pessoa/cidadão que elas implicam – tornaram-se assim “projetos institucionais” characteristicamente modernos, mas cuja progressão em forma de “curso” ou “ciclo” revela muito mais das condições sociais em que é produzido do que da sua suposta “naturalidade” (Johnson-Hanks 2002)¹³¹. E é justamente a contingência social das “fases da vida” que revela também a recente “decomposição do ciclo de vida ternário centrado no trabalho” (Attias-Donfut 1996) e a consequente diluição das fronteiras entre categorias de idade (tal como entre outras categorias identitárias modernas: raça, etnia, género, sexualidade, cidadania) que tem sido identificada nas últimas décadas por múltiplos autores do campo das ciências sociais.

Como procurei demonstrar ao longo desta tese, Cabo Verde não é exceção a esta diluição, tornando-se a juventude, cada vez mais extensa e desvinculada da idade, um lugar identitário apelativo, marcado pela expressividade individual e pelos desejos de liberdade, de festividade, de reconhecimento e/ou de evasão. De forma coincidente com muitos outros autores e em sintonia com muitos outros contextos, demonstrei contudo que esta juvenilização social é também um reflexo da marginalidade e da imobilidade social a que estão votados os jovens (e não só) na sociedade cabo-verdiana, fruto de um desencontro entre aspirações crescentes e oportunidades reduzidas (cf. Durham 2002). Os jovens cabo-verdianos “fora de projeto” (Boutinet 1997) atestam assim o incumprimento dos “projetos institucionais” modernos em Cabo Verde.

O que se torna, porém, específico do contexto cabo-verdiano é a desadequação da ideia de “decomposição” do “clico de vida” moderno assente no trabalho assalariado. Robert Castel (1998) identificou na sociedade francesa dos anos de 1970 a emergência de uma “crise da sociedade salarial” que evidenciava os limites do *welfare* do pós guerra e que afetaria em particular os jovens, votados ao emprego precário ou ao

¹³⁰ Richard Sennett (2004) identifica justamente a génesis da noção de “adulto” autónomo e independente no âmbito da emergência do trabalho assalariado e dos sistemas estatais de proteção e regulação social. Recorrendo a Winnicott, Sennett defende porém um entendimento da autonomia desligado da ideia de independência; pelo contrário, a autonomia emergiria justamente da aquisição da capacidade de “reconhecer o outro” e de assumir os limites do eu enquanto ser que depende dos outros.

¹³¹ Coincidemente, James Côté (2000:27) afirma que a homogeneidade das experiências do curso da vida, expressa na uniformidade etária do momento de transição para a adultez, é específica da primeira metade do século XX, uma vez que durante a maior parte do século XIX as transições no curso da vida eram mais graduais e menos rígidas em relação à idade.

desemprego prolongado. Em Cabo Verde, no entanto, a instituição do modelo de sociedade salarial dava por essa altura apenas os seus primeiros passos. Passos curtos no entanto, pois se é certo que este modelo ganhou força como um ideal normativo, na prática ele nunca chegou a generalizar-se. Sem nunca passar por um período de industrialização, o país transitou abruptamente de um modelo colonial essencialmente agrário e profundamente desigual para um modelo económico essencialmente dependente do setor estatal e gradualmente do setor terciário, originando alguma melhoria das condições de vida da generalidade da população mas mantendo-se profundamente desigual (Afonso 2002, Proença 2009, Laurent e Furtado 2008). Apesar da expansão das aspirações de mobilidade social baseadas na escolarização, a pobreza e o emprego precário (ou o desemprego) continuaram, ao longo desta transição, a marcar o “ciclo de vida” de largas franjas da população, tendo estas que continuar a recorrer (tal como no passado) à emigração como forma de realizar, pelo menos em parte, um ideal de “percurso de vida” – autónomo, independente, de sucesso – baseado no trabalho assalariado (cf. Åkesson 2004). Diferentemente da modernidade europeia, a modernidade “radical” de Cabo Verde nunca foi nem industrial nem de “bem-estar”. E é por isso que, tendo-se verificado em Cabo Verde todas as transformações que ocorreram nas sociedades ocidentais e que contribuíram para a emergência da categoria de juventude – crise da autoridade patriarcal, surgimento do *teenager market*, acesso aos meios de comunicação de massas e erosão do puritanismo sexual (Feixa 1999) – exceto a emergência do Estado de bem-estar, a atual “juventude” cabo-verdiana e a “juvenilização” da própria sociedade têm bases muito mais frágeis.

Esta constatação da fragilidade não apenas ontológica mas também socioeconómica da modernidade cabo-verdiana (e da sua juventude), para lá das interpretações pós-modernas e pós-coloniais mais recentes, permite também retomar – e reconfigurar – uma análise sócio-antropológica mais “clássica” sobre a idade e a estruturação social. Com efeito, já defendia Balandier (1985) que as modernas “culturas juvenis” permitiam retomar a análise das classes de idade estudadas pelos antropólogos nas sociedades “tradicionais”. Mas para este autor, o que se verificava nas sociedades modernas ocidentais a partir dos anos 1970, tal como nas sociedades africanas no final do período colonial (Balandier 1966), era o desaparecimento dos processos iniciáticos que asseguravam a inserção dos jovens na ordem social e cultural (dos adultos), afirmando por isso que “problema dos jovens” nestas sociedades exprimia

essencialmente um problema de reprodução social. Afirmava Balandier que a crise social, no seu ponto extremo, também se “diz” na linguagem da idade (1985:137).

O argumento de Balandier convoca assim uma longa tradição antropológica que se interessa pelos processos de elaboração cultural que visam estabelecer uma sequência progressiva de estatutos para a vida humana e assegurar a transição entre eles, desta forma garantindo a continuidade social ao longo da maturação humana e da sucessão das gerações. Nesta tradição a análise dos “ritos de passagem” teve desde cedo um particular destaque, afirmado van Gennep já em 1909 que tais rituais permitiriam regular e reduzir os efeitos sociais nocivos da “alternância entre sagrado e profano” que ocorre nos momentos de mudança ou transição ao longo da vida dos indivíduos (1978: 32-3). Paul Spencer (1990) parte desta ideia para afirmar ainda que os ritos de passagem, pela sua natureza comunitária, permitiriam não apenas assinalar a passagem do tempo individual, mas também a tomada de consciência coletiva do fluxo do tempo social embebido no xadrez do desenvolvimento das relações sociais, levando assim a que todos os membros do grupo envelheçam simultaneamente.

Na sociedade cabo-verdiana atual os ritos de passagem são, no entanto, particularmente escassos, o que se prende indubitavelmente com dificuldade de acesso a estatutos “adultos”, seja na esfera profissional, seja na esfera familiar. Um dos campos sociais mais ritualizado em Cabo Verde é sem dúvida o campo escolar, marcado por sucessivos momentos de transição entre ciclos e, com efeito, alguns jovens referiam-se ao ritual que marcava a conclusão do 12º ano como um momento marcante a título pessoal e familiar, um sonho realizado. Mas este é atualmente um rito que marca mais uma finalização (“os finalistas”) do que uma transição para um novo estatuto social ou posição laboral, e é por isso muito pouco associado à transição para a adultez. O nascimento de um filho é também um momento sempre celebrado pelos jovens mas, como eles próprios deixam claro, o estatuto da parentalidade mantém com a adultez uma relação assaz ambígua. Já a obtenção ou o termo da construção de uma casa própria, assim como o casamento, são momentos celebrados com intensidade em Cabo Verde, e são, com efeito, transições fortemente vinculadas à adultez e frequentemente desejadas pelos jovens. São, no entanto, extremamente raras entre eles. Creio assim que, no sentido das teses de van Gennep e de Spencer, esta ausência de ritos de passagem na vida dos jovens que conheci mostra, não apenas a fragilidade das suas posições sociais e o bloqueio das suas transições, mas também a fragilidade e o bloqueio estrutural da

própria sociedade cabo-verdiana: a sua prolongada e crescente juvenilização atual deixa entrever a sua dificuldade de regeneração social.

Sob outro prisma, mais funcionalista, também Eisenstadt (2009 [1956]) realçava a importância da idade e das transições entre idades como princípio de estruturação e de continuidade social. Para este autor tal princípio expressava-se no facto de, na maioria das sociedades, a integração plena na sociedade ser definida em termos de transição de um grau de idade para outro, e em particular pela aquisição do estatuto pleno de adulto. Deste modo as expectativas relativas às categorias de idade constituiriam um dos elos mais importantes entre os sistemas de personalidade dos indivíduos e os sistemas sociais em que estes se inserem. Para Cabo Verde, segundo este enfoque, sairia então reforçada a conclusão de que a atual diluição e ambiguidade das categorias etárias estaria intimamente relacionada com a fragilidade socioeconómica do país e com a consequente dificuldade de “integração social” plena dos seus jovens.

Todavia, Eisenstadt defende que a idade tende a perder importância como critério de alocação de papéis sociais nas sociedades com uma elevada divisão e especialização do trabalho, o que seria o caso de Cabo Verde. Ao contrário das sociedades tradicionais onde o parentesco seria determinante para a definição dos papéis e estatutos sociais dos indivíduos, para esta autor nas sociedades industriais prevaleceriam critérios universalistas para essa definição – vinculados à noção de cidadania – tornando os papéis sociais mais dependentes das características e do desempenho dos indivíduos. Ora, se se continuar a seguir a argumentação de Eisenstadt, a sociedade cabo-verdiana estaria claramente mais próxima desta segunda modalidade. Contudo a análise funcionalista deste autor não permitiria dar conta do atual bloqueio dos jovens cabo-verdianos, constituídos como categoria etária – a juventude – no acesso aos papéis sociais adultos e à plena cidadania.

Eisenstadt confirmava que as sociedades industriais favoreceriam efetivamente a emergência de grupos de idade entre os jovens, mas para o autor estes teriam uma função integrativa na transição entre o universo familiar e a participação plena na sociedade, funcionando como contextos de desenvolvimento e cristalização da identidade, de autonomia individual e de transição para a adultez. Em Cabo Verde estes grupos juvenis tendem também a formar-se, é certo, e são, com atestado etnograficamente, valorizados pelos jovens e experienciados com grande intensidade. É no entanto apenas parcial (e por vezes ambígua) a sua função integradora face à esfera

institucional e aos correspondentes papéis sociais adultos. Ora, seria o próprio Eisenstadt a reconhecer, num texto posterior (1972 [1961]), que nas sociedades industriais ocidentais os grupos de pares juvenis tendiam a perder o seu papel integrador em função do prolongamento da fase da juventude (através da escolarização), estimulando pelo contrário o afastamento e a ambiguidade dos jovens face aos papéis adultos e a emergência de “problemas” especificamente juvenis. Os mesmos problemas que já antes haviam levado Margaret Mead a Samoa justamente com intuito de comprovar especificidade ocidental destes, fruto da rutura entre mundo adulto e o mundo adolescente e do aumento exponencial das “escolhas” impostas aos jovens nas sociedades modernas, levando-a inclusivamente a propor uma “educação para as escolhas” entre os jovens destas sociedades (1973).

Na verdade estas seriam interpretações já mais adequadas ao atual contexto caboverdiano, coincidentes com uma visão dominante sobre a juventude encarada como “problemática” e com algumas manifestações juvenis que parecem efetivamente subverter os ideais normativos da cidadania adulta. Mas – e é aqui que o funcionalismo de Eisenstadt e o culturalismo de Mead não avançam mais – em Cabo Verde a questão impõe-se: serão estes ideais e as respetivas “escolhas” que supõem (laborais, familiares, políticas, individuais) verdadeiramente concretizáveis? Subacente à teorização de Eisenstadt (e de certa forma também de Mead) mantém-se assim inquestionado (e reificado) um conjunto de dicotomias – “jovem” / “adulto”; “parentesco” / “cidadania”; “sociedades tradicionais” / “sociedades industrializadas” – que creio que em Cabo Verde perdem sentido.

Estas dicotomias, presentes em toda uma história de pensamento social moderno (de Tocqueville a Maine e a Morgan) que opõe família a indivíduo, atribuição a realização, estatuto a contrato, encontram também paralelo numa antropologia estrutural-funcionalista que tende a identificar nas relações etárias e geracionais, definidas em termos hierárquicos, o principal eixo de atribuição identitária e de continuidade social nas sociedades tradicionais. Para Fortes (1984) tal dicotomia traduzir-se-ia numa oposição entre parentesco (geracional) e cidadania (cronológica, jurídico-política) como princípios de estruturação social. Esta oposição seria particularmente mediada nas sociedades com classes de idade formalmente instituídas através da extensão do modelo geracional familiar para a esfera política. Para Bernardi (1985) a mesma dicotomia teria um paralelo na oposição entre idade estrutural (relativa

à progressão na posição social) e idade fisiológica (relativa ao tempo cronológico e à maturação física) como princípios de integração, tendo a idade estrutural particulares benefícios para a redistribuição do poder e manutenção da coesão social. Para estes autores, as dimensões geracionais e estruturais da idade (e do parentesco) perderiam progressivamente relevância na estruturação social das sociedades industrializadas, justamente em favor de uma individualidade assente na cidadania, na maturidade fisiológica e idade cronológica como principais fatores de classificação e de integração social.

Em Cabo Verde, no entanto, não sendo um contexto nem “tradicional” nem “industrializado”, ambos os pólos da dicotomia estrutural-funcionalista se mostram frágeis, incapazes de assegurar classificações e posições sociais estáveis. E é justamente a falta de estabilidade que mais aflige os jovens que conheci: é por ela que eles aspiram, lutam, ou esperam. Se parentesco, e a sua lógica geracional, não têm em Cabo Verde um papel determinante, quer na regulação da transmissão de propriedade (irrisória numa sociedade pauperizada e de escassez crónica), quer na regulação da atividade sexual procriativa (como o pânico moral em torno da sexualidade juvenil bem atesta), também os grupos de idade, pelo seu caráter informal, profundamente contextual e muito pouco progressivo, oferecem poucas oportunidades de mediação ou redistribuição formal de poderes e estatutos. Por seu lado, quer a cidadania, pela sua inacessibilidade prática, quer as atribuições baseadas na idade, pela fluidez e diluição das categorias etárias, falham também, para muitos jovens, como fatores de integração social e identitária. Estas dicotomias clássicas deixam assim um amplo espaço aberto, um espaço intermédio a ser ocupado por todas as sociedades ou grupos sociais que não encontrem correspondência quer em conceções reificadas de parentesco quer em conceções individualizadas de cidadania. Julgo ser nesse espaço que se encontra Cabo Verde.

Keith e Kertzer (1984), criticando justamente um enfoque excessivamente “estrutural” da antropologia sobre as categorias etárias e geracionais, defendem que a análise antropológica será mais proveitosa se se centrar naquelas sociedades em que a idade têm mais saliência nos domínios privado e informal. Neste sentido, chamam a atenção para as tendências igualitárias e solidárias que emergem entre grupos de pares com a mesma idade em particular em momentos do curso da vida que antecedem ou precedem a maturidade social (jovens e velhos), dessa forma protegendo-se do isolamento social. Implicitamente estes autores redirecionam assim a análise da

estrutura para a “antiestrutura”, dos sistemas hierárquicos de classificações para a espontaneidade e horizontalidade da “communitas” (cf. Turner 1974). Também Spencer (1990) defende que a dinâmica interna dos grupos de idade revela a “communitas” como uma dimensão importante da estratificação etária ao longo de todo o curso da vida, expressa especialmente em momentos de oposição à autoridade, festivos, lúdicos ou licenciosos, empreendidos por grupos de idade com o mesmo estatuto, em contextos mais ou menos ritualizados, a despeito das desigualdades experienciadas nas suas vidas privadas.

Este enfoque na “communitas” permite assim convocar as noções de festividade e de convivência frequentemente evocadas pelos (e sobre os) jovens cabo-verdianos e reforçar a sua leitura em termos de horizontalidade, de intersubjetividade e de interdependência, evidenciando-se neste modo o seu caráter socialmente integrador e protetor. O próprio Victor Turner (1982), partindo do pressuposto de que os seres humanos só existente enquanto seres em relação com outros, afirma que a experiência da “communitas” permite reconstruir simbolicamente as brechas provocadas pelo conflito e competição sócio-estrutural:

“...by reviving feelings of an underlying bedrock *communitas*, a generic human relationship undivided by status-roles or structural oppositions, which is also vouched for by myths and histories stressing the unity and continuity of the widest group to which all belong by birth and tradition. Here a culturally structured anti-structure, an antitemporal stretch of ritual time, opposes and ameliorates the divided, all too temporal world of institutionalized social structure, recognized necessary, if polity and economy are to work, but sensed also as the forked root of all social sunderings” (1982:259).

Entendida deste modo, a convivialidade (cf. Nyamnjoh 2002) que procurei evidenciar como dimensão central da socialidade juvenil, poderia assim equivaler analiticamente a uma “communitas” desde há muito realçada pela antropologia como dimensão integradora, protetora e renovadora dos grupos culturais, dos seus símbolos e identidades. Equivalência esta tanto mais importante para Cabo Verde quanto mais os seus jovens enfrentam a fragmentação e a fragilidade de uma estrutura social configurada na forma de “projetos institucionais” e “promessas de modernidade” que para muitos são apenas ilusórios mas que não deixam de determinar as categorias e as aspirações pelas quais devem viver.

Para além dos rituais de passagem, Turner (1982) identifica um outro tipo de rituais em que a dimensão regeneradora da “communitas” ganha particular relevo: os rituais de aflição. Estes rituais, levados a cabo como atos de confissão ou expiação em resposta a momentos de rápida mudança ou de intensas ruturas ou conflitualidade social, permitem que os grupos ou comunidades experimentem momentos de elevada reflexividade, não apenas cognitiva mas “apaixonada”, e que invoquem e reconstituam simbolicamente as suas filiações, relações e imperativos morais mais básicos (1982:250)¹³². Para Turner, tais rituais ter-se-iam mantido também presentes nas sociedades modernas, ainda que de forma parcial, em particular nos modernos géneros performativos que fazem uso do corpo e dos sentidos, tais como o desporto, a música, a dança ou o teatro. Não creio que seja uma sobreposição analítica exagerada afirmar que a preponderância destes géneros na convivialidade juvenil cabo-verdiana poderá ter também, neste sentido, uma caráter “expiatório” das aflições dos jovens e um propósito de “refiliação” simbólica destes em redes de pertença por demais fragmentadas. E, consequentemente, não se tornará difícil de compreender porque é que os jovens associam especialmente estes aspetos (música, dança, culinária) à sua “cultura”, pois que são eles que quotidianamente reativam as suas pertenças e reconstruem simbolicamente um sentimento de unidade.

Turner (1982) dá ainda particular atenção ao teatro como contexto performativo que reflete (nos dois sentidos da palavra) os “dramas sociais” modernos e que ensaiia propostas de regeneração social. Neste sentido, a recente expansão de grupos teatrais juvenis no Mindelo – encarados pelos jovens como espaços não apenas de convivência mas também de autoconhecimento, de expressão “cultural” e de realização pessoal – assim como o aumento exponencial da oferta pública de peças de teatro e dos seus públicos, poderão justamente assumir este papel de “ritual da aflição”. Deste modo, à falta de outros rituais de passagem, é no ritual teatral – onde os jovens são protagonistas – que se parecem cumprir ao mesmo tempo funções de iniciação e funções de expiação. No espaço liminar dos palcos do teatro a juventude assume então, e de forma totalmente explícita, o lugar de reflexo de uma modernidade “radical” composta pelos “dramas”,

¹³² Já na sua etnografia das aldeias Ndembu Victor Turner (1974 [1969]) havia dado conta da emergência de cultos ou rituais de aflição em reação ao rápido desmantelamento das expectativas da modernidade instigadas e logo limitadas pelo domínio colonial britânico na região, originando uma rutura irreconciliável com o passado. Relendo esta obra, Brad Weiss (2004) encontra na análise de Turner os indícios da emergência de uma crise moral já presente no contexto africano colonial que colocaria em causa tanto a capacidade de reprodução biológica e social das comunidades como a possibilidade dos jovens atingirem a maturidade social.

ruturas, incerteza e ilusões que estão na origem da liminaridade “estrutural” dos próprios jovens (cf. Weiss 2004).

No entanto, e continuando ainda a seguir Turner (1974), não é apenas no ritual que a “communitas” se manifesta. Para este autor a “communitas” constitui um princípio estruturante de todas as sociedades, sendo a sua força “antiestructural” uma constante tendência que contrabalança as forças hirarquizantes e conflituosas da estrutura. Ao analisar a etnografia de Fortes entre os Talensi, na qual o autor havia dado principal atenção ao caráter estrutural (material, jurídico, ritual) do parentesco segundo a descendência agnática, Turner identifica uma tendência oposta mas complementar na descendência uterina, a qual Fortes havia (des)classificado como “vínculos puramente pessoais” que constituiriam “laços de interesses e preocupações mútuos” baseados “apenas num atributo espiritual” (Fortes 1949, cit. in Turner 1974:130-40). Para Turner, pelo contrário, estes vínculos são particularmente importantes:

“O laço uterino refere-se às características espirituais, interesses e preocupações mútuos, e à colateralidade. Contrapõe-se à exclusividade, o que presumivelmente significa que contribui para a inclusividade, e não está ao serviço de interesses materiais. Em resumo, a matrilinearidade representa, na dimensão do parentesco, a noção de ‘communitas’” (1974:140).

Novamente em coincidência com argumentação de Turner, em Cabo Verde é justamente o laço uterino – e as relações constituídas em torno das mulheres – aquele que tem desde sempre sido o mais determinante na definição das configurações familiares (cf. Rodrigues 2007), uma vez que é em torno dele que se desenvolvem os principais vínculos, preocupações, interesses (afetivos e materiais) e (inter)dependências que garantem a continuidade das famílias cabo-verdianas. Os jovens que conheci mostraram-me isso mesmo, revelando assim que, para lá da dicotomia de Fortes entre parentesco (geracional) e cidadania (cronológica, legal), as suas posições e identidades eram definidas e reconstruídas pela convivialidade e intersubjetividade, não apenas entre pares mas também – e principalmente – nas suas redes familiares.

Todavia, em Cabo Verde as redes familiares não são seguramente redes estatutárias estruturadas e hierarquizadas ao estilo da antropologia estrutural-funcionalista africanista; pelo contrário elas são profundamente dinâmicas, construídas processualmente através de fluxos afetivos e materiais de geometrias contextualmente variáveis, redes estas que revelam uma outra África bem diferente, profundamente

moderna e obrigada a reconstruir-se constantemente. Uma África onde, apesar das promessas de modernização, é a família – como um processo relacional e intersubjetivo – que se mantém como espaço primordial de “communitas”, de convivialidade protetora e unificadora. É por isso nesta esfera que se constroem as mais importantes interdependências dos jovens que conheci no Mindelo e, consequentemente, é ai que se fundam e se sustentam as suas autonomias e “projetos” parciais. A família cabo-verdiana – mesmo se acusada de “desestruturação” – perpetua-se assim como o principal lugar de regeneração social (cf. Cole e Durham 2007). E talvez seja justamente por essa razão que o casamento é – tal como um verdadeiro “ritual de passagem” rumo à “estabilidade” – tão desejado pelos jovens...

Bibliografia

- ABBINK, J., VAN KESSEL, I., 2005, *Vanguard or Vandals: Youth, Politics and Conflict in Africa*. Leiden: Brill.
- ABDULLAH, I., 2005, “I am a Rebel’: Youth, Culture & Violence in Sierra Leone”, in Honwana, A., De Boeck, F., eds., *Makers & Breakers: Children and Youth in Postcolonial Africa*. Oxford: James Currey, pp. 172-187.
- AFONSO, M.M., 2002, *Educação e Classes Sociais em Cabo Verde*. Praia: Spleen Edições.
- ÅKESSON, L., 2004, *Making a life: Meanings of migration in Cape Verde*. Gotemburgo: Goterborg University.
- ÅKESSON, L., 2008, “The Resilience of the Cape Verdean Migration Tradition” in BATALHA, L., CARLING, J. eds., *Transnational Archipelago. Perspectives on Cape Verdean Migration and Diaspora*. Amesterdão: Amsterdam University Press, pp. 269-283.
- ÅKESSON, L., CARLING, J., DROTBOHM, H., 2012, “Mobility, Moralities and Motherhood: Navigating the Contingencies of Cape Verdean Lives”, *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 38:2, 237-260.
- ALMEIDA, G., 2009, *Viagem pela história de S. Vicente*. Mindelo: Ilhéu Editora.
- ALMEIDA, A.N., VIEIRA, M.M., 2008, “A casa, a escola e a aprendizagem do trabalho: práticas de crianças e jovens escolarizados”, in Cabral, M.V., Wall, K., Aboim, S., Silva, F.C., orgs., *Itinerários. A investigação nos 25 anos do ICS*. Lisboa: Imprensa das Ciências Sociais, pp. 499-522.
- ANDRADE, E., 1996, *As ilhas de Cabo Verde. Da Descoberta à Independência Nacional*. Paris: Edições L'Harmattan.
- ANJOS, J.C.G., 2002, *Intelectuais, Literatura e Poder em Cabo Verde: Lutas de Definição da Identidade Nacional*. Praia: INIPC.
- ANJOS, J.C.G., 2005, “Sexualidade Juvenil de Classes Populares em Cabo Verde: Os Caminhos para a Prostituição de Jovens Urbanas Pobres”, *Estudos Feministas*, 13(1): 163-177.
- APPADURAI, A., 2004 [1996], *Dimensões Culturais da globalização*. Lisboa: Teorema.
- ARGENTI, N., 1998, “Air Youth: Performance, Violence and the State in Cameroon”, *The Journal of the Royal Anthropological Institute*, 4 (4): 753-782.
- ARGENTI, N., 2002, “Youth in Africa: a major resource for change”, in de Waal, A., Argenti, N., eds., *Young Africa. Realising the rights of children and youth*. Trenton and Asmara, Africa World Press, pp. 123-153.
- ARIÈS, P., [1961] 1988, *A Criança e a Vida Familiar no Antigo Regime*. Lisboa: Relógio D'Água.

- ATCHOARÉNA, D., GRAÇA, P.D., MARQUEZ, J.M., 2008, "Strategies for post-primary education in small island developing states (SIDS): Lessons from Cape Verde", *Comparative Education*, 44 (2): 167–185.
- ATTIAS-DONFUT, C., 1996, "Jeunesse et conjugaison des temps", *Sociologie et Sociétés*, 28 (1): 13-22.
- BALANDIER, G., 1966, *Ambiguous Africa*. Londres: Chatto & Windus.
- BALANDIER, G., 1985 [1974], *Anthropo-logiques*. Paris: Le Livre de Poche.
- BAXTER, P.T.W., ALMAGOR, U., 1978, "Introduction", in Baxter, P.T.W., Almagor, U., eds., *Age, Generation and Time*. Londres: C. Hurst & Company.
- BAYART, J.F., 1993, *The State in Africa: The Politics of the Belly*. Londres: Longman.
- BECK, U., BECK-GERNSHEIM, E., 2002, *Individualization. Institutionalized Individualism and its Social and Political Consequences*. Londres: Sage.
- BECK, U., BECK-GERNSHEIM, E., 2009, "Global Generations and the Trap of Methodological Nationalism for a Cosmopolitan Turn in the Sociology of Youth and Generation", *European Sociological Review*, 25 (1): 25–36.
- BEHREND, H., 2002, "I am like a movie star in my street': Photographic self-creation in Postcolonial Kenya", in Werbner, R., ed., *Postcolonial Subjectivities in Africa*. Londres e Nova Iorque: Zed Books, pp. 44-62.
- BERNARDI, B., 1985, *Age Class Systems. Social Institutions and Polities Based on Age*. Cambridge: Cambridge University Press.
- BERNARDI, B., 1988 [1974], *Introdução aos Estudos Etno-Antropológicos*. Lisboa: Edições 70.
- BORDONARO, L.I., 2006, *Living at the Margins. Youth and Modernity in the Bijagó Islands (Guinea-Bissau)*, Tese de Doutoramento em Antropologia. Lisboa: ISCTE.
- BORDONARO, L.I., 2008, "Creole zero tolerance: Cape Verde, youth, and the war on crime", Comunicação oral apresentada no CRIA/ISCTE-IUL.
- BORDONARO, L.I., 2010a, "From home to the street: Cape Verdean children street migration", *Working Paper CRIA* 2, Lisboa: CRIA.
- BORDONARO, L.I., 2010b, "Semântica da violência juvenil e repressão policial em Cabo Verde", *Revista Direito e Cidadania (Edição Especial – Política Social e Cidadania)*, 30: 169-190.
- BOURDIEU, P., 1998, *Meditações Pascalianas*. Oeiras: Celta Editora.
- BOURDIEU, P., 1999, "Os três estados do capital cultural", in ALICE, M., CATANI, A., orgs., *Escritos de Educação*. Rio de Janeiro: Vozes, pp. 71-79.
- BOURDIEU, P., 2001, *Razões Práticas: Sobre a Teoria da Ação*. Oeiras: Celta Editora.
- BOURDIEU, P., 2003 [1984], "A 'Juventude' é só uma palavra", in *Questões da Sociologia*. Lisboa: Fim de Século, pp. 151-162.
- BOURDIEU, P. e CHAMPAGNE, P., 2003 [1993], "Os excluídos do interior", in Bourdieu, P., coord., *A Miséria do Mundo*. Petrópolis: Vozes, pp. 481-486.
- BOUTINET, J.P., 1997, *Antropologia do Projeto*. Lisboa: Instituto Piaget.

- BUCHOLTZ, M., 2002, "Youth and Cultural Practice", *Annu. Rev. Anthropol.*, 31: 525-552.
- BURGESS, T., 2005, "Introduction to Youth and Citizenship in East Africa", *Africa Today*, 51 (3): vii-xxiv.
- CABRAL, A., 1975, *Unité et Lutte I. L'arme de la Theorie*. Paris: François Maspero.
- CAMPANHA GLOBAL PELA EDUCAÇÃO, 2012, *Entre o Saber e o Fazer: A Educação na Cooperação Portuguesa para o Desenvolvimento*. Lisboa: Fundação Gonçalo da Silveira.
- CANCLINI, N.G., 2006, *Diferentes, Desiguales y Desconectados: mapas de la interculturalidad*. Barcelona: Gedisa.
- CAPUTO, V., 1995, "Anthropology's silent others: A consideration of some conceptual and methodological issues for the study of youth and children's cultures", in Amit-Talai, V., Wulff, H., eds., *Youth Cultures: A cross-cultural perspective*. Londres: Routledge, pp. 19-42.
- CARLING, J., 2002, "Migration in the age of involuntary immobility: theoretical reflections and Cape Verdean experiences". *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 28 (1): 5-42.
- CARREIRA, A., 1977, *Cabo Verde: Classes Sociais, Estrutura Familiar, Migrações*. Lisboa: Ulmeiro.
- CARREIRA, A., 1983, *Cabo Verde, Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878)*. Mem Martins: Instituto Cabo-verdiano do Livro.
- CARSTEN, J., 1996, "The politics of forgetting: migration, kinship and memory on the periphery of the southeast Asian State. *Journal of the Royal Anthropological Institute*, 1: 317-335.
- CARSTEN, J., 1997, *The Heat of the Hearth: the process of kinship in a Malay fishing community*. Oxford: Clarendon Press.
- CARSTEN, J., 2000, "Introduction: Cultures of relatedness", in Carsten, J., ed., *Cultures of relatedness. New approaches to the study of kinship*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 1-36.
- CASTEL, R., 1998, *As Metamorfoses da Questão Social*. Petrópolis, Vozes.
- CHALLINOR, E.P., 2012, "Mobile communications and belongings: Cape Verdeans in Portugal", *Identities: Global Studies in Culture and Power*, iFirst, 2012, 1-17.
- CHAMBERLAIN, M., 2002, "Small Worlds: Childhood and Empire", *Journal of Family History*, 27 (2): 186-200.
- CHAMBERLAIN, M., 2003, "Rethinking Caribbean families: extending the links", *Community, Work & Family*, 6 (1): 63-76.
- CHRISTIANSEN, C., UTAS, M., VIGH, H.E., 2006, "Introduction: Navigating Youth, Generating adulthood", in Christiansen, C., Utas, M., Vigh, H.E., eds., *Navigating Youth, Generating Adulthood: Social becoming in an African Context*. Uppsala: Nordiska Afrikainstitutet, pp. 9-28.
- COHEN, L., 1994, "Old Age: Cultural and Critical Perspectives", *Annu. Rev. Anthropol.*, 23: 137-58.

- COHEN, S., 1972, *Folk Devils and Moral Panics: the Creation of the Mods and Rockers*. Nova Iorque: St. Martin's.
- COLE, J., DURHAM, D., 2007, "Introduction: Age, Regeneration, and the Intimate Politics of Globalization", in Cole, J., Durham, D., eds., *Generations and Globalization: Youth, Age and Family in the New World Economy*. Bloomington: Indiana University Press, pp. 1-28.
- COLE J., DURHAM, D., 2008, "Introduction: Globalization and the Temporality of Children and Youth", in Cole, J., Durham, D., eds., *Figuring the Future: Globalization and the Temporalities of Children and Youth*. Santa Fe: School for Advanced Research Press, pp. 3-23.
- COLEMAN, J.S., 1961, *The Adolescent Society. The Social Life of the Teenager and its Impacts on Education*. Nova Iorque: The Free Press.
- COMAROFF, J., COMAROFF, J.L., 1999, "Occult Economies and the Violence of Abstraction: Notes from the South African Postcolony", *American Ethnologist*, 26 (3): 279-301.
- COMAROFF, J., COMAROFF, J.L., 2004, "Notes on Afromodernity and the Neo World Order: An Afterword", in Weiss, B., ed., *Producing African Futures: Ritual and Reproduction in a Neoliberal Age*. Leiden e Boston: Brill, pp. 329-348.
- COMAROFF, J., COMAROFF, J.L., 2005, "Reflections on Youth: From the Past to the Postcolony", in Honwana, A., De Boeck, F., eds., *Makers & Breakers: Children and Youth in Postcolonial Africa*. Oxford: James Currey, pp. 19-30.
- CÔTÉ, J., 2000, *Arrested adulthood: The changing nature of maturity and identity*. Nova Iorque: New York University Press.
- CÔTÉ, J., ALLAHAR, A.L., 1994, *Generation on Hold: Coming of Age in the Late Twentieth Century*. Nova Iorque: New York University Press.
- CRAPANZANO, V., 2003, "Reflections on Hope as a Category of Social and Psychological Analysis", *Cultural Anthropology*, 18 (1): 3-32.
- DAYRELL, J., 2003, "O jovem como sujeito social", *Revista Brasileira de Educação*, 24: 40-52.
- DAYRELL, J., 2007, "A Escola 'faz' as Juventudes? Reflexões em torno da Socialização Juvenil", *Educ. Soc.*, 28 (100): 1105-1128.
- DE BOECK, F., 2005, "The Divine Seed. Children, Gift & Witchcraft in the Democratic Republic of Congo", in Honwana, A., De Boeck, F., eds., *Makers & Breakers: Children and Youth in Postcolonial Africa*. Oxford: James Currey, pp. 188-214.
- DE BOECK, F., HONWANA, A., 2005, "Introduction: Children & Youth in Africa. Agency, Identity & Place", in Honwana, A., De Boeck, F., eds., *Makers & Breakers: Children and Youth in Postcolonial Africa*. Oxford: James Currey, pp. 1-18.
- DE CERTEAU, M., 1984, *The Practice of Everyday Life*. Berkeley e Los Angeles: University of California Press.
- DELEUZE, G., GUATTARI, F., 2008, *Mil Planaltos – Capitalismo e Esquizofrenia 2*. Lisboa: Assírio & Alvim.

- DEBERT, G.G., 2010, "A dissolução da vida adulta e a juventude como valor", *Horizontes Antropológicos*, 16(34): 49-70.
- DEVEREAUX, G., 1967, *From anxiety to method in the behavioural sciences*. Paris: Mouton.
- DIAS, L.B., 2002, "Língua e poder: transcrevendo a questão nacional", *Mana*, 8 (1):7-27.
- DIOUF, M., 2003, "Engaging Postcolonial Cultures: African Youth and Public Space", *African Studies Review*, 46 (1): 1-12.
- DROTBOHM, H., 2009, "Horizons of long-distance intimacies. Reciprocity, contribution and disjuncture in Cape Verde". *History of the Family*, 14: 132-149.
- DUBET, F., 2002, *Le Déclin de L'institution*. Paris : Seuil.
- DUBET, F., WIEVIORKA, M., dirs., 1995, *Penser le sujet : autour d'Alain Touraine / Colloque de Cerisy*. Paris: Fayard.
- DURHAM, D., 2000, "Youth and the Social Imagination in Africa: Introduction to parts 1 and 2", *Anthropological Quarterly*, 73 (3): 113-120.
- DURHAM, D., 2002, "Uncertain Citizens. Hetero and the New Intercalary Subject in Postcolonial Botswana", in Werbner, R., ed., *Postcolonial Subjectivities in Africa*. Londres e Nova Iorque: Zed Books, pp. 139-169.
- DURHAM, D., 2004, "Disappearing Youth", *American Ethnologist*, 31 (4): 589-605.
- DURHAM, D., 2007, "Empowering Youth Citizens in Botswana", in Cole, J., Durham, D., eds., *Generations and Globalization: Youth, Age and Family in the New World Economy*. Bloomington: Indiana University Press, pp. 102-131.
- DURHAM, D., 2008, "Apathy and Agency: The Romance of Agency and Youth in Botswana", in Cole, J., Durham, D., eds., *Figuring the Future: Globalization and the Temporalities of Children and Youth*. Santa Fe: School for Advanced Research Press, pp. 151-178.
- EISENSTADT, S.N., 1972 [1961], "Archetypal Patterns of Youth", in Manning, P.K., Truzzi, M., eds., *Youth and Sociology*. Nova Jérsia: Prentice-Hall, Inc., pp. 15-29.
- EISENSTADT, S.N., 2009 [1956], *From Generation to Generation*. Nova Brunswick: Transaction Publishers.
- ELDER, G.H., Jr., 1998, "The Life Course as Developmental Theory", *Child Development*, 69 (1): 1-12.
- ELIAS, N., 1990, *O Processo Civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- ERIKSON, E.H., 1980, *Identity and the life cycle: a reissue*. Nova Iorque: W.W. Norton.
- ESCOBAR, A., 1995, *Encountering Development: The Making and Unmaking of the Third World*, Princeton: Princeton University Press.
- EVANS-PRITCHARD, E.E., 1977 [1940], *Los Nuer*. Barcelona: Editorial Anagrama.
- EVANS-PRITCHARD, E.E., 1978, *Antropologia Social*. Lisboa: Edições 70.

- FEIXA, C., 1996, "Antropología de las edades", in Prat, J., Martinez, A., eds., *Ensayos de Antropología Cultural. Homenaje a Cláudio Esteva-Fabregat*. Barcelona: Ariel, pp. 319-335.
- FEIXA, C., 1999, *De Jóvenes, Bandas e Tribus. Antropología de la Juventud*. Barcelona: Ariel.
- FERNANDES, G., 2002, *A diluição da África*. Florianópolis: Editora da UFSC.
- FONER, N., 1984, "Age and Social Change", in Kertzer, D.I., Keith, J., eds., *Age and Anthropological Theory*. Nova Iorque: Cornell University Press, pp. 195-216.
- FORTES, C., 2005, *Nu Bem Djobi Nós Inxada – viemos procurar a nossa enxada: Estudantes Cabo-verdianos em Lisboa, (re)construções identitárias*, Dissertação de Licenciatura em Antropologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.
- FORTES, M., 1984, "Age, Generation and Social Structure", in Kertzer, D.I., Keith, J., eds., *Age and Anthropological Theory*. Nova Iorque: Cornell University Press, pp. 99-122.
- FOUCAULT, M., 2002 [1975], *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes.
- FRAZER, J.G., 1935 [1922], *The Golden Bough: A Study in Magic and Religion*. Londres: Macmillan, 3^a Ed.
- FREEMAN, D., 1983, *Margaret Mead and Samoa. The making and unmaking of an anthropological myth*. Cambridge: Harvard University Press.
- FRIEDMAN, J., 1994, "The Political Economy of Elegance: An African Cult of Beauty", in Friedman, J., *Consumption and Identity*. Chur: Harwood.
- FURTADO, C., 2008, "Nós e os Outros: Olhares sobre a pobreza em Cabo Verde", *Revista de Estudos Cabo-Verdianos* 2: 109-117.
- GABLE, E., 2000, "The Culture Development Club: Youth, Neo-Tradition, and the Construction of Society in Guinea-Bissau", *Anthropological Quarterly* 73 (4): 195-203.
- GIDDENS, A., 1997 [1991], *Modernidade e Identidade Pessoal*. Oeiras: Celta.
- GIDDENS, A., 2000, "Viver numa sociedade pós-tradicional", in Beck, U., Giddens, A. e Lash, *Modernização Reflexiva: Política, Tradição e Estética na Ordem Social Moderna*. Oeiras: Celta Editora, pp. 53-104.
- GILLIS, J.R., 1981, *Youth and History: Tradition and change in European Age Relations, 1770-Present*. Nova Iorque: Academic Press.
- GIUFFRÈ, M., 2005, "Being a woman in Ponta do Sol: renegotiation of Cape Verdean Women Identity trough the 'Prism' of the Outside World", comunicação oral na *International Conference on Cape Verdean Migration and Diáspora*. Lisboa: CEAS-ISCTE.
- GODELIER, M., 2000, *O Enigma da Dádiva*. Lisboa: Edições 70.
- GOODY, E.N., 1982, *Parenthood and Social Reproduction: fostering and occupational roles in West Africa*. Cambridge: University Press.

- GOVERNO DE CABO VERDE, 2011, *Programa do Governo. VIII Legislatura, 2011 - 2016*. Praia. [em linha]. Disponível em <http://www.caboverde2016.gov.cv/> [consultado em 18/01/2012].
- GRASSI, M., 2003, *Rabidantes. Comércio espontâneo transnacional em Cabo Verde*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- GRASSI, M., 2007, “Cabo Verde pelo Mundo: O género na diáspora cabo-verdiana” in Grassi, M., Évora, I., orgs., *Género e Migrações Cabo-verdianas*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp. 23-62.
- HALL, S., JEFFERSON, T., 2006 [1975], eds., *Resistance through Rituals: Youth subcultures in post-war Britain*. Londres: Routledge.
- HALL T., MONTGOMERY, H., 2000, “Home and away: "childhood," "youth" and young people”, *Anthropol. Today*, 16 (3): 13-15.
- HONWANA, A., 2005, “Innocent & Guilty: Child-Soldiers as Interstitial & Tactical Agents”, in Honwana, A., De Boeck, F., eds., *Makers & Breakers: Children and Youth in Postcolonial Africa*. Oxford: James Currey, pp. 31-52.
- HONWANA, A., DE BOECK, F., eds., 2005, *Makers & Breakers: Children and Youth in Postcolonial Africa*. Oxford: James Currey.
- INSTITUTO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL e INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 2008, *Inquérito ao Emprego*. Praia. [em linha]. Disponível em www.iefp.cv/ [consultado em 09/11/2010].
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 2010, *Resultados Recenseamento Geral da População e Habitação 2010*. Praia. [em linha]. Disponível em www.ine.cv/ [consultado em 09/11/2010].
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA e INSTITUTO CABO-VERDIANO PARA A IGUALDADE E EQUIDADE DE GÉNERO, 2008, *Mulheres e Homens em Cabo Verde. Factos e Números 2008*. Praia.
- JOHNSON-HANKS, J., 2002, “On the Limits of Life Stages in Ethnography: Toward a Theory of Vital Conjunctures”, *American Anthropologist* 104 (3): 865-880.
- JOHNSON-HANKS, J., 2005, “When the Future Decides. Uncertainty and Intentional Action in Contemporary Cameroon”, *Current Anthropology* 46 (3): 363-385.
- KEITH, J., 1980, “The Best is Yet To Be: Toward an Anthropology of Age”, *Ann. Rev Anthropol.* 9: 339-364.
- KEITH, J., KERTZER, D.I., 1984, “Introduction”, in Kertzer, D.I. e Keith, J., eds., *Age and Anthropological Theory*. Nova Iorque: Cornell University Press, pp. 19-61.
- LA FONTAINE, J.S., ed., 1978, *Sex and Age as Principles of Social Differentiation*, Londres: Academic Press.
- LAHIRE, B., 2005, “Patrimónios individuais de disposições. Para uma Sociologia à escala individual”, *Sociologia, Problemas e Práticas* 49: 11-42.
- LAURENT, P.J., FURTADO, C. 2008, “A Igreja Universal do Reino de Deus de Cabo Verde: Crescimento urbano, pobreza e movimento neopentecostal”, *Revista de Estudos Cabo-Verdianos*, 2: 31-54.

- LAVE J., DUGUID P., FERNANDEZ N., AXEL E., 1992, "Coming of age in Birmingham: cultural studies and conceptions of subjectivity", *Annu. Rev. Anthropol.*, 21: 257-82.
- LEACH, E., 1992 [1976], *Cultura e Comunicação*. Lisboa: Edições 70.
- LECHNER, E., 2009, *Histórias de Vida: Olhares Interdisciplinares*. Porto: Edições Afrontamento.
- LIMA, R.W., 2010, "Thugs. Vítimas e/ou Agentes da Violência", Comunicação apresentada no 7º Congresso Ibérico de Estudos Africanos, Lisboa.
- LIMA, R.W., 2011, "Desigualdades sociais e violência juvenil na cidade da Praia", Comunicação apresentada na *West Africa Peace Initiative; Narratives, events and history: reporting and documenting peace and conflict in West Africa*, Praia.
- LOBBAN, R., 1995, *Crioulo Colony to Independent Nation*. Boulder, S. Francisco e Oxford: Westview Press.
- LOBBAN, R., LOPES, M., 1995, *Historical Dictionary of the Republic of Cape Verde*. Londres: The Scarecrow Press.
- LOBO, A.S., 2008, "A different kind of family. The Domestic Environment in Boa Vista Island, Cape Verde", *Vibrant*, 5 (2): 147-176.
- LOPES, B., 1997 [1947], *Chiquinho*. Mindelo: Edições Calabedotche.
- LOPES FILHO, J., 1996, *Ilha de São Nicolau. Formação da Sociedade e Mudança Cultural*. Praia: Secretaria-Geral do Ministério da Educação de Cabo Verde; II Volume.
- LOPES FILHO, J., 2003, *Introdução à Cultura Cabo-verdiana*. Praia: ISE.
- LYND, R., LYND, H., 1957 [1929], *Middletown. A Study in Modern American Culture*. San Diego: Harvest.
- MAIRA, S., 2004, "Imperial Feelings: Youth Culture, Citizenship, and Globalization", in Suárez-Orozco, M.M. e Qin-Hilliard, D.B., eds., *Globalization: Culture and education in the New Millennium*. Berkeley e Los Angeles: University of California Press.
- MAIRA, S. e Soep E., 2005, "Introduction", in Maira, S. e Soep, E., eds., *Youthscapes: The Popular, the National, the Global*. Filadélfia: University of Pennsylvania Press.
- MALINOWSKI, B., 1997, "Os Argonautas do Pacífico Ocidental. Introdução: objeto, método e alcance desta investigação", *Ethnologia* 6-8: 17-38.
- MANNHEIM, K., 1990 [1927], *Le Problème des Générations*. Paris : Nathan.
- MARCUS, G.E. e FISCHER, M.M.J., 1986, *Anthropology as Cultural Critique. Na experimental moment in the human sciences*. Chicago: The University of Chicago Press.
- MARIANO, G., 1991, *Cultura Cabo-verdiana. Ensaios*. Lisboa: Vega.
- MARTINS, F., 2009, "The Places of Youth in Urban Cape Verde", in CRUZ, F. e CRUZ, J.P., orgs., *Investigação e Desenvolvimento Sócio-cultural (Atas do VI Congresso Internacional)*. Porto: AGIR – Associação para a Investigação e Desenvolvimento Sócio-cultural, pp. 733-751.

- MARTINS, F., 2011, “Os jovens e o paradoxo das oportunidades em Cabo Verde”, *Poíesis*, 4 (8): 294-312.
- MARTINS, F., FERREIRA, F., 2011, “Da infância à idade adulta. Saúde mental e relações familiares em Cabo Verde” in CRUZ, F., org., *Saúde, Cultura e Sociedade (Atas do VI Congresso Internacional)*. Maia: AGIR – Associação para a Investigação e Desenvolvimento Sócio-cultural, pp. 260-281.
- MARTINS, F., FORTES, C., 2011, “Para além da crise. Jovens, mulheres e relações familiares em Cabo Verde”, *(con)textos. revista d'antropologia i investigació social*, 5:13-29.
- MASSART, G., 2005, “Masculinités Pour Tous? Genre, Pouvoir et Gouvernementalité au Cap-vert, le foyer dans la spirale de l'ouverture et du changement à Praia”, *Lusotopie*, 12 (1-2): 252-262.
- MAYBURY-LEWIS, D., 1984, “Age and Kinship: A Structural View”, in Kertzer, D.I. e Keith, J., eds., *Age and Anthropological Theory*. Nova Iorque: Cornell University Press, pp. 123-140.
- MBEMBE, A., 2011, *On the Postcolony*. Berkeley e Los Angeles: University of California Press.
- MEAD, M., 1970, *Culture and Commitment: a study of the generation gap*. Nova Iorque: American Museum of Natural History.
- MEAD, M., 1973 [1928], *Coming of Age in Samoa*. Nova Iorque: American Museum of Natural History.
- MEILLASSOUX, C., 1977, *Mulheres, Celeiros e Capitais*. Porto: Afrontamento.
- MEINTEL, D., 1984, *Race, Culture, and Portuguese Colonialism in Cabo Verde*. Nova Iorque: Syracuse University.
- MELUCCI, A., 1997, “Juventude, tempo e movimentos sociais”, *Revista Brasileira de Educação* 5: 5-14.
- MERLEAU-PONTY, M., 1999 [1945], *Fenomenologia da Percepção*. São Paulo: Martins Fortes.
- MILES, S., 2000, *Youth Lifestyles in a Changing World*. Buckingham e Filadélfia: University Press.
- MILLER, D., 1994, *Modernity: An Ethnographic Approach*. Oxford: Berg.
- MILLER, D., 2007, “What is a Relationship? Is Kinship Negotiated Experience?”, *Ethnos*, 72(4): 535-554.
- MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, 2008, *Documento Estratégico de Crescimento e Redução da Pobreza (DCREP II) 2008-2011*. Praia.
- MINISTÉRIO DA JUVENTUDE E DESPORTOS, 2010, *Respostas à Juventude. Políticas Públicas para a Juventude*. Praia.
- MINISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR, CIÊNCIA E INOVAÇÃO, 2012, *Anuário Estatístico 2010/2011*. Praia.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO, FAMÍLIA E SOLIDARIEDADE, 2006, *Estratégia para o Desenvolvimento da Proteção Social de Cabo Verde*. Praia.

- MINISTÉRIO DO TRABALHO, FAMÍLIA E SOLIDARIEDADE, 2007, *Subsídio para a divulgação das estratégias de apoio ao desenvolvimento da família cabo-verdiana. Introdução. (folheto do Gabinete do Ministro do Trabalho, Família e Solidariedade)*. Praia.
- MINTZ, S.W., e PRICE, R., 1992 [1976], *The Birth of African-American Culture: An Anthropological perspective*. Boston: Beacon Press.
- NILAN, P. e FEIXA, C., 2006, “Introduction: youth hybridity and plural worlds”, in Nilan, P. e Feixa, C., eds., *Global Youth? Hybrid identities, plural worlds*. Londres: Routledge.
- NYAMNJOH, F.B., 2002, “‘A Child is One Person’s Only in the Womb’. Domestication, Agency and Subjectivity in the Cameroonian Grassfields”, in Werbner, R., ed., *Postcolonial Subjectivities in Africa*. Londres e Nova Iorque: Zed Books, pp. 111-138.
- NYAMNJOH, F.B., 2007, “From Bounded to Flexible Citizenship: Lessons from Africa”, *Citizenship Studies* 11 (1): 73-82.
- O’BRIEN, D.C., 1996, “A Lost Generation? Youth Identity and State Decay in West Africa”, in Werbner, R. e Ranges, T., eds., *Postcolonial Identities in Africa*. Londres: Zed Books.
- OLWIG, K.F., 1999, “Narratives of children left behind”, *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 25 (2): 267-284.
- PAIS, J.M., 1990, “A construção sociológica da juventude – alguns contributos”, *Análise Social* XXV (105-106): 139-165.
- PAIS, J.M., 2001, *Ganchos, Tachos e Biscates. Jovens, Trabalho e o Futuro*. Porto: Âmbar.
- PAIS, J.M., 2003, “The Multiple Faces of the Future in the Labyrinth of Life”, *Journal of Youth Studies* 6 (2): 115-126.
- PAIS, J.M., 2005, "Jovens e Cidadania", *Sociologia, Problemas e Práticas* (49): 53-70.
- PAPPÁMIKAIL, L., 2005, “Sentidos de la edad adulta: juventud y cambio social en el Portugal contemporáneo”, *Revista de Estudios de Juventud*, 71:41-55.
- PAPPÁMIKAIL, L., 2010, “Juventude(s), autonomia e Sociologia: questionando conceitos a partir do debate acerca das transições para a vida adulta”, *Sociologia* XX: 395-410.
- PARSONS, T., 1972 [1942], “Age and Sex in the Social Structure of the United States”, in Manning, P.K. e Truzzi, M., ed., *Youth and Sociology*. Nova Jérsia: Prentice-Hall, Inc., pp. 136-147.
- PARREÑAS, R.S., 2002, “The care crisis in the Philippines: children and transnational families in the new global economy”, in Ehrenreich B., Hochschild, A., eds., *Global woman: nannies, maids, and sex workers in the new economy*. Nova Iorque: LLC.
- PEIXEIRA, L.M.S., 2003, *Da Mestiçagem à Caboverdianidade: registos de uma sociocultura*. Lisboa: Edições Colibri.
- PERALVA, A., 2000, *Violência e Democracia – O Paradoxo Brasileiro*. São Paulo: Paz e Terra.

- PINA, V.D.L., 2009, “Cabo Verde e a Educação: ganhos e desafios”, *Meta: Avaliação* 1(3): 375-385.
- POIRIER, J., CLAIER-VALLADON, S. E RAYBAUT, P., 1999, *Histórias de Vida : teoria e prática*. Oeiras: Celta Editora.
- PROENÇA, C.S., 2009, *A Exclusão social em Cabo Verde. Uma Abordagem Preliminar*. (Documentos de Trabalho nº 76). Lisboa: Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa.
- RADCLIFFE-BROWN, A.R., 1929, “Age Organization-Terminology”, *Man* 12-14: 21.
- RADCLIFFE-BROWN, A.R., 1940, “On joking relationships”, *Africa*, 13 (3): 195-210.
- RADCLIFFE-BROWN, A.R., 1986 [1969], *Estructura y Función en la Sociedad Primitiva*. Barcelona: Planeta Agostini.
- REGO, M., 2008, “Cape Verdean Tongues: Speaking of ‘Nation’ at Home and Abroad”, in BATALHA, L. e CARLING, J. eds., *Transnational Archipelago. Perspectives on Cape Verdean Migration and Diaspora*. Amesterdão: Amsterdam University Press, pp. 145-159.
- RILEY, M.W., 1987, “On the Significance of Age in Sociology”, *American Sociological Review* 52: 1-14.
- RODRIGUES, I.P.B.F., 2003, “Islands Of Sexuality: theories and histories of creolization in Cape Verde”, *International Journal of African Historical Studies*, 36 (1): 83-103.
- RODRIGUES, I.P.B.F., 2004, “Escassez abundante: memória e rotina alimentar em Cabo Verde”, in Carvalho, C. e Pina-Cabral, J., eds., *A persistência da história. Passado e contemporaneidade em África*, Lisboa: ICS, pp. 227-247.
- RODRIGUES, I.P.B.F., 2005, “‘Our ancestors came from many bloods’. Gendered narrations of a hybrid nation”, *Lusotopie*, 12(1-2):217-232.
- RODRIGUES, I.P.B.F., 2007, “As mães e os seus filhos dentro da plasticidade parental: reconsiderando o patriarcado na teoria e na prática”, in Grassi, M. e Évora, I., orgs., *Género e Migrações Cabo-verdianas*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp. 123-146.
- RODRIGUES, I.P.B.F., 2008, “From Silence to Silence: The Hidden Story of a Beef Stew in Cape Verde”, *Anthropological Quarterly*, 81 (2): 343-376.
- ROQUE, S. e CARDOSO, K., 2008, “Por que razões os jovens se mobilizam... ou não? Jovens e violência em Bissau e na Praia”, Comunicação apresentada na 12ª Assembleia Geral do CODESRIA *Governar o Espaço Público Africano*. Yaoundé.
- ROSE, N., 1999, *Governing the Soul: The Shaping of the Private Self*. Londres: Free Association Books.
- ROTH, C., 2008, “Shameful! The inverted intergenerational contract in Bobo-Dioulasso, Burkina Faso”, in Alber, E., van der Geest, S. e Whyte, S. R., eds., *Generations in Africa: Connections and Conflicts*. Berlim: Lit Verlag, pp. 47-69.
- RUDDICK, S., 2003, “The Politics of Aging: Globalization and the Restructuring of Youth and Childhood”, *Antipode* 35 (2): 334-362.
- SAHLINS, M., 1983 [1974], *Economía de la Edad de Piedra*. Madrid: Akal Editor.

- SANTOS, M.E.M. e SOARES, M.J., 2001, "Igreja, Missão e Sociedade.", in Santos, M.E.M. (coord.) *Historia Geral de Cabo Verde*, 2ª Edição. Lisboa: ICCP, Praia: INAC; Volume II.
- SARRÓ, R. e LIMA, A.P., 2006, "Introdução. Já dizia Malinowski: sobre as condições da possibilidade da produção etnográfica", in Lima, A.P. e Sarro, R., orgs., *Terrenos Metropolitanos. Ensaios sobre produção etnográfica*. Lisboa: ICS.
- SCHLEGEL, A. e BARRY, H.III, 1991, *Adolescence: An Anthropological Inquiry*. Nova Iorque: Free Press.
- SECRETARIA DE ESTADO DA JUVENTUDE, 2002, *Sessão do Conselho de Ministros Dedicada à Juventude. Documento Estratégico*. Praia.
- SECRETARIA DE ESTADO DA JUVENTUDE E DESPORTOS, 2006, *Plano Estratégico da Juventude. Versão Preliminar*. Praia.
- SEMEDO, A.F.C., 2009, *Religião e Cultura: A influência da Igreja Católica na Reprodução da Dominação Masculina*. Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto.
- SENNETT, R., 2004, *Respect: The formation of Character in an age of inequality*. Nova Iorque: Penguin Books.
- SINGLY, F., 2000. "Penser autrement la jeunesse", *Lien Social et Politiques*, (43): 9-21.
- STEPHENS, S., 1995, *Children and the Politics of Culture*. Princeton: Princeton University Press.
- SOUSA, F., 2010, *O que é Ser Adulto? A Sociologia da Adulvez*. Porto: Memória Imaterial.
- SPENCER, P., 1990, "The riddled course: theories of age and its transformations", in Spencer, P., ed., *Anthropology and the Riddle of the Sphinx: Paradoxes of Change in the Life Course*. Londres: Routledge, pp. 1-34.
- THRASHER, F.M., 1963 [1926], *The Gang. A Study of 1313 gangs in Chicago*. Chicago: University of Chicago Press.
- TOREN, C., 1993, "Making History: The Significance of Childhood for a Comparative Anthropology of Mind", *Man* 28 (3): 461-478.
- TOREN, C., 1999, *Mind, Materiality and History*. Londres: Routledge.
- TURNER, V.W., 1974 [1969], *O Processo Ritual: Estrutura e Antiestrutura*. Petrópolis: Editora Vozes.
- TURNER, V., 1982, "Images of Anti-Temporality: An Essay in the Anthropology of Experience", *Harvard Theological Review*, 75 (2): 243-265.
- UNIÃO AFRICANA, 2006, *African Youth Charter*. Banjul, Gâmbia.
- UNITED NATIONS, 2007a, *World Youth Report 2007 - Young People's Transition to Adulthood: Progress and Challenges*. Nova Iorque: United Nations, Department of Economic and Social Affairs.
- UNITED NATIONS, 2007b, *Urban Agglomerations 2007*. Nova Iorque: United Nations, Department of Economic and Social Affairs.

- UTAS, M., 2005, "Agency of Victims: Young Women in the Liberian Civil War", in Honwana, A., De Boeck, F., eds., *Makers & Breakers: Children and Youth in Postcolonial Africa*. Oxford: James Currey, pp. 53-80.
- VALE DE ALMEIDA, M., 2004, "Crioulização e Fantasmagoria", *Série Antropologia*, 365. Brasília: UFB.
- VAN GENNEP, A., 1978 [1909], *Os Ritos de Passagem*. Petrópolis: Vozes.
- VAN DER GEST, S., 2008, "Wisdom, an intergenerational gift? Notes from Kwahu-Tafo, Ghana", in ", in Alber, E., van der Geest, S. e Whyte, S. R., eds., *Generations in Africa: Connections and Conflicts*. Berlim: Lit Verlag, pp. 381-398.
- VARELA, O., 2006, "A Ciência e o Repto da «Diversidade de Conhecimentos» em Cabo Verde: O Caso da «Extensão» Universitária", Centro de Desenvolvimento Empresarial, Universidade Jean Piaget de Cabo Verde [em linha]. Disponível em www.unipiaget.cv/ [consultado em 12/01/2011].
- VASCONCELOS, P., 1998, "Vida Familiar" in Pais, J. M., coord., *Gerações e Valores na Sociedade Portuguesa Contemporânea*. Lisboa: ICS, pp. 321-401.
- VASCONCELOS, J., 2004, "Espíritos lusófonos numa ilha crioula: língua, poder e identidade em São Vicente de Cabo Verde" in Carvalho, C. e Pina-Cabral, J., eds., *A persistência da história. Passado e contemporaneidade em África*. Lisboa: ICS, pp. 149-190.
- VASCONCELOS, J., 2007, *Espíritos Atlânticos: Um Espiritismo Luso-Brasileiro em Cabo Verde*, Tese de Doutoramento em Antropologia Social e Cultural. Lisboa: ICS.
- VASCONCELOS, J., 2008, "«Ou casada, ou caseira»: mediunidade e feminidade de classe média em São Vicente de Cabo Verde", in Cabral, M.V., Wall, K., Aboim, S. e Silva, F.C., orgs., *Itinerários. A investigação nos 25 anos do ICS*. Lisboa: Imprensa das Ciências Sociais, pp. 163-189.
- VELHO, G., 1994, *Projeto e Metamorfose. Antropologia das Sociedades Complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- VIEGAS, S.M., 2007, *Terra Calada: Os Tupinambá na Mata Atlântica do Sul da Bahia*. Rio de Janeiro: 7Letras.
- VIEIRA, M.M., 2010, "Incerteza e Individuação: escolarização como processo de construção biográfica", *Sociologia* xx: 265-280.
- VIEIRA, R., 2009, "Histórias de Vida e interculturalidade: projetos e metamorfoses da identidade", in Lechner, E., *Histórias de Vida: Olhares Interdisciplinares*. Porto: Edições Afrontamento, pp. 55-74.
- VIGH, H., 2006, *Navigating Terrains of War: Youth and soldiering in Guinea-Bissau*. Nova Iorque: Berghahn Books.
- VIGH, H., 2010, "Youth Mobilisation as Social Navigation. Reflections on the concept of dubriagem", *Cadernos de Estudos Africanos*, 18/19: 140-164.
- WALL, K., 2005, "Introdução" in Wall, K., org., *Famílias em Portugal*. Lisboa: Imprensa das Ciências Sociais, pp. 35-50.
- WARREN, M., 1990, "Ideology and the Self", *Theory and Society*, 19 (5): 599-634.

- WEISS, B., 2002, "Thug Realism: Inhabiting Fantasy in Urban Tanzania", *Cultural Anthropology* 17 (1): 93-124.
- WEISS, B., 2004, "Contentious Futures: Past and Present", in Weiss, B., ed., *Producing African Futures: Ritual and Reproduction in a Neoliberal Age*. Leiden e Boston: Brill, pp. 1-20.
- WEISS, B. 2005, "The Barber in Pain: Consciousness, Affliction & Alterity in Urban East Africa", in Honwana, A., De Boeck, F., eds., *Makers & Breakers: Children and Youth in Postcolonial Africa*. Oxford: James Currey, pp. 102-120.
- WERBNER, R., 2002, "Postcolonial Subjectivities: The Personal, the Political and the Moral", in Werbner, R., ed., *Postcolonial Subjectivities in Africa*. Londres e Nova Iorque: Zed Books, pp. 1-21.
- WHYTE, S.R., ALBER, E., VAN DER GEEST, S., 2008, "Generational connections and conflicts in Africa: an introduction", in Alber, E., van der Geest, S., Whyte, S. R., eds., *Generations in Africa: Connections and Conflicts*. Berlim: Lit Verlag, pp. 1-23.
- WHYTE, W.F., 1972 [1943], *La sociedad de las esquinas*. Mexico: Diáfora.
- WILLIS, P., 1977, *Learning to Labor: How working class kids get working class jobs*. Nova Iorque: Columbia University Press.
- WULFF, H., 1995, "Introducing youth culture in its own right: The state of the art and new possibilities", in Amit-Talai, V. e Wulff, H., eds., *Youth Cultures: A cross-cultural perspective*. Londres: Routledge, pp. 1-18.

ANEXOS

Anexo A

Guião de Entrevista a Adultos

1. Nome, idade, origem geografia, percurso profissional, filhos...
2. Como caracteriza a atual juventude cabo-verdiana?
3. Como caracteriza a juventude da sua época?
4. Quais a maiores diferenças? Como surgiram essas diferenças?
5. Quais os limites atuais da juventude? O que é passar a ser adulto?
6. Que lugar está reservado à juventude de Cabo Verde atualmente? Qual o seu papel? Qual a sua relação com a cidadania?
7. Quais as limitações da juventude de Cabo Verde hoje? E quais as suas potencialidades?
8. Quais as maiores diferenças internas entre os jovens cabo-verdianos de hoje?
9. O que faz falta pensar ou saber sobre a juventude cabo-verdiana?

Anexo B

Questionário exploratório aos jovens de São Vicente

A. Caracterização Individual

1. Sexo: M F **2.** Idade: _____ anos. **3.** Nacionalidade: _____

4. Local de nascimento:

País _____ Concelho _____ Localidade: _____

5. Local de residência atual

Concelho _____ Localidade: _____ Desde ano: _____

6. Estado civil: Solteiro União de facto Casado Viúvo

7. Tem namorado / namorada? Sim Não Se sim, qual a idade? _____ anos.

8. Tem filhos? Sim Não Se sim, quantos? _____ Idades: _____

9. Residência: Casa de familiares Casa própria Casa arrendada

Quarto arrendado Outra situação Qual? _____

10. Agregado familiar que habita na sua residência:

Quem (mãe, pai, irmão, etc.)	Idade	Quem (mãe, pai, irmão, etc.)	Idade

11. Religião: Católica Nazarena Nenhuma Outra Qual? _____

Praticante: Sim Não

12. Estudante: Sim Não Se sim, curso / área: _____ Ano: _____

Se já não estuda, quais as suas habilitações literárias? _____ ano do curso _____

13. Trabalha atualmente? Sim Não

Se sim, qual a sua
atividade(s): _____

14. Já trabalhou antes? Sim Não

Se sim, em que
atividade(s): _____

B. Gestão Financeira

1. Em média qual a quantia de dinheiro que tem à sua disposição por mês? Indique com um **X** o intervalo de valores correspondente:

Menos de 2.500 \$	
2.500 a 5.000 \$	
5.000 a 10.000 \$	
10.000 a 15.000 \$	
15.000 a 25.000 \$	
25.000 a 50.000 \$	
Mais de 50.000 \$	

2. Quais as fontes desse dinheiro?

Família Emprego próprio Herança Comércio Outra

3. Qual o seu gasto médio por mês?

Tipo de despesa	Valor médio (escudos)
Alimentação própria	
Vestuário próprio	
Outros objetos pessoais	
Habitação	
Apoio / sustento de familiares	
Educação (propinas)	
Livros, jornais, revistas	
Bens culturais (música, filmes, teatro)	
Viagens / passeios	
Presentes / ofertas	
Jogos	
Diversão	
Telecomunicações (telemóvel, Internet)	
Outros. Quais?	

4. No contexto económico da sociedade cabo-verdiana, considera-se pessoalmente:

Muito pobre Pobre Remediado Classe Média Rico Muito rico

C. Gestão do Tempo e Relações

1. Como ocupa em média o seu tempo ao longo de uma semana:

Atividade	Percentagem média (por semana)
Estudar	%
Trabalhar	%
Atividades domésticas	%
Tempo livre	%
Total	100%

2. Indique com um **X** as **3** atividades em que mais ocupa o seu tempo livre:

Ver televisão e filmes	Ouvir música	
Ler	Viajar / passear	
Estar com a família	Conversar com os amigos	
Compras	Namorar	
Pesquisar e comunicar na Internet	Desporto / jogos	
Pensar	Diversão noturna	
Oração	A fazer nada	

3. Os seus amigos são maioritariamente:

3.1 Sexo: Masculino Feminino Em igual número dos dois sexos

3.2 Idade: Mais velhos Mais novos Da mesma idade

3.3 Condição social: Mais ricos Mais pobres Da mesma condição

4. Participa em algum grupo ou associação juvenil? Sim Não

Se sim, indique com um **X** a natureza do grupo. Se participar em mais de um grupo pode assinalar mais de uma categoria.

Desportiva	Política	
Religiosa	Ambiental	
Cultural	Comunitária	
Zona (malta)	Outra. Qual?	

Principais atividades que o grupo realiza:

5. Na sua vida, o que considera mais importante? Ordene as seguintes categorias de **1** (mais importante) a **9** (menos importante).

Amigos	Lazer	Estudos	
Família	Política / Sociedade	Amor	
Religião	Trabalho	Cultura	

D. Perspetivas de Futuro

1. Qual a profissão que deseja exercer no futuro?

2. A partir de que idade pensa começar a exercê-la? A partir dos _____ anos de idade.

3. Qual o salário médio que espera ter? Indique com um X o intervalo de valores correspondente:

Menos de 10.000 \$	50.000 a 100.000 \$
10.000 a 20.000 \$	100.000\$ a 150.000 \$
20.000 a 50.000 \$	Mais de 150.000 \$

4. De que forma pensa conseguir essa profissão? Indique com um X uma ou mais formas:

Estudos secundários	Pessoas conhecidas no ramo
Estudos superiores	Ajuda de familiares ou amigos
Formação profissional	Sorte
Experiência profissional anterior	Outro. Qual?

5. Deseja vir a residir em casa própria (caso ainda não resida)? Sim Não

6. Onde deseja residir?

Em São Vicente Noutro local de Cabo Verde Qual? _____

No estrangeiro Onde? _____

7. Deseja casar (caso ainda não seja casado)?

Sim Não Se sim, com que idade? Com _____ anos de idade.

8. Deseja ter filhos? Sim Não Se sim, quantos? _____ filhos.

9. Quais são os maiores obstáculos para conseguir atingir os seus objetivos? Indique com um X até 3 obstáculos:

Crise económica do país	Incapacidade pessoal
Isolamento do país	Falta de iniciativa
Falta de oportunidades de emprego	Baixo estatuto social
Falta de apoios do Estado	Discriminação. Porquê?
Falta de apoios da família	
Não ter recursos financeiros	Outro. Qual?
Não conseguir formação / estudos	

E. Juventude Cabo-verdiana

1. Considera-se jovem? Sim Não

2. Para si, até que idade se é jovem? Até aos _____ anos de idade.

3. Para si, o que significa ser jovem? Indique com um **X** até **3** características:

Ser livre		Ser explorado no trabalho	
Ter de estudar		Ser forte e sensual	
Ter menos responsabilidades		Viver a vida intensamente	
Poder experimentar de tudo		Ser irreverente	
Ser moderno		Deixar a vida passar	
Ter menos maturidade		Ser ativo na sociedade	
Não ser levado a sério		Outro. Qual?	

4. Em que momento(s) se passa a ser adulto? Indique com um **X** até **3** momentos:

Com o primeiro trabalho		Quando se tem um parceiro fixo	
Com o casamento		Quando se tem casa própria	
Com o primeiro filho		Quando se emigra	
Quando se sai de casa da família		Quando se tem conta no banco	
Quando se tem um emprego estável		Outro. Qual?	

5. Quais os principais problemas que afetam os jovens cabo-verdianos? Indique com um **X** os **3** problemas principais:

Pobreza		Falta de apoio das famílias	
Falta de acesso à educação		Preguiça	
Baixa qualidade da educação		Baixa autoestima	
Falta de formação profissional		Falta de iniciativa	
Falta de emprego		Falta de organização	
Falta de apoios do Estado		Falta de valores. Quais?	
Desvalorização na sociedade			

6. Das seguintes características, indique com um **X** as **5** que pensa que melhor caracterizam os jovens cabo-verdianos:

Dinamismo		Tristeza		Imoralidade	
Futilidade		Alegria		Inteligência	
Beleza		Simpatia		Egoísmo	
Simplicidade		Sensualidade		Solidariedade	
Extravagância		Esperança		Consumismo	
Felicidade		Sensibilidade		Festividade	
Estilo		Religiosidade		Criatividade	
Responsabilidade		Musicalidade		Criminalidade	
Irreverência		Apatia		Irresponsabilidade	

7. No mesmo Quadro, indique com um **O** as **5** características que pensa que melhor o/a caracterizam a si próprio/a.

Anexo C

Conversa com alunos após a realização do questionário

1. O que foi mais difícil responder?
2. Até que idade se é jovem?
3. Quais os principais problemas que os jovens enfrentam?
4. Como acham que os jovens são vistos na sociedade?
5. São jovens ou adultos?
6. Qual o papel dos jovens na sociedade.

Anexo D

Caracterização geral dos repondentes ao inquérito por questionário exploratório

Sexo

	Frequência	%
Feminino	50	54,3
Masculino	42	45,7
Total	92	100,0

Faixas etárias

		Frequência	%	% válida
Validos	15-17	30	32,6	33,0
	18-20	31	33,7	34,1
	21-25	22	23,9	24,2
	+ de 25	8	8,7	8,8
	Total	91	98,9	100,0
NS/NR		1	1,1	
Total		92	100,0	

Níveis de escolaridade

		Frequência	%	% válida
Validos	Ensino Básico Integrado	5	5,4	7,7
	Ensino Secundário	43	46,7	66,2
	Ensino Superior	17	18,5	26,2
	Total	65	70,7	100,0
	NS/NR	27	29,3	
Total		92	100,0	

Faixas etárias * Sexo * Níveis de escolaridade

Faixa etária			Nível de escolaridade			Total
			Ensino Básico Integrado	Ensino Secundário	Ensino Superior	
15-17	Sexo	Feminino	2	13		15
		Masculino	3	10		13
		Total	5	23		28
18-20	Sexo	Feminino		8	4	12
		Masculino		9	0	9
		Total		17	4	21
21-25	Sexo	Feminino		0	7	7
		Masculino		1	3	4
		Total		1	10	11
+ de 25	Sexo	Feminino		2	1	3
		Masculino		0	2	2
		Total		2	3	5

Faixas etárias * Sexo * Situação face ao trabalho

Faixa etária			Trabalhou no passado		Total
			Nunca trabalhou	Já trabalhou	
15-17	Sexo	Feminino	15	1	16
		Masculino	14	0	14
		Total	29	1	30
18-20	Sexo	Feminino	16	3	19
		Masculino	9	2	11
		Total	25	5	30
21-25	Sexo	Feminino	6	5	11
		Masculino	2	8	10
		Total	8	13	21
+ de 25	Sexo	Feminino		4	4
		Masculino		4	4
		Total		8	8

Zona de residência

		Frequência	%	% válida
Validos	Centro	5	5,4	6,0
	Fora da cidade	4	4,3	4,8
	Mote Sossego	5	5,4	6,0
	Periferia Norte	5	5,4	6,0
	Periferia Sudeste	64	69,6	77,1
	Total	83	90,2	100,0
NS/NR		9	9,8	
Total		92	100,0	

Condição socioeconómica autopercecionada

		Frequência	%	% válida
Validos	Classe média	15	16,3	16,7
	Muito Pobre	4	4,3	4,4
	Pobre	24	26,1	26,7
	Remediado	46	50,0	51,1
	Rico	1	1,1	1,1
	Total	90	97,8	100,0
NS/NR		2	2,2	
Total		92	100,0	

Anexo E

Casos de exclusão social criados por Elton para sessão de discussão no centro juvenil da Covada (abril 2008)

Caso 1

Sou jovem e não tenho uma má aparência mas sofro muito, sou epilético. Mas não é a doença em si que me faz sofrer, é outra coisa. As pessoas não gostam de me convidar para ir às suas festas nem sair com eles, ir para passeios etc. Não consigo ter namorada ou se tiver é por pouco tempo, não sei se é para me proteger ou se é para me manter à distância. É esse comportamento das pessoas perante a minha pessoa que me faz sentir “diferente”. Eu só quero fazer parte das leis “somos todos iguais” e Filhos de Deus”.

Caso 2

Tenho 12 anos e não me sinto feliz como a maioria das crianças da minha zona. Já reparei que os pais das outras crianças não deixam que os seus filhos brinquem comigo. É uma pena porque eu não tenho um pai presente para cuidar de mim, o meu está na prisão já faz oito anos. A minha mão não para em casa. Ela sai todos os dias e também de noite; eu sei que ela tem muitos amigos porque o telefone da nossa casa não para de tocar e cada dia um amigo dela vai levá-la a casa.

Um dia briguei com um miúdo do meu bairro, ele me deu com uma pedra e me chamou “filho de 40 pais”. Não sei porquê, mas isso não importa. Fiquei mais triste quando o pai dele chegou e me bateu e depois voltou-se para o filho dizendo para não se misturar com gente como nós porque somos todos da mesma laia, todos maus e perigosos.

Eu não sei o que fiz ma só sei que quero ser feliz.

Caso 3

Tenho 15 anos, vivo com a minha mãe e meu irmão mais velho; o meu pai morreu com cancro. Somos uma família tradicional e pobre.

Sou pobre mas estudo numa escola privada, a minha mãe trabalha nessa escola como empregada de limpeza e ela conseguiu falar com o diretor para me deixar estudar ali. Assim estaríamos mais perto uma da outra e minimizamos as despesas familiares.

O diretor concordou e não pago propina como os meus colegas mas a minha mãe trabalha uma hora a mais por dia e a sábado é tarde; essa é a forma de pagamento da minha propina.

Mas não gosto da forma como estou a viver a minha adolescência, não tenho amigos, na escola os meus colegas não me dão atenção e fico sempre sozinha nos intervalos. Sinto-me inferior a eles mas somos todos adolescentes.

Caso 4

Nasci rico, belo e saudável. O meu pai era das pessoas mais ricas da cidade. Nunca me faltou nada e vivi sempre uma vida de luxo. Estudei pouco e não gosto de trabalhar.

Passei todo a minha vida na esbórnia, tive muitas mulheres e muitos amigos. Gostava de beber e comecei a usar drogas pesadas com os meus amigos.

O meu pai estava sempre a discutir comigo e eu nem ligava para ele, até que um dia ele teve um enfarte e morreu. Continuei na mesma vida mas para me sustentar comecei a vender a minha herança e fiquei sem nada.

Agora estou aqui; triste, arrependido e sozinho, não tenho mais amigos nem namoradas. Só tenho a solidão e o vírus do HIV. Desculpa ocupar o seu tempo mas gostaria de ter a sua atenção.

Anexo F

Frases para debate sobre cidadania na sessão de discussão no centro juvenil da Covada (abril 2008)

- 1.** NUM PAÍS POBRE O CRESCIMENTO ECONÓMICO DEVE TER PRIORIDADE, MESMO QUANDO PREJUDICA A PROTEÇÃO AMBIENTAL.
- 2.** AS PESSOAS COM MENOS DE 18 ANOS NÃO PODEM SER CONSIDREADAS CIDADÃOS DE PLENO DIREITO.
- 3.** OS CIDADÃOS QUE SÃO PORTADORES DE HIV-SIDA DEVEM SER OBRIGADOS A DECLARÁ-LO NOS SEUS LOCAIS DE TRABALHO.
- 4.** OS JOVENS DEVEM PRESERVAR A CULTURA TRADICIONAL DO SEU PAÍS E EVITAR AS INFLUÊNCIAS DO ESTRANGEIRO.
- 5.** SÓ OS FILHOS DE PAI OU MÃE CABO-VERDIANOS DEVEM SER CONSIDERADOS CIDADÃOS CABO-VERDIANOS.
- 6.** O PREÇO DO PASSE DEVE ESTAR DE ACORDO COM A IDADE E NÃO COM A SITUAÇÃO DE ESTUDANTE OU FUNCIONÁRIO.
- 7.** EM ÉPOCA DE CRISE ECONÓMICA, OS CIDADÃOS NACIONAIS DEVEM TER PRIORIDADE DE EMPREGO SOBRE OS ESTRANGEIROS.

- 8.** PARA PODER PARTICIPAR NO DESENVOLVIMENTO NACIONAL OS CIDADÃOS DEVEM ESTAR ORGANIZADOS EM PARTIDOS POLÍTICOS.
- 9.** DEVE EXISTIR UM NÚMERO MÍNIMO OBRIGATÓRIO DE MULHERES ENTRE OS DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA NACIONAL.
- 10.** OS CIDADÃOS MAIS POBRES E DESEMPREGADOS DEVEM TER DIREITO A UM SUBSÍDIO DO ESTADO, PAGO COM OS IMPOSTOS DOS CIDADÃOS MAIS RICOS.
- 11.** TODO O CIDADÃO DEVE DISPONIBILIZAR ALGUM DO SEU TEMPO LIVRE PARA TRABALHAR EM FAVOR DA SUA COMUNIDADE.
- 12.** ALGUNS TIPOS DE IDEIAS E EXPRESSESSES ARTÍSTICAS (ALGUMAS MÚSICAS, DANÇAS, PROGRAMAS DE TELEVISÃO, FILMES, GRAFITTI) DEVEM SER PROIBIDOS PARA BEM DA MORALIDADE E DA HARMONIA DA NAÇÃO.

Anexo G

Programa de Voluntariado da associação União Juvenil

Definição de Voluntariado:

Ação solidária desenvolvida por indivíduos no âmbito de um grupo, organização ou instituição, de forma livre e gratuita, no sentido de oferecer um contributo com plena responsabilidade e consciência perante a comunidade, para a melhoria das condições sociais, ambientais e económicas, de acordo com determinas competências. É estabelecido como um processo organizado e contínuo.

Perfil dos voluntários:

1. Disponibilidade de tempo para o trabalho voluntário;
2. Gosto pelo trabalho com jovens;
3. Capacidade de relacionamento e gestão de conflitos;
4. Capacidade de trabalho em grupo;
5. Capacidade de iniciativa e criatividade;
6. Humildade e respeito pelas diferenças;
7. Responsabilidade;
8. Ser exemplo de atitude e postura;
9. Idade mínima de 16 anos;
10. Saber ler e escrever;
11. Igual número de raparigas e rapazes.

Direitos dos voluntários:

1. Ser informado sobre os estatutos, organização e atividades do EJ;
2. Participar em ações de formação promovidas pelo EJ e seus parceiros;
3. Receber formação inicial (quando possível) e formação contínua;
4. Estabelecer com o EJ um plano para o seu tempo e trabalho voluntário;
5. Receber orientações, acompanhamento e apoio da parte dos responsáveis do EJ;
6. Participar na tomada de decisões e propor atividades para o EJ;
7. Ser identificado como voluntário e ser reconhecido pelo seu trabalho;
8. Ter acesso facilitado aos instrumentos, materiais e atividades do EJ (mediante regulamentação).

Deveres dos voluntários:

1. Assumir e respeitar o compromisso que estabeleceu com o EJ (plano de trabalho);
2. Conhecer a organização EJ e os seus estatutos, saber apresentá-la aos outros e acolher todos os interessados;
3. Frequentar a formação disponibilizada pelo EJ;
4. Participar nas reuniões de planificação, tomada de decisões e avaliação;
5. Aceitar as orientações dos responsáveis e prestar contas do trabalho que desenvolve;
6. Respeitar todos aqueles com quem trabalha (jovens, outros voluntários, responsáveis do EJ e outros profissionais);
7. Zelar por uma boa imagem interna e externa do EJ;
8. Utilizar com responsabilidade os materiais e instrumentos do EJ;
9. Ser um exemplo de comportamento, de compreensão e de solidariedade;
10. Difundir o espírito voluntário dentro e fora do EJ;
11. Apresentar identificação de voluntário sempre que necessário.

PROCURAM-SE VOLUNTÁRIOS

1. **InformaJovem**: Recolha e divulgação de informações importantes para os jovens (Áreas: Emprego, Formação Profissional, Educação, Cultura, Desporto, Saúde, Ambiente, Curiosidades, Compra e Venda) – vários voluntários.
2. **Biblioteca**: Organização e animação da biblioteca e apoio aos utilizadores – 2 voluntários.
3. **Sala de Jogos**: Organização, manutenção e animação da sala de jogos – vários voluntários.
4. **Cinema**: Escolha de filmes para projeção semanal, organização de um programa e animação das sessões (com textos e debates) – 1 voluntário.
5. **Gestão Artística**: coordenação das atividades e formações artísticas realizadas no Centro, gestão dos materiais necessários e articulação com outras organizações e eventos culturais da cidade – 1 voluntário.
6. **Apoio Escolar**: explicações a alunos do EBI e apoio a estudantes do Ensino Secundário na realização de trabalhos – vários voluntários (mínimo de 16 anos e 10º ano).
7. **Saúde**: organização de atividades e formações de promoção da saúde – 1 voluntário.
8. **Ambiente**: organização de atividades e formações de promoção do ambiente – 1 voluntário.
9. **Manutenção**: ajuda na manutenção dos espaços e materiais do Centro (eletricidade, carpintaria, pintura, etc.) – vários voluntários.
10. **Audiovisual**: apoio na montagem e organização do som, imagem e luz nas atividades do centro (palestras, eventos culturais, etc.) – 2 voluntários.

Anexo H

Letra da música para o desfile de carnaval da Associação União Juvenil

NOS LUTA

BIS (2 VEZ) { NA FILOSOFIA D'NOS MINDEL
CENTRO D'JUVENTUDE KA TA F'CA PE TRAZ
PA BEM PRESENTA SES LUTA NA BRINCADEIRA DES CARNAVAL

BIS(2 VEZ) { NA LUTA D'UM MANHA AMDJOR PA NOS JUVENTUDE
NO TEM MUSCA PA BEM ALERGRA NOS ESPIRT
NA LUTA DE UM MANHA AMDJOR
QUE PA NOS TERRA
NO TEM DANÇA CARNAVAL É NOS CULTURA

DAME UM ABRASE AIAIA
LEVANTA MURAL OIOIO
NO TEM FORMA UM FAMILIA CAPAZ

DAME UM ABRASE AIAIA
LEVANTA MURAL OIOIO
ESS É FORMA KE PA NO VENCE ESS LUTA

DAME UM ABRASE AIAIA
LEVANTA MURAL OIOIO
NO TEM FORMA UM FAMILIA CAPAZ

DAME UM ABRASE AIAIA
LEVANTA MURAL OIOIO
ESS E FORMA KE PA NO VENCE ESS LUTA

Anexo I

Guião das entrevistas biográficas aos jovens

1. História de vida:

- a. Nome, local e data de nascimento
- b. Locais de residência, pessoas com quem viveu e vive
- c. Infância (boa ou má, relação com os pais e irmãos, desempenho escolar, amizades)
- d. Percurso escolar e/ou profissional
- e. História familiar e filhos
- f. Momentos mais importantes (mais tristes e mais felizes, como reagiu, doenças...)
- g. Relação com os pais (gosta deles, mais do pai ou da mãe, relação com eles, outras figuras de referência, o que é um bom pai)
- h. Namorado ou companheiro (quantos teve, duração, razões de separação, o que é namorar, confiança, o que é um bom companheiro)
- i. Amizades (Tem muitos amigos, quem são os melhores amigos, o que fazem juntos e onde, do que falam, o que é ser um bom amigo)

2. Perspetivas de futuro

- j. Como te vês daqui a 10 anos? (como vais conseguir isso, quais os maiores obstáculos)
- k. Quais os teus sonhos?
- l. Estudo e profissão
- m. Relacionamentos amorosos e casamento
- n. Ter filhos (quantos, rapazes ou raparigas, porquê)
- o. Emigração (viver, trabalhar, estudar noutra local)

3. Subsistência económica

- p. Trabalho / estudo (porquê)
- q. De onde obtém dinheiro
- r. Como o gasta (principais consumos, poupança)
- s. Família rica ou pobre?
- t. O que gostavas de ter e não tens?

4. Tempos livres

- u. O que gostas mais de fazer?
- v. Como ocupas os tempos livres (tarefas domésticas, estudo, convivo, atividades, outras)
- w. O que gostas mais de ver e ouvir?
- x. Atividades (criativa, voluntariado, política, porquê, há quanto tempo, quanto tempo lhe dedicas)

5. Sociedade e cultura

- y. Gostas de Cabo Verde / São Vicente? (Porquê, o que mais gostas, o que menos gostas, o que gostavas que houvesse e não há)
- z. O que é a cultura cabo-verdiana? (quais os seus elementos e símbolos, usos símbolos nacionais, porquê, qual o seu valor, o que é ser cabo-verdiano)
- aa. Como te vê na sociedade (integrado ou não, qual o teu papel, em que contribuis concretamente)

6. Autoimagem

- bb. Gostas de ti como pessoa (o que não gostas em ti, como gostavas de ser, que te define, lema, imagem)
- cc. O que te faz sentir realizado?
- dd. Já és adulto? (porquê, quando serás)
- ee. Pensas que os outros rapazes / raparigas do Mindelo são iguais a ti?